JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Água Boa 4
Camara Municipal de Alto Garças 4
Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Colíder 6
Camara Municipal de Conquista D`Oeste 7
Camara Municipal de Diamantino 7
Câmara Municipal de General Carneiro 7
Camara Municipal de Paranatinga 9
Camara Municipal de Rondolândia 11
Camara Municipal de Tabaporã 11
Camara Municipal de Terra Nova do Norte 11
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 11
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá – CIDES-VRC 15
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 15
Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos municípios mato-grossenses – CONSPREV 16
Prefeitura Municipal de Água Boa 43
Prefeitura Municipal de Alto Garças 45
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 53
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 54
Prefeitura Municipal de Apiacás 54
Prefeitura Municipal de Araputanga 67
Prefeitura Municipal de Aripuanã 68
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 69
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 70
Prefeitura Municipal de Cáceres 71
Prefeitura Municipal de Campinápolis 86
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 87
Prefeitura Municipal de Campo Verde 102
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 103
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 106
Prefeitura Municipal de Canarana 114
Prefeitura Municipal de Carlinda 114
Prefeitura Municipal de Cláudia 116
Prefeitura Municipal de Cocalinho 117
Prefeitura Municipal de Colíder 118
Prefeitura Municipal de Colniza 119
Prefeitura Municipal de Comodoro 120
Prefeitura Municipal de Confresa 121
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 124
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 125
Prefeitura Municipal de Cuiabá 128
Prefeitura Municipal de Curvelândia 129
Prefeitura Municipal de Denise 129
Prefeitura Municipal de Diamantino 130
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 130
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 132
Prefeitura Municipal de General Carneiro 133
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 133
Prefeitura Municipal de Itanhangá 133
Prefeitura Municipal de Itiquira 139
Prefeitura Municipal de Jaciara 141
Prefeitura Municipal de Jangada 142

Prefeitura Municipal de Jauru 142
Prefeitura Municipal de Juara 143
Prefeitura Municipal de Juruena 147
Prefeitura Municipal de Juscimeira 148
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 150
Prefeitura Municipal de Marcelândia 150
Prefeitura Municipal de Matupá 151
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 163
Prefeitura Municipal de Nobres 181
Prefeitura Municipal de Nortelândia 199
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 218
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 220
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 223
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 227
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 242
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 247
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 247
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 248
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 250
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 250
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 250
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 254
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 256
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 271
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 273
Prefeitura Municipal de Paranatinga 279
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 290
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 294
Prefeitura Municipal de Poconé 295
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 296
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 298
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 298
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 298
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 298
Prefeitura Municipal de Poxoréu 299
Prefeitura Municipal de Rio Branco 301
Prefeitura Municipal de Rondolândia 302
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 304
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 304
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 308
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 311
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 312
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 312
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 313
Prefeitura Municipal de São José do Povo 315
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 355
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 356
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 356
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 357
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 357
Prefeitura Municipal de Tabaporã 358
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 371
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 376
Prefeitura Municipal de Tesouro 377
Prefeitura Municipal de Torixoréu 377
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 378
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 378
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 395
Prefeitura Municipal de Vila Rica 396

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Segundo Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite – São Felix Do Araguaia

Terceiro Vice-Presidente: Fabio Marcos Pereira De Farias – Canarana

Quarto Vice-Presidente: Noboru Tomiyoshi – Colíder

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Secretário Geral: Jonas Rodrigues Da Silva –Aripuanã

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Segundo Secretário: Valdécio Luiz Da Costa – Dom Aquin

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Segundo Tesoureiro: Valter Kuhn – Terra Nova Do Norte

CONSELHO FISCAL

1. Gerson Rosa De Moraes – Pontal Do Araguaia
2. Joabe Almeida Dos Santos – Santo Afonso
3. Mariuza Augusta De Oliveira - Nova Brasilândia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Silmar De Souza Goncalves – Nossa Senhora Do Livramento
2. Leocir Hanel – Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
PORTARIA N° 013/2020

"Nomeia Estagiários Para Câmara Municipal de Água Boa – MT, Conforme Convênio 002/2019 e 003/2019 e Lei Complementar Nº 135 de 04 de fevereiro de 2019"

Luís César de Lara Pinto Filho, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas:

E, considerando o Convênio 003/2019 Com a Escola Estadual Antônio Grohs.

E, considerando o Convênio 002/2019 Com a Escola Estadual 9 de Julho.

E, Considerando os termos da Lei Municipal Complementar Nº 135 de 04 de fevereiro de 2019

Resolve:

Art. 1º Nomear como estagiários da Câmara Municipal:

Pedro Pereira de Oliveira, CPF 075.625.401-95 e RG 307.245-89 morador da rua B-10 Nº 021 bairro Rodoviário na cidade de Água Boa, Mato Grosso, estudante da Escola Estadual Antônio Grohs.

Maria Eduarda Gregório Silva , CPF 072.392.121-06 e RG 294.739-93 morador da rua M-02 Nº 044 bairro Centro na cidade de Água Boa, Mato Grosso, estudante da Escola Estadual Antônio Grohs.

Art. 2º - O estágio terá duração até 31 de Dezembro de 2020, ou até que os estagiários completem o ensino médio, a carga horária será de 20 horas semanais.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 12 de Março de 2020.

Publique-se dê-se ciência, e cumpra-se.

Luís César de Lara Pinto Filho

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2020

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2020

A Câmara Municipal de Alto Garças – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada sob Portaria nº 001/2020, torna pública Dispensa de Licitação nº 001/2020 – Processo nº 001/2020.

CONTRATADO: GLOBAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

OBJETO: Contratação de serviço de locação de equipamentos de informática - comodato de equipamentos e serviços de infraestrutura de fibra óptica com instalação e configuração, interligação de internet com velocidade de download de 100 Mbps e de upload mínimo 15 Mbps.

VALOR GLOBAL: R$ 1.438,80 (Mil e quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta centavos.)

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 da Lei nº 8.666/93.

FERNANDA WALESCA COUSTA COUTO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2020

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,* ***considerando*** *que em 2020 será realizada a Eleição Municipal para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador;* ***considerando*** *que se faz necessário a regulamentação do uso dos bens e veículos da Câmara Municipal de Cáceres nesse período,* ***e ainda*** *da regulamentação sobre a realização de propaganda eleitoral neste período,*

RESOLVE:

ESTABELECER NORMAS E VEDAÇÕES NO PERÍODO ELEITORAL DE 2020:

Art. 1º Ficam vedadas as nomeações e demissões de contratos temporários no âmbito da Câmara Municipal de Cáceres no período compreendido entre os três meses que antecedem a eleição até a posse dos eleitos (EREspe n.º 21167, Acórdão de 21/08/2003):

Ementa

Embargos de declaração - Contradição - Inexistência.

1. ***A contratação e demissão de servidores temporários constitui, em regra, ato lícito permitido ao administrador público, mas que a lei eleitoral torna proibido, nos três meses que antecedem a eleição até a posse dos eleitos, a fim de evitar qualquer tentativa de manipulação de eleitores****.*

2. A contratação temporária, prevista no art. 37, IX, da Constituição Federal, possui regime próprio que difere do provimento de cargos efetivos e de empregos públicos mediante concurso e não se confunde, ainda, com a nomeação ou exoneração de cargos em comissão ressalvadas no art. 73, V, da Lei nº 9.504/97, não estando inserida, portanto, na alínea a desse dispositivo.

3. Para configuração da conduta vedada pelo art. 73 da Lei das Eleições, não há necessidade de se perquirir sobre a existência ou não da possibilidade de desequilíbrio do pleito, o que é exigido no caso de abuso de poder.

4. As condutas vedadas no art. 73 da Lei nº 9.504/97 podem vir a caracterizar, ainda, o abuso do poder político, a ser apurado na forma do art. 22 da Lei Complementar nº 64/90, devendo ser levadas em conta as circunstâncias, como o número de vezes e o modo em que praticadas e a quantidade de eleitores atingidos, para se verificar se os fatos têm potencialidade para repercutir no resultado da eleição.

5. O uso da máquina administrativa, não em benefício da população, mas em prol de determinada candidatura, reveste-se de patente ilegalidade, caracterizando abuso do poder político, na medida em que compromete a legitimidade e normalidade da eleição.

6. Embargos rejeitados. (Tribunal Superior Eleitoral. Plenário - Acórdão ERESPE de 21/08/2003 (Processo RESPE nº 21167))

Art. 2º Ficam permitidas as nomeações e exonerações de servidores dos cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança (art. 73, V, alínea "a", da Lei n.º 9504/97):

"Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

(...)

V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antece-

dem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados:

a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;"

Art. 3º Fica vedado durante o horário normal de expediente da Câmara Municipal de Cáceres, qualquer solicitação a servidor (efetivo ou comissionado), para usar de seus serviços em comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação (art. 73, III da Lei n.º 9504/97):

"Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

(...)

III - ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado;"

Art. 4º Fica vedado ao servidor comissionado e efetivo que viajar a serviço da Câmara Municipal de Cáceres, de fazer campanha eleitoral fora do expediente normal, principalmente quando estiver utilizando veículo oficial e recebendo diária (art. 73, III da Lei n.º 9504/97):

"Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

(...)

III - ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado;"

Art. 5º Fica permanentemente vedada a parada dos veículos oficiais da Câmara Municipal de Cáceres em locais que não foram previamente programados e agendados para viagem, com exceção das paradas em restaurantes para alimentação.

Art. 6º Fica vedado a distribuição de canetas, blocos de anotação e mochila personalizada em eventos realizados pela Câmara Municipal de Cáceres, no período eleitoral, para não incorrer na vedação prevista no art. 73, § 10, da Lei n.º 9504/97, que proíbe a distribuição de bens, valores ou benefícios em ano eleitoral:

"Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

(...)

§ 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa. (Incluído pela Lei nº 11.300, de 2006)"

Art. 7° Fica vedado o uso dos espaços desta Câmara Municipal de Cáceres, como o Plenário, para reuniões de candidatos, pois, a Lei Eleitoral veda a cessão/uso de bens públicos para candidatos, partido político ou coligações (art. 73, I, da Lei n.º 9504/97), ficando permitido apenas a cessão de bens públicos para realização de convenção partidária (art. 73, I, *in fine* da Lei n.º 9504/97):

"Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;"

Art. 8° Fica vedado aos vereadores e aos servidores desta Câmara Municipal de Cáceres de utilizarem os veículos, notebooks, computadores, papel e outros bens públicos, para fazer campanha eleitoral, pois, a Lei Eleitoral veda a utilização de quaisquer bens móveis públicos em benefício de candidato, partido político ou coligação (art. 73, I da Lei n.º 9504/97):

"Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;"

Art. 9° A partir da abertura do processo eleitoral, seguindo-se o calendário oficial do TSE, os candidatos podem visitar as repartições públicas, porém não podem distribuir qualquer tipo de propaganda eleitoral (panfletos, santinhos, cartilhas, etc.) dentro da Câmara Municipal de Cáceres, sendo que, eventuais distribuições podem ser realizadas do lado de fora do prédio da Câmara Municipal de Cáceres:

"Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;"

Art. 10. Fica vedado a veiculação de propaganda eleitoral no site oficial da Câmara Municipal de Cáceres, inclusive com a utilização de link com direcionamento a site ou página de redes sociais pessoal do candidato, pois, tal conduta viola a Lei Eleitoral (art. 57- C, § 1º, inciso II, da Lei n.º 9504/97) e (Recurso de representação n.º 78213, Acórdão de 05/08/2014):

"Art. 57-A. É permitida a propaganda eleitoral na internet, nos termos desta Lei, após o dia 15 de agosto do ano da eleição (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

Art. 57-C. É vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet, excetuado o impulsionamento de conteúdos, desde que identificado de forma inequívoca como tal e contratado exclusivamente por partidos, coligações e candidatos e seus representantes. (Redação dada pela Lei nº 13.488, de 2017)

§ 1o É vedada, ainda que gratuitamente, a veiculação de propaganda eleitoral na internet, em sítios: (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

I - de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos; (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

II - oficiais ou hospedados por órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)"

Art. 11. Fica vedado ao servidor público desta Câmara Municipal de Cáceres, proprietário de carro que está adesivado com nome de candidato, em estacionar em vaga de veículo oficial, pois, a vaga de veículo oficial é considerada um bem público que não pode ser utilizada para beneficiar candidato, partido político ou coligação (art. 73, I, da Lei n.º 9504/97):

“Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;”

Art. 12. O servidor público pode fazer propaganda eleitoral com seu veículo particular, durante o período eleitoral, porém, não poderá estacionar seu veículo com propaganda eleitoral no estacionamento da Câmara Municipal de Cáceres (art. 73, I da Lei n.º 9504/97):

“Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;”

Art. 13. Fica vedado aos servidores da Câmara Municipal de Cáceres, salvo se estiver licenciado, em usar dentro da repartição, camisetas, adesivos, bótons, bonés, broches que divulguem candidaturas durante o horário normal de expediente (art. 73, III da Lei n.º 9504/97):

“Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

(...)

III - ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado;”

Art. 14. No primeiro semestre do ano de eleição fica limitado as despesas com publicidade da Câmara Municipal de Cáceres, não podendo os gastos excederem a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito (art. 73, VII da Lei n.º 9504/97, alterado pela Lei n. º 13165/2015):

“Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

(...)

VII - realizar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito; (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

Art. 15. Durante o período eleitoral fica vedada no âmbito da Câmara Municipal de Cáceres a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de Vereadores ou servidores em publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos/entidades (art. 74 da Lei n.º 9504/97):

“Art. 74. Configura abuso de autoridade, para os fins do disposto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, a infringência do disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, ficando o responsável, se candidato, sujeito ao cancelamento do registro ou do diploma. (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)”

Art. 16. Ficam permitidas aos vereadores a realização de entrevistas, desde que não ultrapassem o motivo de seu convite e que não demonstrem nítido caráter eleitoreiro, o que ensejará a adoção das medidas legais e regimentais pertinentes, pois, a Lei Eleitoral veda o pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo, quando, a critério da Justiça Eleitoral, trata-se de matéria urgente, relevante e características das funções de governo, nos três meses que antecedem à eleição. (art. 73, VI, c, da Lei n.º 9504/97):

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

(...)

VI - nos três meses que antecedem o pleito:

(...)

c) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo;”

Art. 17. Fica permitida a realização das atividades administrativas programadas (como palestras, gincanas, reuniões de conselhos, workshop, etc), não podendo porém, haver a divulgação dessas atividades no período eleitoral, pois, a Lei Eleitoral veda as condutas tendentes a afetar a igualdade de condições entre os candidatos nos pleitos eleitorais (art. 73, VI, alínea “b”, da Lei n.º 9504/97):

“Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

VI - nos três meses que antecedem o pleito:

(...)

b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;”

Art. 18. Esta Instrução Normativa entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres/MT, 11 de março de 2020.

Rubens Macedo

Presidente

Wagner Sales do Couto “Barone”

Vice Presidente

Cláudio Henrique

1º Secretário

Donatoni Elza Basto Pereira

2ª Secretária

Domingos Oliveira dos Santos

Tesoureiro

CAMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COLIDER ESTADO DE MATO GROSSO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2019

OBJETO: Prorroga por mais 30 (trinta) dias o prazo de Execução da **Obra de Ampliação e Reforma Geral do Prédio da Câmara Municipal,** conforme Planilhas Orçamentárias, Memorial Descritivo e Projeto Planta da Tomada de Preços nº 001/2019. Contrato nº 002/2019, firmado entre as par-

tes no dia 16 de setembro de 2019, conforme previsão contida nas Cláusulas Quarta e Quinta do referido Contrato.

CONTRATADA: CEREZOLI & SANTOS LTDA.

VIGENCIA: 15/03/2020 A 13/04/2020

Colider-MT., 10 de março de 2020.

CAMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Ordinária

Processo de Avaliação de Desenvolvimento de Categoria Funcional

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE CATEGORIA FUNCIONAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA D' OESTE, vereador Edílson Dutra Pereira no uso das atribuições que lhe são conferidas, **CONVOCA** a Comissão de avaliação instituída pela Portaria nº 008/2019 para em Reunião Ordinária, que ocorrerá no próximo dia 16 março do corrente ano às 10:00 horas na sala de reuniões da Câmara Municipal para proceder a Avaliação dos requerimentos de progressão funcional vertical requerida e protocolada por funcionários dessa Casa.

Conquista D' Oeste,13 de março de 2020.

Edilson Dutra Pereira

Presidente da Comissão

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº. 014/2020

Portaria nº. 014/2020

Suspender a Sessão Ordinária do dia 24/02/2020 (Segunda-feira) e transferir as matérias do expediente e ordem do dia para a Sessão Ordinária para o dia 27/02/2020 (quinta-feira)

Edson da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, em especial os artigos 16, I e 17, II da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Decreto nº 012/2020 Dispõe sobre os feriados e pontos facultativos para o exercício de 2020, nos Órgãos da Administração Pública Municipal, e dá outras providências"

RESOLVE:

Art. 1° - Fica suspenso a Sessão Ordinária do dia 24/02/2020 (Segunda-feira) e transferir as matérias do expediente e ordem do dia para a Sessão Ordinária para o dia 27/02/2020 (quinta-feira) que se realizará no horário regimental.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino 21 de fevereiro de 2020

Edson da Silva

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº. 016/2020

Portaria nº. 016/2020

Concessão de 12 (doze) dias restantes de gozo das férias do período aquisitivo 2018/2019 a servidora Katia Aparecida do Prado Konrad.

Edson da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a servidora Katia Aparecida do Prado Konrad, 12 (doze) dias restante de gozo das férias do período aquisitivo 05/04/2018 a 04/04/2019.

Parágrafo Único: O gozo compreenderá de 09 a 20 de março de 2020, com retorno as atividades dia 21 de março de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino, 06 de março de 2020

Edson da Silva

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº. 015/2020

Portaria nº. 015/2020

Suspender o expediente administrativo e atendimento ao público nos dias 03 e 04 de fevereiro de 2020.

Edson da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o curso de capacitação sobre academia de liderança, promovendo autoconhecimento, engajamento e alinhamento de competências e habilidades de relacionamento e liderança;

RESOLVE:

Art. 1° - Suspender o expediente administrativo e atendimento ao público nos dias 03 e 04 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino 02 de março de 2020

Edson da Silva

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 002/2020

RESOLUÇÃO Nº 002/2020 16 DE MARÇO DE 202019.

"INSTITUI AS SESSÕES ITINERANTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO MT, E ALTERA O REGIMENTO INTERNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

Faz saber que o Soberano Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Instituída a Sessão Itinerante da Câmara Municipal de General Carneiro-MT.

Parágrafo Único - Os objetivos e as normas regulares da Sessão Itinerante estão prevista nos Artigos abaixo descritos e anexo único desta Resolução.

Art. 2º - O Artigo 76 do Regimento Interno da Câmara Municipal de General Carneiro-MT, passa a vigorar acrescido do Inciso VI e do §1º, com as seguintes redações:

"Art. 76 - as Sessões são:

I - ...

II - ...

III - ...

IV- ...

V - ...

VI - ...

VII - Itinerantes, as que realizam em distrito, bairros ou comunidades do Município de General Carneiro-MT.

§1º - Para as Sessões Itinerantes aplicar-se-á no que couber, o disposto para as Sessões Ordinárias, Extraordinárias ou Solenes, podendo ser adotado, a critério da Mesa, os seguintes procedimentos:

I - serão realizadas a critério da Mesa Diretora ou por requerimento de 1/3 dos Vereadores e, aprovado por maioria absoluta dos seus membros, contendo data, horário e local para a realização da Sessão e, divulgando no mínimo com 5 (cinco) dias de antecedência pelo Presidente da Mesa através de ato de convocação.

II - Poderão fazer uso da palavra além dos Vereadores, o representante do Executivo, os líderes comunitários, representantes de entidades populares e pessoas das comunidades que tenham comunicados importantes para conhecimento da Câmara Municipal. A inscrição da palavra dar-se-á previamente, antes do início da reunião, devendo o interessado mencionar o assunto a ser abordado. O assunto a ser abordado deverá ser de interesse coletivo, senão será indeferido de plano, e se o pronunciamento atentar contra os bons costumes, o decoro e a ética, a palavra será cassada.

III - Para o pleno funcionamento e execução dos trabalhos, serão convocados servidores da Câmara Municipal para prestarem serviços durante sua realização, além da disponibilização de material e equipamentos necessários para tal fim.

IV - Poderão ser distribuídos informativos impressos sobre o funcionamento da Câmara Municipal e da função dos Vereadores para a população presente à Sessão."

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e vinte (16/03/2020).

_____

MAGNUN VINNÍCIOS R. A. DE ARAÚJO

Presidente

_____

VALDELI FORTE FERREIRA

1º Secretário

ANEXO ÚNICO

I - DO OBJETIVO

A Sessão itinerante é um instrumento da Câmara Municipal, a ser implementado pelo Presidente e demais Vereadores, voltado para a Interiorização do Poder legislativo, de suas atividades e interação com a comunidade, buscando atingir objetivos pré-definidos.

As sessões serão realizadas durante o ano, podendo ser realizado no período das Sessões Ordinárias, Solenes ou em período diverso onde será classificada como Extraordinária.

A Sessão Itinerante atingirá diversos objetivos, sendo eles:

a) Popularizar os trabalhos Legislativos, aproximar o contato direto do Vereador com a população de cada região urbana e rural;

b) Promover a integração entre o Poder legislativo e a comunidade, abrindo a perspectiva de trabalharem juntos a partir da discussão comum dos problemas que envolvem o Município, com o intuito de encontrar uma solução homogênea;

c) Propiciar ao Vereador, conhecer de perto o comportamento de cada comunidade, suas reações, opiniões e anseios, propiciando uma intimidade que desemboque em realização mútuas;

d) Antever as aspirações populares, visando intervir junto a cada comunidade, como interlocutor no estudo de seus problemas, encaminhando suas propostas aos setores competentes da Administração Municipal.

II - DA PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES

O Vereador que participar da Sessão itinerante, poderá usar da palavra durante 05 (cinco) minutos. Caso seja o Vereador citado por qualquer membro da comunidade, indagado ou sentir na necessidade de manifestar sua opinião, por motivo de defesa de seu posicionamento ideológico, poderá o mesmo utilizar o prazo máximo de mais 05 (cinco) minutos.

Caso o Presidente da Reunião Itinerante, perceba que o assunto se distanciou do objetivo principal, poderá dar prosseguimento ao evento, passando a palavra ao próximo munícipe.

III - DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Em todas as Reuniões de trabalho serão convidados a participar as lideranças comunitárias, assim como os agentes públicos que residam em cada região, bem como profissionais liberais, empresários, autoridades classistas, eclesiásticas, da segurança, judiciárias, enfim, os cidadãos(ãs) identificados como agentes ativos da região.

IV - DA ORGANIZAÇÃO DAS REUNIÕES DE TRABALHO

As Reuniões serão organizadas pelo Presidente da Câmara Municipal, com apoio e participação das entidades representantes do moradores, das escolas e das igrejas instaladas em cada uma das regiões, cujas direções queiram auxiliar o Poder legislativo.

A Câmara disponibilizará funcionários assim como equipamentos que serão instalados onde se realizará a Sessão Itinerante, que deverão estar aptos para auxiliar os Vereadores e participantes do evento, principalmente relacionadas com informações e mecanismos de funcionamento do Poder Legislativo.

V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As Reuniões serão abertas e encerradas pelo Presidente, que as dirigirá.

Estes encontros com as comunidades reunidas, se constituirão em trabalho relevantes, sem a percepção de qualquer remuneração.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e vinte (16/03/2020).

_____

MAGNUN VINNÍCIOS R. A. DE ARAÚJO

Presidente

_____

VALDELI FORTE FERREIRA

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2020

DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2020 EM 16 DE MARÇO DE 2020.

"CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO GENERALCARNEIRENSE AO SENHOR ROGÉRIO DOMINGOS DOS SANTOS FACHINI".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, Faz saber que o Soberano Plenário aprovou, de acordo com o Regimento Interno desta Casa de Leis, ela promulga o seguinte **Decreto Legislativo**.

Artigo 1º. - Fica concedido o "Título de Cidadão Generalcarneirense" ao Ilustríssimo Senhor **ROGÉRIO DOMINGOS DOS SANTOS FACHINI.**

Artigo 2º. - A honraria de que trata o artigo anterior, será conferida em Sessão Solene, a ser requerida/convocada futuramente pelo autor com data e hora a ser definida.

Artigo 3º. - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e vinte (16/03/2020).

_____

MAGNUN VINNÍCIOS R. A. DE ARAÚJO

Presidente da Câmara Municipal de

General Carneiro - Mato Grosso

_____

VALDELI FORTE FERREIRA

1º Secretário da Câmara Municipal de

General Carneiro - Mato Grosso

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2020

DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2020 EM 16 DE MARÇO DE 2020.

"CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO GENERALCARNEIRENSE AO SENHOR JONAS FIRMINO BORGES".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, Faz saber que o Soberano Plenário aprovou, de acordo com o Regimento Interno desta Casa de Leis, ela promulga o seguinte **Decreto Legislativo**.

Artigo 1º. - Fica concedido o "Título de Cidadão Generalcarneirense" ao Ilustríssimo Senhor **JONAS FIRMINO BORGES.**

Artigo 2º. - A honraria de que trata o artigo anterior, será conferida em Sessão Solene, a ser requerida/convocada futuramente pelo autor com data e hora a ser definida.

Artigo 3º. - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e vinte (16/03/2020).

_____

MAGNUN VINNÍCIOS R. A. DE ARAÚJO

Presidente da Câmara Municipal de

General Carneiro - Mato Grosso

_____

VALDELI FORTE FERREIRA

1º Secretário da Câmara Municipal de

General Carneiro - Mato Grosso

CAMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 06/2020

CONCURSO PÚBLICO *N. 01/2019* EDITAL COMPLEMENTAR N. 06/2020

O Câmara Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso e a Comissão Organizadora do Concurso Público n. 01/2019, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, as provas objetivas **do Concurso Público n**. 01/2019, da Câmara Municipal de Paranatinga - MT, realizadas no dia 15/03/2020.

RESOLVEM:

1º - Em atendimento ao Cronograma do Edital Concurso Público n. 01/2019, item **4, "O",** da Câmara Municipal de Paranatinga - MT, **DIVULGAR** o **Gabarito Preliminar** da prova objetiva realizada dia 15/03/2020, conforme segue:

a) ANEXO I – GABARITO PRELIMINAR

2º - Nos termos do item 12 e seus subitens, do Edital do Concurso Público n. 01/2019 da Câmara Municipal de Paranatinga - MT, fica em vigência o prazo legal de recursos quanto ao conteúdo deste Edital Complementar a partir de sua publicação.

3º - Este Edital Complementar e seu anexo **ficará** disposição dos interessados no Quadro Mural da Câmara Municipal de Paranatinga – MT, no Jornal Oficial da AMM e no endereço eletrônico: – www.paranatinga.mt.leg.br, a partir da data.

Paranatinga – MT, 16 de março de 2020.

CICERO PEREIRA FILHO	**MARCELOS FERNANDES**
Presidente Câmara Municipal	***Presidente da Comissão Organizadora***

CONCURSO PÚBLICO N. 01/2019

COMPLEMENTAR N. 06/2020

ANEXO I - GABARITO PRELIMINAR

Cargo: RECEPCIONISTA	
Questão	**Resultado**
1	B

2	C
3	D
4	A
5	A
6	C
7	A
8	A
9	B
10	C
11	C
12	B
13	A
14	D
15	B
16	C
17	A
18	B
19	C
20	D
21	C
22	B
23	D
24	A
25	B
26	C
27	C
28	C
29	D
30	D

CONCURSO PÚBLICO N. 01/2019

COMPLEMENTAR N. 06/2020

ANEXO I - GABARITO PRELIMINAR

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO		**Cargo: ALIMENTADOR DO SISTEMA DE APLIC**		**Cargo: PROCURADOR JURÍDICO**	
Questão	**Resultado**	**Questão**	**Resultado**	**Questão**	**Resultado**
1	B	1	C	1	C
2	C	2	A	2	A
3	D	3	D	3	D
4	A	4	C	4	C
5	B	5	B	5	B
6	C	6	D	6	D
7	D	7	A	7	A
8	A	8	B	8	B
9	B	9	C	9	C
10	D	10	A	10	A
11	A	11	D	11	D
12	D	12	B	12	B
13	B	13	D	13	D
14	C	14	D	14	D
15	B	15	C	15	C
16	B	16	C	16	C
17	C	17	A	17	A
18	D	18	B	18	B
19	D	19	D	19	D
20	A	20	C	20	C
21	D	21	B	21	B
22	A	22	B	22	B
23	B	23	D	23	D
24	D	24	C	24	C
25	C	25	A	25	A
26	D	26	D	26	B
27	B	27	B	27	A
28	A	28	B	28	C
29	D	29	A	29	B
30	B	30	C	30	B
31	B	31	C	31	D
32	C	32	D	32	D
33	D	33	A	33	C
34	D	34	C	34	D
35	A	35	A	35	A
36	C	36	B	36	B
37	B	37	D	37	D
38	A	38	C	38	D
39	D	39	A	39	A

40	A	40	B	40	C

CAMARA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RONDOLÂNDIA - MT
DECRETO LEGISLATIVO 05/GP/2020

Câmara Municipal de Rondolândia – MT

Palácio Rosa Moreira de Quadros

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 005/GP/2020.

DISPOE SOBRE LUTO OFICIAL NA CÂMARA MUNICIPAL POR 03 (TRES) DIAS PELO FALECIMENTO DO SENHOR CLEMILDO ARAUJO BRITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA-MT, USANDO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE SÃO CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE, Considerando o falecimento do honroso CLEMILDO ARAUJO BRITO, que, em vida, prestou grandes serviços ao Município de Rondolândia, como PROFESSOR; Considerando a relevância dos serviços prestados e o legado de contribuição para o desenvolvimento na educação em nosso Munícipio, um excelente profissional sempre lembrado como um servidor exemplar, deixou como exemplo e modelo de dignidade, a sua história de vida.

DECRETA:

Art. 1º – Luto Oficial por 03 (três) dias na Câmara Municipal a partir desta data 16 (dezesseis) de março de 2020 pelo falecimento do senhor Clemildo Araujo Brito.

Art. 2º – As atividades desta Casa de Leis retornarão ao seu horário normal de expediente, às 14:00 hr do dia 19(dezenove) de março de 2020 (quinta feira)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Rosa Moreira de Quadros, 16 de março de 2020.

Diones Miranda Carvalho

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº006/2020

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº006/2020

A Presidente da Câmara Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso Senhora Laurita Jose de Souza Silva, atendendo a determinação da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público que estão à disposição na Câmara Municipal, no horário das 07:00 as 11:00 das 13:00 as 17:00, a quem interessar possa o Balancete de Verificação Plano **PCASP/MT FEVEREIRO 2020** do Poder Legislativo do Município de Tabaporã Estado de Mato Grosso.

Tabaporã - MT, 16 de Março 2020.

LAURITA JOSE DE SOUZA SILVA

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

ATO N° 03/2020

ATO N.º 03/2020

Referente: AUTORIZAÇÃO PARA PREFEITO MUNICIPAL AUSENTAR-SE DO ESTADO

Interessado: VALTER KUHN

O Presidente da Câmara Municipal de Terra Nova do Norte/MT, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os Arts. 70,§2º, da Lei Orgânica e do Art.35,IV,'c' do Regimento Interno desta Câmara Municipal; **AUTORIZAR** ao Senhor **VALTER KUHN**, Prefeito Municipal a ausentar-se do Município pelo prazo compreendido de 16 à 19 de março de 2020, conforme solicitação expressa do mesmo, protocolada na Secretaria Executiva desta Casa, Ofício/GP/VK/67/2020.

No período de afastamento o Chefe do Poder Executivo estará em viagem à cidade de Brasilia-DF, para tratar de assuntos relativos a Convênios para o município.

Gabinete da Presidencia, aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte.

Edivaldo Gomes

Presidente Mesa Diretora

Biênio 2019/2020

Publique-se. Cumpra-se

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

PORTARIA Nº. 39/2020 DE 16 DE MARÇO DE 2020

DISPÕE SOBRE DESLIGAMENTO DE SERVIDOR CONTRATADO POR PRAZO DETERMINADO PARA O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO NO AMBITO DO CONSÓRCIO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

PAULO REMÉDIO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Estatuto social;

RESOLVE:

Art. 1º - **Desligar** o Servidor **LAIRTO MUSSATO,** nomeado através da Portaria 18/2020 de 23 de Janeiro de 2020 e admitido mediante Ato de Pessoal e Termo de Posse 06/2020, por motivo de término de experiência de acordo com **CLÁUSULA QUARTA, do CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 03/2020**.

Art. 2º - O servidor, no ato do processo rescisório recebeu por parte do empregador, todos os direitos trabalhistas que eram devidos.

Gabinete do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, 16 de Março de 2020.

PAULO REMÉDIO

Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal

Registre-se, Publique-se e Afixe-se.

ATO DE PESSOAL 11/2020 TERMO DE POSSE

Aos Décimo Sétimo (17) dias do mês de Março (03) do ano de dois mil e vinte (2020), na Secretaria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, eu **PAULO REMÉDIO,** presidente, no uso das atribuições a mim conferidas pelo Contrato Consórcio, **dou POSSE** a **FÁBIO JOSÉ VIEIRA,** portador da carteira de identidade RG. Nº 14920794 SSP/MT, e do CPF: nº 016.264.521-05, nomeado para o **Emprego Público,** através da **PORTARIA Nº 40/2020 do dia 16 de Março de 2020**, no cargo de **Motorista,** Conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário nº 12/2020, assumindo o compromisso de fielmente exercer e cumprir os deveres do CARGO e os constantes da legislação e

resoluções pertinentes. A nomeada comprova neste ATO, através de inspeção médica estar apta, física e mentalmente para o exercício do cargo bem como DECLARA que não exerce outro CARGO, EMPREGO ou FUNÇÃO PÚBLICA, remunerada na Administração Direta ou Autarquia, Sociedade de Economia Mista, Fundação ou Empresa Pública.

São José dos Quatro Marcos - MT, em 17 de Março de 2020.

PAULO REMÉDIO Presidente

De Acordo: **FÁBIO JOSÉ VIEIRA**

TESTEMUNHAS:

1ªDanilo Ricardo Pivetta

2ª Ricardo Santos Dela Cruz

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº. 03/CIDESAT/2020

Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel, tem por partes o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL**, CNPJ/MF sob o nº. 08.979.143/0001-07, doravante denominada **CEDENTE**, em favor do município de **CURVELÂNDIA**, CNPJ/MF sob o nº. 04.217.647/0001-20, doravante denominada **CESSIONÁRIA**.

Objeto: Cessão de Uso por tempo determinado, a título gratuito, pela CEDENTE ao CESSIONÀRIO, dos equipamentos rodoviários abaixo identificados cedidos pelo Município de São José dos Quatro Marcos ao Consórcio CEDENTE.

ESPECIFICAÇÃO	PLACA	MARCA	MODELO	CHASSI/RENAVAM	ANO	PREFIXO
ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO ATLAS COPCO – CA250 - LISO		CA250 DYNA-PAC		CA250D 10000108AGB004944	2016	

VIGÊNCIA: entre os dias 12/03/2020 e 31/03/2020.

São José dos Quatro Marcos-MT, 10 de MARÇO de 2020.

Assinam: PAULO REMÉDIO – Presidente do Cidesat do Complexo Nascentes do Pantanal e SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA – Prefeito de Curvelândia

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº. 02/CIDESAT/2020

Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel, tem por partes o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL**, CNPJ/MF sob o nº. 08.979.143/0001-07, doravante denominada **CEDENTE**, em favor do município de **FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE**, CNPJ/MF sob o nº. 01.367.762/0001-93, *doravante denominada **CESSIONÁRIA***.

Objeto: Cessão de Uso por tempo determinado, a título gratuito, pela CEDENTE ao CESSIONÀRIO, dos equipamentos rodoviários parte do Termo de Cessão de Uso de Equipamentos Nº 022/2016/SINFRA cedidos pelo SINFRA ao Consórcio CEDENTE.

VIGÊNCIA: entre os dias 25/02/2020 e 16/03/2020.

São José dos Quatro Marcos-MT, 25 de Fevereiro de 2020.

Assinam: PAULO REMÉDIO – Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal e EDUARDO FLAUSINO VILELA – Prefeito de Figueirópolis D'Oeste

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 14/2020

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL e ao Sr. FÁBIO JOSÉ VIEIRA, COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL (Art. 37, inciso IX) E A TEOR DO DISPOSTO NAS RESOLUÇÕES: Normativa nº 002/2011/CIDESAT E alterações posteriores, Normativa nº 032/2016/CIDESAT e alterações posteriores, Normativa nº 049/2018/CIDESAT, Normativa nº 062/2019, Normativa nº 061/2019, Normativa nº 063/2019, Resolução Administrativa Nº 01/2020.

Pelo presente instrumento, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, representado pelo seu Presidente, **Sr. PAULO REMÉDIO**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado á Avenida dos Imigrantes nº 2083, Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 428.609 SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 361.992.571-20 a seguir denominado CONTRATANTE, e o **Sr. FÁBIO JOSÉ VIEIRA**, brasileiro, portador carteira de identidade RG. Nº 14920794 SSP/MT, do CPF: 016.264.521-05, residente na Rua Juazeiro, bairro Jardim Popular, N. 337, Cidade de São José dos Quatro Marcos – MT, doravante denominado CONTRATADO, tem certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. O CONTRATADO trabalhará para o CONTRATANTE na função de **MOTORISTA** com as seguintes atribuições e atividades:

ATRIBUIÇÕES

a) Descrição Sintética: Conduzir e zelar pela conservação de veículos automotores em geral. Executar tarefas rotineiras pré-estabelecidas pela chefia, atendendo à demanda dos serviços dos diversos setores do Consórcio.

b) Atribuições Genéricas: Compreende, genericamente, executar as atividades do cargo conforme as normas, padrões, determinações ou orientações recebidas de seu superior hierárquico; realizar as atividades do cargo conforme as regras, aplicações e técnicas recomendáveis, utilizando devidamente os instrumentos e materiais necessários a execução do trabalho; observar, rigorosamente, as normas de segurança para evitar acidentes e incêndios; usar, obrigatoriamente, os equipamentos de proteção individual de segurança, em face dos riscos inerentes às atividades; solicitar e/ou requisitar a seus superiores hierárquicos os instrumentos, equipamentos, utensílios ou materiais que sejam necessários ao cumprimento dos objetivos do cargo; zelar pela guarda, conservação e limpeza das ferramentas de trabalho.

c) Descrição Analítica: Compreende, especificamente, vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, molas, o nível de combustível, água e óleo do cárter; testar freios e parte elétrica para certificar-se de suas condições de funcionamento, e informar as anormalidades ao responsável pelo gerenciamento da frota de veículos; examinar as ordens de serviços, para dar cumprimento à programação estabelecida; dirigir veículos do Consórcio, inclusive dirigir caminhão-basculante no transporte de lixo, entulho e outros materiais para locais pré-determinados; transportar lixo domiciliar e descarregar no aterro sanitário; dirigir veículo, manipulando os comandos de compactação de lixo e observando o fluxo de trânsito e a sinalização para conduzi-lo aos locais determinados na ordem de serviço; dirigir veículo coletivo, quando necessário, transportando servidores e empregados públicos municipais aos locais de trabalho pré-determinados e/ou demais

pessoas a outros locais pré-estabelecidos e devidamente autorizado pelos superiores hierárquicos, observado a categoria do condutor; recolher o veículo após jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem ou local determinado pela chefia. Informar as anormalidades porventura existentes, realizando diariamente relatório de bordo e outros necessários. Manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento. Fazer reparos de emergência. Auxiliar na manutenção mecânica do veículo. Zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue. Encarregar-se do transporte e entrega de correspondência, de carga ou de pessoas que lhe for confiada. Tomar todos os cuidados básicos de manutenção de veículos automotores para seu bom funcionamento e asseio. Executar tarefas afins ou determinadas por seus superiores.

Condições de Trabalho: a) Geral: Carga horária semanal de 44 horas; b) Especial: Sujeito a trabalho externo na área de abrangência do Consórcio, atendimento ao público, uso de uniforme, horário especial de trabalho e permanência em acampamento na frente de trabalho. c) Descrição do cargo: Realizar atividades de natureza operacional a fim de executar serviços externos em todas os setores do Consórcios, com as ações operativas de dirigir, conduzir, transportar, abastecer, vistoriar, examinar, recolher e monitorar, em benefício do exercício das funções necessárias ao adequado funcionamento da Administração.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:

2.1. Pelo serviço acima mencionado e prestado, o CONTRATADO perceberá a quantia de R$ 1.764,74 (Hum Mil Setecentos e Sessenta e Quatro Reais e Setenta e Quatro Centavos) por mês, pagos em moeda corrente nacional. Conforme Resolução Administrativa 001/2020, do dia 09 de Janeiro de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA JORNADA DE TRABALHO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:

3.1. A jornada de trabalho do CONTRATADO será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, atendendo a programação e necessidade da Contratante.

3.2. O CONTRATADO prestará serviços junto a Patrulha Rodoviária conforme Convênio SINFRA 1207/2016 que por sua vez tem suas atividades executadas na área de abrangência dos municípios Consorciados, podendo ser designado para outro setor no âmbito do Consórcio.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA:

4.1. A presente contratação será em caráter experimental nos termos do Art. 445 da CLT; ou seja, contratação por prazo determinado por 30 (trinta) dias, prorrogável automaticamente por mais 30 (trinta) dias; ao final do qual se não houver aprovação da experiência o mesmo será rescindido sem direito a Aviso Prévio e multa fundiária; do contrário passará a vigorar as demais regras do presente edital.

4.1.1. A aprovação da experiência de que trata o item anterior, estará condicionada a habilidade operacional do equipamento em serviço, zelo e manutenção do equipamento evitando-se avarias e quebra do equipamento; ajudar, tomando frente do serviços quando o equipamento estiver em manutenção; disponibilizar-se para ajudar os companheiros parceiros da equipe sempre que necessário; ter boa convivência com os membros da equipe; ter boas práticas de limpeza e higiene e contribuir com a limpeza no acampamento, entre outras questões práticas do dia a dia, que serão continuamente avaliadas pelo encarregado superior direto.

4.1.2. A avaliação de que trata o caput ficará a cargo do fiscal deste Contrato.

4.2. O presente contrato de trabalho será pelo prazo determinado de até 12 (doze) meses, podendo ser rescindido com aprovação e posse de candidato aprovado em processo de seleção pública do Consórcio Contratante, ou podendo ser prorrogado por igual período, conforme Artigo 5º da Resolução Normativa nº 002/2011 alterado pela Resolução Normativa nº 049/2018.

4.2.1. O início de vigência dar-se-á com a emissão da Ordem de início dos serviços, após publicação do Ato de Posse.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO:

5.1. Este contrato extinguir-se-á sem direito a indenizações:

a) - Pelo término do prazo contratual.

b) - Por iniciativa do contratado;

c) - Em caso de rescisão por aprovação de candidato em processo de seleção pública;

5.2. Qualquer das partes que desejar rescindir o presente contrato antes de seu término, conforme previsto na cláusula anterior, deverá avisar a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, caso não haja o aviso, a parte que rescindir, pagara a outra uma indenização equivalente a um mês de salário.

5.3. O presente contrato será rescindido antes do prazo previsto em caso de provimento da vaga por pessoas aprovada em concurso público realizado no período.

5.4. Ao final do contrato por prazo determinado, o contratado(a) não faz jus a Aviso Prévio, Multa do FGTS e direito a Seguro Desemprego na forma da Legislação do Trabalho.

5.5. O presente contrato será sumariamente rescindido pelo CONTRATANTE, sem que ao CONTRATADO caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, 13º Proporcional e férias proporcional ao tempo trabalhado, se o CONTRATADO incidir em faltas graves e que de motivo a demissão por justa causa.

5.6. Em caso de rescisão por aprovação de candidato em processo de seleção pública conforme item 4.2., o CONTRATADO deverá ser comunicado em prazo não inferior a 30 dias.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO:

6.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01. CIDES NASCENTES DO PANTANAL

01. Secretaria Executiva

MANUTENÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS NÃO PAVIMENTADAS

26.782.0001.2011.000

3.1.90.04.00 – Contratação Por Tempo Determinado

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME JURÍDICO:

7.1. Em conformidade com o § 2º do artigo 6º da Lei 11.107/2005, o Regime Jurídico do quadro de pessoal, sob o qual serão contratados os candidatos aprovados através do Processo Seletivo, será o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e Regime Geral de Previdência. Este regime não envolve, em qualquer hipótese, a estabilidade prevista no artigo 41, da Constituição Federal e não gera direito de efetivação no cargo em conformidade com a Resolução Normativa/CIDESAT nº 032/2016 de 16/12/2016.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO:

8.1. O Coordenador de Transporte e Manutenção de Rodovias, EDINEI BASEGGIO fica designado responsável por acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – OUTRAS DISPOSIÇÕES:

9.1 - Para os candidatos que residem fora da sede do Município de São José dos Quatro Marcos/MT, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal/CIDESAT, ficará isento da responsabilidade no que tange a locomoção, residência, mudança e outros etc.

9.2. Os contratados exercerão, prioritariamente, sua função nos locais indicados no quadro específico do item 3.2 ou outro indicado e demandado

pela direção do Consórcio no âmbito dos municípios consorciados de Araputanga, Cáceres, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos.

9.2.1. O exercício da função no âmbito dos municípios consorciados não gera direito a diária para cobrir despesas de hospedagem, transporte e alimentação.

9.3 - Deverá ser promovido acordo para criação de banco de horas extras compensadas, na forma permitido pela legislação trabalhista.

CLÁUSULA DÉCIMA:

Fica eleito o Fórum da Comarca de São José dos Quatro Marcos - MT, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato.

Em estando assim justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 03 (Três) vias, de igual teor e forma, que, após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

São José dos Quatro Marcos – MT, 17 de Março de 2020.

Assessor jurídico OAB-MT Nº 10.791 HAMILTON LOBO MENDES FILHO

Responsável Pela Fiscalização EDINEI BASEGGIO

Contratante Presidente CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal PAULO REMEDIO

Contratado FÁBIO JOSÉ VIEIRA

TESTEMUNHAS:

NOME: DANILO RICARDO PIVETTA

NOME: RICARDO SANTOS DELA CRUZ

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº. 01/CIDESAT/2020

Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel, tem por partes o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL**, CNPJ/MF sob o nº. 08.979.143/0001-07, doravante denominada **CEDENTE**, em favor do município de **RIO BRANCO**, CNPJ/MF sob o nº. 15.023.997/0001-72, doravante denominada **CESSIONÁRIA**.

Objeto: Cessão de Uso por tempo determinado, a título gratuito, pela CEDENTE ao CESSIONÀRIO, dos equipamentos rodoviários abaixo identificados cedidos pelo Município de São José dos Quatro Marcos ao Consórcio CEDENTE.

ESPECIFICAÇÃO	PLACA	MARCA/MOD	PATRIMONIO	CHASSI/RENAVAM	ANO
ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO ATLAS COPCO – CA250 – PÉ DE CARNEIRO E LISO		CA250 DYNA-PAC	97027	CA250D 10000108PGB004922	2016
ESPARGIDOR HIDRAULICO D. 6.000 EHR-501 INSTALADO EM CAMINHÃO	JZF-3978	ROMANELLI SÉRIE 001. 263	10609	34403312354856 /	2016
DISTRIBUIDOR DE AGREGADO EAR-800		ROMANELLI SERIE- 000. 425	97225		2016

VIGÊNCIA: entre os dias 12/02/2020 e 04/04/2020.

São José dos Quatro Marcos-MT, 10 de Fevereiro de 2020.

Assinam: PAULO REMÉDIO – Presidente do Cidesat do Complexo Nascentes do Pantanal e ANTONIO XAVIER DE ARAUJO – Prefeito de Rio Branco

PORTARIA Nº. 40/2020 DE 16 DE MARÇO DE 2020

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA VIA DIRETA

PAULO REMÉDIO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, no uso de suas atribuições legais, considerando o Cargo de **MOTORISTA**, criado pelo Contrato Consórcio em sua Cláusula Quadragésima e considerando os termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal de 1988, e atendendo às disposições legais das Resoluções Normativas n° 002/2011/CIDESAT, Artigo 2° e 3°, nº 032/2016/CIDESAT, Artigo 2°; e Resolução Normativa n° 033/2016/CIDESAT, e ainda Resolução Normativa Nº 049/2018, considerando que o Processo de Seletivo Simplificado Nº 01/2019/CIDESAT, não houve preenchimento total das vagas de MOTORISTA, considerando que a Patrulha Rodoviária já iniciou os trabalhos, resolve-se a contratação por via direta para preenchimento de vaga acima citada de Emprego público no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, sob o regime celetista, não adquirindo a estabilidade a que se refere o art. 41 da Constituição Federal, com contribuição previdenciária para o regime geral, conforme publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Nº 2693 de 16 de Janeiro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - **Nomear** o Candidato **FÁBIO JOSÉ VIEIRA**, para exercer o cargo de **MOTORISTA.**

Art. 2º - O candidato nomeado deverá tomar posse no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único: Para a posse o candidato deverá apresentar na Secretaria Executiva do Consórcio os documentos requeridos na Instrução Normativa 003/2015 – SCI/SRH.

Art. 3º - Em caso de impedimento para tomada de posse no prazo estabelecido no artigo anterior, deverá apresentar requerimento/justificativa para adiamento, desde que não ultrapasse o prazo de 30 dias concedido neste instrumento de convocação.

Parágrafo Único: O requerimento/justificativa a que se refere o caput do artigo será submetido à assessoria jurídica do Consórcio para emissão de parecer.

Art. 4º - Caso não tome posse dentro do prazo previsto, será considerado desistente.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, 16 de MARÇO de 2020.

PAULO REMÉDIO

Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal

Registre-se, Publique-se e Afixe-se.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO VALE DO RIO CUIABÁ – CIDES-VRC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/200

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/200

O Consórcio Intermunicipal de Des. Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá, torna pública, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, supramencionado, conforme segue: OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de forma contínua de serviços de apoio administrativo sendo: Recepção, auxiliar administrativo, Limpeza, Copeiragem, Condução de Veículos, Oficial de Serviços Gerais, com fornecimento de materiais e mão de obra para atender a demanda dos municípios associados ao CIDES – Vale do Rio Cuiabá. ADJUDICADO e HOMOLOGADO, pela autoridade competente, para as empresas: LOTE 01 e 10 K R SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO PREDIAL E CONTRUÇÃO CIVIL EIRELI, CNPJ nº 17.062.240/0001-13, LOTE 02 e 03 DDMIX CONTROLE DE PRAGAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 03.037.787/0001-54, LOTE 05 CORECO TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 15.952.971/0001-09 e LOTE 04, 06, 07, 08, 09 e 11 OASIS ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI – ME, CNPJ nº 22.826.914/0001-49.

Cuiabá-MT, 10 de março de 2020.

_____

LANDOLFO L V GARCIA

Pregoeiro

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

PORTARIA Nº 058 DE 01 DE MARÇO DE 2020.

PORTARIA Nº 058 DE 01 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto – CISVP, para "Fiscalização de Contratos".

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELO PRESENTE,

Considerando a necessidade da continuidade do serviço público, bem como o interesse público;

RESOLVE:

ART. 1º - Designar a servidora **FLÁVIA ALVES DE ANDRADE GOMES – MATRICULA Nº 449 – COORDENADORA DE RECURSOS HUMANOS**, para atuar como fiscal, no âmbito da Administração Pública, em todos os contratos de Prestação de Serviços Médico Clínico Plantonista que eram de titularidade da Servidora **VERONI MARIA PANSERA – ATO NORMATIVO Nº 6.568/2015 - DIRETORA ADMINISTRATIVA DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO**, acompanhando a execução dos mesmos e adotando os procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as clausulas do instrumento e disposições legais.

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, Peixoto de Azevedo - MT, em 01 de março de 2020.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PORTARIA Nº 064 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

PORTARIA Nº 064 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre a composição da Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial e dá outras providências.

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, POR MEIO DE SUA PRESIDÊNCIA, E, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO ARTIGO 17, III DO ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO;

Considerando a eventual necessidade de instauração de procedimentos de Tomada de Contas Especial à luz do artigo 13 da Lei Complementar n.º 269/2017 (Lei Orgânica TCE-MT);

Considerando a Portaria n° 060 de 24 de fevereiro 2020

RESOLVE:

ART. 1º - Fica instituída a Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial no âmbito deste CISRVP, ficando assim composta:

I – Presidente: Flavia Alves de Andrade Gomes

II – Secretário (a): Hayslon Aires da Silva

III – Membro: Gleiciane Noleto Lopes

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, Peixoto de Azevedo – MT, em 16 de março de 2020.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES – CONSPREV

SALDO A RECEBER DOS CONTRATOS EM DEZEMBRO DE 2019

SALDO A RECEBER DOS CONTRATOS EM DEZEMBRO DE 2019

01/19 > Acorizal > saldo a arrecadar R$ 295,00

04/19 > Cuiabá > saldo a arrecadar R$ 6.817,50

06/19 > Itaúba > saldo a arrecadar R$ 125,00

09/19 > Nova Marilândia > Saldo a arrecadar R$ 274

12/19 > Porto Estrela > saldo a arrecadar R$ 112,50

19/19 > Aripuanã> saldo a arrecadar R$ 20,90

21/19 > Barra > saldo a arrecadar R$ 345,00

24/19 > Colniza > saldo a arrecadar R$ 351,50

28/19 > General > saldo a arrecadar R$ 595,00

30/19 > Itiquira > saldo a arrecadar R$ 871,50

35/19 > Nova olimpia > saldo a arrecadar R$ 515,00

37/19 > Novo horizonte do norte >Saldo a arrecadar R$ 100,00

38/19 > Paranatinga > Saldo a arrecadar R$ 749,00

41/19 > Ponte Branca > saldo a arrecadar R$ 74,50

45/19 > Santa Terezinha > saldo a arrecadar R$ 1.046,50

46/19 > Santo Antonio do Leverger > saldo a arrecadar R$ 1.662,50

51/19 > Vale de são domingos > saldo a arrecadar R$ 340,00

52/19 > Vila bela da S. trindade > saldo a arrecadar R$ 647,00

SALDO TOTAL A RECEBER > R$ 16.195,90

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2020/ CONSPREV

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2020/CONSPREV

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV, Sr. Pedro Ferreira de Souza, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal de 1988, e atendendo às disposições legais da Resolução n.º 002 de 19 de novembro de 2019, publicada nas páginas 8/12 da edição n.º 3.360 do Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso dia 21/11/2019, disponível na página do Consórcio na internet em http://www.consprev.com.br, TORNA PÚBLICO a todos os interessados a abertura de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para contratação temporária destinada ao provimento de vagas de empregos públicos para atuar no quadro do Consórcio Intermunicipal, mediante as condições estabelecidas neste Edital e na legislação pertinente:

1 - DA ENTIDADE EXECUTORA DOPROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado será regido por este Edital, elaborado e executado pela administração do CONSPREV.

2 - DOS EMPREGOS PÚBLICOS E DAS VAGAS OFERECIDAS

2.1 - Dos empregos públicos e das vagas:

2.1.1 -O Processo Seletivo Simplificado será realizado no município de Cuiabá/MT e destina-se à contratação de pessoal para o quadro do Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV, conforme item 2.1.2 deste Edital.

2.1.2 -Dos empregos públicos, das vagas, carga horária e atribuições:

Cargo	Vagas	Requisitos básicos	Carga horária	Vencimento
Recepcionista/ Telefonista	01	Idade mínima de 18 anos completo + Ensino Médio Completo	40 horas semanais	R$ 1. 250,00
Local previsto para a prestação de serviço: Sede do consórcio na Avenida Rubens de Mendonça, 3920, Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, na sede da AMM.				
Atribuições: **Descrição sintética:** Recepcionam e prestam serviços de apoio a visitantes, prestam atendimento telefônico e fornecem informações, averiguam suas necessidades e dirigem ao lugar ou a pessoa procurada, agendam serviços, observam normas internas de segurança, conferindo documentos e idoneidade dos visitantes. Organizam informações e planejam o trabalho do cotidiano. **Descrição típicas:** I – Recepcionar, controlar visitantes, encaminhar visitantes para os setores solicitados, responder perguntas gerais sobre a organização ou direcionar as perguntas para outros empregados qualificados a responder, enviar e receber correspondências ou produtos, processar a correspondência recebida (pacotes, telegramas, faxes e mensagens), organiza-los e distribuir para o destinatário, executar arquivamento de documentos, controlar as chaves, registrar informações, utilizar o computador e impressoras da recepção, utilizar pagers, intercomunicadores, rádios e sistema de alto-falantes, utilizar a máquina copiadora, utilizar o fax, manter atualizado os livros de registros de correspondência e registro de fax; II - Atender ao telefone, transferir ligações, anotar e transmitir recados, atender ao público, tirar dúvidas, responder perguntas, ou transferir as perguntas aos empregados responsáveis, efetuar ligações nacionais e internacionais, usar correio de voz, controlar o funcionamento do PABX, reportar problemas no sistema telefônico, conhecer o funcionamento dos serviços telefônicos, controlar a utilização de linhas telefônicas, de fax, utilizar o fax; II - Operar e zelar pela manutenção de terminais de computadores e equipamentos sob sua responsabilidade, mantendo em ordem e conservação suas dependências; III - Examinar a exatidão de solicitações, conferindo, efetuando registros, observando prazos, datas, informando sobre o andamento do assunto pendente e, quando autorizado pela chefia, adotar as providencias necessárias; IV - Operar microcomputador, utilizando programas e aplicativos, para incluir, alterar e obter dados e informações, bem como consultar registros; V - Participar de estudos e projetos a serem elaborados e desenvolvidos por técnicos, na área de atuação; VI – Responsabilizar-se pelo sigilo de informações relacionadas as suas atividades funcionais, pelo uso de senhas e usuários dos sistemas informatizados utilizados; VIII - Executar outras atribuições correlatas e afins solicitadas pelas chefias superiores.				

3 - DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A CONTRATAÇÃO

3.1 - Para a contratação o (a) candidato (a) deverá apresentar fotocópia autenticada em cartório ou cópia simples acompanhada do original, que comprove o que segue abaixo:

3.1.1 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

3.1.2 - Cédula de Identidade;

3.1.3 - Ter Nacionalidade Brasileira e, no caso de nacionalidade estrangeira, estar regularmente habilitado para o exercício do emprego público;

3.1.4 - Certidão de Casamento ou Nascimento;

3.1.5 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

3.1.6 - Cartão do PIS/PASEP;

3.1.7 -Título de Eleitor;

3.1.8 -Certidão de Quitação Eleitoral;

3.1.9 - Certidão Civil e Criminal;

3.1.10 - Possuir aptidão física e mental para o exercício das atribuições da vaga, comprovada por exame realizado por médico credenciado pela medicina do trabalho;

3.1.11 - 01 (uma) foto 3x4, colorida;

3.1.12 - Comprovar quitação ou dispensa do serviço militar (quando do sexo masculino);

3.1.13 - Comprovante de Escolaridade exigida para o emprego público;

3.1.14 - Declaração contendo endereço residencial;

3.1.15 - Não ter infringido as Leis que fundamentaram este Edital;

3.1.16 - Comprovar os requisitos específicos exigidos para o emprego público em conformidade com a Resolução 002/2019 e alterações posteriores, e demais legislações pertinentes;

3.1.17 - Atender aos requisitos exigidos para o emprego público, conforme tabela do item 2 deste Edital.

4. DO CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

4.1 - Das Inscrições:

4.1.1 - Período: 17 a 27 de março de 2020.

4.1.2 - Local: Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV

4.1.3 - Endereço: Avenida Rubens de Mendonça, 3920, Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, na sede da AMM (Centro de Capacitação), contato via fone: (65) 2123-1236 e (65) 3641-3813.

4.1.4 - Horário: 8h às 11h e das 13h às 16h.

4.2 - Divulgação das inscrições deferidas:

4.2.1. No dia 30 de março de 2020, o CONSPREV disponibilizará a relação dos candidatos deferidos e indeferidos, contendo o nome do candidato, o número da inscrição, no mural da sede do Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV, Jornal Oficial dos Municípios e site do Consórcio: www.consprev.com.br.

4.2.2. Serão anuladas as inscrições que não obedecerem às determinações contidas neste Edital.

4.2.3. O candidato terá até as 23h59 do dia útil subsequente à divulgação do indeferimento da inscrição, para entrar com recurso, que deverá ser enviado pelo e-mail: consprevmt@.gmail.com.

4.3 - Da realização da Prova Objetiva:

4.3.1 - A 1ª Etapa constará de prova com 35 (trinta e cinco) questões objetivas (conforme disposto no item 9.1.1). Tal etapa ocorrerá conforme descrito a seguir:

4.3.2 - Data: 04 de abril de 2020;

4.3.3 - Horário: 14h às 15h.

4.3.4 - Local: Auditório da Associação Matogrossense dos Municípios – AMM

4.3.5 - Endereço: Avenida Rubens de Mendonça, 3920, Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT.

4.4 - Da Divulgação do Gabarito:

4.4.1 - A divulgação do gabarito oficial das provas objetivas será feita no dia 06/04/2020;

4.4.2 - Local: Mural da sede do Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV, Jornal Oficial dos Municípios e site do Consórcio: www.consprev.com.br

4.4.3.O candidato terá até as 23h59 do dia útil subsequente à divulgação do gabarito, para entrar com recurso, que deverá ser enviado pelo e-mail: consprevmt@.gmail.com.

4.5 - Da Divulgação do Resultado Final:

4.5.1 - Data: 13 de abril de 2020.

4.5.2.O candidato terá até as 23h59 do dia útil subsequente à divulgação do resultado final, para entrar com recurso, que deverá ser enviado pelo e-mail: consprevmt@.gmail.com.

5. DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1 - Não será cobrado qualquer valor referente à taxa de inscrição.

6. DOS PROCEDIMENTOS E REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

6.1 - Procedimentos iniciais do candidato:

1º Procedimento: Tomar conhecimento das regras contidas no presente Edital;

2º Procedimento: Comparecer à sede do Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV, de posse dos documentos citados no item 6.2 do presente Edital;

3º Procedimento: Preencher o Formulário de Inscrição;

4º Procedimento: Conferir os dados informados.

6.2 - Do procedimento para a inscrição:

6.2.1 -No ato da inscrição o candidato deverá observar o seguinte:

a) Apresentação de documento original de identidade que comprove a idade mínima de 18 (dezoito) anos;

b) Fornecimento correto das informações para a efetivação da inscrição.

c) 01 (uma) foto 3x4, recente.

d) Declaração de cunho pessoal que o candidato é portador de necessidades especiais (em caso de necessitar de atendimento diferenciado).

6.3 - A inscrição do candidato somente será efetivada mediante:

6.3.1 - O preenchimento e a assinatura do Formulário de Inscrição, declarando o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições de realização do Processo Seletivo Simplificado, estabelecidas neste Edital, sobre as quais não poderá alegar desconhecimento;

6.3.2 - Apresentação dos documentos originais e entrega, no ato de inscrição, de cópias (frente e verso) de um documento de identidade, desde que possua foto recente do candidato, que será anexada ao Formulário de inscrição. Os documentos aceitos são:

a) Carteira de Identidade –Registro Geral (RG);

b) Carteira de Identidade Militar (sexo masculino);

c) Carteira de Identidade Profissional, expedida pelo órgão ou Conselhos de Classes, que tenha força legal de documento de identificação;

d) Carteira Nacional de Habilitação (CNH), com foto;

e) Carteira de Trabalho Previdência Social (CTPS). Quando o candidato apresentar, como documento de identidade a Carteira de Trabalho (CTPS), deverá ser tirada cópia da página onde consta a foto do candidato e o número de série do documento, bem como, da página onde constam os dados pessoais do candidato.

6.3.3 - A inscrição poderá ser feita pelo próprio candidato ou por representante legalmente habilitado para esse fim, mediante a entrega de procuração específica, pública ou particular, sendo necessário anexar ao Formulário de Inscrição cópia (frente e verso) do documento de identidade do candidato. Nessa hipótese, o candidato assumirá as consequências de eventuais erros do seu procurador.

6.3.4 - No ato da inscrição o candidato Portador de Necessidades Especiais-PNE, que necessite de tratamento diferenciado no dia da prova, deverá preencher os campos específicos para Portadores de Necessidades Especiais no formulário de inscrição.

6.3.5 - Caso não expresse sua deficiência física não será possível atendê-lo.

6.4 – Do Comprovante de Inscrição:

6.4.1 - No ato da inscrição o candidato receberá o seu Cartão do Comprovante de Inscrição, cuja apresentação será imprescindível para a reali-

zação da prova e, ao recebê-lo, deverá fazer a conferência dos seguintes itens:

a) Nome;

b) Número do documento de identidade, sigla do órgão expedidor e Unidade da Federação emitente;

c) A categoria funcional a que irá concorrer;

d) Além dos dados acima o candidato deverá tomar conhecimento:

d.1) Do seu número de inscrição;

d.2) De que a prova será realizada no dia 04 de abril de 2020, em local e horário definido conforme item 4.2

6.4.2 - Caso haja qualquer inexatidão nas informações contidas no Cartão do Comprovante de Inscrição o candidato deverá, no ato, solicitara necessária correção.

6.4.3 - As correções serão feitas no momento da reclamação, alterando-se de forma imediata as informações objeto de retificação no cadastro do Processo Seletivo.

6.4.4 - Não será aceita inscrição condicional ou por correspondência, nem mesmo através de fac-símile.

6.4.5 - Após a inscrição não serão aceitos pedidos para quaisquer alterações, salvo de endereço, que deverá ser mantido atualizado pelo candidato durante toda a validade do Processo Seletivo.

6.4.6 - No caso de inscrição realizada pelo mesmo candidato para mais de um emprego público, suas inscrições serão sumariamente consideradas inválidas.

6.4.7 - As informações prestadas no formulário de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato dispondo o Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV, do direito de excluí-lo do Processo Seletivo se for constatado posteriormente, que o mesmo usou de logro ou má fé.

6.5 - A inscrição pode ser indeferida quando:

a) Realizada por meio de fac-símile ou correio eletrônico;

b) Não apresentação da documentação exigida neste Edital;

c) Inscrição em mais de um emprego público ou que;

d) De algum modo conspire contra os dispositivos deste Edital

6.5.1 - Não serão admitidas, em hipótese alguma, inscrições condicionais em desacordo com as normas constantes deste Edital.

6.5.2 - Efetivada a inscrição não serão aceitos pedidos para alteração de empregos públicos.

6.5.3 - Concluído o prazo reservado para as inscrições, será afixado no mural da sede Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV e publicado no Jornal Oficial dos Municípios e site do Consórcio: www.consprev.com.br, o Edital de Deferimento e de Indeferimento das Inscrições.

6.5.4 - Será deferida a inscrição que estiver em conformidade com as exigências constantes neste Edital.

6.5.5 - Será indeferida a inscrição que não atender às exigências constantes no Edital.

7. DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS-PNE:

7.1 - Portadores de Necessidades Especiais-PNE: Nos termos do inciso VIII, art. 37, da Constituição, Lei Federal nº 7.853/89 e Lei Complementar Estadual/MT nº 114/2002, é prevista a destinação aos Portadores de Necessidades Especiais-PNE de 10% (dez por cento) do total das vagas dos cargos previstos em Edital, cujas atribuições, recomendações e aptidões específicas do cargo sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

7.2 - De acordo com o mesmo dispositivo legal, caso a aplicação do percentual de que trata o item anterior resulte em número fracionário superior a 0,7 (sete décimos), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

7.3 - Em conformidade com o disposto nos itens 7.1 e 7.2 deste Edital e dada a disponibilidade de vagas (conforme subitem 2.1.2), NÃO HÁ VAGAS destinadas a candidatos Portadores de Necessidades Especiais-PNE neste certame.

7.4 - É assegurado ao PNE o direito de se inscrever declarando a deficiência física de que é portador. O referido candidato participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, aos horários e locais de realização das provas, bem como à pontuação exigida.

7.5 - O candidato que se declarar Portador de Necessidades Especiais-PNE, caso aprovado e classificado no Processo Seletivo, será convocado para submeter-se à perícia médica oficial, por equipe multiprofissional do órgão público competente, que verificará sua qualificação, o grau da deficiência, e a compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do emprego público, nos termos do Artigo 43 do Decreto n.º 3.298/99 e suas alterações.

7.6 - O candidato PNE reprovado na perícia médica em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será eliminado do Processo Seletivo.

7.7 - O candidato PNE deverá corresponder ao perfil traçado para o preenchimento do cargo.

8. DO ATENDIMENTO ESPECIAL PARA REALIZAÇAO DAS PROVAS

8.1 - No ato da inscrição o candidato que declarar-se Portador de Necessidades Especiais-PNE deverá entregar o laudo médico legível (original ou cópia autenticada), emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou o nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças-CID, bem como à provável causa da deficiência, conforme especificado no Decreto Federal n.º 3.298, e suas alterações.

8.1.2 O fornecimento do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do candidato.

8.2 - O laudo médico e/ou atestado fornecido terá validade somente para este Processo Seletivo e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias desse laudo e/ou atestado.

8.3 - O candidato, Portador de Necessidades Especiais-PNE ou não, que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá: a) Indicar, no ato da inscrição, os recursos especiais necessários; b) Entregar laudo médico ou atestado legível (original ou cópia autenticada), emitido nos últimos três meses, atestando a necessidade do atendimento especial solicitado.

8.3.1 - O laudo ou atestado médico a que se refere à alínea “b” do item 8. 3 deverá ser entregue no ato da inscrição.

8.3.2 - Os candidatos que se inscreverem na condição de Portador de Necessidades Especiais-PNE e que solicitar atendimento especial para a realização da prova deverão apresentar somente o laudo médico ou atestado exigidos na alínea “b” do item 8.3 deste Edital.

8.4 - Não serão atendidas as solicitações de atendimento especial cujos laudos não tenham sido entregues no ato da inscrição, salvo nos casos de necessidades especiais surgidas extemporaneamente.

8.5 - No ato da inscrição o candidato indicará a necessidade de qualquer adaptação da prova a ser prestada. A solicitação de condições especiais será atendida segundo os critérios de viabilidade e razoabilidade.

8.6 - O candidato que se encontrar nessa especial condição poderá, resguardadas as características inerentes à prova, optar pela adaptação de

sua conveniência, dentro das alternativas de que o CONSPREV dispuser, na oportunidade.

8.7 - A inexistência de laudo médico para qualquer solicitação de atendimento especial implicará o não atendimento desta solicitação.

8.8 - O candidato portador de deficiência deverá informar a(s) condição(ões) especial(ais) de que necessita, caso não seja(m) nenhuma das acima mencionadas, facultado à Comissão do Processo Seletivo o deferimento ou indeferimento do pedido.

8.9 - Ao candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional, conforme previsto no § 2° do Artigo 40, do Decreto Federal n° 3.298/99, será concedido 25% de tempo adicional.

8.10 - A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas.

8.11 - A Comissão do Processo Seletivo Simplificado não se responsabilizará pela elaboração de prova específica para os Portadores de Necessidades Especiais-PNE que não a comunicarem no ato da inscrição.

8.12 - O candidato cujas necessidades especiais impossibilitem a transcrição das respostas da prova objetiva para o cartão respostas, se solicitado no ato da inscrição, terá auxílio de um Aplicador de provas para fazê-lo, não podendo a Comissão Coordenadora ser responsabilizada posteriormente sob qualquer alegação, por parte do candidato, de eventuais erros de transcrição provocados pelo Aplicador de provas.

9. DAS PROVAS

O Processo Seletivo Simplificado, objeto deste Edital, compreenderá de uma única etapa a saber:

9.1 - ETAPA ÚNICA: Prova teórica (questões objetivas) de caráter classificatório e eliminatório. Tal prova terá duração máxima de 03 (três) horas ininterruptas, contadas a partir do momento em que todas as informações forem prestadas pelo Aplicador de Provas aos candidatos. A prova será composta de 35 questões de múltipla escolha, com 04 alternativas cada uma (sempre na sequência A, B, C, D) das quais somente uma é correta, sendo 10 questões de Língua Portuguesa, 10 questões de Matemática e 15 questões de Conhecimentos Específicos.

10. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

10.1 - Da Prova Objetiva: Os candidatos se submeterão à prova objetiva do Processo Seletivo exclusivamente no local determinado neste Edital.

10.1.1 - Para a realização da prova, o candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência de 30 (trinta) minutos do horário determinado, munido, obrigatoriamente, do documento de identidade original (com foto, aquele utilizado para realizar a inscrição), juntamente com comprovante da inscrição, e caneta esferográfica azul ou preta.

10.1.2 - Não será permitido ao candidato entrar no local da prova com outros objetos além daqueles exigidos no item/subitem 10.1.1

10.1.4 - Os candidatos que chegarem ao local da prova portando outros objetos como bolsa, aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular ou equipamento similar, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, deverão deixar estes pertences na entrada da sala de prova, responsabilizando-se diretamente pelos mesmos em caso de extravio ou furto.

10.1.5 - A Comissão de Processo Seletivo Simplificado e o Aplicador de Prova não serão responsabilizados pelo extravio ou furto de objetos deixados pelos candidatos na entrada da sala de prova, conforme previsto no item anterior.

10.1.6 - Somente será admitido na sala de prova o candidato que estiver munido de Cédula de Identidade original ou outro documento de igual valor legal, ou seja: carteira de motorista com foto; carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe que tenha força de documento de identificação; Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Certificado de Reservista.

10.1.7 - Como este documento não será retido será exigido à apresentação do original, não sendo aceita cópia, ainda que autenticada.

10.1.8 - O documento deverá estar em perfeita condição de forma a permitir com clareza a identificação do candidato.

10.1.9 - Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não-identificáveis, danificados ou outro diferente daqueles citados no item 10.1.6.

10.1.10 - O candidato deverá verificar se o tipo de prova recebido é o mesmo determinado no seu cartão de respostas.

10.1.11 - Não será admitida a entrada do candidato que se apresentar após a hora determinada para o início da prova.

10.1.12 - A prova não será realizada fora do local e horário determinado neste Edital.

10.2.13 - Durante a realização da prova, não será permitida consulta de nenhuma espécie.

10.1.14 - Não haverá segunda chamada para início da prova. O candidato ausente ou que se apresentar após o horário estabelecido, será automaticamente excluído da realização da prova. Não havendo, em hipótese alguma outra oportunidade.

10.1.15 - Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova.

10.1.16 - Na prova só será considerada, para efeito de pontuação, as anotações constantes do Cartão de Resposta preenchido a caneta esferográfica preta ou azul não porosa.

10.1.17 - Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas por erro material quando da elaboração serão atribuídos a todos os candidatos presentes que tiverem relação com as mesmas.

10.1.18 - Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao Aplicador o seu Cartão de Respostas e levar consigo o Caderno de Provas.

11 - DA PONTUAÇÃO DAS PROVAS:

11.1 A Prova teórica (questões objetivas) terá o seguinte peso:

Provas áreas	Número de questões	Valor da questão	Pontuação das provas	Total de pontos
Língua Portuguesa	10	1,0	0 a 10	**50**
Matemática	10	1,0	0 a 10	
Conhecimentos específicos	15	2,0	0 a 30	

11.2 - Os pontos correspondentes às questões porventura anuladas serão atribuídos a todos os candidatos presentes na aplicação da prova independentemente da formulação de recursos.

11.3 - O candidato que não obtiver o mínimo de 15 pontos na prova teórica será considerado inapto para o exercício do emprego público pleiteado e será desclassificado automaticamente.

11.4 - O candidato que zerar em uma das áreas da prova objetiva (Língua Portuguesa, Matemática ou Conhecimentos Específicos) será considerado inapto para a contratação do emprego público pleiteado e será desclassificado automaticamente.

12. DOS CRITÉRIOS DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

12.1 - A classificação final será realizada pela ordem decrescente da pontuação final atribuída a cada um dos candidatos. Ocorrendo igualdade na pontuação final, serão observados, sucessivamente, os critérios de desempate, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

a) For mais idoso (a), desde que tenha idade igual ou superior a sessenta anos, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;

b) Obtiver maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;

c) Obtiver maior nota na prova de Língua Portuguesa;

d) Obtiver maior nota na prova de Matemática;

e) Sorteio Público.

12.2 - A pontuação para o desempate será apenas o suficiente para que o mesmo ocorra.

12.3 - Da desclassificação:

12.4.1 - Será considerado desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que:

a) Zerar numa das áreas da Prova Objetiva (Língua Portuguesa, Matemática ou Conhecimentos Específicos);

b) Não obtiver o mínimo de 15 pontos na prova teórica;

12.4.2 - Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que durante a sua realização:

a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas.

b) utilizar-se de livros, dicionário, notas ou impressos que não forem explicitamente permitidos ou, ainda, que se comunicar com outro candidato.

c) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.

d) recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização.

e) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento do aplicador de provas.

f) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, levando o cartão de respostas.

g) descumprir as instruções contidas nos Editais, na capa da prova e no cartão de respostas.

h) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

i) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do processo seletivo.

j) não registrar a sua assinatura no cartão respostas e na folha de presença.

k) descumprir as normas constantes deste Edital ou as impostas pela Comissão de Processo Seletivo.

l) não entregar a documentação exigida no ato da contratação no prazo determinado no ato convocatório, ressalvados os casos permitidos por lei.

m) não comprovar as informações prestadas no ato da inscrição.

n) aprovado, não comparecer nos locais, prazos, horários e condições especificados neste Edital.

13. DO CARTÃO DE RESPOSTAS

13.1 - O cartão de respostas será o único documento válido para a correção das provas e o candidato será o único responsável pelo seu preenchimento, devendo proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e no cartão de respostas.

13.2 - Em hipótese alguma haverá substituição do cartão de respostas por erro de preenchimento por parte do candidato.

13.3 - O cartão de respostas do candidato deverá ser preenchido com caneta esferográfica azul ou preta, no campo da alternativa julgada correta.

13.4 - Não serão atribuídos pontos às questões da prova objetiva, que estiverem emendadas, rasuradas, preenchidas a lápis, que contiverem mais de uma ou nenhuma resposta assinalada.

13.5 - Não será permitido que outras pessoas façam as marcações no cartão de respostas, ressalvados os casos de atendimento especial. Neste caso, se necessário, o candidato será acompanhado pelo Aplicador de Provas designado pela Comissão de Processo Seletivo e devidamente treinado.

13.6 - É responsabilidade do candidato a conferência de seus dados pessoais, em especial o nome, o número de inscrição, o número de seu documento de identidade e o emprego público de sua opção impressos na sua folha de respostas.

13.7 - Serão consideradas nulas as questões de múltiplas escolhas que estiverem preenchidas a lápis, que contenha rasuras ou dupla marcação.

13.8 - No preenchimento do cartão de respostas é necessário que o campo correspondente à alternativa correta seja totalmente pintado, sob pena de anulação da questão não preenchida corretamente.

13.9 - As questões respondidas erradamente não anularão as questões respondidas corretamente.

13.10 - As questões deixadas em branco, que contenham mais de uma opção marcada, ou com rasuras, ainda que legíveis, serão consideradas nulas.

13.11 - O candidato que danificar, rasgar ou praticar qualquer ato com o cartão resposta de forma que impossibilite ou prejudique o preenchimento e/ou correção, será sumariamente eliminado do Processo Seletivo.

14. DOS RECURSOS

14.1 - Dos atos praticados pela Comissão do Processo Seletivo caberá recurso na forma da lei, desde que apresentado no prazo referido a seguir, contado da data da sua divulgação, ressalvados os prazos específicos previstos neste Edital:

a) Indeferimento de inscrição: O candidato terá até as 23h59 do dia útil subsequente à divulgação do indeferimento da inscrição, para entrar com recurso, que deverá ser enviado pelo e-mail: consprevmt@.gmail.com.

b) Divulgação do gabarito da Prova Objetiva: O candidato terá até as 23h59 do dia útil subsequente à divulgação do indeferimento da inscrição, para entrar com recurso, que deverá ser enviado pelo e-mail: consprevmt@.gmail.com.

c) Divulgação do Resultado Final do Desempenho dos candidatos: O candidato terá até as 23h59 do dia útil subsequente à divulgação do indeferimento da inscrição, para entrar com recurso, que deverá ser enviado pelo e-mail: consprevmt@.gmail.com.

14.2 - Admitir-se-á um único recurso por questão para cada candidato, relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado. Não serão aceitos os recursos sem argumentação plausível.

14.3 - O recurso versará unicamente acerca do indeferimento de inscrição ou da formulação das questões e da opção considerada como certa, obrigatoriamente sob a forma do item 18.19 (letras a e b), deste edital.

14.4 - O recurso poderá ser protocolado na Sede do Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV, com Endereço na Avenida Rubens de Mendonça, 3920, Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, na sede da AMM (Centro de Capacitação), contato via fone: (65) 2123-1236 e (65) 3641-3813, mediante requerimento dirigido à Comissão de Processo Seletivo, no horário de expediente (8h às 11h; e das 13h às 16h) ou pelo e-mail: consprevmt@.gmail.com.

14.5 - O Aviso de Recebimento Postal -(AR), para efeito de ingresso do pedido recursal tem seu efeito equivalente ao do protocolo, obviamente sendo considerada a data de recebimento e não de emissão da postagem, para a contagem do prazo estabelecido pelo item 14.1 deste edital.

14.6 - As alterações que porventura ocorrerem emanadas por provimento do recurso interposto, deverão ser publicadas no Mural da sede do Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV, Jornal Oficial dos Municípios e site do Consórcio: www.consprev.com.br, em até 02 (dois) dias úteis do recebimento do recurso do candidato.

14.7 - Não serão aceitos os recursos interpostos fora do prazo aqui estabelecido, sendo considerada para tanto, a data em que foi protocolado, bem como, àqueles que não estiverem fundamentados, sem os dados necessários à identificação do candidato, sendo liminarmente indeferido os que não contenham fatos novos ou que se baseiam em razões subjetivas.

14.8 - Se o julgamento dos recursos resultar em anulação de questão (ões), a pontuação correspondente a cada questão anulada, será atribuída a todos os candidatos que as tiverem, independentemente de terem recorrido.

14.9 - A decisão do recurso será dada coletivamente por meio de Edital Complementar que será fixado no Mural da sede do Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV, Jornal Oficial dos Municípios e site do Consórcio: www.consprev.com.br.

15. DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

15.1 - Após a divulgação do resultado final, o Processo Seletivo será homologado pelo Presidente do Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV, mediante publicação no Mural da sede do Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV, Jornal Oficial dos Municípios e site do Consórcio: www.consprev.com, observado o cronograma do item 5e o prazo legal para interposição de recursos.

16. DA CONTRATAÇÃO

16.1 - O candidato aprovado neste Processo Seletivo será convocado para a entrega dos comprovantes dos requisitos exigidos para provimento do emprego público pleiteado, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação, após a ocorrência da Homologação do Resultado do Processo Seletivo.

16.2 - A convocação do candidato aprovado processar-se-á de acordo com as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV, não havendo obrigatoriedade do preenchimento imediato de qualquer uma das vagas oferecidas.

16.3 - A contratação do candidato se dará após a ocorrência do que prevê o item 16.1 deste Edital, e será efetivada por ato exclusivo do Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV.

16.4 - O exercício do emprego ocorrerá imediatamente após a contratação.

16.5 - Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o candidato aprovado que:

a) Não se apresentar no prazo fixado pelo Ato de Convocação.

b) Não se apresentar para o exercício da função no prazo determinado na contratação.

c) Não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do emprego público.

16.6 - Para os candidatos que residem fora da sede do Município de Cuiabá, o Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV, ficará isento da responsabilidade no que tange a locomoção, residência, mudança e outros etc.

16.7 - Em conformidade com o § 2º do artigo 6º da Lei 11.107/2005, o Regime Jurídico do quadro de pessoal, sob o qual serão contratados os candidatos aprovados através do Processo Seletivo, será o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e Regime Geral de Previdência. Este regime não envolve, em qualquer hipótese, a estabilidade prevista no artigo 41, da Constituição Federal e não gera direito de efetivação no cargo em conformidade com a Resolução n.º 002 de 19 de novembro de 2019, publicada nas páginas 8/12 da edição n.º 3.360 do Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso dia 21/11/2019.

16.7.1 – A contratação será em caráter experimental nos termos do Art. 445 da CLT; ou seja, contratação por prazo determinado por 45 (quarente e cinco) dias, prorrogável automaticamente por mais 45 (quarenta e cinco) dias; ao final do qual se não houver aprovação da experiência o mesmo será rescindido sem direito a Aviso Prévio e multa fundiária; do contrário passará a vigorar as demais regras do presente edital.

16.8 - A contratação será realizada obedecendo-se aos parâmetros legais pertinentes, mediante apresentação de toda a documentação para atendimento à legislação trabalhista e de exame médico pré-admissional, com caráter eliminatório, considerando-se as condições de saúde necessárias ao seu exercício pleno.

16.9 - O contrato de trabalho será pelo prazo determinado de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

16.10 - O contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a indenizações:

16.10.1 - Pelo término do prazo contratual.

16.10.2 - Por iniciativa do contratado.

16.10.3 – Por acordo entre as partes.

16.11 - Ao final do contrato por prazo determinado, o contratado(a) não faz jus a Aviso Prévio, Multa do FGTS e direito a Seguro Desemprego na forma da Legislação do Trabalho;

16.12 - As atribuições, carga horária e requisitos para os cargos são os constantes do item 2.1.2 deste Edital em conformidade com a Resolução n.º 002 de 19 de novembro de 2019, publicada nas páginas 8/12 da edição n.º 3.360 do Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso dia 21/11/2019 e alterações posteriores.

16.13 - As despesas decorrentes para o pagamento dos aprovados e convocados ao exercício, ocorrerão sob as dotações específicas em conformidade com a Resolução Orçamentária para o e orçamento vigente e nas resoluções orçamentárias dos orçamentos vindouros.

17. DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO

17.1 - A Comissão do Processo Seletivo ficará instalada na sede do Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV, durante o horário de expediente e acompanhará todos os procedimentos tomados para a realização do Processo Seletivo.

17.2 - A Comissão Coordenadora do Processo Seletivo –CCPS é formada nos termos da Portaria do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV n.º 003 de 10 de março de 2020.

17.3 - A elaboração, aplicação e correção das provas ficará a cargo dos técnicos do Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV com eventual apoio dos técnicos dos municípios consorciados.

18. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

18.1 - A impugnação a este edital pode ser interposta com até dois dias úteis após a data de abertura das inscrições, que deve ser enviado para o e-mail: consprevmt@.gmail.com.

18.2 - Do pedido de impugnação poderá resultar a retificação deste Edital.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado terá o prazo de validade de 01(um) ano contado a partir da sua homologação e prorrogável por mais 12 meses.

19.2 - A inscrição neste Processo Seletivo, para todo e qualquer efeito de direito, expressa o conhecimento e a aceitação por parte do candidato de todas as normas constantes deste Edital.

19.3 - Durante a vigência do Processo Seletivo, na hipótese de abertura de novas vagas por desistências, eliminações de candidatos convocados ou necessidade do Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV, o Consórcio promoverá tantas convocações e contratações quantas julgar necessárias durante o período de validade do Processo Seletivo dentre os candidatos aprovados, obedecida rigorosamente à ordem de classificação.

19.4 - Os candidatos aprovados, excedentes às vagas atualmente existentes, serão mantidos em cadastro durante o prazo de validade do Processo Seletivo e poderão ser convocados em função da disponibilidade de futuras vagas, ficando sob a responsabilidade do candidato o acompanhamento das convocações do Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV.

19.5 - Será considerado desistente e, portanto, eliminado do Processo Seletivo o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas pelo Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV, para contratação e início do exercício da função, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

19.6 - O candidato que, à época da contratação, não comprovar que preenche os requisitos indispensáveis para o exercício legal do emprego público para o qual foi aprovado será considerado eliminado sumariamente, não podendo ser aproveitado para outro emprego público.

19.7 - O candidato será responsável pela exatidão e atualização de seus dados cadastrais, durante a validade do Processo Seletivo, em especial o endereço residencial.

19.8 - Não será fornecido documento comprobatório de participação ou classificação no Processo Seletivo, salvo as publicações que se fizerem necessárias.

19.9 - A aprovação ou classificação no Processo Seletivo assegurará apenas a expectativa de direito à contratação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes e do exclusivo interesse público e conveniência do Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV.

19.10 - A verificação, em qualquer época, de declaração ou de apresentação de documentos falsos ou a prática de ato doloso pelo candidato, importará na anulação de sua inscrição e de todos os atos decorrentes, sem prejuízo de outros procedimentos legais.

19.11 - Não será efetivada a contratação do candidato aprovado quando condenado, em processo criminal com sentença transitada em julgado, ou exonerado por demérito do serviço público, observando o prazo de prescrição.

19.12 - O Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV, através da Comissão do Processo Seletivo, fará divulgar, sempre que necessário, editais complementares e/ou avisos oficiais, erratas, e outros, referentes ao presente Edital, sendo de inteira responsabilidade do candidato acompanhar tais publicações no site do Consórcio, no Jornal Oficial dos Municípios ou na sede do Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios Matogrossenses – CONSPREV em local de praxe (mural).

19.13 - Não haverá segunda chamada para a prova objetiva e/ou títulos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato para justificar sua ausência.

19.14 - O candidato que chegar após o horário marcado para o início da prova ou utilizar-se de meio ilícito para a sua realização, será eliminado do Processo Seletivo.

19.15 - Não será permitida a entrada no local das provas, de candidato que não estiver em condições para realização da mesma, tais como: alcoolizado, com trajes inadequados e outros fatores que possam vir a perturbar o perfeito andamento da prova.

19.16 - Em hipótese alguma haverá vista ou revisão da prova.

19.17 - Os candidatos a qualquer emprego público obrigam-se a prestar os serviços inerentes ao emprego público, sendo que a recusa em prestar os serviços, na vaga de direito, importa em desistência tácita do presente Processo Seletivo.

19.18 - São partes integrantes do presente Edital:

a) Anexo I –Do Conteúdo Programático da Prova Objetiva

b) Anexo II – Do Recurso

18.19 - O Anexo II é constituído de 02 partes, sendo:

a) Parte 01: Do Recurso

b) Parte 02: Justificativa do Recurso

19.20 - Todos os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não estejam expressamente previsto neste Edital serão resolvidos pela Comissão deste Processo Seletivo.

19.21 - A Comissão do Processo Seletivo está autorizada a tomar decisões supervenientes, desde que atendam a coletividade e o interesse público.

Cuiabá/MT, 13 de março de 2020.

RENATO FERREIRA DE SANTANA LARA

Presidente da Comissão do Processo Seletivo 001/2020

ANEXO I

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA

Cargo: Recepcionista/Telefonista

O conteúdo programático das áreas de Língua Portuguesa e Matemática envolverá:

Língua Portuguesa: I. Texto: Compreensão e interpretação de textos; narração, descrição e dissertação. II. Estilo Textual: Linguagem formal e Informal, linguagem denotativa e conotativa. III. Estrutura Textual: Frase, oração, período, parágrafo, coesão e coerência. IV. Língua padrão: pontuação, ortografia, acentuação, concordância verbal e nominal. Observação: Nível de complexidade compatível com a escolaridade exigida para o cargo.

Matemática: Números inteiros e racionais: leitura e escrita de números; operações (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação); expressões numéricas; múltiplos e divisores de números naturais; problemas. Sistemas de medidas: medidas de tempo; sistema decimal de medidas; sistema monetário brasileiro; problemas. Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; divisão em partes proporcionais; regra de três simples; porcentagem e problemas.

Específicos: Os conhecimentos específicos estarão diretamente ligados ao cargo, observando a prática do dia a dia – conhecimento básico para a função.

Noções de Cidadania; Qualidade no atendimento: Atendimento ao público interno e externo. Comunicação; Elementos da comunicação, emissor e receptor; Redação e Documentos oficiais: formas de tratamento, elaboração, organização e expedição de documentos oficiais como relatório, ofício, memorando, aviso, ata, atestado, declaração, despacho, portaria, moção, pedido de providência, requerimento, circular e etc.; Recepção e despacho de documentos; Uso de equipamentos de escritório. Correspondência Oficial, recebimentos e envios; Técnicas de arquivos, organização, localização e manutenção; Protocolos em geral, recebimento, envio e registro; Relacionamento Interpessoal; Linguagem social. Conhecimentos básicos em informática: Software, hardware e redes. Editor de texto. Planilha Eletrônica. Conceitos de Internet e Intranet. Correio eletrônico. Cópias de segurança (backup). Conceito e organização de arquivos (pastas/diretórios). Tipos de arquivos. Noções básicas de armazenamento de dados.

ANEXO II

(Parte 01)

INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

1. Identificação do Candidato

Nome: _____

Número da inscrição: _____

Emprego Público: Recepcionista/Telefonista

2. Solicitação

De acordo com as especificações constantes no verso desta página solicito revisão de (assinalar com X o(s) objeto(s) recorrido(s):

Indeferimento de inscrição.

Gabarito da prova objetiva.

Resultado Final de desempenho do(a) candidato (a)

3 - Observações necessárias à sua formulação:

O recurso deverá ser redigido de forma legível, sendo INDISPENSÁVEL a todos:

- Nome e número de inscrição do candidato, bem como indicação do emprego público a que está concorrendo;

- Argumentação lógica e consistente (justificativa).

Data: _____/_____/2020 Assinatura do Candidato	Recebido em: _____/_____/2020 Assinatura Membro da CPS 001/2020

ANEXO II

(Parte 02)

JUSTIFICATIVA DO RECURSO

Cargo: Recepcionista/Telefonista N.º da Inscrição: _____ Data: ____/____/2020.	Assinatura do candidato

*Caso esta folha seja insuficiente, retire uma fotocópia e, obrigatoriamente date, numere e assine todas as demais páginas, sobre pena de nulidade.

ANEXO 12

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS MATO-GROSSENSES

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2019 — DEZEMBRO(31/12/2019) —

ISOLADO:1 - CONSPREV

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES(I)	80.000,00	80.000,00	75.531,10	-4.468,90
TRANSFERENCIAS CORRENTES	80.000,00	80.000,00	73.521,10	-6.478,90
Transferências do Municipio e suas Entidades	80.000,00	80.000,00	73.521,10	-6.478,90
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	2.010,00	2.010,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	2.010,00	2.010,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	10.000,00	10.000,00	0,00	-10.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	10.000,00	10.000,00	0,00	-10.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	10.000,00	10.000,00	0,00	-10.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	90.000,00	90.000,00	75.531,10	-14.468,90
REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	90.000,00	90.000,00	75.531,10	-14.468,90
DÉFICIT (VI)			0,00	
TOTAL (VII) = (V+VI)	90.000,00	90.000,00	75.531,10	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	
(UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)		0,00	0,00	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	
Superávit Financeiro		0,00	0,00	
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	

FERNANDA DE JESUS NASCIMENTO
CONTADORA
00973051116

PEDRO FERREIRA DE SOUZA
PRESIDENTE
52235653120

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS MATO-GROSSENSES

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2019 — DEZEMBRO(31/12/2019) —

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	80.000,00	73.400,00	8.605,10	8.605,10	7.080,12	64.794,90
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	59.000,00	52.400,00	6.608,31	6.608,31	5.083,33	45.791,69
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.000,00	21.000,00	1.996,79	1.996,79	1.996,79	19.003,21
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	10.000,00	16.600,00	16.513,72	16.513,72	16.513,72	86,28
INVESTIMENTOS	10.000,00	16.600,00	16.513,72	16.513,72	16.513,72	86,28
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IV+X)	90.000,00	90.000,00	25.118,82	25.118,82	23.593,84	64.881,18
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	90.000,00	90.000,00	25.118,82	25.118,82	23.593,84	64.881,18
SUPERÁVIT (XIV)			50.412,28			
TOTAL (XV)=(XIII + XIV)	90.000,00	90.000,00	75.531,10	25.118,82	23.593,84	64.881,18
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)	(C)	(d)	(e)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FERNANDA DE JESUS NASCIMENTO
CONTADORA
00973051116

PEDRO FERREIRA DE SOUZA
PRESIDENTE
52235653120

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS MATO-GROSSENSE

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2019 DEZEMBRO(31/12/2019) 3 of 3

NOTA EXPLICATIVA

INSERIR TEXTO

FERNANDA DE JESUS NASCIMENTO
CONTADORA
00973051116

PEDRO FERREIRA DE SOUZA
PRESIDENTE
52235653120

ANEXO 13

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS MATO-GROSSENSES

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Exercício de 2019 — Dezembro(31/12/2019) — 1 of 1

ISOLADO:1 - CONSPREV

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		**75.531,10**	**12.596,00**	**DESPESA ORÇAMENTÁRIA**		**25.118,82**	**661,00**
RECURSOS DO EXERCíCIO CORRENTE		75.531,10	12.596,00	RECURSOS DO EXERCíCIO CORRENTE		25.118,82	661,00
GERAL		75.531,10	12.596,00	GERAL		25.118,82	661,00
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		**2.284,70**	**0,00**	**SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE**		**58.664,48**	**11.935,00**
RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)		1.524,98	0,00	CONTA ÚNICA (F)		58.664,48	11.935,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		1.524,98	0,00	**TOTAL**		**83.783,30**	**12.596,00**
CONSIGNAÇÕES		759,72	0,00				
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)		213,06	0,00				
OUTROS CONSIGNATARIOS (F)		546,66	0,00				
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		**5.967,50**	**0,00**				
CONTA ÚNICA (F)		5.967,50	0,00				
TOTAL		**83.783,30**	**12.596,00**				

FERNANDA DE JESUS NASCIMENTO
CONTADORA
00973051116

PEDRO FERREIRA DE SOUZA
PRESIDENTE
52235653120

ANEXO 14 B FINANCEIRO

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS MATO-GROSSENSES

ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2019

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Dezembro(31/12/2019)

ISOLADO:1 - CONSPREV

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	**58.664,48**	**5.967,50**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**2.284,70**	**0,00**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**58.664,48**	**5.967,50**	**OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI**	**1.524,98**	**0,00**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	**58.664,48**	**5.967,50**	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR**	**1.524,98**	**0,00**
CONTA ÚNICA (F)	58.664,48	5.967,50	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	1.118,32	0,00
			FGTS	406,66	0,00
			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	**759,72**	**0,00**
			VALORES RESTITUÍVEIS	**759,72**	**0,00**
			CONSIGNAÇÕES	759,72	0,00
TOTAL	**58.664,48**	**5.967,50**	**TOTAL**	**2.284,70**	**0,00**

FERNANDA DE JESUS NASCIMENTO
CONTADORA
00973051116

PEDRO FERREIRA DE SOUZA
PRESIDENTE
52235653120

ANEXO 14 B PERMANENTE

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS MATO-GROSSENSES

ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2019

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Dezembro(31/12/2019)

ISOLADO:1 - CONSPREV

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	**16.195,90**	**1.020,00**			
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	**16.195,90**	**1.020,00**			
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	**16.195,90**	**510,00**			
CRÉDITOS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS DECORRENTES DE CONTRATO	16.195,90	510,00			
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	**0,00**	**510,00**			
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA (P)	0,00	510,00			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**32.298,13**	**0,00**			
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**16.195,90**	**0,00**			
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	**16.195,90**	**0,00**			
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA (P)	16.195,90	0,00			
IMOBILIZADO	**16.102,23**	**0,00**			
BENS MOVEIS	**16.513,72**	**0,00**			
BENS DE INFORMÁTICA (P)	7.900,00	0,00			
MÓVEIS E UTENSÍLIOS (P)	8.613,72	0,00			
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	**-411,49**	**0,00**			
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS (P)	-411,49	0,00			
TOTAL	**48.494,03**	**1.020,00**			

FERNANDA DE JESUS NASCIMENTO
CONTADORA
00973051116

PEDRO FERREIRA DE SOUZA
PRESIDENTE
52235653120

ANEXO 14 C

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS MATO-GROSSENSES

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2019 — Dezembro(31/12/2019) — 1 of 1

ISOLADO:1 - CONSPREV

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
	ATUAL	EXERC. ANTERIOR
1-00 **RECURSOS ORDINáRIOS-RECURSOS DO EXERCíCIO CORRENTE**	**5.967,50**	**5.967,50**
0 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	5.967,50	5.967,50
1-94 **RECURSOS PRóPRIOS DOS CONSóRCIOS-RECURSOS DO EXERCíCIO CORRENTE**	**50.412,28**	**0,00**
0 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	50.412,28	0,00
TOTAL	**56.379,78**	**5.967,50**

FERNANDA DE JESUS NASCIMENTO
CONTADORA
00973051116

PEDRO FERREIRA DE SOUZA
PRESIDENTE
52235653120

ANEXO 14

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS MATO-GROSSENSES

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2019 — Dezembro(31/12/2019) — 1 of 5

ISOLADO:1 - CONSPREV

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		**74.860,38**	**6.987,50**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**58.664,48**	**5.967,50**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		**58.664,48**	**5.967,50**
CONTA ÚNICA (F)	F	58.664,48	5.967,50
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		**16.195,90**	**1.020,00**
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER		**16.195,90**	**510,00**
CRÉDITOS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS DECORRENTES DE CONTRATO DE RATEIO (P)	P	16.195,90	510,00
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA		**0,00**	**510,00**
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA (P)	P	0,00	510,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**32.298,13**	**0,00**
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**16.195,90**	**0,00**
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		**16.195,90**	**0,00**
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA (P)	P	16.195,90	0,00
IMOBILIZADO		**16.102,23**	**0,00**
BENS MOVEIS		**16.513,72**	**0,00**
BENS DE INFORMÁTICA (P)	P	7.900,00	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS (P)	P	8.613,72	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		**-411,49**	**0,00**
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS (P)	P	-411,49	0,00
TOTAL		**107.158,51**	**6.987,50**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE		**2.284,70**	**0,00**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI		**1.524,98**	**0,00**
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		**1.524,98**	**0,00**
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	1.118,32	0,00
FGTS	F	406,66	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		**759,72**	**0,00**
VALORES RESTITUÍVEIS		**759,72**	**0,00**
CONSIGNAÇÕES	F	759,72	0,00
TOTAL PASSIVO		**2.284,70**	**0,00**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LIQUIDO		**104.873,81**	**6.987,50**
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		**96.015,00**	**6.808,00**
PATRIMÔNIO SOCIAL		**96.015,00**	**6.808,00**
PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO		89.207,00	0,00
PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	P	6.808,00	6.808,00
RESULTADOS ACUMULADOS		**8.858,81**	**179,50**
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		**8.858,81**	**179,50**
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	8.679,31	0,00
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	179,50	179,50
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**104.873,81**	**6.987,50**
TOTAL		**107.158,51**	**6.987,50**

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS MATO-GROSSENSES

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2019 — PERÍODO — 2 of 5

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO FINANCEIRO	58.664,48	5.967,50	PASSIVO FINANCEIRO (2.284,70)+ Restos não Processado(0,00)	2.284,70	0,00
ATIVO PERMANENTE	48.494,03	1.020,00	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
			SALDO PATRIMONIAL	104.873,81	6.987,50

FERNANDA DE JESUS NASCIMENTO
CONTADORA
00973051116

PEDRO FERREIRA DE SOUZA
PRESIDENTE
52235653120

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS MATO-GROSSENSES

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2019 — Dezembro(31/12/2019) —

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior
COMPENSAÇÕES	**16.195,90**	**510,00**			
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	16.195,90	510,00			
TOTAL	**16.195,90**	**510,00**			

FERNANDA DE JESUS NASCIMENTO
CONTADORA
00973051116

PEDRO FERREIRA DE SOUZA
PRESIDENTE
52235653120

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS MATO-GROSSENSES

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2019 — Dezembro(31/12/2019) —

NOTA EXPLICATIVA

ANEXO 14 – BALANÇO PATRIMONIAL

Dívida Ativa Não Tributária

ÿ O saldo da Dívida Ativa Não Tributária em 31.12.2019, se refere a seguinte receitas:

- Contrato de rateio da prefeitura de Acorizal .....R$ 295,00
- Contrato de rateio da prefeitura de Cuiabá .....R$ 6.817,50
- Contrato de rateio da prefeitura de Itaúba .....R$ 125,00
- Contrato de rateio da prefeitura de Nova Marilândia .....R$ 274,00
- Contrato de rateio da prefeitura de Porto Estrela .....R$ 112,50
- Contrato de rateio da prefeitura de Aripuanã .....R$ 20,90
- Contrato de rateio da prefeitura de Barra de Melgaço .....R$ 345,00
- Contrato de rateio da prefeitura de Barra de Colniza .....R$ 351,50
- Contrato de rateio da prefeitura de General Carneiro.....R$ 595,00
- Contrato de rateio da prefeitura de Itiquira .....R$ 871,50
- Contrato de rateio da prefeitura de Nova olimpia .....R$ 515,00
- Contrato de rateio da prefeitura de Novo Horizonte do Norte .....R$ 100,00

FERNANDA DE JESUS NASCIMENTO
CONTADORA
00973051116

PEDRO FERREIRA DE SOUZA
PRESIDENTE
52235653120

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS MATO-GROSSENSES

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2019 — Dezembro(31/12/2019) —

NOTA EXPLICATIVA

- Contrato de rateio da prefeitura de Paranatinga .....R$ 749,00
- Contrato de rateio da prefeitura de Ponte Branca .....R$ 74,50
- Contrato de rateio da prefeitura de Santa Terezinha .....R$ 1.046,50
- Contrato de rateio da prefeitura de Santo Antonio do Leverger .....R$ 1.662,50
- Contrato de rateio da prefeitura de Vale de são domingos .....R$ 340,00
- Contrato de rateio da prefeitura de Vila bela da S. trindade .....R$ 647,00

SALDO TOTAL A RECEBER ..... R$ 16.195,90

FERNANDA DE JESUS NASCIMENTO
CONTADORA
00973051116

PEDRO FERREIRA DE SOUZA
PRESIDENTE
52235653120

ANEXO 15

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS MATO-GROSSENSES

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2019 — Dezembro(31/12/2019) —

ISOLADO:1 - CONSPREV

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS				VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		**16.195,90**	**510,00**	**PESSOAL E ENCARGOS**		**6.608,31**	**0,00**
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		16.195,90	510,00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL		5.083,33	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**1.500,00**	**0,00**	ENCARGOS PATRONAIS		1.524,98	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		1.500,00	0,00	**USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO**		**2.408,28**	**330,50**
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS		**17.695,90**	**510,00**	USO DE MATERIAL DE CONSUMO		670,00	0,00
TOTAL		**17.695,90**	**510,00**	SERVIÇOS		1.326,79	330,50
				DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		411,49	0,00
				TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS		**9.016,59**	**330,50**
				RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)		**8.679,31**	**179,50**
				TOTAL		**17.695,90**	**510,00**

FERNANDA DE JESUS NASCIMENTO
CONTADORA
00973051116

PEDRO FERREIRA DE SOUZA
PRESIDENTE
52235653120

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS MATO-GROSSENSES

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2019

Dezembro(31/12/2019)

ISOLADO:1 - CONSPREV

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		**16.513,72**	**0,00**
INVESTIMENTOS		16.513,72	0,00

FERNANDA DE JESUS NASCIMENTO
CONTADORA
00973051116

PEDRO FERREIRA DE SOUZA
PRESIDENTE
52235653120

ANEXO 16

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS MATO-GROSSENSES

Exercício de 2019

Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada

Dezembro(31/12/2019)

ISOLADO:1 - CONSPREV

TITULOS	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO P/ O PERIODO SEGUINTE
		EMISSÃO	COR. MONET.	RESGATE/AMORTIZ	
Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FERNANDA DE JESUS NASCIMENTO
CONTADORA
00973051116

PEDRO FERREIRA DE SOUZA
PRESIDENTE
52235653120

ANEXO 17

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS MATO-GROSSENSES

Exercício de 2019

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante

Dezembro(31/12/2019)

ISOLADO:1 - CONSPREV

TITULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERIODO				SALDO P/ O PERIODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	TRANSF .RP NAO PROC. LIQ		
				INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS						
EXERCÍCIO 2019	0,00	1.524,98	0,00	0,00	0,00	1.524,98
Sub-total	0,00	1.524,98	0,00	0,00	0,00	1.524,98
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES						
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	0,00	213,06	0,00	0,00	0,00	213,06
OUTROS CONSIGNATARIOS (F)	0,00	546,66	0,00	0,00	0,00	546,66
Sub-total	0,00	759,72	0,00	0,00	0,00	759,72
TOTAL	0,00	2.284,70	0,00	0,00	0,00	2.284,70

FERNANDA DE JESUS NASCIMENTO
CONTADORA
00973051116

PEDRO FERREIRA DE SOUZA
PRESIDENTE
52235653120

*
*

ANEXO 18

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS MATO-GROSSENSES

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2019 — Dezembro(31/12/2019) —

ISOLADO:1 - CONSPREV

QUADRO PRINCIPAL

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		76.290,82	6.298,00
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		2.010,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Receita de Contribuições		0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00
Receita Agropecuária		0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00
Outras Receitas Originárias		2.010,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	A	73.521,10	6.298,00
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		759,72	0,00
Ingressos Extra-orçamentários		759,72	0,00
Transferências Financeiras Recebidas		0,00	0,00
DESEMBOLSOS (Incluidos pagto de RP)		7.080,12	330,50
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	B	7.080,12	330,50
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	C	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	A	0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		0,00	0,00
Desembolsos Extra-Orçamentários		0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		69.210,70	5.967,50

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		16.513,72	0,00
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		16.513,72	0,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-16.513,72	0,00

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		0,00	0,00

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		5.967,50	0,00

FERNANDA DE JESUS NASCIMENTO
CONTADORA
00973051116

PEDRO FERREIRA DE SOUZA
PRESIDENTE
52235653120

Layout conforme IPC 08 - STN

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS MATO-GROSSENSES

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2019 — Dezembro(31/12/2019) — 2 of 3

ISOLADO:1 - CONSPREV

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		52.696,98	5.967,50
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		58.664,48	5.967,50

A - QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	73.521,10	6.298,00
Intergovernamentais	73.521,10	6.298,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	73.521,10	6.298,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00
Total das Transferências Recebidas	**73.521,10**	**6.298,00**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	0,00	0,00
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
FUNDEB (Retenções)	0,00	0,00
Outras Deduções de Receita(Renuncia,Rest,Desc)	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras transferências concedidas	0,00	0,00
Total das Transferências Concedidas	**0,00**	**0,00**

B - QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ADMINISTRAÇÃO	7.080,12	330,50
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	**7.080,12**	**330,50**

FERNANDA DE JESUS NASCIMENTO
CONTADORA
00973051116

PEDRO FERREIRA DE SOUZA
PRESIDENTE
52235653120

Layout conforme IPC 08 - STN

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS MATO-GROSSENSES

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2019 — Dezembro(31/12/2019) — 3 of 3

ISOLADO:1 - CONSPREV

C - QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	**0,00**	**0,00**

FERNANDA DE JESUS NASCIMENTO
CONTADORA
00973051116

PEDRO FERREIRA DE SOUZA
PRESIDENTE
52235653120

Layout conforme IPC 08 - STN

BALANCETE FINANCEIRO

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS MATO-GROSSENSES

AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA

26469179/0001-14 Exercício: 2019

BALANCETE SINTÉTICO DA DESPESA DE DEZEMBRO (01/01/2019 A 31/12/2019)

CONSPREV

Econ	Especificação	Dotação Atual Empenho Atual	Emp no Mês Liq Atual	Liq no Mês Pago Mês	Emp A Pagar Pagto Atual
DESPESAS CORRENTES		73.400,00 8.605,10	8.605,10 8.605,10	8.605,10 7.080,12	1.524,98 7.080,12
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIV	33.400,00 5.083,33	5.083,33 5.083,33	5.083,33 5.083,33	0,00 5.083,33
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	9.000,00 1.524,98	1.524,98 1.524,98	1.524,98 0,00	1.524,98 0,00
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	10.000,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00 670,00	670,00 670,00	670,00 670,00	0,00 670,00
3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.000,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSIC.	2.000,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍI	6.000,00 1.326,79	1.326,79 1.326,79	1.326,79 1.326,79	0,00 1.326,79
DESPESAS DE CAPITAL		16.600,00 16.513,72	16.513,72 16.513,72	16.513,72 16.513,72	0,00 16.513,72
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16.600,00 16.513,72	16.513,72 16.513,72	16.513,72 16.513,72	0,00 16.513,72
TOTAL ORÇAMENTÁRIO...		90.000,00 25.118,82	25.118,82 25.118,82	25.118,82 23.593,84	1.524,98 23.593,84
DESPESAS EXTRA ORÇAMENTARIO				0,00	0,00
TOTAL (ORÇAMENTARIO + EXTRA ORÇAMENTÁRIO)					23.593,84
Saldo para o mês seguinte					
Caixa					
Bancos e Correspondentes..					58.664,48
Total do Saldo					58.664,48
T O T A L G E R A L					82.258,32

CUIABA, 31 de dezembro de 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CODEMA
RESOLUÇÃO CODEMA Nº. 002/2020

RESOLUÇÃO CODEMA Nº. 002/2020

Água Boa-MT, 04 de fevereiro de 2020.

Dispõe sobre a dispensa de Outorga d'água e alvará de corpo de bombeiros e demais atos públicos de liberação para expedição da licença ambiental no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento "Médio Araguaia" – CODEMA.

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "Médio Araguaia" - CODEMA, sob a Presidência do Exmo. Sr. **FERNANDO GORGEN**, no uso de suas atribuições, considerando o que lhe faculta o art. 20 do Estatuto Social e,

Considerando, a portaria nº. 012 de 25 de janeiro de 2010 da SEMA/MT;

Considerando, a lei que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, lei nº. 13.874/2019;

Considerando, por fim, a necessidade de prover maior eficiência aos processos de licenciamento ambiental no âmbito do CODEMA, visto a paralisação dos mesmos ante demora na expedição de atos públicos provenientes de outros órgãos,

RESOLVE:

Art. 1º Fica dispensada a apresentação da Outorga de uso d'agua e alvará do corpo de bombeiros, em todos os processos de competência do Codema, para fim de análise e posterior expedição da licença ambiental, declarações, comunicados de armazém e silo e afins, podendo apresentar outorga e alvará de corpo de bombeiros somente na renovação das licenças ambientais emitidas pelo Codema.

Parágrafo único. Fica dispensada a apresentação de qualquer ato público de liberação, nos termos da Lei nº. 13.874/2019, para expedição da licença ambiental.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigência na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

FERNANDO GORGEN

Presidente do CODEMA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 005/2020.

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 3397/2020, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pelo Decreto nº. 10.024/2019 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº. 005/2020.

OBJETO: Futura e Eventual aquisição de maquinários e equipamentos para Construção da Central de Triagem de Resíduos Sólidos, conforme as especificações constantes no Convênio Funasa nº. 0666/2013 e Parecer Técnico nº. 242/2019/DIESP-MT/SUEST-MT, Processo nº. 25180.001993/2019-24.

DATA: 31/03/2020.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 08h30min.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br, no www.comprasgovernamentais.gov.br e através do e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa-MT, 16 de março de 2020.

Ivania Cezira Volpi Pregoeira Substituta

GEOOBRAS
TERMO ADITIVO Nº. 001/2020 AO CONTRATO Nº. 175/2019.

TERMO ADITIVO Nº. 001/2020 ao Contrato n°. 175/2019 que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL** – Estado de Mato Grosso, e a empresa **MAF CONSTRUTORA EIRELI - ME**, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

PROCESSO: 149/2019

LICITAÇÃO: TP 017/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

OBJETO: Prorrogação de Prazo da Execução e da Vigência do Contrato.

VIGÊNCIA EXECUÇÃO: 15/04/2020.

VIGÊNCIA CONTRATO: 02/05/2020.

DATA: 16/03/2020.

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

GEOOBRAS
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 003/2020 AO CONTRATO 052/2020

CONTRATANTE: **O Município de Água Boa**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.898/0001-90 com sede administrativa a Avenida Planalto, nº. 410, Centro, representado pelo seu prefeito municipal Sr. **Mauro Rosa da Silva**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº. 2. 019.647 SSP/GO e do CPF nº. 333.126.801-15, residente e domiciliado a Rua B, nº. 75, bairro Tropical, na cidade de Água Boa MT.

CONTRATADA:A empresa **WALDERLY GONÇALVES ROSA**, inscrita no CNPJ nº. 22.999.793/0001-37, estabelecida Rua Travessa Pequi, nº 58, Vila Nova, Água Boa – MT, neste ato representado pelo Senhor **Walderly Gonçalves Rosa,** Brasileiro, empresário, Carteira de Identidade nº. 13101498 SSP/MT, CPF nº. 344.496.391-20.

INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo nº. 048/2018, referente ao Pregão nº. 020/2018.

OBJETO: Contratação de serviços de jardinagem, capina e poda de arvores com recolhimento de entulhos para as diversas Secretarias Municipais.

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº. 003/2020, cujo objetivo é a alteração do Disposto na **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**, prevista no instrumento inicial, transferindo valores entre dotações orçamentárias, conforme o orçamento fiscal vigente:

DOTAÇÃO CONTRATUAL

Órgão: Secretaria de Cidade e Meio Ambiente

Unidade: DEMAE

Elemento de despesa: 3.3.90.39

DOTAÇÃO APOSTILAMENTO

R$ 15.650,00

Órgão: 05 - Secretaria de Educação

Unidade: 001 - MDE 25% - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Despesa/Elemento: 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Código Reduzido: 132

DESCRIÇÃO	QTD	UNT.	TOTAL
SERVICO DE JARDINAGEM PODA DE ARVORE - GRANDE PORTE	50	R$ 80,00	R$ 4. 000,00
SERVICO DE JARDINAGEM PODA DE ARVORE - MEDIO PORTE	70	R$ 50,00	R$ 3. 500,00
SERVICO DE JARDINAGEM PODA DE ARVORE - PEQUENO PORTE	50	R$ 35,00	R$ 1. 750,00
SERVICO DE JARDINAGEM PLANTIO DE GRAMA	1000	R$ 4,00	R$ 4. 000,00
SERVIÇO DE JARDINAGEM CORTE DA GRAMA	2000	R$ 1,20	R$ 2. 400,00

Água Boa, 16 de março de 2020.

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Processo Nº.: 22/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2020

No dia 16 do mês de Março do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.133.097/0001-07, com sede administrativa localizada na RUA DOM AQUINO 346, bairro CENTRO, CEP nº. 78770-000, nesta cidade de Alto Garças/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CLAUDINEI SINGOLANO, inscrito no CPF sob o nº. 051.358.398-01, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 8/2020, Processo Licitatório nº. 22/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS E ORIGINAIS, NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS QUE COMPÕE A FROTA MUNICIPAL DA PREFEITURA DE ALTO GARÇAS, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
3408	BIELMAQ COMERCIO DE PECAS PARA MAQUINAS LTDA - EPP	
2767	DIMAQ CAMPOTRAT CUIABÁ COMERCIAL LTDA	
1627	N.E. EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA	1, 2, 5, 6, 9, 10, 13, 15, 16
3907	SO PESADO COMERCIO DE PECAS EIRELI	
3999	TRATORNORTE COMERCIO DE PECAS PARA TRATORES LTDA	
1095	TRICATE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA.	
4000	W. F. OLIVEIRA COM. DE PECAS E MAQUINAS	3, 4, 7, 8, 11, 12, 14

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BIELMAQ COMERCIO DE PECAS PARA MAQUINAS LTDA - EF	17.274.687/0001-56	LUCAS FELIPE DA SILVA MATOS	042.861.901-02
DIMAQ CAMPOTRAT CUIABÁ COMERCIAL LTDA	05.220.404/0001-04	VALDINEI MORAES DO CARMO	034.870.991-95
N.E. EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LT	09.619.626/0001-55	PAULO DE CAMPOS NEVES	009.222.321-48
SO PESADO COMERCIO DE PECAS EIRELI	24.717.067/0001-00	CARLOS VINICIUS VILAS BOAS LOPE	733.072.461-00
TRATORNORTE COMERCIO DE PECAS PARA TRATORES LTI	33.954.743/0001-50	MATHEUS HEMERSON DA SILVA MAT	048.898.571-41
TRICATE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA.	70.430.558/0001-92	SERGIO CARDOSO DE SOUZA	345.594.261-04
W. F. OLIVEIRA COM. DE PECAS E MAQUINAS	26.875.998/0001-61	GUTEMBERG DA SILVA SANTOS	031.207.351-83

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS E ORIGINAIS, NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS QUE COMPÕE A FROTA MUNICIPAL DA PREFEITURA DE ALTO GARÇAS, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MAIOR DESCONTO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Processo Nº.: 22/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2020

Fornecedor: 1627 - N.E. EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PEÇAS GENUÍNAS CATERPILLAR	UN	CATERPILLAI	1,000	0,0000	0,00
2	PEÇAS ORIGINAIS CATERPILLAR	UN	CATERPILLAI	1,000	0,0000	0,00
5	PEÇAS GENUÍNAS CASE	UN	CASE	1,000	0,0000	0,00
6	PEÇAS ORIGINAIS CASE	UN	CASE	1,000	0,0000	0,00
9	PEÇAS GENUÍNAS FORD	UN	FORD	1,000	0,0000	0,00
10	PEÇAS ORIGINAIS FORD	UN	FORD	1,000	0,0000	0,00
13	PEÇAS GENUÍNAS KOMATSU	UN	KOMATSU	1,000	0,0000	0,00
15	PEÇAS GENUÍNAS MASSEY FERGUNSON	UN	MASSEY FER	1,000	0,0000	0,00
16	PEÇAS ORIGINAIS MASSEY FERGUNSON	UN	MASSEY FER	1,000	0,0000	0,00

Fornecedor: 4000 - W. F. OLIVEIRA COM. DE PECAS E MAQUINAS

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	PEÇAS GENUÍNAS NEW HOLLAND	UN	GENUINAS	1,000	0,0000	0,00
4	PEÇAS ORIGINAIS NEW HOLLAND	UN	ORIGINAIS	1,000	0,0000	0,00
7	PEÇAS GENUÍNAS JBC	UN	GENUINAS	1,000	0,0000	0,00
8	PEÇAS ORIGINAIS JBC	UN	ORIGINAIS	1,000	0,0000	0,00
11	PEÇAS GENUÍNAS TEMA TERRA	UN	GENUINAS	1,000	0,0000	0,00
12	PEÇAS ORIGINAIS TEMA TERRA	UN	ORIGINAIS	1,000	0,0000	0,00
14	PEÇAS ORIGINAIS KOMATSU	UN	ORIGINAIS	1,000	0,0000	0,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Alto Garças,16 de Março de 2020.

CLAUDINEI SINGOLANO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

BIELMAQ COMERCIO DE PECAS PARA MAQUINAS LTDA - EPF	CNPJ:	17.274.687/0001-56
DIMAQ CAMPOTRAT CUIABÁ COMERCIAL LTDA	CNPJ:	05.220.404/0001-04
N.E. EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA	CNPJ:	09.619.626/0001-55
SO PESADO COMERCIO DE PECAS EIRELI	CNPJ:	24.717.067/0001-00
TRATORNORTE COMERCIO DE PECAS PARA TRATORES LTDA	CNPJ:	33.954.743/0001-50
TRICATE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA.	CNPJ:	70.430.558/0001-92
W. F. OLIVEIRA COM. DE PECAS E MAQUINAS	CNPJ:	26.875.998/0001-61

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, por intermédio do seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designado(s) pela Portaria n° 062/2020, de 02/03/2020, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado final obtido do processo supracitado, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS E ORIGINAIS, NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS QUE COMPÕE A FROTA MUNICIPAL DA PREFEITURA DE ALTO GARÇAS, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, sagrando-se vencedor(a) a(s) empresa(s) para os itens a seguir: ITENS 1, 2, 5, 6, 9, 10, 13, 15 e 16 – N. E. EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA (1627), inscrita no CNPJ sob o n° 09.619.626/0001-55 – ITENS 3, 4, 7, 8, 11, 12 e 14 – W. F. OLIVEIRA COMERCIO DE PEÇAS E MAQUINAS (4000), inscrita no CNPJ sob o nº 26.875.998/0001-61, por terem ofertados os maiores descontos nos itens. Não havendo interposição de recurso, os objetos da licitação ficam adjudicados à classificada conforme acima mencionado. Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e pregoeira pelo fone/fax (66) 3471-2450, e-mail: licitacaoag2017-2020@hotmail.com. Alto Garças – MT, 16 de março de 2020. **Hugo Borges de Oliveira Lemos - Pregoeiro Oficial.**

PORTARIA N° 078 DE 12 DE MARÇO DE 2020

"Nomeia ROSEMARY DOS SANTOS RODRIGUES, para a função gratificada de Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 873 de 24 de Outubro de 2011 e a Lei Municipal nº 874, de 08 de Novembro de 2011.

CONSIDERANDO, Ofício nº 043/2020/SME/MJMC, enviado pela Secretaria Municipal de Educação.

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear, **ROSEMARY DOS SANTOS RODRIGUES**, portadora do Registro Geral n° 895257 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob n° 621.231.061-00, para a função gratificada de Coordenadora Pedagógica da Creche Municipal Clemência M. de Oliveira, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 13 de Março de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 12 de Março de 2020.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PORTARIA N° 079 DE 12 DE MARÇO DE 2020

"Nomeia TAYLON CAVALCANTE MORAES, para a função gratificada de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 873 de 24 de Outubro de 2011 e a Lei Municipal nº 874, de 08 de Novembro de 2011.

CONSIDERANDO, Ofício nº 043/2020/SME/MJMC, enviado pela Secretaria Municipal de Educação.

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear, **TAYLON CAVALCANTE MORAES**, portadora do Registro Geral n° 187968-85 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob n° 624.590. 751-38, para a função gratificada de Coordenador Pedagógico da Escola Municipal Agrícola Dr. Tancredo de A. Neves, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 13 de Março de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 12 de Março de 2020.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PORTARIA N° 077 DE 12 DE MARÇO DE 2020

"Nomeia KERLIANA SILVA SOUSA, para a função gratificada de Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 873 de 24 de Outubro de 2011 e a Lei Municipal nº 874, de 08 de Novembro de 2011.

CONSIDERANDO, Ofício nº 043/2020/SME/MJMC, enviado pela Secretaria Municipal de Educação.

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear, **KERLIANA SILVA SOUSA**, portador do Registro Geral n° 805731 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob n° 107.246.784-41, para a função gratificada de Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal José David Dias CAmpos, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, retroativo a 11 de Março de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 12 de Março de 2020.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

NOTIFICAÇÃO - CONTRATO 063/2019 - RECUPERAÇÃO ASFÁLTO

NOTIFICAÇÃO Nº 003/2020 DE/PREF

Alto Paraguai – MT, 16 de março de 2020

EMPRESA: CONSTRUTORA ALTO MONTE EIRELI - EPP

CNPJ: 22.103.781/0001-82

OBRA: Pavimentação Asfáltica, Drenagem Superficial de Águas Pluviais, Sinalização Viária e Passeio Público em vias Urbanas

CONTRATO: 063/2019

NOTIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, através do Departamento de Engenharia **NOTIFICA** a empresa **CONSTRUTORA ALTO MONTE EIRELI-EPP,** CNPJ 22.103.781/0001-82, responsável pela execução da obra de *Pavimentação Asfáltica, Drenagem Superficial de Águas Pluviais, Sinalização Viária e Passeio Público em Vias Urbanas* **referente** ao **RETRABALHO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO QUE SOFREU DESAGREGAÇÃO. Desta forma, solicita-se a aplicação de novo material asfáltico**, conforme consta no Relatório Técnico n° 007/2020 DE/PREF.

Os serviços deverão ser executados apenas durante o período de estiagem a fim de garantir melhores resultados.

Sem mais para o momento, aproveito para renovar meus votos de estima.

Atenciosamente,

_____

JONAS BOTAN

Engenheiro Civil

CREA MT034430

PORTARIA 069/2020

PORTARIA 069/2020

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder 120 (cento e vinte) dias, de gozo da **Licença Maternidade,** período compreendido entre 01/03/2020 a 29/06/2020, á Servidora**,** portadora do **RG N° 27131025 SSP/MT** e do **CPF N° 029.565.639.55, TEC EM ENFERMAGEM– TEC DE NIVEL MÉDIO DA SAÚDE,** conforme Artigos 127 da Lei Municipal 11 de 19/11/90, conforme atestado médico em anexo.

. **Art. 2º. –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 01 de Março de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

NOTIFICAÇÃO - CONTRATO 014/2019 - MATERIAL DE JAZIDA SEM ENSAIO

NOTIFICAÇÃO Nº 004/2020 DE/PREF

Alto Paraguai – MT, 16 de março de 2020

EMPRESA: S. A LIMA CONSTRUÇÕES EIRELI-EPP

CNPJ: 13.908.532/0001-28

OBRA: Construção de Pavimentação em TSD, Passeio Público e Sinalização Trânsito da Rua das Perdizes

CONTRATO: 014/2019

NOTIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, através do Departamento de Engenharia **NOTIFICA** a empresa **S. A LIMA CONSTRUÇÕES EIRELI-EPP,** CNPJ 13.908.532/0001-28, responsável pela execução da obra de *Construção de Pavimentação em TSD, Passeio Público e Sinalização de Trânsito da Rua das Perdizes no Município de Alto Paraguai-MT*referente ao **A UTILIZAÇÃO DE MATERIAL DE ATERRO DE JAZIDA SEM ENSAIO.** Desta forma, solicita-se **de forma imediata** a remoção de todo material ou apresentação de ensaio que comprove que as características do solo atentem as exigências do projeto, conforme consta no Relatório Técnico n° 008/2020 DE/PREF.

Fixa-se o prazo de 2 dias uteis para a solução dos apontamentos levantados.

Sem mais para o momento, aproveito para renovar meus votos de estima.

Atenciosamente,

_____

JONAS BOTAN

Engenheiro Civil

CREA MT034430

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2020

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2020, cujo o objeto do certame é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS PARA O DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE ALTO TAQUARI - MT, OFERECENDO ALÉM DE MANUTENÇÃO DE REDE, OPERAÇÃO DE ETA, SERVIÇOS OPERACIONAIS E ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR onde se deu início às 07h40min (MT), do dia 10/03/2020, sagrou-se vencedor os preponentes: **F.IMM BRASIL LTDA ,** CNPJ: 01.298.675/0001-21 para o LOTE 01, com o valor total para todos os itens de **R$ 575.000,00(Quinhentos e setenta e cinco mil reais)** epara o LOTE 02 a empresa **MEDY HIGIENIZAÇÃO PROFISSIONAL EIRELI EPP,** CNPJ: 24.620.109/0001-90, com o valor de **R$ 110.425,20** (Cento e dez mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e vinte centavos). A licitação foi realizada pela modalidade Pregão Presencial, pelo critério menor preço por lote, com certame homologado em 13/03/2020. Alto Taquari – MT, 13 de Março 2020.Josieli Froes Briancini Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 010/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2020

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás/MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**, residente à Rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, em Apiacás/MT., denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) POTENCIA COMERCIO PRODUTOS INFORMATICA EIRELI, CNPJ n° 17.874.189/0001-44, situada na Av. Dometildes Rocha Lima, n° 03, Bairro Jardim Mossoro, Cidade de Cuiabá-MT.CEP-78.090-852, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 009/2020 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 009/2020.**

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos materiais registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: POTENCIA COMERCIO PRODUTOS INFORMATICA EIRELI

CNPJ: 17.874.189/0001-44

Item	Código	Nome do Material	Un	Marca	Quant.	Vlr. Unit	Vlr. Total
1	14-01-0192	APARELHO DE TELEFONE DIGITAL, SEM FIO PARA USO COMUM, AURI 3500 DECT 6.0 ID REDISCAGEM 5 ULTIMOS NUMERO ICONES DE DISPLAY, FREQUENCIA DECT 6.0 DIGITAL, AGENDA 20 NUMEROS E NOMES, COR PRETA AJUSTE DE VOLUME E CAMPAINHA 5 NIVEIS + DESLIGADA, ALARME, VIVA-VOZ, BLOQUEIO DE TECLADO, DESATIVACAO SOM DO TECLADO, FUNCAO MUTE, MODO TOM E PULSO, UNIDADE.	UN	INTELBRAS	6,00	158,00	948,00
2	14-01-0195	AR CONDICIONADO 10.000 BTU'S, NA VOLTAGEM 220 V, SPLIT,	UN	TRANE	3,00	1.415,00	4.245,00
3	14-01-0194	AR CONDICIONADO 7.500 BTU'S, NA VOLTAGEM 220 V, SPLIT UN	UN	ELGIN	3,00	1.400,00	4.200,00
5	14-01-0205	AR CONDICIONADO SPLIT 36.000 BTU'S, COMPOSTO DE 01 UNIDADE CONDENSADORA EXTERNA COM DESCARGA HORIZONTAL, 01 UNIDADE EVAPORADORA PARA FIXACAO EM TETO, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, DRENAGEM POR GRAVIDADE, ISOLAMENTO TERMICO ATRAVES DE ESPUMA, ALIMENTACAO TRIFASICA 380V / 60HZ	UN	ELGIN	9,00	7.140,00	64.260,00
12	14-01-0216	ARMARIO SUSPENSO CONFECCIONADO EM CHAPA DE ACO, MEDINDO 1,50 DE LARGURA, 40 DE COMPRIMENTO E 40 DE ALTURA, 03 PORTAS, COM PRATELEIRA INTERNA, COM PINTURA ELETROSTATICA, 20MM ESPESSURA, O MOVEL DEVERA SER ACONDICIONADO DE MODO ADEQUADO, UNIDADE.	UN	TELASUL	5,00	265,00	1.325,00
16	14-01-0179	BEBEDOURO TIPO COLUNA, VOLTAGEM 220V, CAPACIDADE DE 100 LITROS, COM REGULAGEM AUTOMATICA, FILTRO, COM 02 TORNEIRAS, EM ACO INOX, UNIDADE	UN	RN	2,00	2.050,00	4.100,00
32	14-01-0180	FOGAO INDUSTRIAL EM FERRO FUNDIDO, A GAS, COM 06 BOCAS, MEDINDO (30 X 30)CM, COM QUEIMADORES SIMPLES E DUPLOS, FORNO COM PORTA EM ACO INOX, GARANTIA DE 12 MESES, UNIDADE.	UN	TRON	2,00	2.580,00	5.160,00
38	14-01-0190	PROJETOR MULTIMIDIA 800 X 600 PESO 2,8 KG 1200 LUMES, CONTROLE REMOTO, 110/220V, UNIDADE	UN	UNIC	1,00	830,00	830,00
39	14-01-0213	PROJETOR MULTIMIDIA DE TETO E MESA, TECNOLOGIA 3 LCD, EM MATERIAL RESISTENTE, RESOLUCAO 1024X768XGA, BRILHO 2.300 ANSE LUMENS, LAMPADA DE MERCURIO DE ALTA PRESSAO 210W, COM VIDA UTIL DE 6.000 HORAS, ENTRADA DE VIDEO COMPOSTO, S-VIDEO, VIDEO RGB-COMPONENTE E AUDIO ESTEREO, SISTEMA DE SOM EMBUTIDO 10W,CONEXAO: WIRELESS, HDMI, USB ,VOLTAGEM 110/220 BIVOLT,INTERFACE: USB, DVD, VIDEO GAME, HDTV READY, COMPATIVEL NTSC 560 LINAS, CONTRASTE PARA VIDEOS E FILMES 2000:1, ACOMPANHA CABO DE CORRENTE, CABO USB, CONTROLE REMOTO, CABO RGB, GUIA DE INSTALACAO, GARANTIA DE 12 MESES	UN	EPSON	3,00	4.470,00	13.410,00
40	14-01-0199	REFRIGERADOR 280 LITROS, FROST-FREE, COR BRANCA, UMA PORTA, 03 PRATELEIRAS, 220 VOLTS, COM PRAZO MINIMO DE GARANTIA DE 12 MESES, COM SELO PROCEL CLASSE A, UNIDADE.	UN	CONSUL	3,00	1.880,00	5.640,00
42	14-01-0191	SUPORTE PARA TV E VIDEO DO TIPO PAREDE, PARA TELEVISOR LCD E DVD, COM REGULAGEM ARTICULADA PARA APARELHOS ENTRE 21¨ E 42¨, DE ACORDO COM TAMANHO DO TELEVISOR, EM ACO CARBONADO, GARANTIA MINIMA DE 1 ANO, PINTURA ELETROSTATICA, NA COR PRETA, ACOMODADA EM EMBALAGEM APROPRIADA, UNIDADE.	UN	MULTIVISAO	3,00	275,00	825,00
43	14-01-0197	TELA DE PROJECAO PARA PROJETOR MULTIMIDIA, PARA PC/TV/VCR/VL/CD/FIL, 16. 7M COR, UNIDADE.	UN	NARDELLI	4,00	440,00	1.760,00
44	14-01-0218	VENTILADOR DE PAREDE, OSCILANTE, GRADE PROTETORA EM ACO GALVANIZADO, DIAMETRO MINIMO DE 60CM, COM NO MINIMO 03 PAS DE PLASTICO, COM 3 VELOCIDADES, NA VOLTAGEM BIVOLT	UN	VENTISOL	14,00	225,00	3.150,00

Valor total do Fornecedor R$ 109.853,00 9cento e nove mil oitocentos e ciqnenta e tres reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os materiais deverão ser entregues na sede do município de Apiacás/MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal, conforme forem solicitados pelo setor competente os móveis deverão ser montados nos locais de entrega.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.11.1. A empresa contratada deverá entregar os móveis montados, sem avarias, e sem maiores ônus para a prefeitura municipal de Apiacás.

5.12. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

5.12.1. No ato da assinatura do contrato, deverão apresentar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

5.12.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), **específicos para o contrato celebrado,** com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

5.12.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PPRA.

5.12.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado até 30 dias após a entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

7.7. No caso de eventuais atrasos, o valor das parcelas inadimplentes será acrescido de atualização monetária pelo IGP-M/FGV, multa fracionada em 0,33% (trinta e três décimos) ao dia, com teto de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, a contar da data do inadimplemento de cada parcela.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na prestação de serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, por prazo de até 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO RECURSOS PROPRIOS

2014. – MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

44.90.52.000000-116 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1034 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0029- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

44.90.52.000000- 0405- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

1048 – MELHORIA ESPAÇO FISICO SEC. SAÚDE

44.90.52.000000- 0163- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 009/2020,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás/MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás/MT, 16 de março de 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS/MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

POTENCIA COMERCIO PRODUTOS INFORMATICA EIRELI

CNPJ: 17.874.189/0001-44

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL nº.: 009/2020 – PROCESSO LICITATÓRIO 013/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS

OLMIR IORIS E CIA LTDA

vencedora nos itens: 4, 6, 7, 17, 18, 21, 26, 27, 28, 31, 33,36, 37, 41.

Valor total do Fornecedor R$ 119.880,00 (cento e dezenove mil oitocentos e oitenta reais)

POTENCIA COMERCIO PRODUTOS DE INFORMATICA EIRELI, vencedora nos itens 1, 2, 3, 5, 12, 16, 32, 38, 39, 40, 42, 43 e 44

Valor total do Fornecedor R$ 109.853,00 9cento e nove mil oitocentos e ciqnenta e tres reais).

GUAPUÍ COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, vencedora nos itens 8, 9, 10, 13, 14, 19, 20, 22,23, 24, 25, 29, 30.

Valor total do Fornecedor R$ 103.369,00 (cento e tres mil trezentos e sessenta e nove reais).

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 010/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2020 – **REGISTRO DE PREÇOS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2020

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás/MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**, residente à Rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, em Apiacás/MT., denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) OLMIR IORIS E CIA LTDA, CNPJ 70.429.956/0001-99, situada na Av. Mato Grosso, Nº 116, Modulo II, Juina-MT, CEP 78.320-000, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 009/2020 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 009/2020.**

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos materiais registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: OLMIR IORIS E CIA LTDA

CNPJ 70.429.956/0001-99

Item	Código	Nome do Material	UN	Marca	Quant.	Vlr. Unit	Vlr. Total
4	14-01-0196	AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTU'S, NA VOLTAGEM 220 V, UNIDADE	UN	TCL	19,00	1.590,00	30.210,00
6	14-01-0202	AR CONDICIONADO SPLIT 7.000 BTU'S, COMPOSTO DE 01 UNIDADE EVAPORADORA, 01 UNDIDADE CONDENSADORA EXTERNA, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, DRENAGEM ATRAVES DE TUBULACOES, ISOLADO COM ESPUMA ESPONJOSA, DE ACORDO COM A NORMA NBR 6401	UN	TCL	4,00	1.130,00	4.520,00
7	14-01-0203	AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 BTUS, COMPOSTO POR UMA UNIDADE EVAPORADORA E UMA UNIDADE CONDENSADORA EXTERNA. COMPRESSOR ROTATIVO, PROTECAO METALICA EM ALUMINIO, ENERGIZACAO MONOFASICA COM VOLTAGEM DE 220 V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, DRENAGEM INTERNA ATRAVES DE TUBOS, ISOLAMENTO TERMICO COM ESPUMA, GARANTIA DE FABRICA MINIMA DE UM ANO, SELO PROCEL ¨A¨	UN	TCL	15,00	1.420,00	21.300,00
17	14-01-0211	CADEIRA EXECUTIVA, TIPO DIRETOR, GIRATORIA, BRACOS TOTALMENTE REVESTIDOS EM POLIURETANO, ESTRUTURA INTERNA EM MADEIRA LAMINADA, ESPUMA COM GOMOS E COM PERFIL DE PROTECAO NAS BORDAS, MECANISMO RELAX, ESTRELA EM ACO COM CAPA PLASTICA, DENSIDADE 45, ACABAMENTO DOS BRACOS, PERFIS E ESTRUTURA NA COR CINZA MEDIO OU PRETA, REGULAGEM DE ALTURA MECANICA (OU A GAS), UNIDADE.	UN	VANDAFLEX	14,00	675,00	9.450,00
18	14-01-0209	CADEIRA FIXA COM ENCOSTO E ASSENTO CONFECCIONADOS EM COMPENSADO, TIPO SECRETARIA, REVESTIDOS EM TECIDO POLIPROPILENO, NA COR PRETA, ESTOFAMENTO EM REVESTIDO EM ESPUMA ERGONOMICA, APRESENTANDO DENSIDADE DE ANATOMICA, ESPALDAR MEDIO, SEM BRACO, ACO, COM ESPESSURA DE NO MINIMO ACO 7/8, NO MODELO FIXA QUATRO PES NO TUBO 7/8¨, COM PINTURA EPOXI PRETO FOSCO, NA COR CINZA, COM GARANTIA DE 1 ANO, FABRICADA CONFORME NORMA , UNIDADE.	UN	VANDAFLEX	40,00	235,00	9.400,00
21	14-01-0174	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA, COM BRACOS, ESPALDAR ALTO, REVESTIDA EM TECIDO, SEM REGULAGEM, UNIDADE.	UN	VANDAFLEX	6,00	446,00	2.676,00
26	14-01-0225	CADEIRA/POLTRONA EXECUTIVA MODELO DIRETOR/SICILIA; BASE FIXA MODELO DIRETOR COM ESTRUTURA CROMADA; BRAÇO CROMADO COM APOIO EM P.U. REVESTIDO EM TECIDO. CONFECCIONADA EM COURO NATURAL; COR PRETA. UNIDADE.	UN	VANDAFLEX	5,00	975,00	4.875,00
27	14-01-0187	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA MULT USO POPLINE300, PARA PALESTRAS E REUNIOES, 60P, 200, 75 WATTS, UNIDADE.	UN	MULTILASER	6,00	515,00	3.090,00
28	14-01-0177	CONJUNTO DE MESA E CADEIRA COM 6 CADEIRAS, EM ANGELIN COM ACABAMENTO EM VERNIZ, MESA COM FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 0,50M DE ALTURA, 2,10M DE COMPRIMENTO (APROXIMADAMENTE) E 1,20M DE LARGURA, UNIDADE.	UN	VERONA	2,00	3.800,00	7.600,00
31	14-01-0181	FOGAO CONVENCIONAL, CORPO ESMALTADO E MESA INOX, ELETRICA/GAS E 220V, 06 BOCAS, SIMPLES DE ALUMINIO FORJADO, AUTOMATICO, AUTO LIMPANTE, VIDRO DE SEGURANCA TEMPERADO, FIXAS CROMADAS, GARANTIA MINIMA DE 12 MESES, MANUAL DE INSTRUCAO EM PORTUGUES, UNIDADE.	UN	MULLER	1,00	1.210,00	1.210,00
33	14-01-0214	FOGAO TIPO CONVENCIONAL, COM CORPO EM ACABAMENTO ESMALTADO E MESA EM INOX, ALIMENTACAO A GAS/FUNCIONAMENTO ELETRICO 110 V, COM 04 BOCAS, QUEIMADORES DUPLOS, COM ACENDIMENTO AUTOMATICO, FORNO AUTO LIMPANTE, VIDRO DUPLO NA PORTA, LUZ INTERNA, PRATELEIRAS DESLIZANTES, TERMOSTATO, COM GRILL, PROTECAO TRASEIRA, CONTENDO PES NIVELADORES, O PRODUTO DEVERA ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS NBR DE SEGURANCA, PRAZO DE GARANTIA DE 12 MESES E MANUAL DE INTRUCOES	UN	ATLAS	2,00	485,00	970,00
36	14-01-0303	MESA ESCRIVANINHA EM MDP DE 15 MM, NA COR BRANCA, COM ENGROSSO, DIMENSOES DO PRODUTO (L X A X P): 0,93 X 78,00 X 0,44 CM, CONTENDO 3 GAVETAS.	UN	VANDAFLEX	8,00	470,00	3.760,00
37	14-01-0200	MESA TIPO BIRO PARA COMPUTADOR, EM MDF, COM ESTRUTURA EM METALON, COM PERFIL DE PVC PARA ACABAMENTO DAS BORDAS, FORMATO RETANGULAR, ALTURA DE 75CM, COM 60CM DE LARGURA, COM 120CM DE COMPRIMENTO, NA COR AZUL, COM 02 (DUAS) GAVETAS, PARA ESCRITORIO, COM FINALIDADE DE ALOCAR UM COMPUTADOR, UNIDADE.	UN	PANDIN	17,00	435,00	7.395,00
41	14-01-0182	REFRIGERADOR DUPLEX 480 LITROS COR BRANCA, 220V, UNIDADE.	UN	ELETROLUX	4,00	3.356,00	13.424,00

Valor total do Fornecedor R$ 119.880,00 (cento e dezenove mil oitocentos e oitenta reais)

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os materiais deverão ser entregues na sede do município de Apiacás/MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal, conforme forem solicitados pelo setor competente os móveis deverão ser montados nos locais de entrega.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.11.1. A empresa contratada deverá entregar os móveis montados, sem avarias, e sem maiores ônus para a prefeitura municipal de Apiacás.

5.12. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

5.12.1. No ato da assinatura do contrato, deverão apresentar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

5.12.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), **específicos para o contrato celebrado,** com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

5.12.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PPRA.

5.12.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado até 30 dias após a entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

7.7. No caso de eventuais atrasos, o valor das parcelas inadimplentes será acrescido de atualização monetária pelo IGP-M/FGV, multa fracionada em 0,33% (trinta e três décimos) ao dia, com teto de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, a contar da data do inadimplemento de cada parcela.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na prestação de serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, por prazo de até 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO RECURSOS PROPRIOS

2014. – MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

44.90.52.000000-116 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1034 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0029- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

44.90.52.000000- 0405- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

1048 – MELHORIA ESPAÇO FISICO SEC. SAÚDE

44.90.52.000000- 0163- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 009/2020,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás/MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás/MT, 16 de março de 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS/MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

OLMIR IORIS E CIA LTDA

CNPJ 70.429.956/0001-99

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 010/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2020 – **REGISTRO DE PREÇOS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2020

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás/MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**, residente à Rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, em Apiacás/MT., denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) GUAPUI COMERCIO DE MOVEI EIRELI, CNPJ n° 24.321.932/0001-02, situada na Av. Julio Domingos de Campos, n° 6591-A, Bairro Santa Isabel, Cidade de Várzea Grande-MT.CEP-78.150-538, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 009/2020 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 009/2020.**

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos materiais registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: GUAPUI COMERCIO DE MOVEI EIRELI

CNPJ: 24.321.932/0001-02

Item	Código	Nome do Material	Un	Marca	Quant.	Vlr. Unit	Vlr. Total
8	14-01-0183	ARMARIO DE FERRO, MEDINDO 1,70M X 48CM, TIPO PARA ARQUIVO ESCRITORIO, COM 05 PRATELEIRAS, EM ACO GALVANIZADO, NA COR CINZA, UNIDADE.	UN	JOTA	10,00	357,00	3.570,00
9	14-01-0207	ARMARIO EM ACO GBA, MEDINDO 1,70 ALT.X0,76 LARG.X 0,33 PROF.METROS, 03(TRES) PRATELEIRAS REGULAVEIS E 2(DUAS)PORTAS C/CHAVE, AS PRATELEIRAS E CORPO DO ARMARIO DE 24MM, PINTURA TRATATA EM EPOX ANTI-FERRUGINOSO, O CORPO DO ARMARIO RECEBERAM TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO EM EPOX, SINTETICO, CINZA	UN	JOTA	12,00	548,00	6.576,00
10	14-01-0184	ARMARIO EM ACO INOX,MEDINDO: (1980MM DE ALTURA, 900MM DE LARGURA, 400MM DE PROFUNDIDADE), COM 02 PORTAS, COM 04 PRATELEIRAS, PUXADORES COM PINTURA METALICA NA COR PRATA, ARMARIO NA COR CINZA. UNIDADE	UN	JOTA	10,00	2.690,00	26.900,00
13	14-01-0212	ARQUIVO EM ACO, MEDINDO (1,38 X 0,50)M, COM 04 GAVETAS, MOVEL RIGIDO, NA COR CINZA, UNIDADE.	UN	JOTA	28,00	468,00	13.104,00
14	14-01-0186	ARQUIVO FRONTAL COM 04 (QUATRO) GAVETOES, MEDINDO: (48 X 705 X 1270) CM, NA COR MARFIM, UNIDADE.	UN	JOTA	5,00	535,00	2.675,00
19	14-01-0176	CADEIRA FIXA ESTOFADA, SEM BRACOS - ESPALDAR ALTO, REVESTIDA EM TECIDO, SEM REGULAGEM, UNIDADE.	UN	JOTA	6,00	191,00	1.146,00
20	14-01-0175	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA, COM BRACOS ESPALDAR MEDIO, REVESTIDA EM TECIDO, SEM REGULAGEM, UNIDADE.	UN	JOTA	11,00	538,00	5.918,00
22	14-01-0302	CADEIRA LONGARINA DE ACO INOX, 03 LUGARES TIPO AEROPORTO ESTRUTURA CONSTRUIDA EM ACO INOX, BASE FIXA EM FORMATO DE "Y", ENCOSTO E ASSENTO INTEIRICOS E CONSTRUIDO EM CHAPA DE ACO PINTADO EM EPOXI NA COR PRATA CAPACIDADE DE NO MINIMO, 500KG, PES REGULAVEIS, FORMATO ANATOMICO LARGURA: ENTRE 1720 E 1800MM - ALTURA DO ENCOSTO: ENTRE 700 E 800MM - ALTURA DO ASSENTO ATE O CHAO: ENTRE 440 E 450MM.	UN	JOTA	10,00	1.350,00	13.500,00
23	14-01-0210	CADEIRA SECRETARIA GIRATORIA PARA ESCRITORIO, REVESTIMENTO EM COURVIN, PRETO, ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA COM 45KG/M3 ESPESSURA DE 50MM, COM REGULAGEM DE ALTURA A GAS, SEM BRACO, ASSENTO 390M X 390MM, ENCOSTO 290MM X 360MM X 320MM, RODIZIOS DUPLOS DE NYLON, BASE DE ACO COM 5 HASTES, PINTADA EM EPOXI, NA COR PRETA, OS PRODUTOS OFERTADOS DEVERAO APRESENTAR CERTIFICACAO PELA NBR 13962:2006 E NR-17 EMITIDOS POR UM LABORATORIO COMPETENTE, CERTIFICADO DE CONFORMIDADE ABNT NBR 13962:2006	UN	JOTA	6,00	512,00	3.072,00
24	14-01-0173	CADEIRA TIPO DIGITADOR, MOVEL, SEM BRACO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS EM POLIPROPILENO, REVESTIDA EM POLIPROPILENO, NAS CORES AZUL E BRANCO, UNIDADE.	UN	JOTA	22	360	7.920,00
25	14-01-0172	CADEIRA TIPO LONGARINA COM 03 LUGARES, SEM BRACO, EM ACO, NYLON, UNIDADE.	UN	JOTA	36,00	369,00	13.284,00
29	14-01-0185	ESTANTE EM ACO INDUSTRIAL, COM 5 PRATELEIRAS DE ALTURA REGULAVEL, COM REFORCOS NAS LATERAIS E FUNDO, DIMENSOES: 0,94 X 0,44 X 2,50M, UNIDADE.	UN	JOTA	2,00	527,00	1.054,00
30	14-01-0206	ESTANTE EM ACO, MEDINDO: (1,00 X 0,45)M, COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO, COMPOSTO POR 04 PRATELEIRAS, UNIDADE.	UN	JOTA	25,00	186,00	4.650,00

Valor total do Fornecedor R$ 103.369,00 (cento e tres mil trezentos e sessenta e nove reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os materiais deverão ser entregues na sede do município de Apiacás/MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal, conforme forem solicitados pelo setor competente os móveis deverão ser montados nos locais de entrega.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.11.1. A empresa contratada deverá entregar os móveis montados, sem avarias, e sem maiores ônus para a prefeitura municipal de Apiacás.

5.12. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

5.12.1. No ato da assinatura do contrato, deverão apresentar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

5.12.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), **específicos para o contrato celebrado,** com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

5.12.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PPRA.

5.12.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado até 30 dias após a entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

7.7. No caso de eventuais atrasos, o valor das parcelas inadimplentes será acrescido de atualização monetária pelo IGP-M/FGV, multa fracionada em 0,33% (trinta e três décimos) ao dia, com teto de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, a contar da data do inadimplemento de cada parcela.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na prestação de serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, por prazo de até 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO RECURSOS PROPRIOS

2014. – MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

44.90.52.000000-116 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1034 – AQUISIÇÃO DE VEICULO E MATERIAL PERMANENTE

44.90.52.000000- 0029- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ADM. DA ASSITENCIA SOCIAL

44.90.52.000000- 0405- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE SAÚDE

1048 – MELHORIA ESPAÇO FISICO SEC. SAÚDE

44.90.52.000000- 0163- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 009/2020,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás/MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás/MT, 16 de março de 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS/MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

GUAPUI COMERCIO DE MOVEI EIRELI

CNPJ: 24.321.932/0001-02

CONTRATADA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 094/2020.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO DE

SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Retornar à Servidora **LIDIANE BALDUINO FEITOSA,** portadora da cédula de identidade nº 1551601-6 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 003.962.851-55, ocupante do Cargo Efetivo de Técnica Administrativa Educacional (Monitora de Creche), lotada na Secretaria Municipal de Educação, que encontrava-se de Licença para tratar de assuntos particulares.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 16 de Março de 2020.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 095/2020.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE PEDIDO DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE

Artigo 1º - Exonerar a pedido a Servidora Pública Municipal Srta. **LIDIANE BALDUINO FEITOSA,** portadora da cédula de identidade nº 1551601-6 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 003.962.851-55, ocupante do Cargo Efetivo de Técnica Administrativa Educacional (Monitora de Creche) – Portaria nº 112/2001, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se

Cumpra-se.

Apiacás-MT, 16 de Março de 2020.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO - TOMADA DE PREÇOS Nº 001-2020

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público, aos interessados, que o julgamento do certame supracitado, com abertura de proposta no dia 16/03/2020 para Contratação de Pessoa Jurídica para Execução de Serviço para Mão de Obra de Tapa Buraco em vias urbanas, Serviço de Pintura de Meio Fio e Execução de Rampas de Acessibilidade, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, resultou vencedora a empresa J. FREITAS ROCHA EIRELI, que apresentou a proposta no valor global de R$ 179.283,99 (cento e setenta e nove mil, duzentos e oitenta e três reais, noventa e nove centavos), sendo o valor de R$ 57.684,70 (cinquenta e sete mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e setenta centavos) para o Lote 01 e o valor de R$ 121.599,29 (cento e vinte e um mil, quinhentos e noventa e nove reais e vinte e nove centavos) para o Lote 02.

Informa aos interessados que os autos do certame ficam desde já disponíveis para exame de quaisquer interessados.

Araputanga-MT, 16 de março de 2020

LEANDRO DA ROCHA DE SOUZA

Presidente da CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 94/2020

DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS/CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2019, DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

Considerando o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2019, para ingresso em cargo Público de provimento Temporário**,** publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) de 05 de dezembro de 2019;

Considerando o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado, publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) em 29 de janeiro de 2020;

Considerando a Homologação, realizado por meio Decreto Municipal nº 07/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) em 03 de fevereiro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1.º- Convocar os candidatos aprovados/classificados, constante no quadro abaixo relacionado, para provimento de cargo Temporário, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

CARGO- 01: Professor Pedagogia – Sede

CLASS.	INSC.	NOME	NOTA FINAL
32	438	ERISON RICARDO MARCHI	61

CARGO- 09: Auxiliar Administrativo

CLASS.	INSC.	NOME	NOTA FINAL
04	539	DANIELLY ALVES AQUINO	55

Art. 2.º - Exigindo desde o momento, o **comparecimento dos candidatos na Diretoria de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, munido de todos os documentos necessários para comprovação dos requisitos do cargo pleiteado**, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

Art. 3º- Dos documentos a serem apresentados para a contratação:

ü Cópia do RG e CPF;

ü Comprovante de inscrição no pis/pasep;

ü Cópia da certidão de nascimento ou casamento;

ü Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;

ü Comprovante de residência;

ü Cópia do titulo eleitoral;

ü Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais;

ü Cópia do certificado de reservista ou de dispensa do serviço militar (se do sexo masculino);

ü Cópia da carteira de trabalho (frente e verso);

ü Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos e carteira de vacina dos filhos até 5 anos de idade;

ü Cópia do CPF do cônjuge e dos filhos maiores de 18 anos;

ü Copia do RG e CPF dos pais;

ü Declaração de não acumulo de cargo público;

ü Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;

ü Declaração de dependentes;

ü Certidão negativa de antecedentes criminais;

Art. 4º-Esta Portaria Entra em Vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **Registra-se, publica-se, cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis (16) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e vinte (2020).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 93/2020

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º - EXONERAR a pedido, conforme requerimento, o servidor **THIAGO ALEXANDRE DE BRITO,** matrícula nº. 2359, ocupante do cargo temporário de **Auxiliar Administrativo**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura Municipal de Araputanga Estado de Mato Grosso.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis (16) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e vinte (2020).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO APÓS REVISÃO

PORTARIA Nº 11.798/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 095/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2019, o Srº **LUCIO DENILSON SIQUEIRA DE AMORIM**, portador da Cédula de Identidade RG n°. 2246974-5 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n°. 039.451.101-81, para exercer o Cargo de Carreira de **TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SEDE,** *lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer,*a partir do dia 17/03/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 12 dias de março de 2. 020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO APÓS REVISÃO

PORTARIA Nº 11.797/2020

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal,*

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o Srº **LUCIO DENILSON SIQUEIRA DE AMORIM**, portador da Cédula de Identidade RG n°. 2246974-5 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n°. 039.451.101-81, do Cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** *lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer***,** a partir do dia 17/03/2020, tornando sem efeito a Portaria n° 4.647/2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 12 dias de março de 2. 020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO APÓS REVISÃO

PORTARIA Nº 11.796/2020

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal,*

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o Srº **LUCIO DENILSON SIQUEIRA DE AMORIM**, portador da Cédula de Identidade RG n°. 2246974-5 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n°. 039.451.101-81, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediáriode **Chefe de Divisão de Informática - DIVINF,** Nível **DAI-02,** *lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer***,** a partir do dia 17/03/2020, tornando sem efeito a Portaria n° 10.697/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 12 dias de março de 2. 020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO APÓS REVISÃO

PORTARIA Nº 11.799/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 095/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a pedido do Secretario, o Srº **LUCIO DENILSON SIQUEIRA DE AMORIM**, portador da Cédula de Identidade RG n°. 2246974-5 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n°. 039.451.101-81, ocupante do Cargo de Carreira de **TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SEDE,** para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediáriode **Chefe de Divisão de Informática - DIVINF,** Nível **DAI-02,** *lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer,*a partir do dia 17/03/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 12 dias de março de 2. 020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 075/2020

PORTARIA Nº 075/2020

Alterar a Portaria nº 089/2019 de 26/03/2019 do Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o ofício nº 001/CMHIS/2020 de 02/03/2020 do Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Alterar a Portaria nº 089/2019 de 26/03/2019, que nomeia os membros titulares e seus respectivos suplentes do Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social, para complementar o Biênio 2018/2020, nos termos da Lei Municipal Nº 1.679/2007, conforme discriminação a seguir:

I – Entidades Prestadora de Serviços:

a) Representantes de Beneficiários de Programas de Moradia do Município.

Titular: Daniely Santo Oliveira

Suplente: Terezinha Lima da Silva

b) Representantes de Central Sindical ou de Sindicato de Trabalhadores.

Titular: Cleusa Aparecida Galiassi

Suplente: Edinaura Holppers

II) Entidades vinculadas à produção de moradia:

a) Representantes de Entidade Empresarial.

Titular: Berinaldo da Silva Santos

Suplente: Bruno dos Santos Scurupa

b) Representantes de Entidade de profissionais liberais.

Titular: Celso Dornelas

Suplente: Eleozina Rodrigues de Lima Neta

c) Representantes de Entidade de ensino superior:

Titular: João Mário de Arruda Adrião

Suplente: Lais Braga Caneppele

III – Poder Público:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular**:** Lucineia Ferreira da Silva

Suplente: Maria Julia Sé Balão

b) Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Controle.

Titular: *Thales Henrique Daniel Borges*

Suplente: Eliane Aparecida Siqueira

c) Representantes indicados pelo Executivo

Titular: Cássia Regiele da Silva Garieri

Suplente: Fernanda Daliany da Silva Fachin

Titular: Rosa Maria Modesto Cagnoni

Suplente: Kelly Cristina Coelho de Brito Costa

Titular: Delza Onofre da Silva

Suplente: Maria Ester de Souza Prado

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 06 de março de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/SMEC/2020 - GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS

Barra do Bugres/MT, 15 de março de 2020.

CARGO: AGENTE OPERACIONAL

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	B	C	D	B	C	A	D	C	C	B	D	A	B	C	D	B	A	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	B	B	A	C	B	A	D	A	C	B	B	C	D	B	A	A	D	B

CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	B	D	A	A	A	D	D	B	C	D	B	D	C	A	B	B	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	D	D	C	A	B	C	D	B	C	A	C	A	C	B	D	B	A	B

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO
PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL (LP E LI)

A Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, inscrita no **CNPJ nº 035.075.22/0001-72**, torna público que requereu junto a **SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI)**, referente à Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Águas Pluviais em diversas Ruas e Avenidas localizadas no perímetro urbano do município de Barra do Bugres/MT.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 020/2020

DECRETO Nº 020/2020

Que dispõe sobre exclusão de Servidor do Quadro de Funcionários por Motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pôr Lei.

D E C R E T A:

Art.1º-Fica excluído do Quadro de Funcionários desta Prefeitura Municipal por Motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição o Servidor **NIVALDO GOMES** do Cargo de **AGENTE OPERACIONAL – MOTORISTA, Nível 12, Classe D**, matriculado nº 0306, portador do RG nº 2252308-1 SEJSP/MT e CPF nº 129.763.088-29, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nomeado nesta municipalidade em 01/07/1.994 pelo Decreto n° 167/1994.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de fevereiro de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO,

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta secretaria na data supra.

GRACIANO BERNARDINO MEIATO

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 074/2020

PORTARIA Nº 074/2020

Exonerar os membros titulares e seus respectivos suplentes do Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o ofício nº 001/CMHIS/2020 de 02/03/2020 do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Exonerar o membro do Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social, nomeada pela Portaria nº 89/2019 de 26/03/2019, nos termos da Lei Municipal Nº 1.679/2007, conforme segue:

III – Poder Público:

b) Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Controle.

Titular: Diva Onofre da Silva

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PREFEITURA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 009/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, quefará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 15h00m (Brasília) no dia 31 de Março 2020**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, à Avenida Marco Aurélio Fullin, s/n , Centro, Bom Jesus do Araguaia/MT, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002 e 8.666/93.

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE CAMISETAS E PRODUTOS SIMILARES EM ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

RETIRADA DO EDITAL: no site www.bomjesusdoaraguaia.mt.gov.br**,** solicitação via e-mail: bjaliticacao@gmail.com e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, das 07h30min às 11h30 e 13h30m às 17h30m.

INFORMAÇÕES: As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo.

TELEFONE PARA CONTATO: (0**66) 3538-1201, ramal 218

Bom Jesus do Araguaia - MT, 16 de Março de 2020.

_____

WILLEN RARYTTON DE SOUZA ROSA

PREGOEIRO

PREFEITURA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 008/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, quefará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 08h00m (Brasília) no dia 31 de Março 2020**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, à Avenida Marco Aurélio Fullin, s/n , Centro, Bom Jesus do Araguaia/MT, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002 e 8.666/93.

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AQUISIÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA ATENDER DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

RETIRADA DO EDITAL: no site www.bomjesusdoaraguaia.mt.gov.br**,** solicitação via e-mail: bjaliticacao@gmail.com e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, das 07h30min às 11h30 e 13h30m às 17h30m.

INFORMAÇÕES: As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo.

TELEFONE PARA CONTATO: (0**66) 3538-1201, ramal 218

Bom Jesus do Araguaia - MT, 16 de Março de 2020.

_____

WILLEN RARYTTON DE SOUZA ROSA

PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 07-2020

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, quefará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL para ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 08h30min (Brasília) do dia 01 de abril de 2020**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, à Avenida Marco Aurelio Fullin, s/n, Centro, Bom Jesus do Araguaia/MT, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002 e 8.666/93. O **credenciamento** será feito das **08h00 às 08h30**.

OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ATENDENDO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

RETIRADA DO EDITAL: no site www.bomjesusdoaraguaia.mt.gov.br**,** solicitação via e-mail: bjaliticacao@gmail.com e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, das 07h30min às 11h30 e 13h30m às 17h30m.

INFORMAÇÕES: As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo.

TELEFONE PARA CONTATO: (0**66) 3538-1201 (Ramal 218).

Bom Jesus do Araguaia - MT, 16 de março de 2020.

_____

FERNANDO FERREIRA SOUZA GEHM

PRESIDENTE DA CPL

Portaria 068/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 179/2020 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU,** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o(a) senhor(a) **MARIA AMELIA GARCIA** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Av. Getúlio Vargas, s/nº, Bairro Vitória Régia, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG nº0783086-6/MT e CPF nº 559.518.721-20, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do(a) senhor(a) **MARIA AMELIA GARCIA** no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, para exercer suas funções na Escola Municipal Roça Velha – Núcleo Limão, com **carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais** em Vaga Livre.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 725,69 (setecentos e vinte e cinco reais e sessenta e nove centavos) e mais complemento salarial de R$ 319,32 (trezentos e dezenove reais e trinta e dois centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS DO CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente.

Cláusula 5ª O Município descontara do vencimento do contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 6ª O pagamento referente a carga horaria serão realizadas mensalmente conforme a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 7ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 8ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	Cód. Unid Orçamentaria	Cód. Função	Cód. Sub função	Cód. Programa	Num. Projeto-atividade-de	Cód. Da categ. Econômica	Cód. Do grupo de natureza de despesa	Cód. da modalidade de aplicação	Cód. Elem. de despesa	Cód. Sub elemento de despesa	Cód. ID de uso e destinação de recurso	Cód. Grupo de destinação de recurso	Cód. da especificação da destinação de recurso	Unid. Orçamentaria
07	**02**	**12**	**361**	**1004**	**2061**	**3**	**1**	**90**	**04**	**00**	**00**	**1**	**01**	**077040**
07	**03**	**12**	**361**	**1004**	**2070**	**3**	**1**	**90**	**04**	**00**	**00**	**1**	**19**	**077063**

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 9ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste.

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 10ª Ao contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 11ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 12ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Ao término da vigência do presente contrato, tem-se por rescindido a relação entre as partes, formalizando o fim do vínculo jurídico da contratação.

Cláusula 15ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 16ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 17 fevereiro de 2020.

_____

CONTRATADO(A)

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
PORTARIA Nº 26/2020

"CONSTITUI COMISSÃO TÉCNICA ESPECIAL PARA APOIO AOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso XIV e artigo 11 da Lei Complementar nº 106 de 07/10/2015.

CONSIDERANDO as disposições da Lei nº 2.476 de 05 de maio de 2015 que estabeleceu regime jurídico próprio autárquico ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com denominação atribuída pela Lei nº 2.520/2016;

CONSIDERANDO os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Eficiência e da Publicidade;

CONSIDERANDO especificidade do procedimento licitatório relativo ao Processo Tomada de Preço– Menor Preço n° 01/2020, que tem como objeto: Contratação de empresa especializada em serviço de engenharia para implantação da nova vala no aterro sanitário do município de Cáceres-MT, com fornecimento parcial de serviços e materiais. Conforme especificações contidas no Termo de Referência Nº09/2020– Anexo I; do Edital.

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão técnica para apoio aos trabalhos da Comissão Permanente de Licitação, composta pelos seguintes membros:

- **LUCÉLIA APARECIDA DA SILVA DE PAULA**,

CPF 591.968.821-15, Presidente

- **GIOVANNI BATISTA DA SILVA SANTOS**,

CPF 031.183.241-55, Membro

- **KAREN MAMORÉ DE MATOS**,

CPF 045.801.061-80, Membro

Art. 2° - Estabelecer que os trabalhos da comissão especial ora instituída, fiquem restritos a análise técnica para verificação dos requisitos contidos no Edital e Termo de Referência – Anexo I do Edital da Tomada de Preço – Menor Preço n° 01/2020.

Parágrafo único: Desta Portaria será dado conhecimento imediato ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Cáceres/MT, 13 de Março de 2020.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA Nº 25/2020

"Dispõe sobre Convocação de Candidato aprovado no Concurso Público do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, cuja nomeação encontra-se suspensa, e dá outras providências. "

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VIII e IX, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

Considerando a suspensão temporária do ato que nomeou o Sr.º Wellington Jose da Silva Santos, no cargo de Técnico em Desenvolvimento de Sistema e Aplicações, Nível Superior, para o quadro pessoal da Autarquia Municipal, por meio da Portaria nº 60 de 17 de dezembro de 2019, publicada em 20 de dezembro de 2019, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – ANO XIV I Nº 3.381, página nº 167, em razão de liminar proferida nos autos do processo nº **1012457-82.2019.4.01.3600**;

Considerando Sentença proferida nos autos do aludido processo, que revogou **a liminar que determinou a suspensão do Concurso Público**, regulado pelo Edital nº 01/2019 – SSAAP/MT, para o cargo de Técnico em Desenvolvimento de Sistema e Aplicações;

R E S O L V E:

Art. 1º Convocar o candidato Sr.º WELLINGTON JOSE DA SILVA SANTOS**,** aprovado em 1º (primeiro) Lugar no Concurso Público nº 01/2019-SSAAP, conforme TERMO DE HOMOLOGAÇÃO, publicado em 12 de novembro de 2019, no Diário Oficial do Munícipio, para **posse do cargo de Técnico em Desenvolvimento de Sistema e Aplicações**, no Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal no Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º O prazo para posse, contar-se-á dos dias sobejantes a data da suspensão dos efeitos da portaria nº 58/2019, qual seja, 14 (quatorze) dias corridos a contar da publicação desta.

Art. 3º Permanece incólumes as demais disposições contidas na portaria nº 58/2019,

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Cáceres, 13 de março de 2020.

PAULO DONIZETE DA COSTA

DIRETOR EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 003/2019 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 013/2020

A Secretaria Municipal de Educação de Cáceres-MT, no uso de suas atribuições legais, visando atender Aos Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, e:

CONSIDERANDO o que consta no processo n° 30934 de 19 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO as atribuições da Comissão Paritária, responsável pela condução do Processo Seletivo Simplificado, instituída pela Portaria nº 426 de 09 de outubro de 2019;

RESOLVE:

I – CONVOCAR o candidato Classificado no Processo Simplificado n° 003/2019, para comparecer na **Secretaria Municipal de Educação**, situada na Avenida Getúlio Vargas, n° 838, Bairro Santa Isabel, ao lado da Secretaria Municipal de Saúde, no dia **17/03/2020, (terça-feira) às 13:30 horas** para compor o quadro de vagas apresentadas por esta secretaria, conforme **Anexo I** deste edital;

II – DISPONIBILIZAR as vagas dispostas no A**nexo II**, para manifestação dos candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019, para o cargo de Professor Licenciado em Letras e Professor Licenciado em Matemática, quanto ao interesse e disponibilidade na vaga apresentada. A atribuição será realizada por ordem de manifestação, considerando protocolo na Secretaria;

III – INFORMAR que para ser contratado, no dia da lotação o candidato deverá apresentar cópias de documentos pessoais e afins, conforme **Anexo III**.

Cáceres, 16 de março de 2020.

LUZINETE JESUS OLIVEIRA TOLOMEU

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

CONVOCAR

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA – NÚCLEO LIMÃO – ROÇA VELHA

CLASS	NOME	INSCRIÇÃO	DATA NASC.
00003ª	ELISANGELA HURTADO DE OLIVEIRA	**192194250**	**13/08/1981**

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – UNIÃO

CLASS	NOME	INSCRIÇÃO	DATA NASC.
00001ª	ANDREIANE PEREIRA DE OLIVEIRA	**19479221**	**07/01/1993**

ANEXO II

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS – 16 DE MARÇO

CLASS	NOME	PROTOCOLO	DATA NASC.
	MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE		

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA – 16 DE MARÇO

CLASS	NOME	PROTOCOLO	DATA NASC.
	MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE		

ANEXO III

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO
	DOCUMENTOS PESSOAIS e AFINS
1	Cópia dos Documentos: RG e CPF APLIC/R.H
2	Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento R.H
3	Cópia do Título de Eleitor APLIC/R.H
4	Documentos que comprovem estar quites com obrigações eleitorais APLIC
5	Cópia de Certificado de Reservista (masculino) APLIC/R.H
6	Cópia da Carteira de Trabalho (páginas onde constam, número e série da CTPS, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho: último registro de contrato e a próxima página em branco) APLIC/R.H
7	Cópia CNH (Em caso de cargo especifico verificar a categoria exigida) R.H
8	Cópia de Cadastro no PIS/PASEP R.H
9	Cópia do Diploma / Comprovante de Escolaridade (autenticado) R.H
10	1 Foto 3X4 Atualizada
11	Cópia da Carteira do Conselho de Classe MT, quando se tratar de profissão Regulamentada incluindo comprovante de quitação de anuidade R. H
12	Número CPF Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou Dependentes, se os pais forem falecidos apresentar atestado de óbito (autenticado) ou declaração de não convivência com os pais (autenticado) R.H
13	Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos R.H
14	Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de cinco anos R.H
15	**Cartão Vacina Adulto (especifico para trabalhos na área de saúde) R.H**
	DEMAIS DOCUMENTAÇÕES
16	Comprovante de Residência atual (cópia conta agua, luz, telefone ou contrato de locação do imóvel R.H
17	Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, **com firma reconhecida.**
18	Atestados Médicos Admissional emitido pelo médico do trabalho, indicando se o candidato está apto ou não para o exercício das atribuições próprias do cargo APLIC
19	Certidão negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais junto ao Estado de Mato Grosso - 1º e 2º Grau – RH
20	Certidão Criminal Federal 1º e 2º Grau – R.H
21	Declaração de Bens/ Imposto de Renda, **com firma reconhecida.** APLIC
22	Telefone e E-mail

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 225/2020 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **CRISTIANE DE MIRANDA SILVA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Amazonas, nº117, Bairro Vitória Régia, no Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG n.º14898330 SSP-MT e CPF n.º 014.437.331-99 daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **CRISTIANE DE MIRANDA SILVA**, no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Pequeno Sábio, com **carga horária de trabalho de 40 (QUARENTA) horas semanais,** para suprir as demandas na Educação Infantil, em garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **26 de Fevereiro de 2020 e término em de 16 Dezembro de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO:O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.058,26 (Um mil, cinquenta e oito reais e vinte seis centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente.

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª O Município descontara do vencimento do contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Cláusula 6ª O pagamento referente a carga horaria serão realizados mensalmente de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 7ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Cláusula 8ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Cód. Órgão	Cód. Unid Orçamentaria	Cód. Função	Cód. Sub função	Cód. Programa	Num. Projeto-atividade-de	Cód. Da categ. Econômica	Cód. Do grupo de natureza de despesa	Cód. da modalidade de aplicação	Cód. Elem. de despesa	Cód. Sub elemento de despesa	Cód. ID de uso e destinação de recurso	Cód. Grupo de destinação de recurso	Cód. da especificação da destinação de recurso	Unid. Orçamentaria
07	02	12	361	1004	2064	3	1	90	04	00	00	1	01	077052
07	03	12	361	1004	2071	3	1	90	04	00	00	1	19	077057

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 9ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 10ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 11ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 12ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 15ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 16ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 17ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 26 de fevereiro de 2020.

CONTRATADO (A)

_____

Luzinete Jesus De Oliveira Tolomeu CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 14 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE FEVEREIRO 2020/SME EMENTA: ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES EFETIVOS

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Adicionar a carga horária por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com **MARIA APARECIDA LEAL CAMPOS,** Licenciado em Pedagogia para exercer suas funções na EM Laranjeira I acréscimo de **10horas/excedentes** no período de 10/02/2020 a 16/12/2020, objetivando atender demanda apresentada pela instituição.

Cáceres, 13 de Fevereiro de 2020

_____
_____

Luzinete Jesus De Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 228/2020 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **MARGARIDA SOARES DE OLIVEIRA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Avenida Mato Grosso, s/ nº, Bairro Jardim Paraiso, no Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG n.º1951414-0 SSP-MT e CPF n.º 023.284.061-06 daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **MARGARIDA SOARES DE OLIVEIRA**, no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal de Educação Infantil Brincando e Aprendendo/ Centro Municipal de Educação Infantil, com **carga horária de trabalho de 40 (QUARENTA) horas semanais,** para suprir as demandas na Educação Infantil sendo:20 Horas na Escola Municipal Brincando e Aprendendo (Matutino) e 20 Horas no Centro Municipal de Educação Infantil (Vespertino), em garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **26 de Fevereiro de 2020 e término em de 16 Dezembro de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO:O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.058,26 (Um mil, cinquenta e oito reais e vinte seis centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente.

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª O Município descontara do vencimento do contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Cláusula 6ª O pagamento referente a carga horaria serão realizados mensalmente de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 7ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Cláusula 8ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Cód. Órgão	Cód. Unid Orçamentaria	Cód. Função	Cód. Sub função	Cód. Programa	Num. Projeto-atividade-de	Cód. Da categ. Econômica	Cód. Do grupo de natureza de despesa	Cód. da modalidade de aplicação	Cód. Elem. de despesa	Cód. Sub elemento de despesa	Cód. ID de uso e destinação de recurso	Cód. Grupo de destinação de recurso	Cód. da especificação da destinação de recurso	Unid. Orçamentaria
07	02	12	361	1004	2064	3	1	90	04	00	00	1	01	077052
07	03	12	361	1004	2071	3	1	90	04	00	00	1	19	077057

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 9ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 10ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 11ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 12ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 15ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 16ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 17ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 26 de fevereiro de 2020.

CONTRATADO (A)

_____

Luzinete Jesus De Oliveira Tolomeu CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO - TERMO DE RESCISÃO DE TERMO DE COMPROMISSO PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO

O serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica rescisão do termo de compromisso para realização de Estágio entre a Autarquia Municipal e **Jessica Amanda Vieira**, portadora de CPF sob nº 058. 420.861-82, a partir de 13/03/2020.

Cáceres/MT, 13 de março 2020.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

CONTRATO 013/2020 - SMS/POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 013/2020 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PROCESSO SELETIVO 004/2019

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Saúde, **SILVANA MARIA DE SOUZA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **IVO FERREIRA QUEIROZ NETO**, Brasileiro, Solteiro, Residente e Domiciliado na Rua Dos Colhereiros, N°180, Vila Mariana, em Cáceres - MT, portador do RG n° MG-14.593.715 e CPF n° 016. 327.256-57, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005.

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação, **IVO FERREIRA QUEIROZ NETO** no cargo de Médico Pediatra, 10 horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Ambulatório da Criança do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **02 de Março de 2020 e término em 01 de Março de 2021.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, dentro da vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ R$ 1. 209,44 (Um mil e duzentos e nove reais e quarenta e quatro centavos) mensais, acrescido de produtividade na forma da Lei Municipal 2.717 de 24 de dezembro de 2018.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, no período já firmado neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Cláusula 6ª – O Contratado fica comprometido a cumprir o prazo legal do contrato, caso haja interesse em solicitar a rescisão contratual deverá ser solicitado no mínimo 30 (trinta) dias com antecedência, para as devidas providencias.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 7ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 8ª – O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 9ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 10ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 11ª - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
06002	10.302.1002.20043	3.1.90.04	102

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (vias) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de Fevereiro de 2020.

_____

IVO FERREIRA QUEIROZ NETO

Contratado

_____

SILVANA MARIA DE SOUZA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

CPF nº

_____

_____

CPF nº

DECRETO Nº. 105 DE 09 DE MARÇO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto º 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO a Lei nº 2.473, de 29 de abril de 2015,

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob o memorando nº. 8.324, de 05 de março de 2020,

RESOLVEM:

Art.1º Nomear as senhoras relacionadas abaixo para compor como membros representantes do **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CMDCA**, para o biênio 2019/2021.

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SMAS

Titular: Denise Maria de Oliveira Carvalho em substituição à senhora Suzana Aparecida Gervazoni

Suplente: Thayane Carolina da Silva Magalhães em substituição à senhora Fabiana Carvalho de Medeiros Vieira

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de março de 2020.

ELIANE BATISTA

Secretária Municipal de Assistência Social

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Municipal Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 166/2020 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o(a) senhor (a) **ANTONIA INEZ CANHETE**,brasileiro(a) residente e domiciliado(a) na Estrada Comunidade Limão s/n, na Chacara Santa Catarina-Limão, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG nº 1637195-0 SJSP/MT e CPF nº 293.890.701-04 daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor (a)**ANTONIA INEZ CANHETE** no cargo de **Guarda**, para exercer suas funções na Escola Municipal Santa Catarina – Núcleo Limão, com **carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais**, em Vaga Livre3.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **13 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ **725,69 (**setecentos e vinte e cinco reais e sessenta e nove centavos) e mais complemento salarial de R$ **319,32** (trezentos e dezenove reais e trinta e dois centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS DO CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente.

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª O Município descontara do vencimento do contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	Cód. Unid Orçamentaria	Cód. Função	Cód. Sub função	Cód. Programa	Num. Projeto-atividade-de	Cód. Da categ. Econômica	Cód. Do grupo de natureza de despesa	Cód. da modalidade de aplicação	Cód. Elem. de despesa	Cód. Sub elemento de despesa	Cód. ID de uso e destinação de recurso	Cód. Grupo de destinação de recurso	Cód. da especificação da destinação de recurso	Unid. Orçamentaria
07	**02**	**12**	**361**	**1004**	**2061**	**3**	**1**	**90**	**04**	**00**	**00**	**1**	**01**	**077040**
07	**03**	**12**	**361**	**1004**	**2070**	**3**	**1**	**90**	**04**	**00**	**00**	**1**	**19**	**077063**

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste.

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª Ao contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico.

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 13ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 14ª Ao término da vigência do presente contrato, tem-se por rescindido a relação entre as partes, formalizando o fim do vínculo jurídico da contratação.

Cláusula 15ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 16ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de fevereiro de 2020.

_____

CONTRATADO (A)

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG: _____

CPF: _____

NOME: _____

RG: _____

CPF: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 005/2019 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 013/2020

A Secretaria Municipal de Educação de Cáceres-MT, no uso de suas atribuições legais, visando atender Aos Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, e:

CONSIDERANDO o que consta no processo n° 30934 de 19 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO as atribuições da Comissão Paritária, responsável pela condução do Processo Seletivo Simplificado, instituída pela Portaria nº 426 de 09 de outubro de 2019;

RESOLVE:

I – CONVOCAR o candidato Classificado no Processo Simplificado n° 005/2019, para comparecer na **Secretaria Municipal de Educação**, situada na Avenida Getúlio Vargas, n° 838, Bairro Santa Isabel, ao lado da Secretaria Municipal de Saúde, no dia **17/03/2020, (terça-feira) às 13:30 horas** para compor o quadro de vagas apresentadas por esta secretaria, conforme **Anexo I** deste edital;

II – DISPONIBILIZAR as vagas dispostas no A**nexo II**, para manifestação dos candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 005/2019, para o cargo de Professor Licenciado em Letras e Auxiliar de Serviços Gerais, quanto ao interesse e disponibilidade na vaga apresentada. A atribuição será realizada por ordem de manifestação, considerando protocolo na Secretaria;

III – INFORMAR que para ser contratado, no dia da lotação o candidato deverá apresentar cópias de documentos pessoais e afins, conforme **Anexo III**.

Cáceres, 16 de março de 2020.

LUZINETE JESUS OLIVEIRA TOLOMEU

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

CONVOCAR

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA – ESCOLAS URBANAS

CLASS	NOME	INSCRIÇÃO	DATA NASC.
124ª	ELIANE MASSAI	**449581**	**30/04/1984**
125ª	CLAUDIA DA SILVA TORRES	**448768**	**03/11/1987**

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA – ESCOLAS URBANAS

CLASS	NOME	INSCRIÇÃO	DATA NASC.
4ª	VALTER SANTANA DE CAMPOS	**449648**	**28/11/1986**

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA – ESCOLAS URBANAS

CLASS	NOME	INSCRIÇÃO	DATA NASC.
5ª	VANIA RAMOS DA SILVA GONCALVES	**449223**	**28/06/1978**

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL – ESCOLAS URBANAS

CLASS	NOME	INSCRIÇÃO	DATA NASC.
70ª	SANDRA SANTIAGO SILVA	**449937**	**15/08/1982**
71ª	STEPHANIE FERNANDA MATEUS	**449605**	**15/02/1995**

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA – NÚCLEO UNIÃO

CLASS	NOME	INSCRIÇÃO	DATA NASC.
1ª	DANIEL PEREIRA DA COSTA	**447170**	**09/09/1994**

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL – 16 DE MARÇO – NÚCLEO SADIA

CLASS	NOME	INSCRIÇÃO	DATA NASC.
1ª	NAZANIRTES PEREIRA DE CARVALHO	**450026**	**15/11/1975**

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – PAULO FREIRE

CLASS	NOME	INSCRIÇÃO	DATA NASC.
00001ª	MARCELA FERREIRA DO NASCIMENTO	**193282210**	**30/11/1995**

ANEXO II

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS – BURITI

CLASS	NOME	PROTOCOLO	DATA NASC.
	MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE		

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – NÚCLEO UNIÃO

CLASS	NOME	PROTOCOLO	DATA NASC.
	MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE		

ANEXO III

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO
	DOCUMENTOS PESSOAIS e AFINS
1	Cópia dos Documentos: RG e CPF APLIC/R.H
2	Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento R.H
3	Cópia do Título de Eleitor APLIC/R.H
4	Documentos que comprovem estar quites com obrigações eleitorais APLIC
5	Cópia de Certificado de Reservista (masculino) APLIC/R.H
6	Cópia da Carteira de Trabalho (páginas onde constam, número e série da CTPS, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho: último registro de contrato e a próxima página em branco) APLIC/R.H
7	Cópia CNH (Em caso de cargo especifico verificar a categoria exigida) R.H
8	Cópia de Cadastro no PIS/PASEP R.H
9	Cópia do Diploma / Comprovante de Escolaridade (autenticado) R.H
10	1 Foto 3X4 Atualizada
11	Cópia da Carteira do Conselho de Classe MT, quando se tratar de profissão Regulamentada incluindo comprovante de quitação de anuidade R. H
12	Número CPF Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou Dependentes, se os pais forem falecidos apresentar atestado de óbito (autenticado) ou declaração de não convivência com os pais (autenticado) R.H
13	Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos R.H
14	Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de cinco anos R.H
15	**Cartão Vacina Adulto (especifico para trabalhos na área de saúde) R.H**
	DEMAIS DOCUMENTAÇÕES
16	Comprovante de Residência atual (cópia conta agua, luz, telefone ou contrato de locação do imóvel R.H
17	Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, **com firma reconhecida.**
18	Atestados Médicos Admissional emitido pelo médico do trabalho, indicando se o candidato está apto ou não para o exercício das atribuições próprias do cargo APLIC
19	Certidão negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais junto ao Estado de Mato Grosso - 1º e 2º Grau – RH
20	Certidão Criminal Federal 1º e 2º Grau – R.H
21	Declaração de Bens/ Imposto de Renda, **com firma reconhecida.** APLIC
22	Telefone e E-mail

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 14 A 21/2020 PREGÃO ELETRÔNICO N° 02/2020 - REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Prefeitura Municipal de Cáceres

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013 **a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:**

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de alimentos estocáveis e perecíveis visando atender ao cardápio da alimentação escolar para o ano letivo 2020 e demais eventos a serem realizados pela Secretaria Municipal de Educação, Administração, saúde, Ação Social, SEPLAN, SEFIN, SEFAZ, SESMA, SEMADE, Cultura e Turismo, Infraestrutura e Assuntos Estratégicos.

Empresa Vencedora: COMERCIAL LUAR EIRELI – EPP CNPJ Nº 02.545.557/0001-33 representada pela procuradora Srª Aline Aparecida Tomaz CPF nº 032.246.231-28 portadora do RG nº19701489 SSP/MT, perfazendo o valor total de R$57.267,64 (Cinquenta e sete mil duzentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VLR UNIT	VLR TOTAL
07	**ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PO -** OBTIDO PELA MISTURA DE CACAU EM PO SOLUVEL, LEITE EM PO E/OU SORO, EXTRATO DE MALTE, ACUCAR E SAL, CONSTITUIDO DE PO FINO E HOMOGENEO, ISENTO DE SOJA OU FARINHA, SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ADMITINDO TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 3% EM PESO, ACONDICIONADO EM PACOTE CONTENDO 400 GRAMAS.	UN	1200	MERILU	R$3,40	R$4.080,00
12	**AVEIA** - INTEGRAL, EM FLOCOS FINOS, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, COM 500G, EMBALADA APROPRIADO	PCT	2800	PAIOL	R$4,31	R$12.068,00
24	**CANELA EM PÓ** - PRODUTO ALIMENTÍCIO EM PÓ FINO, PURO. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO MARROM CLARO, CHEIRO AROMÁTICO E SABOR CARACTERÍSTICO DE CANELA. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA, ATÓXICA, DE 10G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6(SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	PCT	1320	MIKA	R$1,41	R$1.861,20
28	**COLORAU** - (URUCUM) PÓ FINO, HOMOGÊNEO, COLORAÇÃO VERMELHO INTENSA, COM EMBALAGEM DE 500G.	PCT	2000	SINHA	R$3,12	R$6.240,00
29	**CREME DE LEITE** - APRESENTANDO TEOR DE MATERIA GORDA MINIMA DE 25%, EMBALADO EM CAIXA CARTONADA, PESANDO 200 GRAMAS.	UNID	4760	GLORIA	R$2.02	R$9.615,20
54	**MASSA ALIMENTICIA** - TIPO SECA, FORMATO PARAFUSO, COR AMARELA, OBTIDA PELO AMASSAMENTO DA SEMOLA, OVOS, VITAMINADO, ISENTA DE CORANTES ARTIFICIAIS, ISENTO DE SUJIDADES E PARASITAS, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE E ATOXICO 500G, COM SELO DA ABIMA.	PCT	5500	SANTA FELICIDADE	R$2.29	R$12.595,00
59	**OLEO COMESTIVEL** - **AZEITE DE OLIVA, EXTRA VIRGEM,** OBTIDO DE AZEITONAS SAS, COM SABOR E CHEIRO DE AZEITONA, ISENTO DE RANCO E SUBSTANCIAS ESTRANHAS,	UND	92	T.CAMÕES	R$14,97	R$1.377,24

	ACIDEZ IGUAL OU INFERIOR A 1% APTO PARA CONSUMO NA MESA. EMBALAGEM APROPRIADA COM 500ML.					
61	**ORÉGANO DESIDRATADO** - DEVE SER CONSTITUÍDO DE FOLHAS SÃS, LIMPAS E DESIDRATADAS. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO VERDE PARDACENTA, ASPECTO, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM PLÁSTICA COM PACOTE DE 100G, TRANSPARENTE, ATÓXICA, RESISTENTE E HERMETICAMENTE VEDADA.PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	PCT	1180	MIKA	R$5,55	R$6.549,00
74	**VINAGRE DE ALCOOL**, BRANCO PRODUTO NATURAL FERMENTADO ACETICO SIMPLES, ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS, ACIDOS ORGANICOS EMINERAIS ESTRANHOS, LIVRE DE SUJIDADES, MATERIAL TERROSO, E DETRITOS DE ANIMAIS E VEGETAIS, EMBALAGEM COM 750ML.	FRASCO	2200	VITALIA	R$1,31	R$2.882,00

Empresa Vencedora: NUTRICENTER PROD. NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA-ME

CNPJ Nº06.372.763/0001-40 representada pelo SrºAyton Pereira Dias CPF nº059.535.091-70 portador do RG nº2462670-8 SSP/MT, perfazendo o valor de R$10.587,50 (Dez mil quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VLR UNIT	VLR TOTAL
40	**FORMULA INFANTIL** - **PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES**, ISOSMOLAR, ISOTONICA, PROTEINA ISOLADA DE SOJA, EMBALAGEM APROPRIADA AO PRODUTO, LATA 800G	LATA	45	NAN SOJA NESTLE	R$58,50	R$2.632,50
46	**LEITE EM PO** - **FORMULA INFANTIL** - **PARA LACTANTES DE 6 A 12 MESES.** COMPOSTO POR MALTODESTRINA, PREDOMINACIA DO SORO DO LEITE (70/30), PARA CONSTIPACAO, COM PREBIOTICOS COM ATE 4G/LITRO. ENRIQUECIDO COM VITAMINAS, FERRO E OUTROS MINERAIS, EMBALAGEM HERMETICAMENTE FECHADA, LATA COM 800G	LATA	215	NESTLE	R$37,00	R$7.955,00

Empresa Vencedora: COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI CNPJ N°09.542.4530001-14 representada pelo Srº Mario Marcio Uemura Meira CPF nº 858.844.301-59 portador do RG nº11.149431-0 SSP/MT, perfazendo o valor total de R$57.912,40 (Cinquenta e sete mil novecentos e doze reais e quarenta centavos).

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UN	QUANT	MARCA	VLR UNIT	VLR TOTAL
49	**MAÇA** - VERMELHA GRANDE, NACIONAL, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO TAMANHO, COR E CONFORMACAO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	KG	10.360	IN NATURA	R$5,59	R$57.912,40

Empresa Vencedora: SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA ME CNPJ Nº10.688.030/0001-96 representada pelo Wellington Nunes dos Santos CPF nº559.502.051-20 RG nº0767356-6, perfazendo um valor total de R$628.084,90 (seiscentos e vinte e oito mil e oitenta e quatro reais e noventa centavos)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUANT	MARCA	VLR UNT	VLR TOTAL
27	**CHA - ERVA MATE** QUEIMADO, CONSTITUIDO DE FOLHA NOVAS, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS LIGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERDE AMARRONZADA ESCURA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM A GRANEL, EMBALADO EM CAIXA DE PAPELAO APROPRIADA COM PESO DE 250G.	UND	550	RICCO	R$3,12	R$1.716,00
38	**FILÉ DE PEITO DE FRANGO**, SEM OSSO, SEM PELE, SEM TEMPERO, CONGELADO. EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1KG, COM ASPECTO COR E SABOR PRÓPRIOS, SEM MANCHAS E PARASITAS. EMBALADA, SELADA EM SACO PLÁSTICO VIRGEM, TRANSPARENTE, ATÓXICO, RESISTENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO, CONTENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, MODO DE ARMAZENAMENTO. IDENTIFICADO NA EMBALAGEM CONTROLE SANITÁRIO PREVISTO EM LEI COMO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) OU SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL (SISE) OU SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIFE)	KG	11360	OURO	R$11,65	R$132.344,00
41	FRANGO PROCESSADO - EM PEÇA, NÃO TEMPERADO, **COXA-SOBRECOXA**, CONGELADO. EMBALAGEM COM NO MINIMO 1KG, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS. CONTENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, MODO DE ARMAZENAMENTO. IDENTIFICADO NA EMBALAGEM CONTROLE SANITÁRIO PREVISTO EM LEI COMO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) OU SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL (SISE) OU SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIFE).	KG	12100	OURO	R$8,30	R$100.430,00
48	**LINGUICA SUÍNA ARTESANAL**, CONGELADA. PREPARADA COM CARNE SUÍNA, CONDIMENTOS, TEMPEROS NATURAIS, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO. EMBALADA, SELADA EM SACO PLÁSTICO VIRGEM, TRANSPARENTE, ATÓXICO, RESISTENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO, CONTENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, MODO DE ARMAZENAMENTO. IDENTIFICADO NA EMBALAGEM CONTROLE SANITÁRIO PREVISTO EM LEI COMO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) OU SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL (SISE) OU SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIFE), EMBALAGEM COM 1KG.	KG	10360	NUTRIBRAS	R$13,00	R$134.680,00
65	**SAL** - REFINADO, IODADO, EXTRAIDO DE FONTES NATURAIS, AUSENCIA DE SUJIDADES IMPUREZAS ORGANICAS, COM NO MINIMO 96,95% DE CLORETO DE SODIO E SAIS DE IODO, UMIDADE MAXIMA DE 0,2%, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO DE 1KG	PCT	3348	UNIAO	R$1,20	R$4.017,60
66	**SALSICHA** - HOT DOG, COMPOSTA DE CARNE BOVINA, REFRIGERADA, COM CONDIMENTOS TRITURADOS E COZIDOS, ACONDICIONADA EM ACONDICIONADOS EM SISTEMA CRY-O-VAC. EMBALAGEM COM 1KG.	PCT	500	BELLO	R$6,62	R$3.310,00
67	**SUCO CONCENTRADO** - SABOR DE **MARACUJA**, BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, INTEGRAL, SEM AGUA, SEM ACUCAR, FRUTAS FRESCAS E SELECIONADAS, ACONDICIONADO EM FRASCO DE 500ML	FRASCO	15180	DA FRUTA	R$6,50	R$98.670,00
68	**SUCO CONCENTRADO** - SABOR DE **UVA**, BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, INTEGRAL, SEM AGUA, SEM ACUCAR, FRUTAS FRESCAS E SELECIONADAS, ACONDICIONADO EM GARRAFA COM 500 ML.	FRASCO	15580	DA FRUTA	R$4.06	R$63.254,80
69	**SUCO DE NECTAR DA FRUTA** - SUCOS DE DIVERSOS SABORES, PRONTOS PARA BEBER TIPO NECTAR 200 ML EM CAIXINHA TETRA PAK. INGREDIENTES: ÁGUA, AÇÚCAR, VITAMINAS (C, E, B3, A, D, B6 E B12), AROMA SINTÉTICO IDÊNTICO AO NATURAL, ACIDULANTE	CX	2400	DA FRUTA	R$1,20	R$2.880,00

	ÁCIDO CÍTRICO, ESTABILIZANTES GOMA GUAR E ACETATO ISOBUTIRATO DE SACAROSE.					
75	**LEITE PASTEURIZADO - TIPO B,** TEOR DE MATERIA GORDA INTEGRAL, ENVASADO EM EMBALAGENS DE SACO DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE. **PACOTE COM 1L**	LITRO	29925	PROPRIA	R$2,90	R$86.782,50

Empresa Vencedora: GRAMADA DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI – EPP CNPJ Nº19.808.881/0001-08, representada pela Srª Silvana Rodrigues Moreira da Silva CPF nº592.948.251-91 portadora do RG nº0900581-1 SSP/MT, perfazendo um valor total de R$3.154,80 (três mil cento e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos).

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUANT	MARCA	VLR UNI	VLR TOTAL
32	**FARINHA DE MILHO** – FINO, SIMPLES, DO GRAO DO MILHO, DE COR AMARELA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, COM AUSENCIA DE UMIDADE E FERMENTACAO, ISENTO DE SUJICIDADE, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM PACOTE COM 500G	PCT	1320	SIMHA	R$2,39	R$3.154,80

Empresa Vencedora: FLOR DE MAIO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CNPJ Nº 26.511.522/0001-41, representada pela Srº Priscila Consani das Mercês CPF nº075.082.869-28 portadora do RG nº 10.616.831-8 SSP-PR, perfazendo um valor total de R$129.878,08 (Cento e vinte e nove mil oitocentos e setenta e oito reais e oito centavos).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNI	QUANT	MARCA	VLR UNT	VLR TOTAL
09	**AMIDO DE MILHO** - PRODUTO A BASE DE AMIDO DE MILHO, FARINHA DE ARROZ COLORAÇÃO COR BRANCA, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICO. COM 500G.	CX	1280	SINHA	R$2,47	R$3.161,60
23	**CACAU** - EM PO, OBTIDO DA MISTURA DE 100% DE CACAU, ACONDIDIONADO EM EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	PCT	3936	PAIOL	R$9,68	R$38.100,48
31	**EXTRATO DE TOMATE** - CONCENTRADO, PRODUTO RESULTANTE DA CONCENTRACAO DA POLPA DE TOMATE, PREPARADO COM FRUTOS MADUROS SELECIONADOS, SEM CONDIMENTOS, CONTENDO SOMENTE AÇUCAR, SAL E TOMATE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM LATA COM 340g.	LATA	7860	FUNGINI	R$2,00	R$15.720,00
47	**LEITE LONGA VIDA INTEGRAL** - LEITE PADRONIZADO INTEGRAL COM 3% DE GORDURA E ESTABILIZANTES CITRATO DE SÓDIO, TRIFOSFATO DE SÓDIO, MONOFOSFATO DE SÓDIO E DIFOSFATO DE SÓDIO.PROCESSADO EM USINA DE BENEFÍCIAMENTO ATRAVÉS DO SISTEMA ULTRA HIGH TEMPERATURE (UHT) COM FISCALIZAÇÃO PERMANENTE, SEM ADIÇÃO DE SORO OU OUTRO CONSTITUINTE ESTRANHO À CARACTERÍSTICA NATURAL DO PRODUTO. O PRODUTO DEVE APRESENTAR COR BRANCA INTERIOR E SABOR CARACTERÍSTICO. A PORÇÃO DE 200ML DEVE CONTER NO MÁXIMO 6,0G E 3,8G DE GORDURA TOTAL E GORDURA SATURADA, RESPECTIVAMENTE.EMBALAGEM: MULTILAMINADA, CARTONADA, ASSÉPTICA, IMPERMEÁVEL AO AR, LUZ E MICROORGANISMOS, TIPO "TETRA PACK", DEVERÁ TRAZER INFORMAÇÕES GERAIS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 2(DOIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. CONTENDO 1L	CX	16920	NENE	R$3,30	R$55.836,00
52	**MASSA ALIMENTICIA** - TIPO CONCHA, SEMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO. MASSA COM OVOS E CORANTES NATURAIS, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO. MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS-CNNPA, EMBALAGEM COM 500G.	PCT	1500	LIANE	R$2,48	R$3.720,00
53	**MASSA ALIMENTICIA** – TIPO SECA, FORMATO ESPAGUETE, FORMATO FINO, COR AMARELA, OBTIDA PELO AMASSAMENTO DA FARINHA DE TRIGO ESPECIAL E SEMOLA, VITAMINADO, ISENTA DE CORANTES ARTIFICIAIS, SUJIDADES E PARASITAS, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE E ATOXICO, COM SELO DA ABIMA, EMBALAGEM COM 500G	PCT	5800	QDELICIA	R$2,30	R$13,340,00

Empresa Vencedora: NABELLA COMERCIOS DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI CNPJ Nº 27.981.389/0001-50, representada pela Srª Natalia Conceição Honorato da Silva Barbosa CPF nº017.766.351-08 portadora do RG nº1678155-4/SESP-MT, perfazendo um valor total R$16.539,90 (dezesseis mil quinhentos e trinta e nove reais e noventa centavos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNI	QUANT	MARCA	VLR UNI	VLR TOTAL
43	**GRÃO DE BICO** - GRÃO DE BICO. TIPO 1, CONSTITUÍDO DE GRÃOS MADUROS, SECOS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES (COR CREME), SEM MANCHAS, TEOR MÁXIMO DE IMPUREZA DE 2%. EMBALAGEM: PACOTES DE POLIETILENO DE 500G. AS MARCAÇÕES OBRIGATÓRIAS DEVEM SER IMPRESSAS NO SISTEMA ROTOGRAVURA. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	PCT	1560	PINDUCA	R$5,41	R$8.439,60
58	**MILHO DE PIPOCA** - DE PRIMEIRA QUALIDADE, BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MAXIMA DE 14% POR PESO, ACONDICIONADO EM SACO FILME BOPP, 500G.	PCT	2100	DIODORO	R$2,08	R$4.368,00
71	**TRIGO PARA QUIBE** - TRIGO PARA QUIBE. COM COR, SABOR E AROMA CARACTERÍSTICOS DO PRODUTO. EMBALAGEM PACOTES DE POLIETILENO, VIRGEM, ATÓXICO, COM CAPACIDADE PARA ACONDICIONAR 500G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6(SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	PCT	1170	DIODORO	R$3,19	R$3.732,30

Empresa Vencedora: W.F. DE JESUS VIEGAS EIRELI CNPJ Nº31.156.604/0001-55, representada pelo Srº Wellington Fernando de Jesus Viegas CPF nº036.475.491-50 portador do RG nº2183503-9 SSP/MT, perfazendo um valor total de R$238.341,75 (Duzentos e trinta e oito mil trezentos e quarenta e um reais e setenta e cinco centavos)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNI	QUANT	MARCA	VIR UNIT	VLR TOTAL
06	**ALHO IN NATURA (BULBO)**, NACIONAL, DE OTIMA QUALIDADE, FRESCO, SEM LESOES DE ORIGEM LIVRE DE RESIDUOS, TAMANHO E COR UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO, PESO EM QUILO.	KG	4140	NACIONAL	R$19,90	R$82.386,00
11	**ARROZ - INTEGRAL**, TIPO 1, LONGO, CONSTITUIDOS DE GRAUS INTEIROS, COM TEOR DE UNIDADE MAXIMA 15%, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM PACOTE DE 01KG.	PCT	200	TIO URBANO	R$4,49	R$898,00
17	**BEBIDA A BASE DE SOJA** - DO TIPO SUCO, CONTENDO AGUA, GRAO DE SOJA, ACUCAR INVERTIDO, SUCO DE **UVA**, MALTODEXTRINA, VITAMINAS (C, B3, B2, B6 E B12), MINERAL (ZINCO), ESTABILIZANTES, PECTINA E GOMA GUAR, CORANTE NATURAL ANTIO-	CX	420	ADES	R$2,13	R$894,60

	CINAS, ACIDULANTES ACIDO, CITRICO, AROMA EDULCORANTES SUCRALOSE, EMBALAGEM COM 200ML					
18	**BETERRABA** - OTIMA QUALIDADE, FRESCA, COMPACTA E FIRME, ISENTA DE ENFERMIDADES ISENTA DE ENFERMIDADE E SUJIDADES, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, ACONDICIONADA EM SACOS PLASTICOS ATOXICO DE GRANDE RESISTENCIA, PESO POR KILO.	KG	165	IN NATURA	R$2,63	R$433,95
20	**BISCOITO COM SAL** - TIPO CREAM CRACKER, COMPOSICAO BASICA AROMATIZADO ARTIFICIALMENTE, FARIMHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL, C/ GLUTEN, EXTRATO DE MALTE E FERMENTO BIOLOGICO, ACONDICIONADO EM PACOTES, 400 G.	PCT	7300	DALLAS	R$3,02	R$22.046,00
21	**BISCOITO COM SAL** - TIPO POLVILHO, SEM GLUTEN E LACTOSE. A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MINIMO AS SEGUINTES INFORMAÇOES: NOME E, OU MARCA, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇAO E DE VALIDADE, LOTE E INFORMAÇOES NUTRICIONAIS. EMBALAGEM: DE POLIETILENO ATOXICO, DUPLA EMBALAGEM, TRANSPARENTE, RESISTENTE, LACRADO, COM PESO LIQUIDO DE 100 G.PRAZO DE VALIDADE: MINIMO DE 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	PCT	800	BEBELA	R$2,49	R$1.992,00
22	**BISCOITO DOCE SEM RECHEIO** - TIPO BISCOITO DOCE SEM RECHEIO TIPO MARIA, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, ACUCAR, OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM FILME BOPP, 400 GR. **CACAU** - EM PO, OBTIDO DA MISTURA DE 100% DE CACAU, ACONDIDIONADO EM EMBALAGEM DE 500 GRAMAS.	PCT	7300	DALLAS	R$3,02	R$22.046,00
25	**CEBOLA** - DE PRIMEIRA QUALIDADE, COMPACTA E FIRME, SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA, PERFURACOES E CORTES, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONAMENTO ADEQUADO, EM SACO DE POLIETILENO.	KG	660	NACIONAL	R$3,38	R$2.230,80
26	**CENOURA** - DE PRIMEIRA, SEM RAMA, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESOES DE ORIGEM SEM RACHADURAS, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA ENTREGA EM SACO PLASTICO ATOXICO, PESO POR QUILO.	KG	230	IN NATURA	R$2,99	R$687,70
34	**FARINHA DE TRIGO** - ESPECIAL, OBTIDA DA MOAGEM DO TRIGO, DE COR BRANCA, ENREQUECIDA COM ÁCIDO FÓLICO, FERRO, ISENTA DE SUJIDADE, SEM FERMENTO, EMBALADO COM 1KG.	PCT	3740	VITORIOSA	R$2,77	R$10.359,80
39	**FOLHA DE LOURO** - DEVE SER CONSTITUÍDO DE FOLHAS SÃS, LIMPAS E SECAS, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO, RESISTENTE E HERMETICAMENTE VEDADO. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO VERDE PARDACENTA, CHEIRO AROMÁTICO, ASPECTO E SABOR CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM DE 8G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	PCT	1260	DA GOSTO	R$1,49	R$1.877,40
42	**GELEIA DE FRUTA** - SABOR ARTIFICIAL, OBTIDA DA COCCAO DE CONCENTRADO, ACIDULANTE, AROMA NATURAL DA FRUTA, ACIDO CITRICO, CONSERVANTE SORBATO DE POTASSIO, ADMITINDO ADICAO DE ACUCAR, GLICOSE, ISENTO DE SUJIDADES, LIVRE DE FERMENTACOES E LIVRE DE SUBSTANCIAS ESTRANHAS, ACONDICIONADO EM POTE DE VIDRO. EMBALAGEM COM 230G.	POTE	900	PREDILECTA	R$5,15	R$4.635,00
44	**LARANJA** - COR AMARELA ESVERDEADA, DE PRIMEIRA, POLPA COM CALDO, FRUTA DOCE, SABOR E CHEIRO CITRICOS, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, BOA QUALIDADE. PESO EM QUILO.	KG	1900	IN NATURA	R$2,69	R$5.111,00
45	**LEITE DE SOJA** - LIQUIDO, PREPARADO A BASE DE SOJA, SEM LACTOSE, SEM COLESTEROL, EMBALAGEM EM 1 LITRO	LITRO	900	ADES	R$6,63	R$5.967,00
50	**MAMAO** - FORMOSA, DE PRIMEIRA, LIVRE DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE	KG	300	DA REGIÃO	R$3,29	R$987,00
55	**MELANCIA** - REDONDA, GRAUDA, DE PRIMEIRA, COLORAÇÃO VERMELHA E SABOR DOCE, LIVRE DE PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA. PESO EM QUILO	KG	500	DA REGIÃO	R$1,99	R$995,00
56	**MELAO** - AMARELO, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA INTACTA E FIRME.	KG	200	NACIONAL	R$3,99	R$798,00
57	**MILHO DE CANJICA** - DE PRIMEIRA QUALIDADE, BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MAXIMA DE 14% POR PESO, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO, EMBALAGEM COM 500G.	PCT	1760	MIKA	R$2,05	R$3.608,00
62	**OVO** - DE GALINHA, BRANCO, GRANDE, ISENTO DE SUJIDADES, FUNGOS E SUBSTANCIAS TOXICAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA.	DUZIA	11320	CAMPO VERDE	R$5,69	R$64.410,80
63	**REPOLHO BRANCO** - FRESCO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, OTIMA QUALIDADE, FIRME E INTACTO, SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA. PESO EM QUILO.	KG	120	IN NATURA	R$2,99	R$358,80
70	**TOMATE** – MADURO E FIRME, BOA QUALIDADE, GRAUDA, DE POLPA FIRME E INTACTA, ISENTO DE ENFERMIDADES MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRE DE RESIDUOS E FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA ORIUNDA DE MANUSEIO OU TRANSPORTE. PESO EM QUILO.	KG	460	IN NATURA	R$5,59	R$2.571,40
72	**UVA** - ITALIA, NACIONAL, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	KG	115	NACIONAL	R$13,50	R$1.552,50
73	**UVA** - RUBI, NACIONAL, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	KG	115	NACIONAL	R$13,00	R$1.495,00

CONTRATADA:

Empresa Vencedora: COMERCIAL LUAR EIRELI – EPP

CNPJ Nº 02.545.557/0001-33

Representante:Procuradora

Srª Aline Aparecida Tomaz

CPF nº032.246.231-28

RG nº19701489 SSP/MT

NUTRICENTER PROD. NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA-ME

CNPJ Nº06.372.763/0001-40

representada

SrºAyton Pereira Dias

CPF nº059.535.091-70

RG nº2462670-8 SSP/MT

COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI

CNPJ N°09.542.4530001-14

representante Srº Mario Marcio Uemura Meira

CPF nº 858.844.301-59

RG nº11.149431-0 SSP/MT

SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA ME

CNPJ Nº10.688.030/0001-96

Representante: Wellington Nunes dos Santos

CPF nº559.502.051-20

RG nº0767356-6

GRAMADA DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI – EPP

CNPJ Nº19.808.881/0001-08,

Representante: Srª Silvana Rodrigues Moreira da Silva

CPF nº592.948.251-91

RG nº0900581-1 SSP/MT

FLOR DE MAIO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS

CNPJ Nº 26.511.522/0001-41,

Representante: Srº Priscila Consani das Mercês

CPF nº075.082.869-28

RG nº 10.616.831-8 SSP-PR

NABELLA COMERCIOS DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

CNPJ Nº 27.981.389/0001-50,

Representante:

Srª Natalia Conceição Honorato da Silva Barbosa

CPF nº017.766.351-08

RG nº1678155-4/SESP-MT

W.F. DE JESUS VIEGAS EIRELI

CNPJ Nº31.156.604/0001-55, representante Srº Wellington Fernando de Jesus Viegas

CPF nº036.475.491-50 RG nº2183503-9 SSP/MT

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT

Secretária Municipal de Administração

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

CPF nº 298.533.201-00

RG Nº029.396-49 SSP-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 077 DE 02 DE MARÇO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS E ABONOS PECUNIARIOS ***NO MÊS DE MARÇO*** *PARAOS SERVIDORES RELACIONADOS ABAIXO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor da Escala de férias anual e os requerimentos dos servidores.

RESOLVE

I –Conceder, na forma dos dispositivos legais supramencionados, as ***"Férias e Abonos Pecuniários"*** aos servidoresrelacionados na tabela abaixo e seus respectivos períodos aquisitivos.

Nº	SERVIDOR	PERIODO AQUISITIVO	ABONO P.	PERIODO DE GOZO
1	ELIO INACIO TOMÉ	03.09.2018 A 02.09.2019	10 dias	02.03.2020 a 31.03.2020
2	ILSON ALVES SEVERINO	06.02.2019 A 05.02.2020	10 dias	02.03.2020 a 31.03.2020
3	JOSE DOMINGOS DE ARAUJO	21.02.2019 A 20.02.2020	-	02.03.2020 a 31.03.2020
4	JUVENAL PINHEIRO BATISTA NETO	01.02.2019 A 31.01.2020	10 dias	02.03.2020 a 31.03.2020
5	KALIU INACIO DA COSTA	23.08.2018 A 22.08.2019	10 dias	02.03.2020 a 31.03.2020
6	MARCELO AZEVEDO LINO	01.02.2019 A 31.01.2020	-	02.03.2020 a 31.03.2020
7	MARCOSUEL GONÇALVES CUNHA	06.03.2019 a 05.03.2020	-	02.03.2020 a 31.03.2020
8	MARIA REGINA ANDRADE COSTA	01.06.2018 A 31.05.2019	10 dias	02.03.2020 a 31.03.2020
9	MAURO HUMBERTO M. QUEIROZ	11.09.2019 a 11.03.2020	-	02.03.2020 a 21.03.2020
10	RENIA DE OLIVEIRA PAULO	03.03.2019 A 02.03.2020	10 dias	02.03.2020 a 31.03.2020
11	RICARDO MACELLY VELOSO SILVA	22.03.2019 A 21.03.2020	10 dias	02.03.2020 a 31.03.2020
12	ROBERTO PAINS DE LIMA	02.02.2019 a 01.02.2020	10 dias	16.03.2020 a 04.04.2020
13	VILMAIR ROSA DA SILVA	08.03.2019 a 07.03.2020	-	02.03.2020 a 31.03.2020
14	DEUSUITA PEREIRA DE SOUZA	07.03.2018 a 06.03.2019	10 dias	02.03.2020 a 21.03.2020
15	RUBENSMAR SANTOS VILELA	22.03.2019 A 21.03.2020	10 dias	02.03.2020 a 21.03.2020

II - Esta portaria entra em vigor na data de 02 de março de 2020.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra - se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 02 de março de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE Nº 3.316 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SRA. **SILVANA APARECIDA BOSCH** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

Considerando o teor do requerimento do servidor sob protocolo de nº. 791 de 05 de março de 2020.

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. **SILVANA APARECIDA BOSCH**, que exercia o cargo de **Nutricionista - Sede, Classe "B", Nível "01"**, junto a **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, desta Prefeitura.

Art. 2º - Revoga em todos os seus termos o Decreto de nº. 3.100 de 15 de março de 2.019.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 16 de março de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 130/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 130/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Edemilson dos Santos Traficante

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Educação Física**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 12/02/2020 à 15/12/2020

Data: 12/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 002 de 07 de fevereiro de 2020; e o Memorando nº 085, de 06 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2020 – RELAÇÃO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis - MT, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no Art. 37 da Constituição Federal e mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO, a Divulgação da Relação de Candidatos com Inscrições Homologadas, conforme Anexo I:

ANEXO I

Inscrição	Nome	Função – AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS
200000196	BRUNA RAFAELA DUTRA	Ajudante de Serviços Gerais
200000211	CRISTIANE MARIA DOS SANTOS	Ajudante de Serviços Gerais
200000158	IVANI MARIA DA SILVA MENEZES	Ajudante de Serviços Gerais
200000023	LEIR DE LOURDES FERREIRA	Ajudante de Serviços Gerais
200000251	LETICIA ALVES CORREIA DE LIMA	Ajudante de Serviços Gerais
200000268	LUANA VALENTIM RIBEIRO	Ajudante de Serviços Gerais
200000191	LUCIANA BATISTA HENRICH	Ajudante de Serviços Gerais
200000239	MARIA ELOISA DA SILVA	Ajudante de Serviços Gerais
200000069	MILANE DOMINGOS SILVA	Ajudante de Serviços Gerais
200000199	ROSIMERI PORFIRIO	Ajudante de Serviços Gerais
200000181	SILVANA AZEVEDO DOS SANTOS	Ajudante de Serviços Gerais
200000048	SUELI RODRIGUES	Ajudante de Serviços Gerais
Inscrição	**Nome**	**Função - COZINHEIRA**
200000134	ALEXIA LIMA MENDES	Cozinheira
200000248	ALINE BARBOZA CAVALCANTE	Cozinheira
200000206	ANA LICE PORFIRIO	Cozinheira
200000223	ANA PAULA ALVES DE ARAGÃO	Cozinheira
200000118	ARINICE DE SOUZA MONTEIRO DIAS	Cozinheira

200000274	DILCILENE MICHELLY COELHO DE AMORIM DOS SANTOS	Cozinheira
200000024	DIONIZIA ALEXANDRE DOS SANTOS	Cozinheira
200000059	ELIZABETE NUNES DE FREITAS	Cozinheira
200000114	ELIZANGELA CAITANO DOS SANTOS	Cozinheira
200000057	FABIANA PEREIRA DA COSTA	Cozinheira
200000045	JESSICA SOARES DA SILVA	Cozinheira
200000172	MARIA RAQUEL BRITO PINHEIRO	Cozinheira
200000265	SANDRA DE SOUZA SILVA	Cozinheira
200000014	SUELI DA SILVA TOMÁZ	Cozinheira

Inscrição	Nome	Função – ESPECIALISTA EM SAÚDE - PSICÓLOGO
200000003	ADRIELY DA CRUZ E SILVA ROMPATE	Especialista em Saúde – Psicólogo.
200000113	BEATRIZ MELLO MAÇIMAM MORAES	Especialista em Saúde – Psicólogo.
200000231	DANIEL GALANTE ROMANINI	Especialista em Saúde – Psicólogo.
200000186	DÉBORA CHRISTINA DA SILVA PIACENTINI	Especialista em Saúde – Psicólogo.
200000216	ELOISA ROMIG	Especialista em Saúde – Psicólogo.
200000238	HERICA SANTOS PEDROSO	Especialista em Saúde – Psicólogo.
200000013	MACIANO DA SILVA SOUSA	Especialista em Saúde – Psicólogo.
200000218	MARIA DO PERPETUO SOCORRO PEREIRA DE SOUZA	Especialista em Saúde – Psicólogo.
200000255	SABRINA DE MORAES VERONEZI	Especialista em Saúde – Psicólogo.
200000246	SUELEN CRISTINA QUILICE	Especialista em Saúde – Psicólogo.

Inscrição	Nome	Função – INSTRUTOR DE ARTESANATO
200000111	ANA MARIA DIAS ZARATE	Instrutor de Artesanato
200000050	EVA MOREIRA DE SOUZA	Instrutor de Artesanato
200000159	JONINA PEREIRA DOS SANTOS	Instrutor de Artesanato
200000086	PATRICIA DEBORAH DA SILVA	Instrutor de Artesanato
200000070	ROSANGELA VITORINO DA SILVA	Instrutor de Artesanato
200000074	SUZANA MORAES DE ARAUJO SILVA	Instrutor de Artesanato

Inscrição	Nome	Função – INSTRUTOR DE INFORMÁTICA
200000109	CLECIANE FRANÇA DOS SANTOS	Instrutor(a) de Informática
200000120	DANILO MACEDO SOUZA	Instrutor(a) de Informática
200000175	DHIEGO MURILLO CARVALHO CASTRO	Instrutor(a) de Informática
200000154	ESMAEL ARAÚJO	Instrutor(a) de Informática
200000266	GISLAINE PAGLIOSA FERREIRA	Instrutor(a) de Informática
200000119	JÉSSYCA CRISTINA MONTEIRO DIAS	Instrutor(a) de Informática
200000241	SAMILLY YANE DA SILVA RODRIGUES	Instrutor(a) de Informática
200000128	SUSANA DA SILVA ARAVA	Instrutor(a) de Informática

Inscrição	Nome	Função – OPERADOR DE PROGRAMAS SOCIAIS
200000247	ANDREIA LEITE DA SILVA	Operador(a) de Programas Sociais
200000031	FELIPE FRANCO DE GODOY	Operador(a) de Programas Sociais
200000017	FERNANDO HENRIQUE ZAPELINI DA SILVEIRA	Operador(a) de Programas Sociais
200000066	JOSIANE MUNIZ DE OLIVEIRA MOSELE	Operador(a) de Programas Sociais
200000229	JOYCE ELLEN MÜLLER SILVA	Operador(a) de Programas Sociais
200000235	MIDIAN MARIA DE MORAIS SOARES	Operador(a) de Programas Sociais
200000225	ONIVALDO ESPINDOLA DA ROCHA	Operador(a) de Programas Sociais
200000056	RENILDA DE MIRANDA LUCIANO	Operador(a) de Programas Sociais
200000025	ROSANE DA SILVA MELO DE LUCAS	Operador(a) de Programas Sociais
200000157	ROSANGELA APARECIDA DE ASSIS	Operador(a) de Programas Sociais
200000228	SUELY MARCIA DOS CANTOS	Operador(a) de Programas Sociais
200000210	THAYNAN LIMA	Operador(a) de Programas Sociais
200000180	THAYSA KARINA CRUZ DE SOUZA	Operador(a) de Programas Sociais
200000037	VALÉRIA VIEIRA DE FREITAS RIBEIRO	Operador(a) de Programas Sociais
200000129	VINICIUS MATOS MIRANDA	Operador(a) de Programas Sociais
200000115	WALDIRENE LUCIENE PEREIRA	Operador(a) de Programas Sociais

Inscrição	Nome	Função – ORIENTADOR SOCIAL
200000192	ADAILTON CORREIA DOS SANTOS	Orientador(a) Social
200000264	ADALGISA PAGLIOSA FERREIRA	Orientador(a) Social
200000201	AMANDA NAIARA OLIVEIRA DA SILVA	Orientador(a) Social
200000029	ANA MARGARETH FREIRE EIRADO	Orientador(a) Social
200000169	ANDERSON JAKSON BARROS TEIXEIRA	Orientador(a) Social
200000039	BIANCA MARTINS CAMPOS	Orientador(a) Social
200000269	BRUNA DA SILVA SANTOS	Orientador(a) Social
200000220	CIRLENE DE JESUS GOMES	Orientador(a) Social
200000079	CLAUDIANE SANTOS DA SILVA	Orientador(a) Social
200000165	CLAUDIO ROBERTO DA SILVA	Orientador(a) Social
200000221	EDILENE MARIA DA COSTA	Orientador(a) Social
200000100	EDNA CUSTODIO DE CARVALHO	Orientador(a) Social
200000133	ELIANA DE SOUSA VERA	Orientador(a) Social
200000155	ELIANA GONZAGA DA SILVA	Orientador(a) Social
200000104	FERNANDA DIAS SANCORÉ DO NASCIMENTO	Orientador(a) Social
200000182	FRANCISCA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS	Orientador(a) Social
200000219	GISLAINE DUFFECK DOS SANTOS	Orientador(a) Social
200000217	IDENY PATRICIA DE ALENCAR SILVA	Orientador(a) Social
200000232	JALDILENE MARIA DA SILVA	Orientador(a) Social
200000010	JANAÍSA FERREIRA ALVES VIEIRA	Orientador(a) Social
200000038	JANICE DE OLIVEIRA LIMA	Orientador(a) Social
200000019	JENIFER PRICILA RODRIGUES ROCHA	Orientador(a) Social
200000061	JOELINA TEIXEIRA DA SILVA	Orientador(a) Social
200000065	JOSEFA MARIA DA SILVA	Orientador(a) Social
200000141	JOSIMAR DA LUZ	Orientador(a) Social
200000227	LUANA RAIANE SANTANA DA SILVA	Orientador(a) Social
200000207	LUCIANA TENÓRIO DA SILVA	Orientador(a) Social
200000148	MARIA APARECIDA MENDES	Orientador(a) Social
200000214	MARIA LUCILENE MARQUES DOS SANTOS	Orientador(a) Social
200000083	MARIANA DIAS	Orientador(a) Social
200000147	MISAELLY PEDROSA SILVA DE OLIVEIRA	Orientador(a) Social
200000179	ODICEIA NOGUEIRA DE ALMEIDA LAZZAROTTO	Orientador(a) Social
200000258	PATRICIA RODRIGUES ALVES	Orientador(a) Social
200000168	PRISCILA MOLINA	Orientador(a) Social
200000187	RENATA MARIANA FREITAS SOMERA	Orientador(a) Social
200000055	RICHELLE DE SOUSA TEIXEIRA DE ALENCAR	Orientador(a) Social
200000060	ROSANGELA DE FRANCA	Orientador(a) Social
200000226	ROSELI ELENA MORESCO	Orientador(a) Social
200000027	ROSICLEIDE DOS SANTOS SILVA	Orientador(a) Social
200000198	SANMARA KIVIA LIMA SOARES	Orientador(a) Social
200000077	SIBELE FREITAS FRANÇA	Orientador(a) Social
200000089	SIENE TEREZINHA DE ANDRADE GODOI	Orientador(a) Social
200000267	SILVANA ALVES CRESTANI	Orientador(a) Social
200000230	SILVIA REBECA MATOS NASCIMENTOS	Orientador(a) Social
200000262	SIMONE MATOS NASCIMENTO	Orientador(a) Social
200000208	SIRLENE APARECIDA VIEIRA DO NASCIMENTO	Orientador(a) Social
200000194	SYLVIA REGINA MELO DE OLIVEIRA MENDES	Orientador(a) Social
200000028	TANIA CAMILA SILVA DA COSTA OLIVEIRA	Orientador(a) Social
200000224	TANIA MARA SCHIAVINI	Orientador(a) Social
200000256	THAYNARA ANDREIA ANDRADE	Orientador(a) Social
200000136	VALQUÍRIA LUZIA DA SILVA	Orientador(a) Social
200000110	VANEZA DE SOUZA SILVA	Orientador(a) Social

200000162	VANIRA FERREIRA GALVÃO	Orientador(a) Social
200000016	WANDERLEI THIAGO NEVES TAVARES	Orientador(a) Social
200000188	WEDJA SILVA DE OMENA	Orientador(a) Social

Inscrição	Nome	Função
200000108	ALESSANDRA BRUSTOLIN	Professor(a) Pedagogo(a)
200000234	ANA PAULA DA SILVA MEDEIROS	Professor(a) Pedagogo(a)
200000062	ANDREIA SILVA SANTOS	Professor(a) Pedagogo(a)
200000160	AURICÉLIA PIRES CARVALHO	Professor(a) Pedagogo(a)
200000035	BRUNA LUISA DOS ANJOS KOPPENHAGEN	Professor(a) Pedagogo(a)
200000277	CÂNDIDA DA CRUZ SILVA	Professor(a) Pedagogo(a)
200000184	CARLA CRISTINA SOUZA MOURA	Professor(a) Pedagogo(a)
200000257	CARLOS GOMES ROBERTO	Professor(a) Pedagogo(a)
200000121	CLAUDIA MARA SIDONI CRUZ	Professor(a) Pedagogo(a)
200000149	CLAUDIA REGINA DA SILVA MATTOS	Professor(a) Pedagogo(a)
200000178	CLEONICE RODRIGUES DE OLIVEIRA	Professor(a) Pedagogo(a)
200000245	CONSUELO LIMA DA SILVA DUARTE	Professor(a) Pedagogo(a)
200000009	DAIANE REIS SANTOS	Professor(a) Pedagogo(a)
200000243	EDILEUSA FERREIRA DA SILVA	Professor(a) Pedagogo(a)
200000033	ÉDINA SIQUEIRA JERÔNIMO OLIVEIRA	Professor(a) Pedagogo(a)
200000244	ELAINE MIRANDA PESTANA	Professor(a) Pedagogo(a)
200000252	ELESSANDRA DE OLIVEIRA SOUZA	Professor(a) Pedagogo(a)
200000093	ELIANE CAMPOS	Professor(a) Pedagogo(a)
200000125	ELIENAI DO CARMO SOARES	Professor(a) Pedagogo(a)
200000006	ELIVELTON FARIA DA SILVA	Professor(a) Pedagogo(a)
200000212	EMILIA SILVA DE MIRA	Professor(a) Pedagogo(a)
200000146	EVELYSE CONSTÂNCIA DA COSTA LEITE PIMENTA	Professor(a) Pedagogo(a)
200000250	FATIMA HELENA SILVEIRA FERNANDES	Professor(a) Pedagogo(a)
200000272	FRANCIELI APARECIDA FERREIRA	Professor(a) Pedagogo(a)
200000183	IVANEI SALETE CAMPANHARO	Professor(a) Pedagogo(a)
200000275	JENNIFFER MACHADO	Professor(a) Pedagogo(a)
200000260	JÉSSICA NUNES DA SILVA	Professor(a) Pedagogo(a)
200000021	JOSCELAINE CARLA NASCIMENTO	Professor(a) Pedagogo(a)
200000073	JOSILAINE AVELINO MERGENER	Professor(a) Pedagogo(a)
200000103	JULIANA ALVES BISPO MOREIRA DA SILVA	Professor(a) Pedagogo(a)
200000063	KARINY CRISTINA MIRANDA	Professor(a) Pedagogo(a)
200000044	LUCIANA DESTRO	Professor(a) Pedagogo(a)
200000026	LUCILENE TORRES FURTADO	Professor(a) Pedagogo(a)
200000273	LUZIA CAMILA MOTA DE CARVALHO	Professor(a) Pedagogo(a)
200000176	MAGNA APARECIDA DA SILVA DOS SANTOS	Professor(a) Pedagogo(a)
200000085	MARGARIDA NOELIA DA COSTA LIMA CARDOSO	Professor(a) Pedagogo(a)
200000222	MARIA HELENA MARQUES	Professor(a) Pedagogo(a)
200000204	MARIA JOSÉ NASCIMENTO DA SILVA	Professor(a) Pedagogo(a)
200000254	MARIA NOÊMIA DOS SANTOS	Professor(a) Pedagogo(a)
200000236	MARIAM DIAS DO NASCIMENTO	Professor(a) Pedagogo(a)
200000185	MARTA LUIZ RAMOS PAULA	Professor(a) Pedagogo(a)
200000152	MICHELLE PATRÍCIA DOS SANTOS SILVA	Professor(a) Pedagogo(a)
200000142	RENATA GEHLEN	Professor(a) Pedagogo(a)
200000263	ROSANGELA FRANCA BARCKI	Professor(a) Pedagogo(a)
200000122	ROSIANA DA SILVA OLIVEIRA	Professor(a) Pedagogo(a)
200000112	SILVANETE JESUS DA CRUZ	Professor(a) Pedagogo(a)
200000166	SIMONE CRISTIANE CATTANEO	Professor(a) Pedagogo(a)
200000018	VALDIRENE EBERHARDT	Professor(a) Pedagogo(a)
200000195	VALTIANE CARVALHO MARIANO	Professor(a) Pedagogo(a)
200000242	WILMA ZAGO NEVES	Professor(a) Pedagogo(a)

Susana Henrique

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020

Portaria Nº 41/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 052/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Francitania Rodrigues Dourado

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.365.0007.20144 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 240 de 03 de fevereiro de 2019, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 118/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 118/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Ines Terezinha Walker Keller

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 12/02/2020 à 15/12/2020

Data: 12/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 002 de 07 de fevereiro de 2020; e o Memorando nº 085, de 06 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 086/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 086/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Ivone Rodrigues da Silva dos Santos

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 058, datado de 03 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 066/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Dircilene Maria de Oliveira Mota

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.365.0007.20145 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 053, datado de 03 de fevereiro 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 120/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 120/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Francieli de Freitas Silva

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Letras - Inglês**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 12/02/2020 à 15/12/2020

Data: 12/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 002 de 07 de fevereiro de 2020; e o Memorando nº 085, de 06 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 082/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 082/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Jhone Luiz Nazario

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Educação Física**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 060, de 03 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 021/2020

ABERTURA: 02 de abril de 2020.

CREDENCIAMENTO: a partir das 08h00min.

INÍCIO DA SESSÃO: 02 de abril às 08h15min.

OBJETO**: REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de rádio comunicadores para atender as necessidades da Prefeitura Municipal.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis

MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 16 de março de 2020**.**

Leandro Nery Varaschin

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 014/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Gizelle Gomes Machry Cardoso

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.365.0007.20144 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 058, de 03 de Fevereiro 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 072/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Joseane da Silva Santos

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a)**, especialidade **Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 058, datado de 03 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 084/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 084/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Josiane da Conceição Nascimento Ferreira

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.365.0007.20144 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 058, datado de 03 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 074/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 074/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Josicleia Pereira

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 058, de 03 de fevereiro 2019, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 074/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 074/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Josicleia Pereira

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 058, de 03 de fevereiro 2019, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 063/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 063/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Guilherme Ferreira Terres

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 058, de 03 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 122/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 122/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Josicleide da Silva Hirt

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.365.0007.20144 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 12/02/2020 à 15/12/2020

Data: 12/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 002 de 07 de fevereiro de 2020; e o Memorando nº 085, de 06 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 217, DE 13 DE MARÇO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA **JULYANNA E SILVA COSTA SCHRADER** PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 21/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 109/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 109/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Julia Kaendra Ferreira

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Artes**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 12/02/2020 à 15/12/2020

Data: 12/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 002 de 07 de fevereiro de 2020; e o Memorando nº 085, de 06 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 216, DE 13 DE MARÇO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA **JULYANNA E SILVA COSTA SCHRADER** PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 42/2017.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 215, DE 13 DE MARÇO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA **JULYANNA E SILVA COSTA SCHRADER** PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 47/2019.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 214, DE 13 DE MARÇO DE 2020

DESIGNA A SERVIDORA **LILIAN KARLA LOPES PEGAIANI** PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 001/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 048/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Juliane Campregher Crone

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Matemática**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 060, datado de 03 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 123/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 123/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Larissa Rodrigues dos Santos

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 12/02/2020 à 15/12/2020

Data: 12/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 002 de 07 de fevereiro de 2020; e o Memorando nº 085, de 06 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 098/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 098/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Girlene de Amorim Jesus

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 12/02/2020 à 15/12/2020

Data: 12/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 002 de 07 de fevereiro de 2020; e o Memorando nº 085, de 06 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 117/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 117/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Eliana Pinto Paz

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 12/02/2020 à 15/12/2020

Data: 12/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 002 de 07 de fevereiro de 2020; e o Memorando nº 085, de 06 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 077/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 077/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Fernanda Santos Melo da Silva

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso III, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; o Memorando nº 58 de 03 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 025/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Janaina Pimenta de Bastos

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 058, de 03 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 035/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Diogo Michael Hepp

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Educação Física**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº060, de 03 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 016/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Fabiana Mota de Oliveira

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 05, de 03 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 017/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Daniele Maria Peixoto Tavares Porfírio

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.365.0007.20144 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 058, de 03 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 112/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Fabiana da Silva Mendes Tezori

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 12/02/2020 à 15/12/2020

Data: 12/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 002, de 07 de fevereiro de 2020; e o Memorando nº 085, datado de 06 de fevereiro 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 103/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 103/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Erica Cristhina Castro de Oliveira

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.365.0007.20144 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 12/02/2020 à 15/12/2020

Data: 12/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 002 de 07 de fevereiro de 2020; e o Memorando nº 085, de 06 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 059/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Ellis Daiane Rodrigues Zanella

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Letras/Inglês**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 060, de 03 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 062/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 062/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Elizabeth Gomes dos Santos Camelo

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.365.0007.20144 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 026 de 03 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 047/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Eliete Xavier Quadros

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.365.0007.20144 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 058, de 03 de fevereiro 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 126/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Daiane Zanella

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Educação Física**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 12/02/2020 à 15/12/2020

Data: 12/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 002 de 07 de fevereiro de 2020; e o Memorando nº 085, de 06 de fevereiro

de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 114/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 114/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Cleide Gerlane Silva

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 14/02/2020 à 15/12/2020

Data: 14/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 002 de 07 de fevereiro de 2020; e o Memorando nº 085, de 06 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

PORTARIA Nº 220, DE 12 DE MARÇO DE 2020.

NOMEIA A SENHORA **LUANA DE PAULA LASTA** PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE *CHEFE DIVISÃO DE EVENTOS CULTURAIS,* VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 019/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Clarice Schneider Correa

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em História, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 060, de 03 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

PORTARIA Nº 221, DE 12 DE MARÇO DE 2020.

NORMATIZA O SOBREAVISO DAS ASSISTENTES SOCIAIS VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o Art. 84-C da Lei Municipal nº 1130/2006 de 11 de julho de 2006.

o Memorando nº 125/2020, exarado pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

1. Normatizar o trabalho em período de sobreaviso no mês de março de 2020, das assistentes sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme escala:

INÍCIO	**TÉRMINO**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
20 H SEXTA	**20 H SÁBADO**	**20 H SÁBADO**	**20 H DOMINGO**	**20 H DOMINGO**	**06 H SEGUNDA**
06/03/2020	*07/03/2020*	*07/03/2020*	*08/03/2020*	*08/03/2020*	*09/03/2020*
POLIANA	POLIANA	POLIANA	POLIANA	POLIANA	POLIANA
INÍCIO	**TÉRMINO**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
20 H SEXTA	**20 H SÁBADO**	**20 H SÁBADO**	**20 H DOMINGO**	**20 H DOMINGO**	**06 H SEGUNDA**
13/03/2020	*14/03/2020*	*14/03/2020*	*15/03/2020*	*15/03/2020*	*16/03/2020*
VANIA	VANIA	VANIA	VANIA	VANIA	VANIA
INÍCIO	**TÉRMINO**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
20 H SEXTA	**20 H SÁBADO**	**20 H SÁBADO**	**20 H DOMINGO**	**20 H DOMINGO**	**06 H SEGUNDA**
20/03/2020	*21/03/2020*	*21/03/2020*	*22/03/2020*	*22/03/2020*	*23/03/2020*
POLIANA	POLIANA	POLIANA	POLIANA	POLIANA	POLIANA
INÍCIO	**TÉRMINO**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
20 H SEXTA	**20 H SÁBADO**	**20 H SÁBADO**	**20 H DOMINGO**	**20 H DOMINGO**	**06 H SEGUNDA**
27/03/2020	*28/03/2020*	*28/03/2020*	*29/03/2020*	*29/03/2020*	*30/03/2020*
VANIA	VANIA	VANIA	VANIA	VANIA	VANIA
INÍCIO	**TÉRMINO**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**

20 H SEXTA	20 H SÁBADO	20 H SÁBADO	20 H DOMINGO	20 H DOMINGO	06 H SEGUNDA
03/04/2020	*04/04/2020*	*04/04/2020*	*05/04/2020*	*05/04/2020*	*06/04/2020*
POLIANA	POLIANA	POLIANA	POLIANA	POLIANA	POLIANA

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 12 dias do mês de março de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 001/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Clarice Kaisekamp Araujo

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.365.0007.20144 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 058, de 03 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO AO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis**vem através desta** tornar público para conhecimento dos interessados que o recurso interposto pela empresa **G. A. TENÓRIO - ME**, contra a decisão do Pregoeiro que a inabilitou para o Pregão Presencial nº 008/2020, foi **NEGADO PROVIMENTO.**

Campo Novo do Parecis, 13 de março de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 083/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 083/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Christian Rogerio dos Santos

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.365.0007.20144 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 058, datado de 03 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

PORTARIA Nº 223, DE 13 DE MARÇO DE 2020.

RETIFICA A PORTARIA Nº 122, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020, QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR **RAYMILSON SANTANA**.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

a Lei Municipal nº 1135 de 11 de julho de 2006;

o Ofício nº 22/2020, exarado pelo Gabinete do Prefeito, na data de 10 de março de 2020.

o Requerimento do servidor Raymilson Santana, datado de 08 de janeiro de 2020.

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

1. RETIFICAR a Portaria nº 122 de 20 de fevereiro de 2020, que concede gratificação ao servidor Raymilson Santana, matricula funcional nº 2985, para constar aseguinte informação:

Onde se lê:

1. CONCEDER, ***com efeitos retroativos*** a partir de 1º de fevereiro de 2020, ao servidor **RAYMILSON SANTANA**, matrícula funcional nº 2985, o titulo de gratificação 50% (cinqüenta por cento) sobre o vencimento do cargo em comissão que ocupar, nos termos do artigo 27, parágrafo único da lei 1.135/2006, por escolha do próprio servidor que optou pelo recebimento do cargo efetivo acrescido de 50% (cinqüenta por cento) do valor fixado para o cargo de provimento em comissão.

Leia-se:

1. CONCEDER, ***com efeitos retroativos*** a partir de 08 de janeiro de 2020, ao servidor **RAYMILSON SANTANA**, matrícula funcional nº 2985, o titulo de gratificação 50% (cinqüenta por cento) sobre o vencimento do cargo em comissão que ocupar, nos termos do artigo 27, parágrafo único da lei 1. 135/2006, por escolha do próprio servidor que optou pelo recebimento do cargo efetivo acrescido de 50% (cinqüenta por cento) do valor fixado para o cargo de provimento em comissão.

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 13 dias do mês de março de 2020.

RAFAEL MACHADO *Prefeito Municipal*

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 224, DE 13 DE MARÇO DE 2020.

RETIFICA A PORTARIA Nº 123, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020, QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR **CARLOS AUGUSTO FLORÊNCIO DE FARIA**.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

a Lei Municipal nº 1135 de 11 de julho de 2006;

o Ofício nº 22/2020, exarado pelo Gabinete do Prefeito, na data de 10 de março de 2020.

o Requerimento do servidor Carlos Augusto Florêncio de Faria, datado de 08 de janeiro de 2020.

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

1. RETIFICAR a Portaria nº 123 de 20 de fevereiro de 2020, que concede gratificação ao servidor Carlos Augusto Florêncio de Faria, matricula funcional nº 678, para constar aseguinte informação:

Onde se lê:

1. CONCEDER, ***com efeitos retroativos*** a partir de 1º de fevereiro de 2020, ao servidor **CARLOS AUGUSTO FLORÊNCIO DE FARIA**, matrícula funcional nº 678, o titulo de gratificação 50% (cinqüenta por cento) sobre o vencimento do cargo em comissão que ocupar, nos termos do artigo 27, parágrafo único da lei 1.135/2006, por escolha do próprio servidor que optou pelo recebimento do cargo efetivo acrescido de 50% (cinqüenta por cento) do valor fixado para o cargo de provimento em comissão.

Leia-se:

1. CONCEDER, ***com efeitos retroativos*** a partir de 08 de janeiro de 2020, ao servidor **CARLOS AUGUSTO FLORÊNCIO DE FARIA**, matrícula funcional nº 678, o titulo de gratificação 50% (cinqüenta por cento) sobre o vencimento do cargo em comissão que ocupar, nos termos do artigo 27, parágrafo único da lei 1.135/2006, por escolha do próprio servidor que optou pelo recebimento do cargo efetivo acrescido de 50% (cinqüenta por cento) do valor fixado para o cargo de provimento em comissão.

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 13 dias do mês de março de 2020.

RAFAEL MACHADO *Prefeito Municipal*

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 225, DE 13 DE MARÇO DE 2020.

RETIFICA A PORTARIA Nº 124, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020, QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR **RODRIGO FERREIRA DOS SANTOS**.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

a Lei Municipal nº 1135 de 11 de julho de 2006;

o Ofício nº 22/2020, exarado pelo Gabinete do Prefeito, na data de 10 de março de 2020.

o Requerimento do servidor Rodrigo Ferreira dos Santos, datado de 08 de janeiro de 2020.

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

1. RETIFICAR a Portaria nº 124 de 20 de fevereiro de 2020, que concede gratificação ao servidor Rodrigo Ferreira dos Santos, matricula funcional nº 2594, para constar aseguinte informação:

Onde se lê:

1. CONCEDER, ***com efeitos retroativos*** a partir de 1º de fevereiro de 2020, ao servidor **RODRIGO FERREIRA DOS SANTOS**, matrícula funcional nº 2594, o titulo de gratificação 50% (cinqüenta por cento) sobre o vencimento do cargo em comissão que ocupar, nos termos do artigo 27, parágrafo único da lei 1.135/2006, por escolha do próprio servidor que optou pelo recebimento do cargo efetivo acrescido de 50% (cinqüenta por cento) do valor fixado para o cargo de provimento em comissão.

Leia-se:

1. CONCEDER, ***com efeitos retroativos*** a partir de 08 de janeiro de 2020, ao servidor **RODRIGO FERREIRA DOS SANTOS**, matrícula funcional nº 2594, o titulo de gratificação 50% (cinqüenta por cento) sobre o vencimento do cargo em comissão que ocupar, nos termos do artigo 27, parágrafo único da lei 1.135/2006, por escolha do próprio servidor que optou pelo recebimento do cargo efetivo acrescido de 50% (cinqüenta por cento) do valor fixado para o cargo de provimento em comissão.

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 13 dias do mês de março de 2020.

RAFAEL MACHADO *Prefeito Municipal*

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 053/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Carla Bressane Mariano

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 03 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 058, de 03 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 008/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Bruna Juliana Bastiani

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso III, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 058, de 03 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

PORTARIA Nº 226, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

NOMEIA O SR. **CRISTIANO FIGUEIRA FLORES** PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE *INSTRUTOR DE OFICINA DE ARTE,* VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2020

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 03/2020

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO para repasse de recursos financeiros a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE para auxílio financeiro na aquisição de uniformes escolares, agendas, cadernos, cadernetas escolares e kits de apostilas para a Escola Especial Bem-Me-Quer,

O *caput* do artigo 31, da Lei 13.019/2014, alterado pela Lei 13.204/2015, dispõe acerca da inexigibilidade do Chamamento Público, *in verbis*:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, (...)

Considerando a exposição dos motivos exarados pela ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, no Ofício nº 200/2019, em conformidade com o artigo 31 da Lei 13.019/2014, **TORNO PÚBLICA** a inexigibilidade de Chamamento Público para formalização de Termo de Fomento com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, para auxílio financeiro na aquisição de uniformes, cadernetas escolares e kits de apostilas, no valor total de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a ser pago em parcela única.

Encaminhem-se os autos ao Departamento Legislativo para as medidas previstas no §1º do artigo 32 da Lei 13.019/2014.

Campo Novo do Parecis/MT, 16 de março de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 024/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Aparecida Marques Alves Kaisekamp

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.365.0007.20144 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 058, de 03 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 075/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 075/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Angela Veridiana Posso

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.365.0007.20145 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 058, datado de 03 de fevereiro 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 079/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 079/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Andreia Frank de Vargas

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.365.0007.20144 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 058, datado de 03 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 01/2020 DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2020 – PROGRAMA SAMU

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ESTADO DO MATO GROSSO

EDITAL COMPLEMENTAR 01/2020 DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2020 – PROGRAMA SAMU

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis – MT Sr Rafael Machado, no uso de suas atribuições legais, vem através deste edital complementar 01/2020 retificar o item 1.2.1 e item 12.8 do edital 003/2020- PROGRAMA SAMU.

Onde se lê:

1.2.1 A Banca de Elaboração e Correção da Prova Objetiva é composta dos seguintes membros:

FABIANA RODRIGUES BATISTA - Licenciatura Plena em Língua Portuguesa.

CPF – 998.144.711-00

Cargo - Professora formada em Letras, com Habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa – Concursada Estadual.

ELENI TEIXEIRA BELAI RIZZOTTO – Licenciatura Plena em História.

CPF – 609.516.211-49

Matricula – 478

Cargo – Diretora do Departamento de Tesouraria

STELA BISTAFFA MESQUITA – Bacharel em Enfermagem

CPF – 328.060.298-05

Leia –se:

A Banca de Elaboração e Correção da Prova Objetiva é composta dos seguintes membros:

FABIANA RODRIGUES BATISTA - Licenciatura Plena em Língua Portuguesa.

CPF – 998.144.711-00

Cargo - Professora formada em Letras, com Habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa – Concursada Estadual.

ELENI TEIXEIRA BELAI – Licenciatura Plena em História.

CPF – 609.516.211-49

Matricula – 478

Cargo – Diretora do Departamento de Tesouraria

STELA BISTAFFA MESQUITA – Bacharel em Enfermagem

CPF – 328.060.298-05

Onde se lê:

12.8 O **gabarito** da **prova objetiva** será disponibilizados na internet endereço eletrônico: www.camponovodoparecis.mt.gov.br e http://saudecamponovodoparecis.com.br no dia seguinte ao da realização da prova, no dia 04 **de Abril de 2020**.

Leia se:

O **gabarito** da **prova objetiva** será disponibilizados na internet endereço eletrônico: www.camponovodoparecis.mt.gov.br e http://saudecamponovodoparecis.com.br no dia seguinte ao da realização da prova, no dia 04 **de Maio de 2020**.

Campo Novo do Parecis, 17/03/2020

RAFAEL MACHADO *Prefeito Municipal*	**MARCOS DA CUNHA RUFINO** *Presidente da Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado nº 003/2020 - Programa SAMU* *Portaria 099/2020*

EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 007/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Andrea Bortolini da Silva

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 58, de 03 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 004/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Hilda Maria Oliveira da Silva

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.365.0007.20144 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 058, de 03 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 028/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Ana Lucia Ognibene Minozzo

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.365.0007.20144 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 058, datado de 03 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 108/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 108/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Alessandra Alburquerque da Silva

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.365.0007.20144 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 12/02/2020 à 15/12/2020

Data: 12/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 002 de 07 de fevereiro de 2020; e o Memorando nº 085, de 06 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 085/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 085/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Aewelis Nadja da Silva

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 058, de 03 de Fevereiro 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 104/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 104/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Adrijane Santos de Oliveira

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.365.0007.20144 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 12/02/2020 à 15/12/2020

Data: 12/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso I e II, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 002 de 07 de fevereiro de 2020; e o Memorando nº 085, de 06 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/2020 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 076/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Adriane Rizzotto

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.20079 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.318,37 correspondente a 30 horas/semana (3.417,92 Revisão Salarial conforme Decreto n° 029 de 18 de fevereiro de 2020).

Prazo: 04/02/2020 à 15/12/2020

Data: 04/02/2020

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 016/2020, o qual homologa o Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019; o Edital de Convocação nº 001 de 24 de janeiro de 2020; e o Memorando nº 026 de 03 de fevereiro de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO N° 003/2020

Concedente: Município de Campo Verde, inscrito no CNPJ n°. 24.950.495/0001-88.

Proponente: Instituto de Desenvolvimento Social,inscrito no CNPJ nº. 24.089.704/0001-40.

Objeto: O presente termo tem como objeto a celebração de parceria para o repasse de recursos financeiros destinados à execução do Projeto CONVIVÊNCIA POSITIVA - 2020, que irá garantir atenção às crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, com a finalidade de promover a qualidade de vida considerando o convívio social, educação ambiental, cultura e lazer, através do desenvolvimento de suas potencialidades, habilidades e valores positivos; possibilitando a transformação pessoal, familiar e social. Tendo como foco a constituição de um espaço de convivência e formação para a cidadania, desenvolvimento e autonomia, inclusive as que tenham envolvimento com drogas licitas ou ilícitas, dando prioridade para crianças e adolescentes que tenham histórico familiar de dependentes.

Vigência: O prazo de vigência do presente instrumento será a partir do dia 16/03/2020 até o dia 20/12/2020.

Valor: Para execução do objeto desta parceria, dar-se-á o valor total de R$ 20.700,00 (vinte mil e setecentos reais).

Dotação: As despesas decorrentes do presente Termo de Fomento ocorrerão à conta da seguinte dotação orçamentária:1098 – 11.004.08.244.0047.20137.33.50.43.00.00.00 no exercício de 2020.

Assinatura: 13 de março de 2020.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CREDENCIAMENTO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

AVISO DE CREDENCIAMENTO

001/2020

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DE IMOVEIS URBANOS**, **RURAIS E PARA LOCAÇÃO,** na modalidade credenciamento nº 002/2020, que acontecerá do dia **17 de ABRIL de 2020 ao dia 17 de ABRIL de 2021,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital no site www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo verde, 16 de março de 2020.

Ana Carolina S. Braga Blume

Presidente CPL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 001/2020

PROCESSO N° 632/2020

CONCORRÊNCIA N° 001/2020

A Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público o resultado da abertura do Envelope n° 01 – Documentos de habilitação da CONCORRÊNCIA N° 001/2020 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DA ESCOLA MUNICIPAL NO LOTEAMENTO RESIDENCIAL GREENVILLE II, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DAS FUNDAÇÕES, ALVENARIA, ABERTURAS E VIDROS, PISO, FORRO, PINTURAS E REVESTIMENTOS ESPECIAIS, INSTALAÇÕES: ELÉTRICAS, ANTI INCÊNDIO, DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTO SANITÁRIO, CONFECÇÃO DE LOUÇAS, BANCADAS E COMPLEMENTOS, realizada no dia 16/03/2020

LICITANTES	JULGAMENTO
CONSTRUTORA JURUENA EIRELI	HABILITADA
M. V. CONSTRUÇÕES EIRELI	HABILITADA
VOMA CONSTRUÇÕES EIRELI	HABILITADA
JM NAVES DE OLIVEIRA EIREL	HABILITADA
WN – CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP	INABILITADA
CONSTRUTORA W MENDES LTDA	INABILITADA
K. ALISSON CARDOSO	INABILITADA

Abre-se prazo recursal para as empresas licitantes WN – CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP, CONSTRUTORA W MENDES LTDA e K. ALISSON CARDOSO, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93. Os autos da Concorrência nº 001/2020 encontram-se franqueados aos interessados.

Campo Verde – MT, 16 de março de 2019.

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DA CONCORRÊNCIA Nº 002/2020

AVISO DA CONCORRÊNCIA Nº 002/2020

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a**CONCORRÊNCIA PÚBLICA** C**ONCESSÃO ONEROSA DE USO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT,** na modalidade **CONCORRÊNCIA nº 002/2020**, **dia 23 de ABRIL de 2020 às 08:30 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT. Edital através do site: www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente.

Campo Verde, 16 de março de 2020.

Ana Carolina S. Braga Blume

Presidente da CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 332, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA PARA EXERCER CARGO DE GESTORA DA EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERMO DE FOMENTO N° 003/2020, FIRMADO COM O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - Designar, com fulcro no artigo 2°, inciso VI e artigo 61 da Lei 13.019/2014 de 31 de julho de 2014, a servidora **FERNANDA REIS**, matrícula nº **4093**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, para exercer a função de gestora da execução e da prestação de contas do Termo de Fomento n° 003/2020, firmado com o Instituto de Desenvolvimento Social.

ARTIGO 2º - Na ausência da servidora supra designada, fica nomeado como suplente o servidor **VANDER RIBEIRO MARQUES**, matrícula **6272**, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

ARTIGO 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 16 dias do mês de Março de 2020.

FABIO SCHROETER

Prefeito Municipal

FERNANDA REIS

Gestora da Parceria

VANDER RIBEIRO MARQUES

Suplente

Cumpra-se, registra-se e publique.

GILMAR ZITO PRATI

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 029/2020

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE REFORMA E RECUPERAÇÃO DE ESTOFADOS E CONFECÇÃO DE TOLDO,** na modalidade pregão (presencial) **n° 029/2020** a se realizar no dia **01/04/2020, as 08hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 16 de março de 2020.

Leila Gubert

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 034.2020, REGIDO PELAS LEIS MUNICIPAIS Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018/ 923 DE 26 DE JUNHO DE 2018/1.085 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de um profissional Psicóloga, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 5.552,72 (Cinco mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e dois centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 17/03/2020 à 18/12/2020.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e BRENDA ELLEN VELASCO SAMPAIO / CONTRATADA.

TERMO DE POSSE Nº. 120/2020

TERMO DE POSSE Nº. 120/2020

Na sede da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, situada na Avenida Valdir Masutti, n°. 776W – Bom Jardim, apresentou-se o(a) Sr.(a) **NUBENY FRANCINA DE SOUZA** brasileiro(a), candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público 001/2016 desta Prefeitura, portador(a) do RG nº. 1279822-3 SSP/MT e CPF sob nº. 523.483.422-00, residente e domiciliado (a) neste município, nomeado (a) pela Portaria nº. 62/2020 de 03/03/2020 no Departamento de Recursos Humanos, para tomar posse no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** sob Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº. 148/2001 de 19/04/2001, e suas alterações, aprovado pelo Legislativo, e sancionando pelo Executivo Municipal, assim comprometendo-se a desempenhar todos os seus deveres funcionais.

Termo que assina e declara no presente, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo e, nos termos do Edital de nº. 001/2016 de 01/12/2016 do Concurso Público, homologado pelo Decreto nº. 022/2017 de 13/03/2017 e convocado pelo Edital de nº 14/2020 de 05/03/2020, declara e se compromete ainda a entregar os documentos abaixo relacionados, bem como a comprovar os seguintes requisitos:

a) Apresentar cópia da cédula de identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

b) Comprovar ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

c) Apresentar cópia da certidão de casamento ou nascimento;

d) Apresentar cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

e) Apresentar cópia da carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

f) Apresentar cópia do cartão de identificação do contribuinte (CPF);

g) Apresentar cópia do cartão do PIS/PASEP;

h) Apresentar cópia do comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

i) Apresentar cópia do título de eleitor;

j) Apresentar certidão negativa fornecida pelo cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

k) Apresentar certidão negativa de débitos para com o município de posse;

l) Apresentar atestado de saúde física e mental (Pré-Admissional) expedido pela junta médica oficial do município;

m) Apresentar duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

n) Apresentar cópia do registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

o) Apresentar cópia da certidão de reservista, se do sexo masculino;

p) Apresentar cópia do comprovante de escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorreu, devidamente registrado pelo MEC;

q) Apresentar declaração contendo endereço residencial;

r) Apresentar declaração negativa de acúmulo de cargo público;

s) Apresentar declaração de bens;

t) Apresentar declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

A investidura no cargo/função fica consignada no presente Termo e, nada mais havendo o que contar, assino-o em duas vias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e vinte.

JOSÉ ODIL DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

NUBENY FRANCINA DE SOUZA

EMPOSSADO (A)

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" Nº 012/2020

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob o nº 012/2020, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sendo licitação exclusiva para Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedor Individual – MEI, com a finalidade de **"Registro de preços para aquisições futuras e parceladas de materiais de higiene e limpeza para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos, disponíveis no endereço: www.licitanet.com.br – Licitações On-Line e no site www.camposdejulio.mt.gov.br.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 – 2800 ou (65) 9.9963-3595, ou pelo e-mail: licitacao2@camposdejulio.mt.gov.br.

A abertura da disputa de preços está marcada para o dia 27/03/2020, às 09h00 (nove horas) do horário Brasília (DF).

Campos de Júlio - MT, 16 de março de 2020.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

Decreto 006/2018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 029.2020, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de um professora de Educação Fisica, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 3.827,67 (três mil, oitocentos e vinte e sete reais e sessenta e sete centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 11/03/2020 à 18/12/2020.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE PAULO VICTOR DA ROSA / CONTRATADO.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 031.2020, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de um professora pedagogo, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 3.827,67 (três mil, oitocentos e vinte e sete reais e sessenta e sete centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 12/03/2020 à 18/12/2020.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e LISIANE DA SILVA MENDES / CONTRATADA.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 030.2020, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de um professora pedagogo, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 3.827,67 (três mil, oitocentos e vinte e sete reais e sessenta e sete centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 11/03/2020 à 18/12/2020.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e DEISIMAR FERREIRA DOS SANTOS / CONTRATADA.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 033.2020, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de um professora pedagogo, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 3.827,67 (três mil, oitocentos e vinte e sete reais e sessenta e sete centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 18/03/2020 à 18/12/2020.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e ELIENE RAMOS DA SILVA / CONTRATADA.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 032.2020, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de um professor de Língua Inglesa, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020.

DO VALOR: Valor mensal de R$ $:1.836,96 (Um mil, oitocentos e trinta e seis reais e noventa e seis centavos),

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 16/03/2020 à 20/05/2020.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE RODRIGO ALVES DE SOUZA PIOVESAN / CONTRATADA.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 024.2020, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de um Auxiliar de Desenvolvimento Infantil-ADI, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 3.295,08 (três mil, duzentos e noventa e cinco reais e oito centavos.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 09/03/2020 à 18/12/2020.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e KENIA APARECIDA SILVA DE MORAES / CONTRATADA.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 027.2020, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de um professora pedagoga, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 3.827,67 (três mil, oitocentos e vinte e sete reais e sessenta e sete centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 10/03/2020 à 18/12/2020.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e GLEICIELLE MARTINS GALIETA DA SILVA / CONTRATADA.

LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO 01/2020.

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeada pelo Decreto Municipal nº 06/2020, vem a público divulgar, para o conhecimento dos interessados e para fazer constar no Edital de Licitação da TOMADA DE PREÇOS, sob o nº 07/2019 no item

Onde se lê:

(...)

Prazo de Execução: 240 (sessenta dias).

Vigência: 180 (cento e cinquenta dias)

Leia-se:

(...)

Prazo de Execução: 120 (quarenta e cinco dias).

Vigência:180(cento e vinte dias)

Permanecem inalteradas as demais disposições editalícias.

Campos de Júlio - MT, 16 de março de 2020.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 026.2020, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de um professor pedagogo, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 3.827,67 (três mil, oitocentos e vinte e sete reais e sessenta e sete centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 10/03/2020 à 31/07/2020.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e GERALDO DEZIDERIO ATANAZIO / CONTRATADO.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" Nº 013/2020

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob o nº 013/2020, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com a finalidade de**"Registro de preços para aquisições futuras e parceladas de materiais de consumo para o Laboratório Jaqueline Soupinski e para Vigilância Sanitária".**, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos, disponíveis no endereço: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações" e no site www.camposdejulio.mt.gov.br.

A abertura da disputa de preços está marcada para o dia 30/03/2020, às 09h00 (nove horas) do horário Brasília (DF).

Campos de Júlio - MT, 16 de março de 2020.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

Decreto 006/2018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 028.2020, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de um professora de Língua Inglesa, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 3.827,67 (três mil, oitocentos e vinte e sete reais e sessenta e sete centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 11/03/2020 à 18/12/2020.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e ADRIANA CARDOSO DA SILVA FERREIRA / CONTRATADA.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 025.2020, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de um professora pedagogo, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 3.827,67 (três mil, oitocentos e vinte e sete reais e sessenta e sete centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 09/03/2020 à 18/12/2020.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e SIRLENE PERUCHI PEREIRA / CONTRATADA.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 035.2020, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de um professora de Educação Física, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 3.827,67 (três mil, oitocentos e vinte e sete reais e sessenta e sete centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 17/03/2020 à 18/12/2020.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE AUGUSTO DONINI AKKARI / CONTRATADA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

GABINETE
ATO DE DESIGNAÇÃO 005/2020/SMHTAS

ATO DE DESIGNAÇÃO 005/2020/SMHTAS

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SARA SILVA TRINDADE DE MEDEIROS, Secretária Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora Pública Municipal Sr.ª **RENATA DIAS DOS SANTOS**, matrícula funcional nº 515 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 012.308.191-26, com e-mail renatadias.cbn@gmail.com, para atestar, como titular, as notas fiscais emitidas das Empresas: Denilson da Silva Piagem – inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o n° 27.040.287/0001-30, que tem por objeto Prestação de serviço com Locação de ônibus de transporte. Da Sr.ª Jacirlene Pereira Santos – inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob o n° 025.102.951-44, que tem por objeto Prestação de serviços com salão de beleza. Da Srª Celma Ferreira Matos - inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob o n° 785.168.621-00, que tem por objeto prestação de serviços como auxiliar de serviços gerais. Da Srª Valdimara Brito – inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob

o n° 012.040.531-89, que tem por objeto Prestação de serviços como palestrante na comemoração ao dia Internacional da Mulher, para atenderem as necessidades da Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social de Canabrava do Norte-MT**.**

Art. 2º. Designar a Servidora Pública Municipal **REGIANE DA ROCHA BONTEMPO**, matrícula funcional nº 1946 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 008.493.511-11, com e-mail regiane984463721@hotmail.com para atestar, como suplente, as notas fiscais emitidas das Empresas: **Denilson da Silva Piagem** – inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o n° **27.040. 287/0001-30**, que tem por objeto Prestação de serviço com Locação de ônibus de transporte. Da Sr.ª Jacirlene Pereira Santos – inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob o n° 025.102.951-44, que tem por objeto Prestação de serviços com salão de beleza. Da Srª Celma Ferreira Matos - inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob o n° 785.168.621-00, que tem por objeto prestação de serviços como auxiliar de serviços gerais. Da Srª Valdimara Brito – inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob o n° 012.040.531-89, que tem por objeto Prestação de serviços como palestrante na comemoração ao dia Internacional da Mulher, para atenderem as necessidades da Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social de Canabrava do Norte-MT.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor a partir de 16/03/2020 e terá vigência até o dia 31/12/2020.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

SARA SILVA TRINDADE DE MEDEIROS

Secretária Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social

Portaria 025/2017

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 100/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

PORTARIA N. 100/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **Licença Prêmio** pelo período de 90 (noventa) dias, ininterruptos ao Servidor Público Municipal, Sr. **Altamiro José de Oliveira Pantaleão,** matrícula n.502 , ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - ACS, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO
01/01/2013 Á 01/01/2017
PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS
01/04/2020 À 30/06/2020

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpre-se.

Canabrava do Norte - MT, em 16 de março de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 104/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

PORTARIA N. 104/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **Licença Prêmio** pelo período de 90 (noventa) dias, ininterruptos a Servidora Pública Municipal, Sr.ª **SIRLEIDE SOUZA SILVA,** matrícula n. 81, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Cultura e Turismo.

PERÍODO AQUISITIVO
24/02/2013 Á 23/02/2018
PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS
16/03/2020 À 14/06/2020

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpre-se.

Canabrava do Norte - MT, em 16 de março de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 103/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020

PORTARIA N. 103/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor Sr. **RONISCLEI GUIDA SOARES**, matrícula funcional n. 1778 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 000.078.161-46, com e-mail: guidrgs2008@hotmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do Contrato N. 010/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **PAULO ZIOBER – EQUIPAMENTOS METALÚRGICO LTDA,** inscrita no CNPJ: 08.374.053/0001-84, o presente contrato tem por objeto é aquisição de equipamentos para ginástica e recreação para praças e jardins e academias ao ar livre para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Infraestrutura Serviços Públicos e Urbanismo, oriundo do Processo de adesão à ata de registro de preços nº 050/2019 referente ao Pregão Presencial n. 062/2019 da prefeitura municipal de Itanhangá - MT.

Art. 2º. Designar o servidor **LUÍS FERREIRA DE SOUZA**, matrícula funcional n. 127 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 954.864.441-15, com e-mail: luis.cb.n@hotmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Gerência de Gestão de Frotas e Contratos - GEFROCONT disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 16 de Março de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

RONISCLEI GUIDA SOARES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 101/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

PORTARIA N. 101/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Sr.ª **THAIS FREITAS GONÇALVES** matrícula funcional n. 2071 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 068.238.981-19, com e-mail: thaisfreitas.0604@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do CPL n. 009/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **PUBLICAR CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o n.95.867.065/0001-45, que tem por objeto Registro de Preços para prestação de serviço especializados de consultoria administrativa, nos termos da legislação vigente, conforme descrição constante no termo de referência, anexo I do edital n. 036/2109, originado pelo Processo n. 3363/2019, na modalidade Pregão Presencial n. 036/2019, ata de registro de preço n.36/20, ambos realizados pela prefeitura Municipal de Aragarças/GO e demais documentos constantes, que integram o presente contrato.

Art. 2º. Designar o servidor Sr. **RONALDO EVANGELISTA DA ROCHA,** matrícula funcional n. 2119, e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 048.251.841-38, com e-mail: ronalldobontempo2017@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar,

como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Gerência de Gestão de Frotas e Contratos - GEFROCONT disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 16 de março de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

_____

THAIS FREITAS GONÇALVES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 097/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

PORTARIA N. 097/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor**RONALDO EVANGELISTA DA ROCHA,** matrícula funcional n. 2119, e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 048.251.841-38, com e-mail: ronalldobontempo2017@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução da ata de registro de preços 017/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 14.805.780/0001-51, que tem por objeto Registro de Preços para possível e eventual aquisição de produtos para lavagem de automóveis, sendo intercap e solupan para a demanda das Secretarias Municipais do município de Canabrava do Norte - MT, oriundo Processo Licitatório nº 00000322/2020.

Art. 2º. Designar a servidora**JUCERLEI BONATTO**, matrícula funcional n. 1753 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 770.870.891-53, com e-mail: nega.73@hotmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Gerência de Gestão de Frotas e Contratos - GEFROCONT disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mial, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 16 de março de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

_____

RONALDO EVANGELISTA DA ROCHA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 102/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

PORTARIA N. 102/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.”

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal, Sr.ª **JUCERLEI BONATTO**, matrícula 1753, ocupante do cargo de **JARDINEIRA,** lotado na Secretaria Municipal Infra - Estrutura, Serviços Públicos e Urbanismo.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
01/08/2019 Á 31/07/2019
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
01/04/2020 À 30/04/2020

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 16 de Março de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
COMUNICADO DE PENALIDADE

COMUNICADO DE PENALIDADE

Declaração de Inidoneidade - Período: enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Empresa: Stradiotti Agri Ltda-EPP, CNPJn. 26. 954.121/0001-66. Fundamentação Legal: artigo 87, IV, da Lei 8666/93.

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Sr. João Cleiton Araújo de Medeiros, a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MTa torna público o resultado do Processo de Notificação Administrativa n. 01/ 2020 movido em desfavor da empresa Stradiotti Agri Ltda-EPP, CNPJn. 26.954.121/0001-66, em razão prática de infrações ao Contrato CPL 025/ 2019, originário do Pregão Presencial 013/2019, Processo Licitatório nº 138/2019, conforme decisão proferida pela autoridade competente, e após ser oportunizado a ampla defesa e o contraditório, sendo fixada a sanção de declarar inidônea a empresa pelo período em que perdurarem os motivos determinantes da punição, ficando desde já impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, a contar da publicação deste Comunicado. Em cumprimento à ordem exarada, a empresa será igualmente inscrita no CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União. Importante destacar que a presente penalidade se aplica de igual forma a outras empresas que eventualmente figurem como proprietário no quadro societário o Sr. Sadi Stradiotti, inscrito no CPF n. 554.344.019-72, nos termos do Acórdão n. 2.218/2011 do Tribunal de Contas da União. Após a inclu-

são no sistema e da efetivação da presente publicação a cópia do processo integral estará imediatamente disponível no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT.

Canabrava do Norte-MT, em 13 de março de 2020.

_____

VIRGÍLIA DIAS DE CAMPOS BRUNETTA

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

GABINETE
ATO DE DESIGNAÇÃO 11/2020/SMS

ATO DE DESIGNAÇÃO 11/2020/SMS

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA RECEBER, CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GABRIELA PEREIRA LIMA, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Servidor Público Municipal **ALEXANDRE MOREIRA DA SILVA**, matrícula funcional nº 336 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 545.678.731-72, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas da Empresa **ZANATA E LIMA ZANATA LTDA ME**, Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CNPJ/MF sob o nº **26.548.172/0001-98**, que tem por objeto PEÇAS E SERVIÇOS do veiculo modelo camionete S10, Placa PRJ-4456, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Designar o Servidor Público Municipal **RONES RODRIGUES VASCONCELOS**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 003.917.441-78, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como suplente, as notas fiscais emitida da Empresa **ZANATA E LIMA ZANATA LTDA ME**, Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CNPJ/MF sob o nº **26.548.172/0001-98**, que tem por objeto PEÇAS E SERVIÇOS do veiculo modelo camionete S10, Placa PRJ-4456, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2020.

Registre-se,

Publique-se

Cumpra-se.

_____

Gabriela Pereira Lima

Secretária Municipal de Saúde

Portaria nº 352/2019

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 098/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

PORTARIA N. 098/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL PRIMAVERA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear a Senhora **CELINA ALVES DA ROCHA,** portadora da Cédula de Identidade Civil CI-RG sob nº 1543534 – 2.A VIA, Órgão Expedidor PC/GO e Inscrita no Cadastro de Pessoa Física CPF/MF. Sob. Nº. 513.934.681-87**,** para exercer o cargo de **DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL PRIMAVERA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Cultura e Turismo, deste Município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos jurídicos e Financeiros ao dia 11 de março de 2020 e revogando-se as disposições em contrário.

Registre-Se,

Publique-Se e

Cumpre-Se.

Gabinete do Prefeito, em 16 de Março de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE
EDITAL Nº 007/2020 DE: 16 DE MARÇO DE 2020

EDITAL Nº 007/2020 DE: 16 DE MARÇO DE 2020

"A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, em cumprimento ao que determina o Art. 182, Inciso II e Art. 184, Inciso II da Resolução nº 14/2007 – TCE/MT."

T O R N A - SE P Ú B L I C O

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, representado pelo senhor **JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**, torna–se pública o Balancete Financeiro referente ao mês de Janeiro do exercício de 2020, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

A documentação referente à publicação encontra-se na Prefeitura a disposição de qualquer contribuinte do Município de Canabrava do Norte – MT, para questionar – lhe sua legitimidade.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE
ORLA 2º ETAPA

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, CNPJ nº 37.465.200/0001-20**,** torna público que requereu junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA-MT), a Licença Prévia (LP) e a Licença de Instalação (LI), referente ao Projeto de Obras de Ampliação da Orla da Represa Municipal – Construção 2° Etapa, no município de Canabrava do Norte/MT.

GABINETE
ATO DE DESIGNAÇÃO N. 002/2020/SMMAACDE

ATO DE DESIGNAÇÃO N. 002/2020/SMMAACDE

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO DA FONSECA CABRAL, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Comércio e Desenvolvimento Econômico de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e X, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções;

CONSIDERANDO o poder discricionário, o ordenador primário pode delegar este poder a um agente administrativo por meio de ato formal, considerado como ordenador secundário.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Servidor Público Municipal **IDEVALDO DE PAULA FARIA**, matrícula funcional n. 559 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 003.567.551-93, com e-mail idevaldopf@hotmail.com para conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas da Empresa MT TRANSPORTES – CNPJ/MF sob o nº 27.040.287/0001-30, que tem por objeto prestação de serviços, tais como, FRETES e meios de transportes..

Art. 2º. Designar a Servidora Pública Municipal **ALCIONE DE LOURDES DOS SANTOS AIDAR**, matrícula funcional nº 466 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 872. 741.831-68, com e-mail alcione13aidar@gmail.com, para conferir, acompanhar e atestar, como suplente, as notas fiscais emitidas da Empresa MT TRANSPORTES – CNPJ/MF sob o nº 27.040.287/0001-30, que tem por objeto prestação de serviços, tais como, FRETES e meios de Transportes.
.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2020.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

ANTONIO DA FONSECA CABRAL

Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agricultura

Portaria nº 049/2020

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 099/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

PORTARIA N. 099/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **Licença Prémio** pelo período de 90 (noventa) dias, ininterruptos a Servidora Pública Municipal, Sr.ª **REIJANE DIAS DOS SANTOS,** matrícula n. 1519, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Cultura e Turismo.

PERÍODO AQUISITIVO
01/01/2013 Á 01/01/2017
PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS
01/04/2020 À 30/06/2020

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpre-se.

Canabrava do Norte - MT, em 16 de março de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE 003/2020

TERMO DE POSSE Nº 003/2020

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, PREFEITO MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal.

EMPOSSA, nesta data a candidata Senhora **LUZIA LOPES DA SILVA** aprovada em 9º lugar, para exercer o cargo de **PROFESSOR-LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA,** habilitada em Concurso Público 001/2019 homologado em 01/10/2019.

A candidata apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente, cumprir com os deveres e atribuições do Cargo de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canabrava do Norte – MT.

Por ser verdade, o presente termo vai assinado pela autoridade competente e o empossado.

CANABRAVA DO NORTE – MT, 16 DE MARÇO DE 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

_____

LUZIA LOPES DA SILVA

Candidata

ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR N. 007/2020, DE 11 DE MARÇO DE 2020.

LEI COMPLEMENTAR N. 007/2020, DE 11 DE MARÇO DE 2020.

"ALTERA PARCIALMENTE A LEI N.252/2005, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005, QUE DISPÕE SOBRE A REFORMULAÇÃO DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, NA FORMA QUE ESTABELECE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **aprovou**, e ele **sanciona** e **promulga** a seguinte lei:

Art. 1º. Altera o paragrafo único, do artigo 30º da Lein. 252/2005, de 15 de dezembro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30º. [...]

Parágrafo único. A contagem do tempo do estágio probatório não será interrompida durante o período em que o servidor estagiante for nomeado para exercer cargo em comissão de chefia ou assessoramento, salvo quando se colocar em desvio de função, por motivo diverso.

[...]"

Art. 2º. Ficam mantidas as demais disposições da Lei n. 252/2005, de 15 de dezembro de 2005.

Art. 3°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de Março de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR N. 008/2020, DE 11 DE MARÇO DE 2020.

LEI COMPLEMENTAR N. 008/2020, DE 11 DE MARÇO DE 2020.

***"ALTERA PARCIALMENTE A LEI N.672/2016, DE 30 DE MAIO DE 2016, QUE* DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARREIRAS GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".**

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **aprovou**, e ele **sanciona** e **promulga** a seguinte lei:

Art. 1º. Fica revogado o § 2º do Artigo 21º da Lein. 672/2016, de 30 de Maio de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 21º Seis meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação de desempenho do profissional, realizada de acordo com o que dispuser a legislação ou o regulamento pertinente, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos do artigo anterior desta lei complementar.

§ 1°. Para a avaliação prevista no *caput* deste artigo, será constituída Comissão de Avaliação com participação paritária entre os órgãos da administração Pública e o sindicato de representação dos servidores Públicos.

§ 2°. [...] Revogado.

§ 3°. O Funcionário não aprovado no estágio probatório será exonerado, cabendo recurso ao dirigente máximo do município, assegurada ampla defesa.

Art. 2º. Ficam mantidas as demais disposições da Lei n. 672/2016, de 30 de maio de 2016.

Art. 3°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de Março de 2020.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PORTARIA Nº191/2020

Portaria Nº191/2020

De 12 de março de 2020.

Exonera Servidora a pedido.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 46 § 1º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando que a servidora Oliva Possebom solicitou exoneração em 15 de agosto de 2005,

Considerando a não publicação da Portaria de Exoneração na data da solicitação do pedido,

Considerando ainda, que a rescisão foi feita no mês em que ocorreu o pedido de desligamento da servidora Oliva Possebom da Prefeitura Municipal de Canarana, e que na data de 11 de março de 2020, constatou-se que não fora feita a Portaria na data em que ocorreu a solicitação de exoneração.

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar do cargo de provimento efetivo de Agente de Saúde, padrão 4, anexo I – lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a servidora Oliva Possebom.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2005.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana - MT, em 12 de março de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2020

PROCESSO: 025/2020

PREGÃO PRESENCIAL: 010/2020

DATA: 16/03/2020

VIGÊNCIA: 16/03/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Obras.

VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses após assinatura.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual **aquisição de patrulha mecanizada para o Município de Canarana, conforme convênio plataforma + Brasil Nº 896964/2019, celebrado entre o município e a superintendência do desenvolvimento do centro-oeste - SUDECO**, conforme especificações do edital.

FORNECEDOR: TORINO COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA

VENCEDOR ITEM 01 - VALOR TOTAL: R$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil reais)

FORNECEDOR: APROCAMPO MAQUINAS, MOTORES E PRODUTOS AGROPECUÁRIO LTDA

VENCEDOR ITEM 02 - VALOR TOTAL: R$ 38.490,00 (Trinta e oito mil quatrocentos e noventa reais)

VALOR TOTAL GERAL: R$ 348.490,00 (Trezentos e quarenta e oito mil quatrocentos e noventa reais).

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2020

REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro oficial da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, torna público Pregão Presencial nº 010/2020, menor preço por ítem foram declarados vencedores as empresas; **APROCAMPO MAQUINAS, MOTORES E PRODUTOS AGROPECUARIO LTDA.**, vencedor do item 02, **TORINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA.**, vencedor do item 01, **conforme ata da sessão.**

Canarana -MT, 16 de Março de 2020.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº91/2020

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADA** a Senhora ANGELA CRISTINA DE SALES PARRA**,** para desempenhar a função de Fiscal de Contrato, a partir do dia 12 de março de 2020.

I – Compra Direta

II – Contrato n° 25/2020

III – Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços informativos supletivos que fazem entre si INFOJURIS- Informações Jurídicas LTDA-ME e o Município de Carlinda.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 16 de março de 2020.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 082 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

DARCI MARQUES DE BRITO, Secretario Municipal de Saúde do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **ROSILENE XAVIER DE LIMA** matricula n.º 3842, cargo de Agente Comunitária de Saúde, na data 16 de março de 2020, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 16 de março de 2020 ao dia 17 de março de 2020 totalizando 02 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

DARCI MARQUES DE BRITO

Secretario Municipal de Saúde

Decreto 029/2020

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 081 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

DAIANE ROSA DA SILVA, Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **SOLANGE PEREIRA DA SILVA** matricula nº 3164, cargo de Técnica Administrativa de Recursos Humanos, na data 16 de Março de 2020, lotada na Secretaria Municipal de Administração, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 16 de Março de 2020 das 7:00h as 11:00h.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

DAIANE ROSA DA SILVA

Secretaria de Administração e Finanças

Decreto 189/2019

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 083 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **NELI VITURINO COSMO** matricula nº 2198, cargo de Professora, na data 16 de março de 2020, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 13 de março de 2020.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 010/2017

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeita Municipal de Carlinda, no uso de suas atribuições legais, **convoca todos os Servidores Municipais** para **escolha do novo Diretor Executivo do PREVCAR** – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Carlinda, que será escolhido por voto direto e secreto, no recinto do **PREVCAR**, localizado na Avenida Tancredo de Almeida Neves, s/nº, **no dia 19 de março de 2020**, a **votação ocorrerá a partir das 7:00 horas, e com o término às 15:00 horas**, com qualquer número de votantes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT.

Em, 17 de março de 2020.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EDITAL CONVOCATÓRIO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2020
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002/2020

EDITAL CONVOCATÓRIO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2020

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002/2020

A Pregoeira e Equipe de Apoio, no uso de suas atribuições legais, nomeadas pelo Decreto nº 002/2020, **TORNA PUBLICO**, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve alterações no Edital convocatório do Pregão Presencial nº 007/2020, abaixo apresentadas:

ITEM 01: Altera o descritivo do item **23** da proposta de preço do Edital Convocatório 007/2020 do Pregão Presencial n.º 007/2020, que restará com a seguinte redação:

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
23	83969	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA 100W BRANCO FRIO; BIVOLT AUTOMÁTICO; APROXIMADAMENTE 10.000 LÚMENS; VIDA ÚTIL NO MÍNIMO DE 50.000 HORAS; ÂNGULO NO MÍNIMO 125°; IRC MAIOR OU IGUAL A 70; EFICIÊNCIA LUMINOSA NO MÍNIMO 100 LM/W; COM REVESTIMENTO ELETROSTÁTICO; LENTE PROTETORA; IP66; IK08; DE PRIMEIRA LINHA; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES QUE ATENDA AS NORMAS DA ABNT NBR 60598-1:2010, ABNT NBR 15129:2012, ABNT NBR 5101:2018 e Portaria n.º 20 de 15/02/2017 - Inmetro.	PEÇA	700

ITEM 02: Alterar a data e o horário da Sessão Pública de julgamento, que restará da seguinte forma:

Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste Edital e seus anexos, deverão ser entregues a Pregoeira ***08h00m (Horário Oficial de Carlinda/MT) do dia 27 de Março de 2020****.*

Ficam mantidos os demais termos do Edital convocatório Pregão Presencial nº 006/2019. Este Edital Complementar integra o Edital respectivo para todos os efeitos legais.

Carlinda – MT, 16 de Março de 2020.

_____

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2020

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, MATERIAIS ELÉTRICOS, MATERIAIS HIDRÁULICOS, MATERIAIS PARA PINTURAS, FERRAMENTAS E EPI'S, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 01/04/2020

HORÁRIO: 08:00 HORAS.

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA.

ENDEREÇO:AV. TANCREDO NEVES S/Nº - CENTRO – CARLINDA /MT.

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78. 587-000 CARLINDA MT, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 16 **de** Março de 20**20**.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2020

OBJETO**: PROCESSO DE DISPENSA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E ANÁLISE DOCUMENTAL PARA REGULARIZAÇÃO EM LOTES NOS ASSENTAMENTOS KENO E DOZE DE OUTUBRO, JUNTO AO INCRA, NO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT, FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

EMPRESA: L C RUBIO CONTABILIDADE ME

CNPJ n°: 29.304.734/0001-46

Endereço: Avenida Colonizador Roque Guedes, nº 60, Setor Sul, Centro, Colíder – MT.

VALOR GLOBAL: R$ 7.000,00 (sete mil reais).

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias.

HOMOLOGO E ADJUDICO.

Cláudia – MT, 16 de Março de 2020.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
PORTARIA Nº 002/2020/SEMAD, DE 16 DE MARÇO DE 2020

PORTARIA Nº 002/2020/SEMAD, DE 16 DE MARÇO DE 2020

DAVI SCHLEICHER, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura de Cláudia, Estado de Mato Grosso, nomeado pelo Decreto nº 021, de 17 de janeiro de 2017, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o disposto nos artigos 193 e 194, da Lei Complementar Municipal nº 012, de 11 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cláudia,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurada, composta e instalada a Comissão de Sindicância de que tratam os arts. 191 a 195, da Lei Complementar Municipal nº 012, de 11 de dezembro de 2013, destinada a apuração de possível responsabilidade, considerando as recomendações constantes do Parecer da Unidade de Controle Interno referente ao Processo nº 00887.2020.000006-00.

Parágrafo único. Os trabalhos da Comissão mencionada no caput deste artigo serão desenvolvidos sob a coordenação, orientação e supervisão da Procuradoria Jurídica do Município.

Art. 2º A Comissão de Sindicância a que se refere o artigo anterior será composto pelos seguintes membros:

I – Maria Aparecida Bueno, Servidora Efetiva, Matrícula nº 2160, Assistente Administrativo, inscrita no CPF sob nº 011.842.201-38, lotada na Secretaria Municipal de Administração, representando o Departamento de Pessoal/RH;

II – Francieli Vareschini, Servidora Efetiva, Matrícula nº 2278, Enfermeira, inscrita no CPF sob nº 044.367.911-81, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

III – Geisla Ribeiro da Silva Trindade, Servidora Efetiva, Matrícula nº 2440, Enfermeira, inscrita no CPF sob nº 020.318.441-64, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º A Comissão de Sindicância deverá autuar o processo na ordem sequencial direta dos eventos da espécie e numerar as respectivas páginas produzidas no curso da sindicância.

Art. 4º Os trabalhos da Comissão de Sindicância instituída por esta portaria deverão ser conduzidos em estrita observância ao que dispõem os artigos 195 a 197, da Lei Complementar nº 012/2013, e demais normas correlatas aplicáveis à matéria.

Art. 5º Se a conclusão dos trabalhos for pela aplicação do Inciso III, do Art. 195, da Lei Complementar nº 012/2013, a Secretaria Municipal de Administração instaurará o competente Processo Disciplinar por meio da emissão de nova portaria.

Art. 6º Publique-se e cumpra-se para que atinja os objetivos colimados.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 16 de Março de 2020.

DAVI SCHLEICHER

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
PORTARIA Nº 001/2020/SEMAD, DE 13 DE MARÇO DE 2020

PORTARIA Nº 001/2020/SEMAD, DE 13 DE MARÇO DE 2020

DAVI SCHLEICHER, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura de Cláudia, Estado de Mato Grosso, nomeado pelo Decreto nº 021, de 17 de janeiro de 2017, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o disposto nos artigos 193 e 194, da Lei Complementar Municipal nº 012, de 11 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cláudia,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurada, composta e instalada a Comissão de Sindicância de que tratam os arts. 191 a 195, da Lei Complementar Municipal nº 012, de 11 de dezembro de 2013, destinada a apuração de possível responsabilidade relativa aos fatos comunicados no anexo Boletim de Acidente de Trânsito nº 20007844B01, de 09 de fevereiro de 2020, registrado pela Polícia Rodoviária Federal.

Parágrafo único. Os trabalhos da Comissão mencionada no caput deste artigo serão desenvolvidos sob a coordenação, orientação e supervisão da Procuradoria Jurídica do Município.

Art. 2º A Comissão de Sindicância a que se refere o artigo anterior será composto pelos seguintes membros:

I - Andréia Teolide Schneider Sielski, Servidora Efetiva, Matrícula nº 566, Assistente Administrativo, inscrita no CPF sob nº 012.639.971-98, lotada na Secretaria Municipal de Finanças/Coordenadora de Fiscalização e Arrecadação Tributária (Respondendo pelo Departamento de Pessoal);

II – Augusto Gonçalves da Silva Neto, Servidor Efetivo, Matrícula nº 530, Professor, inscrito no CPF sob nº 222.761.038-76, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, como representante da Secretaria em que o sindicado encontra-se lotado; e

III – Sueli Betine dos Santos, Servidora Efetiva, Matrícula nº 445, Técnico Administrativo Educacional, inscrita no CPF sob nº 554.000.199-00, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 3º A Comissão de Sindicância deverá autuar o processo na ordem sequencial direta dos eventos da espécie e numerar as respectivas páginas produzidas no curso da sindicância.

Art. 4º Os trabalhos da Comissão de Sindicância instituída por esta portaria deverão ser conduzidos em estrita observância ao que dispõem os artigos 195 a 197, da Lei Complementar nº 012/2013, e demais normas correlatas aplicáveis à matéria.

Art. 5º Se a conclusão dos trabalhos for pela aplicação do Inciso III, do Art. 195, da Lei Complementar nº 012/2013, a Secretaria Municipal de Administração instaurará o competente Processo Disciplinar por meio da emissão de nova portaria.

Art. 6º Publique-se e cumpra-se para que atinja os objetivos colimados.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 13 de Março de 2020.

DAVI SCHLEICHER

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA– MT, torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu através do **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO n° 001/2020** a Ata de Registro de Preços nº 002/2020, referente ao Pregão Presencial SRP nº 058/2019/Prefeitura Municipal De Querência – MT, visando a“ AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA DE PNEUS, NOVA, MOTOR DIESEL, 04 CILINDROS, MINIMA 91 HP DE POTÊNCIA, conforme **ITEM 01** da referida Ata de Registro de Preços*”.*

EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: DEFANT E CAPELOSSA SILVA LTDA**, inscrita no CNPJ: 33.086.529/0001-29, estabelecida à Avenida Ayrton Senna Da Silva, nº 397, Distrito Industrial, Cuiabá/MT, CEP: 78.098-970.

Valor e Especificação do Item:

Item	Cód.TCE	Descrição	QTD	VALOR TOTAL
01	00022069	“AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA DE PNEUS, NOVA, MOTOR DIESEL, 04 CILINDROS, MINIMA 91 HP DE POTÊNCIA”.	**01**	**R$ 255. 000,00**

Cláudia – MT, 16 de Março de 2020.

_____

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

DECRETO GB/PREF. N.º 1.774/2.020, DE 16 DE MARÇO 2.020.

DECRETO GB/PREF. N.º 1.774/2.020, DE 16 DE MARÇO 2.020.

“Dispõe sobre exoneração do Servidor Thiago da Silva Castro em conformidade com o dispositivo da Lei Municipal n.º 056/91 e dá outras providências.”

A Senhora DALVA MARIA DE LIMA PERES, Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições que lhe são conferidas, especialmente pelo Estatuto e Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais;

a) Considerando que o servidor público **comissionado**, Srº. Thiago da Silva Castro, solicitou sua exoneração voluntária do cargo de: **Secretario de Esportes e Lazer.**

D E C R E T A:

b) Art. 1.º - Fica exonerado, a Pedido de Demissão, em anexo, com fundamento no Artigo 37 inciso II da Lei Municipal de n.º 056 de 28 de Fevereiro de 1.991, o servidor Sr.º **Thiago da Silva Castro,** portador da CI-RG nº 5867776 SSP-GO e CPF sob o nº 022.425.741-24, nomeado no cargo comissionado de **Secretario de Esportes e Lazer.**

Art. 2.º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 16 (DEZESSEIS) DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2.020.

_____

DALVA MARIA DE LIMA PERES

PREFEITA MUN. COCALINHO – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2019

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
CNPJ: 15.023.930/0001-38
COLIDER - MT, TRAVESSA DOS PARECIS, Nº 85, CENTRO

Segunda-feira, 16 de Março de 2020

RELAÇAO DE CONTRATOS DE SERVIDORES

PERÍODO: 13/03/2020 até 16/03/2020

Filtros Utilizados

Periodo: 13/03/2020 até 16/03/2020 **Vigência:** Vigência Inicial **Situação:** Todos **Setor:** 0 até 999 **Ordenar:** Código

Número/Ano	Pessoa	Objeto	Valor	Vig. Inicial	Vig. Final	Tipo	Situação
00000000234/2020	TATIANE APARECIDA DE SOUZA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR (A), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	3.248,2200	13/03/2020	10/07/2020	DETERMINADO	Em Execução
00000000235/2020	DAIANE JESSICA DA SILVA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR (A), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	3.248,2200	16/03/2020	23/12/2020	DETERMINADO	Em Execução
00000000236/2020	ADRIANO DAVANCO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MOTORISTA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.823,5900	16/03/2020	23/12/2020	DETERMINADO	Em Execução

Total: 3

ARRelatorio_Contratos_Servidores Página: 1 / 1

PREVILIDER
PORTARIA N.º 016/2020 “DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EM FAVOR DA SRA. ISABEL DEMITO CAPELARI DA PURIFICAÇÃO”.

*A Diretora Executiva do **PREVI-LIDER** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e* nos termos do Art. 6º, incisos “I”, “II”, “III” e “IV”, da Constituição Federal com redação determinada pela Emenda Constitucional nº. 41/03, de 19 de dezembro de 2003, Art. 86, incisos “I”, “II”, “III”, “IV”, da Lei Municipal n. º 2.361, de 08 de julho de 2010, Art. 210, da Lei n. º 2408/2010, de 28 de dezembro de 2010.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição** em favor da **Sra. Isabel Demito Capelari da Purificação**, portadora do RG n.º 2832372-6SSP/MT, inscrita no CPF. n. º 738.405.649-72 e da Cédula Eleitoral de n. º 016989501830, Zona. “023”, Seção “0003”, servidora efetiva no cargo de **Professora, Classe “C”, Nível “08”**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matricula n.º **236,** trabalhando **9.346 dias, ou seja, 25 (vinte e cinco) anos 07 (sete) meses e 03 (três) di-**

as de contribuição*, com* ***proventos integrais e com direito a paridade****, conforme o processo do PREVI-LIDER n.º 052/2019, até posterior deliberação.*

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Colíder /MT, 16 de março de 2020.

_____

MARIZA BERNARDES DA SILVA

Diretora Executiva

HOMOLOGO: _____

NOBORU TOMIYOSH

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER- LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO/EXTRATOS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020 - SRP

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 004/2020, cujo objeto é o registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços de poda de árvores no município de Colíder/MT. Sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

EMPRESA	VLR. TOTAL (R$)
BRUNO JOSE VIEIRA PERES 06374910176 ME	204.998,00

Colider/MT, 16 de março de 2020.

ERIVALDO EVARISTO DE LIMA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

Extrato do Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato n° 006/2017

Contratante: Município de Colider/MT

Contratada: DORACI ARRUDA BERTOLDI EIRELI ME

Instrumento Vinculante: Pregão Presencial nº 008/2017

Objeto: Contratação de empresa do tipo “casa de apoio”, situada exclusivamente na capital do estado, Cuiabá, para atendimento de pacientes encaminhados pela secretaria municipal de saúde e saneamento básico do município de Colider/MT.

Alteração de Dotação Orçamentária: Lavramos o presente Termo de Apostilamento ao Contrato em referência, para fazer constar a alteração de dotação orçamentária, de forma que a partir da presente data às despesas decorrentes do citado instrumento contratual obedecerá à seguinte dotação orçamentária: (Código Reduzido nº 418)**.**

Data de Assinatura: 06/12/2019.

Extrato do Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato n° 059/2019

Contratante: Município de Colider/MT

Contratada: M. S. DIAGNÓSTICA LTDA

Instrumento Vinculante: Inexigibilidade de Licitação nº 005/2019

Objeto: Fornecimento de manutenção corretiva no equipamento de hematologia KX 21N da marca Sysmex/Roche e fornecimento de kits/reagentes e insumos de laboratório para o equipamento analisador Cobas C111 da marca Roche, ambos aparelhos pertencentes ao laboratório da Secretaria Municipal de Saúde de Colider/MT.

Alteração de Dotação Orçamentária: Lavramos o presente Termo de Apostilamento ao Contrato em referência, para fazer constar a alteração de dotação orçamentária, de forma que a partir da presente data às despesas decorrentes do citado instrumento contratual obedecerá à seguinte dotação orçamentária: (Código Reduzido nº 354)**.**

Data de Assinatura: 20/01/2020.

PREVILIDER
PORTARIA N.º 014/2020 “DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE EM FAVOR DA SRA. MARIA APARECIDA JUNCKER”

A Diretora Executiva do ***PREVI-LIDER****, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 7º, inciso “II” da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, Art. 210 da Lei Municipal nº. 2.408/2010, de 28 de dezembro de 2010, Art. 7º, inciso “I”, Art. 28, inciso “II”, Art. 29, inciso “I”, da Lei Municipal n. º 2361/2010, de 08 de julho de 2010.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de pensão por morte em favor da **Sra. Maria Aparecida Juncker (esposa),** portadora do RG n. º 1622944-4 SSP/MT, inscrita no CPF/MF n. º 021.016.821-84 e Título Eleitoral de n. º 016770961805, Zona “023”, Seção “0245”, pelo falecimento do servidor **Sr. Antonio Donisete Juncker**, portador do RG n. º 3.430.775-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF n. º 474.249.159-91 e Título Eleitoral de n.º 016770631830, Zona “023”, Seção “0245”, efetivo no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Classe “A”, Nível “07”, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura Obra, com **100% (cem por cento) dos proventos de forma integral e vitalícia**, conforme o processo do PREVI-LIDER nº. 009/2020.

Art. 2º **Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de fevereiro de 2020, data do óbito do servidor.**

Registre, publique e cumpra-se.

Colíder-MT, 05 de março de 2020.

MARIZA BERNARDES DA SILVA

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 113/GP/2020

PORTARIA Nº113/GP/2020, DE 06 DEMARÇO DE 2020.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Nomear **Wuesley Catanossi,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 1249187-0 SESP/MT e CPF n° 947.250.631-34, para exercer o Cargo em Comissão de **Diretor do Departamento de Fomento ao Turismo,** vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 06 de março de 2020.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 06 de março de 2020.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta De Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2020-B

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2020-B

O Prefeito Municipal de Colniza/MT, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no Art. 37 da Constituição Federal e mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO, aos interessados que fará as seguintes alterações no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020, conforme abaixo discriminado:

I - Prorrogar as inscrições até o dia **25 de março de 2020**.

II – Prorrogar a data de vencimento do boleto bancário para o dia **26 de março de 2020**.

III – Prorrogar a data de encaminhamento dos documentos dos candidatos inscritos como PNE para o dia **26 de março de 2020.**

IV – Alterar a data de divulgação do Edital de Homologação das inscrições para o dia **02 de abril de 2020**.

V – Alterar a data de realização da Prova Escrita objetiva e da Prova Prática para o dia **19 de abril de 2020, mantendo-se os mesmos horários.**

VI – Alterar a data de divulgação do Gabarito Oficial da prova escrita, bem como, do Resultado Preliminar para o dia **28 de abril de 2020.**

VII – Alterar a data de divulgação do resultado final para o dia **04 de maio de 2020**.

VIII –Em virtude da alteração da data de realização da prova escrita objetiva, os candidatos inscritos anteriormente e que não tenham mais interesse em participar do presente Processo Seletivo Simplificado, deverão solicitar o reembolso da referida taxa de inscrição, até o dia **25 de março de 2020**, junto ao endereço eletrônico: www.klcconsultoria@gmail.com, informando: nome completo, cargo, nome do banco, número da agência, número da conta corrente e nome do correntista**.**

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Colniza- MT, 16 de março de 2020.

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - PORTARIA Nº 036/2020 DE 16/03/2020

PORTARIA Nº 036/2020 DE 16/03/2020

JOÃO FERNANDES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2019/2020, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

Considerando a Portaria nº 035/2020 de 16/03/2020 que determina Luto Oficial por três dias em razão do falecimento do ilustre pioneiro José Antônio Cardoso, pai da Vereadora Guiomar Cardoso Piovezan;

Considerando o profundo pesar desta Casa Legislativa para com os sentimentos da Nobre Colega que se despede do pai nesta data.

R E S O L V E

Art. 1º. ***TRANSFERIR PARA O DIA 23 DE MARÇO DE 2020, PRÓXIMA SEGUNDA-FEIRA, A 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º SEMESTRE DO 4º PERÍODO LEGISLATIVO (2020),*** que estava agendada para o dia de hoje, 16 de março de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte.

João Fernandes da Silva - **Presidente**

Registre-se e Publique-se:

Wender Bier de Souza - 1º Secretário

EXTRATO DE AVISO DE RESULTADO PREGÃO Nº 014/2020

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020

A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 13/03/2020 às 13:00 horas (Horário de Brasília), na modalidade de Pregão Presencial, EDITAL n° 014/2020, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRICOLA MECANIZADA PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE COMODORO-MT, EM ATENDIMENTO AO CONTRATO DE REPASSE Nº. 889705/2019/MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, consagrou-se vencedora as empresas licitantes: MAQUIPARTS COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, AGRIMAQ COMERCIAL EIRELI ME.

Comodoro – MT, 13 de Março de 2020.

FERNANDO OLIVEIRA LEMOS DA ROSA

PREGOEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - PORTARIA Nº 035/2020 DE 16/03/2020

PORTARIA Nº 035/2020 DE 16/03/2020

JOÃO FERNANDES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2019/2020, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

R E S O L V E

Art. 1º. Determinar três dias de **LUTO OFICIAL** nos dias 16, 17 e 18 de março de 2020, em sinal de profundo pesar pelo falecimento do ***Ilustre Pioneiro Senhor JOSÉ ANTONIO CARDOSO,*** **pai da Vereadora Guiomar Cardoso Piovezan, cujo óbito ocorreu na madrugada desta segunda-feira (16/03/2020).**

Art. 2º. A Casa Legislativa, com imensa tristeza se despede do cidadão *José Antônio Cardoso*, conhecido carinhosamente por todos como *"Senhor Baianinho"*. Um homem de imenso valor e respeito, cuja vida foi dedicada a família e ao trabalho, que tinha um jeito peculiar de ser, cujo humor contagiava as pessoas a sua volta. Ao lado de sua amada esposa constituiu uma família notável, que serve de exemplo aos jovens dos dias atuais, pois tiveram uma vida de sacrifícios e de lutas, mas nunca desistiram dos seus princípios e ideais, tanto que, hoje aos 84 anos deixa um legado, famílias que foram formadas por seus filhos e filhas, homens e mulheres de bem que se destacam na sociedade e contribuem para o desenvolvimento do Município, assim como o fez o próprio Sr. Baianinho, o patriarca da família "Cardoso", que chegando nesta região numa época remota, acre-

ditou no potencial do lugar, trabalhou muito e obteve êxito. Portanto, Comodoro perde hoje um dos seus mais ilustres pioneiros. Art. 3º. As atividades do Poder Legislativo estarão suspensas na data de hoje, 16/03/2020, a partir das 10h00min, para que os servidores que assim desejarem, possam se dirigir até o funeral. Nos dias 17 e 18/03/2020 o expediente será interno.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte.

João Fernandes da Silva - **Presidente**

Registre-se e Publique-se:

***Wender Bier de Souza* -** 1º Secretário

DECRETO N.º 015/2020 DE: 16.03.2020

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, a sua família ser Pioneira deste Município;

Considerando sua exemplar participação e convívio social deixando um legado que será lembrado pelos familiares e por todos aqueles que tiveram o privilégio de compartilhar seu convívio, e

Considerando, o seu falecimento no dia 16 de março de 2020,

DECRETA

Art. 1º. Luto Oficial por 03 (três) dias (16 a 18 de março de 2020), no Município de Comodoro, em virtude do falecimento do **Sr. José Antonio Cardoso, popularmente conhecido como Sr. Baianinho.**

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 16 dias do mês de março de 2020.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DA CPL N°17/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 237/2019

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N°.020/2019

OBJETO:. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DO POLO DE ACADEMIA DA SAÚDE JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT, CONFORME PROPOSTA Nº 13963. 1820001/18-002 - SISMOB, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.

DO VALOR GLOBAL: R$ 111.900,65

VIGÊNCIA: 270 (duzentos e setenta) dias,16/03/2020 a 11/12/2020.

DATA: Confresa, 16 de Março de 2020

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – MT – **CONTRATADA: SCHUSSLER E LEITE LTDA EPP** inscrito no CNPJ com o n. 07.470.270/0001-05**.**

FORO: Porto Alegre do Norte - MT.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 51/2020 ADM DE 16 DE MARÇO 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA, PARA SUBSTITUIÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Servidora Pública Municipal, **LUANA LEÃO,** CPF: 005.006.501-79 como fiscal, em Substituiçãoa Servidora Pública Municipal, **ELAINE DA SILVA PAULINO**, CPF: 197.034.058-43, nos seguintes documentos:

CONTRATOS: n° 66/2019 e n° 144/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos retroativos a partir de 02/03/2020.**

Art. 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 16 de Março 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 097/2020 DE 13 DE MARÇO DE 2020.

Portaria 097/2020 de 13 de Março de 2020.

DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO E/OU RESTRUTURAÇÃO DE COMISSÃO E/OU CONSELHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: a necessidade de alienar, através de leilão público com base na lei das licitações a suas alterações os bens moveis e diversas propriedades do município que, se encontram em diferentes estados de conservação, antieconômicos, inservíveis, irrecuperáveis, sucateados e sucatas, medida está de relevante interesse público.

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUTIR a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E ALIENAÇÃO EM LEILÃO PÚBLICO, designando os membros que compõem a referida comissão e suas responsabilidades de administrar, corrigir dados, proceder transferências de propriedades de bens, enfim realizar todos os atos e procedimentos necessários ao certame, visando obter o melhor resultado e aperfeiçoamento do leilão de bens de propriedade do município.

FUNCAO	SERVIDOR	DOCTO
PRESIDENTE	PATRICIA CHAVES MONTEIRO	CPF/MF - 784.059.802-10
SECRETARIO	RODRIGO BARROS MILHOMEM	CPF/MF - 899.264.201-68
MEMBRO	RYANE CARLA ALVES	CPF/MF - 029.428.921-61
	SONIA REGINA DA CUNHA	CPF/MF - 302.603.101-15
	WILLIAN ROCHA DE ALMEIDA	CPF/MF - 002.412.741-84

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 13 de Março de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO Nº032/2020
PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº024/2020

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº032/2020

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº024/2020

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna público, para o conhecimento dos interessados, o resultado do Processo Licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº024/2020** conforme segue:

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDAS PARA USO DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT.

HOMOLOGADO/ADJUDICADO paras as empresas:

EMPRESA: **L.M. BORGES – PROMOÇÕES E EVENTOS - ME.**

CNPJ: 08.561.812/0001-18

ENDEREÇO: AVENIDA RUA DOS REIS, S/N, QD D-29, LT 05,

SETOR UNIVERSITÁRIO II, CEP. 78.652-000, CONFRESA/MT.

TELEFONE: (66) 98439-0056, EMAIL: laizavanessamasson@gmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: LEONARDO MATEUS BORGES

Vencedora em todos os itens do Certame no valor global de **R$ 534.410,00 (Quinhentos Trinta e Quatro Mil e Quatrocentos Dez Reais)**.

Registro de Preços válido por um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Confresa- MT, 16 de MARÇO de 2020.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

Pregoeiro

PORTARIA nº082/2020

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº061/2020 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº047/2020.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº061/2020.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº047/2020.

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia **27 de MARÇO de 2020, às 15:00** hs (horário local), na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Centro Oeste, nº 286, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº047/2020, do tipo Menor Preço por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818. **ramal 31** ou ainda pelo email: licitaconfresa@hotmail.com

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, SENDO TUBOS E CONEXÕES, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT.

CONFRESA-MT, 16 de MARÇO de 2020.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

Pregoeiro Municipal

Portaria nº082/2020.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO Nº219/2019.

AVISO DE LICITAÇÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº219/2019.

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº146/2019.

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia 07 de ABRIL de 2020, às 09h00min (horário local), na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Centro Oeste, nº 286, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº146/2019, do tipo Menor Preço por Item de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818. RAMAL 31 ou no email licitaconfresa@hotmail.com

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE SENDO INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA ATENDER O PROJETO MUSICA NAS ESCOLAS, FAZENDO ASSIM CUMPRIR A LEGISLAÇÃO QUE ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DO ENSINO DE MÚSICA NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, JUNTAMENTE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT.

Confresa-MT, 16 de MARÇO de 2020

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

Pregoeiro MUNICIPAL

Portaria nº082/2020.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 098/2020 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Portaria 098/2020 de 16 de Março de 2020.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE LEILOEIRO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

***CONSIDERANDO**: a necessidade do Município de alienar em leilão público oficial, bens móveis diversos e no estado em que se encontram, observando os princípios básicos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;*

***CONSIDERANDO:** que o Leiloeiro Público Oficial exerce uma função pública delegada pelo Estado através da Junta Comercial, possuindo competência e experiência profissional para avaliar bens móveis diversos para alienação e realização do leilão, presencialmente e/ou on-line pela rede mundial de computadores, conforme Decreto nº 21.981/32, Lei nº 13.138/2015 e Instrução Normativa nº 72/2019/DREI, sem ônus ou custos financeiros para a administração;*

***CONSIDERANDO**: os termos do Inciso III do Artigo 38 e Artigo 53 da Lei nº 8.666/93 que trata das licitações e contratos administrativos;*

***CONSIDERANDO:** que o Artigo 66, § 2º da Instrução Normativa nº 72/2019/DREI prevê que a forma de contratação do Leiloeiro Público Oficial, pode ser por meio de procedimento licitatório ou outro critério, cabendo ao ente interessado a decisão;*

CONSIDERANDO: *que a alienação de bens móveis diversos atende ao relevante interesse público municipal;*

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear e autorizar o Leiloeiro Público Oficial do Estado de Mato Grosso, ÁLVARO ANTÔNIO MUSSA PEREIRA, portador da Matricula nº 013/2008 Jucemat, com endereço a Avenida São Sebastião nº 1.447, Bairro Goiabeiras em Cuiabá/MT, para conduzir o leilão público em data a ser marcada conjuntamente.

Artigo 2º - O Leiloeiro realizará o leilão com estrita observância da Lei das Licitações nº 8.666/93 e suas alterações, com a legislação profissional e demais pertinentes, e de acordo com o próprio Edital do certame.

Artigo 3º - Compete ao Leiloeiro Público Oficial, organizar/operacionalizar a realização do leilão, produzindo a relação dos bens disponibilizados em lotes individuais ou não, avaliar os bens móveis diversos e subordinar a avaliação à homologação da autoridade Municipal, e divulgar o leilão pela internet em site, e-mails e redes sociais, folder/panfletos para distribuição na região e demais recursos disponíveis.

Artigo 4º - Compete ainda ao leiloeiro, instalar escritório no local do leilão para expedir documentos referente as arrematações, produzir a Ata circunstanciada, prestar contas, realizando todos os procedimentos inerentes a sua função e objetivo fim da presente nomeação, inclusive, auxiliando a Comissão processante no que couber.

Artigo 5º - A Prefeitura Municipal fica isenta de pagamento de comissão ou reembolso de despesas com o Leiloeiro, que cobrará apenas do Arrematante Comprador a comissão estipulada em 10% (dez por cento) da venda dos bens móveis diversos.

Artigo 6º - A Comissão de Avaliação e Alienação em Leilão Público, nomeada pela Portaria nº 097/2020, será a Comissão processante do presente leilão cumprindo as formalidades administrativas e pertinentes.

Artigo 7º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 16 de Março de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO Nº045/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº045/2020

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº0036/2020

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia 07 de ABRIL de 2020, às 15:00 hs (horário local), na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Centro Oeste, nº 286, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº036/2020, do tipo Menor Preço por Item de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818. ramal 31 ou ainda pelo email: licitaconfresa@hotmail.com

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO E GEORREFERENCIAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE FUTRUROS PROJETOS DE INFRA ESTRUTURA COMO DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E LEVANTAMENTO DAS BACIAS HIDROGRAFICAS NO PERIMETRO URBANO NA CIDADE CONFRESA-MT.

CONFRESA-MT, 16 de MARÇO de 2020.

CÉZAR QUEIRÓZ DA SILVA

Pregoeiro Municipal

Portaria nº082/2020.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 56/2020 ADM DE 16 DE MARÇO 2020.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal como **FISCAL DE CONTRATO, ADALBERTO DE ARAÚJO BASTOS PAGIOLLI, CPF: 036.358. 471-43,** do Contrato abaixo descriminado.

CONTRATOS	17/2020	CNPJ	VALOR TOTAL
CONTRATADA	SCHUSSLER E LEITE LTDA EPP	07.470.270/0001-05	R$ 111.900,65
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DO POLO DE ACADEMIA DA SAÚDE JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT, CONFORME PROPOSTA Nº 13963.1820001/18-002 - SISMOB, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.		
VIGENCIA	270 DIAS - 16/03/2020 A 11/12/2020		

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 16 de Março de 2020.

_____ RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO Nº025/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº025/2020

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº017/2020

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia 06 de Abril de 2020, às 09:00 hs (horário local), na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Centro Oeste, nº 286, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº017/2020, do tipo Menor Preço por Item de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818. ramal 31 ou ainda pelo email: licitaconfresa@hotmail.com

O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818. ramal 31 ou ainda pelo e-mail: licitaconfresa@hotmail.com.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COACHING COM OS SERVIÇOS DE PALESTRA, CAPACITAÇÃO, FORMAÇÃO DESENVOLVIMENTO HUMANO, COM O OBJETIVO DE FOMENTAR E BUSCAR A MELHORIA CONTINUA DOS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA OS PROFISSIONAIS DO QUADRO DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO DE CONFRESA/MT.

CONFRESA-MT, 16 de MARÇO de 2020.

CÉZAR QUEIRÓZ DA SILVA

Pregoeiro Municipal

Portaria nº082/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA 067/2020

“Designa Fiscal de Contrato Administrativo.”

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipalde Conquista D’Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **EMERSON RODRIGUES**, portador da cédula de identidade sob o nº 10625925, expedida pela SJ/MT e do CPF: 793.168.401-04, lotado na Secretaria Municipal de Obras, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **026/2020.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 11 de março de 2020.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011.2020 - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2020 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 229 /2020

Objeto: REGISTROS DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS EM EUCATEX COM FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DISCRIMINADAS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

Credenciamento e Abertura: 03/04/2020 - Horário de Cuiabá as 08:00 horas

Informações: Sala de Licitações desta Prefeitura, de 2ª a 6ª, no horário comercial ou pelo telefone (65) 3265-1000.

O Edital poderá ser obtido através do site: www.conquistadoeste.mt.gov.br

Conquista D’Oeste, 16 de março de 2020.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 012.2020 - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 314/2020

Objeto: REGISTROS DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL EM POSTOS DENTRO DO MUNICÍPIO DE CONQUISTA D’OESTE A SER UTILIZADO PELA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DISCRIMINADAS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL

Credenciamento e Abertura: 06/04/2020 - Horário de Cuiabá as 08:00 horas

Informações: Sala de Licitações desta Prefeitura, de 2ª a 6ª, no horário comercial ou pelo telefone (65) 3265-1000.

O Edital poderá ser obtido através do site: www.conquistadoeste.mt.gov.br

Conquista D’Oeste, 16 de março de 2020.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA Nº 069/2020

“Designa Fiscal de Contrato Administrativo.”

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - **Art. 1º** - Designar o servidor **SIRLEY ROSA ORLANDO ,** portador da Cédula deIdentidade nº 15115915-9 SSP/MT e CPF nº 004.269.211-35, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Sustentado , para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **028/2020.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 12 de março de 2020.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA RATIFICAÇÃO DE DISPENSA 015.2020

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 015/2020

Processo Administrativo nº 341/2020

Considerando o cumprimento dos requisitos e nos termos permissivos do Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 e Decreto Federal 9.412/18, tendo em vista o conteúdo do presente processo administrativo, o qual foi submetido a exame e aprovação da Assessoria Jurídica, emitido parecer favorável, RATIFICO a contratação da empresa NOBRE BOMBAS INJETORAS LTDA ME, inscrita no CNPJ 22.615.626/0001-45, para FORNECIMENTO DE PEÇAS COM APLICAÇÃO DOS SERVIÇOS MECANICOS EM ONIBUS ESCOLAR - PLACA NTX0165, conforme termo de referencia anexo ao processo. Valor total a ser contrato será de R$ 2.612,97 (Dois mil seiscentos e doze reais e noventa e sete centavos).

Conquista D'Oeste, 16 de março de 2020.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA Nº 068/2020

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - **Art. 1º** - Designar o servidor **SIRLEY ROSA ORLANDO ,** portador da Cédula deIdentidade nº 15115915-9 SSP/MT e CPF nº 004.269.211-35, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Sustentado , para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **027/2020.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 11 de março de 2020.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA Nº 066/2020

"Dispõe sobre a Convocação de Servidor em gozo de férias para retorno ao trabalho nos dias que menciona.**"**

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar, o servidor EMERSON RODRIGUES, matricula: 1056, engenheiro, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, em gozo de férias, para retorno ao trabalho do dia 16 a 31 de março do corrente ano, prorrogando-se a licença por igual prazo da convocação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de março de 2020.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 16 de março de 2020.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

RESPOSTA AO PEDIDO DE DILAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2020 PROCESSO 016/2020

RESPOSTA AO PEDIDO DE DILAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO

TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2020

PROCESSO 016/2020

"TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E INSALAÇÕES, PARA REFORMA DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE - HOSPITAL, CONFORME PROJETO, PLANILHAS E MEMORIAL EM ANEXO, CONVÊNIO 852316/2017/FNS"

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público que a LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO nº 001/2020, ocorreu no dia 04 de março de 2020 as

08:00 (oito horas), onde a licitante**: JAIRO CORTES TORRES - ME** apresentou a **CERTIDAO FEDERAL** vencida, conforme disposto no art. 43, §1º da Lei Complementar 123, haja vista estar na condição de microempresa foi concedido o prazo de cinco dias uteis**,** decorrido o prazo a licitante **NÃO APRESENTOU A CERTIDÃO VÁLIDA E SOLICITOU A DILAÇÃO DE PRAZO.**

A licitante é a única participante do certame.

No que se refere a dilação de prazo solicitada pela Licitante, vejamos o disposto no art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/06:

"Art. 43. *As microempresas* ***as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios,*** *deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA****, mesmo que esta apresente alguma restrição.***

§ 1o Havendo alguma restrição na comprovação da REGULARIDADE FISCAL E **TRABALHISTA,** ***será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame,*** *prorrogável por igual período, a critério da administração pública****, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. "*** **(gn)**

No dispositivo legal que trata de a possibilidade de concessão de prazo para microempresas apresentarem documentação regularizada, há expressamente a informação de que este prazo deverá ser concedido exclusivamente em relação aos documentos irregulares apresentados para comprovação da REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**, sendo que eventual prorrogação é a critério da administração pública.**

Com base nos princípios legais, em especial o que preconiza o artigo 3º, da Lei 8.666/93, após análise às razões pela empresa licitante DECIDO:

I- Pela não concessão de dilação de prazo para apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal Federal,mantendo a licitante JAIRO CORTES TORRES - ME inabilitada na Tomada de Preço 01/2020.

II- Por conseguinte, em atenção ao art. 109, parágrafo 4º, da Lei 8.666/93, foi encaminhado os autos ao Senhor Prefeito Municipal, à qual a Comissão de Licitação encontra-se vinculada hierarquicamente, para a sua análise e superior decisão, na qual foi mantida a decisão.

III- Abertura de novo certame licitatório.

IV- Será concedido prazo de 5 dias uteis para licitante JAIRO CORTES TORRES - ME, manifestar recurso.

Jair klasner

Prefeito Municipal, de Cotriguaçu -MT

RESPOSTA AO PEDIDO DE DILAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO TOMADA DE PREÇO - Nº 003/2020 PROCESSO 019/2020

"TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E INSTALAÇÕES, PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA - NOVA UNIÃO, CONFORME PROJETO, PLANILHAS E MEMORIAL EM ANEXO, CONVÊNIO 874361/2018/ME/CAIXA"

LICITANTE JAIRO CORTES TORRES - ME

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público que a LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO nº 003/2020, ocorreu no dia 06 de março de 2020 as 08:00 (oito horas), onde a licitante**: JAIRO CORTES TORRES - ME** apresentou a **CERTIDÃO FEDERAL** vencida, conforme disposto no art. 43, §1º da Lei Complementar 123, haja vista estar na condição de microempresa foi concedido o prazo de cinco dias uteis**,** decorrido o prazo a licitante **NÃO APRESENTOU A CERTIDÃO VÁLIDA E SOLICITOU A DILAÇÃO DE PRAZO.**

No que se refere a dilação de prazo solicitada pela Licitante, vejamos o disposto no art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/06:

"Art. 43. *As microempresas* ***as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios,*** *deverão apresentar toda a documentaçãoexigida para efeito de comprovação de REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA****, mesmo que esta apresente alguma restrição.***

§ 1o Havendo alguma restrição na comprovação da REGULARIDADE FISCAL E**TRABALHISTA,** ***será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame,*** *prorrogável por igual período, a critério da administração pública****, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. "*** **(gn)**

No dispositivo legal que trata de a possibilidade de concessão de prazo para microempresas apresentarem documentação regularizada, há expressamente a informação de que este prazo deverá ser concedido exclusivamente em relação aos documentos irregulares apresentados para comprovação da REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**, sendo que eventual prorrogação é a critério da administração pública.**

Com base nos princípios legais, em especial o que preconiza o artigo 3º, da Lei 8.666/93, após análise às razões pela empresa licitante DECIDO:

I- Pela não concessão de dilação de prazo para apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal Federal,mantendo a licitante JAIRO CORTES TORRES - ME inabilitada na Tomada de Preço 03/2020.

II- Prosseguimento do julgamento das demais propostas.

III- Por conseguinte, em atenção ao art. 109, parágrafo 4º, da Lei 8.666/93, foi encaminhado os autos ao Senhor Prefeito Municipal, à qual a Comissão de Licitação encontra-se vinculada hierarquicamente, para a sua análise e superior decisão, na qual foi mantida a decisão.

IV- Será concedido prazo de 5 dias uteis para licitante **JAIRO CORTES TORRES - ME,** manifestar recurso.

Jair klasner

Prefeito Municipal, de Cotriguaçu -MT

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE REVOGAÇÃO DE CONVOCAÇÃO N° 006/2020

Considerando que o Edital de Convocação n° 019/2020, estabeleceu o prazo de 30 dias para comparecimento na Prefeitura Municipal para entrega da documentação necessária.

Considerando o Ofício 212/RH/SMS/2020 a qual solicita revogação convocação para o cargo de Agente Público, justificado pelo cancelamento da solicitação de exoneração da servidora a ser substituída.

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu Comunica à Senhora Angélica Maria Moro, que a convocação realizada através do edital 019/2020torna-se sem efeito.

As candidata fica ciente que havendo nova vaga, será convocada novamente conforme sua classificação.

Cotriguaçu-MT, em 12 de Março de 2020.

Jair Klasner

Prefeito Municipal

AVISO DE REABERTURA DE CERTAME DESERTO PREGÃO PRESENCIAL 07/2020 PROCESSO 13/2020.

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT usando de suas atribuições legais de acordo com a lei 8.666/93, **DECLARA DESERTO** de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 07/2020, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para: **''REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PERFURAÇÃO DE POÇOS SEMI ARTESIANO, NO CENTRO E DISTRITOS DE COTRIGUAÇU, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E CIDADES".** A sessão foi iniciada as 08:30 horas do dia 03 de março de 2020, pela comissão de licitação, onde não compareceram interessados em participar do certame. A **PRIMEIRA REABERTURA** desta licitação ocorreu no dia **16 de março de 2020**, às **14:00 (quatorze horas)**, onde também não compareceram interessados em participar do certame. A **SEGUNDA REABERTURA** desta licitação acontecerá no dia **03 de abril de 2020**, às **08:30 (oito horas e trinta minutos)**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital de REABERTURA completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira no e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, **(Portal da Transparência-> Licitação-> Pregão Presencial->Situação->Aberto).** Cotriguaçu-MT, 16 de março de 2020.

Gislaine Moreira de Oliveira

Pregoeira/Port003-2020.

ORDEM DE INICIO DE SERVIÇO PREGÃO PRESENCIAL 13/2020 PROCESSO 25/2020

PREGÃO PRESENCIAL 13/2020 PROCESSO 25/2020

A Prefeitura Municipal e Cotriguaçu, estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ: 37.465.309/0001-67, AUTORIZA a empresa ALFONSO ROBERTO DALMAGRO CNPJ: 09.233.598/0001-33 através da Ata de Registro de Preço nº 10/2020 celebrado entre as partes de acordo com a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 13/2020 PROCESSO 25/2020. OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO HORA/MAQUINA ESCAVADEIRA HIDRAULICA COM PESO OPERACIONAL MÍN. 14TON, PARA AUXILIAR NOS TRABALHOS QUE SERÃO DESENVOLVIDOS EM TODAS AS DIMENSÕES MUNICIPAIS", a dar início aos serviços da obra objeto da Ata acima, obedecendo os padrões técnicos e as exigências descritas no edital e ATA assinada entre as partes.

Cotriguaçu-MT, 16 de março de 2020.

_____

Jair Klasner

Prefeito Municipal

RESPOSTA AO PEDIDO DE DILAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO TOMADA DE PREÇO - Nº 002/2020 PROCESSO 017/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2020 – 'TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E INSTALAÇÕES, PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE - LABORATÓRIO, CONFORME PROJETO, PLANILHAS E MEMORIAL EM ANEXO, CONVÊNIO 851389/2017/ FNS""

LICITANTE JAIRO CORTES TORRES - ME

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público que a LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO nº 002/2020, ocorreu no dia 04 de março de 2020 as 10:00 (Dez horas), onde a licitante**: JAIRO CORTES TORRES - ME** apresentou a **CERTIDÃO FEDERAL** vencida, conforme disposto no art. 43, §1º da Lei Complementar 123, haja vista estar na condição de microempresa foi concedido o prazo de cinco dias uteis**,** decorrido o prazo a licitante **NÃO APRESENTOU A CERTIDÃO VÁLIDA E SOLICITOU A DILAÇÃO DE PRAZO.**

No que se refere a dilação de prazo solicitada pela Licitante, vejamos o disposto no art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/06:

"Art. 43. *As microempresas* ***as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios,*** *deverão apresentar toda a documentaçãoexigida para efeito de comprovação de REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA****, mesmo que esta apresente alguma restrição.***

§ 1o Havendo alguma restrição na comprovação da **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA,** ***será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame,*** *prorrogável por igual período, a critério da administração pública****, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. "*** **(gn)**

No dispositivo legal que trata de a possibilidade de concessão de prazo para microempresas apresentarem documentação regularizada, há expressamente a informação de que este prazo deverá ser concedido exclusivamente em relação aos documentos irregulares apresentados para comprovação da REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**, sendo que eventual prorrogação é a critério da administração pública.**

Com base nos princípios legais, em especial o que preconiza o artigo 3º, da Lei 8.666/93, após análise às razões pela empresa licitante DECIDO:

I- Pela não concessão de dilação de prazo para apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal Federal,mantendo a licitante JAIRO CORTES TORRES - ME inabilitada na Tomada de Preço 02/2020.

II- Prosseguimento do julgamento das demais propostas.

III- Por conseguinte, em atenção ao art. 109, parágrafo 4º, da Lei 8.666/93, foi encaminhado os autos ao Senhor Prefeito Municipal, à qual a Comissão de Licitação encontra-se vinculada hierarquicamente, para a sua análise e superior decisão, na qual foi mantida a decisão.

IV- Será concedido prazo de 5 dias uteis para licitante **JAIRO CORTES TORRES - ME,** manifestar recurso.

Jair klasner

Prefeito Municipal, de Cotriguaçu -MT

TERMO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº13/2020 PROCESSO Nº 25/2020.

Do resultado:

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 13/2020 objeto**: "REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO HORA/MAQUINA ESCAVADEIRA HIDRAULICA COM PESO OPERACIONAL MÍN. 14TON, PARA AUXILIAR NOS TRABALHOS QUE SERÃO DESENVOLVIDOS EM TODAS AS DIMENSÕES MUNICIPAIS".** Obteve os seguintes resultados**:**

A empresa: **ALFONSO ROBERTO DALMAGRO CNPJ: 09.233.598/0001-33**, foi vencedora da licitação do item: 1. Como valor global de R$58.000,00 (cinquenta e oito mil reais).

Da homologação:

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº: 025/2020

b) Licitação Nrº: 013/2020

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 16/03/2020

O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 16 de Março de 2020.

Gislaine Moreira de Oliveira

Pregoeira/Port003-2020.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 015/2020 PROCESSO 033/2020.

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, avenida. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a ABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2020, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para**: REGISTRO DE PREÇO"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL DO TIPO DIESEL COMUM NA BOMBA PARA MANUTENÇÃO/RESTAURAÇÃO DA RODOVIA NÃO PAVIMENTADA MT-170: TRECHO COTRIGUAÇU SENTIDO DISTRITO DE NOVA UNIÃO CONFORME CONVENIO 0393/2019-SINFRA"** Cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 24 **(vinte e quatro) de março de 2020, às 13:30 (treze horas e trinta minutos)**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, **(Portal da Transparência-> Licitação-> Pregão Presencial-> Situação-> Aberto).**

Cotriguaçu-MT, 10 de Março de 2020.

Gislaine Moreira de Oliveira

Pregoeira/Port003-2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 008/2020

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 107.464/2019)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde - SMS

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de consumo: Nutrição Parenteral e Equipo Fotossensível para nutrição parenteral, com bomba de infusão em comodato, objetivando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência, Edital e Anexo.

Data/Horário: 30/03/2020 às 10h00min (dez horas) – Fuso Horário de Brasília.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252/6156 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2019

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 16 de março de 2020.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 006/2020/FUNED

(PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 119.722/2019)

Adjudicamos e Homologamos a licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 006/2020/FUNED,** cujo objeto é "Registro de Preços (SRP) para a futura e eventual aquisição de pães para atender ao Programa de Alimentação Escolar do Município de Cuiabá/MT, conforme cardápio definido pela equipe técnica da Coordenadoria de Alimentação Escolar (CNE/SME)."

LOTES 02, 03 e 04

Empresa Vencedora: ATIVA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA MEI. Perfazendo o valor Total de R$ 1.442.945,43 (Um milhão, quatrocentos e quarenta e dois mil, novecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e três centavos).

LOTE 01

Empresa Vencedora: MOREIRA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI. Perfazendo o valor Total de R$ 593.445,73 (Quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e setenta e três centavos).

LOTE 05

Empresa Vencedora: QUALIFRUTI HOTIFRUTIGRANJEIROS EIRELI. Perfazendo o valor Total de R$ 52.875,00 (Cinquenta e dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais).

Adjudico:

Magda Rossi

Pregoeira

Homologo:

Alex Vieira Passos

Secretário Municipal de Educação - SME

Cuiabá/MT, 16 de março de 2020.

AVISO DE RESULTADO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 006/2020/FUNED

(PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 119.722/2019)

A Secretaria Municipal de Educação através de sua Pregoeira Oficial torna público para conhecimentos dos interessados, o resultado da modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 006/2020/FUNED**, cujo objeto é "Registro de Preços (SRP) para a futura e eventual aquisição de pães para atender ao Programa de Alimentação Escolar do Município de Cuiabá/MT, conforme cardápio definido pela equipe técnica da Coordenadoria de Alimentação Escolar (CNE/SME)."

LOTES 02, 03 e 04

Empresa Vencedora: ATIVA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA MEI. Perfazendo o valor Total de R$ 1.442.945,43 (Um milhão, quatrocentos e quarenta e dois mil, novecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e três centavos).

LOTE 01

Empresa Vencedora: MOREIRA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI. Perfazendo o valor Total de R$ 593.445,73 (Quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e setenta e três centavos).

LOTE 05

Empresa Vencedora: QUALIFRUTI HOTIFRUTIGRANJEIROS EIRELI. Perfazendo o valor Total de R$ 52.875,00 (Cinquenta e dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais).

A partir desta publicidade os autos estão com vistas franqueadas aos interessados.

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 16 de março de 2020.

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 016/2020 - PMC

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0361/2020)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal De Cultura, Esporte e Turismo - SMCET

Objeto: Aquisição de Equipamentos, tipo condicionadores de ar e acessórios, aparelhos de sonorização e acessórios, mobiliários para os ambientes com as adequações propostas em atendimento ao objeto do Contrato de Repasse nº 786164/2013 que tem como objeto a Adequação da Estrutura do Museu do Rio Cuiabá Hid Alfred Scaff para implantação do Centro de Atendimento ao Turista – CAT.

Data/Horário: 30/03/2020 às 15h30min (quinze horas e trinta minutos) – Fuso Horário de Brasília.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2020

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 16 de março de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 088/2020

*NOMEIA **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE AGUA, ESGOTO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA**,E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear **RUBINALDO ANTONIO DA SILVA**, portador RG 1257971-8 SSP/MT, CPF 904.631.481-53, para exercer o cargo de ***DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE AGUA, ESGOTO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA***, a partir desta data, com lotação na Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, conforme Lei Complementar Municipal 118 de 22 de outubro 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 11 de março de 2020.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2020.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços Geológicos para realizar estudos, levantamentos de dados, relatórios, plano de recuperação (caso necessário) e plano de operação do cemitério da Comunidade Santa Rita e do Cemitério Municipal de Curvelândia/MT, visando o requerimento das Licenças Prévia, de Instalação e Operação, junto a Secretaria de Meio Ambiente-SEMA, conforme Termo de Ajustamento de Conduta do Inquérito Civil nº 17/2018 Simp nº 000622-041/2018.

O Prefeito Municipal de Curvelândia/MT, no uso das atribuições e com fundamento no art. 109, §4o da Lei Federal n° 8.666/93, e com base no Parecer da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, DECIDE receber o Recurso Administrativo da empresa VINICIUS CAETANOS DE A PORTELA TOCANTINS-ME inscrita no CNPJ: 27.937.642/0001-78, e no mérito julgar IMPROCEDENTE, confirmando assim a decisão da Comissão Permanente de Licitação, mantendo HABILITADA a empresa EXCELENCIA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA-EPP inscrita no CNPJ: 00.564.373/0001-95.

Determino o prosseguimento da licitação.

Dê publicidade e comunique as empresas participantes do certame quanto esta decisão.

Curvelândia/MT, 16 de março de 2020.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 056/2020.

PORTARIA N.º 056/2020 denise – mt, 03 DE MARÇO DE 2020.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A **EXONERAÇÃO D**O SENHOR “LEONARDO RUAN GOMES OLEONE” DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDENCIAS.

A SenhorA **ELIANE LINS DA SILVA**, PrefeitA Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de Direito Público e LEI MUNICIPAL N.º 400/2003, expede a seguinte portaria,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o Senhor **LEONARDO RUAN GOMES OLEONE,** brasileiro, portador da CI – RG nº 2228028-6 – SSP/MT, cadastrado no CPF sob o nº. 050.164.351.62, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO,** lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, a partir deste data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 03 (três) dias do mês de Março de 2020.

ELIANE LINS DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL DE DENISE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA PARA O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO – MT, CONFORME PROPOSTA Nº 055718/2019, CONVENIO Nº 896072/2019.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **ALFA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**

CNPJ nº: 13.731.784/0001-70

Valor total da ata: **R$ 347.000,00** (trezentos e quarenta e sete mil reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 17 de Março de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 068/2020

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Senhor **MÁRCIO ROBERTO SOARES,** brasileiro, casado, portador do RG N. º 47960029 SSP/MS e CPF N.º 810.146.789-00, efetivo, Engenheiro Civil, como Fiscal de Obras do Contrato **n.º 017/2020**, cujo OBJETO é: Contratação de empresa Especializada em Fornecimento e Execução de Serviços de Serralheria para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Diamantino/MT.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 065/2020 publicada no Diário Oficial Ed. n.º 3.437 em 13/03/2020

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 16 de março de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020/SRP

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA PARA O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO – MT, CONFORME PROPOSTA Nº 055718/2019, CONVENIO Nº 896072/2019.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como homologado a empresa:

ALFA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 13. 731.784/0001-70, vencedora do item de nº 49009 no valor total de R$ 347.000,00 (trezentos e quarenta e sete mil reais). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 16 de Março de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO Nº 50/2020

Renova por mais 02 (dois) anos o mandado dos membros para compor o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS do Município de Diamantino/MT

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO**, Sr. **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e,

Considerando o disposto no art. 5º, parágrafo único, inciso II, da Lei Municipal n° 658/2007, o mandado dos representantes do Conselho Municipal de Habilitação de Interesse Social - CMHIS será de dois anos, renovável por igual período,

Considerando que, através do Decreto Municipal nº 70/2018, datado de 07.05.2018, houve a nomeação dos membros do CMHIS,

Considerando que o membro **Bruno Alexandre Capistrano de Irineu Silva não faz mais parte do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento de Diamantino/MT,**

DECRETA:

Artigo 1º - Fica renovado por mais 02 (dois) anos o mandado dos membros do Conselho Municipal de Habilitação de Interesse Social - CMHIS, nomeados pelo Decreto Municipal nº 70/2018**.**

Artigo 2º - O membro **Bruno Alexandre Capistrano de Irineu Silva, membro titular representante da Secretaria Municipal de Planejamento de Diamantino, fica substituído por Marcos Sidnei Gatti**.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 12 de março de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
REF. PEDIDO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Recebi hoje.

Nos termos da Lei Municipal Complementar nº 034/2014, e

Considerando o laudo médico apresentado pelo Servidor CLEBERSON LIMA DE ASSIS que comprovam a doença da sua mãe;

Considerando o Relatório Médico emitido por profissional o qual demonstra que a presença do Servidor é indispensável para o atendimento da sua mãe;

AUTORIZO o afastamento remunerado do Servidor Cleberson Lima de Assis pelo prazo de 30 dias, à partir da data de 05/03/2020, devendo o mesmo retornar às suas atividades na data de 03/04/2020.

Desde logo e para fins de informação, informo que eventual continuidade da referida licença, se autorizada, será concedida sem remuneração e pelo prazo máximo de até 90 (noventa) dias, conforme dispõe o § 2º do Art. 104 da Lei Complementar Municipal nº 003/2007.

Intime-se ao Requerente.

Registre-se na pasta funcional do Servidor.

Comunique-se o Sr. Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Feliz Natal – MT, 05 de Março de 2020.

RAFAEL PAVEI

PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
TERMO DE RETIFICAÇÃO

PORTARIA MUNICIPAL 456/2019

PUBLICADA EM DIÁRIO OFICIAL DE 24 DE DEZEMBRO DE 2019

Artigo 1º - Conceder férias aos servidores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes**,** pelo período de 23/12/2019 a 21/01/2020 conforme segue relação a baixo;

Incluir a Servidora:

MATRICULA	SERVIDOR	PERIODO
00042	SALETE DOS SANTOS DA SILVA	2019/2020

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO AOS DOZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2020.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 088/2020

DATA: 10 DE MARÇO DE 2020

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **EDUARDO FERREIRA ROSA, PEDRO JOSÉ DO VAL E JULIELE MOURA RODRIGUES** para comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO dos Servidores em Estágio Probatório lotados na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º - A referida comissão terá a responsabilidade de avaliar o desempenho dos servidores, observados critérios como capacidade técnica, eficiência, disciplina, pontualidade e assiduidade, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade, companheirismo, conforme as orientações constantes no Anexo VIII E IX da Lei Complementar 055/2019 e Decreto 028/2019.

Art. 3º - O prazo para apresentação dos relatórios de avaliação é de 10 (dez) dias, contados da data desta Portaria.

Parágrafo único: O Servidor avaliado deverá tomar ciência da sua avaliação, no prazo de 03 dias.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2020.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 085/2020

DATA: 10 DE MARÇO DE 2020

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **CRISOMAR VIEIRA DE CARVALHO, EVELYN CALDEIRA E LEONIR FERNANDES SOARES** para comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO dos Servidores em Estágio Probatório lotados na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - A referida comissão terá a responsabilidade de avaliar o desempenho dos servidores, observados critérios como capacidade técnica, eficiência, disciplina, pontualidade e assiduidade, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade, companheirismo, conforme as orientações constantes no Anexo VIII E IX da Lei Complementar 055/2019 e Decreto 028/2019.

Art. 3º - O prazo para apresentação dos relatórios de avaliação é de 10 (dez) dias, contados da data desta Portaria.

Parágrafo único: O Servidor avaliado deverá tomar ciência da sua avaliação, no prazo de 03 dias.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2020.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 086/2020

DATA: 10 DE MARÇO DE 2020

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **ADENILSO DE LIMA, ALESANDRO FRANCISCO E REINALDO MESQUITA** para comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO dos Servidores **em Estágio Probatório lotados na Secretaria Municipal de** Infraestrutura e Obras.

Art. 2º - A referida comissão terá a responsabilidade de avaliar o desempenho dos servidores, observados critérios como capacidade técnica, efi-

ciência, disciplina, pontualidade e assiduidade, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade, companheirismo, conforme as orientações constantes no Anexo VIII E IX da Lei Complementar 055/2019 e Decreto 028/2019.

Art. 3º - O prazo para apresentação dos relatórios de avaliação é de 10 (dez) dias, contados da data desta Portaria.

Parágrafo único: O Servidor avaliado deverá tomar ciência da sua avaliação, no prazo de 03 dias.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2020.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
RECONVOCAÇÃO DE SERVIDOR EM LICENÇA PARA ASSUNTOS PARTICULARES

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, convoca o Servidor Licenciado Sr. **JAIR GEUDA JUNIOR** para se apresentar junto sede da Prefeitura Municipal, Avenida Maravilha, Praça da Bíblia no Centro, em horário comercial das 7:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, **a partir de 17 de Março de 2020**, para retorno as atividades até a data máxima de 15 de Abril de 2020.

Feliz Natal-MT, 16 de Março de 2020.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 087/2020

DATA: 10 DE MARÇO DE 2020

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **PATRICIA CHERNAKI PASSADOR PAVEI, ANETTE INGRIT BENCKE SCHNEIDER E CELIA APARECIDA DOS SANTOS MESQUITA** para comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO dos Servidores em Estágio Probatório lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - A referida comissão terá a responsabilidade de avaliar o desempenho dos servidores, observados critérios como capacidade técnica, eficiência, disciplina, pontualidade e assiduidade, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade, companheirismo, conforme as orientações constantes no Anexo VIII E IX da Lei Complementar 055/2019 e Decreto 028/2019.

Art. 3º - O prazo para apresentação dos relatórios de avaliação é de 10 (dez) dias, contados da data desta Portaria.

Parágrafo único: O Servidor avaliado deverá tomar ciência da sua avaliação, no prazo de 03 dias.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2020.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 084/2020

DATA: 10 DE MARÇO DE 2020

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **NEUZA MARIA DA ROSA, JONAS BATISTA BAILÃO E TALITA LOPES RAMOS AFIANOVICZ** para comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO dos Servidores em Estágio Probatório lotados na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 2º - A referida comissão terá a responsabilidade de avaliar o desempenho dos servidores, observados critérios como capacidade técnica, eficiência, disciplina, pontualidade e assiduidade, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade, companheirismo, conforme as orientações constantes no Anexo VIII E IX da Lei Complementar 055/2019 e Decreto 028/2019.

Art. 3º - O prazo para apresentação dos relatórios de avaliação é de 10 (dez) dias, contados da data desta Portaria.

Parágrafo único: O Servidor avaliado deverá tomar ciência da sua avaliação, no prazo de 03 dias.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2020.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 24/2020

TOMADA DE PREÇO Nº 004/2020

O Município de Gaúcha do Norte/MT, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna se publico que no dia 02 de abril de 2020 , na modalidade de TOMADA DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO, sob a forma de execução indireta e regime de empreitada por preço global, tendo por finalidade a ***"REVITALIZAÇÃO CANTEIRO DA AVENIDA BRASIL COM ILUMINAÇÃO DE LED NO MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE - MT",*** de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, se realizará **às 07h30min** (**Horário de Cuiabá/MT**) na sala de licitações. Este processo será regido pela Lei Federal 8666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. A retirada do edital será no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte, 16 de março de 2020.

NEILLA F. DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ERRATA DO CONTRATO Nº 008/2020

O Município de Gaúcha do Norte/MT com cadastro de pessoa jurídica sob nº 01.614.539/0001-01 sediada na Rua Pará esquina com a Rua Brasília nº229, torna se público, a ***ERRATA***, do Contrato nº ***008/2020***, cujo objeto é a ***"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA EXECUTAR A SEGUINTE OBRA:*** **PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NA COMUNIDADE NOVA ALIANÇA** no Município de Gaúcha do Norte – MT**.**

Por equívoco de digitação, fica corrigida a redação da seguinte forma:

"ONDE SE LÊ" – CONTRATO 008/2020: "a empresa ANGULO ENGENHARIA E ESTRUTURAS - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07694058000121, com sede na Cidade de ***Gaúcha do Norte /MT***. " ***LÊ-SE:*** "... "a empresa ANGULO ENGENHARIA E ESTRUTURAS - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07694058000121, com sede na Cidade de ***Confresa /MT***. "

Portanto fica alterado, conforme descrito acima o contrato nº 008/2020 conforme correção no aviso de publicação.

Gaúcha do Norte MT, 16 de março de 2020.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO Nº 001/2020

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO Nº 001/2020 - CONTRATO Nº 008/2020

O município de Gaúcha do Norte MT, inscrita no CNPJ 01.614.539/0001-01, **AUTORIZA** a empresa ANGULO ENGENHARIA E ESTRUTURAS - EPP, localizada na BR 158 KM 147, centro Confresa MT inscrita no CNPJ nº 07.694.058/0001-21, contratada por meio do contrato nº 008/2020, celebrado entre as partes de acordo com o Edital de licitação nº 003/2020 a dar início a obra da Pavimentação Asfáltica na comunidade Nova Aliança conforme descrito nas cláusulas do mesmo, no prazo de 15 dias contados aparti da publicação deste, obedecendo aos padrões técnicos e das exigências descritas no Termo de Referência do Edital que originou esse processo.

Gaúcha do Norte MT, 16 de março de 2020.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

LEANDRO GONÇALVES LOPES

CREA Nº 2616432366

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

EXTRATO CONTRATO 10/2020

EXTRATO DE CONTRATO N° 010/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT.

CONTRATADO: AQUARELA PARQUES LTDA CNPJ nº 10.433.905/0001-09

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de brinquedos para playground, conforme termo de referência – Anexo I

VALOR GOBAL: R$ 100.300,00 (Cem mil e trezentos reais)

DATA: 13/03/2020

VIGÊNCIA: 31/12/2020

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

PORTARIA N. º 037 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO TESTE SELETIVO REALIZADO NO DIA 12 DE MAIO DE 2019.

O Excelentíssimo Senhor PAULO REMÉDIO, Prefeito Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e, mediante os resultados do Processo Seletivo Simplificado 01/2019, homologado pelo Decreto n. º 819 de 27 de junho de 2019.

R E S O L V E:

Artigo 1º - **CONVOCAR** os senhores abaixo relacionados, de acordo com a classificação divulgada pelo Resultado do processo Seletivo Simplificado n. º 01/2019 sendo:

NOME	FUNÇÃO
Guilherme da Silva Zanetti	Agente de Combate a Endemias - FNS

Artigo 2º - Os convocados terão o prazo máximo de 10 (Dez) dias para atender a presente Portaria de Convocação, a contar da data de sua publicação, conforme item 17 DA CONTRATAÇÃO constante no Edital 01/2019.

Artigo 3º - se os convocados deixar de atender a presente Portaria de Convocação no prazo estipulado, perderá o direito à vaga, sendo convocada a seguinte na ordem de classificação.

Artigo 4º - no ato da contratação, deverá os convocados, comprovar que atendia, por ocasião da realização do teste Seletivo Simplificado, os requisitos estabelecidos no Edital mediante apresentação dos documentos descritos no item 17.15, para provimento do cargo, sob pena de ser considerado inabilitado.

Artigo 5º - para efeito de admissão, fica os candidatos convocados sujeitos a aprovação em exame médico, conforme item 17.10.

Artigo 6º - A inexatidão da informação ou a constatação, mesmo posterior irregularidade, em documentos ou nas provas eliminará os candidatos classificados.

Artigo 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando –se as disposições em contrário.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE, CUMPRA – SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE, ESTADO DE MT, EM 16 DE MARÇO DE 2020.

PAULO REMEDIO Prefeito Municipal, de Gloria D' Oeste - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 045/2020

DECRETO N° 045/2020

SÚMULA: "Concede Indenização ao servidor que menciona e da outras providencias"

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, no uso de suas atribuições legais, amparado pelo Art. 14, da Lei Complementar Municipal 024/2009.

CONSIDERANDO o parecer jurídico do Sr. ALDO LOUREIRO DA SILVA, Assessor Jurídico do Município de Itanhangá – MT;

DECRETA:

Art. 1° Fica concedida Indenização salarial a servidora JACIANE ALMEIDA CAMPINAS, matricula 1225, efetiva no cargo de Enfermeira 40H, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art. 2° A referida Indenização se dá em virtude da Progressão Elevação de Escolaridade não concedida a servidora na data de sua solicitação.

Art. 3° Fica estabelecido o valor total de R$ 7.449,18 (sete mil quatrocentos e quarenta e nove reais e dezoito centavos), a ser pago em 05 (cinco) parcelas começando na folha de pagamento do mês de fevereiro de 2020 e finalizando na folha de pagamento do mês de junho de 2020, descriminado pela tabela abaixo.

DIFERENÇA DE VALOR PARA PAGAMENTO RETROATIVO		
Matricula	Nome do Servidor	
1225	JACIANE ALMEIDA CAMPINAS	
Admissão: 16/08/2016		
Elevação da Nível "IV" para Classe "V" (Escolaridade)		
Período	Remuneração sem Elevação	Elevação Escolaridade 20%
set/19	R$ 5.785,48	R$ 1.157,10
out/19	R$ 5.831,41	R$ 1.166,28
nov/19	R$ 5.915,00	R$ 1.183,00
dez/19	R$ 7.763,96	R$ 1.552,79
13º salário	R$ 5.849,00	R$ 1.169,80
jan/20	R$ 6.101,06	R$ 1.220,21
VALOR DA DIFERENÇA		R$ 7.449,18

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de fevereiro de 2020.

Art. 5º revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 10 de fevereiro de 2020.

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2020
Ana Claudia Germano Alves
Agente Administrativo
Matricula 1242

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
DECRETO N° 60/2020

DECRETO N° 60/2020

SÚMULA: "Dispõe sobre o cancelamento do valor de Restos a Pagar Inscritos Não Processados em exercícios anteriores, e dá outras Providencias."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal e na Constituição Federal:

Considerando que os Restos a Pagar Insubsistentes devem ser cancelados, expurgando-se, a qualquer tempo e ainda que o não cancelamento de restos a pagar não processados no encerramento do exercício subsequente constitui desrespeito ao art. 68 do Decreto n° 93.872/86, bem como a exigência do artigo 62 e 63 da Lei 4.320/64;

Considerando que a contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação da liquidez do Município durante todo o Exercício;

Considerando as disposições legais sobre o cancelamento de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores, a administração Municipal de Itanhangá;

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Secretaria Municipal de Finanças autorizada a proceder ao cancelamento parcial do saldo do Restos a Pagar Não Processados referente ao empenho nº 4641/2019 em nome da empresa TITANIUM ENGENHARIA EIRELI – ME, inscrita no CNPJ: 20.103.907.0001.93.

Parágrafo Único: O cancelamento do empenho citado no artigo 1º, será proporcional no valor de R$ 3.270,34 (Três Mil duzentos e setenta reais e trinta e quatro Centavos), conforme supressão na planilha de itens do contrato 079/2019

Art. 2º - Os empenhos de restos a pagar cancelados poderão ser reempenhados à conta do orçamento de 2020, caso seja reconhecida e comprovada a entrega do material ou a prestação de serviços, constante do respectivo processo de cancelamento.

Art.3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 09 de março de 2020

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2020
Emerson Sabatine
Secretário Municipal de Finanças
Portaria 001/2017

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 042/2020.

DECRETO N° 042/2020.

SÚMULA: Concede reajuste ao subsídio dos ocupantes de cargo de Secretários Municipais, conforme determina o art. 2º da Lei Municipal 399/2016 e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, amparado pela Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o que dispõe o Artigo **2º da Lei** Municipal 399/20**16 –** que fixou o subsídio dos Secretários Municipais do Município de Itanhangá – MT.

Considerando ainda a necessidade de recompor o poder de compra do subsídio dos Secretários Municipais referente à inflação período de fevereiro de 2019 a janeiro de 2020;

DECRETA:

Art. 1° - Fica concedida a recomposição ao valor do subsídio, aos Secretários Municipais de Itanhangá, integrantes da Lei **Municipal** 399/2016, no percentual de 4,30% (quatro inteiros e trinta centésimos por cento), referente ao INPC acumulado no período de fevereiro de 2019 a janeiro de 2020, conforme determina o artigo 2º da referida norma legal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de fevereiro de 2020;

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 10 de fevereiro de 2020.

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2020

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2020

Em conformidade com o disposto no art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/1993, justifica-se e ratifica-se a Dispensa de Licitação para a **"Aquisição de conjuntos de uniformes para os integrantes da Banda Municipal de Percussão/Fanfarra para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Itanhangá – MT.".**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, inciso II da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: BANDA ATIVA UNIFORMES – LTDA – ME

CNPJ: 20.147.887/0001-52

Endereço: Rua Joao Mariano Ribas, nº 1339, Vila Osório

Cidade de Itararé – SP – CEP: 18.460-000.

VALOR GLOBAL: R$ 7.100,00 (sete mil e cem reais).

VIGÊNCIA: 60 (sessenta dias).

Itanhangá – MT, 16 de março de 2020.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS N° 006/2020

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, inscrita no CNPJ: 07.209.225/0001-00, através da sua CPL – Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria n° 001/2020, torna Público para conhecimento os interessados, que após o julgamento do recurso administrativo, realizará às **08H00MIN (Horário Oficial de Itanhangá – MT),**do dia **20 de março de 2020,** na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal, abertura dos envelopes de proposta de preços das licitantes habilitadas na **Tomada de Preços nº 006/2020**, pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO DISTRITO DE SIMIONE NO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT.".**

Itanhangá – MT, 16 de março de 2020.

CAMILA BRUNA MORESCO

Presidente da C.P.L

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 043/2020.

DECRETO N° 043/2020.

SÚMULA: Concede reajuste ao subsídio do prefeito e Vice-Prefeito, conforme determina o art. 4º da Lei Municipal 397/2016 e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, amparado pela Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o que dispõe o Artigo **4º da Lei** Municipal 397/20**16 –** que fixou o subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Itanhangá – MT.

Considerando ainda a necessidade de recompor o poder de compra do subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito referente à inflação do **período, medida pelo índice do INPC de Fevereiro/2019 a janeiro/2020;**

DECRETA:

Art. 1° - Fica concedida a recomposição do valor do subsídio, ao Prefeito e Vice-Prefeito, integrantes da Lei **Municipal** 397/2016, no percentual de 4,30% (quatro inteiros e trinta centésimos por cento), referente ao INPC acumulado no período de fevereiro de 2019 a janeiro de 2020, conforme preceitua o artigo 4º da referida norma legal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de fevereiro de 2020.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 10 de fevereiro de 2020.

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2020

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 044/2020

DECRETO Nº 044/2020

SÚMULA: "Homologa o Resultado da Avaliação de Desempenho do servidor público em estágio probatório ocupante de cargo de provimento efetivo e da outras providencias"

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, no uso de suas atribuições legais, amparado pela Constituição Federal/88, combinado com a Lei Complementar Municipal nº. 002/2005, e

Ø Considerando que os servidores foram aprovados em concurso público homologado em 30/06/2016, e

Ø Considerando os autos do relatório apresentado pela Comissão de Avaliação por Merecimento e Avaliação de Estágio Probatório, nomeada através da Portaria Nº. 202/2019, para cumprimento da Lei Complementar n. °023/2009.

DECRETA:

Art. 1° Fica homologado o Resultado da Avaliação de Desempenho do servidor público em estágio probatório ocupante de cargos de provimento efetivo.

Art. 2° Fica declarado estável o servidor abaixo, conforme as disposições contidas no artigo anterior.

Operador de Maquinas 40H Nível "I" para "II"	
MATRICULA	SERVIDOR
1193	EDINEI CAMINSKI
1245	EDIVALDO CAMINSKI
1191	JEFERSON DA SILVA SANTOS
Motorista de Ambulância 40H	
MATRICULA	SERVIDOR
1228	ALBERTO LUIZ KANIESKI
Motorista de Caminhão 40H	
MATRICULA	SERVIDOR
1206	ALTAIR COLOMBO
1231	JOSE DE SOUZA
Motorista de Ônibus 40H	
MATRICULA SERVIDOR	
1194	DORIVAL GOMES DE SOUZA
1236	VILMAR TAVARES
1214	GEOVANE ELOISIO FAICHT GRZECHOTA

Agente Administrativo 40H	
MATRICULA	SERVIDOR
1195	SIMONE BARCELO LIMA
1247	ROSENILDA DE SANTANA

Técnico de Enfermagem 40H	
MATRICULA SERVIDOR	
1229	ELIANE BRAGANHOLI DE OLIVEIRA
1250	SONIA LUIZA BINOTTO
1249	STEPHANIA DOS SANTOS GUEDES GOMES

Enfermeira 40H	
MATRICULA	SERVIDOR
1225	JACIANE ALMEIDA CAMPINAS
1227	RAYANA LILIAN SOUZA CRUZ
1226	SUELEN CEZARIO DIPERRO

Farmacêutica 40H	
MATRICULA	SERVIDOR
1234	CRISTIANE SOLANGE AZAMBUJA CAVALCANTE

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 01 de fevereiro de 2020.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 10 de fevereiro de 2020.

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2019
Ana Claudia Germano Alves
Agente Administrativo
Matricula 1242

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 054/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA:COOPERSERV'S – COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS – CNPJ: 02.355.192.0001-84.

OBJETO: "O presente termo aditivo tem por objetivo aditar as quantidades das horas do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação em face da necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura alterando as quantidades da cláusula primeira do contrato n° 054/2018."

VALOR: R$ 43.740,00 (quarenta e três mil setecentos e quarenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 16/03/2020

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
JULGAMENTO – RECURSO ADMINISTRATIVO

Ref. **TOMADA DE PREÇOS 006/2020**

1) Empresa que apresentou Razões de Recurso:

- **TITANIUM ENGENHARIA EIRELI – ME;**

2) Empresa que apresentou Contrarrazões de Recurso:

- Não Houve.

3) Empresa que renunciou a apresentação de Contrarrazões de Recurso:

- **UM CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA – ME**.

1 – SÍNTESE DO RECURSO

Trata-se de Recurso interposto pela empresa **TITANIUM ENGENHARIA EIRELI – ME** que foi inabilitada do processo referente a TOMADA DE PREÇOS 006/2020**,** que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO DISTRITO DE SIMIONE NO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT.**

A inabilitação da recorrente ocorreu em face de não ter apresentado Cópia da Cédula de Identidade ou outro documento de identificação oficial, de todos os sócios da empresa, em cópia autenticada ou cópia simples juntamente com os originais para autenticação do item 6.2 do edital, bem como, a comprovação da licitante possuir em seu quadro permanente profissional técnico, conforme solicita o item 6.5.1.2, na oportunidade empresa citada apresentou somente o contrato de prestação de serviços em cópia simples, também sem autenticação e desacompanhado do original.

Em tempo, em sede de recurso alega que a CPL agiu com formalismo excessivo e restritivo a participação no certame, já que a recorrente é participante costumaz de processos licitatórios publicados pela Prefeitura de Itanhangá, inclusive possui contratos de obra em execução, desta forma certa de possuir condições para participar do certame trouxe os documentos necessários para sua participação, porém deixou de autenticar os documentos e não apresentou originais para autenticação, já que poderia ter sido objeto de autenticação caso a CPL realizasse diligências.

Alega ainda que com relação a necessidade de comprovação do vínculo do profissional, a própria Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA ou CAU já comprova, não necessitando de contrato para esta finalidade.

Estes são resumidamente os fatos.

2. DO JULGAMENTO DE MÉRITO

Em que pese, os fatos estarem sinteticamente resumidos, não há como deixar de mencionar que para análise profícua e emissão de decisão as razões e justificativas da Recorrente foram analisadas de forma minuciosa, visando emanar entendimento que realmente atenda o interesse público, bem como, a principal finalidade do processo de licitação, que é a seleção de empresa para prestar os serviços pelo menor preço global, bem como, cumpram na integra com as exigências previstas no edital de licitação, este é o objetivo máximo e a finalidade precípua dos processos de licitação.

Preambularmente, frise-se que a Administração procura sempre o fim público, respeitando todos os princípios basilares da licitação e dos atos ad-

ministrativos, mormente a legalidade, a isonomia, a ampla concorrência, a vinculação ao instrumento convocatório, o julgamento objetivo, entre outros.

Tais princípios norteiam a atividade administrativa, impossibilitando o administrador de fazer prevalecer sua vontade pessoal, e impõe ao mesmo o dever de pautar sua conduta segundo as prescrições legais.

Aliás, este é o comando contido na Lei n° 8.666/93, que prescreve, in verbis:

Art. 3°. **A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos**.

Denota-se que as regras do edital foram claras, o edital permaneceu publicado pelo prazo legal, sendo que os interessados tinham oportunidade de solicitar esclarecimentos, bem como, impugnar qualquer regra ou exigência prevista no edital:

21.1. Até cinco (05) dias úteis anteriores a data fixada para a primeira sessão pública, qualquer cidadão poderá impugnar as condições estabelecidas neste edital por irregularidade na aplicação da Lei 8.666 de 1993, devendo a Administração julgar e responder a impugnação em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 do mesmo diploma legal.

21.2. Decairá do direito de impugnar as condições estabelecidas neste edital perante a Administração a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, ou seja, até o dia hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Ou seja, se no prazo mencionado no item 21.2. não impugnou os itens que exigiam documentos através de cópias autenticadas, ou cópias simples acompanhadas do original para autenticação da comissão, razão pela qual não pode alegar neste momento excesso de formalismo, exagero, pois a empresa acabou assim concordando com a exigência do referido documento.

Em tese, considerando a não impugnação do item do edital, o mesmo fez-se lei entre as partes, sendo que a Recorrente inclusive apresentou declaração apresentou declaração informando que concorda com as exigências e condições (exigência do item 6.5.4 " VI e VII"), assim não inabilitá-la por não cumprir as regras do próprio edital, seria ferir de morte os princípios que regem o processo de licitação, entre eles, princípio da legalidade, princípio da vinculação ao instrumento convocatório e princípio do julgamento objetivo, como visto no art. 3° da Lei Federal 8.666/93 acima.

Posto isto, considerando o mencionado no Art. 41, caput, da Lei nº 8.666/93, observe:

"A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

Vejamos que o item descumprido pela empresa recorrente:

6.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Cópia da Cédula de Identidade ou outro documento de identificação oficial, de todos os sócios da empresa, em cópia autenticada ou cópia simples juntamente com os originais para autenticação;

6.5.1 – CAPACIDADE TÉCNICA – OPERACIONAL:

6.5.1.2 - Comprovação da licitante possuir em seu quadro permanente, na data da licitação e constante da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA, engenheiro responsável, detentor(es) de atestado(s) e/ou certidão(ões) de responsabilidade técnica por execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação, devidamente atualizada.

6.5.1.2.1. A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) relacionado(s) no Item 6.5.1.2, será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional e guia de recolhimento do FGTS onde conste o(s) nome(s) do(s) profissional(ais).

a. Será admitida à comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

Verifica-se que a recorrente foi inabilitada em razão de que os documentos apresentados não foram apresentados conforme disposto no edital, ou seja, autenticadas, ou através de cópia simples, mediante apresentação do original para autenticação pela comissão, tanto que a própria recorrente em sede de recurso confessa a irregularidade, vejamos: ***"Desta forma, certa de possuir condições para participar do certame, trouxe os documentos necessários para sua participação, porem deixou de autenticar os documentos e não apresentou os documentos originais para autenticação na sessão".***

Neste sentido, vejamos que o edital é claro ao exigir no item 6.8 que "**Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em língua portuguesa, em fotocópias verso e anverso, absolutamente legíveis, sob pena de inabilitação/recusa de cadastramento, devendo ser autenticadas por cartório competente ou acompanhadas dos originais, para confirmação da autenticidade, quando poderão ser autenticadas por servidor competente".**

Nota-se que o julgamento ocorreu com base nas disposições legais e coerentes previstas no edital, não podendo a Comissão Permanente de Licitação agir de forma contrária ao edital, pois se assim o fizer estaria a administração descumprindo princípios basilares dos processos licitatórios, além do mais, a própria empresa recorrente apresentou uma declaração concordando com os termos do edital, como pode agora buscar alterar o que ela própria concordou. A Jurisprudência a respeito da matéria é importante para esclarecer que a decisão foi extremamente correta, vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - PRINCÍPIOS DA ISONOMIA DOS CONCORRENTES E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - RECURSO PROVIDO.1. **Nessa fase do procedimento licitatório, o afastamento dos requisitos estabelecidos no edital privilegia a agravada em detrimento dos demais interessados no certame, ferindo os princípios da isonomia dos concorrentes e da vinculação ao instrumento convocatório**. **2. O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato convocatório**. (TJ-MT AI 55904/2016, DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 06/08/2018, Publicado no DJE 09/08/2018)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA DO EDITAL - PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO - ART. 41 DA LEI 8.666/93 - RECURSO IMPROVIDO. **A Administração pública somente exerce seu poder discricionário no momento de elaboração do edital de licitação, após, ela está vinculada às regras dispostas no edital, em observância ao princípio da vinculação do ato convocatório, disposto no artigo 41, da Lei nº. 8.666/93, cuja inobservância enseja a inabilitação do concorrente**. (TJ-MT AI 36511/2011, DES. JOSÉ TADEU CURY, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 23/08/2011, Publicado no DJE 02/09/2011)

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS NA ORIGEM. LICITAÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO DA

PROPOSTA. APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO SEM AS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITA**L**. AFASTADA A NULIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA LICITANTE VENCEDORA. 1. Diante de omissão ou obscuridade do acórdão, quanto à sua estrutura, competiria ao recorrente opor embargos de declaração, a fim de esclarecê-las, e não recurso ordinário' (RMS 17.104/RJ, Rel. Min. Castro Meira, DJ 17.05.2004). **2. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada (Lei n. 8.666/93, art. 41). In casu, a recorrente deixou de atender a requisito previsto no edital, em clara ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 2º da Lei de Licitações). 4**. No que concerne à alegada necessidade de desclassificação da licitante vencedora, tampouco merece prosperar o recurso, diante da ausência de nulidade de sua proposta, consoante esclarecido na Ata da Reunião de Julgamento das Propostas Financeiras. 5. Recurso ordinário não-provido. (STJ - RMS: 15190 RS 2002/0099826-0, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 02/02/2006, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJ 20/03/2006 p. 222)

É de se registrar que a licitação **"é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos".[1]**

Como dito, dentre os princípios que devem reger a licitação, em qualquer de suas modalidades, estão o procedimento formal, igualdade entre os licitantes, publicidade dos atos, sigilo na apresentação das propostas, vinculação ao edital, julgamento objetivo e adjudicação compulsória ao vencedor.

Como já mencionado no início, não se pode deixar de trazer à tona a máxima consagrada no direito, de que o edital é a lei interna da licitação, explicitando, com propriedade JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO[2] que: **O edital traduz uma verdadeira lei porque subordina administradores e administrados às regras que estabelece. Para a Administração, desse modo, o edital é ato vinculado e não pode ser desrespeitado por seus agentes. Nesse sentido, é expresso o art. 41 do Estatuto: "A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada"**

Valiosa também é a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro[3] no sentido de que, **"O edital é o ato pelo qual a Administração divulga a abertura da concorrência, fixa os requisitos para participação, define o objeto e as condições básicas do contrato e convida a todos os interessados para que apresentem suas propostas. Em síntese, o edital é o ato pelo qual a Administração faz uma oferta de contrato a todos os interessados que atendam às exigências nele estabelecidas**".

De tal modo, em sendo lei, o Edital com os seus termos atrela tanto à Administração, que estará estritamente subordinada aos seus próprios atos, quanto às concorrentes – sabedoras do inteiro teor do certame.

Registramos ainda que cada processo licitatório é um processo diferente, nenhum processo está intimamente vinculado ao outro, devendo a empresa interessada cumprir as regras de cada edital publicado pela Administração, não sendo possível a CPL validar a documentação de empresa interessada em determinado processo, pelo simples fato de que a empresa já foi habilitada e mantem contrato com a Administração Municipal, não trata-se de questão de diligência interna, a obrigação de apresentar documentação compatível com o edital é da empresa interessada e não da CPL realizar diligências para validar a documentação.

Portanto, deve a Administração zelar para que no certame seja garantida à moralidade e impessoalidade administrativa, isonomia e competitividade, visando a segurança jurídica, como o fez, no presente julgamento, razão pela qual, decidimos pela manutenção da decisão originária.

3 – DA DECISÃO

Diante de toda narrativa, conhecemos o Recurso Administrativo interposto pela recorrente **TITANIUM ENGENHARIA EIRELI – ME**, para, no mérito, **NEGAR PROVIMENTO** ao pedido formulado, permanecendo inalterada a decisão proferida que inabilitou a mesma na fase de julgamento da habilitação.

Publique-se, Registre-se e Intime-se.

Itanhangá – MT, 16 de março de 2020.

CAMILA BRUNA MORESCO

Presidente da CPL

[1] Helly Lopes Meirelles. Direito Administrativo Brasileiro, 30ª ed., Ed. Malheiros, 2005, pág. 269.

[2] Manual de Direito Administrativo, 24ª ed., Ed. Lumen yuris, 2011, pág. 259.

[3] Direito Administrativo, 24ª ed., Ed. Atlas, pág. 397

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N° 002/2020

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, nomeada através da Portaria n° 001/2020, de seis de janeiro do ano de dois mil e vinte, torna público que na Licitação tipo Tomada de Preços N° 002/2020, instaurada para a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT COM ÁREA TOTAL DE 2.816,22 M².".**,teve como vencedora a empresa**FERNANDES E. EIRELI – EPP – CNPJ: CNPJ: 32.628.929/0001-56,** com valor global da proposta de R$ 123.758,06 (cento e vinte e três mil setecentos e cinquenta e oito reais e seis centavos).

Itanhangá-MT, 16 de março de 2020.

CAMILA BRUNA MORESCO

Presidente da C.P.L

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 041/2020.

DECRETO N° 041/2020.

SÚMULA: Concede Recomposição salarial aos Servidores Públicos Municipais integrantes da Lei Complementar 023/2009 – PCCS da Educação e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, amparado** pela Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o que dispõe no Artigo 47 da Lei Complementar 002/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o que dispõe o Artigo 69**, Parágrafo Único da Lei Complementar 023**/2009 – PCCS da Educação, alterado pela Lei Complementar 063/2014.

Considerando ainda a necessidade de recompor a perca salarial dos servidores da Educação **referente à inflação** do período de fevereiro de 2019 a janeiro de 2020;

DECRETA:

Art. 1° - Fica concedida a recomposição salarial sobre o vencimento básico, aos Servidores Públicos do Município integrantes da Lei Complementar 023/2009 – PCCS da Educação, no percentual de 12,84% (doze inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento), referente ao índice de reajuste do Piso Salarial profissional Nacional para os professores do Magistério Público da Educação Básica para o exercício de 2020, conforme determina o art. 29 da Lei Complementar 023/2009 – PCCS, alterado pela Lei Complementar 063**/2014.**

Artº. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 10 de fevereiro de 2020.

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2020

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 040/2020.

DECRETO N° 040/2020.

SÚMULA: Concede Recomposição salarial aos Servidores Públicos Municipais integrantes da Lei Complementar 24/2009 – PCCS e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, amparado pela Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o que dispõe o Artigo 47 da Lei Complementar 002/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o que dispõe o Artigo 29, Parágrafo Único da Lei Complementar 024/2009 – PCCS**;**

Considerando ainda a necessidade de recompor a perca salarial dos servidores públicos referente à inflação do período, medida pelo índice do INPC de Fevereiro/2019 a janeiro/2020;

DECRETA:

Art. 1° - Fica concedida a recomposição salarial sobre o vencimento básico, aos Servidores Públicos do Município de Itanhangá – MT, integrantes da Lei Complementar 24/2009 – PCCS, no percentual de 4,30% (quatro inteiros e trinta centésimos por cento), referente ao INPC acumulado no período de fevereiro de 2019 a janeiro de 2020, conforme determina o Parágrafo Único do art. 29 da Lei Complementar 024/2009 – PCCS, alterado pela Lei Complementar 064/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de fevereiro de 2020.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 10 de fevereiro de 2020.

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2020

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO ATO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nª 006/2020

Contratante: Nome Empresarial: MARCO ANTONIO MIRANDA ROCHA LTDA – **Nome Fantasia: Comercial Itiquira – CNPJ** 27.406.855/0001-73, estabelecida a Avenida Cuiabá, nº 1412, Centro, Itiquira-MT., Telefone (65) 3491-11172, Email: comercialitiquira@hotmail.com

Objeto: Aquisição de Material de Consumo, para atender a demanda da unidade de copa/cozinha e material de limpeza, no exercício 2020, conforme abaixo descrito:

Seq.	Descrição do Produto	Qtde	Unidade Padrão
01	Álcool líquido	30	Unidade (1 litro)
02	Álcool em gel 70%	70	Unidade (500 Grama)
03	Açúcar em cristal	90	Pacote (2 KG)
04	Água Sanitária	80	Litro (1 Litro)
05	Balde de Plástico resistente 08 litros com alça de metal	5	Unidade (08 Litros)
06	Café	100	Pacote (500 KG)
07	Canela em casca	240	Pacote (10 Grama)
08	Chá Mate	240	Pacote (250 Grama)
09	Copo de vidro transparente p/ servir água - 320 ml	24	Unidade (320 ml)
10	Copo plástico descartável 180 ml	100	Pacote (100 Unidades c/ pacote)
11	Copo plástico descartável 50 ml	100	Pacote (100 Unidades c/ pacote)
12	Desinfetante (Germicida e Bactericida)	90	Unidade (2 Litro)s
14	Detergente líquido	60	Unidade (500 ml c/ unidade)
15	Erva doce	240	Pacote (10 Grama)
16	Esponja Multiuso	10	Pacote (com 4 unidades)
17	Filtro permanente para café em feltro sintético de polipropileno (TNT) TM 103.	10	Unidade
18	Flanela para limpeza	30	Unidade
19	Garrafa Térmica em Inox 1.8L (pressão)	6	Unidade (1.8 Litros)
20	Guardanapo de papel 20x20 cm	60	Unidade (Pacote com 50 unidade)
21	Inseticida Spray	30	Unidade (300 ml c/ unidade)
22	Isqueiro	5	Unidade
23	Jarra transparente em vidro (1.850 ml)	5	Unidade
24	Conjunto porcelana 6 xícaras de café com pires.	4	Unidade
25	Conjunto Colher inox para mesa -	1	Caixa (12 peças)
	Conjunto de garfo inox mesa	1	Caixa (12 peças)
	Conjunto de faca inox	1	Caixa (12 peças)
26	Limpador de uso geral (multi-uso)	30	Unidade (500 ml)
27	Lixeira 5 litros em Plástico Polipropileno c/ tampa basculante e com pedal	15	Unidade (5 Litros)
28	Odorizador aromatizante	20	Unidade (360 ml)
29	Pano de prato para cozinha	10	Unidade
30	Papel higiênico dupla face neutro, branco) 4x30mt)	240	Pacote com com 4 uniades
31	Papel Toalha de banheiro interfolha branca 20,0x21cm)	50	Pacote (1000 folhas cada unidade)
32	Papel Toalha para cozinha com 2 unidades	10	Pacote (com 02 rolos 22x20cm)
33	Pedra Sanitária (50 gramas)	100	Unidade
34	Pilha Alcalina Palito AAA2 com 2 unidades cada	30	Pacote ((com 2 unidades)

33	Pratos fundo de vidro	12	Unidade
36	Sabão em Pó	20	Pacote com 5 kgs)
37	Sabonete líquido cremoso	30	Unidade com 500 ml
38	Saco Alvejado 45x65cm	20	Unidade
39	Saco p/ lixo 30 lts	125	Pacote (10x30l)
40	Saco p/ lixo 100 lts, preto, reforçado.	100	Pacote com 5 unidades cada 100 litros
41	Soda Cáustica de 1 kg	3	Unidade (1 kg)

Valor: R$ R$ 14.812,78 (quatorze mil, oitocentos e doze reais e setenta e oito centavos).

Vigência: Até 31/12/2020

Fundamento: Art. 23, inc.II,a, e Art.24, inc. II da Lei nº. 8.666/93, de 21.06. 93, atualizada pelo Decreto nº 9.412, de 2018 e Lei Municipal 869/2015.

Foro: Comarca de Itiquira-MT.

Itiquira-MT., 16 de março de 2020.

Marcio Alves Fontes

Vereador/Presidente

Contratante

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA N.º 042/2020.

PORTARIA LEGISLATIVA N.º 042/2020.
Dispõe sobre DESIGNAÇÃO dos responsáveis pela Conferência de Leis x Projetos e, dá outras providências.

MARCIO ALVES FONTES, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Gestão 2019/2020, no uso das atribuições legais que lhe confere o Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores abaixo citados, como **responsáveis pela conferência de leis x projetos, no âmbito da Câmara Municipal de Itiquira – MT.**

- ALESSANDRO FERREIRA GONZAGA – Secretário de Administração, matrícula funcional 342, inscrito no CPF: 841.004.511-72, RG: 1120088-0 SSP/MT.

- GILVANA CRUZ NASCIMENTO ANICESIO – Auxiliar de Serviços Gerais – classe B – nível 5, inscrita no CPF:935.896.971-72, RG: 1217601-0 SJ/MT.

Parágrafo único: Os servidores ora designados, ***não serão remunerados*** por esta atividade, apenas receberão a remuneração dos respectivos cargos de origem.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria **059/2019 .**

Registre-se,

Publique-se. Afixe-se. Cumpra-se!

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Itiquira.

Em 13 de março de 2020.

Marcio Alves Fontes
Presidente
(Gestão 2019/2020)

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 488/2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 488/2020.

Data da vigência: 21/02/2020 a 21/02/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): MARTHA DE OLIVEIRA NETA

Objeto: Contrato Administrativo nº 488/2020 firmado entre as partes de 21/02/2020 a 21/02/2021, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS- SÃO JOÃO BATISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 133, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Concede Readaptação de Função ao servidor que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a regulamentação contida no DecretoMunicipal nº 051/2017 que dispõe sobre o Sistema de Readaptação de Função prevista no artigo 23 da Lei Municipal nº 379 de 03 de março de 1999, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo e o laudo da junta médica oficial do município, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Readaptação de Função ao **NIVALDO FERNANDES DOS REIS,** servidor efetivo no Cargo de PROFESSOR, a qual passará a exercer as atividades inerentes à APOIO PEDAGÓGICO, a partir de 13/03/2020 até 08/09/2020.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 13/03/2020 e revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 16 de março de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 134, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Concede Readaptação de Função ao servidor que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a regulamentação contida no DecretoMunicipal nº 051/2017 que dispõe sobre o Sistema de Readaptação de Função prevista no artigo 23 da Lei Municipal nº 379 de 03 de março de 1999, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo e o laudo da junta médica oficial do município, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Readaptação de Função ao **JOSE CARLOS SANCHES,** servidor efetivo no Cargo de PROFESSOR, a qual passará a exercer as atividades inerentes à APOIO PEDAGÓGICO, a partir de 13/03/2020 até 08/09/2020.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 13/03/2020 e revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 16 de março de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 135, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Concede Auxílio Doença ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto a Junta Médica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder o Auxílio Doença, ao servidor abaixo relacionado:

1. MARIA DA GLORIA NONATA DAS VIRGENS, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de ARTÍFICE DE COPA E COZINHA, empossado em 01/04/2002, pelo período de **19/02/2020 à 18/04/2020, conforme Laudo Pericial,** com o retorno aos trabalho no dia **19/04/2020.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 19/02/2020, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 16 de março de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 136, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Concede Readaptação de Função ao servidor que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a regulamentação contida no DecretoMunicipal nº 051/2017 que dispõe sobre o Sistema de Readaptação de Função prevista no artigo 23 da Lei Municipal nº 379 de 03 de março de 1999, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo e o laudo da junta médica oficial do município, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Readaptação de Função ao **MAYARA BATISTA GODEGUEZ,** servidor contratado no Cargo de COLETOR DE LIXO, a qual passará a exercer as atividades inerentes à AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a partir de 23/01/2020 até 20/07/2020.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 23/01/2020 e revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 16 de março de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro – Itiquira/MT,através de sua pregoeira, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2020**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO, DE ACORDO COM O CONVÊNIO PLATAFORMA + BRASIL Nº 896950/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE E O MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT**, cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos disponíveis nos endereços: https://bllcompras.com/Home/Login e www.itiquira.mt.gov.br. A abertura da disputa de preços está marcada para o dia **01 DE ABRIL DE 2020, ÀS 09h00 - Horário de Brasília (DF)**. **REALIZAÇÃO:** Por meio do site: https://bllcompras.com/Home/Login. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br ou pelo telefone (65) 3491-1061.

Itiquira/MT, 16 de março de 2020.

Juliane Presotto

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 001/2020

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 060/2020 de 02 de março de 2020, torna público que realizará Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS DE N.º 001/2020** do tipo **MENOR PREÇO**, sob a forma de execução indireta, em regime de **EMPREITA POR PREÇO GLOBAL**, que tem como objeto a "**Contratação de empresa especializada para executar obra de Pavimentação e Drenagem em Diversas Ruas no Bairro Vila Martins no Município de Jaciara – MT- 2ª etapa**"**,** nos termos da Lei Federal n.º 8666/93 e alterações posteriores, a realizar-se no dia **02 DE ABRIL DE 2020 – 09:00h - MT**.Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara-MT, 16 de março de 2020.

MARCOS VINÍCIOS DE JESUS ABRAHÃO

Pregoeiro

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Número: 019/2020

(Para efeitos da Lei Federal nº 6.226/75 com as alterações da Lei nº 6.864/80)

CNPJ: 03347135/0001-16

Órgão expedidor: *Prefeitura Municipal de Jaciara*

Nome do servidor: **JOSÉ APARECIDO TEIXEIRA**

Matrícula: 2765, 1607 e 7041

Cargo: **INSTRUTOR TÉCNICO**Previdência:**INSS**

Período: 01/03/2005 a 19/12/2005

01/04/2007 a 31/12/2007

01/03/2008 a 30/11/2008

02/03/2009 a 25/09/2009

03/05/2010 a 30/11/2010

14/02/2011 a 31/10/2011

Município: *Jaciara-MT*

Ano	Total Bruto	Deduções (Falt., Lic...)	Tempo Líquido
2005	294	-	294
2007	275	-	275
2008	275	-	275
2009	208	-	208
2010	212	-	212
2011	260	-	260
TOTAL			**1.524**

Certificamos em face do apurado, mediante documentos do departamento de recursos humanos, que no período acima referido o interessado conta de efetivo exercício o tempo de serviço de 1.524 (Hum mil quinhentos e vinte e quatro) dias líquidos, ou seja, 04 (quatro) anos, 02 (dois) meses e 04 (quatro) dias.

Certificamos ainda que, o município de Jaciara/MT possui Regime de Previdência Própria – RPPS, instituída pela **Lei Municipal nº. 652/1996 de 16 de Outubro de 1996** sob o **CNPJ nº. 01.609.895/0001-29,** com sede a Rua Potiguaras, nº. 870, Centro de Jaciara/MT.

Portanto as contribuições antes da criação do Regime Próprio (16/10/1996), foram recolhidas para o **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS.**

E, por ser verdade, firmamos a presente em duas vias de igual teor e forma.

Lavrei a presente Certidão.

Em, 12 de Março de 2020.

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria 002/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

CONTRATO Nº 020/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, PARAMETRIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, SUPORTE TECNICO ESPECIALIZADO NO FORNECIMENTO DE LICENÇA DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE INTEGRADO PARA GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA, DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

PRAZO: 28/02/2020 A 28/02/2021

VALOR: R$ 115.000,00 (CENTO E QUINZE MIL REAIS)

CONTRATADO: E. C ZOCANTE & CIA LTDA

CONTATANTE: EDERZIO DE JESUS MENDES

JANGADA/MT, 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

PORTARIA Nº 042/2020

Constitui a Equipe Multidisciplinar de Aconselhamento – EMA, para encaminhamento aos procedimentos de Laqueadura Tubária e Vasectomia no âmbito do Sistema Único de Saúde– SUS, no município de Jangada - MT.

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e;

Considerando a **Lei nº 9.263 de 12/01/1996**, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências;

Considerando a **Resolução CIB/MT nº 007** de 10/02/2011, que dispõe sobre normas de procedimentos para Laqueadura Tubária e Vasectomia no âmbito do SUS, no Estado de Mato Grosso;

Considerando a **Resolução do Conselho Municipal de Saúde nº 004** de 2019 que aprova a ampliação do acesso ao planejamento familiar vasectomia e laqueadura tubária, a população do município de Jangada, desde que cumpra os requisitos estabelecidos e apresentados pela Equipe Multidisciplinar de Aconselhamento – EMA .

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Equipe Multidisciplinar de Aconselhamento – EMA, no Município de Jangada-MT, para encaminhamento aos procedimentos de Laqueadura Tubária e Vasectomia no âmbito do Sistema Único de Saúde– SUS, conforme legislação vigente;

Art. 2º A EMA deverá ser composta por 01 médico, 01 enfermeiro, 01 assistente social e 01 psicólogo da rede municipal, concursado ou contratado;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 10 de março de 2020.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

PORTARIA Nº. 007, DE 06 DE MARÇO DE 2020.

PORTARIA Nº.007, DE 06 DE MARÇO DE 2020.

"Dispõe sobre a concessão dos benefícios de auxílio-doença."

O Prefeito do Município de JAURU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Complementar n.º 098/2013, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **auxílio-doença**, aos servidores abaixo relacionados, com os direitos a eles inerentes, conforme Atestados Médicos:

PROCESSO	NOME	PERÍODO	DIAS
2020.05.00003P	ANGELA CRISTINA DE ALMEIDA	29/11/2019 até 30/04/2020	**154**
2020.05.00002P	ROBERTO LÚCIO FERREIRA	14/02/2020 até 31/03/2020	**47**
2020.05.00008R3	SHIRLEY APARECIDA DE OLIVEIRA	22/02/2020 até 22/05/2020	**91**
2020.05.00039R1	ZIRLENE PEREIRA DA SILVA	17/02/2020 até 17/04/2020	**61**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "José Perez", em Jauru/MT, 06 de março de 2020.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 080/2020

PORTARIA N.º 080 DE 16 DE MARÇO DE 202.

Dispõe sobre a Vacância de cargo Público em virtude de Aposentadoria Por Idade do Servidor: ADEMIR MARQUES DE OLIVEIRA.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPALDE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

CONSIDERANDO **a disciplina do art. 70, Inciso IV da Lei Complementar Municipal n°. 045 de 06 de dezembro de 2006**.

Resolve:

Art. 1° - DECLARAR VAGO, em virtude da aposentadoria por Idade, a partir desta data, o Cargo de OPERADOR DE MOTOS SERRA, até então ocupado pelo Servidor: **ADEMIR MARQUES DE OLIVEIRA**, CPF: 065. 125.001-30, matrícula 0007, nomeado pela portaria 040/98 de 04 de maio de 1998, lotado Secretaria Municipal de Obras, cujo processo para concessão do benefício tramita na PREVI-JAURU.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal “José Peres”, Jauru-MT, 16 de Março de 2020.

_____

PEDRO FERREIRA DE SOUZA Prefeito Municipal

PORTARIA 079/2020

PORTARIA Nº 079/2020 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A POSSE DO SERVIDOR PÚBLICO QUE MENCIONA, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E PROVAS E TÍTULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

CONSIDERANDO, a aprovação do candidato classificado no Concurso Público de Provas e Provas e Títulos, realizado no dia 29 de setembro de 2019, conforme Edital de Concurso Público nº. 001/2019, e nomeado conforme Decreto nº. 026//2020, de 14 de fevereiro de 2020 e cumpridas às exigências e formalidades legais em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1º - Dar posse aos servidores públicos abaixo relacionados, para o respectivo cargo e padrão, para o qual foi nomeado, conforme Decreto nº. 026/2020, datado de 14/02/2020:

	CARGO: TÉCNICO EM RADIOLOGIA	NIVEL	GRAU
1	KELLIVANIA ALMEIDA DA SILVA	01	I

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal “José Perez”, em Jauru-MT, 16 de março de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

_____

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2020 DE 16 DE MARÇO DE 2020, REFERENTE À POSSE E NOMEAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2016 REALIZADO NO DIA 15/05/2016 E HOMOLOGADO EM 31 DE MAIO DE 2016.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2020 DE 16 DE MARÇO DE 2020, REFERENTE À POSSE E NOMEAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2016 REALIZADO NO DIA 15/05/2016 E HOMOLOGADO EM 31 DE MAIO DE 2016.

O Prefeito do Município de Juara-MT **CONVOCA** os candidatos que foram aprovados e classificados no Concurso Público Municipal nº 001/2016 realizado em 15/05/2016, conforme abaixo descritos, para comparecerem no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação deste edital, na Sede da Prefeitura Municipal Juara-MT, localizada na Rua Niterói, 81-N, Centro, apresentando os documentos de habilitação conforme determina o Plano de Cargos, Carreira e Salário, Edital de Concurso Público n° 001/2016 e os relacionados no **Anexo I** deste edital, bem como realizar exame médico admissional nos termos dos **Anexos II** e **III** deste edital, a fim de serem empossados e nomeados aos respectivos cargos no prazo estabelecido na Lei Complementar nº 028/2007, respeitando todas as prerrogativas da Lei Federal nº 9.504/1997 e Lei Complementar nº 101/2001.

Cargo: PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR - SEDE

Inscrição	Nome	Classificação
225801	SHIRLYSS CARVALHO DE ASSUNÇÃO	41
227686	DIELY DE ALMEIDA	42
221524	DAMIANA BENIGNA DE SOUZA	43
227978	SOLANGE PEREIRA	44
220685	ANGELA MARIA MEIRELLES DOS SANTOS	45
227884	ROSELI BERBEL CABRERIZO	46
224736	ISABEL APARECIDA GOMES	47
221590	JOSE ISAVAM OLIVEIRA SILVA	48
225985	CLAUDINEIA MENDES DA SILVA	49

Para a realização dos exames médico admissional os candidatos Convocados (aprovados e/ou Classificados), conforme lista acima, deverão fazer seu agendamento junto a Secretaria Municipal de Saúde/Centro de Saúde Frater Lucas Francisco Kistner da Costa, e os exames serão obrigatoriamente rubricados pelos Profissionais Efetivos que compõe a Junta Médica desta Municipalidade, conforme Lei Municipal nº 028/2007.

Todos os candidatos convocados deverão se submeter aos exames enumerados no ANEXO II e apresentar atestado médico conforme o ANEXO III.

Será considerado **desistente perdendo a vaga respectiva**, o candidato aprovado e/ou Classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital; *não se apresentar para tomar posse no prazo fixado; não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo*, podendo a Administração Municipal de Juara/MT, convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

Juara-MT, 16 de Março de 2020.

Márcia Regina F. Araújo Carlos Amadeu Sirena

Secretária Mun. de Administração Prefeito Municipal

Portaria GP nº322/2018.

ANEXO I

Apresentar cópia em 01 via (folha A/4)

Carteira de Identidade (RG).

Cadastro de Pessoa Física (CPF).

Título de Eleitor e comprovante da Justiça Eleitoral.

Certidão de Nascimento ou Casamento (se casado, cópia CPF do cônjuge)

Carteira de Trabalho

PIS ou PASEP

Número de Telefone para contato

Comprovante de residência

Certidão dos filhos menores de 21 anos

CPF dos filhos

Comprovante de Escolaridade dos Filhos

Carteira de vacinação **(dos filhos se tiver)**

Reservista ou Alistamento Militar **(Obrigatório para o sexo masculino)**

Carteira de Habilitação A/B/C/D/E **(Obrigatório caso seja requisito para investidura no cargo)**

Apresentar cópia autenticada:

Comprovante de Escolaridade (Histórico/Atestado e ou Certificado de Conclusão, Conforme exigência do Cargo no PCCS e Edital de Concurso Público 001/2016).

Diploma de Curso Técnico e Nível Superior (Conforme exigência do Cargo no PCCS e Edital de Concurso Público 001/2016).

Apresentar via original:

Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe (CRA, CRM, CRAS, COREN, CRC, CREA, CRP, CRTR, CRF, CRN, OAB etc..)

Exame Médico Admissional **(Obrigatório)**

Laudo Psicológico **(Obrigatório)**

Certidão de Antecedentes Criminais da Comarca do domicilio do candidato

Declaração de Bens

Declaração de não acumulo de cargo, emprego ou função pública.

Duas foto 3x4 recente

Número da Conta Salário do Banco Bradesco

ANEXO II

EXAMES ADMISSIONAIS

EXAMES ADMISSIONAIS PARA PROVIMENTO DE VAGAS - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016	
CARGO EFETIVO	**EXAME MÉDICO**
Professor Nível Superior	**- Hemograma - Glicemia - Carteira Vacinação Atualizada - ABO + RH - ECG com laudo a partir de 45 anos - Raio X de Tórax e Coluna com Laudo**

ANEXO III

MODELO DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL – ASO

ÓRGÃO EMPREGADOR:

( ) Governo Municipal de Juara-MT - CNPJ nº 15.072.663/0001-99

Nome do servidor: _____

Identidade nº _____ Data de nascimento_____

Função que irá exercer: _____

MOTIVO DA AVALIAÇÃO MEDICA:

( ) Admissional

PROCEDIMENTO MÉDICO A QUE FOI SUBMETIDO

( ) Avaliação clínica e Anamnese Ocupacional

( ) Exame de aptidão física e mental

Exames Complementares_____

_____

_____

_____

_____

Observações:

_____

_____

_____

_____

Conclusão sobre a capacidade Laborativa:

( ) Apto

( ) Inapto

Riscos Ocupacionais

( ) Físicos ( ) Ergonômicos ( ) Químicos

( ) Biológicos ( ) Acidentes ( ) Sem Risco

Próxima Avaliação:

( ) seis meses ( ) um ano ( ) dois anos

JUARA, _____/_____/_____

_____ _____

Assinatura servidor Carimbo

Assinatura Médico/CRM

Página 01 do Anexo II

ANEXO III

MODELO DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL – ASO

ÓRGÃO EMPREGADOR:

( ) Governo Municipal de Juara - MT – CNPJ nº 15.072.663/0001-99

Nome do servidor: _____

Identidade nº _____ Data de nascimento_____

Função que irá exercer: _____

MOTIVO DA AVALIAÇÃO MEDICA:

( ) Admissional

PROCEDIMENTO MÉDICO A QUE FOI SUBMETIDO

( ) Avaliação clínica e Anamnese Ocupacional

( ) Exame de aptidão física e mental

Exames Complementares_____

_____

_____

_____

_____

Observações:

_____

_____

_____

_____

Conclusão sobre a capacidade Laborativa:

( ) Apto

( ) Inapto

Riscos Ocupacionais

( ) Físicos ( ) Ergonômicos ( ) Químicos

( ) Biológicos ( ) Acidentes ( ) Sem Risco

Próxima Avaliação:

( ) seis meses ( ) um ano ( ) dois anos

Declaro ter recebido em ___/___/____ JUARA, _____/_____/_____

A segunda via deste atestado.

Nome : _____ _____

_____ **Carimbo Assinatura Médico/CRM**

Assinatura Servidor

Página 02 do Anexo III

ANEXO III

MODELO DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL – ASO

ÓRGÃO EMPREGADOR:

( ) Governo Municipal de Juara - MT – CNPJ nº 15.072.663/0001-99

Nome do Servidor: _____

Identidade nº _____Idade: _____ Estado Civil: _____

Função que irá exercer: _____Naturalidade: _____

Antecedentes: Já teve ou tem?

( ) Pressão alta ( ) Tuberculose ( ) Alergia a medicamentos/Alimentos ( ) Hepatite ( )Asma

( ) Pneumonia ( ) Sífilis ou doenças sexualmente transmissíveis ( ) Otite ( ) Diabetes

Intervenção cirúrgica? Sim. ( ) Não ( ) _____

Uso de medicamentos? Não ( ) Sim ( ) _____

Mulheres:Menstruação – Menarca: ( ) Regular ( ) Irregular ( ) Ausente

Gestação:( ) P.N. ( ) Cirúrgicos ( ) Filhos vivos ( ) Aborto

HISTORICO OCUPACIONAL

Empregos Anteriores – Empresa: _____

Função: _____ Tempo na empresa: _____Turno: _____

Poeira ( ) Ruído ( ) Calor excessivo ( ) Frio ( ) Radiação ( )

Alta Pressão ( ) Baixa Pressão ( ) Outros ( )

Metais Pesados:Ácidos ( ) Solventes orgânicos ( ) Inseticidas ( ) Fungicidas ( )

Urinário ( ) Outros ( )

Exerce outra atividade além do emprego? Não( ) Sim ( )

Já sofreu algum acidente do trabalho? Não ( ) Sim ( ) C/ afastamento ( ) Encaminhado ( )

Fuma? Não ( ) Sim ( ) Cigarro ( ) Charuto ( ) Cachimbo ( )

Bebe? Não( ) Sim ( ) destilada ( ) fermentada ( ) sem preferência ( )

Pratica algum esporte? Não( ) Sim ( ) quantas vezes por semana ( )

EXAME MÉDICO

Vacinas: Anti Tetânica ( ) Poliomielite ( ) Tríplice ( ) Outras: _____

Altura: _____ Peso: _____ Temperatura: _____ Pulso: _____

P.A: _____ mmHg

Cabeça – Face _____Dentes_____

Tórax Tipo: _____F.R._____Ascultа_____

Ap. Circ. Ascultа:_____ _____

Abdomem Tipo: _____Palpação_____

Ap. Genito Urinário: _____ _____

Coluna Vertebral_____ _____

Membros_____ _____

Sistema Nervoso _____ _____

Exames Complementares _____ _____ _____ _____

Uso de lentes corretoras:Não ( ) Sim ( )

CONCLUSÃO: ( ) APTO ( ) INAPTO

Página 03 do Anexo III

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA -KIRST COMBUSTÍVEL

Juara-MT, 16 de março de 2020.

DECISÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO

Trata de requerimento de reajuste de preço formalizado pela empresa KIRST COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, CNPJ nº 00.445.400/0001-00, de produto objeto da Ata de Registro de Preço nº 078/2019/SECAD, Pregão nº 099/2019/SECAD, passo às considerações:

A empresa licitada requereu **reajuste do item nº 01 do certame** supracitado, qual seja, no preço do ETANOL, um reajuste de R$ 0,21 (vinte e um centavos).

Conforme fotos dos painéis com valores praticados pelos outros postos de combustíveis da cidade, juntadas pela empresa, bem como cotação de preço realizada pela Chefe do Setor de Fiscalização de Contratos, o preço do produto supracitado sofreu oscilação.

O preço praticado na data do certame licitatório, representado pelo termo de referência, não condiz com a atual média de mercado praticada, devendo haver reajuste na proporção da oscilação do mercado.

A Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, em seu artigo 65, prevê a possibilidade de ajustamento

do contrato, sendo que a alínea “d” do mesmo artigo versa sobre a possibilidade/dever de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Ainda, o artigo 884 do Código Civil veda o enriquecimento sem causa, que se encontra estampado no presente caso, ante a divergência do valor de referência dos produtos licitados na data do pregão, como a média de mercado praticado atualmente.

Desta feita, se faz necessário o reajuste do valor praticado, de modo a reestabelecer o equilibro econômico-financeiro, evitando locupletamento ilícito, aplicando ao valor médio praticado no mercado, o deságio previsto no Pregão nº 099/2019/SECAD.

Do Exposto:

De modo a viabilizar a continuidade do fornecimento dos produtos, reestabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato e evitar o enriquecimento sem causa, **DETERMINO** o reajuste do preço do item nº 01 da Ata de Registro de Preço nº 078/2019/SECAD, Pregão nº 099/2019/SECAD, referente ao combustível Etanol.

Para tanto, deve ser subtraído os percentuais de deságio previsto no Pregão nº 099/2019/SECAD do valor médio praticado no mercado atualmente, apontado pela Chefe do Setor de Fiscalização de Contratos, obtendo assim o valor final de reajuste do Etanol em **R$ 3,47 por litro.**

Determino que a empresa contratada seja cientificada da presente decisão e conseguinte nova pauta de pagamento.

Nada sendo requerido e após as devidas formalidades, arquive-se.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito Municipal

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2.825/2020

Lei Municipal n° 2.825, de 16 de março de 2020.

Estabelece o piso salarial profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias no Município de Juara.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1ºFica o Poder Executivo Municipal autorizado a reajustar o piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, no valor de R$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais), a ser pago no mês de abril de 2020, retroagindo aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2020, sendo o acumulado retroativo, pago de forma fracionada nos meses de abril, maio e junho/2020.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reajustar o piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, no valor de R$ 1.550,00 (hum mil e quinhentos e cinqüenta reais), a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria em conformidade Lei Municipal nº 2.775, de 24 de setembro de 2019, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020, Lei Municipal nº 2.679, de 29 de dezembro de 2017, que trata do Plano Plurianual, período de 2018 a 2021 e suas alterações, e Lei Municipal nº 2.817, de 14 de janeiro de 2020, que trata da Lei Orçamentária para o exercício de 2020, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, em 16 de março de 2020.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECRETO Nº 1.457/2020

Decreto nº 1.457, de 16 de março de 2020.

Dispõe sobre parcelamento e desconto no pagamento do IPTU/2020, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando o Art. 60 da Lei Municipal nº 2.775/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

DECRETA:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder desconto no pagamento de IPTU/2020 aos contribuintes/proprietários ou possuidores de imóveis localizados no Perímetro Urbano ou na Zona de Expansão do Município no importe de:

I - 20% (vinte por cento) de desconto, para o pagamento em parcela única, até a data de 29 de maio de 2020;

II - 10% (dez por cento) de desconto, para pagamento em parcela única, até a data de 30 de junho de 2020;

III - 5% (cinco por cento) de desconto, para pagamento em parcela única, até a data de 31 de julho de 2020.

Art. 2º Para os contribuintes/proprietários ou possuidores de imóveis localizados no Perímetro Urbano ou na Zona de Expansão do Município de Juara, que não quiserem efetuar o pagamento a vista, fica autorizado o parcelamento do valor em até 08 (oito) parcelas, iguais e sucessivas, sem a concessão de qualquer desconto, nem incidência de juros, correções e outros acréscimos, desde que o pagamento seja efetuado até as seguintes datas de vencimento:

I - primeira parcela com vencimento em 29/05/2020;

II - segunda parcela com vencimento em 30/06/2020;

III - terceira parcela com vencimento em 31/07/2020;

IV - quarta parcela com vencimento em 31/08/2020;

V - quinta parcela com vencimento em 30/09/2020;

VI - sexta parcela com vencimento em 30/10/2020;

VII – sétima parcela com vencimento em 30/11/2020;

VIII – oitava parcela com vencimento em 11/12/2020.

Parágrafo único. O parcelamento de que trata o *caput* deste artigo deverá obedecer ao limite mínimo de R$ 50,00 (cinqüenta reais) por parcela.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, em 16 de março de 2020.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 127/2020

Extrato de Contrato nº 127/2020

Data: 10/03/2020

Vigência: 31/12/2020

Licitação: Carta Convite n.º 001/2020

Objeto: Constitui Objeto deste contrato a **Contratação de Empresa Especializada em Elaboração de Projetos Elétricos para Iluminação Pública das Avenidas do Município de Juara/MT,** conforme projeto básico, especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

Contratada: M. P. S. ROCHA AGUIAR - ME, inscrita com o CNPJ sob o n.º 29.994.897/0001-06, endereço Rua 137, n. 556, Sala 101, Setor Marista, CEP: 74.170-120, com sede na cidade de Goiânia – Estado de Goiás

Valor: R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 013/2020/SECAD TIPO: PRESENCIAL APURAÇÃO: MENOR VALOR POR ITEM.

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Fornecimento de Hospedagem Tipo Casa De Apoio na Capital do Estado Cuiaba-MT, em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 12/03/2020, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 02 de abril de 2020 às 08h30 – Horário Local.

Juara-MT, em 16 de março de 2020.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Juruena/MT através do Pregoeiro nomeado pela Portaria Municipal n.º 102/2019, Torna Público, para os devidos fins que **ADERIU** à Ata de Registro de Preços n.º 101/2019, oriunda do Pregão Presencial n.º 086/2019, realizado pela Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT, para aquisição de Oxigênio Medicinal, para atender as demandas do Hospital Municipal de Juruena - MT, nas mesmas condições da Ata de Registro de Preços aderida.

Juruena – MT, 16 de março de 2020.

Robson Gomes Dias Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESPOSTA REAJUSTE DE PREÇOS

Oficio nº 067/2020/Licitação/PMJURUENA

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 003/2020

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003/2020A empresa **INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.717.170/0001-45, protocolou junto à Prefeitura Municipal de Juruena – MT, requerimento de Reajuste no valor dos itens dos quais foi sagrada vencedora no Pregão Presencial 003/2020, Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Produtos Químicos para Tratamento e Purificação de Água, para atender as necessidades do DAEJUR – Departamento de Água e Esgoto de Juruena, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo neste Edital, pelo período de 12 meses.

Em que pese em processos administrativos não haja severidade quanto ao formalismo, para que o recurso seja recebido e analisado pela Administração, deverá haver a observância de requisitos mínimos como a identificação correta da empresa e o modo correto de encaminhamento, bem como ao formalismo inerente ao processo administrativo, sendo os mesmos observados do referido Requerimento.

Após análise da assessoria Jurídica deste município, tem-se o seguinte parecer:

A empresa Detentora do referido Pregão, sagrou-se vencedora do Item:

02 – Hipoclorito de Cálcio

O Tribunal de Contas da União, em sessão plenária realizada no dia 12 de junho de 2013, proferiu o entendimento de que: *"o desequilíbrio econômico financeiro do contrato não pode ser constatado a partir da variação de preços de apenas um serviço ou insumo, devendo resultar de um exame global da variação de todos os itens da avença" (Acórdão nº 1466/2013 – Plenário).*

O Sistema de Registro de Preços adotado no Pregão Presencial 003/2020*, visa justamente o Registro do valor o objeto licitado por um período de 12 meses, e conforme previsão Editalícia em seu item 9.1.*

" Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços";

O valor praticado pode sofrer variações no período de vigência da Ata de Registro de Preços, onde alguns itens podem sofrer reajustes para valores maiores enquanto outros podem sofrer reajustes para valores menores, devido a inúmeras razões.

Conforme o instrumento convocatório, sobre o valor registrado deve incidir alguns cálculos, conforme segue:

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

No tocante ao Requerimento postulado pela empresa **INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA***, a assessoria jurídica do município de* Juruena entende que conforme Notas Fiscais anexada confirma o desequilíbrio *econômico financeiro, principalmente devido a que a empresa Licitante ofertou valores globais por* ITEM*, adequando o valor unitário de cada item a seu critério.*

O Parecer da assessoria jurídica foi acatado pelo Pregoeiro e Equipe de apoio, entendendo de igual forma ***PROCEDENTE*** **O AUMENTO DE 10,97%,** *o pedido postulado pela empresa* **INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA**.

Desta forma, a empresa Detentora da Ata de Registro de Preços deverá nos enviar um aceite de reequilíbrio de 10,97%, e *deverá seguir com o fornecimento dos produtos ofertados, conforme solicitação da Secretaria, sob pena de sanções previstas no instrumento Convocatório, bem como na Lei de Licitações de n 8.666/1993.*

Nada mais havendo, lavrou-se a presente que vai assinada pelos membros abaixo identificado.

Juruena, 16 de março de 2020.

Sandra Josy Lopes de Souza

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Juruena/MT através do Pregoeiro nomeado pela Portaria Municipal n.º 102/2019, Torna Público, para os devidos fins que **ADERIU** à Ata de Registro de Preços n.º 007/2019, oriunda do Pregão Eletrônico n.º 011/2019, realizado pelo **FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**, para aquisição de 02 veículos de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE), nas mesmas condições da Ata de Registro de Preços aderida.

Juruena – MT, 16 de março de 2020.

Robson Gomes Dias Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVISO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2020

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER DEMANDAS DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA/MT, CONFORME CONVENIO PLATAFORMA + BRASIL Nº 882673/2019, SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO OESTE - SUDECO" **Data e Hora de Abertura:** 30-03-2020 as 07:30hs-MT. Edital pode ser retirado na Prefeitura, através de e-mail licitação@juscimeira.mt.gov.br, dias úteis ou 66 3412-1371 ou 1381.

Juscimeira/MT, 16 De Março 2020

Maiko Wilson Cunha De Almeida

Pregoeiro

PORTARIA Nº 105/2020, 16 DE MARÇO DE 2020.

"Dispõe sobre **EXONERAÇÃO** do **Cargo de Gerente de Industria e Comercio** do Município de Juscimeira, Srº **Onofre Marcos,** e da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a pedido o Srº ONOFRE MARCOS, CPF nº 112.375.701-15, RG nº 0077609-2/SSP/MT, residente e domiciliado à Rua Belo Horizonte nº 668, Bairro Centro, Juscimeira-MT, do **Cargo Comissionado de Gerente de Industria e Comercio,** lotado na Secretaria de Turismo Industria e Comercio.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 16 de Março de 2020.

LUCAS VINICIUS MARTINS DE FRANÇA

Secretaria de Turismo Industria e Comercio

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 101/2020, 02 DE MARÇO DE 2020.

"Dispõe sobre concessão de **Licença Prêmio** a Servidora Efetiva **Srª Maria do Carmo Martins Duarte,** e dá outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **LICENÇA PREMIO** á Servidora Público Municipal Efetiva **Matricula 338 – Maria do Carmo Martins Duarte,** lotado na Secretaria de Saúde no Cargo de Auxiliar de Laboratório, no período de 02 de Março de 2020 à 31 de Março de 2020, com retorno em **01/04/2020**, a Licença Prêmio concedida refere-se ao qüinqüênio 04/05/2010 à 03/05/2015.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 02 de Março de 2020.

NASSIN EL DIN FARAH

Secretario de Saúde

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 104/2020, 16 DE MARÇO DE 2020.

"Dispõe sobre E**XONERAÇÃO** do **Cargo de Gerente de Esportes e Bem Estar** do Município de Juscimeira, Srº **Mauricio Alves da Silva,** e da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a pedido o Srº MAURICIO ALVES DA SAILVA, CPF nº 000.574.701-54, RG nº 14444810/SSP/MT, residente e domiciliado à Av Luiz Mulato (Av G) nº 454, Bairro –Cajus - Juscimeira-MT, do **Cargo Comissionado de Gerente de Esporte e Bem Estar,** lotado na Secretaria da Família e Bem Estar.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 16 de Março de 2020.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 103/2020, 13 DE MARÇO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS Nº 001/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA-MT E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Organizadora do Processo Seletivo de Estagiários nº 001/2020 da Prefeitura Municipal de Juscimeira-MT.

Antonio Carlos da Silva Junior, inscrita no CPF/MF nº 559.328.191-20 ocupante do cargo de Secretário de Administração matricula nº 2772, como presidente da Comissão;

Joyce Pedroso Mendes, inscrito no CPF/MF nº 045.403.131-93 ocupante do Cargo de Oficial Administrativo matricula nº 2923, como Secretária da Comissão;

Daihane Xavier Marques, inscrita no CPF/MT nº 024.629.361-65 ocupante do Cargo de Oficial Administrativo matricula nº 2942, como Membro da Comissão.

Artigo 2º - A Comissão Organizadora fica:

I - Encarregada de tomar todas as providências necessárias para realização do Concurso Público, obedecendo fielmente os ordenamentos legais pertinentes;

II - Divulgar o Edital de chamamento, seguindo as orientações previstas e necessárias.

Artigo 3º - Compete ao Presidente desta Comissão, solicitar junto a Prefeitura, todos os recursos materiais, humanos e financeiros necessários à consecução do objetivo desta Portaria.

Artigo 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Juscimeira – MT, em 13 de Março de 2020.

MÓISES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO LEGISLATIVO Nº 032/2020

DECRETO LEGISLATIVO Nº 032/2020

DE: 16 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre **APROVAÇÃO** das Contas Anuais de Governo do Exercício de 2018 da Prefeitura Municipal de Juscimeira, Gestão do Senhor **MOISÉS DOS SANTOS**, e dá outras providências.

O Senhor **JOSÉ QUIRINO DA SILVA,** Presidente da Câmara Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, faz saber que o Plenário **APROVOU** e Ele **PROMULGA** o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1º - Ficam **APROVADAS** as Contas de Governo do Poder Executivo Municipal, referentes aos Balancetes e Balanço Geral do exercício financeiro de 2018, Gestão do Senhor **MOISÉS DOS SANTOS**, **FAVORAVEL** ao Parecer Prévio nº 072/2019 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º - Este Decreto Legislativo, entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EM: 16 DE MARÇO DE 2020.

JOSÉ QUIRINO DA SILVA

PRESIDENTE

PORTARIA Nº 100/2020, 02 DE MARÇO DE 2020.

"Dispõe sobre concessão de **Licença Prêmio** a Servidora Efetiva **Srª Valeria Fail,** e dá outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **LICENÇA PREMIO** á Servidora Público Municipal Efetiva **Matricula 2243 – Valeria Fail,** lotado na Secretaria de Saúde no Cargo de Agente Comunitário de Saúde, no período de 02 de Março de 2020 à 31 de Março de 2020, com retorno em **01/04/2020**, a Licença Prêmio concedida refere-se ao qüinqüênio 15/01/2015 à 14/01/2020.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 02 de Março de 2020.

NASSIN EL DIN FARAH

Secretario de Saúde

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 097/2020, 02 DE MARÇO DE 2020.

"Dispõe sobre concessão de **Licença Prêmio** a Servidora Efetiva **Srª Aldenir de Jesus Silva,** e dá outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **LICENÇA PREMIO** á Servidora Público Municipal Efetiva **Matricula 1238 – Aldenir de Jesus Silva,** lotado na Secretaria de Saúde no Cargo de Agente Comunitário de saúde , no período de 02 de Março de 2020 à 31 de Março de 2020, com retorno em 0**1/04/2020**, a Licença Prêmio concedida refere-se ao qüinqüênio 02/01/2015 à 29/02/2020.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 02 de Março de 2020.

NASSIN EL DIN FARAH

Secretario de Saúde

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 098/2020, 02 DE MARÇO DE 2020.

"Dispõe sobre concessão de **Licença Prêmio** a Servidora Efetiva **Srª Raquel França do Nascimento,** e dá outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **LICENÇA PREMIO** á Servidora Público Municipal Efetiva **Matricula 2241 – Raquel França do Nascimento,** lotado na Secretaria de Saúde no Cargo de Agente Comunitário de saúde , no período de 01 de Março de 2020 à 30 de Março de 2020, com retorno em **31/03/2020**, a Licença Prêmio concedida refere-se ao qüinqüênio 15/01/2015 à 14/01/2020.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 02 de Março de 2020.

NASSIN EL DIN FARAH

Secretario de Saúde

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 099/2020, 02 DE MARÇO DE 2020.

"Dispõe sobre concessão de **Licença Prêmio** a Servidora Efetiva **Srª Elisangela dos Santos,** e dá outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de **LICENÇA PREMIO** á Servidora Público Municipal Efetiva **Matricula 340 – Elisangela dos Santos,** lotado na Secretaria de Saúde no Cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, no período de 02 de Março de 2020 à 30 de Abril de 2020, com retorno em **01/05/2020**, a Licença Prêmio concedida refere-se ao qüinqüênio 04/05/2010 à 03/05/2015.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 02 de Março de 2020.

NASSIN EL DIN FARAH

Secretario de Saúde

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2020

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2020

A prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste – MT, torna público para conhecimento dos interessados, a RETIFICAÇÃO relacionada abaixo, referente à publicação do TERMO DE RATIFICAÇÃO da Dispensa de Licitação n.º 001/2020 publicada no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de mato Grosso do dia 18 de fevereiro de 2020, na página 371.

Onde se lê: O prefeito municipal de Lambari D´Oeste –MT, Estado De Mato Grosso, Sr.º EDVALDO ALVES DOS SANTOS, torna público...

Leia-se: O prefeito municipal de Lambari D´Oeste –MT, Estado De Mato Grosso, Sr.º JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA, torna público...

Lambari D´Oeste, MT 16 de março de 2020

JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA

Prefeito Municipal Interino

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

CAMARA MUNICIPAL/SECRETARIA PORTARIA 005/2020

PORTARIA N° 005/2020

DATA: 16/03/2020

SÚMULA: "Dispõe sobre Função Gratificada à Servidora Pública da Câmara Municipal de Marfcelândia, Thais Loss Hilário."

EDIVAN VIEIRA LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei.

RESOLVE

Art. 1º) Conceder Função Gratificada, a partir de 01 de março de 2020, à servidora Pública da Câmara Municipal de Marcelânida, a Srª **THAIS LOOS HILARIO**, Atendente, matrícula nº 123, para exercer a função de Encarregada do Protocolo e setor de compras, com adicional de 100% (cem por cento) do seu salário base.

Art. 2°) – Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revoga a portaria 005/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, em 16 de março de 2020.

EDIVAN VIEIRA LIMA

PRESIDENTE

PREFEITURA/LICITAÇÃO DECRETO Nº. 037/2020.

DATA: 16/03/2020.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOVA COMPOSIÇÃO DA JUNTA MÉDICA PERICIAL DO PREVILÂNDIA – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MARCELÂNDIA – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito do Município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidos por lei:

DECRETA:

Art. 1º - A partir desta data, a Junta Médica Pericial da Previlândia passa a ser composta pelos médicos peritos os senhores Dr. Walmir Muniz Nantes, inscrito no CRM N° 3888/MT, o Dr. Carlos Alberto Casula, inscrito no CRM n.º 2135/MT e a Dra. Marianna Alves Araújo, inscrita no CRM nº 10753/MT.

Art. 2º - Para fins deste decreto considera-se:

I- Perícia Médica: todo e qualquer ato realizado por profissional da área médica, tendo por objetivo o estudo, verificação e parecer abalizado, através de laudo, nos casos de invalidez, com a finalidade de obtenção de benefícios previdenciários.

II- Licenças Médicas: Licença para tratamento de saúde, afastamento em auxílio doença, licença ao servidor acidentado no exercício de suas atribuições ou acometido de doença profissional e licença a servidora gestante;

III- Laudo Médico Pericial: manifestação de autoridade médica competente sobre a perícia efetuada.

Art. 3º - A Junta Médica Pericial terá por atribuições;

I- Realizar perícias médicas nos servidores para fins de licença de saúde, licença ao servidor acidentado no exercício de suas atribuições ao atacado de moléstia profissional, licença a servidora Gestante, readaptação, para reassunção do exercício e cessação de readaptação, proferindo a decisão final através do relatório médico pericial.

II- As perícias médicas serão realizadas por pelo menos dois dos peritos nomeados no art. 1º, evitando, assim, do médico ser perito de paciente seu, atendendo, dessa forma, ao artigo 120 da Resolução CFM n.º 1.246, do Código de Ética Médica.

Art. 4º - O Diretor Executivo do Previlândia instruirá convenientemente o processo, com a inclusão dos documentos necessários e suficientes ao bom desempenho da Junta Médica Pericial.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto 037/2018 de 08/06/2018 e as disposições em contrário.

.

Paço Municipal, em Marcelândia - MT, 16 de março de 2020.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO PORTARIA SEPLAN Nº 006/2020

DATA: Sexta-Feira, 13 de março de 2020

SÚMULA: Nomeia a Engenheira FABIANA ZACARIAS RAMOS como Engenheira Responsável pela Fiscalização e Execução dos Serviços

de Mão de Obra na Instalação de Tubos Armco para a Substituição de Bueiros e Pontes no Município de Marcelândia/MT"

O Senhor **Arnóbio Vieira de Andrade**, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado do Mato Grosso, no uso da competência que lhe confere a Lei;

R E S O L V E:

Artigo 1º. Nomear a Engenheira Civil **FABIANA ZACARIAS RAMOS**, brasileira inscrita no CREA-MT sob Nº 0.330-60, portadora do RG 21097283-3 SSP/MT e CPF sob Nº 031.679.751-05 como engenheira responsável pela **Execução e Fiscalização** dos **"***Serviços de mão de obra na Instalação de Tubos Armco para Substituição de Bueiros e Pontes no Município de Marcelândia/MT*. **Artigo 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO EM, 13 de março de 2020.

_____

Arnóbio Vieira de Andrade

PREFEITO MUNICIPAL

_____

Adriana Cristina Machado Blanc

SEC DE PLANEJAMENTO

Registra-se e afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2020 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizou no dia 02 de março 2020 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO PEIXOTINHO I NA ESTRADA MUNICIPAL DIVISA NORTE NO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 881579/2018 CELEBRADO ENTRE SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (SUDECO) E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, aonde sagrou-se vencedor o Licitante ATRATIVA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.073.316/0001-27 com valor total de R$ 2.913.372,67. Matupá – MT, 16 de março de 2020. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 041/2020

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº.18.093.163/0001-21 e Inscrição Estadual n° 90632416-41, com sede na Rod. BR 376, Km 188,5 s/nº, Bairro Jardim Santa Izabel, na Cidade de Marialva/PR, e-mail bellantransformacoes@gmail.com, telefone (44) 3232-7180, neste ato representada pelo Sr. FRANK SIELD SIDNEY BELLAN,portador do RG 9551.829-0 SSP/PR e CPF nº.054.975.109-22 nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO PICK-UP ADAPTADA A AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT",** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 02/2020.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Saúde.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
373426	Veículo tipo pick-up cabine simples, c/ tração 4x4, zero km, DIESEL, Air-Bag p/ os ocupantes da cabine, Freio c/ (A.B.S.) nas quatro rodas, modelo do ano da contratação ou do ano posterior, adaptado p/ ambulância de SIMPLES REMOÇÃO, implementado c/ baú de alumínio ou	UN - UNIDADE	CHEVROLET S-10 4X4	2	165.500,00	331.000,00

	fibra de vidro adaptado c/ portas traseiras. C/ capacidade mín de carga 1.000 kg Motor; Potência mín 100 cv; c/ todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN: Snorkel p/ captação do ar de admissão do motor e diferencial; Capacidade volumétrica não inferior a 5,5 metros cúbicos no total. Sist. Elétrico: Original do veículo, c/ montagem de bateria adicional mín 100A. Independente da potência necessária do alternador, não serão admitidos alternadores menores que 120 A.Inversor de corrente continua (12V) p/ alternada (1 IOV) c/ capacidade mín de 1.000W de potência máx contínua, c/ onda senoidal pura. Painel elétrico interno mín de uma régua integrada c/ no mín 04 tomadas, sendo 02 tripolares (2P+T) de 110 Vca e 02 p/ 12 V (potência máx de 120 W), interruptores c/ teclas do tipo iluminadas; Iluminação natural e artificial. Sinalizador Frontal Secundário: barra linear frontal o veículo semi embutido no defletor frontal, 02 sinalizadores a LEDs em cada lado da carenagem frontal da ambulância na cor vermelha c/ tensão de trabalho de 12 Vcc e consumo nominal máx de 1,0A por sinalizador.02 Sinalizadores na parte traseira na cor vermelha, c/ frequência mín de 90 flashes por minuto. operando mesmo c/ as portas traseiras abertas e permitindo a visualização da sinalização de emergência no trânsito, quando acionado, c/ lente injetada de policarbonato, resistente a impactos e descolorização c/ tratamento UV. Fornece laudo que comprove o atendimento às normas SAE J575 e SAE J595 (Society of Automotive Engineers), no que se refere aos ensaios contra vibração, umidade, poeira, corrosão, deformação e traseiros. Sinalização acústica c/ amplificador de potência mín de 100 W RMS Vcc, mín de 03 tons distintos, sistema de megafone c/ ajuste de ganho e pressão sonora a 01 metro no mín 100 dB Vcc; Fornece laudo que comprove o atendimento à norma SAE JI 849 (Society of Automotive Engineers), no que se refere a requisitos e diretrizes nos sistemas de sirenes eletrônicas c/ um único autofalante: Sist. fixo de Oxigénio. Ventilação do veículo proporcionada por janelas e ar condicionado. Compartimento do motorista c/ o sist, original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica p/ ar condicionado, ventilação,. aquecedor e desembaçador. para o compartimento do paciente original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica um sist. de Ar Condicionado e ventilação conforme o item 5.12 da NBR 14 561 .Capacidade térmica do sist. de Ar Condicionado do Compartimento traseiro c/ no mín 30.000 BTUs. Cadeira do médico retrátil ao lado da cabeceira da maca. No salão de atendimento, paralelamente à maca, um banco lateral escamoteável. tipo baú, Maca retrátil ou biarticulada, confeccionada em duralumínio; c/ no min 1.800 mm de comprimento, c/ sist. de elevação do tronco do paciente em pelo menos 45 graus e colchonete. Apresentar Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) do Fabricante, bem como: Registro ou Cadastramento dos Produtos na ANVISA; Garantia de 24 meses. Ensaio atendendo à norma ABNT NBR 14561/2000 e AMD Standard 004, feito por laboratório credenciado. Design Interno: Dimensiona o espaço interno da ambulância, visando posicionar, de forma acessível e prática, a maca, bancos, equipamentos e aparelhos a serem utilizados no atendimento às vítimas. Pega-máo ou balaústre vertical, junto a porta traseira direita, p/ auxiliar no embarque, c/ acabamento na cor amarela. Armário lado esquerdo da viatura tipo bancada p/ acomodação de equipamentos, p/ apoio de equipamentos e medicamentos: Fornecimento de vinil adesivo p/ grafismo do veículo, composto por (cruz da vida e SUS) e palavra (ambulância) no capô, laterais e vidros traseiros.					
Total Fornecedor						331.000,00

5 – DOS PRODUTOS

5.1 - O prazo máximo para entrega do objeto do pedido, é de (45) quarenta e cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.1.1. O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.1.1.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.1.1.2 Não apresente avaria ou adulteração;

5.2 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de (20) vinte dias após devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.3 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita na Av Herminio Ometto n° 101 ZE – 022, Prefeitura Municipal, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução;

5.4 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, CONTRAN, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.5 - Os equipamentos deverão estar de acordo com as especificações técnicas e os demais elementos que integram o edital de Licitação.

5.6 - Todos os produtos ofertados devem ser novos, não sendo aceito produtos remanufaturados.

5.7 - Deverão ser fornecidos todos os itens necessários para cada tipo de equipamento descrito de forma que o mesmo tenha o desempenho e funcionalidades especificadas, indiferentemente se os itens foram especificados explicitamente.

5.8 - Todos os recursos de hardware da solução proposta devem funcionar perfeitamente com o software compatível solicitado, sejam eles de quaisquer naturezas.

5.9 - Os atributos informados são especificações mínimas, quando existirem limites máximos de parâmetros estes serão descritos explicitamente.

5.10 - No caso de substituição de algum item, por quaisquer naturezas, estes só poderão ser substituídos por modelos iguais ou de características superiores ao modelo proposto pela LICITANTE, contudo, deve ser obrigatoriamente do mesmo fabricante do modelo inicialmente ofertado.

5.11 - E de responsabilidade da LICITANTE assegurar que os modelos de equipamentos propostos atendem todos os requisitos especificados neste edital, sejam eles de qualquer natureza. Importante: E considerada falha grave a entrega de equipamentos com características inferiores as especificadas neste edital. A LICITANTE e responsável, em qualquer tempo durante a vigência do contrato de garantia, regularizar qualquer não conformidade identificada pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de Matupá sem qualquer ônus para o Município de Matupá.

5.12 - Recebimento dos Produtos:

5.12.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.12.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.12.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.13 - Caberá à Licitante Vencedora:

5.13.1. Transportar, por sua conta e risco, o(s) veículo(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.13.2. Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.13.3 – Substituir peças e demais componentes que apresentem defeito de fabricação, dentro do prazo de garantia.

5.13.4 - No ato da entrega a CONTRATADA deverá fornecer toda a documentação técnica, manuais e CDs dos equipamentos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 – Entregar os produtos dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da entrega dos produtos de sua responsabilidade;

6.3 – Todos os produtos deverão ter garantia de no mínimo 12 (doze) meses;

6.4 - Os equipamentos/veículos deverão estar de acordo com as especificações técnicas e os demais elementos que integram o edital de Licitação.

6.5 - Todos os produtos ofertados devem ser novos, não sendo aceito produtos remanufaturados.

6.6 - Deverão ser fornecidos todos os itens necessários para cada tipo de equipamento descrito de forma que o mesmo tenha o desempenho e funcionalidades especificadas, indiferentemente se os itens foram especificados explicitamente.

6.7 - Todos os recursos de hardware da solução proposta devem funcionar perfeitamente com o software compatível solicitado, sejam eles de quaisquer naturezas.

6.8 - Os atributos informados são especificações mínimas, quando existirem limites máximos de parâmetros estes serão descritos explicitamente.

6.9 - No caso de substituição de equipamentos/veículos, por quaisquer naturezas, estes só poderão ser substituídos por modelos iguais ou de características superiores ao modelo proposto pela LICITANTE, contudo, deve ser obrigatoriamente do mesmo fabricante do modelo inicialmente ofertado.

6.10 - E de responsabilidade da LICITANTE assegurar que os modelos de equipamentos/veículos propostos atendem todos os requisitos especificados neste edital, sejam eles de qualquer natureza. Importante: E considerada falha grave a entrega de equipamentos com características inferiores as especificadas neste edital. A LICITANTE e responsável, em qualquer tempo durante a vigência do contrato de garantia, regularizar qualquer não conformidade identificada pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de Matupá sem qualquer ônus para o Município de Matupá.

6.11 - Todos os equipamentos/veículos que compõe a solução devem ser novos, sem uso e de última geração, estando em linha de comercialização pelo fabricante na data de abertura desta licitação.

6.12 - Transportar, por sua conta e risco, o(s) equipamento/veículo(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

6.13 - Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

6.14 – Substituir peças e demais componentes que apresentem defeito de fabricação, dentro do prazo de garantia.

6.15 - No ato da entrega a CONTRATADA deverá fornecer toda a documentação técnica, manuais e CDs dos equipamentos.

6.16 - Etiqueta externa que apresente o modelo do equipamento e número de série para facilidade de controle de ativos.

6.17 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, CONTRAN etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

6.18 - A Licitante Vencedora deverá prestar Assistência Técnica durante todo o período de garantia para com Veículo/equipamentos, respeitando os seguintes prazos:

6.18.1 - Para iniciar o atendimento de Assistência Técnica: máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da comunicação do defeito, por escrito, pela Divisão de Manutenção em Equipamentos da Prefeitura Municipal de Matupá;

6.18.2 - Para concluir os reparos: máximo de 15 (quinze) dias úteis, a partir da comunicação referida no item acima.

6.18.3 – Assistência técnica em um raio de 300 km do Município de Matupá. Tal exigência justifica-se tendo em vista a necessidade de revisões e consertos que se fizerem necessárias no(s) equipamento(s), considerando os custos de transportes e o tempo para deslocamentos.

6.19 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade na entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.20 - A falta de quaisquer dos PRODUTOS que compete ao presente contrato, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.21 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.22 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.23 - Fiscalizar o perfeito cumprimento na entrega dos produtos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.24 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.25 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.26 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.27 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.10084 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE P/ ATENÇÃO BÁSICA – *4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE CÓDIGO GERAL: 08.*002.10.302.0013.10077 – AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA - HOSPITALAR – *4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE*

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria Municipal de Saúde	Renato Fernandes De Souza	7770/2019

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 2/2020** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 16 de março de 2020.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA

CNPJ sob o nº.18.093.163/0001-21

FRANK SIELD SIDNEY BELLAN

CPF nº.054.975.109-22

CONTRATADO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2020

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da **M. DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 07.811.058/0001-64 e Inscrição Estadual n°13.314.972-2, com sede na Rua Av. Ayrton Senna da Silva nº S/N, Bairro Pascoal Ramos, na Cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.098-000, e-mail leto.mt@grupomonaco.com.br, Telefone (65) 99912-7394 neste ato representada por seu procurador o Sr. WELLINGTHON AZEVEDO DE SOUZA,portador do RG 1254480-9 SSP/MT e CPF nº.699.283.711-72, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES BASCULANTE NOVO, 0 KM, COM CAÇAMBA ACOPLADA E CAPACIDADE MINIMA DE 16 M³ EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT",** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 03/2020.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
373516	VEÍCULO TIPO CAMINHÃO, ZERO QUILÔMETRO, TRAÇADO 6X4, ORIGINAL DE FÁBRICA, ANO DE FABRICAÇÃO 2020, RÍGIDO PARA TRABALHOS FORA DA ESTRADA, COM CAÇAMBA ACOPLADA COM CAPACIDADE DE 16M³ (DEZESSEIS METROS CÚBICOS) ORIGINAL DE FÁBRICA, ANO DE FABRICAÇÃO 2020, MODELO 2020 OU SUPERIOR, COM CABINE FRONTAL AVANÇADA (CHAMADA CARA CHATA) TOTALMENTE DE AÇO NA COR BRANCO, SEM LEITO, BASCULÁVEL A 60º PROPORCIONANDO PLENO ACESSO AO MOTOR, ISOLAMENTO TERMO ACÚSTICO DE ALTA EFICIÊNCIA, COM PROTEÇÃO DOS FARÓIS, COM FAROL DE NEBLINA, COM FAROL DE MILHA NO PARA-CHOQUE, POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 310CV, MOTOR DIESEL DE 6 CILINDROS EQUIPADO COM O SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 2100 RPM; TORQUE MÁXIMO DE 1200NM(ENTRE 1000 A 1500 RPM); TANQUE DE COMBUSTÍVEL MÍNIMO DE 275 LITROS; PBT PESO BRUTO TOTAL TÉCNICO 23000KG; CMT - CAPACIDADE MÁXIMA DE TRAÇÃO DE NO MÍNIMO 63000 KG; CAIXA DE CÂMBIO COM NO MÍNIMO 10 VELOCIDADES A FRENTE E 02 VELOCIDADES A RÉ. RODAS EM AÇO DE APROXIMADAMENTE 8,0X22,0", NO MÍNIMO E PNEUS RADIAIS COM CÂMARA NO MÍNIMO 11.00 R22; PERÍODO DE GARANTIA IGUAL OU SUPERIOR A 1 (UM) ANO, INDEPENDENTE DA QUILOMETRAGEM PERCORRIDA OU DAS HORAS TRABALHADAS;	UN – UNID.	CAMINHÃO VOLKSWAGEN 31330 E CAÇAMBA ROSSETTI	2	449.500,00	899.000,00

	EQUIPADO COM TODOS OS EQUIPAMENTOS BÁSICOS DE FÁBRICA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA OBRIGATÓRIOS; ESTE VEÍCULO DEVERÁ SER FORNECIDO COM MEDIDA DE ENTRE – EIXOS MÍNIMA DE 3440MM. CAÇAMBA PARA CAMINHÃO 6X4 COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 16M³ (DEZESSEIS METROS CÚBICOS), EM CHAPA ESPECIAL PARA O TRANSPORTE DE MINÉRIO, AREIA, PEDRISCO, EM AÇO, TAMPA TRASEIRA PANTOGRÁFICA. TRAVESSA DE ARTICULAÇÃO COM EIXO PASSANTE E BITOLA EXTRA LARGA EM CHAPA ESTRUTURAL, O QUE PROPORCIONA GRANDE ESTABILIDADE DE BASCULAMENTO, SISTEMA HIDRÁULICO DE ALTA PRESSÃO, CILINDRO TELESCÓPICO DE 4 OU 5 ESTÁGIOS, COM 60º. JATEADO COM GRANALHA DE AÇO, PROTEGIDOS COM PRIMER E PINTURA FINAL EM ESMALTE SINTÉTICO EM BRANCO; PORTA ESTEPE NO CHASSIS, CAIXA DE FERRAMENTAS, PARA-LAMA E PARA-BARRO. O ITEM DEVERÁ ESTAR DEVIDAMENTE ACOPLADO AO VEÍCULO INDICADO, SOB RESPONSABILIDADE DA EMPRESA VENCEDORA. HOMOLOGAÇÃO DO INMETRO E DEMAIS ITENS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELO CONTRAN.					
Total Fornecedor						899.000,00

4.2 – Os produtos deverão ser fornecidos somente pelo fabricante ou pela concessionaria (revendedora autorizado pela fábrica) diretamente ao consumidor final, conforme Portaria n° 525/2019/GP/Detran-MT, publicada no Diário Oficial n° 27553 de 25/07/2019.

5 – DOS PRODUTOS

5.1 - O prazo máximo para entrega do objeto do pedido, é de (45) quarenta e cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.1.1. O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.1.1.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.1.1.2 Não apresente avaria ou adulteração;

5.2 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de (20) vinte dias após devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.3 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita na Av Herminio Ometto n° 101 ZE – 022, Prefeitura Municipal, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução;

5.4 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, CONTRAN, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.5 - Os equipamentos deverão estar de acordo com as especificações técnicas e os demais elementos que integram o edital de Licitação.

5.6 - Todos os produtos ofertados devem ser novos, não sendo aceito produtos remanufaturados.

5.7 - Deverão ser fornecidos todos os itens necessários para cada tipo de equipamento descrito de forma que o mesmo tenha o desempenho e funcionalidades especificadas, indiferentemente se os itens foram especificados explicitamente.

5.8 - Todos os recursos de hardware da solução proposta devem funcionar perfeitamente com o software compatível solicitado, sejam eles de quaisquer naturezas.

5.9 - Os atributos informados são especificações mínimas, quando existirem limites máximos de parâmetros estes serão descritos explicitamente.

5.10 - No caso de substituição de algum item, por quaisquer naturezas, estes só poderão ser substituídos por modelos iguais ou de características superiores ao modelo proposto pela LICITANTE, contudo, deve ser obrigatoriamente do mesmo fabricante do modelo inicialmente ofertado.

5.11 - E de responsabilidade da LICITANTE assegurar que os modelos de equipamentos propostos atendem todos os requisitos especificados neste edital, sejam eles de qualquer natureza. Importante: E considerada falha grave a entrega de equipamentos com características inferiores as especificadas neste edital. A LICITANTE e responsável, em qualquer tempo durante a vigência do contrato de garantia, regularizar qualquer não conformidade identificada pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de Matupá sem qualquer ônus para o Município de Matupá.

5.12- Recebimento **dos** Produtos:

5.12.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.12.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.12.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.13 - Caberá à Licitante Vencedora:

5.13.1. Transportar, por sua conta e risco, o(s) veículo(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.13.2. Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.13.3 – Substituir peças e demais componentes que apresentem defeito de fabricação, dentro do prazo de garantia.

5.13.4 - No ato da entrega a CONTRATADA deverá fornecer toda a documentação técnica, manuais e CDs dos equipamentos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 – Entregar os produtos dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da entrega dos produtos de sua responsabilidade;

6.3 – Todos os produtos deverão ter garantia de no mínimo 12 (doze) meses;

6.4 - Os equipamentos/veículos deverão estar de acordo com as especificações técnicas e os demais elementos que integram o edital de Licitação.

6.5 - Todos os produtos ofertados devem ser novos, não sendo aceito produtos remanufaturados.

6.6 - Deverão ser fornecidos todos os itens necessários para cada tipo de equipamento descrito de forma que o mesmo tenha o desempenho e funcionalidades especificadas, indiferentemente se os itens foram especificados explicitamente.

6.7 - Todos os recursos de hardware da solução proposta devem funcionar perfeitamente com o software compatível solicitado, sejam eles de quaisquer naturezas.

6.8 - Os atributos informados são especificações mínimas, quando existirem limites máximos de parâmetros estes serão descritos explicitamente.

6.9 - No caso de substituição de equipamentos/veículos, por quaisquer naturezas, estes só poderão ser substituídos por modelos iguais ou de características superiores ao modelo proposto pela LICITANTE, contudo, deve ser obrigatoriamente do mesmo fabricante do modelo inicialmente ofertado.

6.10 - E de responsabilidade da LICITANTE assegurar que os modelos de equipamentos/veículos propostos atendem todos os requisitos especificados neste edital, sejam eles de qualquer natureza. Importante: E considerada falha grave a entrega de equipamentos com características inferiores as especificadas neste edital. A LICITANTE e responsável, em qualquer tempo durante a vigência do contrato de garantia, regularizar qualquer não conformidade identificada pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de Matupá sem qualquer ônus para o Município de Matupá.

6.11 - Todos os equipamentos/veículos que compõe a solução devem ser novos, sem uso e de última geração, estando em linha de comercialização pelo fabricante na data de abertura desta licitação.

6.12 - Transportar, por sua conta e risco, o(s) equipamento/veículo(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

6.13 - Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

6.14 – Substituir peças e demais componentes que apresentem defeito de fabricação, dentro do prazo de garantia.

6.15 - No ato da entrega a CONTRATADA deverá fornecer toda a documentação técnica, manuais e CDs dos equipamentos.

6.16 - Etiqueta externa que apresente o modelo do equipamento e número de série para facilidade de controle de ativos.

6.17 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, CONTRAN etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

6.18 - A Licitante Vencedora deverá prestar Assistência Técnica durante todo o período de garantia para com Veículo/equipamentos, respeitando os seguintes prazos:

6.18.1 - Para iniciar o atendimento de Assistência Técnica: máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da comunicação do defeito, por escrito, pela Divisão de Manutenção em Equipamentos da Prefeitura Municipal de Matupá;

6.18.2 - Para concluir os reparos: máximo de 15 (quinze) dias úteis, a partir da comunicação referida no item acima.

6.18.3 – Assistência técnica em um raio de 300 km do Município de Matupá. Tal exigência justifica-se tendo em vista a necessidade de revisões e consertos que se fizerem necessárias no(s) equipamento(s), considerando os custos de transportes e o tempo para deslocamentos.

6.19 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade na entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.20 - A falta de quaisquer dos PRODUTOS que compete ao presente contrato, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.21 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.22 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.23 - Fiscalizar o perfeito cumprimento na entrega dos produtos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.24 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.25 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.26 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.27 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

Os dados bancários para pagamento são:

Banco do Brasil Ag. Nº 3399-5 Conta corrente nº 5539-5 em nome de **M. DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA**.

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

*CÓDIGO GERAL: 10.*003.26.782.0001.10021 – AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS (CAMINHÃO CAÇAMBA, PIPA, RETROESCADEIRA, PÁ CARREGADEIRA, ROLO COMPACTADOR, TRATOR) – *4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE*

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria Municipal de Obras	Mariza Jeniffer Wachholz	7021/2018

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 2/2020** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 16 de março de 2020.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

M. DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA

CNPJ sob o nº. 07.811.058/0001-64

WELLINGTHON AZEVEDO DE SOUZA

CPF nº.699.283.711-72

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MATUPÁ - SEMMA/MATUPÁ

O Município de Matupá, em conformidade com o artigo 37 da Constituição Federal de 1988, torna público as seguintes licenças emitidas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Matupá – SEMMA/Matupá.

Protocolo: 0030/2020; Nº da Licença: LI 005/2020; Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ; Atividade Licenciada: Construção de espaços públicos fora de APP – Pista de Skate, Validade: 10/03/2023.

Protocolo: 0029/2020; Nº da Licença: LI 006/2020; Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ; Atividade Licenciada: Construção de espaços públicos fora de APP – Piscina Semi-Olímpica, Validade: 10/03/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
EDITAL DE TESTE SELETIVO 001

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Edital nº 01/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT, por meio de seu Prefeito e da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nomeada pela Portaria nº 019/2020, com fundamento na Constituição Federal, Lei Complementar nº 087/2009, Lei Complementar nº 157/2016, Lei Complementar nº 158/2016 combinada com a Lei Municipal nº 1575/2019, e demais legislações pertinentes à matéria, resolve abrir Processo Seletivo Simplificado para admissão de pessoal por prazo determinado, sob o Regime Estatutário e submetidos ao Regime Geral de Previdência Social, conforme abaixo discriminados.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Processo Seletivo será regido pelas disposições contidas neste edital e executado pela Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste nos prazos constantes no Anexo III deste edital.

Todas as etapas deste Processo Seletivo serão publicadas através de editais complementares no *site* da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste – www.mirassoldoeste.mt.gov.br – e no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/.

2. NOMENCLATURA, CARGA HORÁRIA, VAGAS, VENCIMENTOS E REQUISITOS

Nomenclatura	Carga Horária	Vencimento	Cadastro de Reserva	Vagas	Vagas - PNE	Requisitos Mínimos
Inspetor Sanitário Animal	40 horas	R$ 3.717,54	sim	00	00	Curso Superior em Medicina Veterinária e Registro no Conselho de Classe
Nutricionista	40 horas	R$ 3.717,54	sim	00	00	Curso Superior em Nutrição e Registro no Conselho de Classe
Professor de Educação Física	30horas	R$3.267,19	sim	00	00	Curso Superior em Educação Física e Registro no Conselho de Classe
Professor de Matemática	30horas	R$3.267,19	sim	01	00	Curso Superior em Matemática

2.1 A contratação para o cargo de: Professor de Matemática, destina-se a preenchimento de vagas por não haver remanescentes aprovados em Concurso Público, conforme Inciso VIII, alínea "b" do Artigo 3º da Lei Complementar nº 087/2009.

2.2 A contratação para os cargos de: Inspetor Sanitário Animal, Nutricionista e Professor de Educação Física, destina-se a saída de servidores mediante férias, licença de concessão obrigatória, afastamento, aposentadoria, demissão voluntária, ou outra causa cuja ausência possa prejudicar a execução dos serviços, conforme Inciso VII do Artigo 3º da Lei Complementar nº 087/2009.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão GRATUITAS e ocorrerá no período de 20/03/2020 à 25/03/2020, presencialmente na Prefeitura Municipal de Mirassol no setor de PROTOCOLO.

3.1.1 Todos os dados solicitados no formulário de inscrição são obrigatórios.

3.1.2 O pedido de inscrição implicará a aceitação, pelo candidato, de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital.

4. DAS PROVAS

4.1 A seleção de que trata este edital compreende uma prova objetiva

4.2 A prova objetiva será realizada no dia 05/04/2020, na escola Municipal Inedi Fontes Castilho Queiroz, situada à Rua Cerqueira de Miranda, nº 194 – Bairro Jardim Lucélia – Mirassol d'Oeste – MT, com início às 8h00min e término às 12h00min.

4.3 A prova será de caráter classificatório. A prova objetiva será constituída na aplicação de questões de conhecimento básico e de conhecimentos específicos, conforme conteúdo constante do ANEXO I deste edital.

4.4 A prova objetiva constará de 20 (vinte) questões do tipo múltipla escolha, sendo dividida em 2 (dois) grupos: Grupo I – 10 (dez) questões de conhecimento básico sendo 05 (cinco) em Língua Portuguesa e 05 (cinco) em conhecimento gerais; e Grupo II – 10 (dez) questões de conhecimentos

específicos, sendo que haverá somente uma única resposta correta para cada pergunta. As questões do Grupo I terão peso 1,0 e as questões do Grupo II terá peso 2,0.

4.5 A folha de respostas será o único documento válido para a correção da prova objetiva. O seu preenchimento, de inteira responsabilidade do candidato, será realizado em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital. Não haverá substituição da folha de resposta por erro do candidato. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital e/ou com a folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada e/ou o preenchimento incompleto do campo de marcação

4.6 O candidato deverá comparecer ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, apresentando o comprovante de inscrição, um documento oficial com foto (RG, CNH ou Conselho de Classe) e caneta esferográfica de tinta azul ou preta. É de inteira responsabilidade dos candidatos o conhecimento do local da prova.

4.7 O candidato deverá identificar-se no gabarito apenas pelo número do CPF, sendo desclassificado aquele que efetuar qualquer tipo de identificação adicional.

4.8 Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações referentes ao processo seletivo simplificado, inclusive eventuais alterações referentes ao dia, horário e local de aplicação da prova objetiva, no site da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste (www.mirassoldoeste.mt.gov.br).

4.9 O candidato somente poderá sair da sala e levar consigo o caderno de provas desde que decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova.

4.10 Será imediatamente eliminado do processo seletivo simplificado o candidato que:

4.10.1 Não entregar a folha de resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;

4.10.2 Utilizar de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, com ou sem anuência desses, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelos fiscais de sala).

5. DOS RECURSOS

5.1 O candidato que desejar interpor recurso contra o Edital ou em qualquer outra fase deverá nas datas previstas no cronograma de execução do certame protocolar na sede da Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste, das 07 às 13 horas. Os recursos contra as questões da prova objetiva deverão obedecer ao formulário específico (ANEXO II) e serem protocolados.

5.2 Os prováveis recursos referentes a este processo seletivo simplificado serão analisados e decididos pela Comissão.

5.3 Se do exame de recursos resultarem em anulação ou alteração de item integrante da prova objetiva, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

5.4 Não será aceito pedido de revisão de recurso ou recurso do gabarito oficial definitivo.

5.5 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Comissão de Processo Seletivo Simplificado.

6. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

6.1 Será considerado classificado o candidato que alcançar o maior número de pontos, após o julgamento dos recursos interpostos.

6.2 A lista final de classificação dos candidatos será elaborada mediante ordenação decrescente das notas finais, e será utilizada para a convocação dos candidatos de acordo com o surgimento de vagas e seguindo-se rigorosamente a sua ordem.

6.3 Os critérios de desempate obedecem aos seguintes parâmetros, nesta ordem:

6.3.1 Maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos;

6.3.2 Maior idade;

6.4 A homologação do resultado final dar-se-á por meio de Decreto do Prefeito Municipal da Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste, com divulgação no site www.mirassoldoeste.mt.gov.br e publicação no Jornal Oficial Eletrônico do Estado de Mato Grosso (https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/)

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1 Os candidatos classificados serão convocados para contratação, no prazo de vigência do processo seletivo, de acordo com a necessidade da Administração, seguindo rigorosamente a ordem de classificação.

7.2 A convocação dar-se-á através de Edital publicado no mural e *site* da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste e no Jornal Oficial da AMM. Os convocados terão 02 (dois) dias úteis, após a convocação, para se apresentar junto a Coordenadoria de Gestão de Pessoas desta municipalidade, bem como, para apresentar os documentos e habilitações exigidas para contratação conforme segue:

Comprovante de reservista (para os candidatos do sexo masculino); Certificado ou diploma conforme exigência do cargo; Registro em respectivo Conselho de Classe (se for o caso); Declaração de que não exerce acumulação ilegal de cargos públicos; Atestado Médico de aptidão de sanidade física e mental, expedido por médico do Município de Mirassol D'Oeste; Cédula de Identidade; Cadastro de Pessoa Física (C.P.F); Cartão do PIS PASEP (se possuir); Título Eleitoral (com comprovante de votação da última eleição ou declaração de quitação eleitoral expedida pelo Cartório Eleitoral ou via internet no site: http://www.tre-mt.jus.br/); 01 (uma) Foto 3x4 colorida e recente; Comprovante ou Declaração de Endereço Residencial atualizado; Certidão Negativa de Débitos para com o Município de Mirassol D'Oeste - MT; Certidão de Casamento ou Nascimento; Certidão de Nascimento dos filhos (se for o caso); Carteira de Vacinação dos filhos menores de 7 anos (se for o caso); Cópia do CPF do Conjuge, pai e mãe (Obrigatório); CPF dos filhos (Obrigatório); Cópia da Carteira de Trabalho (pags. de identificação e último contrato) Declaração de Bens ou cópia da Declaração de IRRF ano base 2018;

7.3 Fica sujeito a apresentação de quaisquer outros documentos, exigidos pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas, em conformidade com as exigências de órgãos superiores ou legislação pertinente.

8. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

8.1 A seleção visa prover o quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste e terá validade de 01 (um) ano, prorrogável por igual período por interesse da Administração, a contar da data de sua homologação.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A vaga que vier a surgir durante o prazo de validade do processo seletivo será preenchida mediante convocação dos demais candidatos classificados, conforme a ordem de classificação e as necessidades da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste.

9.2 O candidato convocado deverá entrar em contato com a Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste em até 02 (dois) dias úteis subsequentes a sua convocação.

9.3 Se o candidato convocado recusar a vaga, ou se não atender às disposições dos itens anteriores, será convocado o próximo candidato da lista de classificação.

9.4 Ao se inscrever no processo seletivo simplificado, o candidato assume integral responsabilidade pela correção dos dados que fornecer – endereço e dados para contato – e pela eventual atualização dessas informações para viabilizar a convocação.

9.5 Não participará como agente administrativo da Seleção aquele que tiver parentesco, nos termos da Lei Civil, em linha reta ou colateral até terceiro grau, inclusive, natural ou civil (incluído o parentesco por afinidade), com algum candidato.

9.6 Será eliminado pela Comissão de Seleção o candidato que não observar qualquer das regras deste Edital, especialmente aquele que se indispuser gravemente com outro candidato ou com agente administrativo do Corpo de Seleção, bem assim quando flagrado em situação de fraude (cola, erro de pessoa mediante falsa identidade, etc.).

9.7 Os casos omissos ou ambíguos serão resolvidos pela Comissão de Seleção, que poderá rever seus próprios atos, de ofício ou por solicitação do interessado.

Mirassol d'Oeste/MT, 13 de março de 2020.

Euclides da Silva Paixão

Prefeito Municipal

ANEXO I: CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conhecimento Básico:

Língua Portuguesa: Leitura e interpretação de textos descritivos, dissertativos, narrativos; gênero de textos; coesão textual; coerência textual; sinonímia, homonímia e paronímia; figuras de linguagem; vícios de linguagem. Ortografia. Acentuação gráfica e tônica; acentuação das oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas; acento diferencial; acentuação dos hiatos; acentuação dos ditongos. Morfologia: estrutura e formação de palavras, processos de formação de palavras; classes de palavras: verbo, substantivo, artigo, pronome, preposição, conjunção, adjetivo, advérbio, interjeição e numeral. Sintaxe: termos essenciais da oração (sujeito e predicado), termos integrantes da oração (objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva), termos acessórios da oração (aposto, adjunto adnominal, adjunto adverbial), termo independente (vocativo); orações coordenadas e orações subordinadas; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; uso da crase;

Conhecimentos Gerais: Conhecimentos sobre fatos atuais no mundo, no País, no Estado de Mato Grosso e do Município; Fundamentos históricos e geográficos do Brasil. República Velha (1889 e 1930). A Revolução de 1930 e a Era Vargas. O Estado Novo (1937 a 1945). República Liberal- Conservadora (1946 a 1964). Governos militares. A Nova República. Brasil Contemporâneo. Atualidades: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, Tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, Globalização e Blocos Econômicos, problemas ambientais. Interação entre o clima, a vegetação, o relevo, a hidrografia e o solo no espaço natural brasileiro. Os recursos minerais e energéticos brasileiros, produção e consumo, conservação e esgotamento. Aspectos históricos e geográficos do Município: Constituição da República.

2. Conhecimento Específico:

2.1NUTRICIONISTA:

Avaliação nutricional, nutrição básica, nutrição e dietética, dietoterapia, técnica dietética, higiene dos alimentos, tecnologia dos alimentos, bromatologia, nutrição em saúde pública.

2.2iNSPETOR sANITARIO aNIMAL:

Noções de doenças transmissíveis por alimentos e principais zoonoses; Regulamentação Básica da inspeção; Noções de biologia, anatomia, fisiologia e patologia dos animais de abate. Noções de instalações e equipamentos de estabelecimentos processadores de produtos de origem animal.Legislação Federal - Inspeção de produtos de origem animal: Lei nº 1283, de 18 de dezembro de 1950, Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, (Regulamentação Básica da inspeção); Lei Municipal nº 1.462 de 16 de abril de 2018; Lei Complementar Municipal 173/2018; Noções de biologia, anatomia, fisiologia e patologia dos animais de abate. Boas Práticas de Fabricação (BPF). Procedimentos Padrão de Higiene Operacional (PPHO). Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC).

2.3PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:

Conhecimentos sobre fatos atuais no mundo, no País, no Estado de Mato Grosso e do Município; Fundamentos históricos e geográficos do Brasil. República Velha (1889 e 1930). A Revolução de 1930 e a Era Vargas. O Estado Novo (1937 a 1945). República Liberal- Conservadora (1946 a 1964). Governos militares. A Nova República. Brasil Contemporâneo. Atualidades: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, Tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, Globalização e Blocos Econômicos, problemas ambientais. Interação entre o clima, a vegetação, o relevo, a hidrografia e o solo no espaço natural brasileiro. Os recursos minerais e energéticos brasileiros, produção e consumo, conservação e esgotamento. Aspectos históricos e geográficos do Município: Constituição da República

2.4 PROFESSOR DE MATEMÁTICA:

Currículos de Matemática e recentes movimentos de Reforma. Os objetivos da Matemática na Educação Básica. Seleção e organização dos conteúdos para o Ensino Fundamental e Médio. Tendências em Educação Matemática (resolução de problemas, modelagem, etnomatemática, história da matemática e mídias tecnológicas). Aritmética e Conjuntos: Os conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais); operações básicas, propriedades, divisibilidade, contagem e princípio multiplicativo. Proporcionalidade. Álgebra; Equações de 1º e 2º graus; funções elementares, suas representações gráficas e aplicações: lineares, quadráticas, exponenciais, Conhecimentos sobre fatos atuais no mundo, no País, no Estado de Mato Grosso e do Município; Fundamentos históricos e geográficos do Brasil. República Velha (1889 e 1930). A Revolução de 1930 e a Era Vargas. O Estado Novo (1937 a 1945). República Liberal- Conservadora (1946 a 1964). Governos militares. A Nova República. Brasil Contemporâneo. Atualidades: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, Tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, Globalização e Blocos Econômicos, problemas ambientais. Interação entre o clima, a vegetação, o relevo, a hidrografia e o solo no espaço natural brasileiro. Os recursos minerais e energéticos brasileiros, produção e consumo, conservação e esgotamento. Aspectos históricos e geográficos do Município: Constituição da República logarítmicas e trigonométricas; progressões aritméticas e geométricas; polinômios; números complexos; matrizes, sistemas lineares e aplicações na informática; fundamentos de matemática financeira. Espaço e Forma: Geometria plana, plantas e mapas; geometria espacial; geometria métrica; geometria analítica. Tratamento de Dados: Fundamentos de estatística; análise combinatória e probabilidade; análise e interpretação de informações expressas em gráficos e tabelas.

ANEXO II - RECURSO CONTRA A PROVA OBJETIVA

Orientações:

1. Use folha separada para cada questão.

2. Anulada uma questão, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

3. Após preenchido os dados protocolar na Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste/MT.

IDENTIFICAÇÃO

Nome:_____

CPF:_____

Identidade:_____

Disciplina:_____

Questão nº:_____

Gabarito Prefeitura:_____

Alternativa do Candidato:_____

Fundamentação do recurso:

_____
_____
_____
_____

_____
_____
_____
_____

_____
_____

Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do candidato:

_____
_____
_____
_____

_____
_____
_____
_____

ANEXO III: CRONOGRAMA

ATIVIDADE	DATA DE REALIZAÇÃO
Publicação do Edital de abertura	16/03/2020
Interposição de recursos contra o Edital de Abertura	17/03/2020 a 18/03/2020
Publicação do resultado dos recursos contra o Edital de abertura.	19/03/2020
Período de inscrição	20/03/2020 a 25/03/2020
Publicação das inscrições deferidas e indeferidas	26/03/2020
Interposição de recurso contra a homologação das inscrições	27/03/2020 a 30/03/2020
Publicação do resultado dos recursos	31/03/2020
Aplicação da prova objetiva	05/04/2020
Divulgação do gabarito preliminar	06/04/2020
Interposição de recurso contra o gabarito preliminar	07/04/2020 a 08/04/2020
Publicação do resultado dos recursos	09/04/2020
Publicação do Gabarito Oficial	13/04/2020
Publicação dos Aprovados e Classificados	13/04/2020
Interposição de Recurso contra a Lista de Aprovados e Classificados	14/04/2020 a 15/04/2020
Publicação dos Resultados dos Recursos Interpostos contra a Lista de Aprovados e Classificados	16/04/2020
Ato de homologação do Processo Seletivo Simplificado	17/04/2020

ANEXO IV - ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS (*Conforme Lei Complementar nº 158/2016)*

CARGO: Inspetor Sanitário Animal		
Requisitos para Provimento:	Idade	Mínima de 21 anos
	Escolaridade	Ensino Superior Medicina Veterinária / Registro no Conselho de Classe
Jornada de Trabalho	Diária	Carga horária 08 horas
	Semanal	Carga horária 40 horas
Atribuições do Cargo	Descrição Sintética	Executar, supervisionar, fiscalizar, pesquisar, elaborar serviços
	Descrição Analítica	Atribuições conforme prevê o Conselho de Classe da Categoria.

CARGO: Nutricionista		
Requisitos para Provimento:	Idade	Mínima de 21 anos
	Escolaridade	Ensino Superior / Registro no Conselho de Classe
Jornada de Trabalho	Diária	Carga horária 08 horas
	Semanal	Carga horária 40 horas
Atribuições do Cargo	Descrição Sintética	Elaborar o diagnóstico nutricional, com base nos dados clínicos, bioquímicos, antropométricos e dietéticos; Elaborar a prescrição dietética, com base nas diretrizes do diagnóstico nutricional; Elaborar o plano de trabalho anual, contemplando os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atribuições; Efetuar controle periódico dos trabalhos executados; Promover educação alimentar e nutricional para pacientes, familiares ou responsáveis; Estabelecer receituário individualizado de prescrição dietética, para distribuição ao cliente/paciente.
	Descrição Analítica	Colaborar com as autoridades de fiscalização profissional e/ou sanitária; Solicitar exames laboratoriais necessários à avaliação nutricional, à prescrição dietética e à evolução nutricional do cliente/paciente; Prescrever suplementos nutricionais, bem como alimentos para fins especiais, em conformidade com a legislação vigente, quando necessários à complementação da dieta; Interagir com a equipe multiprofissional, definindo com estes, sempre que pertinente, os procedimentos complementares à prescrição dietética; Participar do planejamento e execução de programas de treinamento, estágios para alunos de nutrição e educação continuada para profissionais de saúde, desde que sejam preservadas as atribuições privativas do nutricionista.

CARGO: Professor de Educação Física		
Requisitos para Provimento:	Idade	Mínima de 21 anos
	Escolaridade	Ensino Superior
Jornada de Trabalho	Diária	Carga horária 06 horas
	Semanal	Carga horária 30 horas
Atribuições do Cargo	Descrição Sintética	Promover a prática da ginástica, jogos e atividades físicas em geral ensinando os princípios e regras técnicas de atividades esportivas. Efetuar testes de avaliação física, estudar as necessidades e a capacidade física de alunos, soldados ou atletas, de acordo com suas características individuais, elaborar programas de atividades esportivas, de acordo com a necessidade, capacidade e objetivos visados pela pessoa a que se destinam, instruir alunos e atletas sobre exercícios e jogos programados, inclusive sobre a utilização de aparelhos e instalações de esportes.
	Descrição Analítica	Atuar em exercícios de recuperação de indivíduos portadores de deficiências físicas, através de exercícios corretivos, desenvolver e coordenar práticas esportivas específicas para o bom desempenho do atleta em competições esportivas e atividades.

CARGO: Professor de MATEMATICA		
Requisitos para Provimento:	Idade	Mínima de 21 anos
	Escolaridade	Ensino Superior
Jornada de Trabalho	Diária	Carga horária 06 horas
	Semanal	Carga horária 30 horas
Atribuições do Cargo	Descrição Sintética	Exercer a docência na educação básica, em unidade escolar, responsabilizando-se pela regência de turmas ou por aulas, pela aprendizagem na educação de jovens e adultos, pelo ensino do uso de biblioteca, pela docência em laboratório de ensino, em sala de recursos didáticos, e em oficina pedagógica, por atividades artísticas e extraclasses e pela recuperação de estudantes com deficiência de aprendizagem. Participar do processo que envolve planejamento, execução monitoramento e avaliação, do projeto político pedagógico e do plano e desenvolvimento pedagógico e institucional da escola.; Participar da elaboração do calendário escolar; Atuar na elaboração e na implementação de projetos educativos, ou como docentes, em projetos de formação continuada de educadores, de acordo com as diretrizes da Secretaria de Educação.
	Descrição Analítica	Participar da elaboração e implementação de projetos e atividades de articulação e integração da escola com as famílias dos educandos e com a comunidade escolar. Participar de cursos e atividades de formação em serviços ou programas de capacitação profissional, quando convocado ou convidado;

		Acompanhar e avaliar sistematicamente seus alunos durante o processo de ensino e aprendizagem, utilizando os resultados do programa de avaliação externa para aperfeiçoar a sua prática pedagógica e promover o direito à educação de todos os estudantes. Realizar avaliações periódicas dos cursos ministrados e das atividades realizadas; Promover e participar de atividades complementares ao processo de sua formação profissional; Participar, durante a parcela das aulas atividades, na escola, de formação continuada em serviço, planejamento e atendimento aos pais e estudantes, conforme diretrizes da Secretaria de Educação; Exercer outras atividades correlatas integrantes do projeto político pedagógico da escola e da política educacional da Secretaria de Educação.

ANEXO V - ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS (*Conforme Lei Complementar nº 158/2016)*

INSCRIÇÃO Nº		
Cargo:		
DADOS PESSOAIS		
Nome Completo:		
Nome do Pai:		
Nome da Mãe:		
Data de Nascimento:	Sexo: ( )Masculino ( )Feminino	Naturalidade e UF:
Endereço:		
Bairro:	Cidade e UF:	
CEP:	E-mail:	
Telefone Fixo:	Telefone Celular:	
RG e Órgão Expedidor:	Data de Expedição	
CPF:		
Série:	Turno: ( )Matutino ( )Vespertino ( )Noturno	
Instituição de Ensino:		
Data:	Assinatura:	

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO Nº	
Cargo:	
Nome Completo:	
Data:	Assinatura do servidor:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
COORD. DE PLANEJAMENTO - DECRETO 3681/2020

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2020

DECRETO Nº 3681 , DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020 - LEI N.1574

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 347.405,68 distribuídos as seguintes dotações:

02 05 03	FUNDO DE MAN. E DESENV.DA EDUCACAO BASICA - FUNDEB				
325	12.361.0005.2027.0000	MANTENÇAO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%		10.850,52	
	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R.:	0 1	19
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	200 003	FUNDEB 40%			
02 06 01	GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE				
372	10.122.0020.2035.0000	MAN. COM AS DESPESAS GAB. DO SECRETARIO		7.706,06	
	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	F.R.:	0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	110 000	GERAL			
02 06 02	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
387	10.122.0012.1200.0000	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO BANCO DE SANGUE		150.957,72	
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R.:	0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	110 000	GERAL			
390	10.301.0028.2036.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE DA		103.535,27	
	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R.:	0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	110 000	GERAL			
395	10.301.0028.2036.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE DA		25.221,86	
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R.:	0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	110 000	GERAL			
425	10.302.0029.2040.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM ATENÇAO MAC AMBU		30.634,25	
	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	F.R.:	0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	110 000	GERAL			
02 07 01	GABINETE DO SEC. DE INFRAESTRUTURA				
499	04.122.0002.2045.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A SECRETARIA		13.500,00	
	3.3.91.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.:	0 1	00
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	110 000	GERAL			

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2020

DECRETO Nº 3681 , DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020 - LEI N.1574

02 08 01 SECRETARIA DE FAZENDA

575	04.123.0023.2053.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A TESOURARIA		5.000,00
	4.4.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F.R.:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 05 03 FUNDO DE MAN. E DESENV.DA EDUCACAO BASICA - FUNDEB

326	12.361.0005.2027.0000	MANTENÇAO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%		-10.850,52
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo:	0 1 19
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	200 003	FUNDEB 40%		

02 06 01 GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

370	10.122.0020.2035.0000	MAN. COM AS DESPESAS GAB. DO SECRETARIO		-7.706,06
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo:	0 1 02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

388	10.301.0012.1044.0000	REFORMA E AMPLIACAO DAS UBS's		-50.000,00
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo:	0 1 02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
391	10.301.0028.2036.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE DA F/		-128.757,13
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo:	0 1 02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
420	10.301.0028.2036.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE DA F/		-40.000,00
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo:	0 1 02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
423	10.302.0029.2040.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM ATENÇAO MAC AMBUL I		-30.634,25
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo:	0 1 02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
444	10.302.0029.2040.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM ATENÇAO MAC AMBUL I		-50.399,40
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo:	0 1 02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
456	10.302.0029.2051.0000	CONTRIBUIÇÃO AO CONSORCIO INT. DE SAUDE		-10.558,32
	4.4.71.70.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	F.R. Grupo:	0 1 02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

02 07 01 GABINETE DO SEC. DE INFRAESTRUTURA

493	04.122.0002.2045.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A SECRETARIA		-5.500,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:	0 1 00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2020

DECRETO Nº 3681 , DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020 - LEI N.1574

02	07	01	GABINETE DO SEC. DE INFRAESTRUTURA		
			1 Recursos do Exercício Corrente		
			110 000 GERAL		
	495		04.122.0002.2045.0000 MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A SECRETARIA	-6.000,00	
			3.3.90.34.00 OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	F.R. Grupo: 0 1 00	
			1 Recursos do Exercício Corrente		
			110 000 GERAL		
	498		04.122.0002.2045.0000 MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A SECRETARIA	-2.000,00	
			3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	F.R. Grupo: 0 1 00	
			1 Recursos do Exercício Corrente		
			110 000 GERAL		
02	08	01	SECRETARIA DE FAZENDA		
	576		04.123.0023.2053.0000 MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A TESOURARIA	-5.000,00	
			4.6.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS	F.R. Grupo: 0 1 00	
			1 Recursos do Exercício Corrente		
			110 000 GERAL		

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 28 de fevereiro de 2020

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO
PREFEITO MUNICIPAL

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
DECRETO

DECRETO Nº 3.689 DE 13 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A JUSTIFICATIVA E AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do município de Mirassol D' Oeste, Estado de Mato Grosso, **com fulcro no Artigo 152, Inciso VII da Lei Orgânica do Município; Art. 37 da Constituição Federal, Inciso IX; Lei Complementar nº 087/2009 e,** em atendimento às exigências contidas no Manual de Remessa de Documentos ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e ainda,

Visando atender os preceitos constitucionais e administrativos estatuídos na Carta Maior, com o objetivo de selecionar servidores temporários, a fim de dar continuidade nos serviços públicos colocados à disposição da população miradolense, sendo estes atuante principalmente nas secretarias finalísticas;

Considerando a necessidade de diminuir o impacto na prestação dos serviços, enquanto a Administração trabalha para o preenchimento definitivo destes cargos através do Concurso Público nº 001/2020 que encontra-se em tramitação;

Considerando ainda a necessidade de servidores para atuar nos programas de Assistência Social, cujas contratações se dão exclusivamente para os programas de governo inerentes às ações desenvolvidas no CRAS e CREAS, Bolsa Família, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e ACESSUAS,

R E S O L V E

Art. 1º - AUTORIZAR a abertura de Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vagas e obtenção de cadastro de reserva, objetivando a admissão de pessoal de caráter temporário, para os cargos autorizados pela Lei nº 1.555/2019, alterada pela Lei nº 1568/2019, conforme anexo único deste Decreto.

Art. 2º - DELEGAR competência à Secretaria Municipal de Administração para organizar e realizar o concurso público, através da empresa LIDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, contratada através do Pregão Presencial nº 81/2019.

Parágrafo Único: Fica ainda o Secretário de Administração e Planejamento autorizado a emitir Ordem de Serviço, bem como baixar, quaisquer outros atos necessários ao bom andamento dos serviços da Comissão.

Art. 3º - A responsabilização pelo regulamento e regras do presente concurso será da empresa devidamente contratada para este fim, sob a égide da Lei n° 8.666/93 e demais normas vigentes concernentes ao caso.

Art. 4º - O Processo Seletivo de que trata este Decreto, será acompanhado e supervisionado pela Comissão nomeada através da Portaria nº 524/2019 e suas alterações posteriores que, executará suas atividades em conjunto com a empresa, auxiliando, fornecendo dados e informações precisas, fiscalizando e validando os procedimentos inerentes a realização do certame, obedecendo fielmente aos ordenamentos legais pertinentes.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 13 de março de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 3.689/2020

NÍVEL SUPERIOR

CARGO	*VAGAS*
Assistente Social	***01***
Assistente Social Volante	***01***
Médico Psiquiatra	***01***
Enfermeiro de PSF	***03***

NÍVEL MÉDIO

CARGO	*VAGAS*
Agente Administrativo	***06***
Atendente em Saúde	***01***
Auxiliar Administrativo	***05***
Auxiliar Administrativo Volante	***01***
Cadastrador Social	***01***
Entrevistador Social	***01***
Monitor de Recreação e Jogos	***01***
Técnico de Enfermagem	***04***
Técnico ACESSUAS	***01***

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

CARGO	*VAGAS*
Auxiliar de Manutenção	***02***
Motorista	***02***
Operador de Máquinas	***03***
Eletricista	***01***
Mecânico	***02***
Pedreiro	***01***

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. 124/2020

PORTARIA N. 124 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Secretário de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, de acordo com o Artigo 156 e Parágrafo Único da Lei Complementar n°. 157/2016 e Lei nº. 911 de 14 de janeiro de 2009 e suas alterações posteriores,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder, 120 (cento e vinte) dias de **LICENÇA MATERNIDADE** conforme o Artigo 156 e Parágrafo Único da Lei Complementar n°. 157/2016**,** para a servidora **FRANCISMARA BARROS DE LIMA**, lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no cargo de **MONITOR DE CRECHE,** conforme requerimento e atestado médico.

Artigo 2° - Concede 60 (sessenta) dias de **PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE** para a servidora **FRANCISMARA BARROS DE LIMA**, conforme Lei Municipal n°. 911/2009.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 10/03/2020.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Gabinete do Secretario de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho", em 16 de março de 2020.

MARCIO LUIZ PEREIRA

Secretário de Administração

MLP/vl

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
DECRETO

DECRETO Nº 3688 DE 10 DE MARÇO DE 2020.

ALTERA O DECRETO Nº 3.679 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020 QUE DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DAS TARIFAS DE AGUA E ESGOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições,

R E S O L V E

Art. 1º - Alterar a Anexo I, Item 11.0, Sub Itens 11.1, 11.2, 11.3 e 11.4 coluna 2° do decreto 3.679 de 14 de fevereiro de 2020 que trata das tarifas de agua e esgoto.

Art 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 3°- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, 10 DE MARÇO DE 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

ANEXO I ESTRUTURA TARIFÁRIA

SERVIÇO AUTONÔMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D' OESTE - ANEXO AO DECRETO Nº 3688 DE 10 DE MARÇO DE 2020

Reajuste – INPC com índice de 4,48% - referência valor acumulado 2019.

Preços à Vigorar a partir de 10 de março de 2020.

RESIDENCIAL - CATEGORIA 1				
FAIXA M³ TIPO/INTERVALO	VOLUME POR FAIXA	ALÍQUOTA R$/M³	VALORES DA FAIXA	VALOR ACUMULADO
R.1	0 a 10	2,14	R$ 21,40	R$ 21,40
R.2	11 a 20	3,23	R$ 32,30	R$ 53,70
R.3	21 a 30	5,38	R$ 53,80	R$ 107,50
R.4	31 a 40	7,08	R$ 70,80	R$ 178,30
R.5	Acima de 40	11,40	-	-

COMERCIAL - CATEGORIA 2					
FAIXA M³		VOLUME POR FAIXA	ALÍQUOTA R$/M³	VALORES	
TIPO	INTERVALO			DA FAIXA	ACUMULADO
C.1	0 a 10	10	5,00	R$ 50,00	R$ 50,00
C.2	Acima de 10		5,00	-	-

INDUSTRIAL - CATEGORIA 3					
FAIXA M³		VOLUME POR FAIXA	ALÍQUOTA R$/M³	VALORES	
TIPO	INTERVALO			DA FAIXA	ACUMULADO
I.1	0 a 10	10	5,87	R$ 58,70	R$ 58,70
I.2	Acima de 10		5,87	-	-

PODER PÚBLICO - CATEGORIA 4					
FAIXA M³		VOLUME POR FAIXA	ALÍQUOTA R$/M³	VALORES	
TIPO	INTERVALO			DA FAIXA	ACUMULADO
P.1	0 a 10	10	5,72	R$ 57,20	R$ 57,20
P.2	Acima de 10		6,18	-	-

VALORES DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES

SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO		
ITEM	**TARIFA**	**VALORES R$**
	Será equivalente a 70 % (setenta por cento) da tarifa de água, sobre o valor consumido.	
	DISCRIMINAÇÃO DE SERVIÇOS	
1.0	**LIGAÇÃO DOMICILIAR**	
1.1	**-Ligação com diâmetro de ¾" ou ½", envolvendo o fornecimento de mão de obra e materiais, inclusive hidrômetro**	
1.1.1	Pagamento à vista	R$ 343,53
1.1.2	01 entrada de R$ 175,58 mais 01 parcela de R$ 175,57	R$ 351,15
1.1.3	01 entrada de R$ 121,15 mais 02 parcelas de R$ 121,15	R$ 363,45
1.1.4	01 entrada de R$ 65,71 mais 05 parcelas de R$ 65,71	R$ 394,26
1.2	**- Ligação com diâmetro de ¾" ou ½", com material fornecido pelo usuário, inclusive hidrômetro**	
1.2.1	Mão de Obra	R$ 178,68
1.3	**- Ligação com diâmetro de 1 ½" ou 2" com material fornecido pelo usuário, inclusive hidrômetro**	
1.3.1	Mão de Obra	R$ 259,77
1.4	**- Ligação de Rede de Esgoto**	
1.4.1	Na calçada	R$ 135,04
1.4.2	Na Rua de Terra	R$ 178,68
1.4.3	Na Rua de Asfalto	R$ 207,80
1.5	**Materiais**	
1.5.1	Registro	R$ 12,23
1.5.2	Cavalete	R$ 29,44

1.5.3	Hidrômetro	R$ 122,83

2.0	AFERIÇÃO DE HIDRÔMETRO	VALORES R$
2.1	- De vazão até 7m³	R$ 31,16
2.2	- De vazão até 10m³	R$ 31,16
2.3	- De vazão até 20m³ ou maior	R$ 31,16

3.0	CADASTRO	VALORES R$
3.1	- Alteração	R$ 2,05
3.2	- Emissão de 2ª via por conta mês	R$ 2,05

4.0	RELIGAÇÃO POR DÉBITO	VALORES R$
4.1	- No Cavalete	R$ 31,16
4.1.1	- Com diâmetro de 1/3"ou ½"	R$ 35,30
4.1.2	- Com diâmetro de 1"	R$ 41,55
4.1.3	- Com diâmetro de 1 ½"	R$ 135,04
4.2	- No Ramal ou Calçada	R$ 75,32
4.3	- Na Rede	R$ 178,68

5.0	RELIGAÇÃO POR SOLICITAÇÃO	VALORES R$
5.1	- No cavalete, com diâmetro igual ou maior que ¾"	R$ 41,55
5.2	- No ramal, com diâmetro igual ou maior que ¾"	R$ 41,55
5.3	- Na rede	R$ 178,68
5.3.1	- Em via com asfalto	R$ 211,97
5.3.2	- Em via sem asfalto	R$ 178,68

6.0	REPARO DE CAVALETE	VALORES R$
6.1	- Com diâmetro igual ou maior que ¾" (Somente mão de obra. Os materiais utilizados serão fornecidos pelo usuário.	R$ 31,16
7.0	**VENDA DE ÁGUA**	**VALORES R$**
7.1	- Sem transporte, por m³	R$ 15,56

8.0	EXAMES LABORATORIAIS	R$ 364,70

9.0	PESQUISA DE VAZAMENTO	VALORES R$
9.1	- Domiciliar para as categorias 11, 12 e 21 no cavalete	R$ 31,16
9.2	- Para as demais categorias	R$ 41,56
9.3	- Domiciliar - interior da residência	R$ 62,33

10.0	EXTENÇÃO/REDE	VALORES R$
10.1	- Até diâmetro de 75 mm, material e mão de obra por metro, sem asfalto	R$ 59,21

SERVIÇOS DE ESGOTO SANITÁRIO		
ITEM	**DISCRIMINAÇÃO DE SERVIÇOS**	**VALORES R$**
11.0	**LIGAÇÃO - Mão de obra para os diâmetros de 100 a 150 mm (os materiais utilizados serão fornecidos pelo usuário por metro**	
11.1	Pagamento à vista	R$ 135,04
11.2	01 entrada de R$ 72,71 mais 01 parcela de R$ 72,71	R$ 145,43
11.3	01 entrada de R$ 58,17 mais 02 parcelas de R$ 58,17	R$ 174,52
11.4	01 entrada de R$ 41,57 mais 05 parcelas de R$ 41,58	R$ 249,47
12.0	**REPARO - Materiais fornecidos pelo usuário**	
12.1	Desobstrução no ramal coletor (por economia)	R$ 94,54
13.0	**EXAMES LABORATORIAIS**	
13.1	- DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio)	R$ 364,70
14.0	**EXTENSÃO REDE**	
14.1	Até diâmetro de 150 mm, incluso material e mão de obra por metro	R$ 93,48
15.0	**DESENTUPIMENTO**	
15.1	Ramal Rede de Esgoto	R$ 62,32
16.0	**LANÇAMENTO DE EFLUENTE**	
16.1	Lançamento de efluente e caminhão limpa fossa (valor por lançamento)	R$ 44,19

CORTE DE ASFALTO		
ÁGUA		
Ligação nova de água em lotes e/ou imóveis situados em vias pavimentadas, com rede de distribuição localizada do mesmo lado.		
Distância da rede de água até o meio-fio		Valores (R$)
1.0	Até 2,00 metros	R$ 142,78
1.2	de 2,01 metros até 3,00 metros	R$ 180,02
1.3	de 3,01 metros até 4,00 metros	R$ 217,27
1.4	de 4,01 metros até 5,00 metros	R$ 254,51
1.5	de 5,01 metros até 6,00 metros	R$ 291,76
Ligação nova de água em lotes e/ou imóveis situados em vias pavimentadas, com rede de distribuição localizada no lado oposto.		
Distância da rede de água até o meio-fio		Valores
2.0	de 6,01 metros até 7,00 metros	R$ 329,00
2.1	de 7,01 metros até 8,00 metros	R$ 366,25

2.2	de 8,01 metros até 9,00 metros	R$ 403,50
Ligação nova de água em lotes e/ou imóveis situados em avenidas duplicadas pavimentadas, com rede de distribuição única, localizada no lado oposto.		
Distância da rede de água até o meio-fio		Valores
3.1	de 15,00 metros até 16,00 metros	R$ 664,22
3.2	de 16,01 metros até 17,00 metros	R$ 701,47
3.3	de 17,01 metros até 18,00 metros	R$ 738,71
3.4	de 18,01 metros até 19,00 metros	R$ 775,96

CORTE DE ASFALTO		
ESGOTO		
Ligação nova de esgoto em lotes e/ou imóveis situados em vias pavimentadas, com rede coletora no mesmo lado.		
Distância da rede coletora de esgoto até o meio-fio		Valores (R$)
4.0	de 2,00 metros até 3,00 metros	R$ 223,47
4.1	de 3,01 metros até 4,00 metros	R$ 260,72
Ligação nova de esgoto em lotes e/ou imóveis situados em vias pavimentadas, com rede coletora no lado oposto.		
Distância da rede coletora de esgoto até o meio-fio		Valores
5.0	de 7,00 metros até 8,00 metros	R$ 409,71
5.1	de 8,01 metros até 9,00 metros	R$ 446,95
5.2	de 9,01 metros até 10,00 metros	R$ 484,20

PREFEITURA / COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
EDITAL DE PUBLICACAO 037-2020

O SENHOR EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, PREFEITO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições em cumprimento ao artigo 48 da Lei 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal comunica que foram retificados os Anexos 2 e 6 dos ***Relatórios de Gestão Fiscal referente ao 3º Quadrimestre do exercício de 2019*** encontram-se a disposição no site www.mirassoldoeste.mt.gov.br no link http://www.mirassoldoeste.mt.gov.br/Transparencia/Contabilidade/ Portal da Transparência para apreciação dos cidadãos e instituições da sociedade, os quais poderão questionar-lhes a legitimidade.

Mirassol D'Oeste – MT, 16 de Março de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/MIRASSOL PREVI
PORTARIA Nº. 128/2020.

PORTARIA Nº. 128/2020.

"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor do ***Sra. Maria Helena Cerqueira da Costa****, servidora pública EFETIVA deste município."*

O Secretário de Administração e Planejamento de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar o tempo de contribuição não concomitante ao período trabalhado no Município de Mirassol D'Oeste pela servidora EFETIVA **Sra.** ***Maria Helena Cerqueira da Costa***, portadora da cédula de identidade RG nº 2049343-6 SSP/MT e do CPF n.º 303.760.411-53, matrícula nº 2186, equivalente a 1.211 (um mil e duzentos e onze) dias líquidos, ou seja, 03 (três) anos, 03 (três) meses e 26 (vinte e seis) dias, conforme Certidão Original de Tempo de Contribuição nº 10001180.1.00036/19-0, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Mirassol D'Oeste/MT, 16 de março de 2020.

_____

MARCIO LUIZ PEREIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Homologo:

_____

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA / COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
EDITAL DE PUBLICACAO 037-2020

O SENHOR EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, PREFEITO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições em cumprimento ao artigo 48 da Lei 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal comunica que foram retificados os Anexos 2 e 6 dos ***Relatórios de Gestão Fiscal referente ao 3º Quadrimestre do exercício de 2019*** encontram-se a disposição no site www.mirassoldoeste.mt.gov.br no link http://www.mirassoldoeste.mt.gov.br/Transparencia/Contabilidade/ Portal da Transparência para apreciação dos cidadãos e instituições da sociedade, os quais poderão questionar-lhes a legitimidade.

Mirassol D'Oeste – MT, 16 de Março de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/MIRASSOL PREVI
PORTARIA Nº 010/2020.

PORTARIA Nº 010/2020.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idadea ***Sra. Maria Helena Cerqueira da Costa."***

O Diretor Executivo do MIRASSOLPREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Mirassol D' Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos estatuídos no art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c o art. 12, inciso III, "b", da Lei n.º 160, de 21 de dezembro de 2016, que Institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Mirassol D'Oeste/MT; e Lei Complementar nº 158 de 21 de dezembro de 2016 que Dispõe sobre a Política de Gestão de Pessoas e do Plano de Carreiras dos Servidores Públicos do Poder Executivo dos Servidores Município de Mirassol D'Oeste/MT; e Portaria nº 047 de 24 de Janeiro de 2020, que divulga tabela de vencimentos dos servidores públicos do poder executivo municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER o benefício de **Aposentadoria por Idade** a **Sra. MARIA HELENA CERQUEIRA DA COSTA**, brasileira, viúva, portadora da cédula de Identidade nº 2049343-6 SSP-MT e CPF sob o nº 303.760. 411-53, servidora Efetiva no cargo de **PROFESSOR**, Classe "C-04", lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, matriculada sob nº 2186, com carga horária de 30 horas semanais; contando com **14 anos, 07 meses e 18 dias** de tempo de contribuição, **com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculado pela média aritmética simples**, conforme processo administrativo do **MIRASSOL PREVI**, n.º **2020. 02.00020P,** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **01 de março de 2020**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Mirassol D'Oeste/MT, 16 de março de 2020.

RODRIGO DONIZETE TERRADAS

Diretor Executivo do MIRASSOL PREVI

Homologo:

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

PREFEITO MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA Nº 020 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

PORTARIA Nº 020 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

ESTABELECE LUTO NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O VEREADOR FRANCISCO AMARANTE, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições:

Considerando o Falecimento do Ex-Vereador e também Ex-Presidente da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste no período de 1989-1990, **JOSÉ JEOVÁ** ocorrido no dia 14 de Março de 2020;

R E S O L V E:

ART. 1º - Fica estabelecido **LUTO** no dia 16 de Março de 2020 na Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, em virtude do falecimento do **ILMO. SR. JOSÉ JEOVÁ.**

ARTIGO 2º. Faz-se registrar os votos de pesares de todo o povo Miradolense.

ARTIGO 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, em 16 de Março de 2020.

FRANCISCO AMARANTE

PRESIDENTE

PREFEITURA / COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL REFERENTES AO 3º QUADRIMESTRE DE 2019 - RETIFICADOS

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	53.355,95	53.355,95	1.428.846,72	1.304.736,05
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	46.383,92	46.383,92	46.383,92	140.737,65
Empréstimos	46.383,92	46.383,92	46.383,92	135,75
Internos	46.383,92	46.383,92	46.383,92	135,75
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	140.601,90
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	140.601,90
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	6.972,03	6.972,03	1.382.462,80	1.163.998,40
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	14.705.792,51	18.537.993,96	20.173.179,50	13.708.884,89
Disponibilidade de Caixa	14.705.792,51	18.537.993,96	20.173.179,50	13.708.884,89
Disponibilidade de Caixa Bruta	16.461.908,76	18.985.066,92	20.596.743,85	14.620.285,47
(-) Restos a Pagar Processados	1.756.116,25	447.072,96	423.564,35	911.400,58
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	-14.652.436,56	-18.484.638,01	-18.744.332,78	-12.404.148,84
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	59.934.610,16	61.183.242,89	61.287.165,79	65.584.679,44
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,09	0,09	2,33	1,99
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-24,45	-30,21	-30,58	-18,91
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <	71.921.532,19	73.419.891,47	73.544.598,95	78.701.615,33
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <108%>	64.729.378,97	66.077.902,32	66.190.139,05	70.831.453,80

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DCL	8.785,28	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	4.566.842,73	4.566.842,73	4.566.842,73	8.924.600,90
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	662.144,59	503.085,35	542.875,25	499.295,51
RP NÃO-PROCESSADOS	2.075.968,37	1.032.890,22	482.037,56	2.527.985,54
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.349], PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

LRF, art. 48 – Anexo 6 R$ 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente líquida	65.584.679,44
Receita Corrente líquida Ajustada	65.584.679,44

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	28.199.428,99	43,00
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	35.415.726,90	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	33.644.940,55	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	31.874.154,21	48,60

DÍVIDA CONSOLÍDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-12.404.148,84	-18,91
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	78.701.615,33	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	14.292.180,30	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	10.447.750,35	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	4.570.890,78	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	2.196.718,45	9.912.172,11

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 122 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora LEONICE DO PILAR JOVIO RIBEIRO, Atendente em Saúde, Matrícula/Registro nº 128/1599, CPF nº 003.808.481-39 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 011/2020** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e a empresa INVIOLÁVEL MONITORAMENTO DE ALARMES MIRASSOL LTDA, CNPJ nº 25.190.338/0001-84 que tem como objeto serviços de segurança eletrônica de monitoramento com pronto atendimento na Farmácia Básica de Saúde e Unidade Básica de Saúde Centro, de acordo com o Pregão Presencial nº 33/2019/PMM0/MT.

Art. 2º - Fica designada para substituta, nos impedimentos, a servidora GLAUCIA STEFANIA MACEDO DE ASSUNÇÃO, Enfermeira, Matrícula/Registro nº 188/1131, CPF nº 006.125.551-35.

Art. 3º - Compete à fiscal ora designada as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 16 de março de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PORTARIA Nº 123 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar o servidor AMARILDO PEDRO DO NASCIMENTO, Agente de Pavimentação, Matrícula/Registro nº 2196/258, CPF nº 303. 813.041-91 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 012/2020** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e a empresa CONSTRUTORA CAMPESATTO LTDA, CNPJ nº 03.722.632/0001-57 que tem como objeto a execução de obra de infra-estrutura urbana no Distrito de Sonho Azul (contrato de repasse nº 875602/2018/MCIDADES/CAIXA), de acordo com a Tomada de Preços nº 01/2020.

Art. 2º - Fica designado para substituto, nos impedimentos, o servidor JOSÉ MÁRIO DO AMARAL, Agente de Transportes, Matrícula/Registro nº 247/330, CPF nº 008.002.588-94.

Art. 3º - Compete à fiscal ora designada as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 16 de março de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL DE COVOCAÇÃO

EDITAL Nº 033/2020

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS EDITAL ABERTURA EM 29 DE DEZEMBRO/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3665/2020 DE 29/03/2019.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo de Seleção de Estagiários Edital 003/2019.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Antonio Tavares, nº 3310 o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste - MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 06 de março de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS EDITAL ABERTURA EM 29 DE DEZEMBRO/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3665/2020 DE 29/03/2019.

ANEXO ÚNICO

PEDAGOGIA	
NOME	**RESULTADO**
HELEN CLAUDIA DE ALMEIDA	38º LUGAR

Mirassol D'Oeste, 05 de março de 2020

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL DE COVOCAÇÃO

EDITAL Nº 034/2020

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS EDITAL ABERTURA EM 29 DE DEZEMBRO/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3665/2020 DE 29/03/2019.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo de Seleção de Estagiários Edital 003/2019.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Antonio Tavares, nº 3310 o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste - MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 12 de março de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS EDITAL ABERTURA EM 29 DE DEZEMBRO/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3665/2020 DE 29/03/2019.

ANEXO ÚNICO

ELVIS DUTRA LAURINDO	3º LUGAR

PEDAGOGIA	
NOME	**RESULTADO**
CRISTIANE FEITOSA DA SILCA	39º LUGAR
NAYARA FERNANDA FILHA SOARES	40º LUGAR

Mirassol D'Oeste, 12 de março de 2020

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL DE COVOCAÇÃO

EDITAL Nº 035/2020

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3.471/2019 DE 21/03/2019.

O **PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital 001/2019.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Antonio Tavares, nº 3310 o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste - MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 16 de março de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3.471/2019 DE 21/03/2019.

ANEXO ÚNICO

MONITORA DE CRECHE	
NOME	**RESULTADO**
LUCIMAURA REGINA DA SILVA	71º LUGAR
ELIZAINE PEREIRA CARVALHO	72º LUGAR
PROFESSOR	
NOME	**RESULTADO**
MARCELO DANIEL DA SILVA	175º LUGAR
EVERALDO OLIVEIRA DE SOUZA	176º LUGAR
ADRIANA HELENA FERNANDES DE CARVALHO	177º LUGAR
EDENIR APARECIDA PEREIRA TERTILIANO	178º LUGAR

Mirassol D'Oeste, 16 de março o de 2020

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL DE COVOCAÇÃO

EDITAL Nº 032/2020

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3.471/2019 DE 21/03/2019.

O **PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital 001/2019.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Antonio Tavares, nº 3310 o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste - MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 06 de março de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3.471/2019 DE 21/03/2019.

ANEXO ÚNICO

PROFESSOR PEDAGOGIA	
NOME	**RESULTADO**
ANDRÉIA CANDIDA DE OLIVEIRA	174º LUGAR

Mirassol D'Oeste, 06 de março o de 2020

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/MIRASSOL PREVI
PORTARIA Nº 009/2020.

PORTARIA Nº 009/2020.

"Dispõe sobre a nomeação de Comissão para realização de Processo Eleitoral para compor o Conselho Previdenciário do Mirassol Previ"

O Diretor Executivo do MIRASSOLPREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Mirassol D' Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos estatuídos no Art. 76, §1º, III da Lei Municipal n.º 160 de 21/12/2016 que rege a Previdência Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Comissão para realização de Processo Eleitoral destinado a compor o Conselho Previdenciário do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Mirassol D'oeste – Mirassol Previ.

Art. 2º Fica a Comissão de que trata o artigo anterior constituída dos seguintes segurados:

Presidente

MARLI ANDROMEDE FERREIRA – Matricula/Registro nº 2740/130

Membros:

MARCOS ANTONIO DOS SANTOS – Matricula/Registro nº 4025/1216

VALMIR RIBEIRO DA SILVA – Matricula/Registro nº 2923/332

Art. 3º Compete à Comissão a instauração e elaboração dos atos administrativos necessários à realização do processo de eleição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Mirassol D'Oeste/MT, 16 de março de 2020.

RODRIGO DONIZETE TERRADAS

Diretor Executivo do MIRASSOL PREVI

LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA 10/2020

Dispensa de Licitação/Ratificação nº 10/2020. O Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, comunica que o Prefeito **RATIFICOU** a dispensa acima para **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO PERIÓDICA NO VEICULO MITISUBISHI L200 TRITON QCW 0817 DA SECRETARIA DE SAÚDE**, Empresa: **TAURO MOTORS VEÍCULOS IMPORTADOS LTDA, CNPJ 74.150.889/0001-20**, Valor: R$ 1.904,48 (hum mil, novecentos e quatro reais e quarenta e oito centavos). M. D'Oeste, 16/03/2020.Célia Regina de Mattos Prado – Presidente CPL. Euclides da Silva Paixão – Prefeito.

GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL DE COVOCAÇÃO

EDITAL Nº 036/2020

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3.503/2019 DE 11/06/2019.

O **PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital 002/2019.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Antonio Tavares, nº 3310 o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste - MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", **16 de março de 2020.**

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3.503/2019 DE 11/06/2019.

ANEXO ÚNICO

FISIOTERAPEUTA	
NOME	**RESULTADO**
CRISTIAN OLIVEIRA ABREU	2º COLOCADO(A)

Mirassol D'Oeste, 16 de março de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2020.

Pelo presente instrumento particular, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, de um lado o MUNICIPIO DE NOBRES / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF/MF sob o n.º 159.026.509-25, e do outro lado a empresa **CLAUDIO VALERIA DA SILVA LABORATORIO ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º24.347.611/0001-79, estabelecida na Av. Brasil, n.º 91, bairro Centro, cidade de Nova Brasilândia-MT, neste ato representada pelo Sr. Claudio Valeria da Silva, portador do CIRG n.º 599.004 SSP/MS e CPF n.º 595.643.931-91 doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 176/2006 2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 09/2020, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para **Registro de Preços para Futura e Eventual CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PROTÉTICO PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA SUPRIR O FORNECIMENTO/CONFECÇÕES DE PRÓTESES PARCIAIS E TOTAIS COM ARMAÇÃO SUPERIORES E INFERIORES DENTRO DO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Termo de Referência em anexo** do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 09/2020, para Registro de Preços.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por ITEM conforme segue:

Código	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
47301	PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL	160	R$ 480,00	R$ 76.800,00
47302	PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL	160	R$ 480,00	R$ 76.800,00
47303	PRÓTESE TOTAL MAXILAR	160	R$ 400,00	R$ 64.000,00
47304	PRÓTESE TOTAL MANGIBULAR	160	R$ 400,00	R$ 64.000,00

O valor global da presente ata de registro de preço é de R$ 281.600,00 (duzentos e oitenta e um mil e seiscentos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 09/2020, que a precedeu e integra o presente instrumen-

to de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de entrega dos produtos será de ate 10 **(dez)** dias uteis após o recebimento da Autorização de fornecimento na sede da secretaria solicitante.

4.2. Os serviços prestados por meio deste Pregão deverão ser realizados na sede da Secretaria Municipal solicitante, durante o expediente, ou seja, de 07h00m as 11h00m e das 13h00m as 17h00m, quando serão examinados por servidor responsável pelo seu recebimento.

4.3. A ausência de um representante da empresa no momento da prestação do serviço pelo servidor responsável acarretara na aceitação, pela empresa fornecedora, de quaisquer vícios que a secretaria solicitante apontar nos produtos entregues, devendo a fornecedora realizar a troca dos mesmos em até 24 **(vinte e quatro)** horas após o apontamento dos vícios, incorrendo em atraso passado o prazo previsto acima.

4.4. O prazo de validade dos Produtos quando da entrega pela contratada, deverá ser de no mínimo, 50% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

4.5. O recebimento dos Produtos será feito em 02 (duas) etapas por funcionário designado pela Secretaria Solicitante, conforme a seguir:

4.5.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do Produto com a especificação.

4.3 Se constatada irregularidades no serviço entregue, a CONTRATANTE, através do setor solicitante, poderá:

4.3.1 Se disser respeito à sua especificação, rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

4.3.2 Na hipótese de substituição, a LICITANTE CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do setor solicitante, no prazo por ele estipulado, contado de sua notificação, mantido o preço inicialmente proposto;

4.5.3 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar a sua complementação, ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

4.5.4. Os produtos não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

4.7. Não há limite mínimo ou máximo para o quantitativo dos Pedidos, os mesmos serão de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.3. Emitir o Termo de Recebimento Definitivo no prazo previsto e o devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.4 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Sec. Mun. De Saúde.....233-06.002.10.122.0029.2086.339039000000

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

a) 2% (dois por cento), até o máximo de 05 (cinco) dias, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

I - Advertência; II- Multa Conforme previsão neste instrumento Convocatório, por dia de atraso na entrega dos produtos;

III- Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do contrato;

IV- Suspensão temporária de participar em licitações no prazo não superior a 2 (dois) anos;

V- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

A multa a que alude este Instrumento Convocatório não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas No item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada materiais/produtos a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 09/2020, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 09/2020 a proposta da empresa **CLAUDIO VALERIA DA SILVA LABORATORIO ME**, CNPJ n° 24.347.611/0001-79 classificada no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres/ MT, 16 de Março de 2020.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

CLAUDIO VALERIA DA SILVA LABORATORIO ME

CNPJ n° 24.347.611/0001-79

Sr. Claudio Valeria da Silva

CPF nº 595.643.931-91

Testemunhas:

Nome:_____

CPF nº_____

Assinatura:_____

Nome: _____

CPF nº_____

Assinatura:_____

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO CONTRATO

CONTRATO N° 07/2020 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **CLAUDIO VALERIA DA SILVA LABORATORIO ME, CNPJ N° 24.347.611/0001-79**. **Objeto**: **Este contrato tem como objeto CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PROTÉTICO PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA SUPRIR O FORNECIMENTO/CONFECÇÕES DE PRÓTESES PARCIAIS E TOTAIS COM ARMAÇÃO SUPERIORES E INFERIORES DENTRO DO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.Valor: R$ 281.600,00** (duzentos e oitenta e um mil e seiscentos reais).Prazo: 12 (doze) meses. Data: 16/03/2020. Assinam – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres e empresa **CLAUDIO VALERIA DA SILVA LABORATORIO ME** – Contratado.

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS JANEIRO 2020

CONTRATO Nº 002/2020 - Celebrado Entre o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Nobres – MT, devidamente inscrito no CNPJ sob o n° 04.463.781/0001-01 e a empresa **MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB EIRELI,** CNPJ nº 14.728.004/0001-03. Objeto: **Contratação de empresa para Serviços de Manutenção, Hospedagem, Suporte Técnico e Locação de sistema Administrador dos Websites,** http://www.previnobres.com.br.. Valor: **R$ 5.400,00 (Cinco Mil e Quatrocentos Reais)**. Data: 02/01/2020. Prazo: 12 (Doze) meses. Assinam – **NADIR DA SILVA** – Diretora Executiva – Contratante e **MARCOS PAULO DE OLIVEIRA SILVA –** Sócio Proprietário – Contratada.

Nobres - MT, 07 de Fevereiro de 2020.

NADIR DA SILVA

Diretora Executiva

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS JANEIRO 2020

CONTRATO Nº 002/2020 - Celebrado Entre o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Nobres – MT, devidamente inscrito no CNPJ sob o n° 04.463.781/0001-01 e a empresa **MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB EIRELI,** CNPJ nº 14.728.004/0001-03. Objeto: **Contratação de empresa para Serviços de Manutenção, Hospedagem, Suporte Técnico e Locação de sistema Administrador dos Websites,** http://www.previnobres.com.br.. Valor: **R$ 5.400,00 (Cinco Mil e Quatrocentos Reais)**. Data: 02/01/2020. Prazo: 12 (Doze) meses. Assinam – **NADIR DA SILVA** – Diretora Executiva – Contratante e **MARCOS PAULO DE OLIVEIRA SILVA –** Sócio Proprietário – Contratada.

Nobres - MT, 07 de Fevereiro de 2020.

NADIR DA SILVA

Diretora Executiva

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº. 002/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e, considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto no artigo 24, inciso I, da Lei Federal nº. 9.394/1996 e no disposto na Lei Municipal nº. 1.197/2011.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal no Art. 6º garante que dentre outros, a educação é um direito social, sendo competência comum aos Municípios proporcionar meios de acesso à Educação;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura que a Educação é direito de todos e dever do Estado e que são de relevância pública as ações e serviços de Educação e que as aulas não podem ser interrompidas;

CONSIDERANDO quando não houver mais profissionais classificados para serem convocados do Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2018, nas áreas objeto deste Edital;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação profissional em caráter temporário, a Prefeitura Municipal de Nobres – MT, através da Secretaria Municipal de Educação, realizará Processo Seletivo Simplificado Emergencial, objetivando a contratação temporária de Professores, visando dar continuidade às atividades, ações e serviços de Educação nas Unidades Escolares, executados pela Secretaria Municipal de Educação, para o **ano letivo de 2020**, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, consoante o dispositivo no art. 37, da Constituição Federal, com vistas ao atendimento às necessidades de excepcional interesse público deste Município.

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Processo Seletivo Simplificado Emergencial será coordenado por uma Comissão nomeada pelo Decreto nº. 110/2019, que supervisionará todas as etapas do Processo, desde a Elaboração à Classificação do Certame, concluindo com Relatório para a devida homologação após a Publicação do Resultado Final.

1.2 - Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito.

1.3 - Os candidatos que atenderem a todas as condições exigidas neste Edital serão contratados conforme o número de vagas das escolas pelas quais concorreram ou ficarão em “Cadastro de Reserva” na expectativa de abertura de novas vagas.

2 – DOS CARGOS

Nomenclatura	C/H	Vencimento	Vagas	Requisito Mínimo
Professor Zona Urbana	20	R$ 2.426,87	CR	Licenciatura Plena em Pedagogia
Professor Zona Rural Bom Jardim	20	R$ 2.426,87	CR	Licenciatura Plena em Pedagogia
Professor Zona Rural Roda d’água	20	R$ 2.426,87	CR	Licenciatura Plena em Pedagogia
Professor Zona Rural Aldeia Santana: Esc.Olavo Mendes	20	R$ 2.426,87	CR	Licenciatura Plena e/ou Ensino Médio Completo
Motorista de transporte escolar Zona Urbana/ zona rural	40	R$ 2.025,78	CR	Ensino Fundamental Incompleto
Técnico em Desenvolvimento Infantil Zona Rural Bom Jardim	30	R$ 1.577,45	CR	Ensino Médio Completo
Serviços Gerais Zona Rural Bom Jardim e Escola Olavo Mendes Duarte	40	R$ 998,00	CR	Ensino Fundamental Incompleto
Técnico Administrativo Educacional Zona Rural Roda D`água.	30	R$ 1.577,45	CR	Ensino Médio Completo

3 – DOS REQUISITOS DO PROCESSO SELETIVO

3.1 - O candidato classificado no Processo Seletivo Simplificado Emergencial de que trata este Edital só poderá ser admitido no cargo se atendidas às seguintes exigências:

3.2 - Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do Artigo 12, § 1º da Constituição Federal. 3.3. - Estar em gozo dos direitos políticos.

3.4 - Estar em dia com as obrigações eleitorais, documentado com os últimos comprovantes de votação ou certidão da Justiça Eleitoral.

3.5 - Apresentar Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino.

3.6 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, à época da admissão.

3.7 - Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, avaliada por Médico do Trabalho.

3.8 – Apresentar Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria “D”, para os candidatos ao cargo de Motorista.

3.9 - Não estar afastado junto ao INSS na data limite para admissão.

3.10 - Apresentar documentação comprobatória dos requisitos mínimos exigidos.

3.11 - Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, à época do contrato, de acordo com a legislação em vigor.

3.12 - Não registrar antecedentes criminais por sentença judicial transitada em julgado nos últimos 5 anos;

3.13 – Documentos pessoais, incluindo cópia do PIS/PASEP;

3.14 – CPF dos pais;

3.15 – Foto 3x4;

3.16 – Declaração de não acumulo de cargo assinada pelo interessado e em casso de possuir um vinculo financeiro, com acumulo de cargo, comprovar o tipo de cargo e a carga horária semanal, apresentar no ato da contratação, cópia do contrato ou CTPS se privado.

4- DAS INSCRIÇÕES

4.1 - As inscrições serão gratuitas e realizadas em formulário padrão, conforme Anexo III, na Escola ou Creche que o funcionário/professor/ contratado deseja atuar no Município de Nobres – MT.

4.2 - As inscrições serão realizadas nas escolas da Rede Municipal do dia **12 ao dia 13 de dezembro de 2019, das 07h às 11h, pela comissão formada na escola. Dia 16/12, o diretor deverá encaminhar as inscrições realizadas para a Semec, para conferência pela comissão que consta no decreto nº 110/2019.**

4.3 - A inscrição deverá ser efetuada pelo candidato ou por procurador devidamente constituído por instrumento de Procuração, sendo que neste caso, a assinatura do candidato/outorgante deverá estar reconhecida em cartório.

4.4 - O candidato ou seu procurador deverá comparecer ao local da inscrição munido dos documentos exigidos no item 4.5 - No ato da inscrição, o candidato deverá preencher formulário padrão, com letra legível, não podendo haver rasuras e/ou emendas, nem omissão de dados nele solicitados, e entregar cópia simples, com a apresentação de original dos seguintes documentos:

a) Documento de Identidade;

b) CPF;

c) Comprovante de Escolaridade exigida para o cargo.

4.6 - Serão aceitos como documentos para a Prova de Títulos, os que forem representados por Diplomas, Certificados e Declarações definitivos de conclusão de curso expedidos por Instituição reconhecida pelo MEC – Ministério da Educação, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.

4.7 – Os documentos para a Prova de Títulos deverão ser entregues em cópia simples, com a apresentação de original, ou a via da cópia autenticada em Cartório, para a contagem de pontos, conforme Anexo I, que estabelece os critérios de avaliação.

4.7.1 - Os cursos deverão estar autorizados e reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC.

4.8 - É de exclusiva responsabilidade do candidato a apresentação e comprovação dos documentos de Títulos.

4.9 - Não será aceito entrega ou substituição, posteriores à inscrição, bem como, Títulos que não constem nas tabelas apresentadas neste Capítulo.

4.10 - No somatório da pontuação de cada candidato, os pontos excedentes serão desprezados.

4.11 - Deverão ser considerados os pontos da maior titulação por Formação Profissional que o candidato tiver concluído, sendo vedado o cômputo cumulativo, com exceção à experiência como docente e a atualização pedagógica, até o limite máximo da pontuação definida.

4.12 - A inscrição obriga o candidato a aceitar plena e integralmente as condições determinadas neste edital e legislação vigente, bem como estar ciente que concorre pela escola que fez inscrição.

4.13 - Será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado Emergencial, o candidato que não apresentar, na inscrição, os documentos exigidos para o cargo.

4.14 – As vagas para escola Olavo Mendes Duarte o profissional tem que dominar a língua materna.

4.15 – O professor com vinculo na rede municipal não poderá participar.

5 - DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

5.1 - O Processo Seletivo Simplificado Emergencial será constituído da análise dos Títulos, realizada pela Comissão constituída para este fim.

5.2 – Os candidatos serão classificados pela ordem do somatório da Prova de Títulos.

6 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1. Na classificação final entre candidatos com igual número de pontos, será fator de desempate o seguinte: com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos até o último dia de inscrição, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada a preferência ao de idade mais elevada.

6.2 – Os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, serão desempatados pelo critério de tempo de atuação na área, e persistindo o empate, o critério será o de maior idade.

7 – DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS:

7.1 - O resultado deste Processo Seletivo Simplificado Emergencial será Publicado no dia 18 de dezembro 2019, no site da Prefeitura Municipal de Nobres em www.nobres.mt.gov.br.

8- DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

8.1 - A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo Simplificado Emengencial, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

8.2 - A inexatidão das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo Simplificado, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração.

8.3 - Quando convocado, o candidato aprovado terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para se apresentar.

8.4 - Para efeito de admissão fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame de saúde, elaborado por médicos e apresentação de documentos legais que lhe forem exigidos.

8.5 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este edital que sejam publicados nos locais referidos no item 7.1 deste Edital.

8.6 - Todos os casos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão resolvidos em comum pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT, através da Comissão Coordenadora do **Processo Seletivo Simplificado Emergencial Nº 002/2019.**

8.7 – As atribuições dos cargos de professor, TAE/TDI são regidas pelo PCCS Lei Mun.nº1197 e os TAE são regidas pelo PCCS Lei Mun.nº 1297/2013

8.7 - Todas as publicações referentes ao presente Processo Seletivo serão realizadas no site da Prefeitura Municipal de Nobres (www.nobres.mt.gov.br) e no site do Diário Oficial da Associação Matogrossense do Municípios AMM-MT (https://diariomunicipal.org/mt/amm/).

Nobres/MT, 02 de dezembro de 2019.

Edilman Conceição Rondon

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

FICHA DE PONTUAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE CLASSE E/OU AULAS DE PROFESSOR E TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL /Contrato

1. DADOS PESSOAIS:

Nome completo do servidor/interessado(a): _____

Data de nascimento: _____/_____/_____.
Endereço: _____
Nº _____ Complemento: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____
Fone res.: _____ Celular: _____ Outro: _____
E-mail: _____
RG: _____ Órgão Exp: _____ Data Exp.: _____/_____/_____
CPF: _____
Escola que pretende atuar_____
Habilitação (formação):
A) _____
B) _____
_____

POSSUI VINCULO FINANCEIRO? (Preenchimento de caráter obrigatório em caso afirmativo)

	Tipo:	**Cargo Ocupado:**	**Jornada de Trabalho Correspondente ao vínculo**:
( ) Não ( ) Sim	( ) Público ( ) Privado ( ) Aposentado	( ) Professor ( ) Administrativo ( ) Outro	_____ horas semanais.

1. OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO:

a) Curso: (_____)

b) Professor ( ) Técnico em desenvolvimento Infantil Bom Jardim ( )

1. PONTUAÇÃO:

Números de pontos obtidos pelo servidor:

CRITÉRIOS			**INDICADORES**	**COMPUTADO**	**PONTOS**
I	**Formação/Titulação** (considerar a maior titulação):				
a)	Pós-Graduação	Doutorado	8,0 (oito) pontos		
		Mestrado	6,0 (seis) pontos		
		Especialização	5,0 (cinco) pontos		
b)	Licenciatura	Licenc. Plena	4,0 (quatro) pontos		
		Licenc. Plena a partir do 4º Semestre	3.0 (três) pontos		
c)	Ensino médio	Magistério	2.0 (dois) pontos		
		Regular (Propedêutico)	1.0 (um) ponto		
II	**Qualificação profissional complementar** (considerar apenas os últimos 3 (três) anos):				
a)	Curso de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares certificadas pela SINTEP, SEMEC,SEDUC, SEBRAE, EDUCARE/PVE e MEC a cada 40h 0,5 no total de 3.0 pontos		**3,0 (três) pontos**		
b)	Assiduidade, participação e em grupos de estudos, via projeto Sala do Educador DA/NA ESCOLA, certificado pela escola e chancelado na Semec	100%	**10(dez) pontos**		
		95%	**7,0 (sete) pontos**		
		85%	**6,0 (seis) pontos**		
		75%	**5.0 (cinco) pontos**		
d)	Assiduidade de 100% do regime/jornada de trabalho no ano de 2019 (em sala de aula).		**0 faltas 5,0 (cinco) pontos**		
			1-3 falas		

		3,0(três) pontos		
		4-6 faltas 1,0 (um) ponto		
		Mais de 6 faltas: nenhum ponto		
e)	Participação em reuniões pedagógicas devidamente assinada e registrada em atas e Registro de Frequência	**100% (4.0 pontos) 75 a 90% (2. 0 pontos)**		
f)	Por participação e elaboração em Projeto do Programa União Faz a Vida	**3,0 pontos**		
g)	Tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino, comprovado pelo setor de RH ou Previdência Social. Conforme Lei Municipal nº. 1.197/2011 (PCCS).	**0,25 por ano**		

4.	**TOTAL DE PONTOS OBTIDOS:**			
5.	**EM CASO DE EMPATE:**			
a.	Escolaridade			
b.	Maior pontuação na formação continuada.			
c.	Maior Idade			
6.	**TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/ DESEMPATE:**			

Observação: Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até duas casas decimais. Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública.	
Assinatura do servidor/interessado	Responsável pela atribuição na escola _____/_____/2019.

ANEXO II

FICHA DE PONTOS PARA REGIME/JORNADA DE TRABALHO – SERVIDOR ADMINISTRATIVO – TAE e AAE – contrato

1. DADOS PESSOAIS:

Nome completo do servidor/interessado(a): _____
_____
Data de nascimento: _____/_____/_____.
Endereço: _____
Nº _____ Complemento: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____
Fone res: _____ Celular: _____ Outro: _____
E-mail: _____
RG: _____ Órgão Exp.: _____ Data Exp.: _____/_____/_____
CPF: _____
Escola: _____

2. POSSUI VINCULO FINANCEIRO? (Preenchimento de caráter obrigatório em caso afirmativo)

( ) Não ( ) Sim	**Tipo:** ( ) Público ( ) Privado ( ) Aposentado	**Jornada de Trabalho Correspondente ao outro vinculo**: _____horas semanais.

3. FORMA ESCOLAR/HABILITAÇÃO:

4. HABILITAÇÃO: _____

5. OPÇÃO PARA A FUNÇÃO QUE CONCORRE (assinalar apenas uma opção):

6. APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL
( ) AAE / Limpeza /Bom Jardim
( ) TDI/Bom Jardim
( ) motorista de transporte escolar

Números de pontos obtidos pelo servidor:

CRITÉRIOS			**INDICADOR**	**COMPUTADO**	**PONTOS**
I	**Formação/Titulação**: abrangente a TAE – permitir somente o registro de 01 item e pontuá-lo.				
a)	Pós-Graduação	Especialização	5,0 (cinco) pontos		
b)	Ensino Superior	Licenciat. Plena / Bacharel	4,0 (quatro) pontos		
c)	Ensino Médio	Profuncionário	3,0 (três) pontos		
		Propedêutico/Magistério	1,0 (um) ponto		
II	**Formação/Titulação**: abrangente AAE – permitir somente o registro de 01 item e pontuá-lo.				
a)	Ensino Superior	Lic Plena, Bacharel ou Tecnólogo	3,0 (três) pontos		
	Ensino Médio	Profuncionário	2,0(dois) pontos		
		Propedêutico/Magistério	1,0 (um) ponto		
	Ensino Fundamental	Ens. Fundamental Completo e incompleto	0,5 (meio) ponto		
III	**ASSIDUIDADE DA JORNADA DE TRABALHO EM 2019 e QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR**				
a.	Assiduidade de 100% da jornada de trabalho – jornada integral conforme sua atribuição.			0 faltas 5,0 (cinco) pontos	
				1-3 falas 3,0(três) pontos	
				4-6 faltas 1,0 (um) ponto	

			Mais de 6 faltas: nenhum ponto	
b.	Por participação em reuniões pedagógicas ou administrativas, devidamente registradas em ata e registro de frequência.	100%	4,0 (quatro) pontos	
		75% a 90%	2,0 (dois) pontos	
c.	Assiduidade na formação continuada, em grupos de estudo da/na escola(sala do educador)	100%	**10 (dez) pontos**	
		95%	**7(sete) pontos**	
		85%	**6 (seis) pontos**	
		75%	**5 (cinco) pontos**	
d.	Tempo de serviço na unidade escolar.		0,25 por ano	
IV	**Qualificação profissional complementar (considerar apenas os últimos 3 (três) anos):**			
a)	Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didáticos- curriculares e de políticas educacionais – com limite máximo de 3,0 pontos.	0,5 (meio) ponto para cada 40 (quarenta) horas		
b)	Projetos educativos desenvolvidos na escola em coerência com o Projeto Pedagógico e com realização devidamente aprovada pela APM, que acontecem fora da jornada de trabalho semanal (30 horas) acompanhado pelo coord. Pedagógico, com duração mínima de um semestre letivo.	3,0 (dois) pontos		
V	**TOTAL DE PONTOS OBTIDOS:**			
VI	**EM CASO DE EMPATE:**			
a.	Escolaridade			
b.	Maior pontuação na Formação Continuada			
b.	Idade			
VII	**TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/ DESEMPATE:**			
Observação: Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até duas casas decimais. Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública.				
Assinatura do interessado(a)		Responsável pela atribuição na Escola		_____/_____/2019 Data

Contrato temporário

Anexo III – FICHA DE INSCRIÇÃO E CONTAGEM DE PONTOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº 001/2019

Cargo /Função: Inscrição n°.:
Área: ( ) Urbana ( )Rural (especificar o Distrito):
Nome:
RG: Órgão Emissor: UF:
CPF: Data de Nascimento:
Endereço:
Município: UF:
E-mail:
Telefone:
DECLARO que conheço e aceito as condições do Edital do **Processo Seletivo Simplificado Emergencial n° 002/2019**, cuja copia integral se encontra disponível no site da Prefeitura Municipal de Nobres (www.nobres.mt.gov.br) e no site do Diário Oficial da Associação Matogrossense dos Municípios – AMM-MT (https://diariomunicipal.org/mt/amm/) e que as informações constantes nesta ficha são de minha inteira responsabilidade. Nobres/MT, _____ de _____ de 2020. _____ Assinatura Legível
Protocolo de Entrega – Processo Seletivo Simplificado Emergencial n°. 002/2019 Nome do Candidato: _____ Nº da Inscrição: _____ Cargo / Local: _____ Data: _____/_____/2019. _____ *Assinatura do Recebedor*

Anexo IV – CRONOGRAMA

DATA	EVENTOS
04/12/2019	Divulgação do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado Emergencial
12 e 13 /12/ 2019	Período de inscrição com a contagem dos pontos da Prova de Títulos
18/12/2019	Divulgação da classificação da Prova de Títulos
29/01/2020	Atribuição no plenário da Prefeitura Municipal de Nobres, às 8:0h Inscrição feita p/a escola Honorata; às 9:0h para inscrição feita para Escola Dalci C. de Souza;10:0h para Creche Regina; 10:30h para Creche Alda Pacheco Serra

LICITAÇÃO
ATAS DE RP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2020

Processo nº 15/2020

PREGÃO/ADESÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2020

Validade da Ata: 12 meses

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando a homologação da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n.º 11/2019, homologada em 02/01/2020, processo administrativo n.º 23034.050192/2018−41, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando−se as partes às normas constantes na Lei n.º 8. 666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013 (alterado pelo Decreto n.º 8.250, de 23 de maio de 2014), e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata constitui documento vinculativo, obrigacional e com característica de compromisso para futura contratação, e tem por objeto o Registro de Preços para a eventual aquisição de transporte escolar diário de estudantes, denominado de **Ônibus Rural Escolar (ORE) e Ônibus Urbano Escolar Acessível (ONUREA),** em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes no Termo de Referência − Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º 11/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora e o Termo de Ciência e Responsabilidade do SIGARPWEB, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, DOS QUANTITATIVOS E DO FORNECEDOR REGISTRADO

2.1. Os preços registrados, a descrição resumida do objeto, a quantidade fixada para os Órgãos Participantes de Compra Nacional e as demais condições ofertadas na proposta do fornecedor são as que seguem:

Item	Especificação	Região de Abrangência	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	**Ônibus Urbano Escolar Acessível Piso Alto - ONUREA PISO ALTO:** ônibus com comprimento total máximo de 7.000 mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 1.500 kg, comportando transportar, mínimo, de 23 (vinte e três) passageiros adultos sentados ou 29 (vinte e nove) estudantes sentados, mais o motorista, e deve ser equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de estudante com deficiência, ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno.	Nacional	Unidade	03	R$ 193. 632,00	R$ 580. 896,00

2.2. Os dados do fornecedor mais bem classificado no resultado da licitação (fornecedor registrado nesta Ata) são os que seguem:

1ª Classificada – Empresa fornecedora		
CNPJ n.º: 06.020.318/0001−10	Razão Social: MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.	
Endereço: Rua Volkswagen, 291 − 8º andar − Jabaquara		
Cidade: São Paulo	UF: SP	CEP: 04.344−901
Telefone: (11) 5582−5885 ou (11) 5582−5292	Fax: (11) 5582−5523	
Endereço Eletrônico: adriana.cecconello@volkswagen.com.br e felicia.araujo@volkswagen.com.br		
Representante: Adriana Cecconello		
RG n.º/Órgão Expedidor/UF: 1048419947 – SSP/RS	CPF n.º: 608.499.080−00	

3. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. 3.2. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o art. 12, caput, do Decreto n.º 7.982/13, e o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

4. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

4.1. A presente Ata implica em compromisso de fornecimento, após cumprir os requisitos de publicidade, ficando o FORNECEDOR obrigado a atender a todos os pedidos efetuados pelo Órgão

Gerenciador, e pelos Órgãos Participantes de Compra Nacional, durante sua vigência, dentro dos quantitativos fixados, conforme tabela(s) constante(s) da Cláusula Segunda.

4.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando− se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições. 4.2. O compromisso de entrega e execução estará caracterizado mediante a assinatura de CONTRATO entre o FORNECEDOR e a CONTRATANTE, observadas as disposições desta Ata de Registro de Preços e do Edital do **Pregão Eletrônico nº. 11/2019**, em conformidade à minuta anexada ao Edital. 4.2.1. Os contratos decorrentes da utilização desta Ata de Registro de Preços deverão ser assinados dentro do prazo de validade a que se refere o item 3.1 desta Ata, conforme disposto no art. 12, §4º, do Decreto n.º 7.892/13. 4.2.2. A entrega do(s) item(ns) deverá ser efetuada no prazo estabelecido no Cronograma de Entrega constante do Termo de Referência − Anexo I do Edital, o qual será contado a partir da assinatura do Contrato e da disponibilização dos endereços de entrega pela CONTRATANTE à CONTRATADA, prevalecendo a data do evento que ocorrer por último. 4.2.3. As condições gerais do fornecimento do produto, tais como as de entrega e recebimento do objeto, assim como as especificações técnicas dos itens registrados e as obrigações das partes que compõem este Registro de Preços, encontram−se definidas no Termo de Referência − Anexo I do Edital. 4.2.4. Demais obrigações do FORNECEDOR, na condição de CONTRATADO, e dos Órgãos/entidades que se utilizarem desta Ata de Registro de Preços, na condição de CONTRATANTE, constarão do respectivo CONTRATO, em conformidade à minuta anexa ao Edital. 4.3. O fornecedor fica proibido de firmar contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços sem o conhecimento e prévia autorização, quando for o caso, do Órgão Gerenciador.

5. DO CONTROLE DE QUALIDADE

5.1. Os produtos registrados nesta Ata de Registro de Preços estão sujeitos ao Controle de Qualidade realizado pelo FNDE, pelos CONTRATANTES ou por instituição indicada por eles, na forma disposta nos Cadernos de Informações Técnicas − CIT e nos demais itens do Termo de Referência − Anexo

I do Edital. 5.1.1. O Controle de Qualidade poderá ocorrer durante as etapas de produção e a qualquer tempo, durante a vigência desta Ata e/ou dos contratos firmados com o FNDE e/ou com os CONTRATANTES. 5.2. O cumprimento das regras estabelecidas pelo FNDE em relação ao Controle de Qualidade dos produtos registrados nesta Ata constitui objeto do Termo de Ciência e Responsabilidade firmado pelo fornecedor na ocasião da assinatura desta Ata (Encarte B − SEI n.º 1693837). 5.3. O descumprimento das regras estabelecidas pelo FNDE em relação ao Controle de Qualidade implica descumprimento das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando o FORNECEDOR ao cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o devido processo legal.

6. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. No caso de descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços, inclusive em relação às regras do Controle de Qualidade previstas no Edital e seus Anexos, o Órgão Gerenciador poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, e observado o devido processo legal, aplicar ao FORNECEDOR REGISTRADO as seguintes sanções administrativas, segundo a gravidade da falta cometida: I − **Advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos; II − **Multa moratória** de 0,1 % (um décimo por cento) a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total dos itens correspondentes às solicitações autorizadas e que tenham relação com a mora identificada, até o limite máximo de 15% desse valor. Após 10 (dez) dias de mora, a Administração poderá optar pela manutenção da sanção de multa (até seu limite máximo) ou pelo cancelamento da Ata, com as penalidades daí decorrentes; III − **Multa compensatória** de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total dos itens correspondentes às solicitações autorizadas e que tenham relação com a irregularidade apurada, no caso de inadimplemento total da obrigação ou, no caso de inadimplemento parcial, de forma proporcional à obrigação inadimplida; IV − **Impedimento de licitar e contratar** com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; V − **Suspensão temporária** de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos; VI − **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o FORNECEDOR REGISTRADO ressarcir a Administração pelos prejuízos causados. 6.2. As sanções previstas na presente Cláusula não afastam eventuais outras sanções ou medidas administrativas previstas na legislação aplicável. 6.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar−se−á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao FORNECEDOR, observando−se os procedimentos previstos nas Leis nº 8.666, de 1993, e 10.520, de 2002, e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784, de 1999. 6.4. A autoridade competente, quando da aplicação e dosimetria das sanções, levará em consideração, na fixação do percentual da sanção aplicável, dentre os limites máximos e mínimos abstratamente previstos à hipótese, a gravidade e recorrência da conduta do infrator, a suficiência à reprimenda da infração, o oferecimento de risco ao usuário, o dano causado, bem como o caráter educativo/pedagógico da pena, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

7.6.	6.6 As sanções previstas nesta Cláusula não se confundem com as sanções previstas no edital e no instrumento contratual. **7. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS** **7.1** Em observancia as disposiçoes do Decreto n° 7.982/13 a alterações posteriores, o registro do fornecedor sera cancelado quando este: 7.1.1 Descumprir as condições estabelecidas nesta ata de registro de preço; 7.1.2 Nao assinar o termo de contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa justificativa aceitavel; 7.1.3 Nao aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipotese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado, ou; 7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei 8.666/93, ou no art. 7° da Lei 10.520/2002; 7.2 O cancelamento de registros nas hipoteses previstas nos subitens 8.1., 8.1.2 e 8.1.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditorio e a ampla defesa. 7.3 O cancelamento do registro de preço poderá ocorrer por fato superviniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento desta ata, devidamente comprovados e justificados; 7.3.1 Por razão de interesse publico; ou 7.3.2 A pedido do fornecedor.

9. DADIVULGAÇÃO 9.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data. *9.2.* Para firmeza e validade do pactuado, depois de lida e achada em ordem, a presente Ata vai assinada eletronicamente pelas parte*s.*

DO FORO CONTRATUAL

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres/MT, 13 de Março de 2020.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ n° 06.020.318/0001−10

Sra. Adriana Cecconello

CPF sob o nº 608.499.080−00

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATAS DE RP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2020

Processo nº 15/2020

PREGÃO/ADESÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2020

Validade da Ata: 12 meses

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando a homologação da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n.º 11/2019, homologada em 02/01/2020, processo administrativo n.º 23034.050192/2018−41, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando−se as partes às normas constantes na Lei n.º 8. 666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013 (alterado pelo Decreto n.º 8.250, de 23 de maio de 2014), e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata constitui documento vinculativo, obrigacional e com característica de compromisso para futura contratação, e tem por objeto o Registro de Preços para a eventual aquisição de transporte escolar diário de estudantes, denominado de **Ônibus Rural Escolar (ORE) e Ônibus Urbano Escolar Acessível (ONUREA),** em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes no Termo de Referência − Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º 11/ 2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora e o Termo de Ciência e Responsabilidade do SIGARPWEB, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, DOS QUANTITATIVOS E DO FORNECEDOR REGISTRADO

2.1. Os preços registrados, a descrição resumida do objeto, a quantidade fixada para os Órgãos Participantes de Compra Nacional e as demais condições ofertadas na proposta do fornecedor são as que seguem:

Item	Especificação	Região de Abrangência	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
4	**Ônibus Rural Escolar - ORE 2:** ônibus com comprimento total máximo de 9.000 mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 3.000 kg, com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) estudantes sentados, mais o condutor, e deve ser equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de estudante com deficiência, ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno.	Nacional	Un.	03	R$ 214. 000,00	R$ 642. 000,00

2.2. Os dados do fornecedor mais bem classificado no resultado da licitação (fornecedor registrado nesta Ata) são os que seguem:

1ª Classificada – Empresa fornecedora		
CNPJ n.º: 01.844.555/0005−06	Razão Social: CNH INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA.	
Endereço: Rodovia MG − 238, S/N, Km 73,5 − Distrito Industrial Norte		
Cidade: Sete Lagoas	UF: MG	CEP: 35.701−482
Telefone: (31) 3888−7258	Fax: (31) 3888−7479	
Endereço Eletrônico: vendasgoverno@iveco.com		
Representante: Renato Perrotta		
RG n.º/Órgão Expedidor/UF: 22.698927−6 – SSP/SP	CPF n.º: 247.194.088−93	

3. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. 3.2. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o art. 12, caput, do Decreto n.º 7.982/13, e o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

4. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

4.1. A presente Ata implica em compromisso de fornecimento, após cumprir os requisitos de publicidade, ficando o FORNECEDOR obrigado a atender a todos os pedidos efetuados pelo Órgão

Gerenciador, e pelos Órgãos Participantes de Compra Nacional, durante sua vigência, dentro dos quantitativos fixados, conforme tabela(s) constante(s) da Cláusula Segunda.

4.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando− se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições. 4.2. O compromisso de entrega e execução estará caracterizado mediante a assinatura de CONTRATO entre o FORNECEDOR e a CONTRATANTE, observadas as disposições desta Ata de Registro de Preços e do Edital do **Pregão Eletrônico nº. 11/2019**, em conformidade à minuta anexada ao Edital. 4.2.1. Os contratos decorrentes da utilização desta Ata de Registro de Preços deverão ser assinados dentro do prazo de validade a que se refere o item 3.1 desta Ata, conforme disposto no art. 12, §4º, do Decreto n.º 7.892/13. 4.2.2. A entrega do(s) item(ns) deverá ser efetuada no prazo estabelecido no Cronograma de Entrega constante do Termo de Referência − Anexo I do Edital, o qual será contado a partir da assinatura do Contrato e da disponibilização dos endereços de entrega pela CONTRATANTE à CONTRATADA, prevalecendo a data do evento que ocorrer por último. 4.2.3. As condições gerais do fornecimento do produto, tais como as de entrega e recebimento do objeto, assim como as especificações técnicas dos itens registrados e as

obrigações das partes que compõem este Registro de Preços, encontram−se definidas no Termo de Referência − Anexo I do Edital. 4.2.4. Demais obrigações do FORNECEDOR, na condição de CONTRATADO, e dos Órgãos/entidades que se utilizarem desta Ata de Registro de Preços, na condição de CONTRATANTE, constarão do respectivo CONTRATO, em conformidade à minuta anexa ao Edital. 4.3. O fornecedor fica proibido de firmar contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços sem o conhecimento e prévia autorização, quando for o caso, do Órgão Gerenciador.

5. DO CONTROLE DE QUALIDADE

5.1. Os produtos registrados nesta Ata de Registro de Preços estão sujeitos ao Controle de Qualidade realizado pelo FNDE, pelos CONTRATANTES ou por instituição indicada por eles, na forma disposta nos Cadernos de Informações Técnicas − CIT e nos demais itens do Termo de Referência − Anexo I do Edital. 5.1.1. O Controle de Qualidade poderá ocorrer durante as etapas de produção e a qualquer tempo, durante a vigência desta Ata e/ou dos contratos firmados com o FNDE e/ou com os CONTRATANTES. 5.2. O cumprimento das regras estabelecidas pelo FNDE em relação ao Controle de Qualidade dos produtos registrados nesta Ata constitui objeto do Termo de Ciência e Responsabilidade firmado pelo fornecedor na ocasião da assinatura desta Ata (Encarte B − SEI n.º 1693837). 5.3. O descumprimento das regras estabelecidas pelo FNDE em relação ao Controle de Qualidade implica descumprimento das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando o FORNECEDOR ao cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o devido processo legal.

6. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. No caso de descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços, inclusive em relação às regras do Controle de Qualidade previstas no Edital e seus Anexos, o Órgão Gerenciador poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, e observado o devido processo legal, aplicar ao FORNECEDOR REGISTRADO as seguintes sanções administrativas, segundo a gravidade da falta cometida: I − **Advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos; II − **Multa moratória** de 0,1 % (um décimo por cento) a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total dos itens correspondentes às solicitações autorizadas e que tenham relação com a mora identificada, até o limite máximo de 15% desse valor. Após 10 (dez) dias de mora, a Administração poderá optar pela manutenção da sanção de multa (até seu limite máximo) ou pelo cancelamento da Ata, com as penalidades daí decorrentes; III − **Multa compensatória** de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total dos itens correspondentes às solicitações autorizadas e que tenham relação com a irregularidade apurada, no caso de inadimplemento total da obrigação ou, no caso de inadimplemento parcial, de forma proporcional à obrigação inadimplida; IV − **Impedimento de licitar e contratar** com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; V − **Suspensão temporária** de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos; VI − **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o FORNECEDOR REGISTRADO ressarcir a Administração pelos prejuízos causados. 6.2. As sanções previstas na presente Cláusula não afastam eventuais outras sanções ou medidas administrativas previstas na legislação aplicável. 6.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar−se−á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao FORNECEDOR, observando−se os procedimentos previstos nas Leis nº 8.666, de 1993, e 10.520, de 2002, e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784, de 1999. 6.4. A autoridade competente, quando da aplicação e dosimetria das sanções, levará em consideração, na fixação do percentual da sanção aplicável, dentre os limites máximos e mínimos abstratamente previstos à hipótese, a gravidade e recorrência da conduta do infrator, a suficiência à reprimenda da infração, o oferecimento de risco ao usuário, o dano causado, bem como o caráter educativo/pedagógico da pena, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

7.6.	6.6 As sanções previstas nesta Cláusula não se confundem com as sanções previstas no edital e no instrumento contratual. **7. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS** **7.1** Em observancia as disposiçoes do Decreto n° 7.982/13 a alterações posteriores, o registro do fornecedor sera cancelado quando este: 7.1.1 Descumprir as condições estabelecidas nesta ata de registro de preço; 7.1.2 Nao assinar o termo de contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa justificativa aceitavel; 7.1.3 Nao aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipotese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado, ou; 7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei 8.666/93, ou no art. 7° da Lei 10.520/2002; 7.2 O cancelamento de registros nas hipoteses previstas nos subitens 8.1., 8.1.2 e 8.1.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditorio e a ampla defesa. 7.3 O cancelamento do registro de preço poderá ocorrer por fato superviniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento desta ata, devidamente comprovados e justificados; 7.3.1 Por razão de interesse publico; ou 7.3.2 A pedido do fornecedor.

9. DADIVULGAÇÃO 9.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data. *9.2.* Para firmeza e validade do pactuado, depois de lida e achada em ordem, a presente Ata vai assinada eletronicamente pelas parte*s.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO CONTRATUAL

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres/MT, 13 de Março de 2020.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

CNH INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA

CNPJ n° 01.844.555/0005−06

Sr. Renato Perrotto

CPF sob o nº 247.194.088−93

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº. 002/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e, considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto no artigo 24, inciso I, da Lei Federal nº. 9.394/1996 e no disposto na Lei Municipal nº. 1.197/2011.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal no Art. 6º garante que dentre outros, a educação é um direito social, sendo competência comum aos Municípios proporcionar meios de acesso à Educação;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura que a Educação é direito de todos e dever do Estado e que são de relevância pública as ações e serviços de Educação e que as aulas não podem ser interrompidas;

CONSIDERANDO quando não houver mais profissionais classificados para serem convocados do Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2018, nas áreas objeto deste Edital;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação profissional em caráter temporário, a Prefeitura Municipal de Nobres – MT, através da Secretaria Municipal de Educação, realizará Processo Seletivo Simplificado Emergencial, objetivando a contratação temporária de Professores, visando dar continuidade às atividades, ações e serviços de Educação nas Unidades Escolares, executados pela Secretaria Municipal de Educação, para o **ano letivo de 2020**, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, consoante o dispositivo no art. 37, da Constituição Federal, com vistas ao atendimento às necessidades de excepcional interesse público deste Município.

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Processo Seletivo Simplificado Emergencial será coordenado por uma Comissão nomeada pelo Decreto nº. 110/2019, que supervisionará todas as etapas do Processo, desde a Elaboração à Classificação do Certame, concluindo com Relatório para a devida homologação após a Publicação do Resultado Final.

1.2 - Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito.

1.3 - Os candidatos que atenderem a todas as condições exigidas neste Edital serão contratados conforme o número de vagas das escolas pelas quais concorreram ou ficarão em “Cadastro de Reserva” na expectativa de abertura de novas vagas.

2 – DOS CARGOS

Nomenclatura	C/H	Vencimento	Vagas	Requisito Mínimo
Professor Zona Urbana	20	R$ 2.426,87	CR	Licenciatura Plena em Pedagogia
Professor Zona Rural Bom Jardim	20	R$ 2.426,87	CR	Licenciatura Plena em Pedagogia
Professor Zona Rural Roda d’água	20	R$ 2.426,87	CR	Licenciatura Plena em Pedagogia
Professor Zona Rural Aldeia Santana: Esc.Olavo Mendes	20	R$ 2.426,87	CR	Licenciatura Plena e/ou Ensino Médio Completo
Motorista de transporte escolar Zona Urbana/ zona rural	40	R$ 2.025,78	CR	Ensino Fundamental Incompleto
Técnico em Desenvolvimento Infantil Zona Rural Bom Jardim	30	R$ 1.577,45	CR	Ensino Médio Completo
Serviços Gerais Zona Rural Bom Jardim e Escola Olavo Mendes Duarte	40	R$ 998,00	CR	Ensino Fundamental Incompleto
Técnico Administrativo Educacional Zona Rural Roda D`água.	30	R$ 1.577,45	CR	Ensino Médio Completo

3 – DOS REQUISITOS DO PROCESSO SELETIVO

3.1 - O candidato classificado no Processo Seletivo Simplificado Emergencial de que trata este Edital só poderá ser admitido no cargo se atendidas às seguintes exigências:

3.2 - Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do Artigo 12, § 1º da Constituição Federal. 3.3. - Estar em gozo dos direitos políticos.

3.4 - Estar em dia com as obrigações eleitorais, documentado com os últimos comprovantes de votação ou certidão da Justiça Eleitoral.

3.5 - Apresentar Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino.

3.6 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, à época da admissão.

3.7 - Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, avaliada por Médico do Trabalho.

3.8 – Apresentar Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria “D”, para os candidatos ao cargo de Motorista.

3.9 - Não estar afastado junto ao INSS na data limite para admissão.

3.10 - Apresentar documentação comprobatória dos requisitos mínimos exigidos.

3.11 - Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, à época do contrato, de acordo com a legislação em vigor.

3.12 - Não registrar antecedentes criminais por sentença judicial transitada em julgado nos últimos 5 anos;

3.13 – Documentos pessoais, incluindo cópia do PIS/PASEP;

3.14 – CPF dos pais;

3.15 – Foto 3x4;

3.16 – Declaração de não acumulo de cargo assinada pelo interessado e em casso de possuir um vinculo financeiro, com acumulo de cargo, comprovar o tipo de cargo e a carga horária semanal, apresentar no ato da contratação, cópia do contrato ou CTPS se privado.

4- DAS INSCRIÇÕES

4.1 - As inscrições serão gratuitas e realizadas em formulário padrão, conforme Anexo III, na Escola ou Creche que o funcionário/professor/ contratado deseja atuar no Município de Nobres – MT.

4.2 - As inscrições serão realizadas nas escolas da Rede Municipal do dia **12 ao dia 13 de dezembro de 2019, das 07h às 11h, pela comissão formada na escola. Dia 16/12, o diretor deverá encaminhar as inscrições realizadas para a Semec, para conferência pela comissão que consta no decreto nº 110/2019.**

4.3 - A inscrição deverá ser efetuada pelo candidato ou por procurador devidamente constituído por instrumento de Procuração, sendo que neste caso, a assinatura do candidato/outorgante deverá estar reconhecida em cartório.

4.4 - O candidato ou seu procurador deverá comparecer ao local da inscrição munido dos documentos exigidos no item 4.5 - No ato da inscrição, o candidato deverá preencher formulário padrão, com letra legível, não podendo haver rasuras e/ou emendas, nem omissão de dados nele solicitados, e entregar cópia simples, com a apresentação de original dos seguintes documentos:

a) Documento de Identidade;

b) CPF;

c) Comprovante de Escolaridade exigida para o cargo.

4.6 - Serão aceitos como documentos para a Prova de Títulos, os que forem representados por Diplomas, Certificados e Declarações definitivos de conclusão de curso expedidos por Instituição reconhecida pelo MEC – Ministério da Educação, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.

4.7 – Os documentos para a Prova de Títulos deverão ser entregues em cópia simples, com a apresentação de original, ou a via da cópia autenticada em Cartório, para a contagem de pontos, conforme Anexo I, que estabelece os critérios de avaliação.

4.7.1 - Os cursos deverão estar autorizados e reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC.

4.8 - É de exclusiva responsabilidade do candidato a apresentação e comprovação dos documentos de Títulos.

4.9 - Não será aceito entrega ou substituição, posteriores à inscrição, bem como, Títulos que não constem nas tabelas apresentadas neste Capítulo.

4.10 - No somatório da pontuação de cada candidato, os pontos excedentes serão desprezados.

4.11 - Deverão ser considerados os pontos da maior titulação por Formação Profissional que o candidato tiver concluído, sendo vedado o cômputo cumulativo, com exceção à experiência como docente e a atualização pedagógica, até o limite máximo da pontuação definida.

4.12 - A inscrição obriga o candidato a aceitar plena e integralmente as condições determinadas neste edital e legislação vigente, bem como estar ciente que concorre pela escola que fez inscrição.

4.13 - Será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado Emergencial, o candidato que não apresentar, na inscrição, os documentos exigidos para o cargo.

4.14 – As vagas para escola Olavo Mendes Duarte o profissional tem que dominar a língua materna.

4.15 – O professor com vinculo na rede municipal não poderá participar.

5 - DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

5.1 - O Processo Seletivo Simplificado Emergencial será constituído da análise dos Títulos, realizada pela Comissão constituída para este fim.

5.2 – Os candidatos serão classificados pela ordem do somatório da Prova de Títulos.

6 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1. Na classificação final entre candidatos com igual número de pontos, será fator de desempate o seguinte: com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos até o último dia de inscrição, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada a preferência ao de idade mais elevada.

6.2 – Os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, serão desempatados pelo critério de tempo de atuação na área, e persistindo o empate, o critério será o de maior idade.

7 – DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS:

7.1 - O resultado deste Processo Seletivo Simplificado Emergencial será Publicado no dia 18 de dezembro 2019, no site da Prefeitura Municipal de Nobres em www.nobres.mt.gov.br.

8- DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

8.1 - A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo Simplificado Emengencial, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

8.2 - A inexatidão das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo Simplificado, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração.

8.3 - Quando convocado, o candidato aprovado terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para se apresentar.

8.4 - Para efeito de admissão fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame de saúde, elaborado por médicos e apresentação de documentos legais que lhe forem exigidos.

8.5 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este edital que sejam publicados nos locais referidos no item 7.1 deste Edital.

8.6 - Todos os casos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão resolvidos em comum pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT, através da Comissão Coordenadora do **Processo Seletivo Simplificado Emergencial Nº 002/2019.**

8.7 – As atribuições dos cargos de professor, TAE/TDI são regidas pelo PCCS Lei Mun.nº1197 e os TAE são regidas pelo PCCS Lei Mun.nº 1297/2013

8.7 - Todas as publicações referentes ao presente Processo Seletivo serão realizadas no site da Prefeitura Municipal de Nobres (www.nobres.mt.gov.br) e no site do Diário Oficial da Associação Matogrossense do Municípios AMM-MT (https://diariomunicipal.org/mt/amm/).

Nobres/MT, 02 de dezembro de 2019.

Edilman Conceição Rondon

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

FICHA DE PONTUAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE CLASSE E/OU AULAS DE PROFESSOR E TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL /Contrato

1. DADOS PESSOAIS:

Nome completo do servidor/interessado(a): _____
_____
Data de nascimento: _____/_____/_____.
Endereço: _____
Nº _____ Complemento: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____
Fone res.: _____ Celular: _____ Outro: _____
E-mail: _____
RG: _____ Órgão Exp: _____ Data Exp.: _____/_____/_____
CPF: _____
Escola que pretende atuar_____
Habilitação (formação):
A) _____
B) _____
_____

POSSUI VINCULO FINANCEIRO? (Preenchimento de caráter obrigatório em caso afirmativo)

( ) Não ( ) Sim	**Tipo:** ( ) Público ( ) Privado ( ) Aposentado	**Cargo Ocupado:** ( ) Professor ( ) Administrativo ( ) Outro	**Jornada de Trabalho Correspondente ao vínculo**: _____ horas semanais.

1. OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO:

a) Curso: (_____)

b) Professor ( ) Técnico em desenvolvimento Infantil Bom Jardim ( )

1. PONTUAÇÃO:

Números de pontos obtidos pelo servidor:

CRITÉRIOS			**INDICADORES**	**COMPUTADO**	**PONTOS**
I	**Formação/Titulação** (considerar a maior titulação):				
a)	Pós-Graduação	Doutorado	8,0 (oito) pontos		
		Mestrado	6,0 (seis) pontos		
		Especialização	5,0 (cinco) pontos		
b)	Licenciatura	Licenc. Plena	4,0 (quatro) pontos		
		Licenc. Plena a partir do 4º Semestre	3.0 (três) pontos		
c)	Ensino médio	Magistério	2.0 (dois) pontos		
		Regular (Propedêutico)	1.0 (um) ponto		
II	**Qualificação profissional complementar** (considerar apenas os últimos 3 (três) anos):				
a)	Curso de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares certificadas pela SINTEP, SEMEC,SEDUC, SEBRAE, EDUCARE/PVE e MEC a cada 40h 0,5 no total de 3.0 pontos		**3,0 (três) pontos**		
b)	Assiduidade, participação e em grupos de estudos, via projeto Sala do Educador DA/NA ESCOLA, certificado pela escola e chancelado na Semec	100%	**10(dez) pontos**		
		95%	**7,0 (sete) pontos**		

		85%	**6,0 (seis) pontos**		
		75%	**5.0 (cinco) pontos**		
d)	Assiduidade de 100% do regime/jornada de trabalho no ano de 2019 (em sala de aula).		**0 faltas 5,0 (cinco) pontos**		
			1-3 falas 3,0(três) pontos		
			4-6 faltas 1,0 (um) ponto		
			Mais de 6 faltas: nenhum ponto		
e)	Participação em reuniões pedagógicas devidamente assinada e registrada em atas e Registro de Frequência		**100% (4.0 pontos) 75 a 90% (2. 0 pontos)**		
f)	Por participação e elaboração em Projeto do Programa União Faz a Vida		**3,0 pontos**		
g)	Tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino, comprovado pelo setor de RH ou Previdência Social. Conforme Lei Municipal nº. 1.197/2011 (PCCS).		**0,25 por ano**		
4.	**TOTAL DE PONTOS OBTIDOS:**				
5.	**EM CASO DE EMPATE:**				
a.	Escolaridade				
b.	Maior pontuação na formação continuada.				
c.	Maior Idade				
6.	**TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/ DESEMPATE:**				
Observação: Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até duas casas decimais. Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública.					
Assinatura do servidor/interessado		Responsável pela atribuição na escola		_____/_____/2019.	

ANEXO II

FICHA DE PONTOS PARA REGIME/JORNADA DE TRABALHO – SERVIDOR ADMINISTRATIVO – TAE e AAE – contrato

1. DADOS PESSOAIS:					
Nome completo do servidor/interessado(a): _____ _____ Data de nascimento: _____/_____/_____. Endereço: _____ Nº _____ Complemento: _____ Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____ Fone res: _____ Celular: _____ Outro: _____ E-mail: _____ RG: _____ Órgão Exp.: _____ Data Exp.: _____/_____/_____ CPF: _____ Escola: _____					
2. POSSUI VINCULO FINANCEIRO? (Preenchimento de caráter obrigatório em caso afirmativo)					
( ) Não ( ) Sim		**Tipo:** ( ) Público ( ) Privado ( ) Aposentado		**Jornada de Trabalho Correspondente ao outro vinculo**: _____horas semanais.	
3. FORMA ESCOLAR/HABILITAÇÃO:					
4. HABILITAÇÃO: _____					
5. OPÇÃO PARA A FUNÇÃO QUE CONCORRE (assinalar apenas uma opção):					
			6. APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL		
			( ) AAE / Limpeza /Bom Jardim		
			( ) TDI/Bom Jardim		
			( ) motorista de transporte escolar		
Números de pontos obtidos pelo servidor:					
CRITÉRIOS			**INDICADOR**	**COMPUTADO**	**PONTOS**
I	**Formação/Titulação**: abrangente a TAE – permitir somente o registro de 01 item e pontuá-lo.				
a)	Pós-Graduação	Especialização	5,0 (cinco) pontos		
b)	Ensino Superior	Licenciat. Plena / Bacharel	4,0 (quatro) pontos		
c)	Ensino Médio	Profuncionário	3,0 (três) pontos		
		Propedêutico/Magistério	1,0 (um) ponto		
II	**Formação/Titulação**: abrangente AAE – permitir somente o registro de 01 item e pontuá-lo.				
a)	Ensino Superior	Lic Plena, Bacharel ou Tecnólogo	3,0 (três) pontos		
	Ensino Médio	Profuncionário	2,0(dois) pontos		
		Propedêutico/Magistério	1,0 (um) ponto		

	Ensino Fundamental	Ens. Fundamental Completo e incompleto	0,5 (meio) ponto		
III	**ASSIDUIDADE DA JORNADA DE TRABALHO EM 2019 e QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR**				
a.	Assiduidade de 100% da jornada de trabalho – jornada integral conforme sua atribuição.			0 faltas 5,0 (cinco) pontos	
				1-3 falas 3,0(três) pontos	
				4-6 faltas 1,0 (um) ponto	
				Mais de 6 faltas: nenhum ponto	
b.	Por participação em reuniões pedagógicas ou administrativas, devidamente registradas em ata e registro de frequência.		100%	4,0 (quatro) pontos	
			75% a 90%	2,0 (dois) pontos	
c.	Assiduidade na formação continuada, em grupos de estudo da/na escola(sala do educador)		100%	**10 (dez) pontos**	
			95%	**7(sete) pontos**	
			85%	**6 (seis) pontos**	
			75%	**5 (cinco) pontos**	
d.	Tempo de serviço na unidade escolar.			0,25 por ano	
IV	**Qualificação profissional complementar (considerar apenas os últimos 3 (três) anos):**				
a)	Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didáticos- curriculares e de políticas educacionais – com limite máximo de 3,0 pontos.		0,5 (meio) ponto para cada 40 (quarenta) horas		
b)	Projetos educativos desenvolvidos na escola em coerência com o Projeto Pedagógico e com realização devidamente aprovada pela APM, que acontecem fora da jornada de trabalho semanal (30 horas) acompanhado pelo coord. Pedagógico, com duração mínima de um semestre letivo.		3,0 (dois) pontos		
V	**TOTAL DE PONTOS OBTIDOS:**				
VI	**EM CASO DE EMPATE:**				
a.	Escolaridade				
b.	Maior pontuação na Formação Continuada				
b.	Idade				
VII	**TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/ DESEMPATE:**				
Observação: Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até duas casas decimais. Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública.					
Assinatura do interessado(a)		Responsável pela atribuição na Escola		_____/_____/2019 Data	

Contrato temporário

Anexo III – FICHA DE INSCRIÇÃO E CONTAGEM DE PONTOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº 002/2019

Cargo /Função: Inscrição n°.:
Área: ( ) Urbana ( )Rural (especificar o Distrito):
Nome:
RG: Órgão Emissor: UF:
CPF: Data de Nascimento:
Endereço:
Município: UF:
E-mail:
Telefone:
DECLARO que conheço e aceito as condições do Edital do **Processo Seletivo Simplificado Emergencial n° 002/2019**, cuja copia integral se encontra disponível no site da Prefeitura Municipal de Nobres (www.nobres.mt.gov.br) e no site do Diário Oficial da Associação Matogrossense dos Municípios – AMM-MT (https://diariomunicipal.org/mt/amm/) e que as informações constantes nesta ficha são de minha inteira responsabilidade. Nobres/MT, _____ de _____ de 2020. _____ Assinatura Legível
Protocolo de Entrega – Processo Seletivo Simplificado Emergencial n°. 002/2019 Nome do Candidato: _____ Nº da Inscrição: _____ Cargo / Local: _____ Data: _____/_____/2019. _____ *Assinatura do Recebedor*

Anexo IV – CRONOGRAMA

DATA	EVENTOS
04/12/2019	Divulgação do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado Emergencial
12 e 13 /12/ 2019	Período de inscrição com a contagem dos pontos da Prova de Títulos
18/12/2019	Divulgação da classificação da Prova de Títulos
29/01/2020	Atribuição no plenário da Prefeitura Municipal de Nobres, às 8:0h Inscrição feita p/a escola Honorata; às 9:0h para inscrição feita para Escola Dalci C. de Souza;10:0h para Creche Regina; 10:30h para Creche Alda Pacheco Serra

LICITAÇÃO
RESULTADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 09/2020

A Comissão de Apoio de Pregão – CAP, da Prefeitura Municipal de Nobres/MT, torna público para amplo conhecimento que no dia 13/03/2020 foi Adjudicada a licitação modalidade **Pregão Presencial SRP n° 09/2020,** cujo Objeto é **CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PROTÉTICO PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA SUPRIR O FORNECIMENTO/CONFECÇÕES DE PRÓTESES PARCIAIS E TOTAIS COM ARMAÇÃO SUPERIORES E INFERIORES DENTRO DO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**. Foi vencedor a empresa **CLAUDIO VALERIA DA SILVA LABORATORIO ME**, CNPJ n° 24.347.611/0001-79, com valor global de R$ 281.600,00 (duzentos e oitenta e um mil e seiscentos reais).

Nobres, 16 de março de 2020.

Quézia da Rosa Ferreira

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL
ATO DE NOMEAÇÃO Nº 002/2020

MARIANO GOMES MIRANDA, Presidente da Câmara Municipal de Nortelândia-MT, no uso de suas atribuições legais, especialmente na forma do que dispõe o Art. 43, incisos IV e V da Lei Orgânica do Município, c/c o Art. 22, inciso XII do Regimento Interno da Câmara Municipal,

Considerando **o Concurso Público de Provas, Títulos e Prática** de que trata o **Edital de Concurso Público nº 001/2019**, publicado no Jornal Oficial de Mato Grosso em 20 de Setembro de 2019**,** realizado pela Prefeitura Municipal de Nortelândia;

Considerando **o Resultado Final do Concurso** citado no **Edital nº 017/2019, de 29 de novembro de 2019** e homologado por meio do **Decreto nº 326/2019, de 29 de Novembro de 2019.**

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para exercer as suas funções junto a Câmara Municipal de Nortelândia-MT, o candidato aprovado para o respectivo cargo abaixo discriminado:

CARGO: ADVOGADA

CL	CANDIDATO	N° DOCUMENTO	LOTAÇÃO
2ª.	STEPHANI BURALI GARCIA	CPF: 046.560.031-07	Câmara Municipal

Art. 2º O candidato nomeado e convocado de acordo com o artigo acima, no cumprimento do interesse e conveniência da Câmara Municipal tomará**posse mediante** expressa concordância com a lotação retro mencionado **no Edital nº 001/2019**, publicado no Jornal Oficial de Mato Grosso em 20 de Setembro de 2019**, conforme Item 04 - Dos Requisitos Básicos para a investidura no Cargo**, abaixo indicados, sem prejuízo de outros requisitos que venham expressos no referido Edital:

I - O candidato classificado no Concurso Público de que trata este edital só poderá ser admitido no cargo se atendidas às seguintes exigências:II-Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, §1º da Constituição Federal;III - .Estar em gozo de direitos políticos;IV - Estar em dia com as obrigações eleitorais, documentado com os últimos comprovantes de votação ou certidão da Justiça Eleitoral;V - Apresentar Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação, em caso de candidato no sexo masculino;VI - Ter idade mínima de 18 anos, à época da posse;VII - Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo,VIII - Não estar afastado junto ao INSS, na data limite para admissão, por motivo de doença ou acidente de trabalho;IV - .Apresentar documentação comprobatória dos requisitos mínimos exigidos;X - Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, a época da posse, de acordo com a legislação em vigor;XI - Não registrar antecedentes criminais por sentença judicial transitada em julgado;XII - Não receber remuneração de cargo ou função pública, ressalvados os casos de acúmulo previstos na Constituição Federal.**§ 1º -** Os resultados dos exames descritos no Edital de Convocação nº 01/2020, deverão ser analisados pela junta médica do município e apenas os candidatos aptos tomarão posse.**§ 2º -** Os documentos comprobatórios dos requisitos caracterizados no Art. 2º serão exigidos do candidato classificado e nomeado antes da efetivação de posse e deverá ser apresentado na Secretaria Geral, na sede da Câmara Municipal.**Art. 3º** O candidato aprovado (classificados dentro do limite de vagas do lotacionograma) nomeado por este ATO, será convocado para a posse no cargo pela ordem rigorosa de classificação segundo as vagas oferecidas no Concurso Público.**§ Único** – Fica convocado o candidato supra mencionado para comparecer no dia **20/3/2020, (sexta-feira) às 07:00h**, no Prédio Sede da Câmara Municipal de Nortelândia-MT, para posse no respectivo cargo de aprovação e convocação no Concurso Público Municipal, com todos os documentos obrigatórios conforme o Edital de Convocação nº 02/2020, de 17 de fevereiro de 2020.**Art. 4º** O candidato nomeado deverá permanecer em exercício no local de sua lotação por três anos, conforme Emenda Constitucional nº 19, que dispõe sobre o Estágio Probatório, como condição para aquisição da estabilidade, além da Avaliação de Desempenho.**Art. 5º** Este ATO entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 16 dias do mês de março de 2020, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 16.3.2020.

_____ MARIANO GOMES MIRANDAPresidente da Câmara

Registrado na Secretaria Geral da Câmara o Ato nº 02/GP/2020 e publicado na forma da Lei, por afixação no lugar de costume, em portal da internet, e nos órgãos de imprensa local e regional, na data supra. EM: 16/03/2020.

_____GILSON PORTELA OLIVEIRAS e c r e t á r i o G e r a l

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2020

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preço Nº: 3/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE concreto betuminoso usinado quente e pintura de ligação, incluindo material betuminoso

Contratada: GUAXE CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM LTDA

MODALIDADE: Pregão presencial 00000004/2020

Valor Global: R$ 643.800,00

CNPJ: 02.837.996/0001-10

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 704/2020, DE 13 DE MARÇO DE 2020.

Concede parcela do tempo de licença prêmio devida a servidora Valdenice Ferreira Patrício dá outras providências.

O Senhor **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas perlo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder parcela do tempo de licença prêmio de direito a servidora abaixo relacionada:

Valdenice Ferreira Patrício, Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-Mt, referente ao período aquisitivo de 13/03/2008 (treze de março de dois mil e oito) a 13/03/2013 (treze de março de dois mil e treze), cujo gozo se observará no período no período de 11/03/2020 (onze de março de dois mil e vinte) a 09/04/2020 (nove de abril de dois mil e vinte), conforme requerido expressamente pelo servidor em questão.

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento o artigo 95, parágrafo 2° da Lei Complementar nº 021/2005 de 11/10/2005 (Estatuto dos Servidores da Administração Direta, Fundações Públicas e Autarquias do Município de Nortelândia-MT); e o artigo 119. Inciso X, da Lei nº 155/2010 de 12/02/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica Nortelândia-MT);

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso. Aos 13 dias do mês de março de 2020, 67º da Emancipação Político-Administrativa. 13.03.2020

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE O. SCARPAT

Secretária de Administração, Planej.e Finanças

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 005/2020

Modalidade Nr.: 004/2020

Data da Adjudicação: 11/03/20

Data da Homologação: 16/03/20

Objeto da licitação: Aquisição de concreto betuminoso usinado quente e pintura de ligação incluindo material betuminoso para a secretaria de administração da prefeitura de Nortelândia

"Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)"

3057 – GUAXE CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM LTDA

CNPJ: 02.837.996/0001-10

Codigo	Nome	Unidade	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
321084	CONCRETO BETUMINOSO USINA QUENTE	un - tonelada	1.300	441,00	573.300,00
321085	PINTURA DE LIGAÇÃO INCLUINDO MATERIAL BETUMINOSO	Un – M2	30.000,00	2,35	70.500,00

Total Fornecedor: 643.800,00

Total Geral: 643.800,00

NORTELANDIA, Quinta-feira, 15 de Março de 2020

_____

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

PORTARIA Nº 705/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

PORTARIA Nº 705/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

O Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo, e atendendo ao disposto no art. 30, § 1º da Lei Municipal nº 293, de 20 de setembro de 2013,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a servidora pública municipal, Senhora **WILCEMARA SOARES DA SILVA,** portadora da Cédula de Identidade **RG nº 13550209 SSP/MT** e do **CPF nº 909.153.561-04** para exercer a função de **Gestora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, cujas funções serão exercidas no âmbito estrutural e administrativo da Secretaria Municipal de Assistência Social** do Município de Nortelândia – MT, com os deveres e atribuições previstos na Lei Municipal nº 293, de 20 de setembro de 2013.

Art. 2º A Gestora do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, nomeada pelo Poder Executivo com chancela da Secretaria Municipal de Assistência Social nos termos do artigo anterior, deve ser responsável pelos seguintes procedimentos, dentre outros inerentes ao cargo:

I - coordenar a execução do Plano Anual de Aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, elaborado e aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - executar e acompanhar o ingresso de receitas e o pagamento das despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - emitir empenhos, cheques e ordens de pagamento das despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - fornecer o comprovante de doação/destinação ao contribuinte, contendo a identificação do órgão do Poder Executivo, endereço e número de inscrição no CNPJ no cabeçalho e, no corpo, o n° de ordem, nome completo do doador/destinador, CPF/CNPJ, endereço, identidade, valor efetivamente recebido, local e data, devidamente firmado em conjunto com o Presidente do Conselho, para dar a quitação da operação;

V - encaminhar à Secretaria da Receita Federal a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), por intermédio da Internet, até o último dia útil do mês de março, em relação ao ano calendário anterior;

VI - comunicar obrigatoriamente aos contribuintes, até o último dia útil do mês de março a efetiva apresentação da Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), da qual conste, obrigatoriamente, o nome ou razão social, CPF do contribuinte ou CNPJ, data e valor destinado;

VII - apresentar, trimestralmente ou quando solicitada pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, a análise e avaliação da situação econômico-financeira do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de balancetes e relatórios de gestão;

VIII - manter arquivados, pelo prazo previsto em lei, os documentos comprobatórios da movimentação das receitas e despesas do Fundo, para fins de acompanhamento e fiscalização; e

IX - observar, quando do desempenho de suas atribuições, o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4º, *caput* e parágrafo único, alínea b, da Lei n° 8.069 de 1990 e art. 227, *caput*, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Deverá ser emitido um comprovante para cada doador, mediante a apresentação de documento que comprove o depósito bancário em favor do Fundo, ou de documentação de propriedade, hábil e idônea, em se tratando de doação de bens.

Art. 3º Os deveres e atribuições previstos nesta portaria não excluem a obrigação da gestora ora nomeada em observar o teor das demais disposições do Capítulo V da Lei Municipal nº 293, de 20 de setembro de 2013, e a ainda as disposições legais e regulamentos que foram ou sejam editadas em nível estadual e federal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e revoga todas as disposições contrarias.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 16º dia do mês de março de 2020, 67º da Emancipação Político-Administrativa. 16/03/2020

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARCIA DEÚNGARO FERNANDES

Secretária Municipal de Assistência Social.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
LEI Nº 534/2020, DE 02 DE MARÇO DE 2020.(REPUBLICA POR ERRO MATERIAL)

LEI Nº 534/2020, DE 02 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CRÉDITO SUPLEMENTAR, ALTERAÇÃO DE NATUREZA DE DESPESA E REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NA LEI ORÇAMENTÁRIA VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, Sr. Jossimar José Fernandes, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial e Suplementar, remanejamento de dotações, e alteração de natureza de despesa, remanejamentos de dotações na Lei Orçamentária vigente, nas seguintes dotações detalhadas no ANEXO ÚNICO, com as respectivas alterações orçamentárias conforme estabelecido na CF/88.

Art. 2º Para cobertura dos presentes Créditos Adicionais Especiais e Suplementares, remanejamento de dotações e alterações de natureza de despesa, objetos do artigo anterior, serão utilizados os recursos indicados nos quadros das dotações, de acordo com as justificativas detalhadas de cada crédito, , conforme previsto no ANEXO ÚNICO

.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Sede do Município de Nortelândia - MT, aos 21 dias do mês de fevereiro de 2020, 67º da Emancipação Político-Administrativa. 21.02.2020

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 002/2020

Órgão:	04. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO		
Unidade:	002. COORDENADORIA DE ATENÇÃO BÁSICA		
Função:	10. SAUDE		
Subfunção:	301. ATENÇÃO BÁSICA		
Programa:	0067 - ATENÇÃO BÁSICA		
Ação:	20219- MANUT.E ENC C SAUDE BUCAL PSF 2		
Categoria econômica:	3.DESPESAS CORRENTES		
Grupo de Natureza:	1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
Modalidade de aplicação:	91. APLICAÇÕES DIRETAS DE OPERAÇÕES ENTRE ORGÃO		
Elemento de despesa:		**Fonte de recurso/ Valor R$:**	
CRIAR	11.VENC. E VANTAGENS FIXAS PESSOAL	0102. RECEITAS DE IMPOSTOS DE TRANSF.DE IMPOSTOS	100,00

420	13. OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0102.RECEITAS DE IMPOSTOS DE TRANSF.DE IMPOSTOS	8.000,00
TOTAL			
CRÉDITO (X) Suplementar (X) Especial TOTAL R$			

O crédito será coberto através de:	**Com a seguinte Alteração Orçamentária:**	
( ) Superávit financeiro	( ) Remanejamento: de um órgão para outro.	De:
( ) Excesso de arrecadação		Para:
(X) Anulação de dotações	(X) Transposição: entre Programas de trabalho do mesmo órgão.	De: 202019 / 426
( ) Operações de crédito		Para: 202019 / 420
( ) Excesso de convênios	( ) Transferência: entre Categorias econômicas, do mesmo órgão e programa.	De:
( ) Créditos reabertos		Para:
	( ) Suplementação: já autorizado pela LOA. ( ) Nenhuma.	

Nas seguintes Dotações/ Dos seguintes recursos:	**R$**
Red.426.10.301.0067.20219 3.3.90.36.00.00 – O.SERV.PESSOA JURIDICA – FONTE 142	8.000,00
TOTAL DA COBERTURA:	

Justificativa para os créditos adicionais:
( ) variações de preço de mercado dos bens/serviços a serem adquiridos
(X) incorreção no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais
( ) omissões orçamentárias
( ) fatos que não dependem da ação intencional do gestor
Obs

Nortelândia, 21/02/2020.

Téc. Administrativo Coordenador(a)

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 003/2020

Órgão:	04. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO
Unidade:	002. COORDENADORIA DE ATENÇÃO BÁSICA
Função:	10. SAUDE
Subfunção:	301. ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0067 - ATENÇÃO BÁSICA
Ação:	20220- MANUT.E ENC C SAÚDE BUCAL PSF 3
Categoria econômica:	3.DESPESAS CORRENTES
Grupo de Natureza:	1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de aplicação:	90. APLICAÇÕES DIRETAS DE OPERAÇÕES ENTRE ORGÃO

Elemento de despesa:		**Fonte de recurso/ Valor R$:**	
CRIAR	31.90.11.VENC. E VANTAGENS FIXAS PESSOAL	0102.RECEITAS DE IMPOSTOS DE TRANSF.DE IMPOSTOS	100,00
429	31.91.13. OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0102.RECEITAS DE IMPOSTOS DE TRANSF.DE IMPOSTOS	8.000,00
TOTAL			
CRÉDITO (X) Suplementar (X) Especial TOTAL R$			

O crédito será coberto através de:	**Com a seguinte Alteração Orçamentária:**	
( ) Superávit financeiro	( ) Remanejamento: de um órgão para outro.	De:
( ) Excesso de arrecadação		Para:
(X) Anulação de dotações	(X) Transposição: entre Programas de trabalho do mesmo órgão.	De: 20220 - 434
( ) Operações de crédito		Para: 20220 - 429
( ) Excesso de convênios	( ) Transferência: entre Categorias econômicas, do mesmo órgão e programa.	De:
( ) Créditos reabertos		Para:
	( ) Suplementação: já autorizado pela LOA. ( ) Nenhuma.	

Nas seguintes Dotações/ Dos seguintes recursos:	**R$**
Red.434.10.301.0067.20220 3.3.90.36.00.00 – O.SERV.PESSOA JURIDICA – FONTE 142	8.100,00
TOTAL DA COBERTURA:	**8.100,00**

Justificativa para os créditos adicionais:
( ) variações de preço de mercado dos bens/serviços a serem adquiridos
(X) incorreção no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais
( ) omissões orçamentárias
( ) fatos que não dependem da ação intencional do gestor
Obs

Nortelândia, 21/02/2020.

Téc. Administrativo Coordenador(a)

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 004/2020

Órgão:	04. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO
Unidade:	001. GABINETE DE SAÚDE E SANEAMENTO
Função:	10. SAUDE
Subfunção:	301. ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0067 ATENÇÃO BÁSICA
Ação:	20061 - MANUT.E ENC C SAÚDE BUCAL PSF 1
Categoria econômica:	3.DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza:	1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
Modalidade de aplicação:	90. APLICAÇÕES DIRETAS DE OPERAÇÕES ENTRE ORGÃO			
Elemento de despesa:		**Fonte de recurso/ Valor R$:**		
CRIAR	31.90.11.VENC. E VANTAGENS FIXAS PESSOAL	0102. RECEITAS DE IMPOSTOS DE TRANSF.DE IMPOSTOS		50.000,00
TOTAL				50.000,00
CRÉDITO (X) Suplementar (X) Especial TOTAL R$				
O crédito será coberto através de:	**Com a seguinte Alteração Orçamentária:**			
( ) Superávit financeiro	( ) Remanejamento: de um órgão para outro.		De:	
( ) Excesso de arrecadação			Para:	
(X) Anulação de dotações	(X) Transposição: entre Programas de trabalho do mesmo órgão.		De: 388	
( ) Operações de crédito			Para: CRIAR	
( ) Excesso de convênios	( ) Transferência: entre Categorias econômicas, do mesmo órgão e programa.		De:	
( ) Créditos reabertos			Para:	
	( ) Suplementação: já autorizado pela LOA. ( ) Nenhuma.			
Nas seguintes Dotações/ Dos seguintes recursos:				**R$**
Red.388.10.301.0067.20061. 3.3.90.11.00.00 VENC. E VANTAGENS FIXAS PESSOAL –FONTE 146				50.000,00
TOTAL DA COBERTURA:				
Justificativa para os créditos adicionais:				
( ) variações de preço de mercado dos bens/serviços a serem adquiridos				
(X) incorreção no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais				
( ) omissões orçamentárias				
( ) fatos que não dependem da ação intencional do gestor				
Obs				

Nortelândia, 21/02/2020.

Téc. Administrativo Coordenador(a)

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 005/2020

Órgão:	04. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO				
Unidade:	002. COORDENADORIA DE ATENÇÃO BÁSICA				
Função:	10. SAUDE				
Subfunção:	301. ATENÇÃO BÁSICA				
Programa:	0067 - ATENÇÃO BÁSICA				
Ação:	20222- MANUT.E ENC C CONSULTÓRIO PSF 1				
Categoria econômica:	3.DESPESAS CORRENTES				
Grupo de Natureza:	1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				
Modalidade de aplicação:	90. APLICAÇÕES DIRETAS DE OPERAÇÕES ENTRE ORGÃO				
Elemento de despesa:			**Fonte de recurso/ Valor R$:**		
CRIAR	31.90.04 CONTR.T.DETERMINADO	0102.RECEITAS DE IMPOSTOS DE TRANSF.DE IMPOSTOS		65.000,00	
TOTAL					65.000,00
CRÉDITO (x) Suplementar (X) Especial TOTAL R$					
O crédito será coberto através de:	**Com a seguinte Alteração Orçamentária:**				
( ) Superávit financeiro	( ) Remanejamento: de um órgão para outro.			De:	
( ) Excesso de arrecadação				Para:	
(X) Anulação de dotações	(X) Transposição: entre Programas de trabalho do mesmo órgão.			De: 20222/435	
( ) Operações de crédito				Para: CRIAR	
( ) Excesso de convênios	( ) Transferência: entre Categorias econômicas, do mesmo órgão e programa.			De:	
( ) Créditos reabertos				Para:	
	( ) Suplementação: já autorizado pela LOA. ( ) Nenhuma.				
Nas seguintes Dotações/ Dos seguintes recursos:					**R$**
Red.435.10.301.0067.20222 3.1.90.04.00.00 – CONTRAT. POR TEMPO DETERM – FONTE 102					65.000,00
TOTAL DA COBERTURA:					65.000,00
Justificativa para os créditos adicionais:					
( ) variações de preço de mercado dos bens/serviços a serem adquiridos					
(X) incorreção no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais					
( ) omissões orçamentárias					
( ) fatos que não dependem da ação intencional do gestor					
Obs					

Nortelândia, 21/02/2020.

Téc. Administrativo Coordenador(a)

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 006/2020

Órgão:	04. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO
Unidade:	002. COORDENADORIA DE ATENÇÃO BÁSICA
Função:	10. SAUDE
Subfunção:	301. ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0067 - ATENÇÃO BÁSICA

Ação:	20224- MANUT.E ENC C CONSULTÓRIO PSF 1			
Categoria econômica:	3.DESPESAS CORRENTES			
Grupo de Natureza:	1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
Modalidade de aplicação:	90. APLICAÇÕES DIRETAS DE OPERAÇÕES ENTRE ORGÃO			
Elemento de despesa:		**Fonte de recurso/ Valor R$:**		
CRIAR	31.90.04 CONTR.T.DETERMINADO	0102.RECEITAS DE IMPOSTOS DE TRANSF.DE IMPOSTOS	65.000,00	
443	31.90.04 CONTR.T.DETERMINADO	0146.TRANSFERENCIA RECURSOS SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –UNIÃO	65.000,00	
445	31.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0102.RECEITAS DE IMPOSTOS DE TRANSF.DE IMPOSTOS	14.300,00	
TOTAL				144.300,00
CRÉDITO (x) Suplementar X Especial TOTAL R$				

O crédito será coberto através de:	**Com a seguinte Alteração Orçamentária:**	
( ) Superávit financeiro	( ) Remanejamento: de um órgão para outro.	De:
( ) Excesso de arrecadação		Para:
(X) Anulação de dotações	(X) Transposição: entre Programas de trabalho do mesmo órgão.	De: 20239/463/465
( ) Operações de crédito		Para: CRIAR/ 445
( ) Excesso de convênios	( ) Transferência: entre Categorias econômicas, do mesmo órgão e programa.	De:
( ) Créditos reabertos		Para:
	( ) Suplementação: já autorizado pela LOA. ( ) Nenhuma.	

Nas seguintes Dotações/ Dos seguintes recursos:	**R$**
Red.463.10.301.0067.202239 3.1.90.04.00.00 – CONTRAT. POR TEMPO DETERM – FONTE 146	130.000,00
Red.465.10.301.0067.202239 331.90.13.00.00 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS – FONTE 102	14.300,00
TOTAL DA COBERTURA:	**144.300,00**

Justificativa para os créditos adicionais:
( ) variações de preço de mercado dos bens/serviços a serem adquiridos
(X) incorreção no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais
( ) omissões orçamentárias
( ) fatos que não dependem da ação intencional do gestor
Obs

Nortelândia, 21/02/2020.

Téc. Administrativo Coordenador(a)

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 007/2020

Órgão:	04. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO			
Unidade:	002. COORDENADORIA DE ATENÇÃO BÁSICA			
Função:	10. SAUDE			
Subfunção:	301. ATENÇÃO BÁSICA			
Programa:	0067 - ATENÇÃO BÁSICA			
Ação:	20226- MANUT.E ENC C CONSULTÓRIO PSF 3			
Categoria econômica:	3.DESPESAS CORRENTES			
Grupo de Natureza:	1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
Modalidade de aplicação:	90. APLICAÇÕES DIRETAS DE OPERAÇÕES ENTRE ORGÃO			
Elemento de despesa:		**Fonte de recurso/ Valor R$:**		
CRIAR	31.90.04 CONTR.T.DETERMINADO	0102.RECEITAS DE IMPOSTOS DE TRANSF.DE IMPOSTOS	40.000,00	
TOTAL				40.000,00
CRÉDITO (x) Suplementar (X) Especial TOTAL R$				

O crédito será coberto através de:	**Com a seguinte Alteração Orçamentária:**	
( ) Superávit financeiro	( ) Remanejamento: de um órgão para outro.	De:
( ) Excesso de arrecadação		Para:
(X) Anulação de dotações	(X) Transposição: entre Programas de trabalho do mesmo órgão.	De: 20226/455
( ) Operações de crédito		Para: CRIAR
( ) Excesso de convênios	( ) Transferência: entre Categorias econômicas, do mesmo órgão e programa.	De:
( ) Créditos reabertos		Para:
	( ) Suplementação: já autorizado pela LOA. ( ) Nenhuma.	

Nas seguintes Dotações/ Dos seguintes recursos:	**R$**
Red.455.10.301.0067.20226 3.1.90.04.00.00 – CONTRAT. POR TEMPO DETERM – FONTE 146	40.000,00
TOTAL DA COBERTURA:	40.000,00

Justificativa para os créditos adicionais:
( ) variações de preço de mercado dos bens/serviços a serem adquiridos
(X) incorreção no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais
( ) omissões orçamentárias
( ) fatos que não dependem da ação intencional do gestor
Obs

Nortelândia, 21/02/2020.

Téc. Administrativo Coordenador(a)

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 008/2020

Órgão:	04. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO			
Unidade:	002. COORDENADORIA DE ATENÇÃO BÁSICA			
Função:	10. SAUDE			
Subfunção:	301. ATENÇÃO BÁSICA			
Programa:	0067 - ATENÇÃO BÁSICA			
Ação:	20225- MANUT.E ENC C ENFERMAGEM PSF 2			
Categoria econômica:	3.DESPESAS CORRENTES			
Grupo de Natureza:	1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
Modalidade de aplicação:	90. APLICAÇÕES DIRETAS DE OPERAÇÕES ENTRE ORGÃO			
Elemento de despesa:		**Fonte de recurso/ Valor R$:**		
CRIAR	31.90.11.VENC. E VANTAGENS FIXAS PESSOAL	0102.RECEITAS DE IMPOSTOS DE TRANSF.DE IMPOSTOS		15.000,00
TOTAL				15.000,00
CRÉDITO (x) Suplementar (X) Especial TOTAL R$				
O crédito será coberto através de:	**Com a seguinte Alteração Orçamentária:**			
( ) Superávit financeiro	( ) Remanejamento: de um órgão para outro.		De:	
( ) Excesso de arrecadação			Para:	
(X) Anulação de dotações	(X) Transposição: entre Programas de trabalho do mesmo órgão.		De:	
( ) Operações de crédito			Para:	
( ) Excesso de convênios	( ) Transferência: entre Categorias econômicas, do mesmo órgão e programa.		De:	
( ) Créditos reabertos			Para:	
	( ) Suplementação: já autorizado pela LOA. ( ) Nenhuma.			
Nas seguintes Dotações/ Dos seguintes recursos:				**R$**
Red.449.10.301.0067.20225 3.1.90.11.00.00. VENC. E VANTAGENS F. PESSOAL – FONTE 146				15.000,00
TOTAL DA COBERTURA:				
Justificativa para os créditos adicionais:				
( ) variações de preço de mercado dos bens/serviços a serem adquiridos				
(X) incorreção no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais				
( ) omissões orçamentárias				
( ) fatos que não dependem da ação intencional do gestor				
Obs				

Nortelândia, 21/02/2020.

Téc. Administrativo Coordenador(a)

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 009/2020

Órgão:	04. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO			
Unidade:	002. COORDENADORIA DE ATENÇÃO BÁSICA			
Função:	10. SAUDE			
Subfunção:	301. ATENÇÃO BÁSICA			
Programa:	0067 - ATENÇÃO BÁSICA			
Ação:	20227- MANUT.E ENC C ENFERMAGEM PSF 3			
Categoria econômica:	3.DESPESAS CORRENTES			
Grupo de Natureza:	1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
Modalidade de aplicação:	90. APLICAÇÕES DIRETAS DE OPERAÇÕES ENTRE ORGÃO			
Elemento de despesa:		**Fonte de recurso/ Valor R$:**		
CRIAR	31.90.11.VENC. E VANTAGENS FIXAS PESSOAL	0102.RECEITAS DE IMPOSTOS DE TRANSF.DE IMPOSTOS		60.000,00
TOTAL				60.000,00
CRÉDITO (X) Suplementar (X) Especial TOTAL R$				
O crédito será coberto através de:	**Com a seguinte Alteração Orçamentária:**			
( ) Superávit financeiro	( ) Remanejamento: de um órgão para outro.		De:	
( ) Excesso de arrecadação			Para:	
(X) Anulação de dotações	(X) Transposição: entre Programas de trabalho do mesmo órgão.		De:	
( ) Operações de crédito			Para:	
( ) Excesso de convênios	( ) Transferência: entre Categorias econômicas, do mesmo órgão e programa.		De:	
( ) Créditos reabertos			Para:	
	( ) Suplementação: já autorizado pela LOA. ( ) Nenhuma.			
Nas seguintes Dotações/ Dos seguintes recursos:				**R$**
Red.459.10.301.0067.20227 3.1.90.11.00.00. VENC. E VANTAGENS F. PESSOAL – FONTE 146				60.000,00
TOTAL DA COBERTURA:				
Justificativa para os créditos adicionais:				
( ) variações de preço de mercado dos bens/serviços a serem adquiridos				
(X) incorreção no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais				
( ) omissões orçamentárias				
( ) fatos que não dependem da ação intencional do gestor				
Obs				

Nortelândia, 21/02/2020.

Téc. Administrativo Coordenador(a)

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 010/2020

Órgão:	04. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO			
Unidade:	002. COORDENADORIA DE ATENÇÃO BÁSICA			
Função:	10. SAUDE			
Subfunção:	301. ATENÇÃO BÁSICA			
Programa:	0067 - ATENÇÃO BÁSICA			
Ação:	20223- MANUT.E ENC C ENFERMAGEM PSF 1			
Categoria econômica:	3.DESPESAS CORRENTES			
Grupo de Natureza:	1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
Modalidade de aplicação:	90. APLICAÇÕES DIRETAS DE OPERAÇÕES ENTRE ORGÃO			
Elemento de despesa:		**Fonte de recurso/ Valor R$:**		
CRIAR	31.90.11.VENC. E VANTAGENS FIXAS PESSOAL	0102.RECEITAS DE IMPOSTOS DE TRANSF.DE IMPOSTOS		60.000,00
TOTAL				60.000,00
CRÉDITO (X) Suplementar (X) Especial TOTAL R$				
O crédito será coberto através de:		**Com a seguinte Alteração Orçamentária:**		
( ) Superávit financeiro		( ) Remanejamento: de um órgão para outro.	De:	
( ) Excesso de arrecadação			Para:	
(X) Anulação de dotações		(X) Transposição: entre Programas de trabalho do mesmo órgão.	De:	
( ) Operações de crédito			Para:	
( ) Excesso de convênios		( ) Transferência: entre Categorias econômicas, do mesmo órgão e programa.	De:	
( ) Créditos reabertos			Para:	
		( ) Suplementação: já autorizado pela LOA. ( ) Nenhuma.		
Nas seguintes Dotações/ Dos seguintes recursos:				**R$**
Red.439.10.301.0067.20223 3.1.90.04.00.00. VENC. E VANTAGENS F. PESSOAL – FONTE 102				60.000,00
TOTAL DA COBERTURA:				
Justificativa para os créditos adicionais:				
( ) variações de preço de mercado dos bens/serviços a serem adquiridos				
(X) incorreção no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais				
( ) omissões orçamentárias				
( ) fatos que não dependem da ação intencional do gestor				
Obs				

Nortelândia, 21/02/2020.

Téc. Administrativo Coordenador(a)

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 011/2020

Órgão:	04. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO			
Unidade:	001. GABINETE DE SAÚDE E SANEAMENTO			
Função:	10. SAUDE			
Subfunção:	302. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL			
Programa:	0068. MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE			
Ação:	20036. MANUT.E ENC. C MAC HOSP.E AMBULATORIAL			
Categoria econômica:	3.DESPESAS CORRENTES			
Grupo de Natureza:	3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
Modalidade de aplicação:	91. APLICAÇÕES DIRETAS DE OPERAÇÕES ENTRE ORGÃO			
COD. RED	**Elemento de despesa:**	**Fonte de recurso/ Valor R$:**		
CRIAR	36. OUTROS SERV.TERC.P.FISICA	0102.RECEITAS DE IMPOSTOS DE TRANSF.DE IMPOSTOS		50.000,00
TOTAL				
CRÉDITO (X) Suplementar (X) Especial TOTAL R$				
O crédito será coberto através de:		**Com a seguinte Alteração Orçamentária:**		
( ) Superávit financeiro		( ) Remanejamento: de um órgão para outro.	De:	
( ) Excesso de arrecadação			Para:	
(X) Anulação de dotações		(X) Transposição: entre Programas de trabalho do mesmo órgão.	De: 0068.20036 -384	
( ) Operações de crédito			Para: CRIAR	
( ) Excesso de convênios		(X) Transferência: entre Categorias econômicas, do mesmo órgão e programa.	De:	
( ) Créditos reabertos			Para:	
		( ) Suplementação: já autorizado pela LOA. ( ) Nenhuma.		
Nas seguintes Dotações/ Dos seguintes recursos:				**R$**
Red.384.10.302.0068.20036. 3.3.90.39.00.00 – 39- O. SERV.P. JURIDICA. – FONTE 142				50.000,00
TOTAL DA COBERTURA:				**50.000,00**
Justificativa para os créditos adicionais:				
( ) variações de preço de merc'ado dos bens/serviços a serem adquiridos				
(X) incorreção no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais				
( ) omissões orçamentárias				
( ) fatos que não dependem da ação intencional do gestor				

Nortelândia, 21/01/2020.

_____ _____ _____

Téc. Administrativo Coordenador(a)

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 016/2020

Órgão:	04. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO			
Unidade:	001. GABINETE DE SAÚDE E SANEAMENTO			
Função:	10. SAUDE			
Subfunção:	301. ATENÇÃO BÁSICA			
Programa:	0068. MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE			
Ação:	10034 – AQUISIÇÃI DE EQUIPAMENTO, MÉDICO E ODONT.P DETO DE ATENÇÃO BÁS			
Categoria econômica:	3.DESPESAS CORRENTES			
Grupo de Natureza:	3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
Modalidade de aplicação:	91. APLICAÇÕES DIRETAS DE OPERAÇÕES ENTRE ORGÃO			
COD. RED	**Elemento de despesa:**	**Fonte de recurso/ Valor R$:**		
311	52.EQUIPAMENTOS E MATERAIL PERMANENTE	0146.TRANSFERENCIA RECURSOS SISTEMA ÚNICO DE SAUDE –UNIÃO	26.000,00	
TOTAL			26.000,00	
CRÉDITO (X) Suplementar (X) Especial TOTAL R$				
O crédito será coberto através de:	**Com a seguinte Alteração Orçamentária:**			
( ) Superávit financeiro	( ) Remanejamento: de um órgão para outro.	De:		
( ) Excesso de arrecadação		Para:		
(X) Anulação de dotações	(X) Transposição: entre Programas de trabalho do mesmo órgão.	De: 10.034.384		
( ) Operações de crédito		Para: 10.034.311		
( ) Excesso de convênios	( ) Transferência: entre Categorias econômicas, do mesmo órgão e programa.	De:		
( ) Créditos reabertos		Para:		
	( ) Suplementação: já autorizado pela LOA. ( ) Nenhuma.			
Nas seguintes Dotações/ Dos seguintes recursos:			**R$**	
Red.384.10.302.0068.20036. 3.3.90.39.00.00 – 39- O. SERV.P. JURIDICA. – FONTE 142			26.000,00	
TOTAL DA COBERTURA:			**26.000,00**	
Justificativa para os créditos adicionais:				
( ) variações de preço de mercado dos bens/serviços a serem adquiridos				
(X) incorreção no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais				
( ) omissões orçamentárias				
( ) fatos que não dependem da ação intencional do gestor				
Obs: AQUISIÇÃO DE CONJUNTO ODONTOLIGICO PORTATIL.				

06/02/2020.

_____ _____ _____

Téc. Administrativo Coordenador(a)

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 20235/2020

Órgão:	06-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
Unidade:	002-COORDENADORIA DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS			
Função:	08-ASSISTENCIA SOCIAL			
Subfunção:	244-ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE			
Programa:	0021-ASSISTENCIA SOCIAL GERAL			
Ação:	20235-MANUT. E ENC. C/ DEPTO DE CADASTRO UNICO			
Categoria econômica:	3-DESPESAS CORRENTES			
Grupo de Natureza:	3-OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
Modalidade de aplicação:	90-APLICACAO DIRETA			
Elemento de despesa:		**Fonte de recurso/ Valor R$:**		
CRIAR-319113-OBRIGAÇÕES PATRONAIS		RECURSO PROPRIO	8.000,00	
CRÉDITO ADICIONAL (X) Suplementar (X) Especial TOTAL R$				
O crédito será coberto através de:	**Com a seguinte Alteração Orçamentária:**			
( ) Superávit financeiro	(X) Remanejamento: de um órgão para outro.	De:		
( ) Excesso de arrecadação		Para:		
(X) Anulação de dotações	(X) Transposição: entre Programas de trabalho do mesmo órgão.	De:		
( ) Operações de crédito		Para:		
( ) Excesso de convênios	( ) Transferência: entre Categorias econômicas, do mesmo órgão e programa.	De:		
( ) Créditos reabertos		Para:		
	( ) Suplementação: já autorizado pela LOA. ( ) Nenhuma.			
Com Origem: Das seguintes Dotações/ Dos seguintes recursos:			**R$**	
667-319013-06.002.08.244.0021.20235 OBRIGAÇÕES PATRONAIS			4.000,00	
670-339036-06.002.08.244.0021.20235 OUTROS SERV TERC.PESSOA FISICA			4.000,00	
TOTAL DA COBERTURA:				
Justificativa para os créditos adicionais:				
( ) variações de preço de mercado dos bens/serviços a serem adquiridos				
(X) incorreção no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais				
(X) omissões orçamentárias				
( ) fatos que não dependem da ação intencional do gestor				

Obs: OS SALDOS DOS ELEMENTOS DA DESPESA NÃO SÃO SUFICIENTES PARA O CUSTEIO DE PROGRAMAS E ACOES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Nortelândia, 21/02/2020

_____ _____

Téc. Administrativo Coordenador(a)

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 20196/2020

Órgão:	06-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Unidade:	005-COORDENADORIA DO CONSELHO TUTELAR		
Função:	08-ASSISTENCIA SOCIAL		
Subfunção:	243-ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE		
Programa:	0011-ATENCAO ASSISTENCIAL E SOCIAL		
Ação:	20196-MANUT. E ENC. C/ CONSELHO TUTELAR		
Categoria econômica:	3-DESPESAS CORRENTES		
Grupo de Natureza:	3-OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Modalidade de aplicação:	90-APLICACAO DIRETA		
Elemento de despesa:		**Fonte de recurso/ Valor R$:**	
CRIAR-319113 OBRIGAÇOES PATRONAIS		0100-RECURSO PROPRIO	5.000,00
721-319011 VENC.E VANTAGENS FIXA PESSOAL CIVIL		0100-RECURSO PROPRIO	6.000,00
CRÉDITO ADICIONAL (X) Suplementar (X) Especial TOTAL R$			
O crédito será coberto através de:	**Com a seguinte Alteração Orçamentária:**		
( ) Superávit financeiro	( ) Remanejamento: de um órgão para outro.	De:	
( ) Excesso de arrecadação		Para:	
(X) Anulação de dotações	(X) Transposição: entre Programas de trabalho do mesmo órgão.	De:	
( ) Operações de crédito		Para:	
( ) Excesso de convênios	( ) Transferência: entre Categorias econômicas, do mesmo órgão e programa.	De:	
( ) Créditos reabertos		Para:	
	( ) Suplementação: já autorizado pela LOA. ( ) Nenhuma.		
Com Origem: Das seguintes Dotações/ Dos seguintes recursos:			**R$**
RED.06.005.08.243.0011.20196 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA			11.000,00
TOTAL DA COBERTURA:			
Justificativa para os créditos adicionais:			
( ) variações de preço de mercado dos bens/serviços a serem adquiridos			
(X) incorreção no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais			
(X) omissões orçamentárias			
( ) fatos que não dependem da ação intencional do gestor			
Obs: OS SALDOS DOS ELEMENTOS DA DESPESA NÃO SÃO SUFICIENTES PARA O CUSTEIO DE PROGRAMAS E ACOES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.			

Nortelândia, 21/02/2020

_____ _____

Téc. Administrativo Coordenador(a)

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 20038/2020

Órgão:	06-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Unidade:	003-COORDENADORIA DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS		
Função:	08-ASSISTENCIA SOCIAL		
Subfunção:	244-ASSISTENCIA COMUNITARIA		
Programa:	0021-ASSISTENCIA SOCIAL GERAL		
Ação:	20038-MANUT. E ENC. C. PAIF-SERVICO SOCIAL		
Categoria econômica:	3-DESPESAS CORRENTES		
Grupo de Natureza:	3-OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Modalidade de aplicação:	90-APLICACAO DIRETA		
Elemento de despesa:		**Fonte de recurso/ Valor R$:**	
CRIAR-319011 VENC.E VANTA.FIXAS-PESSOAL CIVIL		0100-RECURSO PROPRIO	42.780,00
CRIAR-319113-OBRIGACOES PATRONAL		0100-RECURSO PROPRIO	9.200,00
CRÉDITO ADICIONAL (X) Suplementar (X) Especial TOTAL R$			
O crédito será coberto através de:	**Com a seguinte Alteração Orçamentária:**		
( ) Superávit financeiro	( ) Remanejamento: de um órgão para outro.	De:	
( ) Excesso de arrecadação		Para:	
(X) Anulação de dotações	(X) Transposição: entre Programas de trabalho do mesmo órgão.	De:	
( ) Operações de crédito		Para:	
( ) Excesso de convênios	( ) Transferência: entre Categorias econômicas, do mesmo órgão e programa.	De:	
( ) Créditos reabertos		Para:	
	( ) Suplementação: já autorizado pela LOA. ( ) Nenhuma.		
Com Origem: Das seguintes Dotações/ Dos seguintes recursos:			**R$**
RED.696-319004-06.003.08.244.0021.20038CONTRATAÇAO POR TEMPO DETERMINADO			42.780,00
RED.319013-06.003.08.244.0021.20038-OBRIGACOES PATRONAIS			9.200,00

TOTAL DA COBERTURA:	
Justificativa para os créditos adicionais:	
( ) variações de preço de mercado dos bens/serviços a serem adquiridos	
(X) incorreção no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais	
(X) omissões orçamentárias	
( ) fatos que não dependem da ação intencional do gestor	
Obs: OS SALDOS DOS ELEMENTOS DA DESPESA NÃO SÃO SUFICIENTES PARA O CUSTEIO DE PROGRAMAS E ACOES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.	

Nortelândia, 21/02/2020

_____ _____

Téc. Administrativo Coordenador(a)

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 20234/2020

Órgão:	06-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Unidade:	003-COORDENADORIA DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS		
Função:	08-ASSISTENCIA SOCIAL		
Subfunção:	244-ASSISTENCIA COMUNITARIA		
Programa:	0021-ASSISTENCIA SOCIAL GERAL		
Ação:	20234-MANUT. E ENC. C.DEPTO ADMINISTRATIVO DO CRAS		
Categoria econômica:	3-DESPESAS CORRENTES		
Grupo de Natureza:	3-OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Modalidade de aplicação:	90-APLICACAO DIRETA		
Elemento de despesa:	**Fonte de recurso/ Valor R$:**		
CRIAR-319113 OBRIGAÇOES PATRONAIS	0100-RECURSO PROPRIO		15.800,00
CRÉDITO ADICIONAL (X) Suplementar (X) Especial TOTAL R$			
O crédito será coberto através de:	**Com a seguinte Alteração Orçamentária:**		
( ) Superávit financeiro	( ) Remanejamento: de um órgão para outro.	De:	
( ) Excesso de arrecadação		Para:	
(X) Anulação de dotações	(X) Transposição: entre Programas de trabalho do mesmo órgão.	De:	
( ) Operações de crédito		Para:	
( ) Excesso de convênios	( ) Transferência: entre Categorias econômicas, do mesmo órgão e programa.	De:	
( ) Créditos reabertos		Para:	
	( ) Suplementação: já autorizado pela LOA. ( ) Nenhuma.		
Com Origem: Das seguintes Dotações/ Dos seguintes recursos:			**R$**
RED.687-319013 06-003-08-244-0002-20234 OBRIGAÇOES PATRONAIS			15.800,00
TOTAL DA COBERTURA:			
Justificativa para os créditos adicionais:			
( ) variações de preço de mercado dos bens/serviços a serem adquiridos			
(X) incorreção no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais			
(X) omissões orçamentárias			
( ) fatos que não dependem da ação intencional do gestor			
Obs: OS SALDOS DOS ELEMENTOS DA DESPESA NÃO SÃO SUFICIENTES PARA O CUSTEIO DE PROGRAMAS E ACOES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.			

Nortelândia, 21/02/2020

_____ _____

Téc. Administrativo Coordenador(a)

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 220008/2020

Órgão:	02 GABINETE DO PREFEITO		
Unidade:	003 JUNTA DE SERVIÇO MILITAR		
Função:	04 ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção:	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Programa:	002 APOIO ADMINISTRATIVO		
Ação:	20008 MANUT E ENCARGOS COM A JUNTA DE SERVIÇO MILITAR E CADASTRO		
Categoria econômica:	3-DESPESAS CORRENTES		
Grupo de Natureza:	3-OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Modalidade de aplicação:	90-APLICACAO DIRETA		
Elemento de despesa:	**Fonte de recurso/ Valor R$:**		
CRIAR-3390.39-SERV TERC PESSOA JURIDICA	RECURSO PROPRIO		16.000,00
CRÉDITO ADICIONAL (X) Suplementar (X) Especial TOTAL R$			
O crédito será coberto através de:	**Com a seguinte Alteração Orçamentária:**		
( ) Superávit financeiro	( ) Remanejamento: de um órgão para outro.	De:	
( ) Excesso de arrecadação		Para:	
(X) Anulação de dotações	(X) Transposição: entre Programas de trabalho do mesmo órgão.	De:	
( ) Operações de crédito		Para:	
( ) Excesso de convênios	( ) Transferência: entre Categorias econômicas, do mesmo órgão e programa.	De:	
( ) Créditos reabertos		Para:	
	( ) Suplementação: já autorizado pela LOA.		

	( ) Nenhuma.	
Com Origem: Das seguintes Dotações/ Dos seguintes recursos:		**R$**
08. 33.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA		16.000,00
TOTAL DA COBERTURA:		
Justificativa para os créditos adicionais:		
( ) variações de preço de mercado dos bens/serviços a serem adquiridos		
( ) incorreção no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais		
(X) omissões orçamentárias		
( ) fatos que não dependem da ação intencional do gestor		
Obs: OS SALDOS DOS ELEMENTOS DA DESPESA NÃO SÃO SUFICIENTES PARA O CUSTEIO DE PROGRAMAS E ACOES E INEXISTE O ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE		

Nortelândia, 21/02/2020

_____ _____

Téc. Administrativo Coordenador(a)

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 220007/2020

Órgão:	02 GABINETE DO PREFEITO		
Unidade:	002 PROCURADORIA JURIDICA		
Função:	04 ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção:	122 CONTROLE INTERNO		
Programa:	008 ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE		
Ação:	20007 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A PROCURADORIA JURIDICA		
Categoria econômica:	3-DESPESAS CORRENTES		
Grupo de Natureza:	3-OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Modalidade de aplicação:	90-APLICACAO DIRETA		
Elemento de despesa:		**Fonte de recurso/ Valor R$:**	
10.31.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS		RECURSO PROPRIO	68.000,00
12.31.91.13 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS		RECURSOS PRÓPRIOS	25.000,00
CRÉDITO ADICIONAL (X) Suplementar ( ) Especial TOTAL R$			**93.000,00**
O crédito será coberto através de:	**Com a seguinte Alteração Orçamentária:**		
( ) Superávit financeiro	( ) Remanejamento: de um órgão para outro.	De:	
( ) Excesso de arrecadação		Para:	
(X) Anulação de dotações	(X) Transposição: entre Programas de trabalho do mesmo órgão.	De:	
( ) Operações de crédito		Para:	
( ) Excesso de convênios	( ) Transferência: entre Categorias econômicas, do mesmo órgão e programa.	De:	
( ) Créditos reabertos		Para:	
	( ) Suplementação: já autorizado pela LOA. ( ) Nenhuma.		
Com Origem: Das seguintes Dotações/ Dos seguintes recursos:			**R$**
15. 333.90.36.00 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA			93.000,00
TOTAL DA COBERTURA:			
Justificativa para os créditos adicionais:			
( ) variações de preço de mercado dos bens/serviços a serem adquiridos			
( ) incorreção no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais			
(X) omissões orçamentárias			
( ) fatos que não dependem da ação intencional do gestor			
Obs: OS SALDOS DOS ELEMENTOS DA DESPESA NÃO SÃO SUFICIENTES PARA O CUSTEIO DE PROGRAMAS E ACOES			

Nortelândia, 21/02/2020

_____ _____

Téc. Administrativo Coordenador(a)

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N

Órgão:	03 SEC MUN ADM PLANEJAMENTO E FINANANÇAS		
Unidade:	02 COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS		
Função:	04 ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção:	126 TECNOLOGIA DA INFORMATIZAÇÃO		
Programa:	005 MODERNIZAÇÃO TECNOLOGICA		
Ação:	CRIAR 20011		
Categoria econômica:	3-DESPESAS CORRENTES E DE PESSOAL		
Grupo de Natureza:	3-OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE PESSOAL		
Modalidade de aplicação:	90-APLICACAO DIRETA		
Elemento de despesa:		**Fonte de recurso/ Valor R$:**	
CRIAR 31.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS		RECURSO PROPRIO	17.000,00
CRIAR 31.91.13 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS		RECURSOS PRÓPRIOS	5.000,00
CRIAR 3390.14 – DIARIAS DE PESSOAL CIVIL		RECURSO PRÓPRIO	1,00
CRIAR 3390.30 – MATERIAL DE CONSUMO		RECURSO PROPRIO	1,00
CRIAR 3390.36 – OUT SERV PESSOA FISICA		RECURSOS PRÓPRIOS	1,00
CRIAR 3390.39 – OUT SERV PESSOA JURIDICA		RECURSO PRÓPRIO	1,00
CRÉDITO ADICIONAL (X) Suplementar (X) Especial TOTAL R$			**22.004,00**

O crédito será coberto através de:	**Com a seguinte Alteração Orçamentária:**	
( ) Superávit financeiro	( ) Remanejamento: de um órgão para outro.	De:
( ) Excesso de arrecadação		Para:
(X) Anulação de dotações	(X) Transposição: entre Programas de trabalho do mesmo órgão.	De:
( ) Operações de crédito		Para:
( ) Excesso de convênios	( ) Transferência: entre Categorias econômicas, do mesmo órgão e programa.	De:
( ) Créditos reabertos		Para:
	( ) Suplementação: já autorizado pela LOA. ( ) Nenhuma.	

Com Origem: Das seguintes Dotações/ Dos seguintes recursos:	**R$**
94. 31.90.11 – VENC E VANTAGENS FIXAS	17.000,00
95 31.91.13 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.0004,00
TOTAL DA COBERTURA:	**22.004,00**

Justificativa para os créditos adicionais:
( ) variações de preço de mercado dos bens/serviços a serem adquiridos
( ) incorreção no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais
(X) omissões orçamentárias
( ) fatos que não dependem da ação intencional do gestor
Obs: OS SALDOS DOS ELEMENTOS DA DESPESA NÃO SÃO SUFICIENTES PARA O CUSTEIO DE PROGRAMAS E ACOES E A INEXISTENCIA DO PROJETO ATIVIDADE E ELEMENTOS DE DESPESA

Nortelândia, 21/02/2020

_____ _____

Téc. Administrativo Coordenador(a)

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N20069

20069Órgão:	03 SEC MUN ADM PLANEJAMENTO E FINANANÇAS
Unidade:	02 COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
Função:	04 ADMINISTRAÇÃO
Subfunção:	02 APOIO ADMINISTRATIVO
Programa:	451 INFRA ESTRUTURA URBANA
Ação:	20069 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM DEPT DE OBRAS, ENGENHARIA E PROJETOS
Categoria econômica:	3-DESPESAS CORRENTES
Grupo de Natureza:	3-OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Modalidade de aplicação:	90-APLICACAO DIRETA

Elemento de despesa:	**Fonte de recurso/ Valor R$:**	
106. 31.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	RECURSO PROPRIO	35.000,00
108. 31.91.13 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS	RECURSOS PRÓPRIOS	10.000,00
CRÉDITO ADICIONAL (X) Suplementar ( ) Especial TOTAL R$		**45.000,00**

O crédito será coberto através de:	**Com a seguinte Alteração Orçamentária:**	
( ) Superávit financeiro	( ) Remanejamento: de um órgão para outro.	De:
( ) Excesso de arrecadação		Para:
(X) Anulação de dotações	(X) Transposição: entre Programas de trabalho do mesmo órgão.	De:
( ) Operações de crédito		Para:
( ) Excesso de convênios	( ) Transferência: entre Categorias econômicas, do mesmo órgão e programa.	De:
( ) Créditos reabertos		Para:
	( ) Suplementação: já autorizado pela LOA. ( ) Nenhuma.	

Com Origem: Das seguintes Dotações/ Dos seguintes recursos:	**R$**
110. 3390.36 – OUTR SERV TERCEIEROS PESSOA FISICA	35.000,00
111 33.90.39 – OUT SERV TERC PESSOA JURIDICA	10.000,00
TOTAL DA COBERTURA:	**35.000,00**

Justificativa para os créditos adicionais:
( ) variações de preço de mercado dos bens/serviços a serem adquiridos
( ) incorreção no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais
(X) omissões orçamentárias
( ) fatos que não dependem da ação intencional do gestor
Obs: OS SALDOS DOS ELEMENTOS DA DESPESA NÃO SÃO SUFICIENTES PARA O CUSTEIO DE PROGRAMAS E ACOES

Nortelândia, 21/02/2020

_____ _____

Téc. Administrativo Coordenador(a)

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N20069

20069Órgão:	03 SEC MUN ADM PLANEJAMENTO E FINANANÇAS
Unidade:	02 COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
Função:	04 ADMINISTRAÇÃO
Subfunção:	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	004 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL
Ação:	20009 – MANUT E ENCARGOS ADMINSITRAÇÃO, PLAN E FINANAS
Categoria econômica:	3-DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza:	3-OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Modalidade de aplicação:	90-APLICACAO DIRETA		
Elemento de despesa:	**Fonte de recurso/ Valor R$:**		
45.31.90.13 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS	RECURSO PROPRIO		10.000,00
CRÉDITO ADICIONAL (X) Suplementar ( ) Especial TOTAL R$			**10.000,00**
O crédito será coberto através de:	**Com a seguinte Alteração Orçamentária:**		
( ) Superávit financeiro	( ) Remanejamento: de um órgão para outro.	De:	
( ) Excesso de arrecadação		Para:	
(X) Anulação de dotações	(X) Transposição: entre Programas de trabalho do mesmo órgão.	De:	
( ) Operações de crédito		Para:	
( ) Excesso de convênios	( ) Transferência: entre Categorias econômicas, do mesmo órgão e programa.	De:	
( ) Créditos reabertos		Para:	
	( ) Suplementação: já autorizado pela LOA. ( ) Nenhuma.		
Com Origem: Das seguintes Dotações/ Dos seguintes recursos:			**R$**
52. 33.90.36 - OUTR SERV TERCEIEROS PESSOA FISICA			10.000,00
TOTAL DA COBERTURA:			**10.000,00**
Justificativa para os créditos adicionais:			
( ) variações de preço de mercado dos bens/serviços a serem adquiridos			
( ) incorreção no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais			
(X) omissões orçamentárias			
( ) fatos que não dependem da ação intencional do gestor			
Obs: OS SALDOS DOS ELEMENTOS DA DESPESA NÃO SÃO SUFICIENTES PARA O CUSTEIO DE PROGRAMAS E ACOES			

Nortelândia, 21/02/2020

_____ _____

Téc. Administrativo Coordenador(a)

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NN 20053

Órgão:	05 SEC MUN EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER		
Unidade:	005 COORDENADORIA DE DESPORTO, CULTURA E LAZER		
Função:	27 DESPORTO E LAZER		
Subfunção:	812 DESPORTO COMUNITÁRIO		
Programa:	0018 INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR		
Ação:	20053 – MANUT E ENC DESPOTO E LAZER		
Categoria econômica:	3-DESPESAS CORRENTES		
Grupo de Natureza:	3-OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Modalidade de aplicação:	90-APLICACAO DIRETA		
Elemento de despesa:	**Fonte de recurso/ Valor R$:**		
644.31.90.13 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS	RECURSO PROPRIO		10.000,00
CRIAR 3390.39 ´OUT SERV PESSOA JURIDICA	RECURSOS PRÓPRIO		100,00
CRÉDITO ADICIONAL (X) Suplementar (X) Especial TOTAL R$			**10.100,00**
O crédito será coberto através de:	**Com a seguinte Alteração Orçamentária:**		
( ) Superávit financeiro	( ) Remanejamento: de um órgão para outro.	De:	
( ) Excesso de arrecadação		Para:	
(X) Anulação de dotações	(X) Transposição: entre Programas de trabalho do mesmo órgão.	De:	
( ) Operações de crédito		Para:	
( ) Excesso de convênios	( ) Transferência: entre Categorias econômicas, do mesmo órgão e programa.	De:	
( ) Créditos reabertos		Para:	
	( ) Suplementação: já autorizado pela LOA. ( ) Nenhuma.		
Com Origem: Das seguintes Dotações/ Dos seguintes recursos:			**R$**
648. 33.90.36 - OUTR SERV TERCEIROSPESSOA FISICA			10.100,00
TOTAL DA COBERTURA:			**10.100,00**
Justificativa para os créditos adicionais:			
( ) variações de preço de mercado dos bens/serviços a serem adquiridos			
( ) incorreção no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais			
(X) omissões orçamentárias			
( ) fatos que não dependem da ação intencional do gestor			
Obs: OS SALDOS DOS ELEMENTOS DA DESPESA NÃO SÃO SUFICIENTES PARA O CUSTEIO DE PROGRAMAS E ACOES E INEXISTE O ELEMENTO DE DESPESA			

Nortelândia, 21/02/2020

_____ _____

Téc. Administrativo Coordenador(a)

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 019/2019

Determina as Diretrizes do Processo de Apresentação de Propostas de Projetos, termos e critérios de análise e dá outras providências.

O CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em reunião ordinária realizada 04 de setembro de 2019, e no uso de suas atribuições legais,

Considerando os princípios consagrados no artigo 37 da Constituição Federal, em especial, o princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.090/90), a Resolução 137/2010 e a Resolução 194/2017do CONANDA e a Lei Federal 13.019/2014;

Considerando a importância da execução de projetos voltados a promoção, proteção, defesa e de atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes do município de Nortelândia – MT.

Considerando o dever de prestar contas, de quem manuseia recursos públicos, expresso no artigo 70 da Constituição Federal;

RESOLVE:

Art. 1º - A presente Resolução tem por objetivo a regulamentação de inscrição de projetos que visam o fortalecimento comunitário, implantação e implementação de redes locais voltadas para o desenvolvimento de crianças e adolescentes e suas famílias no âmbito dos recursos do FIA – Fundo da Infância e Adolescência de Gaspar.

Art. 2º - Os recursos públicos destinados ao desenvolvimento dos projetos voltados à área da infância e adolescência, que trata esta resolução, por intermédio de Órgãos Governamentais e Entidades Não-Governamentais, no âmbito do Município de, deverão ser alocados pelo Fundo da Infância e Adolescência de Nortelândia - MT – FIA

Art. 3º- Para a inscrição de projetos para aprovação através de Edital de Chamamento Público, dar-se-á:

§ 1º - É vedada a destinação de recursos do Fundo da Infância e Adolescência - FIA para:

I - a transferência sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

III - manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente;

V - investimento em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e adolescência.

VI - despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei.

§ 2º - Os projetos deverão contemplar as disposições da presente Resolução, devendo conter as informações e documentos indicados no Anexo I, II e III.

§ 3º - O Plano de Trabalho, mencionado no anexo I, deve conter as informações do Anexo V, e seguir o roteiro do anexo IV.

§ 4º - Poderão apresentar projetos as Entidades Não-Governamentais e Órgãos Governamentais que possuam registro/inscrição no CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nortelândia - MT

§ 5º - O projeto poderá ser encaminhado pelas Entidades Não-Governamentais e Órgãos Governamentais conforme publicação de Edital de Chamamento Público anual, desde que as ações do projeto sejam relativas a fomentar e efetivar as garantias fundamentais à Criança e Adolescente no Município de Nortelândia - MT através:

I) do Direito à Vida e à Saúde;

II) do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade;

III) do Direito à Convivência Familiar e Comunitária;

IV) do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer;

V) do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.

§ 6º - Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014):

I) Remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

II) Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

III) Custos indiretos necessários à execução do objeto sejam qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros); e

IV) Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

§7º - O projeto deverá ser protocolado na Sala de Assessoria aos Conselhos, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, sito Rua Ademar de Barros, 1108 Centro, em Nortelândia - MT, de segunda-feira à sexta-feira das 8:00h às 11:00h, não sendo aceitos documentos enviados por meio de correspondência. Para qualquer esclarecimento, poderá ser realizado contato pelos telefones (65) 996112485.

§ 8º - Para análise dos projetos, será constituída uma Comissão Especial de Análise de Projetos, composta, por um representante da sociedade civil, um representante dos Profissionais da Educação, dois representantes do CMDCA, e um técnico da área socioassistencial, estes nomeados através de Decreto, devendo a Comissão apresentar parecer, sendo este submetido à aprovação em plenária do CMDCA.

§ 9º - Protocolado o projeto, a Comissão de Seleção dos Projetos deverá apresentar parecer final descritivo, que deverá ser fundamentada nos incisos abaixo, no prazo estipulado em Edital Público, à plenária do CMDCA para deliberações:

I - A conveniência da concessão do recurso, nos termos do art. 16 da Lei Federal nº. 4.320/64;

II - A compatibilidade entre os objetivos e/ou finalidades estatutárias da entidade beneficiária com o objeto do repasse;

III - Viabilidade do projeto, capacidade técnica e operacional do proponente para executar o objeto;

IV - Cumprimento dos objetivos – adequação ao tema; qualidade técnica do projeto, metodologia aplicada, clareza, pertinência e exequibilidade do projeto, atividades e resultados esperados e quantidade de atendimentos;

V - A compatibilidade entre os quantitativos de materiais e serviços a serem adquiridos e o objeto proposto;

VI - A compatibilidade entre os valores solicitados, o plano de trabalho e os preços de mercado;

VII - Sustentabilidade do projeto, ou seja, a continuidade após convênio;

VIII - Impacto social da iniciativa (benefícios gerados com a implantação do projeto, a contribuição para o fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente e benefícios sociais gerados para o público diretamente ou indiretamente envolvido, e a participação da comunidade);

IX - Mérito do projeto diante da realidade local;

X - Sua adequação à Resolução 137/2010 do CONANDA e/ou outra que a venha complementar e/ou substituir o interesse público do objeto e os benefícios sociais a serem obtidos;

§ 10 - Caberá à Comissão de Seleção solicitar informações ou documentos faltantes às entidades, no prazo estipulado em Edital Público, sob pena de reprovação do projeto em caso de não serem prestadas as informações solicitadas.

§ 11 - A Comissão de Seleção deverá apreciar as propostas dos projetos das Entidades seguindo os critérios:

I) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas;

II) Adequação da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria;

III) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto;

IV) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante.

§ 12 - Para cada projeto aprovado, será constituído processo específico de concessão de recursos, ao qual serão apensadas as respectivas prestações de contas.

§ 13 - Os projetos serão deliberados de acordo com os critérios previstos nesta resolução e edital público, financiados até o limite de recursos financeiros disponibilizados no referido edital de chamada pública.

§ 14 - O resultado das deliberações deverá ser publicado em até dois dias úteis no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

§ 15 - O CMDCA deverá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após toda a tramitação para a classificação e celebração dos projetos, formalizar o processo firmando o Termo de Fomento com as entidades cujos projetos forem aprovados.

§ 16 – O CMDCA deverá, após a assinatura e publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, do Termo de Fomento, iniciar o cumprimento do cronograma de desembolso, já descrito em cada projeto.

§ 17 - As Organizações da Sociedade Civil (OSC) e Órgãos Governamentais que participaram da celebração do Termo de Fomento devem apresentar uma cópia digital, em formato de PDF, do projeto selecionado ao CMDCA, no prazo de 10 (dez) dias, após a assinatura do Termo de Fomento. O projeto será divulgado no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Gaspar.

Art. 4º - Para a inscrição de projetos com vinculação/indicação financeira pelo doador/destinador, dar-se-á:

§ 1º- As Entidades Não Governamentais e os Órgãos Governamentais poderão apresentar projetos com vinculação/indicação financeira pelo doador/destinador, através da previsão do parágrafo 1º, art. 12 da Resolução 137/2010 do CONANDA, preservando o parágrafo 3º, do art. 13 da mesma Resolução que prevê transferência através de Chancela.

§ 2º- Poderá as Entidades Não Governamentais e os Órgãos Governamentais apresentar projetos com destinação de investimentos previstos no inciso V, parágrafo único do art. 16, Resolução 137/2010 do CONANDA, garantidos pela Resolução 194/2017 do CONANDA. Estes projetos poderão ser custeados apenas por Chancela. Permanecem vedado os incisos anteriores do parágrafo único, do art. 16, da Resolução 137/2010 do CONANDA.

Art. 5º - Independente da forma de apresentação dos projetos, sendo através do Chamamento Público ou Chancela, a prestação de contas deverá ser protocolado em no máximo 60 (sessenta) dias após o recebimento dos valores, ou em prazo estipulado no Termo de Fomento.

Art. 6º - A aplicação dos recursos contemplados no chamamento público respeitará a Lei municipal 293/2013 e a Lei Federal nº 13.019/2014.

Parágrafo único - Para a Chancela dispensa-se a aplicação da Lei Federal nº 13.019/2014, garantidos pela Resolução 194/2017 do CONANDA.

Art. 7º - A não ocorrência de prestação de contas demandará a suspensão ou rescisão do Termo de Fomento ou Chancela e a devolução dos recursos financeiros, corrigidos até a efetiva devolução.

Art. 8º - Os documentos que devem corroborar a prestação de contas de recursos financeiros estão previstos no (Anexo VI).

Art. 9º - Os casos omissos serão dirimidos pelo CMDCA de Nortelândia - MT, sempre considerando a Lei Federal e as Legislações Municipais.

Art. 10 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nortelândia-MT, 23 de setembro de 2019.

Natália Maria da Silva Adriana Saccheto Altran

Presidente do CMDCA Secretária

ANEXO I

DOCUMENTOS QUE DEVEM INTEGRAR O PROCESSO DE CONCESSÃO

I	Solicitação de aprovação do Projeto ao Conselho - CMDCA;
II	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
III	Comprovante de endereço da entidade e do seu representante legal;
IV	Cópia autenticada do RG e do CPF do presidente da entidade ou do ocupante de cargo equivalente;
V	Cópia do estatuto social das entidades não-governamentais e de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente;
VI	Cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da entidade não-governamental registrada no cartório competente;
XII	Plano de trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade interessada, conforme orientações do Anexo III;
XVIII	Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;

ANEXO II

Declaro, em conformidade com o art. 33, *caput*, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019/2014, que a (nome da Entidade Não Governamentais ou Órgão Governamental): dispõe de instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

Nortelândia - MT de de20 .

(Nome completo e Cargo do Representante Legal)

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE E DE QUE A ENTIDADE NÃO INCORRE NAS VEDAÇÕES LEGAIS

Declaro para os devidos fins, em nome da (nome da Entidade Não Governamentais ou Órgão Governamental),que:

1. A entidade possui a seguinte relação nominal de dirigentes:

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE		
Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC	**Carteira de Identidade, Órgão Expedidor e CPF**	**Endereço Residencial, telefone e e-mail**

2. A entidade não incorre nas vedações constantes nos arts. 39 à 41 da Lei n° 13.019/2014, como também as seguintes:

I - Não há, em seu quadro de dirigentes:

a) Membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal; e b) Cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea “a” deste inciso,

Nortelândia - MT, de de20 .

(Nome completo e Cargo do Representante Legal)

ANEXO IV

ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA/PLANO DE TRABALHO

I - Descrição da realidade objeto de parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto:

Deve explicitar e fundamentar a pertinência e relevância do projeto como resposta a um problema ou necessidade identificada de maneira objetiva e que atinge diretamente as crianças e adolescentes. Nessas informações será importante haver ênfase em aspectos qualitativos e quantitativos que justifiquem a execução do projeto, evitando-se dissertações genéricas sobre o tema.

Deve demonstrar de forma ampla e geral o que se pretende alcançar com a implementação do projeto, devendo expressar a transformação almejada ao final da execução do projeto.

Deve exprimir uma situação positiva a ser alcançada, buscando solucionar ou contribuir para amenizar o problema identificado existindo relação com as estratégias apresentadas e com a solução do problema a ser enfrentado pelo projeto.

Deve apresentar a capacidade técnica, administrativa e operacional da instituição para desenvolver o projeto e, principalmente, a experiência que possui para o trabalho a ser desenvolvido com a implementação do mesmo.

II - Ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;

Descrever com clareza as etapas necessárias, quais e como serão desenvolvidas as atividades para atingir os objetivos propostos, incluindo a alocação de recursos humanos necessários para a efetivação da proposta, possibilitando o entendimento da execução do projeto.

É importante que as considerações contenham dados e indicadores sobre a temática a ser abrangida pelo projeto e, especialmente, informações que permitam a análise da situação em âmbito municipal, conforme a abrangência das ações a serem executadas.

Devem ser concretos e viáveis, devidamente relacionados com as atividades que serão desenvolvidas durante o projeto e com os resultados previstos. Eles devem estar ligados a algo concreto e viável que se busca alcançar no âmbito do projeto, devendo também ter conexão com os resultados e as atividades propostas, ou seja, as atividades apresentadas são importantes para o alcance dos objetivos e assim dos resultados propostos.

III - Os prazos para execução das ações e para o cumprimento das metas:

Apresentar o prazo de como o projeto será desenvolvido em suas ações/atividades, detalhando como as diferentes etapas serão implementadas, alcançando os resultados previstos. Apresentar de maneira clara como será realizado o monitoramento e avaliação do projeto, indicando: etapas, pessoas responsáveis, periodicidade, instrumentos que serão utilizados.

IV - O valor global:

Deve indicar valor total para a execução do projeto e a forma de desembolso que pretende, apresentando o valor e a data que necessita do repasse financeiro. Apresentar planilha com as necessidades materiais e de recursos humanos, detalhando custos financeiros (valor unitário e total).

ANEXO V

(Usar papel timbrado da instituição)

MODELO DE PROJETO

1. IDENTIFICAÇÃO (máximo 01 folha)

Título da Proposta: Instituição Proponente:

CNPJ:

Endereço: CEP:

Telefone: Fax:

Responsável pela Instituição Proponente:

Nome: CPF: RG:

Endereço: CEP:

Telefone: Fax:

E-mail:

Responsável pelo Projeto:

Nome: Endereço: CEP:

Telefone: Fax:

E-mail:

2. DESCRIÇÃO DA REALIDADE OBJETO DE PARCERIA E O NEXO COM A ATIVIDADE/PROJETO PROPOSTO E COM AS METAS A SEREM ATINGIDAS(máximo 03 folhas)

Fundamentar a pertinência e relevância do projeto como resposta a um problema ou necessidade identificada de maneira objetiva. Deve haver ênfase em aspectos qualitativos e quantitativos, evitando-se dissertações genéricas sobre o tema. Falar dos indicadores do estado/município: número da população, número de crianças e adolescentes e/ou outros números que contribuam para relacionar a realidade com o objeto da parceria proposta. Realizar um diagnóstico com os indicadores sobre a temática a ser abrangida pelo projeto e, especialmente, dados que permitam a análise da situação em âmbito municipal, regional, estadual ou nacional, conforme a abrangência das ações a serem executadas. Mencionar o histórico da instituição, os dados do atendimento realizado (quantitativo/perfil do público atendido, número de equipamentos etc.), convênios ou parcerias em andamento sobre o tema, histórico de projetos já implementados e seus resultados, equipe disponível para execução da parceria proposta, entre outras informações que julgar relevantes para descrever a realidade e o nexo com o projeto proposto. Explicitar, de maneira sucinta, a ligação do projeto com os programas e ações governamentais e/ou propostas de ações previstas nos seguintes instrumentos: PPA 2016-2019, Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH III, ou planos setoriais relevantes. Vincular a proposta ao anexo “Diretrizes para Elaboração da Proposta”. Expor os resultados esperados ao fim do projeto, bem como as metas e explicar como o cumprimento das metas pode transformar a realidade descrita nos parágrafos anteriores.

3. OBJETO DA PROPOSTA (OBJETIVO) (máximo 01 folha)

O objetivo deve responder as perguntas:

O que fazer?

Para quem?

Onde?

Para que fazer?

Exemplo:

“Promover a qualificação profissional para jovens no município do Rio de Janeiro, contribuindo para a inclusão no mercado de trabalho e a melhoria da renda e emprego.”

Segundo o objetivo formulado, foi respondido:

O que fazer: promover a qualificação profissional.

Para quem: para jovens.

Onde: no município do Rio de Janeiro.

Para que fazer: contribuir para a inclusão no mercado de trabalho e melhoria da renda e emprego.

4. AÇÕES/METAS/INDICADORES (máximo 01 folha)

Indicar e quantificar as ações, metas e indicadores que aferirão o cumprimento das metas.

Ações: Descrever com clareza as etapas necessárias, quais e como serão desenvolvidas as atividades para atingir os objetivos propostos, incluindo a alocação de recursos humanos necessários para a efetivação da proposta, possibilitando o entendimento da execução do projeto

Metas:

As metas devem dar noção da abrangência da ação a ser realizada. Expressam a medida do alcance do Objetivo, devendo ser de natureza quantitativa e mensurável.

Indicadores:

Os indicadores são um conjunto de parâmetros que permite acompanhar a evolução do objeto da parceria. Cada indicador permite identificar, mensurar e comunicar, de forma simples, a evolução de determinado aspecto da intervenção proposta. Devem dialogar com as metas, ações e objeto. Deve ser passível de apuração periódica, de tal forma a possibilitar a avaliação da intervenção feita. Deverá ser composto dos seguintes atributos:

Denominação: o nome, forma pela qual o indicador será apresentado; Unidade de Medida: padrão escolhido para mensuração da relação adotada como indicador (horas de curso, beneficiários atingidos, entre outros); Data de apuração: período a que se refere à informação; Índice de Referência (opcional): situação mais recente do Indicador e sua respectiva data de apuração. Consiste na aferição do índice em um dado momento, mensurado com a unidade de medida escolhida;

5. PRAZO DE EXECUÇÃO

Detalhar a duração, preferencialmente em unidades como meses, fixando as datas estimadas para o inicio e término das atividades. Indicar cada uma das metas em que se divide uma ação e o prazo previsto para implementação de cada meta, em que se divide uma ação e o prazo previsto para a implementação de cada meta, com suas respectivas datas.

Exemplo:

Metas	Etapas	Período (Mês)					
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Ação 1	Meta1.1						
	Meta1.2						
	Meta1.3						
Ação 2	Meta 2.1						
	Meta 2.2						
	Meta 2.3						

6. VALOR GLOBAL

Indicar uma estimativa dos recursos disponíveis durante o período do projeto para a consecução do objetivo.

ANEXO VI

DOCUMENTAÇÃO MINÍMA QUE DEVE ACOMPANHAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS CONCEDIDOS A TITULO DE SUBVENÇÕES, AUXILIOS E CONTRIBUIÇÕES

	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução.1

1 O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

2º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 055 2019

2º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 055 2019 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR RURAL, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT EM ATENDIMENTO A SECRETARIA M DE EDUCAÇÃO, POR QUILOMETRAGEM E VEÍCULO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA VARZEA GRANDE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA ME PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 002512/2018 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2018 SRP - PROCESSO ADMINISTRATIVO 02150/2019 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos no **PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 002512/2018 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2018**Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 436/2020 de aditivação de valor ao contrato nº 055/2019 que autorizou termo aditivo de valor, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo n. 436/2020 de aditivação de valor ao contrato nº 055/2019 referente a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços do Transporte Escolar no Município de Nossa Senhora do Livramento – MT para o ano letivo de 2020, por quilometragem e veículo com a **EMPRESA VARZEA GRANDE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.163.699/0001-50, com sede a Rua da Gloria (Lot. Nucleo G AMP), 132, Qda 3 Lote 9, Gloria em Várzea Grande – MT, CEP:78.141-054, decide celebrar este termo de valor.

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

O preço, as especificações do objeto, a quantidade, empresa e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	Empresa: **EMPRESA VARZEA GRANDE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.163.699/0001-50						
Endereço:	Rodovia BR 070 com a MT 060, SN Anexo Posto Free, Zona Rural Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000						
Contatos:	65 3684 1186 65 99972 1926						
Representante:	Agostinho Alves de Campos						
Item	**Descrição**	**Quantidade**	**DIAS LETIVOS**	**QUANT. KM/**	**Und**	Valor Unit/	Valor Total
ROTA 1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DO **TIPO VAN**	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DO **TIPO VAN** ROTA: LAGINHA DE BAIXO, RETIRO, FAZENDA SANGUE AZUL, FAZENDA BOLA, FAVAL, E.E. JOSÉ DE LIMA BARROS	25.018	200 MAT./ VESP.	125,09	KM	**R$ 3,99**	99. 821,82
ROTA 3 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO **TIPO KOMBI**,	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO **TIPO KOMBI**, ROTA: SERRAGEM MUTUM, CUMBARU, FAZENDA BOQUEIRÃO, RIO DOS PEIXES, E.M. BENEDITO PEREIRA LEITE	32.358	200 MAT./ VESP	161,79	KM	**R$ 2,70**	87. 366,6
ROTA 4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO **MICRO ÔNIBUS**,	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO **MICRO ÔNIBUS,** ROTA: CARRAPATINHO, FAZENDA SHOMER, CACHOEIRINHA, BURITI DO ATALHO,CHICO LEITE, BURITI GRANDE, RIO DOS PEIXES, E.M. BENEDITO PEREIRA LEITE.	18.920	200 MAT./ VESP	94,6	KM	**R$ 4,40**	83. 248,00
ROTA 5 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO **MICRO ÔNIBUS**,	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO **MICRO ÔNIBUS,** ROTA: FAZENDA LAGE, LIMOEIRO, SANTANA, CHAPADÃO,PARATUDAL,FAZENDA SOUZA, RIO DOS PEIXES, E.M. BENEDITO PEREIRA LEITE.	30.860	200 MAT./ VESP	154,3	KM	**R$ 4,40**	135. 784,00
Valor Total: 406.220,42 (Quatrocentos e Seis Reais e Duzentos e Vinte Reais e Quarenta e Dois Centavos)							

CLÁUSULA TERCEIRA – **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

A despesa decorrente das contratações oriundas do presente contrato, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, conforme estabelecido abaixo:

Secretaria/ Programa	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor R$**
Educação	Estadual	2266 – Manutenção do Transporte Escolar/Convênio	050039	33.90.39	125	170.506,02
Educação	Federal	2264 –Manutenção do Transporte Escolar / Salário Educação	050035	33.90.39	115	135.892,58
Educação	Federal	2265– Manutenção do Transporte Escolar - PNATE	050037	33.90.39	115	99.821,80

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 110/2020.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RATIFICAÇÕES:

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 055/2019 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 06 de Março de 2020.

CONTRATANTE

_____

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO:

Empresa: **EMPRESA VARZEA GRANDE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA ME**,

CNPJ sob o nº 07.163.699/0001-50

Representado pelo senhor Agostinho Alves de Campos

CNH 0007379470, órgão expedidor Detran/MT e CPF nº 531.295.471-34

PORTARIA Nº. 057/2020

PORTARIA Nº. 057/2020

Rose Mary Miranda de Carvalho, Coordenadora de Recursos Humanos-da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder 01(um) período de Licença Prêmio a servidora Publica Municipal **Thays Berto Gindri**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde no cargo de Enfermeira / Nível Superior de Saúde - matricula **5667**, referente ao período aquisitivo de 2012/2017, conforme processo 004064/2018-1, compreendido de **07/03/2020 a 05/06/2020**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 16 de Março de 2020

Rose Mary Miranda de Carvalho

Coordenadora de Recursos Humanos

2º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 015 2019

2º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 015 2019 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR RURAL, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT EM ATENDIMENTO A SECRETARIA M DE EDUCAÇÃO, POR QUILOMETRAGEM E VEÍCULO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA VARZEA GRANDE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA ME PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 002512/2018 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2018 SRP, AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos no **PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 002512/2018 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2018**Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 441/2020 de aditivação de valor ao contrato nº 015/2019 que autorizou termo aditivo de valor, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo 441/2020 de aditivação de valor ao contrato nº 015/2019 referente a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços do Transporte Escolar no Município de Nossa Senhora do Livramento – MT para o ano letivo de 2020, por quilometragem e veículo com a **EMPRESA VARZEA GRANDE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.163.699/0001-50, com sede a Rua da Gloria (Lot. Nucleo G AMP), 132, Qda 3 Lote 9, Gloria em Várzea Grande – MT, CEP:78.141-054, decide celebrar este termo de valor.

CLÁUSULA SEGUNDA PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	Empresa: **EMPRESA VARZEA GRANDE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.163.699/0001-50				
Endereço:	Rodovia BR 070 com a MT 060, SN Anexo Posto Free, Zona Rural Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000				
Contatos:	65 3684 1186 65 99972 1926				
Representante:	Agostinho Alves de Campos				
Item	**Descrição**	**Quantidade**	**Und**	Valor Unit/	Valor Total
ROTA 02 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO **MICRO ÔNIBUS**	ROTA: FAZENDA LAGOA AZUL, VARGINHA GLEBA UNIÃO,MT 060, FAZENDA PORTEIRINHA, FAZENDA SALDANHA, ESTIVA, MATA CAVALO, E.E. TEREZA CONCEIÇÃO DE ARRUDA.	44.400	KM	**R$ 3,49**	R$ 154. 956,00
Valor Total: R$ 154.956,00 (Cento e Cinquenta e Quatro Mil Novecentos e Cinquenta e Seis Reais)					

CLÁUSULA TERCEIRA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente das contratações oriundas do presente contrato, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, conforme estabelecido abaixo:

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor R$
Educação	Estadual	2266 – Manutenção do Transporte Escolar/Convênio	050039	33.90.39	125	R$ 154.956,00

CLÁUSULA QUINTA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 108/2020.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RATIFICAÇÕES:

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 15/2019 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 06 de Março de 2020.

CONTRATANTE

_____

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO:

Empresa: **EMPRESA VARZEA GRANDE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA ME**,

CNPJ sob o nº 07.163.699/0001-50

Representado pelo senhor Agostinho Alves de Campos

CNH 0007379470, órgão expedidor Detran/MT e CPF nº 531.295.471-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
LEI MUNICIPAL N.º 1193/2020

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA ESTRUTURA DA LEI 1173/2019, LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2020, DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, Senhor Valdir Pereira dos Santos, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal**:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$ 1.390.000,00 (um milhão,trezentos e noventa mil reais), destinado a Secretaria de Municipal de Educação;

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Programa 2020, a seguinte dotação orçamentária:

§1º - O decreto de remanejamento do crédito aberto por este artigo/lei indicará as fontes de recursos onde ocorrerão despesas.

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 001 – Gabinete da Secretaria	
Função: 12 – Educação	
SubFunção: 365 – Educação Infantil	
Programa: 0006 – Educação de Qualidade	
Atividade: 1 080 – Construções e Reformas da Educação Infantil	
Natureza da Despesa: 4490.51.00.00 – (0111) – Obras e Instalações	R$ 1.390.000,00
TOTAL DA AÇÃO	**R$ 1.390.000,00**

Artigo 3º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, nos termos do § 1º, Inciso III, do artigo 43 da Lei 4.320/64.

Órgão 02 – Gabinete do Prefeito	
Unidade: 001 – Gabinete do Prefeito	
Função 04 – Administração	
SubFunção:122 – Administração Geral	
Programa: 0034 – Gestão para Resultados	
Atividade: 2 002 – Manutenção e Encargos com Gabinete do Prefeito	
Natureza da Despesa: 3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas. - (0020)	
Fonte de Recursos: 100	50.000,00

Órgão 02 – Gabinete do Prefeito	
Unidade: 002 – Unidade de Controle Interno	
Função 04 – Administração	
SubFunção:124 – Controle Interno	
Programa: 0031 – Acompanhamento e orientação da Gestão	
Atividade: 2 107 – Manutenção da Unidade de Controle Interno	
Natureza da Despesa: 3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas. - (0029)	
Fonte de Recursos: 100	R$ 20.000,00

Órgão 02 – Gabinete do Prefeito	
Unidade: 003 – Assessoria Jurídica	
Função 03 – Essencial a Justiça	
SubFunção:062 – Defesa do Interesse público no processo judiciário	
Programa: 0016 – Atendimento aos assuntos jurídicos	
Atividade: 2 003 – Manutenção da Assessoria Jurídica	
Natureza da Despesa: 3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas. - (0039)	
Fonte de Recursos: 100	R$ 20.000,00

Órgão 03 – Secretaria de Administração	
Unidade: 001 – Gabinete da Secretaria	
Função 04 – Administração	
SubFunção:122 – Administração Geral	
Programa: 0003 – Compromisso e gestão Administrativa	
Atividade: 2 005 – Manutenção do gabinete do secretario de administração	
Natureza da Despesa:3190.04.00 – Contratações por tempo determinado - (0053) - 100	R$ 20,000,00
Natureza da Despesa:3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas - (0054) - 100	R$ 50.000,00
Natureza da Despesa:3190.13.00 – Obrigações Patronais - (0055) - 100	R$ 30.000,00
Natureza da Despesa: 3390.35.00 – Serviços de Consultoria - (0059) - 100	R$ 50.000,00
Natureza da Despesa: 3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros P.J - (0061) - 100	R$ 50.000,00
Natureza da Despesa: 3390.92.00 – Despesas de exercícios anteriores - (0062) - 100	R$ 30.000,00
TOTAL DA AÇÃO	**R$ 230.000,00**

Órgão 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 001 – Gabinete da Secretaria	
Função 12 – Educação	
SubFunção: 361 – Ensino Fundamental	

Programa: 0006 – Educação de Qualidade	
Atividade: 2 110 – Transporte Escolar – Estado	
Natureza da Despesa: 3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros P.J. - (0098)	
Fonte de Recursos: 125	130.000,00

Órgão 05 – Secretaria Municipal deSaúde	
Unidade: 002 – Fundo Municipal de Saúde	
Função 10 – Saúde	
SubFunção: 301 – Atenção Básica	
Programa: 0020 – Atenção à Saúde – Atenção Básica	
Atividade: 2 122 – Custeio – Atenção Básica	
Natureza da Despesa:3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas - (0171)	
Fonte de Recursos: 102	100.000,00

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde	
Unidade: 002 – Fundo Municipal de Saúde	
Função 10 – Saúde	
SubFunção: 301 – Atenção Básica	
Programa: 0020 – Atenção à Saúde – Atenção Básica	
Atividade: 1 047 – Construção e reforma de UBS	
Natureza da Despesa: 4490.51.00 – Obras e Instalações - (0169)	
Fonte de Recursos: 147	R$ 60.000,00

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde	
Unidade: 002 – Fundo Municipal de Saúde	
Função 10 – Saúde	
SubFunção: 302 – Assistência hospitalar e ambulatorial	
Programa: 0005 – Atenção à Saúde Publica	
Atividade: 1 088 – Construção e reforma do hospital municipal	
Natureza da Despesa:3390.30.00 – Material de Consumo - (0164)	
Fonte de Recursos: 102	R$ 5.000,00
Fonte de Recursos: 123	R$ 5.000,00
Fonte de Recursos: 147	R$ 5.000,00
TOTAL DA AÇÃO	**R$ 15.000,00**

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde	
Unidade: 002 – Fundo Municipal de Saúde	
Função 10 – Saúde	
SubFunção: 302 – Assistência hospitalar e ambulatorial	
Programa: 0005 – Atenção à Saúde Publica	
Atividade: 1 088 – Construção e reforma do hospital municipal	
Natureza da Despesa: 3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros P.J. - (0165)	
Fonte de Recursos: 102	R$ 5.000,00
Fonte de Recursos: 123	R$ 5.000,00
Fonte de Recursos: 147	R$ 5.000,00
TOTAL DA AÇÃO	**R$ 15.000,00**

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde	
Unidade: 002 – Fundo Municipal de Saúde	
Função 10 – Saúde	
SubFunção: 302 – ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Programa: 0005 – Atenção à Saúde Publica	
Atividade: 1 088 – CONSTRUCAO E REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL	
Natureza da Despesa: 4490.51.00 – Obras e Instalações - (0166)	
Fonte de Recursos: 102	R$ 45.000,00
Fonte de Recursos: 123	R$ 5.000,00
Fonte de Recursos: 126	R$ 5.000,00
Fonte de Recursos: 147	R$ 5.000,00
TOTAL DA AÇÃO	**R$ 60.000,00**

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde	
Unidade: 002 – Fundo Municipal de Saúde	
Função 10 – Saúde	
SubFunção: 301 – Atenção Básica	
Programa: 0020 – Atenção à Saúde – Atenção Básica	
Atividade: 2 134 – Manutenção do Laboratório de Análises Clinicas	
Natureza da Despesa: 3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas (0180)	
Fonte de Recursos: 102	R$ 125.000,00
Fonte de Recursos: 142	R$ 5.000,00
Fonte de Recursos: 146	R$ 20.000,00
TOTAL DA AÇÃO	**R$ 150.000,00**

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 002 – Fundo Municipal de Saúde
Função 10 – Saúde

SubFunção: 301 – Atenção Básica	
Programa: 0020 – Atenção à Saúde – Atenção Básica	
Atividade: 2 134 – Manutenção do Laboratório de Análises Clinicas	
Natureza da Despesa: 3190.13.00 – Obrigações Patronais (0181)	
Fonte de Recursos: 102	R$ 20.000,00
Fonte de Recursos: 142	R$ 5.000,00
Fonte de Recursos: 146	R$ 5.000,00
TOTAL DA AÇÃO	**R$ 30.000,00**

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde	
Unidade: 002 – Fundo Municipal de Saúde	
Função 10 – Saúde	
SubFunção: 302 – Assistência hospitalar e Ambulatorial	
Programa: 0021 – Atenção à Saúde – Média e Alta Complexidade	
Atividade: 2 123 – Custeio – Manutenção do HM	
Natureza da Despesa: 3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas - (0190)	
Fonte de Recursos: 146	R$ 100.000,00

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde	
Unidade: 002 – Fundo Municipal de Saúde	
Função 10 – Saúde	
SubFunção: 305 – Vigilância Epidemiológica	
Programa: 0022 – Atenção à Saúde – Vigilância em Saúde	
Atividade: 2 124 – Custeio – VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	
Natureza da Despesa: 3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – (0213)	
Fonte de Recursos: 102	R$ 40.000,00
Fonte de Recursos: 142	R$ 10.000,00
TOTAL DA AÇÃO	**R$ 50.000,00**

Órgão 08 – Secretaria de Infraestrutura e Transportes	
Unidade: 001 – Gabinete da Secretaria	
Função 26 – Transportes	
SubFunção: 782 – Transporte Rodoviário	
Programa: 0013 – Melhoria da Infraestrutura	
Atividade: 2 073 – Manutenção e encargos da Infraestrutura e Transportes	
Natureza da Despesa:3190.04.00 - Contratações por tempo determinado - (310) - Fonte 100	R$ 50.000,00
Natureza da Despesa:3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas - (0311) - Fonte 100	R$ 150.000,00
Natureza da Despesa:3390.30.00 – Material de Consumo - (0314) - Fonte 100	R$ 30.000,00
Natureza da Despesa:3390.30.00 – Material de Consumo - (0314) - Fonte 116	R$ 30.000,00
TOTAL DA AÇÃO	**R$ 260.000,00**

Órgão 09 – Secretaria Municipal de Assistência Social	
Unidade: 001 – Gabinete da Secretaria	
Função 08 – Assistência Social	
SubFunção: 244 – Assistência Comunitária	
Programa: 0011 – Gestão de Politicas Sociais	
Atividade: 2 009 – Manutenção e encargos da Secretaria	
Natureza da Despesa:3190.04.00 – Contratações por tempo determinado - (0322) Fonte 100	R$ 25.000,00
Natureza da Despesa:3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas - (0323) Fonte 100	R$ 25.000,00
TOTAL DA AÇÃO	**R$ 50.000,00**

Órgão 09 – Secretaria Municipal de Assistência Social	
Unidade: 002 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Função 08 – Assistência Social	
SubFunção: 244 – Assistência Comunitária	
Programa: 0011 – Gestão de Políticas Sociais	
Atividade: 2 140 – Bloco da Proteção Social Básica	
Natureza da Despesa:3390.30.00 – Material de Consumo - (0348) Fonte 100	R$ 25.000,00
Natureza da Despesa:3390.39.00 – Outros Serviços de terceiros P.J - (0352) Fonte 100	R$ 25.000,00
TOTAL DA AÇÃO	**R$ 50.000,00**
TOTAL GERAL	**R$ 1.390.000,00**

Art. 4º Fica igualmente autorizado a atualização na Lei Municipal nº 1150/2019 - LDO 2020 e Lei Municipal nº 1043/2017 - PPA 2018/2021, as alterações orçamentárias descritas nos artigos 1º, 2º, 3º e 4º desta lei.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes – MT, em 27 de fevereiro de 2020.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 003/2020

CONTRATANTE:***PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES - MT***

CONTRATADO:**COPEMAQUINAS COMERCIO DE PECAS E REPRESENTACOES LTDACNPJ: 13.731.784/0001-00**

AV JULIO DOMINGOS DE CAMPOS, Nº 2233

Cidade de VÁRZEA GRANDE

OBJETO: prestação de serviços com fornecimento de peças.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 25, da Lei nº 8.666/93.

VALOR GLOBAL: R$ 26.360,00 (vinte e seis mil trezentos e sessenta reais).

NOVA BANDEIRANTES - MT, 16 de março de 2020.

BRUNA NEIVERTH

PRESIDENTE PORTARIA 014/2020

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 003/2020

CONTRATANTE:***PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES - MT***

CONTRATADO:**COPEMAQUINAS COMERCIO DE PECAS E REPRESENTACOES LTDACNPJ: 13.731.784/0001-00**

AV JULIO DOMINGOS DE CAMPOS, Nº 2233

Cidade de VÁRZEA GRANDE

OBJETO: prestação de serviços com fornecimento de peças PATROLA XCMG GR 180-BR.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 25, da Lei nº 8.666/93.

VALOR GLOBAL: R$ 26.360,00 (vinte e seis mil trezentos e sessenta reais).

NOVA BANDEIRANTES - MT, 16 de março de 2020.

BRUNA NEIVERTH

PRESIDENTE PORTARIA 014/2020

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT, torna público para conhecimento dos interessados que foi retificado o número do pregão presencial do processo Administrativo nº018/2020 no qual a data da licitação não ser alterada pois não haverá danos para as empresas que irá participar.

Onde se lê: Horário da licitação

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2020

DATA DE ABERTURA/HORA: 30 de março de 2020 às 08:00 horas.

Leia-se: Horário da licitação

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2020

DATA DE ABERTURA/HORA: 31 de março de 2020 às 11:30 horas.

O município de Nova Bandeirantes estado de mato grosso através da pregoeira oficial, torna publico a prorrogação da data de abertura do

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº 250/2017

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO DE INEGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 003/2020

O Prefeito de Nova Bandeirantes/MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 25 da Lei federal n. 8.666/93, devidamente fundamentada na Justificativa do Setor de Licitações e emissão de parecer jurídico, aprova a abertura de Processo de inexigibilidade de Licitação a ser autuado sob n. 003/2020 que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO**, **DESTINADA A PATROLA XCMG GR 180-BR,** pertencente a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes**.**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	V. UN	V. TOTAL
1	BOMBA HIDRAULICA DUPLA GR 180	1	5.000,00	5.000,00
2	ROLAMENTO GIRATORIO DO TANDEN GR 180	2	10.000,00	20.000,00
3	FILTRO HIDRAULICO SUCÇÃO GR 180 BR	1	800,00	800,00
4	FILTRO HIDRAULICO SUÇÃO GR 180 BR	1	400,00	400,00
	FILTRO TRANMISSAO ZF ZL50/GR 180 LW	1	160,00	160,00

Valor Global: R$ 26.360,00 (vinte e seis mil trezentos e sessenta reais).

VALDIR PEREIRA DO SANTOS

Prefeito Municipal

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 003/2020

Contratante:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES - MT

Contratada:

COPEMAQUINAS COMERCIO DE PECAS E REPRESENTACOES LTDA

CNPJ:13.160.566/0001-22

AV JULIO DOMINGOS DE CAMPOS (LOT E DALVA)

AV **4439**

Cidade **VARZEA GRANDE**

Objeto: Aquisição de peças.

Valor de contratação: R$26.360,00 (vinte e seis mil trezentos e sessenta reais). com recurso próprio da Secretaria de Infraestrutura.

Vigência: inicia na data de assinatura até 31/12/2020.

Considerando a justificativa apresentada pelo ilustre **Secretário Municipal de Infraestrutura e Transportes** e a emissão de Parecer Jurídico, onde este expressa ser favorável à contratação direta, com inexigibilidade de licitação;

Por fim, determino a publicação desse ato de Homologação e autorizo a celebração do pertinente contrato administrativo, com a consequente publicação do seu extrato na imprensa oficial para que produza todos os efeitos previstos em lei.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Nova Bandeirantes-MT, 16 de março **de 2020.**

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO N°021/2020

EXTRATO DO CONTRATO N°021/2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **FRANCISCO DANIEL MARTINS**

CNPJ: 35.714.586/00001-30

Objeto: O presente contrato tem como objetivo CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESALOJAMENTO DE AVES E MORCEGOS, HIGIENIZAÇÃO E INCINERAÇÃO DE NINHOS NAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DAS UNIDADES DAS SECRETARIAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT.

VALOR: R$ **8.200,00(oito mil e duzentos reais).**

ASSINATURA**: 05 de março de 2020.**

VIGENCIA: **05 de março de 2020 a 03 de junho de 2020.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ORGÃO GERENCIADOR: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

FORNECEDORA REGISTRADA**: SO PESADO COMERCIO DE PEÇAS EIRELI ME**

CNPJ: 24.717.067/0001-00

OBJETO: Constitui o objeto da presente ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2019, e que se regerá pelo que dispõe PREGÃO PRESENCIAL Nº. 108/2019**,** e anexos da Prefeitura Municipal de ALTO TAQUARI/MT.**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS, ELÉTRICAS E ACESSÓRIOS GENUÍNOS/ORIGINAIS PARA VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA/MT**.

Valor estimado **R$ 308.500,00 (trezentos e oito mil e quinhentos reais).**

ASSINATURA: **06 de março de 2020.**

VIGENCIA:**06 de março de 2020 a 27 de novembro de 2020.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93 e a lei nº 10.520/2002**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 010/2017

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 010/2017

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **TOTTUM ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL LTDA -ME**

CNPJ**: 03.697.944/0001-58**

OBJETO: **Prorrogação do prazo** de duração do Contrato Original por mais 12 (doze) meses**,** vigorando a partir de 06 de março de 2020 a 06 de março de 2021. O Valor total do aditivo do contrato será de **R$ 93.600,00 (noventa e três mil e seiscentos reais)** global e o valor de **R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)** que serão pagos mensalmente.

ASSINATURA**: 05 de março de 2020**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 140/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

"*Dispõe a Exoneração A pedido do servidor contratado sr. Dennys Kendy Araújo Nakano".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pelo Inciso II do Artigo 12 da Lei Municipal nº 694/2018 de 20 de Março de 2018;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar A Pedido o Servidor Contratado sr. **DENNYS KENDY ARAUJO NAKANO – OPERADOR DE PA CARREGADEIRA,**lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, a partir de 16 de Março de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 16 de março de 2020.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 041/2017

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 041/2017

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **BS PARREIRA E CIA LTDA – ME**

CNPJ: **18.477.122/0001-39**

OBJETO: **Prorrogação do prazo** de duração do Contrato Original por mais 06 (seis) meses**,** vigorando a partir de 07 de março de 2020 a 07 de setembro de 2020.

O Valor total do aditivo a ser pago a **CONTRATADA** pela Prestação de Serviços Biomédico é de **R$ 32.710,65** (trinta e dois mil setecentos e dez reais e sessenta e cinco centavos).

ASSINATURA: **06 de março de 2020.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 103/2020, DE 02 DE MARÇO DE 2020.

"*Dispõe a Exoneração A pedido da servidora contratada srª. Izadora da Cunha".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pelo Inciso II do Artigo 12 da Lei Municipal nº 671/2017 de 05 de Dezembro de 2018;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar A Pedido a Servidora Contratada srª. **IZADORA DA CUNHA – PROFESSORA,lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, a partir de 02 de Março de 2020.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 02 de março de 2020.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 036/2019

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 036/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**ALFAIATARIA DE UNIFORMES LTDA ME**

CNPJ: 23.603.476/0001-12

OBJETO: **O Valor** total do aditivo do contrato original será aproximadamente 25% **R$2.118,00 (dois mil cento e dezoito reais).**

ASSINATURA**: 05 de março de 2020.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO CONTRATO N°. 019/2020

EXTRATO DO CONTRATO N°. 019/2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **MARIA NEVES DA SILVA**

CPF: **026.425.511-99**

OBJETO: **Contrato** de locação de imóvel neste município para funcionamento do **NÚCLEO DA POLICIA MILITAR (DESTACAMENTO).**

VALOR **R$ 10.043,70 (dez mil quarenta e três reais e setenta centavos).**

ASSINATURA: **03 de março de 2020.**

VIGENCIA: **03 de março de 2020 a 03 de janeiro de 2021.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 002/2020 AO EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2018

A PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA- MT, no uso de suas atribuições legais,

CONVOCA os candidatos constantes no quadro em anexo, que foram aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2018 da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT, conforme Homologação pelo Decreto Municipal nº 003/2020 e resultado final, a comparecerem à Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT, na Coordenadoria de Recursos Humanos, situada na Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, nº 993 - Centro, do dia **16/03/2020 ao dia 14/04/2020, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, portando os documentos originais e fotocópia abaixo relacionados**:

1. Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Carteira de Identidade;

2. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE;

3. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do CPF;

4. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

5. Comprovante de endereço atualizado;

6. Certidão de nascimento Cópia autenticada;

7. Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Certidão de nascimento;

8. Comprovante do estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

9. Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

10. Carteira de Trabalho e Previdência Social;

11. 02 (Duas) fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;

12. Fotocópia autenticada por Tabelião em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo-função/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe, se for o caso;

13. Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

14. Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

15. Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maior se for dependente;

16. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matricula escolar;

17. Certidão da Justiça Comum, Federal e Eleitoral (criminal, de 1º e 2º grau), da Comarca do domicílio do candidato, bem como da Comarca de Chapada dos Guimarães/MT (caso resida fora desta), bem como das Polícias Civil e Federal;

18. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

19. Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

20. Declaração que não foi demitido por justa causa e a bem do serviço público, no período de 10 (dez) anos, na esfera federal, estadual e municipal;

21. Declaração de não acumulação remunerada de cargos ou cargo e cargos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade e horários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal;

22. Conta Corrente (Banco do Brasil ou Bradesco) Cópia do cartão;

23. Laudo médico favorável, fornecido por profissional ou junta médica devidamente designada pelo Município de Nova Brasilândia/MT.

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados até a data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo concurso público e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do Edital.

Nova Brasilândia/MT, 16 de Março de 2020.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

ANEXO CONVOCADO

Cargo: **ENFERMEIRO**		
Candidato	Inscrição	Colocação
FERNANDO ALVES DOS SANTOS	005	1º

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 009/2020 AO EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019

A PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA- MT, no uso de suas atribuições legais,

CONVOCA os candidatos constantes no quadro em anexo, que foram aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019 da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT, conforme Homologação pelo Decreto Municipal nº 015/2019 e resultado final, a comparecerem à Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT, na Coordenadoria de Recursos Humanos, situada na Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, nº 993 - Centro, do dia **16/03/2020 ao dia 14/04/2020, no horário das 13h00min às 17h00min, portando os documentos originais e fotocópia abaixo relacionados**:

1. Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Carteira de Identidade;

2. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE;

3. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do CPF;

4. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

5. Comprovante de endereço atualizado;

6. Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Certidão de nascimento;

7. Comprovante do estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

8. Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

9. Carteira de Trabalho e Previdência Social;

10. 02 (Duas) fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;

11. Fotocópia autenticada por Tabelião em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo-função/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe, se for o caso;

12. Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

13. Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

14. Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maior se for dependente;

15. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matricula escolar;

16. Certidão da Justiça Comum, Federal e Eleitoral (criminal, de 1º e 2º grau), da Comarca do domicílio do candidato, bem como da Comarca de Chapada dos Guimarães/MT (caso resida fora desta), bem como das Polícias Civil e Federal;

17. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

18. Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

19. Declaração que não foi demitido por justa causa e a bem do serviço público, no período de 10 (dez) anos, na esfera federal, estadual e municipal;

20. Declaração de não acumulação remunerada de cargos ou cargo e cargos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade e horários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal;

21. Conta Corrente (Banco do Brasil ou Bradesco) Cópia do cartão;

22. Laudo médico favorável, fornecido por profissional ou junta médica devidamente designada pelo Município de Nova Brasilândia/MT.

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados até a data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo concurso público e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do Edital.

Nova Brasilândia/MT, 16 de março de 2020.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

ANEXO CONVOCADOS

Cargo: **MOTORISTA ESCOLAR CAT D**		
Candidato	Inscrição	Colocação
SILVONEY DE SOUZA PEREIRA	047	2º

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 036/2019

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 036/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**ALFAIATARIA DE UNIFORMES LTDA ME**

CNPJ: 23.603.476/0001-12

OBJETO: **O Valor** total do aditivo do contrato original será aproximadamente 25% **R$2.118,00 (dois mil cento e dezoito reais).**

ASSINATURA**: 05 de março de 2020.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

AVISO DE LICITAÇÃO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N°. 013/2020

AVISO DE LICITAÇÃO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 013/2020

PROCESSO Nº. 028/2020.

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e de sua Pregoeira, designada pela Portaria nº 006/2020/GABINETE de 06/01/2020,cujo o objeto: Constitui o objeto do presente processo é a **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO NOVO 0KM COM COMPACTADOR COLETOR DE LIXO NOVO CAPACIDADE MINIMA 15M³ DE LIXO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA/MT, CONFORME CONVÊNIO SICONV Nº.883091/2019, CELEBRADO COM SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO – OESTE - SUDECO,** observado as especificações contidas noTermo de Referência deste edital e em seus anexos, torna público, a todos as empresas interessadas em participar do referido certame que houve alteração nas especificações contidas noTermo de Referência, ANEXO I do edital de **Pregão Presencial Nº. 013/2020**, e altera a data de realização do mesmo para dia **27 março de 2020 ás 08:00 horas** do Estado de Mato Grosso, Local Sala de Licitação na sede da Prefeitura Municipal, situada localizada a Avenida Vereador Genival Nunes de Araújo, 993, Centro, Nova Brasilândia – MT.

O Edital estará disponível para ser adquirido no Setor de Licitação na sede da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, e-mail: licitacaonovabrasilandia@outlook.com ou pelo Site da Prefeitura www.novabrasilandia.mt.gov.br**,** para informações através de fone/fax 014 (66) 3385-1277.

Nova Brasilândia – MT, 16 de março de 2020.

Cíntia Karine Carvalho dos Santos Souza

Pregoeira

Portaria: Nº. 006/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

CONTABILIDADE
BALANÇO PATRIMONIAL 2019

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2019

Data de Emissão: 16/3/2020

Exercício: 2019

ATIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.794.102,02	2.423.945,18
Créditos a Curto Prazo		1.354.511,27	987,82
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo			
Estoques		4.229.942,41	107.311,78
Ativo Não Circulante Mantido para Venda			
VPD Pagas Antecipadamente			
Total do Ativo Circulante		9.378.555,70	2.532.244,78
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		608.045,11	748.864,50
Créditos a Longo Prazo		608.045,11	748.864,50
Investimentos Temporários a Longo Prazo			
Estoques			
VPD Pagas Antecipadamente			
Investimentos			
Imobilizado		7.956.971,51	7.240.511,99
Intangível			
Diferido			
Total do Ativo Não Circulante		8.565.016,62	7.989.376,49
TOTAL DO ATIVO		17.943.572,32	10.521.621,27

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo			
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo			
Obrigações Fiscais a Curto Prazo			
Obrigações de Repartições a Outros Entes			
Provisões a Curto Prazo			
Demais Obrigações a Curto Prazo		29.683,13	29.868,16
Total do Passivo Circulante		29.683,13	29.868,16
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		415.956,16	580.056,86
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Provisões a Longo Prazo		599.363,32	599.363,32
Demais Obrigações a Longo Prazo			
Resultado Diferido			
Total do Passivo Não Circulante		1.015.319,48	1.179.420,18
Patrimônio Líquido			

Emissão: 16/03/2020 07:43:09

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2019

Data de Emissão: 16/3/2020

Patrimônio Social e Capital Social		
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		
Reservas de Capital		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Reservas de Lucros		
Demais Reservas		
Resultados Acumulados	16.898.569,71	9.312.332,93
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
Total do Patrimônio Líquido	16.898.569,71	9.312.332,93
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.943.572,32	10.521.621,27

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2019

Data de Emissão: 16/3/2020

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64

Exercício: 2019

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)			
Ativo Financeiro		3.795.845,43	2.424.932,00
Ativo Permanente		14.147.726,89	8.096.689,27
Total do Ativo		17.943.572,32	10.521.621,27
PASSIVO (II)			
Passivo Financeiro		571.045,73	91.827,41
Passivo Permanente		1.015.319,48	1.179.420,18
Total do Passivo		1.586.365,21	1.271.247,59
Saldo Patrimonial (I - II)		16.357.207,11	9.250.373,68

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64

Exercício: 2019

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantia e Contra garantias recebidas			
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		1.221.461,31	372.500,00
Direitos Contratuais			
Outros atos potenciais ativos			
Total dos Atos Potenciais Ativos		1.221.461,31	372.500,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantia e Contra garantias concedidas			
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		120.831,19	120.831,19
Obrigações Contratuais		1.522.412,87	492.280,65
Outros atos potenciais passivos		1.293.381,25	1.293.381,25
Total dos Atos Potenciais Passivos		2.936.625,31	1.906.493,09

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2019

Data de Emissão: 16/3/2020

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Exercício: 2019

		Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
FONTES DE RECURSOS				
00	Recurso Educação 25%		953.929,65	204.298,13
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		567.213,37	445.953,48
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		493.030,70	107.951,54
14	Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS - Uniao		66.978,40	438.111,61
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE		8.687,34	46.524,52
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE		12,74	1,03
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP			53.647,97
18	Transferências do FUNDEB 60%		131.621,17	129.106,26
19	Transferências do FUNDEB 40%		16.446,68	91.693,11
22	Transferências de Convênios - Educação		69.919,41	40.473,59
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		-283.661,52	167.980,50
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		249.934,46	43.698,23
30	Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB		70.903,22	27.678,92
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado		76.562,42	20.340,94
46	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio d		766.349,09	
47	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investime		27.480,61	
91	Operações de Crédito Externas		9.391,96	27.826,85
Total das Fontes de Recursos			3.224.799,70	1.845.286,68

*Nota Explicativa:

JOSE LAIR ZAMONER
Prefeito(a) Municipal

CLEOMAR DALMOLIN
Contador(a)

CONTABILIDADE
BALANÇO ORÇAMENTARIO 2019

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Dezembro/2019 Exercício: 2019

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	**18.570.000,00**	**19.582.539,26**	**19.477.141,46**	**-105.397,80**
Receita Tributária	920.100,00	920.100,00	1.248.444,90	328.344,90
Receita de Contribuições	65.000,00	65.000,00	119.045,52	54.045,52
Receita Patrimonial	200.000,00	200.000,00	49.746,29	-150.253,71
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços	705.500,00	705.500,00	232.277,82	-473.222,18
Transferências Correntes	16.630.000,00	17.642.539,26	17.823.773,34	181.234,08
Outras Receitas Correntes	49.400,00	49.400,00	3.853,59	-45.546,41
Receitas de Capital (II)	**130.000,00**	**310.163,04**	**603.278,43**	**293.115,39**
Operações de Crédito				
Alienação de Bens	30.000,00	30.000,00		-30.000,00
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital	100.000,00	280.163,04	603.278,43	323.115,39
Outras Receitas de Capital				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**18.700.000,00**	**19.892.702,30**	**20.080.419,89**	**187.717,59**
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**18.700.000,00**	**19.892.702,30**	**20.080.419,89**	**187.717,59**

Emissão: 16/03/2020 07:39:13 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2019 Exercício: 2019

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Déficit (VI)		6.910,03		-6.910,03
TOTAL (VII) = (V + VI)	**18.700.000,00**	**19.899.612,33**	**20.080.419,89**	**180.807,56**
Saldos de Exercícios Anteriores		**1.791.090,08**	**1.680.710,03**	**-110.380,05**
Recursos Arrecadados em Exercício Anteriores				
Superávit Financeiro		1.791.090,08	1.680.710,03	-110.380,05
Reabertura de Créditos Adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	**16.109.200,00**	**18.521.090,84**	**17.095.831,70**	**16.948.987,46**	**16.948.987,46**	**1.425.259,14**
Pessoal e Encargos Sociais	7.630.470,00	9.278.911,00	8.849.357,80	8.849.357,80	8.849.357,80	429.553,20
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	8.478.730,00	9.242.179,84	8.246.473,90	8.099.629,66	8.099.629,66	995.705,94
Despesas de Capital (IX)	**917.000,00**	**1.378.521,49**	**1.329.088,53**	**959.620,17**	**959.620,17**	**49.432,96**
Investimentos	917.000,00	1.378.521,49	1.329.088,53	959.620,17	959.620,17	49.432,96
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
Reserva de Contingência (X)						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	**17.026.200,00**	**19.899.612,33**	**18.424.920,23**	**17.908.607,63**	**17.908.607,63**	**1.474.692,10**

Emissão: 16/03/2020 07:39:13 Página 2
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2019 Exercício: 2019

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	**17.026.200,00**	**19.899.612,33**	**18.424.920,23**	**17.908.607,63**	**17.908.607,63**	**1.474.692,10**
Superávit (XIII)	1.673.800,00		1.655.499,66			-1.655.499,66
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	**18.700.000,00**	**19.899.612,33**	**20.080.419,89**	**17.908.607,63**	**17.908.607,63**	**-180.807,56**
Reserva do RPPS						

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2019 Exercício: 2019

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

	Inscritos					
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a + b - d - e)
Despesas Correntes	**60.290,00**	**1.669,25**			**36.909,25**	**25.050,00**
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	60.290,00	1.669,25			36.909,25	25.050,00
Despesas de Capital						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL	**60.290,00**	**1.669,25**			**36.909,25**	**25.050,00**

Emissão: 16/03/2020 07:39:13 Página 4
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2019 Exercício: 2019

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

	Inscritos				
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c - d)
Despesas Correntes					
Pessoal e Encargos Sociais					
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes					
Despesas de Capital					
Investimentos					
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL					

JOSE LAIR ZAMONER
Prefeito(a) Municipal

CLEOMAR DALMOLIN
Contador(a)

Emissão: 16/03/2020 07:39:13 Página 5
Homologado

CONTABILIDADE
BALANÇO FINANCEIRO 2019

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro/2019

Exercício: 2019

INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		**20.080.501,77**	**16.994.224,38**
Ordinária		**9.763.505,40**	**7.159.068,71**
Vinculada		**10.316.996,37**	**9.835.155,67**
Recursos Vinculados à Educação		6.022.197,43	5.295.581,10
Recursos Vinculados à Saúde		3.307.396,49	3.045.889,02
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		362.177,29	169.652,15
Outras Destinações de Recursos		625.225,16	1.324.033,40
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**24.222,34**	**70.087,42**
Transferências Recebidas para Execução Orçamentária		24.222,34	70.087,42
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**1.762.164,49**	**1.075.835,40**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		516.312,60	1.669,25
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados		1.158.448,28	971.507,65
Outros Recebimentos Extraorçamentários		87.403,61	102.658,50
Saldo do Exercício Anterior (IV)		**2.423.945,18**	**2.337.119,67**
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.423.945,18	2.337.119,67
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**24.290.833,78**	**20.477.266,87**

Emissão: 16/03/2020 07:34:08 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro/2019

Exercício: 2019

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		**18.424.920,23**	**16.242.221,64**
Ordinária		**7.420.673,30**	**5.765.009,62**
Vinculada		**11.004.246,93**	**10.477.212,02**
Recursos Destinados à Educação		4.753.201,27	4.317.430,20
Recursos Destinados à Saúde		4.884.160,42	4.680.122,20
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social		161.263,29	309.409,05
Outras Destinações de Recursos		1.205.621,95	1.170.250,57
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**833.263,32**	**783.665,80**
Transferências Concedidas para Execução Orçamentária		833.263,32	782.040,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	1.625,80
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		**1.238.861,44**	**1.516.877,96**
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00	443.821,51
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados		1.158.633,31	980.523,10
Outros Pagamentos Extraorçamentários		80.228,13	92.533,35
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		**3.794.102,02**	**1.936.127,27**
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.794.102,02	1.936.127,27
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**24.291.147,01**	**20.478.892,67**

*Nota Explicativa:

JOSE LAIR ZAMONER
Prefeito(a) Municipal

CLEOMAR DALMOLIN
Contador(a)

Emissão: 16/03/2020 07:34:08 Página 2

Homologado

ADMINISTRATIVO
RESULTADO TOMADA DE PREÇO 01 / 2020

Na data de 17/02/2020 as 830 Horas, Foram abertas as propostas Referente a licitação supra citada, requisitada pelo(S) órgão(S):

05 003 DEPART. OBRAS, ENGENHARIA E DEFESA CIVIL

E devidamente acompanhada por esta comissão de licitação, estamos assim de acordo com as normas legais vigentes. Tendo como vencedor(es) o(s) listado(s) abaixo.

PRESTACAO DE SERVICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA DESTINADOS A REFORMA DO CENTRO DE MULTIPLO USO NO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA - MT, TUDO EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BASICO E EXECUTIVO DE ENGENHARIA, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORCAMENTÁRIA.

8067 ALBERTINO FRANCISCO GONCALVES 56303149120 25.050.861/0001-05

TOTAL DO VENCEDOR R$ 178.380,37

NOVA GUARITA - MT, 16 de março de 2020

Graciela Schuster

Presidente CPL

CONTABILIDADE
DEMONSTRAÇÃO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2019

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2019

Modelo Sintético

Exercício: 2019

QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	I	2.798.926,52	2.315.829,70
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	III	1.992,23	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	IV	97.497,25	67.398,28
Transferências e Delegações Recebidas	V	20.881.444,01	17.816.215,49
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	VI	327.987,03	142.355,59
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	VII	0,00	944.926,42
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		24.107.847,04	21.286.725,48
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos	VIII	9.119.494,25	7.664.615,83
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	X	3.634.962,90	8.250.878,52
Transferências e Delegações Concedidas	XII	3.326.216,06	3.053.159,44
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	XIII	180.282,30	1.927.154,70
Tributárias	XIV	180.403,41	169.942,24
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	XVI	30.000,00	632.369,68
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		16.471.358,92	21.698.120,41
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)		7.636.488,12	-411.394,93

QUADROS ANEXOS

Anexo I - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Impostos		2.320.375,49	1.368.041,37
Taxas		81.904,82	527.762,58
Contribuições de Melhoria		396.646,21	420.025,75
		2.798.926,52	2.315.829,70

Anexo III - Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos			
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.992,23	0,00
		1.992,23	0,00

Anexo IV - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
Juros e Encargos de Mora		49.485,25	10.966,81

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2019

Modelo Sintético

		Exercício: 2019
Variações Monetárias e Cambiais	424,44	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	47.587,56	56.431,47
	97.497,25	67.398,28

Anexo V - Transferências e Delegações Recebidas

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Transferências e Delegações Recebidas			
Transferências Intra Governamentais		24.222,34	70.087,42
Transferências Inter Governamentais		20.856.890,07	17.744.535,06
Execução Orçamentária Delegada de Entes		331,60	1.593,01
		20.881.444,01	17.816.215,49

Anexo VI - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos			
Reavaliação de Ativos		4.547,52	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos		315.194,21	129.321,06
Desincorporação de Passivos		8.245,30	13.034,53
		327.987,03	142.355,59

Anexo VII - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas			
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		0,00	944.926,42
		0,00	944.926,42

Anexo VIII - Pessoal e Encargos

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos			
Remuneração a Pessoal		7.618.998,45	6.377.177,69
Encargos Patronais		1.500.495,80	1.287.438,14
		9.119.494,25	7.664.615,83

Anexo X - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		
Uso de Material de Consumo	18.858,32	3.852.041,59
Serviços	3.200.856,87	3.756.287,29

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2019

Modelo Sintético

		Exercício: 2019
Depreciação, Amortização e Exaustão	415.247,71	642.549,64
	3.634.962,90	8.250.878,52

Anexo XII - Transferências e Delegações Concedidas

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Transferências e Delegações Concedidas			
Transferências Intra Governamentais		833.263,32	783.665,80
Transferências Inter Governamentais		2.428.292,30	2.199.495,22
Execução Orçamentária Delegada a Entes		62.391,94	69.998,42
Outras Transferências e Delegações Concedidas		2.268,50	0,00
		3.326.216,06	3.053.159,44

Anexo XIII - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos			
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		158.084,41	830.089,94
Perdas Involutárias		10.798,55	22.508,70
Desincorporação de Ativos		11.399,34	1.074.556,06
		180.282,30	1.927.154,70

Anexo XIV - Tributárias

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Tributárias			
Contribuições		180.403,41	169.942,24
		180.403,41	169.942,24

Anexo XVI - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas			
Subvenções Econômicas		30.000,00	30.000,00
Constituição de Provisões		0,00	599.363,32
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		0,00	3.006,36
		30.000,00	632.369,68

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2019

Modelo Sintético

Exercício: 2019

JOSE LAIR ZAMONER
Prefeito(a) Municipal

CLEOMAR DALMOLIN
Contador(a)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 007/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: STAF SISTEMAS LTDA

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.1.1 – Prorrogação de prazo.

1.1.2 – O período de vigência ser estenderá até 13/04/2020;

CLAUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – A alteração promovida por este Termo Aditivo se deve aos seguintes fatores:

2.1.1 – A Administração se sentiu na obrigação de promover a prorrogação tendo em vista que a licença de uso de sistemas de gestão pública, adiante especificados, bem como suporte técnico necessário e a operacionalização destes sistemas são essenciais para a administração.

2.2– O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57, Inciso I, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

1.1.3 3.1 – O valor global do contrato original não será alterado, sendo o valor mensal de R$ 12.177,68 (doze mil, cento e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos), sendo pago apenas uma única parcela o valor de R$ 12.177,68 (doze mil, cento e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos);

Nova Lacerda – MT, 13 de março de 2020.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 011/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: TRIANGULO COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS DESTINADOS À FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA QUE ACOMPANHOU O EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 049/2019, DE ACORDO COM AS NORMAS VOLTADAS AO SETOR PÚBLICO.

VIGÊNCIA: 11/03/2020 até 31/10/2020;

VALOR: R$ 92.900,00 (noventa e dois mil e novecentos reais);

Nova Lacerda-MT, 11 de março de 2020.

PROCURADORIA JURÍDICA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 012/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: AUTO POSTO FIUZA LTDA;

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.1.1 – Alteração de supressão em razão de reajuste no preço feito pela Petrobras;

1.1.1.1 Supressão de R$ 0,25 (vinte e cinco centavos de real) sobre o preço do litro do óleo diesel S-10;

1.1.1.2 Supressão de R$ 0,25 (vinte e cinco centavos de real) sobre o preço do litro do óleo diesel comum;

DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE DE LITROS	VALOR UNITARIO (REAJUSTADO)	VALOR TOTAL (REAJUSTADO)
ÓLEO DIESEL S-10	**250.000,00**	**R$ 3,99**	**R$ 997.500,00**
ÓLEO DIESEL COMUM	**120.000,00**	**R$ 3,95**	**R$ 474.000,00**

CLAUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O acréscimo promovido por este Termo Aditivo se deve aos seguintes fatores:

2.1.1 – Baixa nos preços dos combustíveis feito pela Petrobras, sobre o óleo diesel S-10 e Comum.

2.1.2 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 65, inciso II, alínea d e §8 da Lei nº 8.666/93 e no Contrato nº 012/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

3.1-O valor do original é de R$ 1.564.000,00 (um milhão e quinhentos e sessenta e quatro mil reais)

3.2 – O valor do contrato original passará a ser de R$ 1.471.500,00 (um milhão, quatrocentos e setenta e um mil e quinhentos reais).

Nova Lacerda – MT, 11 de março de 2020.

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº. 097/2020.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 013/2020, 014/2020, 015/2020, 016/2020, 017/2020, 018/2020, 019/2020 e 020/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

1 – Designar o servidor **SELIMARIO FERREIRA DA SILVA,** brasileiro,solteiro, servidor no cargo de Professor de Pedagogia, inscrito no CPF/MF sob o nº 190.774.368-55, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 013/2020, 014/2020, 015/2020, 016/2020, 017/2020, 018/2020, 019/2020 e 020/2020.

2 – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 16 de março de 2020.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 011/2020.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: TRIANGULO COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES LTDA;

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.1.1 – Alteração de supressão em razão de reajuste no preço feito pela Petrobras;

1.1.1.1 Supressão de R$ 0,30 (trinta centavos de real) sobre o preço do litro do óleo diesel S-10;

1.1.1.2 Supressão de R$ 0,29 (vinte e nove centavos de real) sobre o preço do litro do óleo diesel comum;

DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE DE LITROS	VALOR UNITARIO (REAJUSTADO)	VALOR TOTAL (REAJUSTADO)
ÓLEO DIESEL S-10	**12.000,00**	**R$ 3,95**	**R$ 47.400,00**
ÓLEO DIESEL COMUM	**10.000,00**	**R$ 3,90**	**R$ 39.000,00**

CLAUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O acréscimo promovido por este Termo Aditivo se deve aos seguintes fatores:

2.1.1 – Baixa nos preços dos combustíveis feito pela Petrobras, sobre o óleo diesel S-10 e Comum.

2.1.2 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 65, inciso II, alínea d e §8 da Lei nº 8.666/93 e no Contrato nº 011/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

3.1-O valor do original é de R$ 92.900,00 (noventa e dois mil e novecentos reais);

3.2 – O valor do contrato original passará a ser de R$ 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos reais).

Nova Lacerda-MT, 11 de março de 2020.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 012/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: AUTO POSTO FIUZA LTDA;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS DESTINADOS À FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA QUE ACOMPANHOU O EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 049/2019, DE ACORDO COM AS NORMAS VOLTADAS AO SETOR PÚBLICO.

VIGÊNCIA: 11/03/2020 até 30/10/2020;

VALOR: R$ 1.564.000,00 (um milhão e quinhentos e sessenta e quatro mil reais);

Nova Lacerda-MT, 11 de março de 2020.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020

PROC. LICITATÓRIO: 14/2020 PREGÃO PRESENCIAL: 07/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

OBJETO: Registro de preço para aquisição de materiais e aparelhos medidores, destinado para ações de controle da água distribuída para população de Nova Lacerda-MT.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 11 de março de 2020.

CONTRATADO:

EDSON FURQUIM - R$: 93.674,00 (noventa e três mil e seiscentos s setenta e quatro reais);

INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA - R$: 14.554,80 (quatorze mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos);

PURIFICA COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E TRATAMENTO DE AGUAS EIRELI - R$: 56.820,00 (cinquenta e seis mil e oitocentos e vinte reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, 16 de março de 2020.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 07/2020

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 07/2020

PROC. LICITATÓRIO: 14/2020 PREGÃO PRESENCIAL: 07/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

CONTRATADO: EDSON FURQUIM, INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA e PURIFICA COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E TRATAMENTO DE AGUAS EIRELI.

OBJETO: Registro de preço para aquisição de materiais e aparelhos medidores, destinado para ações de controle da água distribuída para população de Nova Lacerda-MT.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 11 de março de 2020.

CONTRATADO:

EDSON FURQUIM - R$: 93.674,00 (noventa e três mil e seiscentos s setenta e quatro reais);

INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA - R$: 14.554,80 (quatorze mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos);

PURIFICA COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E TRATAMENTO DE AGUAS EIRELI - R$: 56.820,00 (cinquenta e seis mil e oitocentos e vinte reais).

Ata de Registro 05/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, 16 de março de 2020.

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 010/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 010/2020

A Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, nos termos do disposto no Edital do Concurso Público Municipal n° 001/2019, para atender as necessidades da Secretária Municipal de Saúde, considerando a Comunicação interna 812/2020 datada de 13 de março de 2020, e considerando o resultado do Concurso Público Municipal **CONVOCA** os candidatos conforme **ANEXO I** para comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sito a Rua 16 de julho, 815, Bairro Centro, munidos dos documentos originais e cópias:

Carteira de Identidade – RG; Cartão de Cadastro no Ministério da Fazenda – CPF; Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, ou seja, comprovante de votação das eleições 2018; Documento que identifique o número de cadastro no PIS/PASEP, caso possua; Carteira de Trabalho; Título Eleitoral; Comprovante de Residência; Certidão de Nascimento e/ou Casamento (no caso de Certidão de Casamento deverão entregar RG e CPF do cônjuge); Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (acompanhado de Cartão de Vacina para os menores de 06 anos e Comprovante de matrícula para que tem acima de 07 anos E CPF); Prova de estar em dias com o serviço militar, no caso do sexo masculino; Uma foto 3x4; Documento que comprove o grau de escolaridade exigida (histórico e certificado e ou diploma); Conta salário ou corrente no Banco Bradesco – cópia do cartão ou documento que comprove o número da conta ou agência corretamente. Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade (se for o caso); CNH (se for o caso); e, Declaração de não acúmulo de cargos; Não receber proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os casos de acúmulo previstos na Constituição Federal; Não estar afastado junto ao INSS na data limite para admissão. Não registrar antecedentes criminais ou estar respondendo pelos crimes contra: o Patrimônio, Administração, Fé Pública, os costumes e os previstos na Lei nº 11.343 de 23/08/2006 (tráfico de entorpecentes), comprovado através de Certidão Civil e Criminal. Apresentar declaração de bens. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, avaliada por Médico

do Trabalho, contratado pela Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT, para avaliação dos exames complementares previstos no Item 2.3.8.2, além da realização do Exame Admissional.

22. Para a realização do Exame Admissional o candidato deverá apresentar também resultado dos seguintes exames complementares que ficarão anexados no atestado admissional, realizados às suas expensas:

a) Hemograma com contagem de plaquetas;

b) Urina rotina;

c) Glicemia de jejum;

d) TSH;

e) Creatinina;

f) Ureia;

g) Anti-HBS quantitativo;

h) Radiografia lombo sacro, tórax e cervical com laudo;

i) Eletrocardiograma (ECG), com laudo;

j) FAN (Fator Antinuclear);

k) VDRL;

l) Atestado de Sanidade Mental emitido pelo psiquiatra;

A convocação será feita através de Edital publicado oficialmente, ao qual o candidato classificado terá o prazo de 30 (trinta) dias para exercer a função, podendo ser prorrogado por mais 30(trinta) mediante requerimento antes da data de vencimento, com justificativa.

A não apresentação e nem requerimento para prorrogação, nos períodos mencionados acima, implicarão na perda do direito à vaga.

Nova Lacerda – MT, aos 16 dias do mês de março de 2020.

Uilson José da Silva

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 010/2020

ANEXO I

APROVADOS - CONCURSO PÚBLICO

AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	C.G.	MAT.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
452598	MARIA NERI FREITAS	20/05/1988	20,0	10,0	30,0	60,0	

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N º 028/2020

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N º 028/2020

CONTRATANTE: Município de Nova Lacerda - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C.(M.F.) sob o n.º 01.614.519/0001-22, com sede na Rua 16 Julho, 815, representado por sua Excelência o Prefeito Municipal, Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** portador do RG. n.º 10339787 SESP /MT e CPF n.º 621.764.391-04, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE.**

CONTRATADA: IZOLDE OLIVEIRA THOMAZI, brasileira, casada, portadora RG. n.º 7009883-0 SESP/PR e do CPF. n.º 041.786.859-61, residente e domiciliada na Av. São Bernardo, Bairro Centro, neste município de Nova Lacerda, doravante simplesmente denominado **CONTRATADA,** tem entre si justos e combinados pelo presente instrumento de contratação temporária, mediante as cláusulas abaixo articuladas:

CLÁUSULA I - Do Objeto

O **CONTRATANTE**, contrata os serviços da **CONTRATADA considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 003/2019 de 17/12/2019,** para temporariamente prestar serviços junto a **Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Escola Municipal Getúlio Vargas**, desempenhando o trabalho de **Professor Substituto – onde desempenhará os trabalhos substituindo professores que saírem de afastamentos do servidor no interesse do serviço, licenças para tratamento de saúde, maternidade, prêmio, para aperfeiçoamento, férias, licença para tratar de interesse particulares ou público não remunerado e outras previstas na legislação em vigor,** neste município, contratada como **PROFESSORA NIVEL MEDIO,** de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 019/2005 de 15/12/2005, dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da educação básica do Município de Nova Lacerda e dá outras providências, Lei complementar nº 136/2019 de 21/05/2019 e Lei Municipal nº 866/2019 de 11/12/2019.

CLÁUSULA II - Do Regime Jurídico

A presente **CONTRATACÃO** é realizada nos Termos da Lei Complementar N° 052/2010, de 30 de junho de 2010, e do que couber, na Lei Complementar N° 021/2005, de 15 de Dezembro de 2005, regendo-se por princípios de direitos públicos, aplicando-se naquilo que for de acordo com Direito e Deveres da Contratação.

CLÁUSULA III - Do Prazo

O presente contrato terá como duração o prazo de **6 (seis) meses,** tendo início no dia **16/03/2020** e término no dia **15/09/2020, podendo ser prorrogado pelo mesmo período conforme Lei Municipal nº 866/2019 de 11/12/2019.**

CLÁUSULA IV - Da Remuneração

Pelos serviços prestados a que se refere à Cláusula I deste, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância de **R$ 1.480,76 (um mil e quatrocentos oitenta reais setenta seis centavos**) mensais com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA V – Regime Previdenciário

A **CONTRATADA** vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para o qual contribuirá obrigatoriamente.

CLÁUSULA VI - Das Despesas

As despesas oriundas deste Contrato Temporário de Trabalho correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05

Unidade: 02

Proj./Ativ.: 2.029

3.1.90.04.00.00.00.00.0.1.003

CLÁUSULA VII - Da Rescisão

O presente Contrato poderá ser extinto, sem o direito de indenização:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa da **CONTRATANTE;**

III - por iniciativa da **CONTRATADA.**

PARÁGRAFO ÚNICO - A extinção do Contrato no caso dos incisos II e III, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA VIII - Do Fôro

Elegem-se o Fórum da Comarca de Comodoro / MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste presente contrato.

E, assim, por estarem justos e acordados, assina o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeada.

Nova Lacerda / MT, 13 de março de 2020.

UILSON JOSE DA SILVA IZOLDE OLIVEIRA THOMAZI

Prefeito Municipal CONTRATADA

CONTRATANTE

YURI SILVA DIAS

Procurador Jurídico

OAB/MT 21.981-B

Testemunhas:

_____

_____

Daniele Menezes Souza Rosy Meire Aranda Nonato

CPF: 017.717.511-77 CPF: 581.847.401-15

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 001/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 001/2020

A Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, nos termos do disposto no Edital do Concurso Público Municipal n° 001/2016, considerando mandato de segurança, e considerando o resultado do Concurso Público Municipal **CONVOCA** os candidatos conforme **ANEXO I** para comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sito a Rua 16 de julho, 815, Bairro Centro, munidos dos documentos originais e cópias:

Carteira de Identidade – RG; Cartão de Cadastro no Ministério da Fazenda – CPF; Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, ou seja, comprovante de votação das eleições 2018; Documento que identifique o número de cadastro no PIS/PASEP, caso possua; Carteira de Trabalho; Título Eleitoral; Comprovante de Residência; Certidão de Nascimento e/ou Casamento (no caso de Certidão de Casamento deverão entregar RG e CPF do cônjuge); Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (acompanhado de Cartão de Vacina para os menores de 06 anos e Comprovante de matrícula para que tem acima de 07 anos e CPF); Prova de estar em dia com o serviço militar, no caso do sexo masculino; Uma foto 3x4; Documento que comprove o grau de escolaridade exigida (histórico e certificado e ou diploma); Conta salário ou corrente no Banco Bradesco – cópia do cartão ou documento que comprove o número da conta ou agência corretamente. Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade (se for o caso); CNH (se for o caso); e, Declaração de não acúmulo de cargos;

17. Não estar em gozo de benefícios junto ao INSS na data limite para admissão.

Não receber proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os casos de acúmulo previstos na Constituição Federal; Não registrar antecedentes criminais ou estar respondendo pelos crimes contra: o Patrimônio, Administração, Fé Pública, os costumes e os previstos na Lei nº 11.343 de 23/08/2006 (tráfico de entorpecentes), comprovado através de Certidão Civil e Criminal. Apresentar declaração de bens. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, avaliada por Médico do Trabalho, contratado pela Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT, para avaliação dos exames complementares previstos no Item 2.3.8.2, além da realização do Exame Admissional.

22. Para a realização do Exame Admissional o candidato deverá apresentar também resultado dos seguintes exames complementares que ficarão anexados no atestado admissional, realizados às suas expensas:

a) Hemograma com contagem de plaquetas;

b) Urina rotina;

c) Glicemia de jejum;

d) TSH;

e) Creatinina;

f) Ureia;

g) Anti-HBS quantitativo;

h) Radiografia lombo sacro, tórax e cervical com laudo;

i) Eletrocardiograma (ECG), com laudo;

j) FAN (Fator Antinuclear);

k) VDRL;

l) Atestado de Sanidade Mental emitido pelo psiquiatra;

A convocação será feita através de Edital publicado oficialmente, ao qual o candidato classificado terá o prazo de 30 (trinta) dias para exercer a função, podendo ser prorrogado por mais 30(trinta) mediante requerimento antes da data de vencimento, com justificativa.

A não apresentação e nem requerimento para prorrogação, nos períodos mencionados acima, implicarão na perda do direito à vaga.

Nova Lacerda – MT, aos 16 dias do mês de março de 2020.

Uilson José da Silva

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2020

ANEXO I

APROVADOS - CONCURSO PÚBLICO 001/2016

ANALISTÁ TRIBUTÁRIO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
214615	PABLO FRANCISCO XAVIER DOS REIS	22/09/1993	68,0	4

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº. 096/2020.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 011/2020 E 012/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

1 – Designar a servidora **GEISA DOS SANTOS SALES,** brasileira,casada, servidora o cargo de Diretora do departamento de compras, inscrito no CPF/MF sob o nº 933.181.031-87, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 011/2020 e 012/2020.

2 – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 16 de março de 2020.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMPROMISSO NACIONAL PELA ERRADICAÇÃO DO SUB-REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO À DOCUMENTAÇÃO BÁSICA TERMO DE ADESÃO (PROCESSO SEI/ MMFDH Nº 00135.201409/2020-78) O MUNICÍPIO

COMPROMISSO NACIONAL PELA ERRADICAÇÃO DO SUB-REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO À DOCUMENTAÇÃO BÁSICA

TERMO DE ADESÃO

(Processo SEI/MMFDH nº 00135.201409/2020-78)

O Município de Nova Marilândia (MT), doravante denominado Município, representado por seu Prefeito, Juvenal Alexandre da Silva, CPF nº 459. 368.209-63, devidamente estabelecido no endereço Av. Tiradentes, 329 - Centro, CEP 78415-000, resolve firmar o presente Termo de Adesão ao Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, nos termos do Decreto nº 10.063, de 14 de outubro de 2019, consideradas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto

O presente Termo tem por objeto a adesão do Município ao Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, conforme previsto no art. 4º do Decreto nº 10.063, de 14 de outubro de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – Das diretrizes a serem observadas

O Município se compromete a observar as diretrizes abaixo:

I. erradicação do sub-registro por meio da realização de ações de mobilização para o registro civil de nascimento;

II. divulgação de orientações sobre a documentação civil básica;

III. ampliação da rede de serviços de registro civil de nascimento e documentação civil básica para alcançar abrangência nacional;

IV. aperfeiçoamento do Sistema Brasileiro de Registro Civil de Nascimento, para garantir a universalização, a informatização, a padronização e a segurança; e

V. ampliação do acesso gratuito ao registro civil de nascimento, ao registro geral e ao Cadastro de Pessoas Físicas, garantida a sustentabilidade dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da operacionalização

O Município se compromete a:

I. Instituir o comitê municipal de articulação para a erradicação do sub-registro civil de nascimento, cuja composição e modo de funcionamento serão objeto de regulamentação própria, com o objetivo de planejar, implementar e monitorar as ações para erradicação do sub-registro civil de nascimento e ampliação do acesso à documentação básica;

II. Realizar ações para o fornecimento de registro civil de nascimento e documentação básica para pelo menos dois dos nove públicos prioritários, respeitando suas especificidades, a saber: povos indígenas, comunidades quilombolas, povos ciganos, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiros, ribeirinhos e outros povos e comunidades tradicionais, população em situação de rua, população em situação de privação de liberdade, trabalhadoras rurais e população LGBTI;

III. Realizar e reportar atividades de busca ativa de crianças e adolescentes sem certidão de nascimento no município, preferencialmente nas escolas públicas;

IV. Demandar ao titular do(s) cartório(s) de registro de pessoas naturais do Município sua interligação ao sistema previsto no Provimento nº 13 da Corregedoria Nacional de Justiça, para assegurar que as crianças **nova marilandense**s nascidas em outros municípios sejam registradas nesse cartório antes da alta hospitalar por meio do sistema interligado:

- Cart. de Paz e Notas de Nova Marilândia - ROSALVA IZIDORO SILQUEIRA MULINARIO

CLÁUSULA QUARTA – Do monitoramento e avaliação

O monitoramento do item IV da Cláusula Terceira será realizado por meio de consulta ao portal Justiça Aberta da Corregedoria Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/corregedoria/justica_aberta/). Para os demais itens, o Município deverá manter os documentos comprobatórios para envio à Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, quando demandados: I) ato de instituição do comitê e atas ou registros de reuniões regulares; II) relatório sobre ações para públicos específicos; III) relatório sobre ações de busca ativa de crianças e adolescentes sem certidão de nascimento.

A pessoa responsável pela operacionalização deste Termo de Adesão e pelo fornecimento da documentação comprobatória é JHON KLEITON NATAL GONÇALVES, CPF 031.315.761-89, telefone (65) 98441-9275 e e-mail coordenadorop.buscaativa@gmail.com.

Nova Marilândia, 16 de março de 2020.

Juvenal Alexandre da Silva

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO 001/2019 EDITAL DE CONVOCAÇÃO 20/2020

O Sr. **JOÃO BRAGA NETO**, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Concurso Público 001/2019, **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s)à comparecer(em) na Sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, situada na Avenida Amos Bernardino Zanchet, 50-E, no prazo de 30 (TRINTA) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

CARGO:74– SECRETARIO ADMINISTRATIVO**– SEDE**

Classif.	NOME
01º	GÉSSIKA FRANCIELLE MARTINS PEREIRA

Nova Maringá - MT, 16 de Março de 2020.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO N 001/2020/CME/NMV-MT

Dispõe sobre a Renovação de Autorização do Centro Municipal de Educação Infantil Reino Encantado para oferecer a Educação Infantil.

O Presidente do Conselho Municipal de Educação de Nova Monte Verde, no uso de suas atribuições legais, mediante a Lei N 9394, a Resolução N 001/2006/CME/NMV, a Resolução Normativa N 001/2014/CME/NMV/MT, a Resolução N 001/2012/CME/NMV/MT.

Considerando o Processo N 002/2019 protocolado neste Conselho Municipal de Educação, objeto da proposta exarada no Parecer N 002/2019/CME/NMV/MT.

E por decisão dos Conselheiros em Sessão Plenária em 19 de fevereiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1 – Renovar a autorização do Centro Municipal de Educação Infantil Reino Encantado para ministrar a primeira etapa da Educação Básica.

Parágrafo Único – A autorização conforme Art. 14 da Resolução Normativa 001/2014/CME/NMV/MT terá vigência de cinco anos, compreendidos entre 07/04/2020 a 07/04/2025.

Art. 2 – Essa resolução entre em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRADA PUBLICADA

CUMPRA-SE

Nova Monte Verde, de 19 de fevereiro de 2020.

Francisco Antonio Sevallo

Presidente do Conselho Municipal de Educação

HOMOLOGO

Elcio Leandro Aparecido

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

RESOLUÇÃO N 002/2020/CME/NMV-MT

Dispõe sobre a Renovação de Autorização da Escola Municipal de Ensino Fundamental Roberto José Ferreira para oferecer o Ensino Fundamental.

O Presidente do Conselho Municipal de Educação de Nova Monte Verde, no uso de suas atribuições legais, mediante a Lei N 9394, a Resolução N 001/2006/CME/NMV, a Resolução Normativa N 001/2014/CME/NMV/MT, a Resolução N 001/2012/CME/NMV/MT.

Considerando o Processo N 003/2019 protocolado neste Conselho Municipal de Educação, objeto da proposta exarada no Parecer N 003/2019/CME/NMV/MT.

E por decisão dos Conselheiros em Sessão Plenária em 19 de fevereiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1 – Renovar a autorização da Escola Municipal de Ensino Fundamental Roberto José Ferreira para ministrar o Ensino Fundamental.

Parágrafo Único – A autorização conforme Art. 14 da Resolução Normativa 001/2014/CME/NMV/MT terá vigência de cinco anos, compreendidos entre 07/04/2020 a 07/04/2025.

Art. 2 – Essa resolução entre em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRADA PUBLICADA

CUMPRA-SE

Nova Monte Verde, de fevereiro de 2020

Francisco Antonio Sevallo

Presidente do Conselho Municipal de Educação

HOMOLOGO

Elcio Leandro Aparecido

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 035/2020

SÚMULA: “DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE-MT”.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Conselheiros do CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável:

Presidente: José Thomaz da Silva Filho

Vice-presidente: Ramilho Miguel do Nascimento

1º Secretario: Claudinei Teixeira da Costa

2º Secretario: Antonio Alves dos Reis

1 - Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura:

Titular: Mário Sérgio Nascimento

Suplente: Claudinei Teixeira da Costa

2 - Representantes do INDEA:

Titular: Marny Alfredo Weiss Rpepp

Suplente: Andréia da Cruz Quintino

3 - Representantes do Sindicato dos Produtores Rurais:

Titular: José Thomaz da Silva

Suplente: André de Andrade de Abreu

4 - Representantes do Banco do Brasil:

Titular: Valdir Picolli

Suplente: Rodrigo Oliveira

5 - Representante da Empaer:

Titular: Ademir Mascarello

6 - Representante do Poder Executivo:

Titular: Cláudio dos Santos Maria

Suplente: Ailton José da Silva Filho

7 - Representantes da Câmara Municipal:

Titular: Francisco Antônio Sevallo

Suplente: Júlio Cesar Paranhos da Silva

8 - Representantes da ACR - Palmital:

Titular: Juvenal da Silva

Suplente: Edvaldo Onofre

9 - Representantes da ACR - Santa Luzia:

Titular: Estanislau Klossoski Neto

Suplente: Genildo da Fonseca Luzini

10 - Representantes da ACR - Associação Comunitária Rural Santa Terezinha:

Titular: Joaquim Pedro de Oliveira

Suplente: Claudemir José Maria

11 - Representantes da ACR - Estrada Mato Grosso:

Titular: Antonio Alves dos Reis

Suplente: Daniel Simões Pato

12 - Representante da ACR - Associação Comunitária Rural Alto Paraíso:

Titular: Ângela Bellover Polachini

Suplente: Edeval Kesting dos Santos

13 - Representantes da ACR - Associação Comunitária Santa Maria I:

Titular: Ramilho Miguel do Nascimento

Suplente: João Amaro Salles

14 - Representantes da AFEMOV:

Titular: Arlindo Paulino

Suplente: Samuel Santos Nascimento

Art. 2º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 16 de março de 2020.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 036/2020

SÚMULA: DESIGNA A SERVIDORA CONTRATADA SIRLEI DE OLIVEIRA DE FARIAS SPLETOZER, PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE FISCAL SANITÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

CONSIDERANDO que o atual fiscal está afastado;

CONSIDERANDO que a Vigilância Sanitária, deverá ser conduzida por seu titular e na sua ausência por um servidor designado para o mesmo fim;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - DESIGNAR A SERVIDORA CONTRATADA SIRLEI DE OLIVEIRA DE FARIAS SPLETOZER, Matrícula 3521, lotada na Secretaria Municipal de Saúde para DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE FISCAL SANITÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Município de Nova Monte Verde, Estado do Mato Grosso.

ARTIGO 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 09 de Março de 2020.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 026 /2020

SÚMULA: NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL

DE NOVA MONTE VERDE - MT

Beatriz de Fátima Sueck Lemes, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidos por Lei;

DECRETA

ARTIGO 1° Fica nomeado para representar e compor o Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social, de Nova Monte Verde – MT biênio 2020/2022, os seguintes membros abaixo relacionados:

Representantes do Governo Municipal:

Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania

Titular – Neura Groch Campos

Suplente – Zenilda Alves dos Santos

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Titular – Lucinei Guilherme Neves

Suplente – Suellen de Pontes Alexandre

c) Secretaria Municipal de Administração

Titular – Claudio dos Santos Maria

Suplente – Natanoel de Oliveira Junior

Titular – Adauto Moreira da Silva – Departamento de Engenharia Civil

Suplente – Diego Oliveira Martins – Departamento de Engenharia Civil

Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos

Titular – Sueli de Jesus Souza dos Santos

Suplente – Dalvan Silva Giroto

Representantes do Legislativo:

Titular – Júlio Cezar Paranhos da Silva

Suplente – Romilton Anacleto Noetzold

Representantes das entidades Civis

Titular – Ademir Mascarello - EMPAER

Titular – Elizabeth Martins Muraro dos Reis – Lions Club

Suplente – Patrícia de Paula Moreira Galvão - Lions Club

Titular – Adelcio Sperber Santana – Igreja Presbiteriana do Brasil

Suplente – Jacira Alves Tavares Janjão – Igreja Presbiteriana do Brasil

Titular – Margarida Pires Rodrigues – Igreja Católica

Suplente – Nair da Silva Mendes – Igreja Católica

ARTIGO 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 109/2017.

Nova Monte Verde/MT, em 20 de Fevereiro de 2020.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NOVA MONTE VERDE - MT

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NOVA MONTE VERDE - MT

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 004/2017 DO PREGÃO 01/2017

CONTRATANTE: PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NOVA MONTE VERDE - MT

CONTRATADA: AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o valor mencionado na Clausula Quinta e prorrogar o prazo da Clausula Quarta do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 004/2017.

VALOR: R$ 12.889,08

VIGENCIA: 01/04/2020 à 31/03/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2020

REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público ***Registro de Preços para futura e eventual*** **aquisição de 01 (um) veículo tipo VAN, ano de fabricação e modelo 2020, á diesel, com capacidade de no mínimo 11 lugares (10 passageiros + motorista), para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Nazaré-MTT,** conforme especificações do edital e anexos**,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **27/03/2020 às 08h30min** (**Horário de Brasília**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Nova Nazaré/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3467.1019, no horário das 07h00min às 13h00min, através do e-mail **licitacaonovanazare@hotmail.com** ou no endereço eletrônico **www.novanazare.mt.gov.br.**

Nova Nazaré-MT, 16 de Março de 2020.

ENOQUE DE SOUSA LIMA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 038 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

"QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria;

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Exonerar, **por motivo de aposentadoria por tempo de serviço a Senhora HELENA PEREIRA RAMOS CARVALHO,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG: n.º 884004- SSP/MT e do CPF: n.º 459.900.341-72, nomeada para o cargo de provimento efetivo de **Professora Magistério** através da Portaria n.º 067/1994 Anexo I de 28/02/1994.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia–MT, 16 de Março de 2020.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 37 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder a **Licença Prêmio por Assiduidade** a servidora pública deste município, **Senhora MARIA DALVA DA SILVA ocupante do CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSORA,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer.

Art. 2º - A licença de que trata o artigo primeiro desta portaria, **será pelo prazo de 03 (três) meses**, considerando como período aquisitivo **2013/2018**, tendo **início em 16 de Março de 2020 e término em 13 de Junho de 2020**, nos termos do artigo 99º da Lei Municipal 775/2008.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT,16 de Março de 2020.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 36 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder a **Licença Prêmio por Assiduidade** a servidora pública deste município, **Senhora CELIA SOARES ocupante do CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSORA,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer.

Art. 2º - A licença de que trata o artigo primeiro desta portaria, **será pelo prazo de 03 (três) meses**, considerando como período aquisitivo **2008/2013**, tendo **início em 16 de Março de 2020 e término em 13 de Junho de 2020**, nos termos do artigo 99º da Lei Municipal 775/2008.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT,16 de Março de 2020.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 006/2020

Dispõe sobre a instituição da comissão organizadora que coordenará a eleição dos membros dos conselhos Curador e Fiscal do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nova Santa Helena / MT – SANTA HELENA - PREVI.

Bruna Maria Procópio Martins Parron, Diretora Executiva do Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Eleitoral que coordenará a eleição dos membros dos Conselhos Curador e Fiscal do SANTA HELENA - PREVI, que será composta pelos seguintes servidores:

1. BRUNA MARIA PRCÓPIO MARTINS PARRON (Presidente)

2. MARTA LUCIA DE OLIVEIRA ARAÚJO (Membro)

3. DILMA APARECIDA GONÇALVES VOINAROSKI (Membro)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Santa Helena/MT, em 09 de março de 2020.

Bruna Maria Procópio Martins Parron

Diretora Executiva

SANTA HELENA - PREVI

SETOR CONTABILIDADE
DECRETO ESPECIAL N° 9/2020

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:	
A Senhora Terezinha Guedes Carrara, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 926/2020, e em consonância com o lei Federal 4320/64.	
DECRETA	
Art.1ª - Abre Credito Adicional Especial ao Orçamento Programa do Exercício de 2020 conforme Art. 41, inc. II da Lei Federal nº 4.320/64 no Valor de R$ 16.673,68 (Dezesseis mil seiscentos e setenta e três reais e sessenta e oito centavos) nas Seguintes Dotações:	
08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.001.10.303.0026.2030.3.3.9.0.32.00.00.00 Material de Distribuição Gratuita	R$ 906,29
08.001.10.301.0026.2027.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	R$ 4.982,50
Sub-Total:R$ 5.888,79	
10.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.001.08.244.0013.2046.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R$ 3.445,00
10.001.08.244.0013.2046.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	R$ 7.339,89
Sub-Total:R$ 10.784,89	
Total Credito Especial Suplementado: R$ 16.673,68	
Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.	
Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 03 de Fevereiro de 2020.	
TEREZINHA GUEDES CARRARA Prefeita Municipal	

SETOR CONTABILIDADE
DECRETO SUPLEMENTAR N° 8/2020

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 912/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1o - Abre Crédito Adicional Suplementar ao orçamento programa do exercício de 2020 em conformidade com o inciso I do artigo 41 da Lei 4. 320/64 no valor de R$ 210.152,78 (Duzentos e Dez mil cento e cinquenta e dois reais e setenta e oito centavos) nas Seguintes Dotações Orçamentarias:

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.12.361.0025.2050.3.3.9.0.39.00.00.00|122000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 43.746,40

07.001.12.361.0021.2013.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 28.004,40

07.001.12.361.0021.2012.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 Material de Consumo R$ 6.246,52

Sub-Total:R$ 77.997,32

07.004-CULTURA, DESPORTO E LAZER

07.004.27.812.0027.2025.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo R$ 5.316,94

07.004.13.392.0020.2024.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 Diarias - Civil R$ 444,16

Sub-Total:R$ 5.761,10

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

08.001.10.302.0026.2028.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 50.905,80

Sub-Total:R$ 50.905,80

10.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.001.08.243.0013.1063.3.3.5.0.41.00.00.00|100000000 CONTRIBUIÇÕES R$ 4.100,00

Sub-Total:R$ 4.100,00

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.001.15.452.0016.2032.3.3.9.0.39.00.00.00|117000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 44.915,24

11.001.04.122.0016.2037.3.3.7.1.70.00.00.00|100000000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS R$ 25.000,00

11.001.04.122.0016.2037.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 Contratação por Tempo Determinado R$ 1.473,32

Sub-Total:R$ 71.388,56

Total Parcial Suplementado: R$ 210.152,78

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos proveniente de anulação parcial ou total de dotações orçamentarias conforme parágrafo 1ª, inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64.

03.001-GABINETE DO PREFEITO

03.001.04.131.0010.2006.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 10.000,00

03.001.04.122.0010.2003.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo R$ 5.000,00

03.001.04.122.0010.2003.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 25.000,00

05.001-GABINETE DA SECRETARIA

05.001.04.123.0010.2009.3.3.9.0.40.00.00.00|100000000 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO R$ 5.000,00

05.001.04.123.0010.2009.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 15.000,00

06.001-GABINETE DA SECRETARIA

06.001.04.122.0010.2011.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 20.000,00

06.001.04.122.0010.2011.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 25.000,00

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.12.361.0025.2016.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 1.000,00

07.001.12.361.0025.2017.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 Material de Consumo R$ 10.000,00

07.001.12.361.0025.2016.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 Material de Consumo R$ 3.000,00

07.001.12.361.0025.2050.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 Material de Consumo R$ 5.000,00

07.001.12.361.0025.2050.3.3.9.0.30.00.00.00|122000000 Material de Consumo R$ 5.000,00

07.001.12.361.0021.2012.4.4.9.0.52.00.00.00|101000000 Equipamentos e Material Permanente R$ 2.000,00

07.001.12.361.0021.2012.4.4.9.0.52.00.00.00|115000000 Equipamentos e Material Permanente R$ 3.000,00

07.001.12.361.0021.2013.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 Material de Consumo R$ 10.000,00

07.001.12.361.0023.1049.4.4.9.0.52.00.00.00|122000000 Equipamentos e Material Permanente R$ 2.000,00

07.001.12.361.0023.1010.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 Obras e Instalacoes R$ 2.000,00

07.001.12.361.0023.1010.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalacoes R$ 3.000,00

Sub-Total:R$ 46.000,00

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

08.001.10.301.0026.2033.4.4.9.0.52.00.00.00|147000000 Equipamentos e Material Permanente R$ 2.000,00

08.001.10.303.0026.2030.3.3.9.0.32.00.00.00|102000000 Material de Distribuição Gratuita R$ 5.000,00

08.001.10.301.0026.2027.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 10.000,00

08.001.10.301.0026.2027.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 10.000,00

08.001.10.305.0026.2029.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 2.000,00

08.001.10.305.0026.2029.3.3.9.0.30.00.00.00|146000000 Material de Consumo R$ 1.000,00

08.001.10.301.0006.1034.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 Equipamentos e Material Permanente R$ 1.000,00

08.001.10.301.0006.2026.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 Material de Consumo R$ 10.000,00

08.001.10.301.0006.2026.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$ 10.000,00

08.001.10.301.0026.2027.3.3.9.0.30.00.00.00|146000000 Material de Consumo R$ 5.000,00

08.001.10.301.0026.2027.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 Material de Consumo R$ 5.000,00

08.001.10.301.0006.2043.3.3.7.1.70.00.00.00|146000000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIOS PUBLICOS R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 62.000,00

09.001-GABINETE DA SECRETARIA

09.001.20.608.0032.2035.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente R$ 2.000,00

09.001.20.608.0032.2035.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo R$ 5.000,00

09.001.20.608.0032.2035.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$ 3.000,00

Sub-Total:R$ 10.000,00

10.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.001.08.244.0013.2036.3.3.9.0.32.00.00.00|100000000 Material de Distribuicao Gratuita R$ 1.152,78

10.001.08.244.0013.2046.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 Material de Consumo R$ 5.000,00

10.001.08.243.0013.2045.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 7.152,78

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.001.04.122.0016.2037.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 20.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 210.152,78

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 03 de Fevereiro de 2020.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 020/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 020/2020

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/001-18.

PARTE CONTRATADA: empresa**ROMA COMERCIO DE COMBUSTIVÉL LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º **24.597.290/0001-60**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA-MT.

VIGÊNCIA: 13/03/2020 até 13/04/2020.

VALOR: **R$: 129.852,38**

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA **LEVINO RODRIGUES PUGAS:** - Contratada.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0872020

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a Srª **JESSICA APARECIDA PINTO PRADO,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2313982-0 SSP/MT e do CPF nº. 704.358.261.07 para exercer o cargo de **TÉCNICA EM ENFERMAGEM**, aprovada pelo Concurso Público Municipal nº. 001/2018, homologado em 22 de março de 2.019, o qual será lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 16 de março de 2020.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 16/03/2020 à 16/04/2020.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROFESSOR I- JAKELINE DUARTE DE OLIVEIRA

Nova Santa Helena/MT, 16 de março de 2.020.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

A Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Exma. Senhora Terezinha Guedes Carrara, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo 002/2019** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 13 de janeiro de 2.019, vem à presença de V. Senhoria. nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **PROFESSOR I**, CONVOCÁ-LO a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra do Processo Seletivo Simplificado, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) cópia autenticada;

2. CPF - 1 (uma) cópia autenticada;

3. Título eleitoral 1 (uma) cópia autenticada;

4. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) cópia autenticada (se candidato do sexo masculino);

5. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. Disponível em: http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-d...,

6. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

7. Carteira de Trabalho e Previdência Social- 1 (uma) cópia;

8. Comprovante de endereço- 1 (uma) cópia

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos, 1 (uma) cópia autenticada;

10. Certidão de nascimento ou casamento - 1 (uma) cópia autenticada;

11. Certidão de nascimento e CPF dos Dependentes - 1 (uma) cópia autenticada;

12. Comprovante de Frequência Escolar e da Carteira de Vacinação dos dependentes até 14 (quatorze) anos- 1 (uma) cópia

13. Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em: https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa... http://portal.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/

14. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

15. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

16. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

17. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

18. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

19. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

20. 1 (uma) foto 3x4 recente;

21. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

22. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema e-social do Governo Federal. Disponível em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail pessoal.

24. O(a) candidato(a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado(a) eliminado(a) do Processo Seletivo Simplificado.

25. Após a posse, o(a) candidato(a) será lotado(a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

Ao (a) Ilustríssimo (a) Senhor (a)

JAKELINE DUARTE DE OLIVEIRA, RG 2046654-4 SSP/MT

(66) 669.8433.7479 NOVA SANTA HELENA – MT.

CIENTE: .....

EM_____/_____/_____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2020

SANTA HELENA-PREVI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2020

A Diretora Executiva do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Municipal de Nova Santa Helena / MT – **SANTA HELENA-PREVI**, no uso de suas atribuições legais, convoca todos os servidores **EFETIVOS / ESTÁVEIS / INATIVOS** a participarem de Assembléia Geral a ser realizada na CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, no dia 24 de março de 2020, com primeira chamada às 19:00 horas, com a presença da maioria simples dos servidores e, em segunda chamada, 30 (trinta) minutos após a primeira, com qualquer número de participantes, para deliberar a seguinte ordem do dia:

1. Eleição de 06 membros para compor o CONSELHO CURADOR do SANTA HELENA-PREVI, sendo 04 efetivos e 02 suplentes;

2. Eleição de 05 membros para compor o CONSELHO FISCAL do SANTA HELENA-PREVI, sendo 03 efetivos e 02 suplentes;

3. Explanação sobre a Reforma da Previdência. (novas regras)

A eleição será coordenada por Comissão instituída por ato e se procederá por aclamação dos presentes.

NOVA SANTA HELENA / MT, 10 / 03 / 2020.

Bruna Maria Procópio Martins Parron

Diretora Executiva

SANTA HELENA - PREVI

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PORTARIA Nº. 068/2020

PORTARIA Nº. 068/2020

DATA: 03 DE FEVEREIRO DE 2020

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. NOMEAR a Sra. **LARISSA CAROLINE RONNAU DA SILVA,** portador da Cédula de Identidade RG nº 2395556-2 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 047.074.01-63 para o cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA- PEDAGOGIA,** na sede, classificado (a) em 14º lugar no Concurso Público Municipal nº. 001/2019 lotado na Secretaria Municipal de Educação.

ART.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 03 de fevereiro de 2020.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº. 007/2020 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

ESTADO DE MATO GROSSO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº. 007/2020

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

DATA: 16 de Março de 2020

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Nova Ubiratã Sr. Valdenir José dos Santos, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2019;

RESOLVE:

ART. 1º. CONVOCAR os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2019 para comparecerem junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã-MT no horário das 07:00 às 13:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, munidos dos documentos pessoais e profissionais, dos exames médicos obrigatórios conforme Art. 15 do referido Edital, para fins de nomeação, posse e exercício (anexo I).

ART. 2º. Os candidatos aprovados e classificados que estão sendo convocados terão 07 (sete) dias úteis contados da publicação deste edital de convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo, conforme item 15.6 do Edital.

01. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ESCOLA M. TANCREDO NEVES

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 30H/SEM.

ENSINO SUPERIOR – LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

CADASTRO RESERVA

	CANDIDATO (A)	PONTUAÇÃO PROVA	RESULTADO
8º	Oneide Benedita Florentino de Melo	5,5	CLASSIFICADO
9º	Clarice Rodrigues de Oliveira	5,5	CLASSIFICADO

10º	Ana Paula Guimarães	5,5	CLASSIFICADO
11º	Lurdinha Pereira Araújo	5,0	CLASSIFICADO

CENTRO MUNICIPAL DE EDUC. INFANTIL DOIS PINHEIRO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 30H/SEM.

ENSINO SUPERIOR – LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

	CANDIDATO (A)	**PONTUAÇÃO PROVA**	**RESULTADO**
7º	Maria Keyla Jappe	6,0	CLASSIFICADO

Nova Ubiratã, MT – 16 de Março de 2020.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA POSSE PROCESSO SELETIVO

a) 01 foto 3x4 recente. b) Email do candidato c) Telefone de contato d) Fotocópias Legível (copias não legível serão recusadas e não terá continuidade do recebimento de Documentos)

I. CPF, RG (na mesma página),

II. Título de Eleitor, Certificado de reservista para o sexo masculino.

III. Certidão de Nascimento ou Casamento. (Cópia do CPF do Cônjuge)

IV. Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos.

V. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (certificado ou declaração de conclusão, devidamente contendo o carimbo e assinatura da instituição) e documento profissional (*Habilitação, CREA, CREF, ETC, caso seja necessário)*.

VI. Cartão de vacina de filhos menores de 06 anos.

VII. Carteira de Trabalho (pag contendo foto e verso da pag na mesma folha)

VIII. PIS/PASEP.

IX. Cartão de conta corrente no Banco Brasil;

X. Certidão de quitação eleitoral, civil e criminal.

XI. Comprovante de Residência em nome do Candidato.

XII. Carteira Nacional de Habilitação, para o cargo solicitado.

XIII. Carteira do Registro de inscrição no Conselho Regional para o cargo solicitado.

c) Originais:

I. Declaração de bens (conforme o modelo II em Anexo)

II. Declaração de não acúmulo de cargo público. (Conforme o modelo I em Anexo)

III. Exame Admissional realizado pelo Médico do Trabalho.

15.7. O candidato deverá manter atualizado seu endereço, bem como o número do telefone para contato.

15.8. O não atendimento dentro do prazo estipulado na convocação ou a manifestação por escrito de desistência implicará a exclusão definitiva do candidato deste Teste Seletivo, sem qualquer alegação de direitos futuros.

15.9. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo, nomeada pelo Município de Nova Ubiratã, havendo necessidade pela Procuradoria Jurídica do Município, tornando a decisão de caráter público.

MODELO I D E C L A R A Ç Ã O

Eu, ********** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. **********inscrito (a) no CPF sob o n° **********, declaro para devidos fins e efeitos legais sob as penas da lei que, **NÃO** possuo acumulo de cargo público, com cargo incompatível entre as funções exercidas.

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Nova Ubiratã/MT, ******* de ******** de 2020.

_____

****

MODELO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu ********** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. ********** inscrito (a) no CPF sob o n° **********, residente e domiciliado neste município de Nova Ubiratã/MT, em cumprimento ao que determina a Lei Federal nº. 8.429 de 2 de junho de 1992, em seu Artigo 13, § 1º, DECLARA que:

Descrever o Bens e valores e se não tiver bens descrever “Não possuo bens em meu nome”

Por ser verdade e para que surta os efeitos legais, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Nova Ubiratã/MT, ******* de ******** de 2020.

_____

****

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 219/2020

PORTARIA N.º 219/2020

Dispõe sobre a concessão de ***licença prêmio por assiduidade*** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 90 (noventa) dias de ***licença prêmio por assiduidade*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Ângelo Aparecido Marin**, Professor, Matrícula Funcional 964, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 22/8/2013 a 21/8/2018.

Parágrafo único. A *licença prêmio por assiduidade* de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 1/3/2020 a 29/5/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 4 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

14º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2019

14º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2019

O Município de Nova Xavantina CONVOCA candidato (a) classificado (a) no Processo Seletivo Simplificado 01/2019, em razão da desistência da licença maternidade de Danielle Fonseca da Silva, para comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação deste edital na Gerência de Gestão de Pessoas na Sede da Prefeitura Municipal, apresentando documentação necessária para contratação, conforme descrito no edital de abertura do certame.

CARGO: TÉCNICO EDUCACIONAL EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL – TEDI

ORD.	N° DE INSCRIÇÃO	NOME
30	**176**	**SUZANA RODRIGUES DE OLIVEIRA**

Informamos que o candidato que não tiver interesse em assumir compareça na Gerência de Gestão de Pessoas para assinar o termo de desistência.

Será considerado desistente e perdendo a vaga respectiva, o candidato aprovado e/ou Classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital e/ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Município de Nova Xavantina/MT, convocar o candidato classificado na colocação subseqüente.

Nova Xavantina-MT, 16 de março de 2020.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA

Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 40/2020.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 40/2020.

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de Direito Publico Interno, sediada no Paço Municipal, na Avenida Expedição Roncador Xingu, nº 249, inscrita no CNPJ 15.024.45/0001-73, representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. **JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA**, brasileiro, casado, inscrito (a) no CPF/MF nº. 282.509. 151.00 e no RG nº. 1.392.532 SSP/GO,, ora denominado CONTRATANTE e do outro lado (a) Sr (a) **ELISANGELA MARTINS GONTIJO,** brasileiro(a), **matricula funcional nº 4431,** inscrito(a) no CPF/MF nº 006.596. 841.79 e no RG n.º 13221112 **SSP /**MT, neste ato denominado contratado(a), na qualidade de **TÉCNICO EDUCACIONAL EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL**, detentores do contrato celebrado entre si em **05 de março de 2020**, resolvem celebrar o 1º Termo Aditivo ao contrato nº **40/2020:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Tendo em vista a necessidade de adequação do contrato 40/2020, a contratada passara a desempenhar suas funções em substituição à escala de licença premio de servidores efetivos.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÕES

2.1. Ficam inteiramente ratificadas em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais, no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente TERMO, que fica fazendo parte integrante e inseparável do Contrato nº **40/2020.**

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Nova Xavantina-MT, 13 de março de 2020.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA

Prefeito Municipal

ELISANGELA MARTINS GONTIJO

Contratado (a)

Testemunhas: 1._____ 2. _____

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.723, DE 16 DE MARÇO DE 2020

DECRETO N.º 3.723, DE 16 DE MARÇO DE 2020

Aprova o desmembramento de área de terras e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislação que trata da matéria;

- considerando o disposto na **Certidão 018/2020 – favorável ao desmembramento**, que integra o presente Decreto, da lavra do Engenheiro Civil - Edbert Moreira Júnior – CONFEA RN. n.º 260.136.459-9; **Decreta**:

Art. 1º Fica aprovado o **desmembrado de parte de um lote de terras, bairro Primitivo, setor Nova Brasília, nesta cidade de nova Xavantina – MT, com área de 375,00m² (seiscentos metros quadrados), locado sob o n.º 24 (vinte e quatro) da quadra 19 (dezenove),** devidamente Ma-

triculado sob n.º 15.859 – 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, de propriedade de ***Jesus Gonçalves Dias***, portador do CI/RG n.º 1569578-DGPC/GO, inscrito no CPF sob o n.º 333.059.191-91, nesta cidade, que passam a ser assim descritos e caracterizados:

I – lote desmembramento: 01 (um) lote urbano, com área de 187,50m², denominado de **Lote 24-A da Quadra 19**, nesta cidade, de **Elionaldo Morais de Lucena**, portador(a) do CI/RG n.º 15.021.003-SSP/MG, inscrito(a) no CPF sob o n.º 066.906.846-28, residente e domiciliado(a) em Nova Xavantina – MT, com os seguintes limites e confrontações: frente para a Rua Anchieta, medindo 7,50 metros, lado direito para o lote 24, medindo 25,00 metros, lado esquerdo para o lote 01, medindo 25,00 metros e fundo para o lotem 03, medindo 7,50 metros;

II – lote remanescente: 01 (um) lote urbano, com área de 187,50m², denominado de **Lote 24 da Quadra 19**, nesta cidade, de propriedade de **Jesus Gonçalves Dias**, já qualificado(a) no *caput* deste artigo, com os seguintes limites e confrontações: frente para a Rua Anchieta, medindo 7,50 metros, lado direito para o lote 23, medindo 25,00 metros, lado esquerdo para o lote 24-A, medindo 25,00 metros e fundo para o lote 03, medindo 7,50 metros.

Parágrafo único. Integra o presente Decreto, memoriais descritivos, mapas, ART 23222505 da lavra de Munyky C. Barzotto – CREA-MT 037226.

Art. 2º Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá o desmembramento, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 3º Deverá a Gerência de Tributação e Arrecadação adotar as medidas necessárias para anotação do desmembramento, inclusive, quanto a índice cadastral.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de março de 2020

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.722, DE 9 DE MARÇO DE 2020.

DECRETO N.º 3.722, DE 9 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal **Lindomar Francisco de Souza**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 1054, da Classe/Nível A/05 para a Classe/Nível A/06, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo 1/3/2017 a 1/3/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.721, DE 9 DE MARÇO DE 2020.

DECRETO N.º 3.721, DE 9 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal **João Felix Barbosa**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 465, da Classe/Nível A/05 para a Classe/Nível A/06, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo 1/3/2017 a 1/3/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.720, DE 9 DE MARÇO DE 2020.

DECRETO N.º 3.720, DE 9 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal **Francisca Ferreira da Silva Maracaipe**, Atendente, Matrícula Funcional 1085, da Classe/Nível A/05 para a Classe/Nível A/06, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo 8/3/2017 a 7/3/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.719, DE 9 DE MARÇO DE 2020.

DECRETO N.º 3.719, DE 9 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Progressão Funcional*** a servidora pública municipal **Sonia Teresa de Almeida Mantelli**, Professora, Matrícula Funcional 3851, da Classe/Nível C/02 para a Classe/Nível C/03, período aquisitivo de 6/3/2017 a 5/3/2020, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.718, DE 9 DE MARÇO DE 2020.

DECRETO N.º 3.718, DE 9 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Progressão Funcional*** a servidora pública municipal **Ilma Batista da Silva**, Professora, Matrícula Funcional 3384, da Classe/Nível C/02 para a Classe/Nível C/03, período aquisitivo de 13/3/2017 a 12/3/2020, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.717, DE 9 DE MARÇO DE 2020.

DECRETO N.º 3.717, DE 9 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Progressão Funcional*** a servidora pública municipal **Carla Graciela Gomes da Silva**, Auxiliar de Educação Infantil – não profissionalizada, Matrícula Funcional 3850, da Classe/Nível B/02 para a Classe/Nível B/03, período aquisitivo de 5/3/2014 a 4/3/2020, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.716, DE 9 DE MARÇO DE 2020.

DECRETO N.º 3.716, DE 9 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Progressão Funcional*** a servidora pública municipal **Blena Oliveira Rodrigues**, Professora, Matrícula Funcional 3854, da Classe/Nível C/02 para a Classe/Nível C/03, período aquisitivo de 6/3/2017 a 5/3/2020, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.715, DE 4 DE MARÇO DE 2020

DECRETO N.º 3.715, DE 4 DE MARÇO DE 2020

Aprova o desdobramento de área de terras e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislação que trata da matéria;

- considerando o disposto nas **Certidões 112/2019 e 017/2020 – favoráveis ao desdobramento**, que integram o presente Decreto, da lavra do Engenheiro Civil - Edbert Moreira Júnior – CONFEA RN. n.º 260.136.459-9; **Decreta**:

Art. 1º Fica aprovado o **desdobramento de uma área de terras, situada no setor Nova Brasília, perímetro urbano desta cidade e comarca de Nova Xavantina, com superfície de 5.000,00m²,** devidamente Matriculado sob n.º 14.272 – 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, de propriedade de ***Ademilta Pereira de Sousa***, portadora do CI/RG n.º 512824-2-SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 327.558.131-72, nesta cidade, que passam a ser assim descritos e caracterizados:

I – desdobramento 1: 01 (uma) área de terras, situada no setor Nova Brasília, perímetro urbano desta cidade e comarca de Nova Xavantina - MT, com superfície de 160,00m² (cento e sessenta metros quadrados), designada como parte 1 (um), sendo desdobrada da área de chácara de 5. 000,00m², Matrícula nº **14.272**, de **Ademilta Pereira de Souza**, já qualificada no *caput* deste artigo, com os seguintes limites e confrontações: descrição da área da parte 01: inicia-se a descrição no vértice **M-01**, de coordenadas **N= 8.379.775,783m E= 353.360,658 e Alt= 275,05m**, situado no limite da AV. Guaranta com o limite do Reinaldo Borges da Silva; deste, segue confrontando com a AV. Guaranta no azimute verdadeiro de 188º 12' 31'' e distância de 8,00m até o vértice **M-05**, de coordenadas **N= 8. 379.682,89m e E= 353.401,54 e Alt= 275,60m**, situado no limite da AV. Guaranta com o limite da parte 01; deste, segue confrontando com a parte 02 no azimute verdadeiro de 274º 85' 56'' e distância de 20,00m até o vértice **M-06**, de coordenadas **N= 8.379.684,75m e E= 353.373,35m e Alt= 274,00m**, situado no limite da parte 01 com o limite da parte 02; deste segue confrontando com a parte 02 no azimute verdadeiro de 29º 45' 16'' e distância de 8,00m até o vértice **M-07**, de coordenadas **N= 8.379. 673,66m e E= 353.373,29m e Alt= 275,89m**, situado no limite da parte 01 com o Reinaldo Borges da Silva; deste segue confrontando com o Reinaldo Borges da Silva no azimute 274º 85' 56'' e distância de 20,00m até o vértice **M-01**ponto inicial da descrição da Área. As coordenadas aproximadas estão georreferênciadas ao sistema Geodésico Brasileiro, e encontra-se representadas no sistema UTM, referenciadas no Meridiano Centra **51º WGr**, tendo como datum o **SIRGAS** 2000. Todos os azimutes verdadeiros, distâncias e áreas foram calculadas no plano de projeção UTM;

II – desdobramento 2: 01 (uma) área de terras, situada no setor Nova Brasília, perímetro urbano desta cidade e comarca de Nova Xavantina - MT, com superfície de 4.840,00m² (quatro mil oitocentos e quarenta metros quadrados), designada como parte 2 (dois), da área de chácara de 5. 000,00m², Matrícula nº **14.272**, de **Ademilta Pereira de Souza**, já qualificada no *caput* deste artigo, com os seguintes limites e confrontações: Descrição da área da parte 02: Inicia-se a descrição no vértice **M-05**, de coordenadas **N= 8.379.682,89m e E= 353.401,54 e Alt= 275,60m**, situado no limite da AV. Guaranta com o limite da parte 01; deste, segue confrontando com a AV. Guaranta no azimute verdadeiro de 188º 12' 31'' e distância de 68,98m até o vértice **M-02**, situado no limite da AV. Guaranta com o Lote 02 da Quadra 27 pertencente ao município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso; deste, segue confrontando com o Lote 02 da Quadra 27 no azimute verdadeiro de 106º 16' 00'' e distância de 42,69m até o vértice **M-03**, situado no limite da AV. 14 de Abril (Antiga AV. A) com o Lote 02 da Quadra 27; deste, segue confrontando com a AV. 14 de Abril (Antiga AV. A) no azimute verdadeiro de 29º 48' 03'' e distância de 93,54m até o vértice **M-04**, situado no limite da AV. 14 de Abril (Antiga AV. A) com o Reinaldo Borges da Silva; deste, segue confrontando com Reinaldo Borges da Silva no azimute verdadeiro de 275º 17' 01'' e distância de 59,48m até o vértice **M-07**, com coordenadas **N= 8.379.673,66m e E= 353.373,29m e Alt= 275,89m**, situado no limite da parte 01 com o Reinaldo Borges da Silva; deste, segue confrontando com a parte 01 no azimute verdadeiro de 29º 45' 16'' e distância de 8,00m até o vértice **M-06**, com coordenadas **N= 8. 379.684,75m e E= 353.373,35m e Alt= 274,00m**, situado no limite da parte 01 com a parte 02; deste segue confrontando com o parte 02 no azimute verdadeiro de 274º 85' 56'' e distância de 20,00m até o vértice **M-05** ponto inicial da descrição da Área. As coordenadas aproximadas estão georreferênciadas ao sistema Geodésico Brasileiro, e encontra-se representadas no sistema UTM, referenciadas no Meridiano Central **51º WGr**, tendo como datum o **SIRGAS 2000**. Todos os azimutes verdadeiros, distâncias e áreas foram calculadas no plano de projeção UTM.

§ 1º Integra o presente Decreto, memoriais descritivos, mapas, ART 3299705 da lavra de Marcelo Genevro – RNP 1218337141.

§ 2º Para fins de cadastramento junto ao Sistema da Gerência de Tributação e Arrecadação da Prefeitura Municipal, de acordo com as Certidões do Engenheiro do município, ficam às áreas de que trata o *caput* deste artigo, com as seguinte designações:

I – Desdobramento 1 – designada por lote "05A", com 160,00m² (8,0x20,0m), inscrição municipal nº. 001.04.027.05A.001;

II – Desdobramento 2 – designada por "05", de 4.840,00m², inscrição municipal nº. 001.04.027.05.001.

Art. 2º Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá o desdobramento, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 3º Deverá a Gerência de Tributação e Arrecadação adotar as medidas necessárias para anotação do desdobramento, inclusive, quanto a índice cadastral.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n. º 3.635/2019.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 4 de março de 2020

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2.020.

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2.020.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar TOMADA DE PREÇOS – objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS: DEUS É AMOR, IVO GARCIA E JR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS INTEGRANTES DO EDITAL, data de abertura dos envelopes 02/04/2.020, às 9h00 (horário de Brasília), no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – centro – St. Xavantina. Os Interessados se dirigirem a Comissão de Licitações no endereço supracitado e/ou através do e-mail: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br ou site: https://novaxavantina.mt.gov.br/licitacoes/tomada-... ou ainda pelo telefone (66) 3438-3362.

Nova Xavantina – MT, 16 de março de 2.020.

Walmir Arruda COSTA

Presidente da CPL

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 254/2020

PORTARIA N.º 254/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Iracema Gomes da Silva**, Agente Comunitária de Saúde, Matrícula Funcional 1960, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/1/2016 a 2/1/2017.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 13/4/2020 a 12/5/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 12 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 253/2020

PORTARIA N.º 253/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Luciana Antunes Fernandes de Souza**, Fisioterapeuta, Matrícula Funcional 3612, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1/4/2019 a 31/3/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 3/4/2020 a 17/4/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 12 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 252/2020

PORTARIA N.º 252/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Petrossian Batista Lessa**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4356, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 21/2/2019 a 20/2/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 13/4/2020 a 2/5/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 12 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 250/2020

PORTARIA N.º 250/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Etelvina Ponto Ribeiro**, Atendente, Matrícula Funcional 3897, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 5/5/2018 a 4/5/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 10/4/2020 a 9/5/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 249/2020

PORTARIA N.º 249/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Sandra Maria Honostório Pricinote**, Atendente, Matrícula Funcional 645, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 10/4/2019 a 9/4/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 16/4/2020 a 31/4/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 248/2020

PORTARIA N.º 248/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Maria Aparecida dos Santos Xavier Lopes**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 4125, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 18/7/2018 a 17/7/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 1/4/2020 a 1/5/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 247/2020

PORTARIA N.º 247/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Antônio Alves de Freitas**, Motorista de Veículo de Emergência, Matrícula Funcional 4276, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 5/6/2018 a 5/6/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 10/4/2020 a 30/4/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 246/2020

PORTARIA N.º 246/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Geralda de Souza e Silva**, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula Funcional 35, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1/8/2018 a 20/8/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 6/4/2020 a 5/5/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 245/2020

PORTARIA N.º 245/2020

Dispõe sobre o indeferimento de readaptação de função e licença médica e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores, de acordo com o Decreto n.º 3.109, de 22 de janeiro de 2017 que *Regulamenta os procedimentos para a realização de Perícias Médicas dos servidores públicos civis do Município de Nova Xavantina – MT, e dá outras providências* e demais legislação que trata da matéria; **resolve:**

Art. 1º De acordo como resultado final do *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 06 de março de 2020, pelo médico Marcus Nunes– CRM-MT 4407 SBOT 8975, **indeferir pedido de readaptação de função e de licença médica** da(o) servidor(a) público(a) municipal **Nilva de Jesus Nunes**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 742, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O(a) servidor(a) público(a) municipal de que trata o *caput* deste artigo, de acordo com *Laudo de Inspeção de Saúde* foi considerada *Capaz/apto*.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 244/2020

PORTARIA N.º 244/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais,*

das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Mirian Ferreira dos Santos**, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 590, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 10/2/2016 a 9/2/2017.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 11/3/2020 a 20/3/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 243/2020

PORTARIA N.º 243/2020

Dispõe sobre a nomeação de fiscais e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 005/2020**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Globalcenter Mercantil Eireli-li***que tem por objeto o *registro de preços para futura e eventual aquisição de material elétrico e outros para manutenção dos prédios públicos, para suprir as necessidades da Administração Pública municipal de Nova Xavantina - MT* - **Pregão Presencial nº 001/2.020**, resolve:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, para atuar na fiscalização da **Ata de Registro de Preços nº 005/2020**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Antônio Rodrigues de Oliveira, Pedreiro, Matrícula Funcional 164;

II – Claudete Maria Oliveira, Assistente Administrativo, Matrícula funcional 4376;

III – Edson Francisco Farias, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 177,

IV – Ellen Cristina Rosa da Cruz, Nutricionista, Matrícula Funcional 3694;

V – Moises Correia de Oliveira, Motorista, Matrícula Funcional 3668;

VI – Adriano Dias de Souza, Apoio Administrativo Educacional, Matrícula Funcional 3327;

VII – Sheila Pereira Costa, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 3606;

VIII – Dilson Lucas Fernandes Silva, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4293;

IX – Washington Sousa Bispo, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4104;

X – Murilo Passarelli, Biólogo, Matrícula Funcional 3909;

XI – Suzete Madair Rosa Miranda, Agente Administrativa, Matrícula Funcional 3618;

XII – Eduardo Celestino Barbosa, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 80;

XIII – Luiz Carlos da Silva Cordeiro, Agente de Vigilância, Matrícula Funcional 1175;

XIV – Verônica Luz de Sousa, Assistente Administrativa, Matrícula Funcional 4260;

XV – Airson Caetano de Moura, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 810.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 005/2020** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 6 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 242/2020

PORTARIA N.º 242/2020

Dispõe sobre a nomeação de fiscais e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 004/2020**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Master Led Materiais Elétricos e Construções Eirelli - ME***que tem por objeto o *registro de preços para futura e eventual aquisição de material elétrico e outros para manutenção dos prédios públicos, para suprir as necessidades da Administração Pública municipal de Nova Xavantina - MT* - **Pregão Presencial nº 001/2.020**, resolve:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, para atuar na fiscalização da **Ata de Registro de Preços nº 004/2020**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Antônio Rodrigues de Oliveira, Pedreiro, Matrícula Funcional 164;

II – Claudete Maria Oliveira, Assistente Administrativo, Matrícula funcional 4376;

III – Edson Francisco Farias, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 177,

IV – Ellen Cristina Rosa da Cruz, Nutricionista, Matrícula Funcional 3694;

V – Moises Correia de Oliveira, Motorista, Matrícula Funcional 3668;

VI – Adriano Dias de Souza, Apoio Administrativo Educacional, Matrícula Funcional 3327;

VII – Sheila Pereira Costa, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 3606;

VIII – Dilson Lucas Fernandes Silva, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4293;

IX – Washington Sousa Bispo, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4104;

X – Murilo Passarelli, Biólogo, Matrícula Funcional 3909;

XI – Suzete Madair Rosa Miranda, Agente Administrativa, Matrícula Funcional 3618;

XII – Eduardo Celestino Barbosa, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 80;

XIII – Luiz Carlos da Silva Cordeiro, Agente de Vigilância, Matrícula Funcional 1175;

XIV – Verônica Luz de Sousa, Assistente Administrativa, Matrícula Funcional 4260;

XV – Airson Caetano de Moura, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 810.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 004/2020** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 6 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 241/2020

PORTARIA N.º 241/2020

Dispõe sobre a nomeação de fiscais e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 003/2020**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Ivan Guia Lemos da Silva & Cia Ltda***que tem por objeto o *registro de preços para futura e eventual aquisição de material elétrico e outros para manutenção dos prédios públicos, para suprir as necessidades da Administração Pública municipal de Nova Xavantina - MT* - **Pregão Presencial nº 001/2.020**, resolve:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, para atuar na fiscalização da **Ata de Registro de Preços nº 003/2020**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Antônio Rodrigues de Oliveira, Pedreiro, Matrícula Funcional 164;

II – Claudete Maria Oliveira, Assistente Administrativo, Matrícula funcional 4376;

III – Edson Francisco Farias, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 177,

IV – Ellen Cristina Rosa da Cruz, Nutricionista, Matrícula Funcional 3694;

V – Moises Correia de Oliveira, Motorista, Matrícula Funcional 3668;

VI – Adriano Dias de Souza, Apoio Administrativo Educacional, Matrícula Funcional 3327;

VII – Sheila Pereira Costa, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 3606;

VIII – Dilson Lucas Fernandes Silva, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4293;

IX – Washington Sousa Bispo, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4104;

X – Murilo Passarelli, Biólogo, Matrícula Funcional 3909;

XI – Suzete Madair Rosa Miranda, Agente Administrativa, Matrícula Funcional 3618;

XII – Eduardo Celestino Barbosa, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 80;

XIII – Luiz Carlos da Silva Cordeiro, Agente de Vigilância, Matrícula Funcional 1175;

XIV – Verônica Luz de Sousa, Assistente Administrativa, Matrícula Funcional 4260;

XV – Airson Caetano de Moura, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 810.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 003/2020** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 6 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO Nº 009/2.020.

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO Nº 009/2.020.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar PREGÃO ELETRÔNICO - objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Á Partir do dia 17/03/2.020 às 12h00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF); DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: Á partir do dia 30/03/2.020 às 08h00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF); DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: Á partir do dia 30/03/2.020 às 8h59 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF); INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Á partir do dia 30/30/2.020 às 9h00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF). ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bll.org.br O EDITAL e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico mencionado e sites https://novaxavantina.mt.gov.br/licitacoes/pregao-... e www.bll.org.br . Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame pelo e-mail: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br e/ou site https://novaxavantina.mt.gov.br/editais-de-licitac...

Nova Xavantina – MT, 16 de março de 2.020.

Walmir Arruda Costa Pregoeiro Oficial.

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 240/2020

PORTARIA N.º 240/2020

Dispõe sobre a nomeação de fiscais e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 002/2020**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Coxipó Materiais Elétricos Ltda***que tem por objeto o *registro de preços para futura e eventual aquisição de material elétrico e outros para manutenção dos prédios públicos, para suprir as necessidades da Administração Pública municipal de Nova Xavantina - MT* - **Pregão Presencial nº 001/2.020**, resolve:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, para atuar na fiscalização da **Ata de Registro de Preços nº 002/2020**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Antônio Rodrigues de Oliveira, Pedreiro, Matrícula Funcional 164;

II – Claudete Maria Oliveira, Assistente Administrativo, Matrícula funcional 4376;

III – Edson Francisco Farias, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 177,

IV – Ellen Cristina Rosa da Cruz, Nutricionista, Matrícula Funcional 3694;

V – Moises Correia de Oliveira, Motorista, Matrícula Funcional 3668;

VI – Adriano Dias de Souza, Apoio Administrativo Educacional, Matrícula Funcional 3327;

VII – Sheila Pereira Costa, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 3606;

VIII – Dilson Lucas Fernandes Silva, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4293;

IX – Washington Sousa Bispo, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4104;

X – Murilo Passarelli, Biólogo, Matrícula Funcional 3909;

XI – Suzete Madair Rosa Miranda, Agente Administrativa, Matrícula Funcional 3618;

XII – Eduardo Celestino Barbosa, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 80;

XIII – Luiz Carlos da Silva Cordeiro, Agente de Vigilância, Matrícula Funcional 1175;

XIV – Verônica Luz de Sousa, Assistente Administrativa, Matrícula Funcional 4260;

XV – Airson Caetano de Moura, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 810.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 002/2020** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 6 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 239/2020

PORTARIA N.º 239/2020

Dispõe sobre a nomeação de fiscais e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o **Contrato 002/2.020**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Diego Morello EPP***que tem por objeto o *contratação de empresa especializada para execução dos serviços de pavimentação asfáltica para recuperação de ruas e avenidas, conforme especificações do projeto e memorial descritivo e planilhas integrantes do edital* – ***Tomada de Preços nº 001/2.020***, resolve:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, para atuar na fiscalização do **Contrato 002/2.020**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Edbert Moreira Júnior, Engenheiro Civil, Matrícula Funcional 3956;

II – Claudete Maria Oliveira, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4376;

III – Aluísio Bairros, Operador de Máquinas, Matrícula Funcional 716.

Art. 2º *Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do* **Contrato 002/2.020** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 6 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 238/2020

PORTARIA N.º 238/2020

Dispõe sobre a nomeação de fiscal de contrato e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o **Contrato de Fornecimento nº 001/2.020**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Mega Musicproduções Artísticas Eirelli*** que tem por objeto a *apresentação artística da dupla Diego e Arnaldo, a ser realizado no aniversário da cidade, em Nova Xavantina-MT, no dia 13 de abril de 2.020 com início previsto para as 22h00, duração de 1 hora e 45 minutos* **– Inexigibilidade nº 001/2.020**, resolve:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, para atuar na fiscalização **Contrato de Fornecimento nº 001/2.020**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Airson Caetano de Moura, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 810;

II – Suzete Madair Rosa Miranda, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 3618;

III – Verônica Luz de Souza, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4260.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, o **Contrato de Fornecimento nº 001/2020** *e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o contrato especificada no art. 1º desta Portaria.*

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 6 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 237/2020

PORTARIA N.º 237/2020

Dispõe sobre a nomeação de Ludimilla Bueno Silva e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.901, de 23 de dezembro de 2015, que *dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências*, **resolve**:

Art. 1º Nomear ***Ludimilla Bueno Silva***, portadora do CI/RG n.º 4729222 1ªVia-PC/GO, inscrita no CPF sob o n.º 023.408.811-70, para exercer a função comissionada de Chefe da *Direção de Administração Hospitalar*, junto Secretaria Municipal de Saúde, fazendo jus aos vencimentos pertinentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 6 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 236/2020

PORTARIA N.º 236/2020

Dispõe sobre a exoneração de Alciana Luiza Barbosa, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.901, de 23 de dezembro de 2015, que *dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências*, **resolve**:

Art. 1º Exonerar ***Alciana Luiza Barbosa*** que exercia a função comissionada de Chefe da *Direção de Administração Hospitalar*, junto Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. º 8.226/2017.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 6 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 235/2020

PORTARIA N.º 235/2020

*Dispõe sobre a exoneração de **Fátima Barbosa de Jesus** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, com fulcro no art. 51, inciso V, da Lei Municipal n.º 1.752/2013 – *Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

Considerando o pedido de exoneração formulado por Fátima Barbosa de Jesus – Gari, de 5 de março de 2020; **resolve**:

Art. 1º A pedido, exonerar a servidora pública municipal ***Fátima Barbosa de Jesus***, Matrícula Funcional 3932, que exercia a função de Gari, lotada junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de março de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 6 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 234/2020

PORTARIA N.º 234/2020

Dispõe sobre a nomeação dos novos membros do Conselho Municipal de Saúde, e dá outras providências

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.251, de 25 de junho de 2007, que *Dispõe sobre a Reestruturação do Conselho Municipal de Saúde e Gestão do SUS no âmbito do Município e dá outras providências* e alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve:**

Art. 1º Nomear os novos membros do ***Conselho Municipal de Saúde***, conforme discriminado abaixo:

I – USUÁRIOS

a) Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Angélica Cristina Cozer Leal

Suplente: Marcelino Ferreira da Paixão

b) Representantes da Pastoral da Criança

Titular: Kelly Lane Alves Marques

Suplente: Edelma Ferreira da Silva

c) Representantes da Casa Espírita

Titular: Eni Maria Triches Nunes

Suplente: Perillo José Sabino Nunes

d) Representantes da Igreja Batista Nacional

Titular: Vera Lúcia Francisca Xavier Mata

Suplente: Mauriceia de Freitas Silva

e) Representantes da Maçonaria "Serra do Roncador"

Titular: José Vilar da Costa

Suplente: Josias Moraes Preto

f) Representante do Sindicato Rural

Titular: Carlos Alerto Petter

Suplente: Nilta da Silva Dias

II – GOVERNO

a) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Belchior Cristino de Souza

Suplente: Zênia Gonçalves Barros

b) Representantes da UNEMAT

Titular: Joaquim Manoel da Silva

Suplente: Luciane Cristina Roswalka

III – SEGMENTO PROFISSIONAIS DE SAÚDE

a) Representantes do Conselho Regional de Biomedicina

Titular: Laurene Nunes de Oliveira

Suplente: Danuza Prisyla de Sousa

b) Representantes do SINTESBRE

Titular: Íria Pereira dos Santos

Suplente: Francisco dos Santos

IV – SEGMENTO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

a) Representantes do Laboratório de Análises Clínicas

Titular: Maria Aparecida Oliveira de Menes

Suplente: Patrícia Santos Branquinho

b) Representantes do COREN-MT

Titular: Afannazio J. Berto

Suplente: João Pereira Marques

Art. 2º Revogam-se todas as disposições em contrário, em especial as Portarias n.ºs 6.096/2014, 8.210/2017, 9.265/2018 e 10.280/2018 e suas alterações posteriores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina - MT, 6 de março de 2020

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 233/2020

PORTARIA N.º 233/2020

Altera dispositivos constantes na Portaria nº 5.506/2012, que dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria Por Idade e Tempo de Contribuição da servidora Leisa Mara Baronas e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica; **resolve:**

Art. 1º A Portaria nº 5.506/2012, que "dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria Por Idade e Tempo de Contribuição a servidora Leisa Mara Baronas" passa a vigorar com a seguinte alteração:

Onde se lê:

"**Art. 1º** Conceder o beneficio **Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição**, a servidora **Leisa Mara Baronas**, brasileira, divorciada, portadora do RG nº 06855836-8 SSP/MT, inscrita no CPF nº 274.794. 141-49 e portadora do Titulo de Eleitor nº 0059 9808 1356, efetiva no cargo de Professora, Nível C/5, Matrícula Funcional nº 110, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, contribuiu para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), no período de 01 de fevereiro de 1981 a 31 de janeiro de 1984; 01 de agosto de 1986 a 15 de fevereiro de 1993; 15 de julho de 2009 a 30 de setembro de 2012, totalizando 4.656 dias, correspondendo a 12 anos , 09 meses e 06 dias e contribuiu para o Fundo Municipal de Previdência Social de Nova Xavantina – MT, no período de 25 de fevereiro de 1994 a 30 de novembro de 2012, totalizando 6.849 dias e com uma dedução por licença de 1.370 dias, a interessada conta com o tempo de contribuição liquido de 5.479 dias, correspondendo a 15 anos e 01 dia de efetivo exercício, totalizando 10.135 dias, 27 anos, 09 meses e 07 dias, com proventos integrais, conforme processo administrativo do PREVINX nº 2012.09.00000002, a partir desta data até posterior deliberação."

Leia-se:

"**Art. 1º** Conceder o beneficio **Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição** a servidora **Leisa Mara Baronas, brasileira, divorciada, portadora do RG nº 06855836-8 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 274. 797.141-49 e portadora do Titulo de Eleitor nº 0059 9808 1356, efetiva no cargo de Professora, Nível C/5, Matrícula Funcional nº 110, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, contribuiu para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), no período de 01 de fevereiro de 1981 a 31 de janeiro de 1984; 01 de agosto de 1986 a 15 de fevereiro de 1993; 15 de julho de 2009 a 30 de setembro de 2012, totalizando 4.656 dias, correspondendo a 12 anos , 09 meses e 06 dias e contribuiu para o Fundo Municipal de Previdência Social de Nova Xavantina – MT, no período de 25 de fevereiro de 1994 a 30 de novembro de 2012, totalizando 6.849 dias e com uma dedução por licença de 1. 370 dias, a interessada conta com o tempo de contribuição liquido de 5.479 dias, correspondendo a 15 anos e 01 dia de efetivo exercício, totalizando 10.135 dias, 27 anos, 09 meses e 07 dias, com proventos integrais, conforme processo administrativo do PREVINX nº 2012.09. 00000002, a partir desta data até posterior deliberação."**

Art. 2º Continuam em vigor os demais dispositivos constantes da Portaria nº 5.506/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 5 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 232/2020

PORTARIA N.º 232/2020

Dispõe sobre a nomeação do Conselho Municipal do FETHAB, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.989, de 22 de fevereiro de 2017, que *Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do FETHAB, e dá outras providências*, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Nomear os membros para compor o ***Conselho Municipal do FETHAB***, conforme discriminado abaixo:

I - Representantes do Poder Executivo:

a) Carlos Antônio Cunha Rezende – titular;

b) Aluísio Bairros – titular;

c) Denis Elias Alcântara – titular;

d) Marcelo Gomes Ferreira – titular;

e) Josimar Pires da Silva – titular;

f) Edivaldo Celestino Barbosa – suplente;

g) Adão Carvalho Costa – suplente;

h) Edbert Moreira Júnior – suplente;

i) Moises Correia de Oliveira - suplente.

II - Representantes do Sindicato Rural:

a) Márcio Caetano Rosa – titular;

b) José Carlos Biesdorf – suplente.

III - Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

a) Marcelino Ferreira da Paixão – titular;

b) Angélica Cristina C. Leal – suplente.

IV - Representantes da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso – APROSOJA – Núcleo de Nova Xavantina – MT:

a) Adriano Borjaski - titular;

b) Carlos Alberto Petter – suplente.

V - Representantes da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale da Serra Azul:

a) José Almiro Müller – titular;

b) Claudemir Tolotti – suplente.

VI - Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL:

a) Wilk Augusto Parreira – titular;

b) Márcio Zanchin – suplente.

Art. 2º O Conselho terá atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos do FETHAB repassados ao Município, podendo apresentar ao Prefeito sugestões de projetos observados os limites estabelecidos no art. 15 da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000, com a redação dada pela Lei nº 10.051, de 09 de janeiro de 2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias n.ºs 7.264/2016 e 8.161/2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 5 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito do Município

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 231/2020

PORTARIA N.º 231/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Luiz Carlos da Silva Cordeiro**, Agente de Vigilância, Matrícula Funcional 1175, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Esportes, referente ao período aquisitivo de 2/2/2019 a 1/2/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 6/3/2020 a 20/3/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 4 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 230/2020

PORTARIA N.º 230/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Aderivalcio Silva Benevides**, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 17, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 24/2/2019 a 24/2/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 1/4/2020 a 30/4/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 4 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 229/2020

PORTARIA N.º 229/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Flávia Rodrigues Rosa**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 790, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 16/4/2017 a 15/4/2018.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 13/4/2020 a 12/5/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 4 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 228/2020

PORTARIA N.º 228/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Aniela Cargneluti Pit da Veiga**, Enfermeira, Matrícula Funcional 4349, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 21/1/2019 a 20/1/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 8/4/2020 a 7/5/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 4 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 227/2020

PORTARIA N.º 227/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Adiene Rodrigues da Conceição**, Agente Comunitária de Saúde, Matrícula Funcional 1945, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/1/2018 a 2/1/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 2/4/2020 a 1/5/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 4 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 226/2020

PORTARIA N.º 226/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Débora Botelho de Paula**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 3384, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/11/2017 a 2/11/2018.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 1/3/2020 a 15/3/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 4 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 225/2020

PORTARIA N.º 225/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Leandro Daniel Dionizio**, Médico Generalista, Matrícula Funcional 4346, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 16/1/2019 a 15/1/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 2/3/2020 a 11/3/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 4 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 224/2020

PORTARIA N.º 224/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Lísia Gonzaga Dutra**, Fisioterapeuta, Matrícula Funcional 3387, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/11/2018 a 2/11/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 19/4/2020 a 18/5/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 4 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 223/2020

PORTARIA N.º 223/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Lucinete da Silva Farias**, Atendente, Matrícula Funcional 3397, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/11/2017 a 3/11/2018.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 1/4/2020 a 30/4/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 4 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 222/2020

PORTARIA N.º 222/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Marcos Vinícius Faria Nunes**, Médico Traumato Ortopedista, Matrícula Funcional 3408, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/11/2018 a 2/11/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 27/3/2020 a 10/4/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 4 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 221/2020

PORTARIA N.º 221/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Mariane Gonçalves Ayres**, Enfermeira, Matrícula Funcional 3185, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 4/1/2018 a 3/1/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 27/2/2020 a 7/3/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 4 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 220/2020

PORTARIA N.º 220/2020

*Dispõe sobre a concessão de **licença prêmio por assiduidade** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de ***licença prêmio por assiduidade*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Célio Teixeira da Silva**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 545, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 16/2/2015 a 15/2/2020.

Parágrafo único. A *licença prêmio por assiduidade* de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 2/3/2020 a 31/3/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 4 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 218/2020

PORTARIA N.º 218/2020

*Dispõe sobre a concessão de **licença prêmio por assiduidade** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 90 (noventa) dias de ***licença prêmio por assiduidade*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Elzimar Cardoso Lima**, Professora, Matrícula Funcional 83, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 15/3/2014 a 14/3/2019.

Parágrafo único. A *licença prêmio por assiduidade* de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 20/3/2020 a 17/6/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 4 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 217/2020

PORTARIA N.º 217/2020

*Dispõe sobre a concessão de **licença prêmio por assiduidade** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 90 (noventa) dias de ***licença prêmio por assiduidade*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Hamilton Garcia Hespporte**, Professor, Matrícula Funcional 94, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 2/3/2014 a 1/3/2019.

Parágrafo único. A *licença prêmio por assiduidade* de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 30/3/2020 a 27/6/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 4 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 216/2020

PORTARIA N.º 216/2020

Dispõe sobre a concessão de ***licença prêmio por assiduidade*** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 90 (noventa) dias de ***licença prêmio por assiduidade*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Maria Jorcelina de Araújo**, Professora, Matrícula Funcional 1182, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 9/2/2011 a 8/2/2016.

Parágrafo único. A *licença prêmio por assiduidade* de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 2/3/2020 a 30/5/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 4 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 215/2020

PORTARIA N.º 215/2020

Dispõe sobre a concessão de ***licença prêmio por assiduidade*** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de ***licença prêmio por assiduidade*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Ana Lúcia Inocêncio de Oliveira**, Atendente, Matrícula Funcional 3394, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/11/2010 a 3/11/2015.

Parágrafo único. A *licença prêmio por assiduidade* de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 10/3/2020 a 8/4/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 4 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 214/2020

PORTARIA N.º 214/2020

Dispõe sobre a concessão de ***licença prêmio por assiduidade*** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de ***licença prêmio por assiduidade*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Genivaldo Gomes de Araújo**, Enfermeiro, Matrícula Funcional 1942, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1/9/2013 a 31/8/2018.

Parágrafo único. A *licença prêmio por assiduidade* de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 9/3/2020 a 7/4/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 4 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 213/2020

PORTARIA N.º 213/2020

Dispõe sobre a concessão de ***licença prêmio por assiduidade*** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de ***licença prêmio por assiduidade*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **José Ironaldo Araújo Pinto**, Farmacêutico/Bioquímico, Matrícula Funcional 3419, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/11/2010 a 2/11/2015.

Parágrafo único. A *licença prêmio por assiduidade* de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 5/3/2020 a 3/4/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 4 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 212/2020

PORTARIA N.º 212/2020

Dispõe sobre a concessão de licença prêmio por assiduidade e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de licença prêmio por assiduidade a(o) servidor(a) público(a) municipal Valdeni Valverde Vilas Boas, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 57, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 12/3/2011 a 11/3/2016.

Parágrafo único. A licença prêmio por assiduidade de que trata o caput deste artigo, compreenderá ao período de 1/4/2020 a 30/4/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 4 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 211/2020

PORTARIA N.º 211/2020

Dispõe sobre a designação de Airson Caetano de Moura e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.901, de 23 de dezembro de 2015, que *dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências,* **resolve**:

Art. 1º Designar sem ônus para o município, o(a) servidor(a) público(a) municipal **Airson Caetano de Moura**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 810, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças,para auxiliar nos trabalhos inerentes à *Junta de Serviço Militar*.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 3 de março de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

DECRETO Nº 020/2020, 16 DE MARÇO DE 2020.

PRORROGA O PRAZO PARA ADESÃO AO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS, INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.278, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019.

SILVANO PEREIRA NEVES, o Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO os princípios norteadores da administração pública, notadamente da legalidade e eficiência;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 6º, Parágrafo único da Lei Municipal nº 1.278, de 28 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO a excelente arrecadação auferida pela municipalidade através do Programa de Recuperação Fiscal – **REFIS 2020**, sendo que a prorrogação do prazo para adesão ao referido programa é importante medida para maior incremento aos cofres públicos e possibilitará aos contribuintes que não aderiram ao **REFIS 2020** o pagamento de seus débitos nos moldes ali especificados;

DECRETA:

Artigo 1º- Fica prorrogado por 60 (sessenta) dias a contar da data do vencimento, o prazo para os contribuintes requererem sua adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – **REFIS 2020** instituído pela Lei Municipal nº 1.278, de 28 de novembro de 2019.

Artigo 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, em 16 de março de 2020.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITACAO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP 001/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO 007/2020

A **Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – MT**, através do pregoeiro e equipe de apoio, torna público aos interessados que o processo licitatório Pregão Presencial para registro de preços 001/2020 cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de produtos do gênero alimentício, higiene e limpeza, copa e cozinha e utensílios domésticos, para atendimento das diversas secretarias municipais e seus respectivos departamentos,** conforme especificado no anexo I – Termo de referência do edital, onde se sagraram vencedoras do certame a empresas **M DE L P ALMEIDA – PROD. LIMPEZA E HIGIENE - ME**, inscrita no **CNPJ: 15.337.202/0001-09,** com proposta no valor global de **R$ 63.827,54 (Sessenta e três mil oitocentos e vinte e sete reais e cinquenta e quatro centavos)**, para os **Itens 172, 183, 189, 194, 199, 200, 205, 207, 208, 212, 213, 215, 233, 235, 237, 240, 244, 245, 246, 252, 260, 267, 271, 273, 285, 286, 300, 306, 307, 317, 318, 319, 322** e **327, EDSON MARIANO OLIVEIRA - ME**, inscrita no **CNPJ: 23.345.837/0001-78,** com proposta no valor global de **R$ 1.185.006,74 (um milhão cento e oitenta e cinco mil seis reais e setenta e quatro centavos),** para os **Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129,**

130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 201, 202, 203, 204, 206, 209, 210, 211, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 236, 238, 239, 241, 242, 243, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 301, 302, 303, 304, 305, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 320, 321, 323, 324, 325, 326, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334 e 335, tudo em conformidade com o edital e seus anexos. Os **itens 27, 77, 87** e **110** foram declarados **Desertos** e os **itens 269** e **270** foram declarados **Fracassados.** Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte, disponível também no portal da transparência deste município no endereço eletrônico http://www.novohorizontedonorte.mt.gov.br.

Novo Horizonte do Norte-MT, 16 de março de 2020.

JULIANO GAMBA

Pregoeiro

PORTARIA Nº 089/2020

"CONCEDE LICENÇA EM CARÁTER ESPECIAL À SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE EM CARGO QUE MENCIONA". "

SILVANO PEREIRA NEVES, Prefeito de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;.

CONSIDERANDO o atendimento aos requisitos previstos nos Arts. 54 e 55 da Lei nº 998/2013 – Plano de Cargos e Carreira Salarial dos Servidores Públicos do Município de Novo Horizonte do Norte/MT.

RESOLVE:

Artigo. 1º - Concede 30 (trinta) dias de licença em caráter especial (Licença Prêmio) a servidora **ANDREA CRISTINA DE OLIVEIRA COSTA,** brasileira, maior, portadora do RG: nº 2.038.808-0 SSP/MT e do CPF: nº 942. 977.701-72, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Comercio e Indústria, no cargo de **COPEIRA,** a partir de **16/03/2020 á 14/ 04/2020**, retornando no dia 15/04/2020, conforme Art. 54, inciso I alínea "a" da Lei Complementar nº 1.283/2020,ficando fracionados os 90 (noventa) dias, restando 60 (sessenta) dias a ser usufruída.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor reproduzindo seus efeitos a partir de, revogando-se as disposições em contrário.

Artigo. 3º - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Novo Horizonte do Norte-MT, 16 de Março de 2020.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N°011/2020

Espécie: CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS;

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT;

Contratado: ASPUNORT- ASSOSIAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS DE NOVO HORIZONTE DO NORTE- MT;

Representante legal: ACACIO GORGES- PRESIDENTE ASPUNORT LOCADOR

Base Legal: Lei Federal n°8.666/93 e Lei 8.245/1991;

Objeto: locação de espaço para utilização dos usuários da rede publica municipal de Educação básica infantil e para os participantes dos projetos administrados pela secretaria municipal de assistência social, sito a avenida bandeirantes, que pertence a aspunort:

-espaço do barracão.

- campo society.

-quadra de areia.

-espaço Kids.

-campo.

-copa e cozinha.

-dependência ao redor do barracão área verde e parque.

Data assinatura: 09/03/2020

Vigência: 02/03/2020 á 31/12/2020

Signatários: Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e ASPUNORT- ASSOSIAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS DE NOVO HORIZONTE DO NORTE- MT;

Assessor Jurídico

Bruno Barela Iori.

PORTARIA Nº 090/2020

"INSTITUI VALOR MÉDIO PARA LEILÃO DE VEÍCULOS SUCATEADOS E SUCATAS ELETRÔNICAS".

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, no uso de suas atribuições que Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a inexistência de espaço físico adequado para guardar os veículos e sucatas de propriedade do Município;

CONSIDERANDO que os bens aqui relacionados são economicamente irrecuperáveis, sendo que, ainda, a forma legal de alienar os bens móveis de propriedade do Município é através de leilão Publico e como forma de evitar acumulo e maiores deteriorações e proliferações de insetos e roedores;

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinado valor médio inicial para Leilão dos bens relacionados na planilha conforme segue:

VEICULO	JM VEICULOS	BAIANO	UNICAR VEICULOS	Valor MÉDIO
SUZUKI SIDE-KICK	R$ 1. 800,00	R$ 1. 600,00	R$ 1. 700,00	R$ 1.700,00
ONIBUS VOLVO	R$ 1. 700,00	R$ 6. 000,00	R$ 5. 500,00	R $ 5.500,00
MONTANA Presta	R$ 1. 100,00	R$ 1. 000,00	R$1. 200,00	R$ 1.100,00
MONTANA	R$ 1. 300,00	R$ 1. 400,00	R$1. 200,00	R$1.300,00
ESCORT GL	R$ 500,00	R$ 700,00	R$ 600,00	R$ 600,00
Moto Honda CG125	R$ 1. 500,00	R$ 1. 700,00	R$ 1. 600,00	R$ 1.600,00
1313 MERCEDES	R$ 5. 200,00	R$ 1. 700,00	R$ 5. 100,00	R$ 5.100,00
				VALOR TOTAL: R$ 16 900,00

ITEM	DESCRIÇÃO	PLAQUETA	VALOR MÉDIO DO LOTE
01	APARELHO DE SOM BRITANIA	5912	**R$ 250,00**
02	APARELHO DE SOM BRITANIA	5913	
03	AR CONDICIONADO 7.500 BTUS	5232	
04	AR CONDICIONADO CONSUL 7.500 BTUS	4174	
05	AR CONDICIONADO ELETROLUX 7. 500 BTUS	2417	
06	AR CONDICIONADO SPRINGER 7. 500 BTUS	1727	
07	COMPUTADOR 3.1 HD ZMAX	6153	
08	COMPUTADORCOMPLETO COM MONITOR LG	5109	

09	COMPUTADOR COMPLETO (CPU AMD) (MONITOR LG)	4183	
10	CONDICIONADOR DE AR SPRINGER 7.500 BTUS	1248	
11	ESTABILIZADOR SPEED REVOLUTI-ON	5228	
12	FERRO DE PASSAR A VAPOR PLUS	5510	
13	IMPRESSORA SAMSUNG LASER SL2020	6475	
14	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO ELE-TROLUX	5761	
15	MONITOR LCD 15.6''	5400	
16	MONITOR LCD 16.6''	5401	
17	NOBREAK MICROLINE	5427	
18	NOBREAK NHS	4747	
19	NOBREAK SMS	4549	
20	NOBREAK SMS	5852	
21	NOBREAK TS SHARA	6520	
22	NOBREAK TS SHARA	254	
23	NOTBOOK ACER TELA 15,6''	5635	
24	NOTBOOK CORE	6175	
25	PURIFICADOR DE AGUA LIBBELL	5903	
26	NOTBOOK ACER	5622	
27	COMPUTADOR COMPLETO DELL	5632	
28	NOBREAK TS SHARA	3109	
30	TELEVISOR PHILIPS	4953	
31	TELEVISOR PHILIPS	4215	

Art. 2º Fica determinado valor m inicial Sucatas Eletrônicas para Leilão dos bens relacionados na planilha conforme segue:

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 19 de Fevereiro de 2020.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL - EDITAL N.º 003/2020

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N.º 003/2.020

O Presidente da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. ***ADEMAR DE SOUZA PENA****, torna público que estão à disposição no mural da Câmara Municipal, a quem possa interessar, o* ***BALANCETE DO PCASP – PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PUBLICO E BALANCETE DE VERIFICAÇÃO DO MÊS DE JANEIRO DE 2020,*** *em conformidade com o art. 52 da LRF.*

Novo Horizonte do Norte, Em 20 de Fevereiro de 2.020.

Ademar de Souza Pena

Presidente

PORTARIA Nº 088/2020

Dispõe sobre a designação de servidor para fiscalizar o Contrato nº 014/2020, entre o Município de Novo Horizonte do Norte-MT e a Empresa C. CANDIDO DE SOUZA EPP, para Construção da Casa do Artesão.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. **Silvano Pereira Neves,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 45 Inciso IV da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º- Designar o servidor **DARCI RENÊ GONÇALVES MONTEIRO**, matrícula nº 84, portador do RG: nº 1748153-8 SSP/RS e inscrito no CPF: nº 348776570-53, Engenheiro Civil, CREA sob nº 2202958428, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, para atuar como **FISCAL DO CONTRATO Nº 014/2020**, objeto da Contratação da Empresa **C. CANDIDO DE SOUZA - EPP,** inscrita no CNPJ nº 10.584.549/0001-24,estabelecida na Avenida Rio Arinos, nº 3633-S, Bairro Gleba Taquaral, CEP: 78.575-000 na cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, para prestação de serviços para **CONSTRUÇÃO DA CASA DO ARTESÃO,** entre a Avenida Kara José e a Rua Augusto de Souza neste Município de Novo Horizonte do Norte/MT,conforme o Edital de Tomada de Preços nº 002/2020. Sendo responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução dos serviços prestados e entrega da obra, conforme especificados acima, e de acordo com a Portaria nº 68/2016.

Artigo 2º- O servidor responsável pela fiscalização deverá informar à Administração sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade do fornecimento e/ou dos serviços prestados pela empresa contratada, propor as soluções e as sanções que forem cabíveis para a regularização das faltas e defeitos observados.

Artigo 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal deNovo Horizonte do Norte-MT, 16 de março de 2020.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL - EDITAL N.º 004/2020

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N.º 004/2.020

O Presidente da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. ***ADEMAR DE SOUZA PENA****, torna público que estão à disposição no mural da Câmara Municipal, a quem possa interessar, o* ***BALANCETE DO PCASP – PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PUBLICO E BALANCETE DE VERIFICAÇÃO DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2020,*** *em conformidade com o art. 52 da LRF.*

Novo Horizonte do Norte, Em 16 de Março de 2.020.

Ademar de Souza Pena

Presidente

PREFEITURA/LICITACAO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2020

Espécie: TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS; **Contratante:** Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT; **Contratado:** C. Candido de Souza - EPP; **Base Legal:** Lei Federal 8.666/93; **Objeto:** Contratação de empresa para construção da Casa do Artesão entre a Avenida Kara José e a Rua Augusto de Souza no município de Novo Horizonte do Norte - MT; **Natureza da Despesa:** 44.90.51.00; **Modalidade:** Tomada de Preços 002/2020; **Valor Global:** R$ 248.852,64 (duzentos e quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e quatro centavos); **Convênio:** 842786/SUDECO; **Data assinatura:** 16/03/2020; **Vigência:** 16/03/2021; **Signatários:** Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e o Sr. Lourival de Souza Rocha, procurador da empresa**; Fiscal de Contrato:** Darci Rene Gonçalves Medeiros.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 090/2020 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

"*Dispõe Sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Comissão, e dá Outras Providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR** a Senhora **CRISTIANE REIS BONRUQE**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2113552-5 SSP/MT e CPF nº 033.803. 711-06, para o cargo de **ENTREVISTADOR DO CADASTRO ÚNICO E BOLSA FAMILIA**, de provimento em comissão, símbolo DAS III, lotado na Secretaria de Ação Social, Lei Complementar nº 069/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 10 de fevereiro de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 106/2020 DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2020

"Dispõe Sobre Concessão De Licença Prêmio, E Dá Outras Providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1°- CONCEDER, Licença Prêmio, em conformidade com o § 2º do Artigo 101 da LC 04/2001 de 28/12/2001, a servidora:

RENATA TOMITAM, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 7. 500.715-9SSP/PR e CPF sob o nº 007.603.489.52, servidora no cargo de **FISIOTERAPEUTA**, matriculada no DRH sob o nº 955, para o período de 07/04/2020 a 06/07/2020, totalizando 90 dias, referente ao quinquênio de 01/11/2012 – 31/10/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 28 de janeiro de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 101/2020. DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

"Dispõe sobre nomeação de Responsável Técnica por fiscalização de obra, e dá outras providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º. NOMEAR, a Senhora **GRAZIELA C. PALOSCHI**, brasileira, engenheira civil, registrada no CREA MT n.º 045524, como Responsável Técnica pela fiscalização da obra de **REFORMA DO PSF CATARINA ZINI MAFINI**, a ser realizada pela Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas com recursos próprios.

Art.º 2º. O presente profissional promoverá o acompanhamento e fiscalização da obra, onde emitirá parecer sobre o andamento da obra quanto solicitado.

Art. 3º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 28 de fevereiro de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 089/2020 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

"*Dispõe Sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Comissão, e dá Outras Providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR** a Senhora **MIRIAN FRANCELINO DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 91670682 SSP/PR e CPF nº 015.331.681. 05, para o cargo de **ASSESSORA DE PLANEJAMENTO**, de provimento em comissão, símbolo DAS I, lotado no Gabinete do Prefeito, Lei Complementar nº 069/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 01 de fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 10 de fevereiro de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 096/2020 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

"Dispõe sobre concessão de prorrogação de Auxílio Doença, e dá outras providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** prorrogação de Auxílio Doença à servidora Sr.ª **ROSA MARIA ROSATO,** portadora do RG 1003699 SSP/MT e do CPF nº 889.284.541.15, efetiva no cargo de **Apoio Administrativo Educacional Profissionalizante,** inscrita no DRHsob a matricula nº 38, em conformidade com o Art. 9º, §§ 2º e 3º da Emenda Constitucional nº 103/2019, de 01/ 02/2020 a 03/03/2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 26 de fevereiro de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 107/2020 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

"Dispõe Sobre Concessão de Férias, e Dá Outras Providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 c/c art. 73 Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, a servidora

RENATA TOMITAM, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 7. 500.715-9SSP/PR e CPF sob o nº 007.603.489.52, servidora no cargo de **FISIOTERAPEUTA**, matriculada no DRH sob o nº 955, do dia 08/03/2020 a 06/04/2020, referente ao período aquisitivo de 01/11/2017 – 31/10/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 28 de fevereiro de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 095/2020 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

"Dispõe sobre concessão de prorrogação de Auxílio Doença, e dá outras providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** prorrogação de Auxílio Doença à servidora Sr.ª **ALINE,** portadora do RG 21126232 SSP/MT e do CPF nº 027.370.321.80, efetiva no cargo de **Professora,** inscrita no DRHsob a matricula nº 3238, em conformidade com o Art. 9º, §§ 2º e 3º da Emenda Constitucional nº 103/2019, de __/__/2020 a __/__/2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 26 de fevereiro de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 104/2020 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

"***Dispõe sobre a Nomeação de servidor de cargo em comissão, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **NOMEAR**, a Senhora ***LUZIA SOBOLESKI***, portadora da Cédula de Identidade RG nº 14592304 SSP/MT e CPF nº 001.612.371.93, para o cargo de **DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA INOVAÇÃO,** de provimento em comissão, símbolo DAS I, lotado na Secretária de Educação, Cultura, Esportes e Lazer – SEDCEL, criado pelo Art. 33, § Único, Inciso III da Lei Complementar nº 059/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 28 de fevereiro de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 088/2020 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

"*Dispõe Sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Comissão, e dá Outras Providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR o** Senhor **RENATO AUGUSTO DAUFENBACH LOPES**, portador da Cédula de Identidade RG nº 21127042 SSP/MT e CPF nº 052. 953.111.98, para o cargo de **FISCAL DO DAE**, de provimento em comissão, símbolo DAS III, lotado na Secretaria de Saúde, Lei Complementar nº 069/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 10 de fevereiro de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 095/2020 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

"Dispõe sobre concessão de prorrogação de Auxílio Doença, e dá outras providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** prorrogação de Auxílio Doença à servidora Sr.ª **ALINE DE SOUSA BARBOSA,** portadora do RG 10180729 SSP/MT e do CPF nº 650.770.241.20, efetiva no cargo de **Professora,** inscrita no DRHsob a matricula nº 933, em conformidade com o Art. 9º, §§ 2º e 3º da Emenda Constitucional nº 103/2019, de 01/02/2020 a 30/04/2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 26 de fevereiro de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 094/2020. DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020.

"Dispõe sobre a nomeação de servidor de cargo em comissão e dá outras providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - Art. 1º. **NOMEAR** o Sr. **OTENIEL DE JESUS SANTOS**, portador da Cédula de Identidade RG: nº 4217816 SSP/PA e devidamente inscrito no CPF sob nº 740.979.112.87, para o cargo de **COORDENADOR DE PROGRAMAS PEDAGÓGICOS**, de provimento em comissão, símbolo DAS II, lotado na Secretaria Municipal de Educação, e criado através da Lei Complementar nº 059/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 03 de fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 17 de fevereiro de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 103/2020 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

"***Dispõe sobre a Nomeação de servidor de cargo em comissão, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **NOMEAR**, a Senhora ***MARIA CECILIA SCONHETZKI MAGNANI***, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.547.454-0 SSP/PR e CPF nº 004.564.489.69, para o cargo de **DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA ALCIDES FERREIRA PRIMO,** de provimento em comissão, símbolo DAS I, lotado na Secretária de Educação, Cultura, Esportes e Lazer – SEDCEL, criado pelo Art. 33, § Único, Inciso III da Lei Complementar nº 059/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 28 de fevereiro de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 093/2020 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020

"Dispõe sobre concessão de Prorrogação de Licença-Maternidade à servidora, e dá outras providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** prorrogação de Licença-Maternidade por mais 60 (sessenta) dias, para o período de 19/02/2020 à 18/04/2020 à servidora Sr.ª **TATIELI DA SILVA BORRE,** portadora do RG. 1792259-3 SSP/MT e do CPF nº 004.681.142.70, servidora no cargo de **PROFESSORA,** matriculada no Departamento de Recursos Humanos sob a matricula nº 3277.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos ao dia 18 de fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 17 de fevereiro de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 092/2020 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020.

"***Dispõe sobre a Nomeação de servidor de cargo em comissão, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **NOMEAR**, a Senhora ***DENISE BORTOLOZZO DALAZEN***, portadora da Cédula de Identidade RG nº 35661379 SSP/PR e CPF nº 534.183.109.82, para o cargo de **DIRETORA DAS ESCOLAS RURAIS,** de provimento em comissão, símbolo DAS I, lotado na Secretária de Educação, Cultura, Esportes e Lazer – SEDCEL, criado pelo Art. 33, § Único, Inciso III da Lei Complementar nº 059/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 06 de fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 17 de fevereiro de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 100/2020 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

"Dispõe sobre concessão de prorrogação de Auxílio Doença, e dá outras providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** prorrogação de Auxílio Doença à servidora Sr.ª **EDNA SALOMAO DA MACENA,** portadora do RG 1604470-3 SSP/MT e do CPF nº 001.999.331.54, efetiva no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais,** inscrita no DRHsob a matricula nº 2201, em conformidade com o Art. 9º, §§ 2º e 3º da Emenda Constitucional nº 103/2019, de 01/02/2020 a 06/03/2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 26 de fevereiro de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 375/2019 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019.

"Dispõe sobre concessão de Prorrogação de Auxílio doença ao Servidor Efetivo e dá outras

providências".

A Diretora Executiva do **PREVI-MUNDO**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER**, a Prorrogação de Auxílio Doença em conformidade com o artigo 21 da LEI/353 de 04 de dezembro de 2018, atestados e Perícia médico de 13/12/2019 à 18/12/2019, ao servidor Sr. **ALCIDES DA SILVA RUELA,** brasileiro, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 318135 SSP/MT e do CPF sob o nº253.958.741-00, no cargo de **APOIO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO MOTORISTA** , devidamente matriculado sob o nº.2319

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação. com efeitos em 13/12/2019

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Previ-Mundo, aos 13 de dezembro de 2019

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 099/2020 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

"Dispõe sobre concessão de prorrogação de Auxílio Doença, e dá outras providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** prorrogação de Auxílio Doença à servidora Sr.ª **EDNA SALOMAO DA MACENA,** portadora do RG 1604470-3 SSP/MT e do CPF nº 001.999.331.54, efetiva no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais,** inscrita no DRHsob a matricula nº 2201, em conformidade com o Art. 9º, §§ 2º e 3º da Emenda Constitucional nº 103/2019, de 01/02/2020 a 06/03/2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 26 de fevereiro de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 098/2020 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

"Dispõe sobre concessão de prorrogação de Auxílio Doença, e dá outras providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** prorrogação de Auxílio Doença à servidora Sr.ª **EDNA SALOMAO DA MACENA,** portadora do RG 1604470-3 SSP/MT e do CPF nº 001.999.331.54, efetiva no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais,** inscrita no DRHsob a matricula nº 2201, em conformidade com o Art. 9º, §§ 2º e 3º da Emenda Constitucional nº 103/2019, de 01/02/2020 a 06/03/2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 26 de fevereiro de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 087/2020 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

"*Dispõe Sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Comissão, e dá Outras Providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR** a Senhora **JOZE DO CARMO ROSA SOUZA PINTO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 37146589-8 SSP/SP e CPF nº 059.695.126.48, para o cargo de **FISCAL DO DAE**, de provimento em comissão, símbolo DAS III, lotado na Secretaria de Saúde, Lei Complementar nº 069/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 10 de fevereiro de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 108/2020 DE 05 DE MARÇO DE 2020.

"*Dispõe Sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Comissão, e dá Outras Providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR o** Senhor **CLAUDINEI FERREIRA DOMINGUES**, portador da Cédula de Identidade RG nº 000770160 SSP/MS e CPF nº 559.980.971.49, para o cargo de **VISTORIADOR MUNICIPAL DE TRÂNSITO**, de provimento em comissão, símbolo DAS III, lotado na Secretaria de Administração, Lei Complementar nº 069/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 05 de março de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 091/2020 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

"*Dispõe Sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Comissão, e dá Outras Providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR** o Senhor **SILVINO AUTO DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 0827333-2 SSP/MT e CPF nº 537.834.411-53, para o cargo de **COORDENADOR DE LIMPEZA URBANA**, de provimento em comissão, símbolo DAS III, lotado na Secretaria de Transportes e Obras Públicas – SETOP, Lei Complementar nº 069/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 01 de fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 01 de fevereiro de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 109/2020 DE 11 DE MARÇO DE 2020.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez em favor da servidora Sra. "Darli de Siqueira".

A Diretora Executiva do ***PREVI-MUNDO****, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e Considerando o disposto no artigo 40, §1º, I da Constituição Federal com redação atribuída pela Emenda Constitucional nº 41 de 19 de dezembro de 2003, combinado o artigo 13, § 10 da Lei Complementar 453 de 04 de dezembro de 2018 que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência desta Municipalidade, e ainda Anexo VI da Lei Complementar nº 022 de 29 de dezembro de 2011 aletrada pela Lei Complementar 066 de 28 de fevereiro de 2019 que concede a Revisão Geral Anual aos servidores públicos.*

RESOLVE,

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria por invalidez**a servidora **Sra. DARLI DE SIQUEIRA,** portadora do RG. nº. 1098242-6 SSP/MT, inscrita no CPF nº. 828.647.561-53, Servidora efetiva desta municipalidade, ocupante do cargo de APOIO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO, CLASSE B, NÍVEL 05, matrícula RE nº 893 e matricula de segurada previdenciário nº 102**,** lotada na Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes contando com um total de **4.556 dias líquidos, ou seja, 12 (doze) anos 05 (cinco) meses e 25 (vinte e cinco) dias**, com **proventos proporcionais** ao tempo de contribuição, conforme o processo do **PREVI-MUNDO** n.º **02/2020** a partir de 11 de março de 2020, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições contrárias.

Registre, publique e cumpra-se.

Novo Mundo-MT, 11 de março de 2020.

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 105/2020 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

"***Dispõe sobre a Nomeação de servidor de cargo em comissão, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **NOMEAR**, a Senhora ***SIMONE PEREIRA DA SILVA***, portadora da Cédula de Identidade RG nº 001226384 SSP/MT e CPF nº 767.023. 911.53, para o cargo de **DIRETORA DA CRECHE MUNICIPAL MUNDO MÁGICO,** de provimento em comissão, símbolo DAS I, lotado na Secretária de Educação, Cultura, Esportes e Lazer – SEDCEL, criado pelo Art. 33, § Único, Inciso III da Lei Complementar nº 059/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 28 de fevereiro de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 097/2020 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

"Dispõe sobre concessão de prorrogação de Auxílio Doença, e dá outras providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** prorrogação de Auxílio Doença à servidora Sr.ª **MARLI APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA,** portadora do RG 17320569 SSP/MT e do CPF nº 615.544.991.00, efetiva no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais,** inscrita no DRHsob a matricula nº 894, em conformidade com o Art. 9º, §§ 2º e 3º da Emenda Constitucional nº 103/2019, de 04/01/2020 a 31/05/2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de janeiro de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 26 de fevereiro de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 102/2020 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

"***Dispõe sobre a Nomeação de servidor de cargo em comissão, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **NOMEAR**, o Senhor ***AMARILDO SANCHES***, portador da Cédula de Identidade RG nº 464289 SSP/PR e CPF nº 419.405.392.34, para o cargo de **DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA SÃO JOÃO,** de provimento em comissão, símbolo DAS I, lotado na Secretária de Educação, Cultura, Esportes e Lazer – SEDCEL, criado pelo Art. 33, § Único, Inciso III da Lei Complementar nº 059/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 28 de fevereiro de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 08/2020

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Pregoeiro **Devenilson da Silva,** nomeado pela **Portaria 025/2020**, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2020**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: Constitui Objeto da Presente licitaçãoo Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Gêneros Alimentícios para Alimentação Escolar**, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.Empresas Vencedoras.

NOME DA EMPRESA	CNPJ DA EMPRESA	VALOR TOTAL (R$)
E. R. LOPES - EPP	08.656.178/0001-05	R$: 968.029,00
COMERCIAL LUAR EIRELI - EPP	02.545.557/0001-33	R$: 518.280,80
JOANA FERNANDES - EPP	22.753.337/0001-02	R$: 1.027.303,50
NUTRICENTER - DISTRIBUIDORA DE PROD.NUTRI.E	06.372.763/0001-40	R$: 35.200,00

Em 16 de março de 2020. Pregoeiro Devenilson da Silva.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 115/2020 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

PORTARIA Nº 115/2020 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Sr**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais, e:

RESOLVE:

I. **INSTITUIR** Comissão para averiguação dos serviços prestados pela empresa **W. MARÇAL JUNIOR REFRIGERAÇÃO – ME / MULTIAR - AR CONDICIONADO**.

II. **REGULAMENTAR** as atribuições que são conferidas a Comissão:

a) Reunir para avaliar às despesas conferidas junto a empresa Marçal Junior Refrigeração – ME / MULTIAR - Ar Condicionado, após a data de 30 de novembro de 2019;

b) Atestar os serviços realizados.

III. **NOMEAR** os servidores abaixo para comporem a Comissão:

a. VANDA FERNANDES MARTINS – CPF 340.165.031.91;

b. ELSO PEREIRA MARTINS – CPF 825.958.951.68;

c. FRANCISCA MOREIRA BRAGA – CPF 320.343.501.20.

IV. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

V. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 16 de março de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2020

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2020

DIVULGA A LISTAGEM DOS CANDIDATOS COM PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO DEFERIDO E INDEFERIDO

A Presidenta da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 001/2020 da Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, nos termos do ítem 4.4 do Edital de Abertura 001/2020, visando a atender aos princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade,

RESOLVE:

I – Divulgar a listagem dos candidatos com pedido de isenção de pagamento de taxa de inscrição deferido e indeferido, conforme o ítem 4.4 do Edital de Abertura Nº 001/2020.

Paranatinga/MT, 16 de março de 2020.

Vicência Paula Ferreira da Silva – Presidente da Comissão Ronilton Loyola – Presidente do IAN

www.ian.org.br seletivoparanatinga@ian.org.br

Lista de solicitações de Isenção do pagamento taxa de inscrição - Edital - 001/2020 Inscrições **Paranatinga/MT**				
DEFERIDOS				
Agente Administrativo II - Urbana				
Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
140	AILSON VEDANA	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)
41	ALISON FERNANDO DA SILVA OLIVEIRA	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)
Agente de Serviços Gerais - Urbana				
Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
100	ALDENICE ROSA DE JESUS SANTOS	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)
Agente de Serviços Gerais - Urbana				
Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
145	KAROL CRISTINE MOTA MOURA	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)
Apoio Administrativo Educacional I – Agente de Serviços Gerais - Indígena IKpeng				
Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
70	LUCIANE TABYGUALO	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)
Apoio Administrativo Educacional I – Técnico de Desenvolvimento Infantil (TDI) - Urbano				

Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
33	ANDREIA DOS SANTOS FERREIRA	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)
16	FRANCIELE FRANCA DE SOUZA	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)
99	MARIA APARECIDA DE JESUS SANTOS	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)

Apoio Administrativo Educacional I – Vigia - Urbano

Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
62	GLEICE ALINE SOARES ALMEIDA	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)

Cuidador (crianças e idosos) - Urbana

Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
20	FRANCIELE FRANCA DE SOUZA	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)
68	MARIA DE LOURDES FERREIRA DE SOUZA	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)
64	RAFAELA FERREIRA LIMA GOMES	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)

Enfermeiro - Urbana

Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
132	FERNANDO ALVES DOS SANTOS	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)
57	THATIELLE MORAES PEREIRA	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)

Fisioterapeuta - Urbana

Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
59	CLEIDIANE DE PAULA GOMES	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)
82	SIMONE APARECIDA CABRAL	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)

Fonoaudiólogo - Urbana

Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
7	DANIELLE CRISTINA RIOS DE AMORIM	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)

Motorista para Veículos Leves - Urbana

Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
130	EDINALDO FERREIRA DA SILVA	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)

Professor B – Educação Física - Urbano

Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
36	ALISON FERNANDO DA SILVA OLIVEIRA	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)

Psicólogo - Urbana

Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
121	SIMÉIA FONSECA SANTOS	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)

Psicólogo - Urbana

Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
127	SIMÉIA FONSECA SANTOS	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)

Recepcionista - Urbana

Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
31	ANA CAROLINE ARAUJO DIAS	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)

Técnico Administrativo Educacional - Campo

Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
58	VALDIR LIMA ELEOTERIO	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)

Técnico em Enfermagem - Urbana

Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
171	ALDELICE CAMPOS ARAUJO	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)

Vigia - Urbana

Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
25	ANDREIA DOS SANTOS FERREIRA	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)
65	JHONIS DA SILVA SANTOS	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	deferido	(isenção automática por arquivo de retorno do SISTAC)

INDEFERIDOS

Assistente Social - Urbana

Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
3	AYRTON JOSE DE BRITTO	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	indeferido	inscrição anulada

Assistente Social - Urbana

Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
147	ALINE ARAUJO MARTINS	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	indeferido	O NIS não foi identificado na base de dados do Cadastro Único.
75	KARINA SILVA PINHEIRO	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	indeferido	O NIS foi identificado na base de dados do Cadastro Único, porém com status excluído.

Enfermeiro - Urbana

Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
61	BEATRIZ GOMES DO AMAMARAL	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	indeferido	O NIS foi identificado na base do Cadastro Único, com renda per capita familiar dentro do perfil, porém não pertence a pessoa informada/nome fornecido é diferente do nome registrado no Cadastro Único

Fisioterapeuta - Urbana

Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
163	ANA CRISTINA DA SILVA TASCA	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	indeferido	O NIS não foi identificado na base de dados do Cadastro Único.

Motorista de Veículos Pesados - Campo

Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
131	AMADEUS GUIMARÃES CORREA JUNIOR	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	indeferido	O NIS foi identificado na base de dados do Cadastro Único, porém com status excluído.

Nutricionista - Urbano

Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
108	EDILAINE CARME DE CAMPOS SILVA	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	indeferido	O número do NIS é inválido.

Orientador Social - Urbana

Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
2	GIANFRANCO NBR	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	indeferido	O número do NIS é inválido.

Professor B – Educação Física - Urbano

Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
166	RENAN ANTONIO ANGE-	Isenção: Doador de Sangue	indeferido	não entrega dos documentos conforme edital

	LIM RODRIGUES			

Psicólogo - Urbana				
Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
137	ANA FLÁVIA ANTONIO DE MARTINS DE LIMA	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	indeferido	O NIS não foi identificado na base de dados do Cadastro Único.

Recepcionista - Urbana				
Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
102	CILENE SOBRINHO RODRIGUES	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	indeferido	O NIS foi identificado na base do Cadastro Único, com renda per capita familiar dentro do perfil, porém não pertence a pessoa informada/nome fornecido é diferente do nome registrado no Cadastro Único

Técnico Administrativo Educacional - Urbano				
Nº INSC	CANDIDATO	Solicitação	Status Solic.	Justificativa Solic. Indeferimento
101	CILENE SOBRINHO RODRIGUES	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	indeferido	O NIS foi identificado na base do Cadastro Único, com renda per capita familiar dentro do perfil, porém não pertence a pessoa informada/nome fornecido é diferente do nome registrado no Cadastro Único
49	MAURÍLIO MAIKUMA MONARI	Isenção: Possui CadUnico(NIS)	indeferido	O NIS foi identificado na base de dados do Cadastro Único, porém com status excluído.

Obs.: De acordo com o item 4.4.4.4. do Edital 001/2020: Fica assegurado o direito de recurso, conforme as regras do item 11 deste Edital, para os candidatos com o pedido de isenção indeferido, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da divulgação do resultado, ou seja, do dia 16 até o dia 17 de março de 2020.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA DE SUSPENSÃO N. 112 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

PORTARIA DE SUSPENSÃO N. 112 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA – SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, no uso das suas atribuições, nos termos do artigo nº 152 da 8.11-2, de 11 de dezembro de 1990, e a teor das justificativas apresentadas;

RESOLVE:

SUSPENDER, por prazo **DETERMINADO até 14 de maio de 2020**, o processo em desfavor do servidor **LOURIVAL FERREIRA PEREIRA**, referente ao Processo n° 005/2019, por meio desta COMISSÃO constituída pela Portaria nº 062/2020, de 06 de fevereiro de 2020, **publicada no dia 07 de fevereiro de 2020,** no Jornal Oficial dos Municípios AMM.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, 16 de março de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 15/2020

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Pregoeiro **Devenilson da Silva,** nomeado pela **Portaria 025/2020**, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de agosto de 2000, que regulamenta o Pregão, Decreto Municipal nº 1.005/2014 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME dá EPP. Objeto: Constitui Objeto da Presente licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em **Prestação de Serviço de Confecção, Montagem e Instalação de Móveis Planejados confeccionados em MDF,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Data de abertura **27/03/2020**, sexta-feira **às 08:00 h (Horário Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Em 16 de março de 2020. Pregoeiro Devenilson da Silva.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 111 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

PORTARIA N° 111 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** a **Sra. LUCIANA DE ALMEIDA LOPES**, inscrita no CPF sob o número 018.292.491-26 e portadora do RG de número 1826329-1 SSP/MT, para responder pelo Cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE, REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO E AUDITÓRIA,** nos termos da Lei n. 1409/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 16 de março de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 110 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

PORTARIA N° 110 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **EXONERAR** a **Sra. LUCIANE MARIA THOMAS**, inscrita no CPF sob o número 005.233.031-14 e portadora do RG de número 1685242-7SSP/MT, do Cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE, REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO E AUDITÓRIA**.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 16 de março de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO Nº 01 AO CONTRATO 106/2019

Aditivo nº 01 ao Contrato 106/2019 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado: **JOÃO INACIO MOELLMANN 34462830130, CNPJ 27.691.585/0001-90.** Objeto: Constitui Objeto da presente licitação para a Contratação de Empresa Especializada para Locação de 01 (um) Caminhão Pipa para atender o Distrito do Salto da Alegria,a pedido da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. **Prazo**: **09/03/2020 A 09/09/2020**. **Valor: R$: 50.000,00 (cinquenta mil reais).** Departamento de Licitações e Contratos, em 09 de março de 2020.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 114 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

PORTARIA N° 114 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais e;

RESOLVE:

I – Conceder, nos termos do Art. 113 e § 4º da Lei Municipal nº 024/1997, Licença para Tratar de Interesse Particular, a servidora**Sra. APARECIDA DAVID OLIVEIRA,** inscrita no CPF/MF sob o nº 972.059.741-00 e portadora do RG sob o nº 1473716-7SSP/MT, ocupante do Cargo Efetivo de "**VIGIA"**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 02(dois) dois anos, a contar da data de 16 de março de 2020.

II – O afastamento concedido é sem ônus para o Município.

III – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IV – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 16 de março de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO Nº 02 AO CONTRATO Nº 26/2018

Aditivo nº 02 ao Contrato 26/2018 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado: **TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLÓGICOS LTDA - ME**, **CNPJ: 11.601.924/0001-60.** Objeto: Constitui objeto do presente contrato o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa de Sistema de Informação com Instrumentos de Gestão em Saúde Pública Municipal Integrando Todas as unidades de Saúde, Agentes Comunitários, Vigilâncias com Certificação Digital e Assinatura Digital, Ponto Eletrônico, Serviço de Consultoria na Gestão da Atenção Básica em Saúde, Gerenciamento Financeiro do Bloco de Atenção Básica, Financiamento do SUS, Planejamento das Ações de Atenção Básica com Manutenção Legal e Corretiva Durante o Período Contratual, Suporte Técnico Presencial, Configuração, Parametrização e Customização para Adaptar o Sistema ás Necessidades do Município Conforme Especificações, Contidas nos Anexos, Que São Partes Integrantes Desde Ato Convocatório, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga – MT. **Prazo: 06/03/2020 A 05/03/2021; Valor Aditivado: R$: 186. 000,00 (cento e oitenta e seis mil reais).** Departamento de Licitações e Contratos, em 06 de março de 2020.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 115/2020 DE 22 DE JANEIRO DE 2020.

PORTARIA Nº 115/2020 DE 22 DE JANEIRO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Sr**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais, e:

RESOLVE:

I. **INSTITUIR** Comissão para averiguação dos serviços prestados pela empresa **W. MARÇAL JUNIOR REFRIGERAÇÃO – ME / MULTIAR - AR CONDICIONADO**.

II. **REGULAMENTAR** as atribuições que são conferidas a Comissão:

a) Reunir para avaliar às despesas conferidas junto a empresa Marçal Junior Refrigeração – ME / MULTIAR - Ar Condicionado, após a data de 30 de novembro de 2019;

b) Atestar os serviços realizados.

III. **NOMEAR** os servidores abaixo para comporem a Comissão:

a. VANDA FERNANDES MARTINS – CPF 340.165.031.91;

b. ELSO PEREIRA MARTINS – CPF 825.958.951.68;

c. FRANCISCA MOREIRA BRAGA – CPF 320.343.501.20.

IV. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

V. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 16 de março de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 115 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

PORTARIA N° 115 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, SR. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – Comunicar o **falecimento** da servidora**Sra. ANA FATIMA PANOSSO**, Matrícula 2134, portadora do RG sob o nº 5028354966 SSP/RS e inscrita no CPF/MF sob o nº 494.161.200-06, ocupante do Cargo Efetivo de "**PROFESSOR C",** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, conforme Certidão de Óbito n. 063750.01.55.2020.4.00401. 234.0130533.15, data do falecimento 04 de março de 2020, Complexo Hospitalar de Cuiabá, na cidade de Cuiabá-MT

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 16 de março de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1883/2020

LEI Nº 1883/2020

Dispõe sobre a criação do "Programa Jovem Aprendiz" do Município de Paranatinga - MT, e dá outras providências.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e com fundamento na Lei 10.097/ 2000, Decreto Lei nº 5.598/2005 e Lei Estadual 10.753/2018; faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir, no município Paranatinga, o Programa Jovem Aprendiz, que visa qualificar e inserir jovens no mercado de trabalho.

Art. 2º Fica sob responsabilidade do Poder Executivo Municipal, em convênio com empresas locais, entidades sem fins lucrativos qualificadas em formação técnico-profissional metódica, fornecer assistência ao adolescente e a educação profissional no "Programa Jovem Aprendiz", com a finalidade de preparar, encaminhar, e acompanhar estes jovens, inserindo-os no mercado de trabalho.

Parágrafo único. Nas relações jurídicas pertinentes à contratação de aprendizes, será observado o disposto nesta Lei, obedecendo às disposições contidas na Legislação Federal e Estadual vigentes.

Art. 3º Os jovens participantes do Programa Jovem Aprendiz deverão ter idade entre 14 (quatorze) a 24 (vinte e quatro) anos incompletos e estarem devidamente matriculados em instituição de ensino fundamental, médio ou superior.

§ 1º A idade máxima prevista neste artigo não se aplica aos aprendizes com deficiência.

§ 2º A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, os adolescentes entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos.

Art. 4º O público alvo deste programa é formado, preferencialmente, por jovens de classes sociais desfavorecidas e/ou em situação de risco social, sendo que serão atendidos, prioritariamente, aqueles que preencham os seguintes critérios:

I - Ter concluído ou estar cursando, na rede pública municipal ou estadual, o ensino fundamental (regular, supletivo ou especial) ou ser bolsista integral da rede privada de ensino fundamental;

II - Ter renda familiar "per capta" de até 2 (dois) salários-mínimos ou comprovar o estado de carência, mediante inscrição própria ou de um membro da família da mesma residência no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou outro meio de comprovação legal;

III - Não manter qualquer tipo de vínculo empregatício ou de prestação de serviço formal;

IV - Ser residente no município de Paranatinga.

§ 1º O jovem inserido no mercado de trabalho através deste programa, firmará contrato por prazo determinado, com período máximo de 2 (dois) anos, improrrogáveis, nos termos do artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

§ 2º O limite máximo previsto no parágrafo anterior não se aplica ao aprendiz com deficiência.

§ 3º A seleção de aprendizes pelas entidades qualificadas em formação técnico-profissional, bem como as empresas locais, levará em consideração os conhecimentos mínimos necessários para o desempenho das ocupações definidas nos programas de aprendizagem, além de adotar critérios baseados nos aspectos socioeconômicos e culturais, com mecanismos que garantam a participação majoritária de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Art. 5º Dentre os jovens que atendam aos critérios descritos no artigo anterior, terão prioridade aqueles que se encontrem em uma das seguintes condições:

I - Tenham filhos;

II - Sejam pessoas com deficiência, observado o grau de dificuldade e compatibilidade para o exercício das atividades de aprendizagem.

Art. 6º São atribuições gerais do município de Paranatinga quanto a "qualificação" dos jovens aprendizes:

I - Disponibilizar a infraestrutura física e material dos ambientes de ensino;
II - Disponibilizar profissionais habilitados para apoiar as ações, tais como: professores, assistente social, orientador educacional, pedagogo, psicólogo e outro que se fizer necessário para o projeto;

III - Remunerar os profissionais;

IV - Providenciar alimentação e transporte para os alunos, quando necessário; V - Efetuar a contratação de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, caso necessário, nos termos desta Lei, observando a legislação que rege as licitações e contratos administrativos.

Art. 7º São atribuições gerais do Poder Executivo Municipal:

I - Acompanhar o desenvolvimento do "Programa Jovem Aprendiz" se responsabilizando por:

a) Divulgar e cadastrar adolescentes para participarem do "Programa Jovem Aprendiz";

b) Selecionar os adolescentes, segundo os critérios definidos nesta Lei; c) Participar da avaliação conjunta de resultados, colaborando no processo de análise crítica, contribuindo para a identificação de oportunidades de melhoria; d) Estabelecer parcerias, por meio de convênios, com as empresas estabelecidas no município, viabilizando vagas para que estes firmem contrato de trabalho com os jovens aprendizes.

Art. 8º São atribuições das Entidades sem fins lucrativos, cadastradas junto do Ministério do Trabalho e Emprego, que possuam aptidão para ministrar cursos de formação técnico-profissional metódica:

I - Realizar acompanhamento pedagógico;

II - Disponibilizar material didático aos participantes do curso;

III - Realizar a capacitação metodológica dos docentes;

IV - Participar da avaliação conjunta de resultados, colaborando no processo de análise crítica contribuindo para a identificação de oportunidades de melhoria;

V - Emitir certificados aos concluintes dos cursos;

VI - Fornecer os cursos de aprendizagem em carga horária suficiente para a qualificação profissional do aprendiz.

Art. 9º Para acompanhamento do programa deverá ser comprovado mensalmente, no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) de frequência dos jovens no curso, bem como o aproveitamento individual (nota) de cada aluno de no mínimo 60% (sessenta por cento).

Art. 10 A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de pessoa jurídica devidamente qualificada em formação técnico-profissional metódica.

Art. 11 Entende-se por formação técnico-profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

Parágrafo único. A formação técnico-profissional metódica de que trata o caput deste artigo realiza-se por programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade das pessoas jurídicas devidamente qualificadas em formação técnico-profissional metódica definida nesta Lei.

Art. 12 A formação técnico-profissional do aprendiz obedecerá aos seguintes princípios:

I - Garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino fundamental;

II - Horário especial para o exercício das atividades;

III - Capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Parágrafo único. Ao aprendiz com idade inferior a 18 (dezoito) anos é assegurado o respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvi-

mento, vedada a exposição a ambientes insalubres, perigosos ou que prejudiquem seu desenvolvimento físico, moral e psicológico.

Art. 13 Consideram-se pessoas jurídicas qualificadas em formação técnico-profissional metódica:

I - Entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a sua educação profissional, devidamente inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), bem como seus programas devidamente nele registrados.

a) Instituto Vidas em Ação – Entidade sem fins lucrativos

II - Os Serviços Nacionais de Aprendizagem, assim identificados:

a) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);

b) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);

c) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR);

d) Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT);

e) Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP);

III - as escolas técnicas de educação, inclusive agro técnicas;

Parágrafo único. As Pessoas Jurídicas mencionadas nos incisos expressos no "caput" deste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados.

Art. 14 Para a definição das funções que demandem formação profissional, deverá ser considerada pela Administração Pública Municipal a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Parágrafo único. Ficam excluídas da definição do "caput" deste artigo as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou, ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, nos termos do inciso II e do parágrafo único do artigo 62 e do § 2º do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 15 É expressamente proibida a realização de trabalhos insalubres ou perigosos, ou aquelas incompatíveis com a idade do menor.

Art. 16 O Poder Executivo Municipal poderá empregar e matricular nos cursos oferecidos pelas Pessoas Jurídicas de que trata o artigo 13, desde que as funções demandem formação profissional.

Art. 17 A contratação do aprendiz deverá ser efetivada pela Administração Pública Municipal, bem como, pelas Pessoas Jurídicas que prestam serviços terceirizados ao município de Paranatinga, na administração direta e indireta, compreendendo as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações.

§ 1º Na hipótese de contratação de aprendiz diretamente pela Administração Pública Municipal, esta assumirá a condição de empregador, devendo inscrever o aprendiz em programa de aprendizagem.

§ 2º Quando o vínculo empregatício do aprendiz se der com a entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica que ministre o curso de aprendizagem, esta deverá proceder ao registro e à assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS.

§ 3º A contratação de aprendiz por intermédio de empresas locais, somente deverá ser formalizada após a celebração de Convênio, ou outro instrumento semelhante, com a Administração Pública Municipal, respeitadas as disposições das Legislações Federal e Estadual, no qual, dentre outras obrigações recíprocas, se estabelecerá as seguintes: I - A empresa, simultaneamente ao desenvolvimento do programa de aprendizagem, pode assumir a condição de empregador, com todos os ônus dela decorrentes, assinando a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do aprendiz e anotando, no espaço destinado às anotações gerais, a informação de que o contrato de trabalho decorre de instrumento específico firmado com a administração pública municipal. II - A Administração Pública municipal proporcionara ao aprendiz a experiência prática para formação técnico-profissional metódica a que este será submetido.

Art. 18 Para a consecução dos objetivos do programa de que trata a presente Lei fica o Poder Executivo autorizado, desde já, a firmar convênios ou instrumentos congêneres respeitados as disposições das legislações federal e estadual.

Art. 19 Ao aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo nacional, conforme Lei nº 10.097/2000.

Art. 20 O aprendiz será desvinculado do programa no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, exceto na hipótese de aprendiz com deficiência, ou, ainda, antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

I - Constituição de vínculo empregatício ou de exercício de qualquer atividade remunerada;

II - Falta disciplinar grave;

III - Frequência escolar inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) ao mês, sem justificativa;

IV - Frequência no programa inferior a 85% (oitenta e cinco por cento), sem justificativa; V - Desligamento espontâneo a pedido do aprendiz;

VI - Desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz.

Art. 21 Para efeito das hipóteses descritas nos incisos do "caput" do artigo anterior desta Lei serão observadas as seguintes disposições:

I - O desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz referente às atividades do programa de aprendizagem será caracterizado mediante laudo ou relatório detalhado e fundamentado de avaliação elaborado pela pessoa jurídica qualificada em formação técnico-profissional metódica;

II - A falta disciplinar grave caracteriza-se por quaisquer das hipóteses descritas no artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;

III - A ausência injustificada à escola será caracterizada por meio de declaração da instituição de ensino.

Art. 22 Para cumprimento do disposto nesta Lei, a fim de garantir à implementação do "Programa Jovem Aprendiz", as despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias previstas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 23 A presente Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 24 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 25 Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 16 de março de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 113/2020 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

PORTARIA Nº 113/2020 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA** no exercício de suas funções e uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal específica,

CONVOCA os candidatos especificados no Anexo I desta Portaria, aprovados e classificados no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO n° 001/2019, Termo de Homologação Decreto nº 1647/2019 devidamente publicado no Jornal Oficial da AMM na data de 19 de agosto de 2019, para re-

alização de perícia médica e entrega dos documentos exigidos para contratação.

1. DA PERÍCIA MÉDICA E DA CONTRATAÇÃO. 1.1. Os candidatos aprovados e convocados terão **06 (seis) dias úteis (de acordo com prorrogação determinada pelo Decreto nº 1698/2020 de 22 de janeiro de 2020)** contados da publicação da portaria de convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo e apresentação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura (cargos correlatos a esta secretaria) e Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, cujo atendimento acontece de segunda-feira a sexta-feira das 7:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, devendo entregar a seguinte documentação para sua contratação: I. 02 fotos 3x4 recentes. II. 02 Cópias do CPF, RG, Título de Eleitor, Certificado de Reservista para o sexo masculino; III. 02 Cópias da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (cópia da página com a numeração da CTPS e verso da mesma página, contendo os dados pessoais); IV. 02 Cópias da Certidão de Nascimento ou Casamento; V. 02 Cópias da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos; VI. 02 Cópias da Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou; VII. 02 Cópias do Registro no Respectivo Conselho Profissional, juntamente com a comprovação de estar quite com as obrigações junto ao respectivo conselho (para os cargos que se fizerem necessário); VIII. 02 Cópias do Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos; IX. 02 Cópias da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida para o cargo, em caso de candidato aprovado para os cargos de Apoio Administrativo Educacional II – Motorista. 02 cópias do Comprovante de endereço com data recente; 02 cópias do cartão do Banco do Brasil, ou do comprovante de abertura da conta corrente do Banco do Brasil. XII. Original e 01 (uma) cópia da Certidão de quitação eleitoral. XIII. Original e 01 (uma) cópia da Certidão Negativa Civil e Criminal. XIV. Original e 01 (uma) cópia da Certidão Negativa de Tributos Municipais; XV. Original e 01 (uma) cópia da Declaração contendo: Endereço residencial; Telefone; n.º de conta corrente no Banco do Brasil; n.º do PIS/PASEP. XVI. Original e 01 (uma) cópia da Declaração de bens. XVII. Original e 01 (uma) cópia da Declaração de não acúmulo de cargo público. XVIII. Original e 01 (uma) cópia da Declaração de não demissão por justa causa no funcionalismo público municipal e/ou em decorrência de processo administrativo disciplinar; XIX. Original e 01 (uma) cópia da Declaração de disponibilidade de carga horária; XX. Original e 01 (uma) cópia do Exame Admissional realizado pelo Médico do Trabalho. 02 cópias dos CPFs do pai, da mãe e dos filhos ou Original e 01 (uma) cópia de Declaração contendo o número dos CPFs do pai, da mãe e dos filhos; XXII. 02 cópias acompanhada do original dos títulos que tenha declarado no ato da inscrição.

2. De acordo com decreto nº 1691 de 30 de dezembro de 2019, "Não havendo a possibilidade de apresentar a documentação exigida pelo item XXI, o(a) candidato(a) deverá apresentar **declaração de próprio punho firmada por ele(ela) e autenticada em cartório, declarando os fundamentos da não existência do CPF do pai e/ou da mãe".**

3. Os candidatos que não comparecerem nas datas e horários definidos nesta Portaria, serão desclassificados neste chamamento, sendo reclassificados.

4. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **5.** Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paranatinga/MT, 16 de março de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I - TDI - URBANO	
Ordem	**Candidato**
41	REJANE CATARINA CIZMOSKI DA SILVA
42	DINALVA LEMES DA SILVA TAQUES
43	AMANDA DOS SANTOS SOUZA
CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I - VIGIA - URBANO	
Ordem	**Candidato**
24	LUCIENE PEREIRA DA SILVA
25	VALTEIR JUNIOR CAMPANHA DA SILVEIRA
CARGO: NUTRICIONISTA - URBANO	
Ordem	**Candidato**
1	SILVANA APARECIDA BOSCH

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1884/2020.

LEI Nº 1884/2020.

"Institui o Sistema Municipal de Cultura de Paranatinga - SMC, cria o Fundo Municipal de Incentivo a Cultura de Paranatinga - FMCP, estabelece Diretrizes para Políticas Públicas de Cultura e dá outras Providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Capítulo I

DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Paranatinga, Estado do Mato Grosso, o Sistema Municipal de Cultura - SMC, que visa proporcionar efetivas condições para o exercício da cidadania cultural a todos os paranatinguense, estabelece novos mecanismos de gestão pública das políticas culturais e cria instâncias de efetiva participação de todos os segmentos sociais atuantes no meio cultural.

Parágrafo único. Para consecução dos fins previstos neste artigo, o Sistema Municipal de Cultura – SMC tem por objetivo:

I - consolidar um sistema público municipal de gestão cultural, com ampla participação e transparência;

II - implantar novos instrumentos institucionais, como o Conselho Municipal de Cultura - CMC, o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC, Fundo Municipal de Cultura de Paranatinga - FMCP, e posterior elaboração do Plano Municipal de Cultura - PMC;

III - universalizar e democratizar o acesso a bens, serviços e produtos culturais;

IV - dinamizar as cadeias produtivas da economia da cultura;

V - assegurar a efetividade das políticas públicas de cultura pactuadas entre o Município e a Sociedade Civil;

VI - mobilizar a sociedade, mediante a adoção de mecanismos que lhe permitam, por meio da ação comunitária, definir prioridades e assumir corresponsabilidades no desenvolvimento e na sustentação das manifestações e projetos culturais;

VII - estimular a organização e a sustentabilidade de grupos, associações, cooperativas e outras entidades atuantes na área cultural;

VIII - fortalecer as identidades locais, através do incentivo à criação, produção, pesquisa, difusão e preservação das manifestações culturais;

IX - criar mecanismos para a difusão das diversas identidades étnicas existentes no Município de Paranatinga, fortalecendo a convivência entre elas e a comunidade local;

X - levantar, divulgar e preservar o patrimônio cultural do município e as memórias, materiais e imateriais da comunidade;

XI - estimular a continuidade aos projetos culturais já consolidados e com notório reconhecimento da comunidade;

XII - manter e ampliar os eventos tradicionais que identifiquem os costumes da população; e

XIII - assegurar a centralidade da cultura no conjunto das políticas locais, reconhecendo o município como o território onde se traduzem os princípios da diversidade e multiplicidade culturais, estimulando uma visão local que equilibre o tradicional e o moderno numa percepção dinâmica da cultura.

Capítulo II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS

Art. 2º Fica criado o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC, instrumento de reconhecimento da cidadania cultural e de gestão das políticas públicas municipais de cultura, de caráter normativo, regulador e difusor, que organiza e disponibiliza informações sobre os diversos fazeres culturais do Município, bem como seus espaços e produtores.

Parágrafo único. A organização e manutenção do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC, ficam sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC, através do departamento de Cultura ou equivalente.

Art. 3º O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC, tem por finalidades:

I - reunir dados sobre a realidade cultural do município, por meio da identificação, registro e mapeamento dos diversos artistas, produtores, técnicos, usuários, profissionais, bem como grupos, entidades e equipamentos culturais existentes;

II - servir de instrumento para a busca por informações culturais e a divulgação da produção cultural local;

III - ser um difusor da produção e o patrimônio cultural do município, facilitando o acesso ao seu potencial e dinamizando a cadeia produtiva;

IV - consolidar informações dos seus integrantes para incentivar a participação nos fóruns deliberativos, nas diversas instâncias do Sistema Municipal de Cultura; e

V - promover cursos de gestão e produção cultural, técnica e artística nas suas diversas áreas.

Art. 4º O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC, deverá ser organizado de acordo com as Áreas Temáticas de atuação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura- SMEC, através do departamento de cultura e seus respectivos segmentos.

§ 1º As Áreas Temáticas são propostas de modo a tornar o mais abrangente possível à área de atuação das atividades, a saber:

I - Arte/Cultura:

a) Artes visuais;

b) música;

c) artesanato e artes aplicadas;

d) Teatro;

e) Dança;

f) Circo;

g) Performance;

h) Intervenções;

i) literatura;

j) audiovisual;

k) culturas populares

l) hip hop;

m) carnaval;

n) capoeira;

o) artes gráficas;

p) agente cultural; e

q) produtor cultural.

II - Patrimônio Cultural:

a) tradições populares;

b) arquivos, museus, salas de memória, centros culturais e coleções particulares;

c) historiografia, incluindo produções de outros campos do conhecimento: antropologia, geografia, sociologia, entre outros;

d) patrimônio material;

e) patrimônio imaterial;

f) movimentos sociais; e

g) cidadãos.

§ 2º Os Fóruns Setoriais, organizados pelo Conselho Municipal de Cultura - CMC, podem deliberar pela inclusão, exclusão ou fusão de novos segmentos no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC.

Art. 5º Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC, disponibilizado em formatos, impresso ou digital, tem sua implementação através de ato administrativo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC em acordo com o Conselho Municipal de Cultura - CMC.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC, tem campos de informações disponíveis para o acesso público e gratuito, e campos de acesso restrito à administração da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC.

Art. 6º Podem se cadastrar no SMIIC:

I - pessoas físicas, residentes em Paranatinga, com comprovada atuação na área cultural;

II - agentes culturais comprovadamente atuantes na cidade, residentes em outras cidades, estados e países, que desenvolvam projetos culturais em prol da cidade de Paranatinga;

III - pessoas jurídicas legalmente registradas, localizadas e atuantes na área cultural em Paranatinga há, no mínimo, 1 (um) ano; e

IV - teatros, salas de cinema, centros culturais, museus, casas de memória, academias ligadas à área de cultura, espaços que comprovem atuação cultural, bens tombados, casas de leitura e escrita, bibliotecas, "sebos", acervos, escolas de arte, locais de interesse turístico, galerias de arte, pontos de exposição e comercialização de artesanato, praças e outros que identifiquem afinidade com a cultura.

Art. 7º Pessoas físicas ou jurídicas podem se cadastrar em mais de uma área ou segmento.

Art. 8º Qualquer cidadão pode apresentar junto ao Conselho Municipal de Cultura - CMC, impugnação fundamentada sobre pessoa física ou jurídica cadastrada no SMIIC, devendo o Conselho Municipal de Cultura - CMC, analisar e tomar decisão sobre a impugnação.

Capítulo III

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 9º A Conferência Municipal de Cultura promovida e organizada pela SMEC-Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo Conselho Municipal de Cultura -CMC, é a instância máxima de participação e deliberação do Sistema Municipal de Cultura - SMC, tendo direito à voz e voto todas as pessoas físicas e jurídicas, inscritas no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC, com direito apenas a voz todo cidadão inscrito previamente na Conferência.

§ 1º A participação com direito a voz e voto se dará com a inscrição no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC - efetuada, pelo menos, 45 (quarenta e cinco) dias antes da data da Conferência.

§ 2º Em cada processo eleitoral, o cadastrado só pode se candidatar para representar um segmento ou área.

Art. 10 São atribuições e competências da Conferência Municipal de Cultura:

I - subsidiar o Município, bem como seus respectivos órgãos gestores da área cultural, propondo e aprovando as diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Cultura - PMC, observando quando pertinentes às diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Cultura e o Plano Estadual de Cultura;

II - aprovar o Regulamento da Conferência no ato da abertura desta;

III - definir o número de entidades para compor o Conselho Municipal de Cultura - CMC, no biênio, garantindo a representatividade setorial presente no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC;

IV - eleger as entidades para compor o Conselho Municipal de Cultura - CMC;

V - mobilizar a sociedade e os meios de comunicação para a importância da cultura, bem como de suas manifestações, para o desenvolvimento sustentável do município;

VI - facilitar o acesso da sociedade civil aos mecanismos de participação popular no município, por meio de debates sobre os signos e processos constitutivos da identidade e diversidade cultural;

VII - auxiliar o governo municipal, subsidiar o governo Estadual e Federal e consolidar os conceitos de cultura junto aos diversos setores da sociedade;

VIII - identificar e fortalecer a transversalidade da cultura em relação às políticas públicas nos três níveis de governo;

IX - promover a viabilização de informações e conhecimentos estratégicos para a implantação efetiva do Sistema Municipal de Cultura de Paranatinga e posteriormente da consolidação com os Sistemas Estadual e Nacional de Cultura;

X - avaliar a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal de Cultura - CMC, levando em consideração os relatórios elaborados pelo mesmo, apresentando modificações, quando forem necessárias;

XI - avaliar a estruturação e a funcionalidade do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC, apresentando modificações, quando forem necessárias, considerando os encaminhamentos propostos pelo Conselho Municipal de Cultura - CMC; e

XII - avaliar a execução das diretrizes e prioridades das políticas públicas de cultura.

Art. 11- A organização das atividades da Conferência Municipal de Cultura será subsidiada por meio de uma Comissão Organizadora.

§ 1º A Comissão Organizadora será presidida pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura, formada por 5 (cinco) membros indicados pelo Prefeito Municipal de Paranatinga, sendo 2 (dois) deles representantes de entidades culturais do Município.

§ 2º A Comissão Organizadora Municipal possui caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador, abrangendo as seguintes funções:

I - nomear o Grupo de Trabalho Executivo - GTE - para agilizar o desenvolvimento da Conferência Municipal de Cultura;

II - promover a realização da Conferência Municipal de Cultura, coordenando e supervisionando os trabalhos a serem realizados, atendendo aos aspectos jurídicos, técnicos, políticos e administrativos;

III - propor, divulgar e operacionalizar o Regulamento da Conferência;

IV - assegurar a veracidade de todos os procedimentos;

V - elaborar ou indicar textos de apoio para debate, nos respectivos grupos de discussão;

VI - envolver membros da sociedade civil, bem como integrantes de Fóruns Culturais, Poder Legislativo, entidades culturais, instituições comunitárias, entre outras;

VII - tornar público o local, data e eixos temáticos da referida Conferência;

VIII - elaborar a lista de convidados para a conferência, somente com direito a voz e sem direito a voto;

IX - escolher os relatores para os grupos de discussão, nos respectivos eixos temáticos, durante o desenvolvimento dos trabalhos; e

X - receber os relatórios dos grupos de discussão, durante a conferência, sistematizar e elaborar relatório final e demais documentos por ela emitidos, como os anais da conferência, bem como a lista das entidades eleitas para o Conselho Municipal de Cultura - CMC.

§3º O Grupo de Trabalho Executivo - GTE - possui caráter executivo, abrangendo as seguintes funções:

I - dar cumprimento às deliberações da Comissão Organizadora Municipal;

II - viabilizar e gerenciar os recursos para a realização da Conferência; e

III - instruir os servidores responsáveis pelo apoio necessário.

Art. 12 - A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, formará Comissão, constituída por representantes de entidades culturais, que se responsabilizará, excepcionalmente, pelo acompanhamento e apoio às Câmaras Temáticas com vistas à realização do Fórum Setorial, ao final do qual a referida Comissão será automaticamente dissolvida.

Capítulo IV

DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS

Art. 13 Fica criado o Conselho Municipal de Cultura - CMC, órgão de caráter normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador, no âmbito de sua competência, que intermedia relação entre a administração municipal e a sociedade civil.

Art. 14 As entidades integrantes do Conselho Municipal de Cultura - CMC, deverão estar inscritas, previamente, no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC, e eleitas bienalmente pela Conferência Municipal de Cultura.

Parágrafo único. O segmento: Cidadãos, de que trata o inciso II, alínea "g", do artigo 4º, e Pessoas Físicas, do inciso I, do artigo 6º desta Lei, não poderão ser eleitos para o Conselho Municipal de Políticas Culturais.

Art. 15 O funcionamento do Conselho Municipal de Cultura - CMC, bem como a composição e eleição de sua mesa diretora, será definida em Regimento Interno, devendo ser proposto e aprovado por seus integrantes.

Art. 16 São atribuições e competências do Conselho Municipal de Cultura - CMC:

I - contribuir com o processo de organização e consolidação das políticas culturais, assumindo corresponsabilidade em relação às seguintes ações:

a) aprovar o Plano Municipal de Cultura, de acordo com proposta apresentada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC;, observando as recomendações dos Fóruns Setoriais e da Conferência Municipal de Cultura;

b) aprovar os projetos culturais para obter apoio vinculado ao orçamento da Fundação Cultural, denominado de "Projetos Especiais";

c) fiscalizar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC; e

d) escolher representantes para compor a Comissão de Avaliação e Seleção de projetos culturais apresentados para obter apoio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC; na rubrica orçamentária específica de "Projetos Especiais".

II - fiscalizar a execução financeira dos projetos culturais apoiados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC;

III - acompanhar a execução dos projetos culturais da administração municipal e de projetos da sociedade civil apoiados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC;

IV - acompanhar o processo de planejamento, execução e avaliação das ações e metas estabelecidas no Plano Municipal de Cultura;

V - aprovar o Regimento Interno do Conselho;

VI - representar a sociedade civil de Paranatinga, junto ao Poder Público Municipal, preservando as competências da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, - SMEC, nos assuntos que digam respeito à gestão pública de cultura;

VII - estabelecer diretrizes e propor normas para as políticas culturais do município, no âmbito da sua competência;

VIII - apresentar, discutir e dar parecer sobre projetos que digam respeito à produção, ao acesso aos bens culturais e à difusão das manifestações culturais da cidade de Primavera do Leste;

IX - estimular a democratização e a descentralização das atividades de produção, formação e difusão cultural no município, visando garantir a cidadania cultural como direito de acesso aos bens culturais, de produção cultural e de preservação da memória histórica, social, política e artística;

X - aprovar as condições que garantam a continuidade dos projetos culturais de reconhecimento prévio em beneficio à sociedade civil e em fortalecimento às identidades locais;

XI - responder as consultas sobre proposições relacionadas às políticas públicas de cultura no município, dentro de sua esfera de competência;

XII - fiscalizar as ações relativas ao cumprimento das políticas públicas de cultura, previstas no Plano Municipal de Cultura e na forma de seu Regimento Interno;

XIII - promover e organizar as Conferências Municipais de Cultura e Fóruns Setoriais de acordo com as áreas cadastradas no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC;

XIV - debater as propostas de reformulação dos marcos legais da gestão cultural, para submeter posteriormente aos órgãos competentes; e

XV - incentivar, apoiar e acompanhar a criação e o funcionamento de espaços culturais, de iniciativa de associações de moradores ou de outros grupos organizados, estimulando a busca de parcerias com o poder público e a iniciativa privada.

Art. 17 O Conselho Municipal de Cultura - CMC, realizará anualmente os Fóruns Setoriais, organizados em duas áreas: Arte/Cultura e Patrimônio Cultural.

Parágrafo único. Participarão da plenária dos Fóruns Setoriais todos os integrantes do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC.

Art. 18 São atribuições dos Fóruns Setoriais:

I - reunir os diversos segmentos das áreas, conforme definidas no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC, para debater questões relacionadas às políticas culturais;

II - propor inclusão de novos segmentos nas Áreas Temáticas do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC; e

III - criar Câmaras Temáticas representativas dos diversos segmentos de cada uma das áreas, de acordo com as demandas do movimento cultural, quando necessário.

Art. 19 Os Fóruns Setoriais são espaços de diálogo, de pactuação e formulação das políticas públicas para cada segmento, sugerindo ações e acompanhando sua execução pelo governo.

Parágrafo único. Os Fóruns Setoriais podem ter reuniões extraordinárias quando houver necessidade, mediante convocação do Conselho Municipal de Cultura- CMC.

Art. 20 A Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Lazer e Juventude - SECULT, garante infraestrutura, suporte técnico e administrativo ao Conselho Municipal de Cultura - CMC, para o desempenho de suas atribuições.

Art. 21 O Conselho Municipal de Cultura - CMC, tem o direito de usufruir de espaços oficiais nos meios de comunicação para publicar suas resoluções, comunicados e outros instrumentos previstos no Regimento Interno.

Capítulo V

DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 22 Fica criado o Fundo Municipal de Cultura de Paranatinga - FMCP, instrumento de financiamento das políticas públicas municipais de cultura nas áreas de Arte e Patrimônio Cultural, de natureza contábil especial, mediante Editais específicos, que designa a forma de apoio.

Art. 23 O Fundo Municipal de Cultura de Paranatinga - FMCP, tem por finalidade financiar os projetos culturais nas áreas de Arte e Patrimônio Cultural, apresentados por pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado.

Art. 24 Constituem receitas do FMCP:

I - recursos orçamentários do município de Paranatinga;

II - contribuições, transferências, subvenções, auxílios ou doações de setores públicos ou privados, nacionais ou internacionais;

III - resultados de convênios, contratos ou acordos, celebrados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, nas áreas de Arte e Patrimônio Cultural;

IV - outros recursos, créditos e rendas adicionais ou extraordinárias que, por sua natureza, possam ser destinado ao FMCP.

§ 1º Os recursos do Fundo são depositados em estabelecimento oficial, em conta corrente denominada Fundo Municipal de Cultura de Paranatinga - FMCP;

§ 2º A cada final de exercício financeiro, os recursos repassados ao FMCP não utilizados, são transferidos para utilização pelo Fundo, no exercício financeiro subsequente.

Art. 25 É vedada a aplicação de recursos do FMCP em construção ou conservação de bens imóveis; despesas de capital que não se refiram à aquisição de acervos; projetos, cujo produto final ou atividades sejam destinados a coleções particulares; projetos que beneficiem exclusivamente seu proponente, na qualidade de sociedade com fins lucrativos; seus sócios ou titulares, e projetos que tenham sido beneficiados por outro sistema de financiamento, de origem municipal.

Parágrafo único. Excetuam-se a vedação deste artigo, os projetos que tenham por objeto a conservação, reciclagem ou restauração de bens tombados pelo Município.

Art. 26 O FMCP pode garantir até 100% (cem por cento) do custo do projeto aprovado, ficando a cargo de cada Edital estabelecer contrapartida do proponente, de modo que não inviabilize a sua execução.

Art. 27 Os projetos concorrentes ao FMCP devem ter o seu local de produção, promoção e execução o município de Paranatinga-MT.

Parágrafo único. Poderão concorrer projetos com o objetivo de divulgar a cultura e turismo do município de Paranatinga, desde que observado o caput deste artigo e que não fuja a finalidade do FMCP.

Art. 28 A transferência financeira dá-se mediante depósito em conta corrente vinculada ao projeto.

Art. 29 Nos projetos apoiados pelo FMCP deve constar, no corpo do produto, em destaque, apenas a seguinte expressão: apoio institucional da

Prefeitura Municipal de Paranatinga, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com o brasão do Município, logo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e o logo do Fundo Municipal de Cultura de Paranatinga - FMCP.

Capítulo VI

DA GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE PARANATINGA - FMCP.

Art. 30 A gestão do FMCP fica a cargo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e do Conselho Municipal de Cultura - CMC, ficando a administração a cargo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 31 A administração dos recursos do FMCP é feita pelas seguintes instâncias:

I - Direção Geral do FMCP é de responsabilidade do Secretário Municipal de Educação e Cultura;

II - Comissão de Análise Técnica, instituída no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, responsável pela habilitação dos projetos, constituída por, no mínimo, 03 (três) membros;

III - Comissão de Avaliação e Seleção, composta através de deliberação do Conselho Municipal de Cultura - CMC, responsável pela avaliação e seleção dos projetos a serem financiados, constituída por, no mínimo,05 (cinco) membros;

IV - Além de compor a lista de selecionados, a comissão de avaliação e seleção deverá publicar o relatório de avaliação de cada projeto analisado.

Art. 32 Além da Direção Geral do FMCP compete ao Secretário Municipal de Educação e Cultura:

I - nomear os membros da Comissão de Avaliação e Seleção, escolhidos pelo Conselho Municipal de Cultura - CMC, bem como das Comissões Especiais de Avaliação;

II - designar e nomear os componentes da Comissão de Análise Técnica;

III - autorizar expressamente todas as despesas e pagamentos realizados pelo FMCP;

IV - movimentar a conta bancária do Fundo;

VI - firmar contratos, convênios e congêneres;

VII - aprovar o Plano de Aplicação dos Recursos do FMCP;

VIII - encaminhar, nas épocas aprazadas, demonstrativos e prestações de contas, plano de aplicação de recursos e outros documentos informativos necessários ao acompanhamento e controle dos órgãos competentes.

Parágrafo único. Para a execução das atribuições nos incisos III e IV deste artigo se exigirá, além do Secretário Municipal de Educação e Cultura, serão corresponsáveis o Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Fazenda, sendo expressamente necessária a assinatura de todos os responsáveis.

Art. 33 Compete à Comissão de Análise Técnica, constituída por servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

I - emitir e encaminhar à Comissão de Avaliação e Seleção parecer técnico prévio de habilitação dos projetos apresentados ao FMCP, considerando seus aspectos legais, de compatibilidade orçamentária, de viabilidade técnico-financeira e de adequação ao previsto no Edital, nos limites dos aspectos formais dos projetos;

II - acompanhar os projetos aprovados, encaminhando ao Secretário Municipal de Educação e Cultura, ao seu término, ou a qualquer tempo, laudo técnico com a avaliação sobre o cumprimento das obrigações assumidas pelo proponente do projeto cultural;

III - opinar sobre cláusulas de convênios, contratos, prestações de contas, ou outras questões pertinentes relacionadas a projetos apresentados ao FMCP.

Parágrafo único. A Comissão de Análise Técnica será coordenada por um de seus membros, indicado pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura.

Art. 34 Compete à Comissão de Avaliação e Seleção, nomeada pelo Conselho Municipal de Cultura -CMC:

I - apreciar e aprovar projetos culturais a serem financiados, de acordo com as diretrizes e disponibilidades financeiras do FMCP;

II - atender normas e critérios referentes à apreciação dos projetos culturais e dar visibilidade a essas normas e critérios.

§ 1º A Comissão de Avaliação e Seleção será presidida por um de seus membros, eleito entre eles.

§ 2º A Comissão de Avaliação pode convocar, quando se fizer necessário, o apoio de pareceristas e/ou especialistas.

Art. 35 Os projetos culturais que pretendam obter financiamento junto ao FMCP devem ser apresentados em formulário próprio, datado e assinado pelo proponente, de acordo com as normas a serem regulamentadas por Edital.

Art. 36 Cabe a Secretaria Municipal de Educação e Cultura por deliberação do Conselho Municipal de Cultura - CMC, elaborar os Editais, estabelecendo prazos, a tramitação interna dos projetos e a padronização de sua apreciação, definindo, ainda, os formulários de apresentação, bem como a documentação a ser exigida.

Art. 37 Os projetos culturais devem apresentar proposta de fruição e acesso a bens culturais, contrapartida ou retorno de interesse público.

Parágrafo único. No caso do projeto aprovado resultar em obra de caráter permanente, como CD, DVD, livro, etc., o retorno consistirá em doação de 20% da edição ao acervo municipal, para uso público.

Art. 38 A Secretaria Municipal de Educação e Cultura por meio da Comissão de Análise Técnica fica incumbida do acompanhamento e fiscalização da execução dos projetos, ao longo e ao término de sua execução.

§ 1º A avaliação comprovará os resultados esperados e atingidos, objetivos previstos e alcançados, os custos estimados e reais e a repercussão da iniciativa na sociedade.

§ 2º A avaliação culminará em laudo final, que será submetido ao Secretário Municipal de Educação e Cultura e do Conselho Municipal de Cultura - CMC.

§ 3º O Conselho Municipal de Cultura - CMC, acompanhará o desenvolvimento dos projetos durante sua execução e apresentação de resultados.

Art. 39 O acompanhamento dos projetos financiados dá-se na forma de visitas aos locais de execução e da apresentação, por parte dos executores, de relatórios de atividades e execução financeira, com periodicidade definida no Edital, em formulário padrão.

Art. 40 Fica autorizada a contratação de pareceristas e/ou especialistas para assessorar as Comissões de Avaliação e Seleção dos projetos a serem apoiados, de acordo com as especificidades de cada Edital.

Art. 41 Os projetos já aprovados e desenvolvidos anteriormente, que forem concorrer novamente aos benefícios do FMCP com repetição de seus conteúdos fundamentais, devem anexar relatório de atividades contendo as ações previstas e executadas, bem como explicitar os benefícios planejados para a continuidade.

Art. 42 A não apresentação dos relatórios de atividades e execução financeira, nos prazos fixados, implica na aplicação sequencial das seguintes sanções ao proponente:

I - advertência;

II - suspensão da análise e arquivamento de projetos que envolvam seus nomes e que estejam tramitando no FMCP;

III - paralisação e tomada de contas do projeto em execução;

IV - impedimento de pleitear qualquer outro incentivo do FMCP e de participar, como contratado, de eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura; e

V - inclusão, como inadimplente, no Órgão de Controle de Contratos e Convênios do Município de Paranatinga, além de sofrer ações administrativas, cíveis e penais, conforme o caso.

Art. 43 Em caso de impedimento do proponente, durante a execução do projeto, a Secretaria de Educação e Cultura, pode assumir ou indicar outro executor, conforme sua avaliação e do Conselho Municipal de Cultura - CMC, para garantir a viabilidade do projeto, salvaguardadas as questões de direitos autorais.

Art. 44 No caso de quitação da pendência, o proponente é reabilitado e, se houver reincidência da inadimplência no período de três anos, é excluído, pelo prazo de três anos, como proponente beneficiário do FMCP, bem como de outros mecanismos municipais de financiamento à cultura.

Art. 45 O responsável pelo projeto, cuja prestação de contas for rejeitada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, tem acesso à documentação que sustentou a decisão, bem como pode interpor recurso junto à administração pública municipal, conforme previsão de Edital, para reavaliação do laudo final, acompanhado, se for o caso, de elementos não apresentados inicialmente à consideração da Secretaria de Educação e Cultura.

Capítulo VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 46 Os mecanismos de gestão das políticas públicas culturais também constituem instrumentos do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 47 A Conferência Municipal de Cultura avaliará e proporá alterações, se necessárias, ao Sistema Municipal de Cultura - SMC, e as encaminhará ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 48 A organização das atividades da Conferência Municipal de Cultura será subsidiada por meio de uma Comissão Organizadora.

§ 1º A Comissão Organizadora será presidida pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura, formada por 05 (cinco) membros indicados pelo Prefeito Municipal de Paranatinga, sendo 02 (dois) deles representantes de entidades culturais do Município.

§ 2º A Comissão Organizadora será presidida pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura, formada por 06 (seis) membros indicados pelo Prefeito Municipal de Paranatinga, sendo 03 (três) deles representantes de entidades culturais do Município.

§ 3º O Grupo de Trabalho Executivo - GTE, possui caráter executivo, abrangendo as seguintes funções:

I - dar cumprimento às deliberações da Comissão Organizadora Municipal;

II - viabilizar e gerenciar os recursos para a realização da Conferência; e

III - instruir os servidores responsáveis pelo apoio necessário.

§ 4º Fica autorizado à contratação de especialistas para assessorar a organização da Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga.

Art. 49 A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, formará Comissão, constituída por representantes de entidades culturais, que se responsabilizará, excepcionalmente, pelo acompanhamento e e apoio às Câmaras Temáticas com vistas à realização do Fórum Setorial, ao final do qual a referida Comissão será automaticamente dissolvida.

Art. 50 Os mecanismos de gestão das políticas públicas culturais também constituem instrumentos do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 51 A Conferência Municipal de Cultura avaliará e proporá alterações, se necessárias ao Sistema

Municipal de Cultura - SMC, e as encaminhará ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 52 O Poder Executivo regulamentará esta Lei, por Decreto, no que for necessário.

Art. 53 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação**,** revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n. 004 de 05 de junho de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, em 16 de março de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 104

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA		
DEPARTAMENTO DE COMPRAS		
EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO		
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA		
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 09/03/2020, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.		
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 104/2020		
Razão Social/Nome:		M. DIESEL CAMINHÕES E ONIBUS LTDA
CNPJ/CPF:		07.811.058/0002-45
Endereço Completo:		RODOVIA 364 KM 202,0 - VILA SALMEN - RONDONÓPOLIS/MT
Telefones:	~	
- Dados do Produto e/ou Serviços		
Produtos/Serviços:		AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A REVISÃO DE 30.000 KM DO ÔNIBUS PLACA: QCR7483 DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Quantidade:		17 (DEZESSETE) UND
Destinação/Justificativa:		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Valor:	R$ 3.286,05 (TRÊS MIL DUZENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E CINCO CENTAVOS)	
Elemento de Despesa:		3.3.90.30

PORTARIA Nº 203/2020 - FÉRIAS REGULARES LUCIA APARECIDA BUENO DA SILVA

16 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **04/10/2018 à 04/10/2019.**

RESOLVE:

ART. 1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora LUCIA APARECIDA BUENO DA SILVA, lotada na Secretaria de Saúde de Pedra Preta – MT, ocupante do cargo de Contínua/Merendeira, a serem usufruídas no período de **18/03/2020 à 16/04/2020**.

ART.2ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

DECRETO Nº 049/2020 - PROGRESSÃO FUNCIONAL

16 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre concessão de Progressão Funcional Horizontal, conforme Lei Municipal nº 855/2015 de 09 de junho de 2015 e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 855/2015: Seção I - Da Progressão Horizontal

Art. 32º A Progressão Horizontal dos Profissionais da Administração Municipal dar-se-á de uma classe para outra imediatamente superior à que o servidor ocupa, na mesma série de classes do cargo, mediante comprovação da habilitação educacional, observado o cumprimento do intervalo mínimo de 01 (ano) ano de uma Classe para outra, com exceção dos servidores públicos efetivos e estáveis que na data do enquadramento já integravam o quadro da administração.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Progressão Funcional Horizontal ao servidor:

Nº	Matricula	Nome	Admissão	Cargo	Classe/nível atual	Classe nível a progredir
1	5290	Walter Ribeiro dos Santos	07/11/2016	Motorista	A/03	B/03

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 102

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA		
DEPARTAMENTO DE COMPRAS		
EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO		
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA		
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 09/03/2020, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.		
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 102/2020		
Razão Social/Nome:		M. DIESEL CAMINHÕES E ONIBUS LTDA
CNPJ/CPF:		07.811.058/0002-45
Endereço Completo:		RODOVIA 364 KM 202,0 - VILA SALMEN - RONDONÓPOLIS/MT
Telefones:	~	
- Dados do Produto e/ou Serviços		
Produtos/Serviços:		PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A REVISÃO DE 30.000 KM DO ÔNIBUS QCR-7483 DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Quantidade:		01 (UM) SERV.
Destinação/Justificativa:		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Valor:	R$ 550,00 (QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS)	
Elemento de Despesa:		3.3.90.39

PORTARIA Nº 204/2020 - FÉRIAS REGULARES EDIVAN BORGES MUNIZ

16 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidor Público Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **10/02/2019 à 10/02/2020.**

RESOLVE:

ART. 1º Conceder FÉRIAS regulares ao servidor EDIVAN BORGES MUNIZ, lotado na Secretaria Municipal de Finanças de Pedra Preta – MT, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, a serem usufruídas no período de **19/03/2020 à 17/04/2020**.

ART.2ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PORTARIA Nº 205/2020 - FÉRIAS REGULARES VALDICLEIA SILVA DE JESUS

16 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidora Pública Municipal **e** dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **26/11/2017 à 26/11/2018.**

RESOLVE:

ART. 1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora VALDICLEIA SILVA DE JESUS, lotada na Secretaria de Saúde de Pedra Preta – MT, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a serem usufruídas no período de **06/04/2020 à 25/04/2020,** sendo 10(dez) dias de férias em abono pecuniário, conforme disposto no artigo 72 da Lei Municipal n.º 075/98 de 23 de Março de 1998.

ART.2ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 025/2020 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2020

16 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de **Pedra Preta**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos serviços públicos e o princípio da Supremacia do Interesse Público;

CONSIDERANDO o recebimento do Memorando nº 122/2020/SME;

CONSIDERANDO a homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2020 realizada por meio do Decreto nº 025/2020, de autoria do Executivo Municipal, Publicado no diário oficial da AMM na data de 10/02/2020, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATOS CONVOCADOS:

PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ATE O 5º ANO/SEDE.

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0006320	Nirley de Sousa Santos Belem	47º

Em substituição a professora Yones Ramires da Silva.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

HERNANE CARNEIRO GOMES

Sec. Geral de Coord. Administrativa

PORTARIA Nº 201/2020 - EXONERAÇÃO GRACIANA MARIA DE OLIVEIRA

16 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre EXONERAÇÃO de Servidora Pública Municipal **e** dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Do Município De Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do Ofício nº 129/2020/GESTAO DO SUS, apresentado pelo Departamento de Recursos Humanos.

RESOLVE:

ART. 1º - Exonerar a Servidora GRACIANA MARIA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Técnico em Raio-X, na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pedra Preta - MT.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de março de 2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PORTARIA Nº 206/2020 - EXONERAÇÃO CAROLINE SCHNEIDER DE OLIVEIRA

16 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre EXONERAÇÃO a Pedido de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Do Município De Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento, apresentado pelo Departamento de Recursos Humanos.

RESOLVE:

ART. 1º Exonerar a Pedido a Servidora CAROLINE SCHNEIDER DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Odontóloga junto a Secretaria de Saúde do Município de Pedra Preta – MT.

ART. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 026/2020 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2020

16 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de **Pedra Preta**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos serviços públicos e o princípio da Supremacia do Interesse Público;

CONSIDERANDO o recebimento do Memorando nº 145/2020/SME;

CONSIDERANDO a homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2020 realizada por meio do Decreto nº 025/2020, de autoria do Executivo Municipal, Publicado no diário oficial da AMM na data de 10/02/2020, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATOS CONVOCADOS:

PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ATE O 5º ANO/SEDE.

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0014890	Vania Maria dos Santos Lima da Silva	48º

Projeto Centro de Atenção Psicossocial CAPS – Área Educacional

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

HERNANE CARNEIRO GOMES

Sec. Geral de Coord. Administrativa

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 103

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA										
DEPARTAMENTO DE COMPRAS										
EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO										
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA										
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 09/03/2020, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.										
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 103/2020										
Razão Social/Nome:			M. DIESEL CAMINHÕES E ONIBUS LTDA							
CNPJ/CPF:			07.811.058/0002-45							
Endereço Completo:			RODOVIA 364 KM 202,0 - VILA SALMEN - RONDONÓPOLIS/MT							
Telefones:		~								
- Dados do Produto e/ou Serviços										
Produtos/Serviços:			PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A REVISÃO DE 30.000 KM DO ÔNIBUS PLACA QCR-7483 DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							
Quantidade:			01 (UM) SERV.							
Destinação/Justificativa:			SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							
Valor:	R$ 1.100,00 (UM MIL E CEM REAIS)									
Elemento de Despesa:			3.3.90.39							

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 105

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO

LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA		
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 09/03/2020, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.		
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 105/2020		
Razão Social/Nome:		JANIO RIBEIRO DA SILVA -ME
CNPJ/CPF:		25.163.273/0001-08
Endereço Completo:		JOSÉ SALMEM, 406 - ROO
Telefones:	~	
- Dados do Produto e/ou Serviços		
Produtos/Serviços:		PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA POR UM PERIODO DE 03 (TRÊS) MESES EM CLINICA ESPECIALIZADA EM TRATAMENTO DE DESINTOXICAÇÃO, DE ACORDO COM O CÓDIGO DO PROCESSO Nº 100054-02.2020.11.0022.
Quantidade:		03 (TRÊS) MESES
Destinação/Justificativa:		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Valor:	R$ 4.860,00 (QUATRO MIL OITOCENTOS E SESSENTA REAIS)	
Elemento de Despesa:		3.3.90.39

PORTARIA Nº 202/2020 - EXONERAÇÃO SERGIO CARVALHO COSTA

16 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre EXONERAÇÃO de Servidor Público Municipal **e** dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Do Município De Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do Ofício nº 129/2020/GESTAO DO SUS, apresentado pelo Departamento de Recursos Humanos.

RESOLVE:

ART. 1º - Exonerar o Servidor SERGIO CARVALHO COSTA, ocupante do cargo de Técnico em Raio-X, na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pedra Preta - MT.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de março de 2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2020

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT, **CONVOCA,** os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado, Nº 001/2020, homologado em 07 de fevereiro de 2020, para comparecerem no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da publicação desse edital, na sede da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para apresentarem documentos e habilitações exigidas conforme abaixo, e firmarem contratos em seus respectivos cargos.

CARGO – LICENCIATURA EM GEOGRAFIA (E. M VIDA ESPERANÇA)

1º	CLEIDIANE SOUSA SILVA
2º	RANA PEREIRA SILVA

CARGO – LICENCIATURA EM PEDAGOGIA (SALA ANEXA ESCOLA VIDA NOVA II)

1º	ALZIRA SOARES DE OLIVEIRA
2º	FABIOLA MELÃO DOS SANTOS
3º	ROSEMILDA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA
4º	SOLANGE DE OLIVEIRA SILVA SANTOS

CARGO – LICENCIATURA EM LINGUAS, ARTES E LITERATURA (SALA ANEXA - VIDA NOVA II)

1º	ANGELA CRISTINA AGUERO
2º	ARIANE MACHIOSE

CARGO – LICENCIATURA EM PEDAGOGIA (SALA ANEXA - ESCOLA VIDA NOVA I)

1º	IDE DO CARMO VIEIRA FERNANDES
2º	FLAVIA SILVA RIBEIRO GUIMARÃES

CARGO – LICENCIATURA EM PEDAGOGIA (ESCOLA SÃO LUIZ)

1º	ELLIS VITHORIA DE SOUZA

CARGO – LICENCIATURA EM PEDAGOGIA (SALA ANEXA - DOM BENJAMIM)

1º	ANDREIA ARDT DE SOUZA CARDOSO
2º	MARIA DO ROSÁRIO MORAIS DE SOUSA

CARGO – LICENCIATURA EM LINGUAS, ARTES E LITERATURA (ESCOLA SÃO LUIZ)

1º	ABINOAN FERREIRA CUNHA

CARGO – LICENCIATURA EM PEDAGOGIA (CRECHE LUCY AGNER GALLO)

2º	JOANA MISS DOS SANTOS COSTA HALSMENSLAGER
3º	ANA MARIA SOARES CHAGAS

CARGO – LICENCIATURA EM PEDAGOGIA (ESCOLAS MUNICIPAIS URBANAS)

9º	FRANCISCA MARIA LIMA SANTOS
10º	MARINEUZA CARBOLIM
11º	REGIANE BENITES NASCIMENTO GUIMARÃES
12º	REGIELE BENITES NASCIMENTO

CARGO – LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO INFANTIL (ESCOLAS MUNICIPAIS ZONA URBANA)

5º	ANTÔNIO GOUVEIA FERNANDES

CARGO – LICENCIATURA EM LETRAS (ESCOLAS MUNICIPAIS URBANA)

6º	MILENA APARECIDA DE SOUZA
7º	ROSANGELA FERREIRA DE SOUZA
8º	VANILDE DE SOUZA NEPUCENO
9º	SARA TALITA MARTINS WANDERLEI
10º	JAYSLAN DA SILVA

CARGO – LICENCIATURA EM PEDAGOGIA (SALA ANEXA ANTONIO SOARES)

1º	FABIANA BARANOSKI FARIAS

CARGO – LICENCIATURA EM PEDAGOGIA (SALA ANEXA SANTOS DUMONT)

1º	JOSIVANIA ALVES PEREIRA

CARGO – PROFESSOR NIVEL MÉDIO (SALA ANEXA ESCOLA VIDA NOVA II)

1º	ANDRIELE CAMILA LIMA FERREIRA MARIANO
2º	VALESCA APARECIDA TEZZA

FOTOCÓPIA LEGÍVEL DOS DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO:

1 - Cédula de Identidade;

2 - CPF – Cadastro de Pessoa Física;

3 - Certidão de Casamento ou Nascimento;

4 - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos;

5 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos;

6 - Título de Eleitor;

7 - Comprovante de votação da última eleição que antecede a convocação;

8 - Cartão do PIS/PASEP;

9 – Carteira de trabalho;

10 - Carteira Nacional de Habilitação para o cargo de motorista;

11 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

12 - Comprovante ou declaração constando endereço residencial;

13 - Conta bancaria;

14 - Certidão negativa de débitos para com o município de Peixoto de Azevedo;

15 - Documento de Escolaridade, através de certificado, diploma e histórico escolar, emitidos por instituições reconhecidas pelo MEC, (conforme o cargo para qual foi aprovado);

17 - Declaração de bens;

18 - Declaração de não acúmulo de cargo público;

19 -Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

20 - Atestado de Saúde Física e Mental;

21 - 01 (uma) foto 3x4 recente.

Os acima convocados que não comparecer no prazo determinado, ou não apresentarem os documentos exigidos serão considerados desistentes da classificação, podendo a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, convocar imediatamente posterior (es), obedecendo a ordem de classificação.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo - MT reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar necessários para firmar contrato.

Peixoto de Azevedo - MT, 16 de março de 2020.

RAIMUNDA BARBOSA DA SILVA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PUBLICADO EM 16/03/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO N° 002/2020

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 004/2020, de 07/01/2020, torna público, para conhecimento dos interessados, que os vencedores da presente licitação destinada para***PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS DE COZINHA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE POCONÉ,***

Foram:

D. M. SILVA	21.659.772/0001-00
ELIZANGELA PINTO DE QUEIROZ DALLA NORA – ME	07.802.637/0001-40

Poconé-MT, 16 de Março de 2020.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO N.º 009/2020

CONTRATO N.º 009/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: **AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA**

Objeto: contratação de empresa especializada em software de gestão pública integrada para fornecimento de licenças de uso (locação) com acesso ilimitado de usuários, migração de dados, implantação, treinamento, manutenção e suporte técnico em Software para Gestão de Orçamento, Planejamento, Tesouraria, Contabilidade e Geração de Informações para TCE-MT; Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento; Holerite na Web, Gestão do e-Social; Gestão da Tributação Municipal na Web; Portal do Contribuinte; Gestão do ISSQN e Emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica; Gestão de Almoxarifado; Gestão da Educação Municipal; Gestão de Compras e Licitação na Web; Gestão de Frotas; Gestão de Protocolo na Web; Gestão da Saúde Municipal; Gestão do Patrimônio Público; Portal da Transparência; Business Intelligence; Gestão do Controle Interno; e Provimento de Data Center; tudo isso com pleno atendimento à Lei N° 4.320/64, à Lei de Responsabilidade Fiscal, à NBCASP e às normativas do TCE-MT

Dotação:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
Secretaria Municipal de Administração	03.001.04.122.0003.2301.3.3.90.39.0.1.00.000000
Secretaria Municipal de Finanças	04.001.04.123.0004.2401.3.3.90.39.0.1.00.000000
Secretaria Municipal de Saúde	07.002.10.122.0012.2701.33.90.39.1.02.000000
Secretaria Municipal de Educação	06.001.12.122.008.2602.3.3.90.39.0.1.01.000000

Valor Global: R$ 282.488,00 (duzentos e oitenta e dois mil quatrocentos e oitenta e oito reais).

Período: 12 meses

Poconé, 20 de fevereiro de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA 0005/2017

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA 0005/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: **INSTITUTO DE PESQUISA E GESTÃO DE POLITICAS PÚBLICAS – IPGP** (**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO)**

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Com base no interesse público e nas necessidades do CONTRATANTE, fica prorrogado o prazo de vigência do Termo de Parceria nº 005/2017, até a data de **15 de fevereiro de 2020 à 15 de fevereiro de 2021**, podendo ser renovado até o limite de 60 (sessenta) meses, a contar do início da vigência do Termo de Parceria.

Poconé/MT, 14 de fevereiro de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA 0004/2017

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA 0004/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: **INSTITUTO DE PESQUISA E GESTÃO DE POLITICAS PÚBLICAS – IPGP** (**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO)**

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Com base no interesse público e nas necessidades do CONTRATANTE, fica prorrogado o prazo de vigência do Termo de Parceria nº 004/2017, até a data de **15 de fevereiro de 2020 à 15 de fevereiro de 2021**, podendo ser renovado até o limite de 60 (sessenta) meses, a contar do início da vigência do Termo de Parceria.

Poconé/MT, 14 de fevereiro de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA 0003/2017

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA 0003/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: **INSTITUTO DE PESQUISA E GESTÃO DE POLITICAS PÚBLICAS – IPGP** (**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO)**

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Com base no interesse público e nas necessidades do CONTRATANTE, fica prorrogado o prazo de vigência do Termo de Parceria nº 003/2017, até a data de **15 de fevereiro de 2020 à 15 de fevereiro de 2021**, podendo ser renovado até o limite de 60 (sessenta) meses, a contar do início da vigência do Termo de Parceria.

Poconé/MT, 14 de fevereiro de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA 0002/2017

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA 0002/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: **INSTITUTO DE PESQUISA E GESTÃO DE POLITICAS PÚBLICAS – IPGP** (**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO)**

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Com base no interesse público e nas necessidades do CONTRATANTE, fica prorrogado o prazo de vigência do Termo de Parceria nº 002/2017, até a data de **15 de fevereiro de 2020 à 15 de fevereiro de 2021**, podendo ser renovado até o limite de 60 (sessenta) meses, a contar do início da vigência do Termo de Parceria.

Poconé/MT, 14 de fevereiro de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA 0001/2017

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA 0001/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: **INSTITUTO DE PESQUISA E GESTÃO DE POLITICAS PÚBLICAS – IPGP** (**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO)**

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Com base no interesse público e nas necessidades do CONTRATANTE, fica prorrogado o prazo de vigência do Termo de Parceria nº 001/2017, até a data de **15 de fevereiro de 2020 à 15 de fevereiro de 2021**, podendo ser renovado até o limite de 60 (sessenta) meses, a contar do início da vigência do Termo de Parceria.

Poconé/MT, 14 de fevereiro de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2020

PREGÃO PRESENCIAL – SRP N.º 012/2020

A Prefeitura de Pontal do Araguaia estabelecida na Rua. Padre Sebastião Teixeira, 23, Centro, na Cidade de Pontal do Araguaia-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10. 520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, estará RETIFICANDO O PRESENTE EDITAL, cuja licitação na modalidade Pregão Presencial Sistema de Registro de Preço para **AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS, DA EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL, E PARA OS PROGRAMAS EDUCACIONAIS**, conforme o que segue.

Pelo presente Termo de Retificação, atendendo aos princípios que norteiam a Administração Pública, em face das modificações extremamente necessárias, O Munícipio de Pontal do Araguaia, através da Comissão Permanente de licitação que detectou antes do julgamento, torna publico que foi realizado as seguintes correções:

Fica inserido no presente edital o item 6.13 – Serão desclassificadas as propostas que:

f) Deixar de apresentar as marcas dos produtos

Fica inserido no presente edital o item **7.1.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

g) Alvará de Vigilância Sanitária

onde-se lê:

5- PROPOSTA DE PREÇO

5.1 – O envelope "Proposta de Preço" deverá conter a proposta de preço da licitante, que deverá atender aos seguintes requisitos:

I - A(s) licitante (s) deverá (ão) apresentar em envelope contendo a proposta de preços em uma via, impressa pela **Proposta Eletrônica através do MEDIADOR,** fornecido pela Comissão de Licitação a proposta deverá ser **sem** cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas; suas folhas devem estar

devidamente rubricadas e a última assinada por pessoa legalmente habilitada com poderes para comprometer-se pela empresa licitante;

II- A Proposta deverá ser entregue num **Pen-drive em formato TXT** para processamento junto ao Sistema de Pregão – Sob pena de inabilitação da empresa- , esse deverá estar fora do envelope e entregue ao pregoeiro, se caso não consiga imprimir pela Proposta Eletrônica emitida do sistema gerado pela Prefeitura, a empresa poderá adotar o modelo constante do Anexo IX.

III- Prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, se caso não esteja descrito na proposta não acarretará em Inabilitação, mas será considerado como de acordo ao edital

Leia-se:

5- PROPOSTA DE PREÇO

5.1 – O envelope "Proposta de Preço" deverá conter a proposta de preço da licitante, que deverá atender aos seguintes requisitos:

I - A(s) licitante (s) deverá (ão) apresentar em envelope contendo a proposta de preços em uma via, impressa pela **Proposta Eletrônica através do MEDIADOR,** fornecido pela Comissão de Licitação a proposta deverá ser **sem** cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas; suas folhas devem estar

devidamente rubricadas e a última assinada por pessoa legalmente habilitada com poderes para comprometer-se pela empresa licitante;

II- **A Proposta deverá ser entregue num Pen-drive – contendo APENAS o arquivo da proposta eletrônica do certame em questão em formato TXT** -para processamento junto ao Sistema de Pregão- **esse deverá estar fora do envelope e entregue ao pregoeiro** – **Sob pena de inabilitação da empresa** - caso não consiga imprimir **(versão impressa)** pela Proposta Eletrônica emitida do sistema gerado pela Prefeitura, a empresa poderá adotar o modelo constante do Anexo IX.

III- Prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, se caso não esteja descrito na proposta não acarretará em Inabilitação, mas será considerado como de acordo ao edital.

Nota 1: Os itens desta licitação são de caráter exclusivas para ME, EPP e MEI, conforme Inciso I do artigo 48 da Lei Complementar n° 123/2006

Nota 2: Serão consideradas aceitas e adjudicadas as propostas para os itens exclusivos as ME, EPP e MEI cujas ofertas estejam até 10% (dez por cento) da melhor oferta, nos termos da LC 147/2014.

Nota 3: Caso não haja licitantes ME, EPP e MEI interessados nesta licitação exclusiva, os itens em questão será aberta para ampla concorrência, conforme Art. 49 da Lei 123/2006.

Nota 4: A proposta no Pen Drive DEVERÁ conter Apenas uma proposta eletrônica, não podendo ter propostas eletrônicas ou arquivos alternativos.

Fica modificada a abertura do certame conforme segue abaixo:

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 31/03/2020, A PARTIR DAS 08:00 HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE PONTAL DO ARAGUAIA.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.pontaldoaraguaia.mt.gov.br a licitante interessada deverá fazer **download** do EDITAL e da PROPOSTA ELETRÔNICA para elaboração da Documentação e proposta de preço.

Os demais dados permanecem como no edital, maiores informações poderão ser realizadas no setor de licitações, através do número (66) 3401-7450

Pontal do Araguaia-MT, 16 de março de 2020.

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

PREGOEIRA MUNICIPALt

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA Nº 024/2020

PROCESSO LICITATÓRIO 006/2020

Respaldado no inciso IV, do art. 24 da Lei 8666/93 e no Parecer da Assessoria Jurídica, cujo objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA PARA REALIZAÇÃO DE MUTIRÃO DE LIMPEZA GERAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTAL DO ARAGUAIA/MT, AUTORIZO a contratação direta, através da DISPENSA DE LICITAÇÃO, visando a AQUISIÇÃO DO OBJETO ACIMA CITADO, no valor de R$ 16.500,00 (onze mil reais) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração. Em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial dos Municípios (AMM) para que produza efeitos legais. Publique-se e cumpra-se.

Pontal do Araguaia, 12 de março de 2020.

Gerson Rosa de Moraes

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA Nº 019/2020

PROCESSO LICITATÓRIO 004/2020

Respaldado no inciso IV, do art. 24 da Lei 8666/93 e no Parecer da Assessoria Jurídica, cujo objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR A POLÍCIA MILITAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA/MT, AUTORIZO a contratação direta, através da DISPENSA DE LICITAÇÃO, visando a AQUISIÇÃO DO OBJETO ACIMA CITADO, no valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração. Em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial dos Municípios (AMM) para que produza efeitos legais. Publique-se e cumpra-se.

Pontal do Araguaia, 12 de março de 2020.

Gerson Rosa de Moraes

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

LEI Nº 682/2020 - DE 16/03/2020.

Lei nº 711/2020 - de 16/03/2020.

Dispõe sobre a autorização de abertura de ***Crédito Adicional Especial,*** *e inclusão de metas, ações e programas no PPA 2018/2021, e LDO/2020, e dá outras providências.*

O **Prefeito Municipal de Ponte Branca/MT**, Senhor **Humberto Luiz Nogueira de Menezes**, **faz saber** que a Câmara Municipal **aprovou** e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial para inclusão de projeto no valor de **R$ 135.200,00** (Cento e Trinta e Cinco Mil e Duzentos Reais), no Orçamento Municipal vigente.

10 - Secretaria Municipal de Viação e Transporte

03 – Obras de Infraestrutura e Urbanismo

15.451.4030 - Projeto: 1XXX__ – Aquisição de Cimento para Paviment. Vias Urbanas Blocos Concreto.....**R$ 135.200,00**

Elemento da Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

Fonte: 1.24 R$ 130.000,00

Elemento da Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

Fonte: 1.00 R$ 5.200,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura do Crédito Especial aberto no artigo anterior virão por ocasião dos recursos de **Convênio nº 029/2015, Processo nº 569383/2015 da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Logística - SINFRA,** na forma do §1º, inciso II do art. 43 da Lei Federal nº 4. 320/64.

Art. 3º - Fica autorizado à inclusão e atualização destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela **Lei nº 101/00, (PPA/LDO/LOA).**

Art. 4º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca/MT, 16 de MARÇO de 2020.

Humberto Luiz Nogueira de Menezes

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 003/2020. TORNA-SE PÚBLICO A LEI 902/2020

EDITAL Nº 003/2020.

PORTO ALEGRE DO NORTE, 13 DE MARÇO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPOEM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ESTADUAL EM SEU ARTIGO 61 E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

T O R N A – S E P Ú B L I C O:

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte TORNA-SE PÚBLICO A LEI 902/2020 – "APROVA E AUTORIZA O DESMEMBRAMENTO DA CHÁCARA SOL NASCENTE E DEFINE COMO ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL - ZEIS, PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA BÁSICA URBANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.**

A LEI 902/2020, ficará a disposição da população para questionar sua legitimidade, pelo prazo preconizado pela Legislação vigente.

Para os devidos fins de direito e conhecimento dos interessados expediu-se o presente Edital.

C U M P R A – S E

R E G I S T R E – S E

P U B L I Q U E – S E

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2020

CONTRATO Nº: 06/2020 Processo Administrativo nº 11/2020 Dispensa de Licitação nº 05/2020 Registro de Preço.

CONTRATADA: PENTAGONO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA - ME, com CNPJ/MF nº 19.697.300/0001-08.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação Serviço Técnicos especializados de desenvolvimento de site, e-mails corporativos, homenagem, backup de segurança, manutenção e suporte técnico para Município Porto Alegre do Norte-MT, bem como a locação de sistema de ouvidoria Municipal e Gestão de Carta de serviços ao usuário, para atender as necessidades da Secretaria de Administração.

VALOR GLOBAL: R$ 9.360,00 (Nove mil trezentos e sessenta reais).

DATA: 12/03/2020

VIGÊNCIA: 31/03/2021

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE PORTO ESPERIDIÃO -MT

A prefeitura Municipal de Porto Esperidião-MT. CNPJ 03.238.904/0001-48, torna público que requereu junto à SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente, as licença prévia e instalação para a atividade de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial de vias urbanas, não foi determinado eia/rima.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº.046/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE PARA SENHORA JULIANA CORSINO DA SILVA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar 048/2013, Que altera a redação do Art. 115 e 116 da Sub-Seção IV e V, da Lei Complementar nº 001/2006, que dispõe sobre a licença à servidora pública.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a senhora **JULIANA CORSINO DA SILVA, portadora da cédula de identidade n.º 1.542.128-7 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 002.137.351-56,**servidora pública municipal efetiva no cargo de **AGENTE COM. DE SAÚDE,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a **PRORROGAÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE**, pelo prazo de **60 DIAS,** no período de **19/02/2020a 18/04/2020.**

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Artigo 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de Março de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº.045/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE PARA SENHORA RENATA GARCIA E CAMARGO).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar 048/2013, Que altera a redação do Art. 115 e 116 da Sub-Seção IV e V, da Lei Complementar nº 001/2006, que dispõe sobre a licença à servidora pública.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a senhora **RENATA GARCIA E CAMARGO, portadora da cédula de identidade n.º 41.097.216-2 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 344.028.308-93,**servidora pública municipal efetiva no cargo de **FISIOTERAPEUTA,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a **PRORROGAÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE**, pelo prazo de **60 DIAS,** no período de **19/02/2020a 18/04/2020.**

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Artigo 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de Março de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 219, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

PORTARIA Nº 219, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Convoca os servidores em licença médica para comparecer ao Setor de Recursos para realização de Perícia médica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Convocar os servidores abaixo relacionados para realização de Perícia Médica na Clínica Acertamed, localizada na Rua Maringá, nº 435, centro, em frente à Prefeitura Municipal de Primavera do Leste.

Art. 2º. _ O servidor convocado deverá comparecer no setor de Talentos Humanos da Prefeitura de Poxoréu para receber a Guia de Encaminhamento de Avaliação Médica que deverá ser entregue no dia e horário agendado ao médico perito.

Art 3º. – No dia da Perícia o servidor deverá levar o atestado médico original firmado por profissional médico devidamente habilitado e com inscrição junto ao C.R.M., que descreva o quadro clínico, diagnóstico e tratamentos e sugira a quantidade de dias necessários à plena recuperação do servidor, constando, obrigatoriamente a indicação da doença por meio do C.I. D. e ainda, os exames que comprovem a existência da doença ou lesão emitidos no máximo por um período de três meses antes da perícia.

Nome	Dia da perícia	Horário da Perícia
Claudieléia Gonçalves Nascimento	04.02.2020	13h
Michelle Dayanne Fagundes dos Santos	14.02.2020	13hs
Sinara Alves rodrigues	14/02/2020	13hs
Maria Aparecida Ferreira Leite de Paula	18/02/2020	07 hs
Maria Aparecida Moreira Duarte	21/02/2020	13 hs
Maria Martins dos Reis	21/02/2020	13 hs
Sonia Lucia Souza Silva Reis	21/02/2020	13 hs

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Art.4º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 28 de fevereiro de 2020.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 218, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

PORTARIA Nº 218, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de fevereiro/2020, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar atestados médicos dos seguintes servidores:

NOME :	QUANTIDADE DE DIAS	DATA	MÉDICO
Gislainy Pereira de Macedo	02	26/02/2020	Ananda Costa (CRM–MT 10497)
Mauro Santos Ferreira	07	18/02/2020	Tais Zibarth de melo Lima (CRM-MT 4448)
Kellen Monik Gomes da Silva	01	17/02/2020	Carlos Eduarda Silva Leão (CRM MT 7834)
Maura Pereira Macedo	01	27/02/2020	Oscar Marcelo (CRM-MT 2659)
Lindonor Silva Oliveira	05	11/02/2020 a 15/02/2020	Walterly R. da Silva (CRM-MT 1416)
Joelma Lourenço de Souza	02	19/02/2020 a 20/02/2020	Paulo Eduardo Assis (CRM-MT 1608)
Ancelmo Jorge da Silva	01	19/02/2020	Iro Leite (CRM-MT 1409)
Abiratan Borges Paz	01	19/02/2020	Eduardo M. Narvaes (CRM-MT 7718)
Ana Maria dos S. Lopes	01	03/022020	Rafael Branca (CRM-MT 9480)
Gersilene Souza de Oliveira	01	12/02/2020	Franciele S. Leonato (COREN –MT 124.588)
Roseane Ferreira da Silva	01	13/02/2020	Ananda Costa (CRM–MT 10497)
Leidilaura P. de Paula	01	12/02/2020	Afonso H. Padilha (CRM-MT 10834)
Jose Oliveira Xavier	01	21/02/2020	João Paulo N. de Souza (CRM- MT 10126)
Sirlei Oliveira Silva	01	14/02/2020	Marcello Henrique (CRM/MT 9255)

Udenilson da Silva Marcolino	01	16/02/2020	Afonso H. Padilha (CRM – MT 10834)
Izaias Souza de Oliveira	01	20/02/2020	Bruna Azambuja Ferreira (CRM-MT 8586)

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 28 de fevereirode 2020.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 216, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

PORTARIA Nº 216, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de fevereiro/2020, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar férias para gozo dos seguintes servidores:

NOME	EXERCÍCIO	DATA
Fabiano da Silva Pereira	2017/2018	30 dias a partir 19/02/2020 a 18/03/2020
Claudiney Barreira Araújo	2017/2018	20 dias a partir 03/02/2020 a 22/02/2020
Maik Fernando Amaral Silva	2019/2020	10 dias a partir 03/02/2020 a 12/02/2020
Fernandes Alves Gomes Neto	2018/2019	30 dias a partir 30/01/2020 a 28/02/2020
Marcus Juan Nascimento	2018/2019	10 dias em espécie
Claudiney Barreira Araujo	2018/2019	10 dias em espécie
Tainara De Oliveira Anselmo	2019/2020	10 dias em espécie
Tarlei Uranio Lopes De Oliveira	2018/2019	10 dias em espécie
Ildebrande Alves Barcelo	2018/2019	15 dias a partir 03/02/2020 a 18/02/2020
Mylene Estefanny Xavier	2018/2019	30 dias a partir 30/01/2020 a 29/02/2020
Helia Cardoso Almeida	2018/2019 2019/2020	60 dias a partir 03/02/2020 a 03/04/2020
Arlindo Feitosa Fernandes	2017/2018	30 dias a parti 03/02/2020 a 02/03/2020
Catia Lina Souza Lino	2017/2018	20 dias a partir 18/02/2020 a 09/03/2020
Maura Regina Pereira dos Santos	2018/2019	15 dias a partir 03/02/2020 a 18/02/2020

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 28 de fevereiro de 2020.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 217, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

PORTARIA Nº 217, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre a Escala de Pagamento de um terço (1/3) das Férias.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu e Lei Municipal nº 905 de 21 de novembro de 2003, consoantes aos demais parâmetros de legislações pertinentes,

R E S O L V E:

Art.1º- Autorizar na Folha de pagamento o terço (1/3) das Férias dos seguintes servidores:

	FEVEREIRO
Código	Nome do Servidor
38	ANA PAULA SILVA
2993	ARLINDO FEITOSA FERNANDES
2433	CATIA LINA SOUZA LINO
934	CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO
812	FABIANO DA SILVA PEREIRA
3478	FERNANDES ALVES GOMES NETO
1160	HELIA CARDOSO DE ALMEIDA
3295	ILDEBRANDE ALVES BARCELO
2937	LUZINETE DOMINGUES CONDE
3511	MAIK FERNANDO AMARAL SILVA
3252	MAURA REGINA PEREIRA DOS SANTOS
2221	MYLENE ESTEFANNY XAVIER SOARES
3509	SIDNEY HELLRIGL MACIEL

Art. 2º – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 28 de fevereiro de 2020.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 015/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 015/2020

PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2019

Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu –Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n. º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no resultado oficial do Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2019, divulgado através do Resultado Final Definitivo, de 15/01/2020, homologado em 17/01/2020, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

C O N V O C A:

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2019, para, querendo, comparecerem no departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, **no prazo de 15 (quinze) dias a contar da publica-**

ção deste Edital, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar a seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

a) Cópia e Original para autenticação:

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento;

04. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (dependentes comprovante);

05. Cartão de vacinação atualizada anti-tetânica, tríplice viral, hepatite B (Hepatite B apenas para aqueles até 39 anos).

06. Cartão Nacional de Saúde

07. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

08 . Título de eleitor;

09. Certidão de Quitação Eleitoral;

10. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

11. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

12. Comprovante de escolaridade exigido para a posse;

13. Comprovante de residência

14. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

15. Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

16. Declaração de bens;

17. Certidão Negativa de antecedentes criminais fornecida pelo site do tribunal de justiça de Mato Grosso.

18. Número da conta bancária do Banco do Brasil;

19. Foto 3X4 (atual, colorida);

20. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

21. CNH (CATEGORIA D)

B) Laudo Médico que o considere APTO PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES a que se submeterá, fornecido por médico indicado pela Prefeitura Municipal de Poxoréu, após a análise dos resultados obtidos em exames clínicos e laboratoriais elencados abaixo:

a) Hemograma com plaquetas;

b) Tipo sanguíneo – Fator RH;

c) Exame parcial de urina;

d) Exame parasitológico de fezes;

e) Glicemia, ureia e creatina

O não comparecimento do (a) convocado (a) no dia e horário da atribuição e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

.

CONVOCA:

MONITOR DE CRECHE

Classificação	Nome	CPF	Pontuação
11º	**YÉSSICA CAMILLA CURSINO**	**907.636.291-20**	**64**

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 16 de março de 2020.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/ AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

PREVIRB
PORTARIA N.º 03/ 2020 "DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 12/2019 DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE EM FAVOR DA SRA. GORETE DE SOUZA VIEIRA MENEZES NA QUALIDADE DE CÔNJUGE E DA FIL

PORTARIA N.º 03/ 2020

"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 12/2019 de concessão do Benefício de Pensão por Morte em favor da Sra. Gorete de Souza Vieira Menezes na qualidade de cônjuge e da filha menor Giovanna Souza de Menezes, em decorrência do falecimento do servidor Sr. Jivaldo Sampaio de Menezes."

A Secretária de Planejamento do Município de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e

Resolve:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria nº 12/2019, publicada em 22/10/2019 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ANO XIV, edição nº 3.340, onde foi concedido o benefício de **Pensão por Morte**, em decorrência do falecimento do Sr. **Sr. Jivaldo Sampaio de Menezes**, brasileiro, portador do RG n.º 0357611-6 SESP/MT e inscrito no CPF. Sob n.º 327.963.821-68, servidor efetivo no cargo de Apoio Administrativo Profissionalizado, Classe "B", Nível "04", lotado na Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer do Município de Rio Branco/MT, no percentual de 100% (cem por cento), sendo rateado da seguinte forma: **50% (cinqüenta por cento)** para Sra. **Gorete de Souza Vieira Menezes**, portadora do RG n. 916963 SSP/MT e inscrita no CPF nº. 631.105. 711-53, na qualidade de cônjuge e **50% (cinqüenta por cento) para a filha menor Giovanna Souza de Menezes**, inscrita no CPF sob n. 082.824. 211-97, nascida em 25/04/2006, representada legalmente por sua genitora Sra. Gorete de Souza Vieira Menezes, conforme processo administrativo do PREVIRB, n.º 2019.07.00024P.

ONDE SE LÊ: "Giovanna de Souza Menezes, inscrita no CPF sob n. 082. 824.2311-97.**"**

LEIA-SE: "Giovanna Souza de Menezes, inscrita no CPF sob n. 082.824. 211-97."

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Rio Branco/MT, 16 de março de 2020.

ROSA MARIA DE JESUS

Secretária Municipal de Planejamento

Homologo:

ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº4127-2020-EXONERA- A PEDIDO PAULO SERGIO VURTUOSO

PORTARIA Nº. 4127GP/PMR/20

DE 16 DE MARÇO DE 2020

EXONERA- A PEDIDO PAULO SERGIO VURTUOSO Do cargo em comissão de Diretor De Divisão de distribuição,controle e lançamento de tarifas, CDS-03.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERA – *PAULO SERGIO VURTUOSO* Do cargo em comissão de DIRETOR DE DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO,CONTROLE E LANÇAMENTO DE TARIFAS, CDS-03 Junto DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo ao dia 06/03/2020.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 16/03/2020.*

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO' (INC. VI, DO ART. 43, DA LEI Nº 8.666/93 C/C INC. XXX, DO ART. 70 DA LOM)

Proc. nº 032/2020.

Dispensa de Licitação nº 012/2020

Objeto: Aquisição de camisetas destinadas a campanha do dia internacional da mulher para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde.

Em conformidade com o inciso VI, do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas altera ções e Lei nº 10.520/02, confirmo a adjudicação da licitação tendo como vencedora a seguinte Pessoa:

Sagrou-se vencedora do item 01, licitado a empresa **MARIA DO CARMO BARBOSA-ME CNPJ 01.069.341/0001-86** com a proposta no valor total de **R$: 12.450,00** (Doze mil quatrocentos e cinquenta eais),

Com o fim de **HOMOLOGAR** a Dispensa de Licitação nº 012/2020, e tudo mais quanto consta nos autos do processo aludido.

Dê-se ciência a Secretaria de origem para dar início aos serviços, devendo designar Comissão de fiscalização da execução.

Remeta os autos para CPL.

Rondolândia – MT, 16 de março de 2020

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.718./GAB/PMR DE 16 DE MARÇO DE 2020

PODER EXECUTIVO

Declara Luto Oficial em Rondolândia/MT pelo falecimento do Senhor Clemildo Araújo Brito

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 70, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o falecimento do munícipe Senhor**Clemildo Araújo Brito** cidadão que no decorrer de sua vida e, especial como servidor público, prestou preciosos trabalhos dedicados à comunidade;

CONSIDERANDO o consternamento geral da comunidade e do funcionalismo municipal e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda de um cidadão exemplar;

CONSIDERANDO, finalmente, que é dever do Poder Público de Rondolândia/MT render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar da Coletividade,

D E C R E T A:

Art. 1º Luto Oficial no Município de Rondolândia, por 02 (dois) dias contados desta data, pelo falecimento do Senhor ***Clemildo Araújo Brito***

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da publicação.

Rondolândia, aos 16 de março de 2020.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº4126-2019-NOMEIA- PAULO ANTONIO ALVES TEODORO

PORTARIA Nº. 4126GP/PMR/20

DE 16 DE MARÇO DE 2020

*NOMEIA- **Paulo Antonio Alves Teodoro** no cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE NIVEL II CDS-12*

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEIA– **PAULO ANTONIO ALVES TEODORO** no cargo em comissão de ASSESSOR *ESPECIAL DE GABINETE NIVEL II CDS-12. De* junto DO GABINETE DO PREFEITO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo ao dia 02/03/2020.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 16/03/2020.*

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº4128-2020–EXONERA- LUCIENE KELI TRINDADE BOMFIM

PORTARIA Nº. 4128/GP/PMR/20

DE 16 DE MARÇO DE 2020

*EXONERA- **LUCIENE KELI TRINDADE BOMFIM** Do cargo em comissão de Chefe de Seção de Supervisão Escolar,CDS-2.*

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERA – ***LUCIENE KELI TRINDADE BOMFIM*** Do cargo em comissão de CHEFE DE SEÇÃO DE SUPERVISÃO ESCOLAR, CDS-2, junto da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação .

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 16/03/2020.*

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº4129-2020–NOMEAR VIVIANE XAVIER ESTRELOW

PORTARIA Nº. 4129/GP/PMR/20

DE 16 DE MARÇO DE 2020

Nomeia- VIVIANE XAVIER STRELOW no cargo em comissão ASSESSOR NÍVEL III,CDS-1.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear – VIVIANE XAVIER STRELOW No cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL III, CDS-1 junto do GABINETE DO PREFEITO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo ao dia 13/03/2020.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 16/03/2020.*

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
RETIFICAÇÃO CRONOGRAMA LICENÇA PRÊMIO SEMEC - 2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em cumprimento ao decreto n. 1022/GAB/2014 que regulamenta a licença prêmio dos servidores públicos municipais, resolve RETIFICAR o cronograma por motivos de erros e nota de falecimento de um dos servidores relacionados. Dessa forma, torna público a nova programação das licenças e respectivos beneficiários para ano letivo de 2020.

Cargo: **Professores**	
Ano: **2020**	
Nome completo	**Meses Previstos para a Licença**
Armindo Moreira Magalhães	Outubro, Novembro e Dezembro
Andreia Maria Giuriatto Carriço	Agosto, Setembro, Outubro
Jader Douglas Coelho Cavalcante	Agosto, Setembro, Outubro
Moacir Soares da Costa	Outubro, Novembro, Dezembro
Elesandra Helena Fernandes	Junho, Julho, Agosto
Adriana Ribeiro de Brito	Abril, Maio e Junho
Baltazar de Medeiros	Julho, Agosto e Setembro
Zélia Flor Magalhães	Outubro, Novembro e Dezembro
Graciela Carvalho Drummond	Março, Abril e Maio
Gizele de Souza Pereira	Junho, Julho e Agosto
Marina Morello Gotardo	Setembro, Outubro e Novembro
Romero Mopidapinen Paiter Surui	Maio, Junho, Julho
Valdir Irani Freire	Agosto, Setembro, Outubro 2021
Neuzira Buss de Meira	Abril, Maio e Junho
Jucinaia Nascimento de Oliveira	Julho, Agosto e Setembro
Eni Pereira da Costa Lourette	Fevereiro, Março Abril 2021
Tania Maria da Silva	Outubro, Novembro e Dezembro
Vilson Pena Vila da Souza	Maio, Junho, Julho 2021
Cargo: **Merendeira, Zeladora, Vigia**	
Nome completo	**Meses Previstos para a Licença**
Elza dos Santos Pinto	Maio Junho, Julho
Vera Lucia Pereira Guedes	Fevereiro, Março e Abril
Amauri Bezerra	Outubro, Novembro, Dezembro
Cargo: **Técnicos Administrativos**	
Nome completo	**Meses Previstos para a Licença**
Creuzeni Alecrim Dourado	Fevereiro, Março
Genί da Rocha Alves	Abril, Maio, Junho
Ilza Candido da Penha Franque	Julho, Agosto Setembro
Santa Rodrigues do Santos	Outubro, Novembro, Dezembro
Cargo: **Mecânico, Motorista de Ônibus Escolar**	
Nome completo	**Meses Previstos para a Licença**
João Ferreira Lima	Fevereiro, Março, Abril
Pergentino Jocab	Julho, Agosto e Setembro
João Pinto	Abril, Maio e Junho
Altemar Tamandaré Fragoso	Outubro, Novembro e Dezembro
Emerson Moreira do Santos	Fevereiro, Março, Abril 2021

Rondolândia / MT, 16 de março de 2020

Valdir Irani Freire

Secretário Municipal de Educação

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
MAPA DE RESULTADO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 032/2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 012/2020

Objeto: Aquisição de Camisetas destinadas a Campanha do dia Internacional da Mulher para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação, conforme: "Art. 24. É dispensável a licitação: II – para outros serviços e compras de valor de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

***EMPRESA VENCEDORA DO ITEM LICITADO*: Maria do Carmo Barbosa - ME, CNPJ: 01.069.341/0001-86, Endereço: Av. Brasil, Nº 124, Bairro: Nova Brasília, CEP: 76.908-354, Ji-Paraná/RO**

Item	Código TCE	Und	Quant	Especificação	Valor Unt	Valor Total
01	00027305	UND	500	CAMISETA - DO TIPO GOLA REDONDA, MANGA CURTA, CONFECCIONADO NO TECIDO DE MALHA FRIA ANTIPILLING NA COR: ROSA PINK COM SLOGAN PERSONALIZADO NA FRENTE, E NA PARTE DE TRAS, E UMA ESCRITA EM COR BRANCA, NOS TAMANHOS PP, P, M, G	R$ 24,90	R$ 12. 450,00
Valor Total						**R$ 12. 450,00**

Obs: *O valor constante acima de cada item é o valor final proposto pela empresa participante, onde a mesma teve sua Habilitação no certame confirmada, conforme Ata Circunstanciada constantes de Fls.63/64 nos autos do Processo 032/2020, sendo adjudicado a seu favor o item acima descrito.*

Valor Global de R$ 12.450,00 (Doze mil quatrocentos e cinquenta reais).

Rondolândia – MT, 16 de Março de 2020.

_____

Liliane Guedes Santos Souza

Presidente-CPLMS

Decreto 1.595/GAB/PMR

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇOS Nº 24/2020"

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Tomada de Preços nº 24/2020, tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA A EXECUÇÃO DO SEGUINTE SERVIÇO: CONSTRUÇÃO DA UBS JARDIM LIBERDADE, LOCALIZADA NA RUA UEVERTON CARMO DE AMORIM, QUADRA 57, LOTE 02, BAIRRO JARDIM LIBERDADE, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ANEXO AO EDITAL** que após a análise detalhada da documentação e propostas apresentadas pelas empresas **participante**s, foi considerada HABILITADA, CLASSIFICADA E VENCEDORA DESTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, a empresa: **TRINDADE ENGENHARIA E CONTRUÇÕES LTDA, no valor total da obra de R$ 737.352,73 (Setecentos e trinta e sete mil trezentos e cinquenta e dois reais e setenta e três centavos).**

Rondonópolis-MT, 12 de março de 2020.

Alfredo Vinicius Amoroso

Presidente de Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA DE LICITACAO Nº 039 DA ATA DE REGISTRO Nº 13/2019 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019".

PORTARIA DE LICITAÇÃO Nº 039 da Ata de Registro nº 13/2019 do Pregão Presencial nº 18/2019".

Texto:

PORTARIA DE LICITAÇÃO N°039-2020

Texto:

"Dispõe sobre a nomeação do fiscal da Ata de Registro nº 13/2019 do Pregão Presencial nº 18/2019".

O Prefeito Municipal de ROSÁRIO OESTE – MT, SR. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, usando de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art.1º Fica nomeado para cargo de Fiscal da Ata de Registro de Preço de nº 013/2019 do Pregão Presencial nº18/2019 a seguinte pessoa o Sr. MANOEL DA SILVA NETO firmando em 07/05/2019, com a empresa ELETRO MENDONÇA COM. MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA inscrita no CNPJ de nº. 03806018/0001-73 a empresa BAMBIL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO inscrita no CNPJ n. :09.014.771/0001-02 a empresa E.A. BORNHOLDT EPP inscrita no CNPJ nº **07.222.822/0001-66** DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP inscrita no CNPJ nº 37.227.550/0001-58 e a empresa 3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELLI inscrita no CNPJ nº **29.516.527/0001-55** tem como objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos administrativos retroativo a partir de 17/02/2020.

Art. 3° Revogam-se disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 17 de fevereiro de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA DE LICITACAO Nº 040 DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 17/2018

PORTARIA DE LICITAÇÃO Nº 040 **do 2º Termo Aditivo do Contrato nº 17/2018**

Texto:

PORTARIA DE LICITAÇÃO N°040-2020

Texto:

"Dispõe sobre a nomeação do fiscal **do 2º Termo Aditivo do Contrato nº 17/2018**

O Prefeito Municipal de ROSÁRIO OESTE – MT, SR. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, usando de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art.1º Fica nomeado para cargo de Fiscal do 2º Termo Aditivo do Contrato nº 17/2018 a seguinte pessoa o Sr. SIDNEI BENEDITO MALHEIROS firmado em 20/12/2019, com a empresa VICTOR ROMEU DE OLIVEIRA – ME inscrita no CNPJ de nº. 04.552.074/0001-91 tem como objeto: DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ÔNIBUS COM MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos administrativos retroativo a partir de 17/02/2020.

Art. 3° Revogam-se disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 17 de fevereiro de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

O Município de Rosário Oeste – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial com Registro de Preço n. 01/2020, cujo objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE DE PASSAGEIRO INTERMUNICIPAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADE DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ROSÁRIO OESTE/MT, cuja

abertura de Documentos de Habilitação e Proposta de Preço se deu às 09:00 horas do dia 16/03/2020 após julgamento sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

01 – WANDERLEI JEFERSON DE OLIVEIRA – ME, inscrita no CNPJ n. 17.684.650/0001-04, representada neste ato pelo procurador o Sr. **ÉRTILE PEREIRA RODRIGUES**, portador do CPF n. 017.768.641-31;

Rosário Oeste/MT, 16 de março de 2020.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA DE LICITACAO Nº 036 DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 002-2018°

PORTARIA DE LICITAÇÃO Nº 036 do 3º Termo Aditivo do Contrato n° 002/2018. ”

Texto:

PORTARIA DE LICITAÇÃO N°036-2020

Texto:

“Dispõe sobre a nomeação do fiscal do 3º Termo Aditivo do Contrato n° 002/2018. ”

O Prefeito Municipal de ROSÁRIO OESTE – MT, SR. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, usando de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art.1º Fica nomeado para cargo de Fiscal do 3º Termo Aditivo do Contrato de n° 002/2018 a seguinte pessoa o Sr**. ODNEI MARTINS** firmando em 18/12/2019, com a empresa **GISLEY A. BRITO - EPP** inscrita no CNPJ de nº**. 26.117.657/0001-27**, que tem como objeto: ***OBRA DE INFRAESTRUTURA URBANA EM VIAS DA SEDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, CONSTITUÍDO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PROFUNDA DE ÁGUAS PLUVIAIS NOS TRECHOS DA RUA BELA VISTA E DA RUA CEL. ARTHUR BORGES; PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NOS TRECHOS DA RUA CÂNDIDO MARIANO E RUA IW9; E DRENAGEM PROFUNDA NO TRECHO DA AV. HUMBERTO CASTELO BRANCO, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT*.**

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos administrativos retroativo a partir de 17/02/2020.

Art. 3° Revogam-se disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 17 de fevereiro de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA DE LICITAÇÃO Nº 037 DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 118/2016.

PORTARIA DE LICITAÇÃO Nº 037 do 4º Termo Aditivo do Contrato n° 118/2016. ”

Texto:

PORTARIA DE LICITAÇÃO N°037-2020

Texto:

“Dispõe sobre a nomeação do fiscal do 4º Termo Aditivo do Contrato n° 118/2016. ”

O Prefeito Municipal de ROSÁRIO OESTE – MT, SR. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, usando de suas atribuições legais.

RESOLVE: Fica nomeado para cargo de Fiscal do 3º Termo Aditivo do Contrato de n° 118/2016 a seguinte pessoa o Sr**. ODNEI MARTINS** firmando em 18/12/2019, com a empresa **LIMA MURÇA & MURÇA LTDA** inscrita no CNPJ de nº**. 16.885.249/0001-61** que tem como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT**

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos administrativos retroativo a partir de 17/02/2020.

Art. 3° Revogam-se disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 17 de fevereiro de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA DE LICITACAO Nº 045 DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 29 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 37 /2019”

PORTARIA DE LICITAÇÃO Nº 045 do **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 29 do Pregão Presencial nº 37 /2019”**

Texto:

PORTARIA DE LICITAÇÃO N°045-2020

Texto:

“Dispõe sobre a nomeação do fiscal da Ata de Registro de Preço nº 29 do Pregão Presencial nº 37 /2019”

O Prefeito Municipal de ROSÁRIO OESTE – MT, SR. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, usando de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art.1º

Fica nomeado para Cargo de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 29-2019 do Pregão Presencial nº 37/2019 a seguinte pessoa, o Sr. **WANDERCLEISON TERSIO DOS SANTOS NUNES** firmado em 30/08/2019, com as empresas **OLMIR IORIS & CIA LTDA - EPP** inscrita no CNPJ 70.429.956/0001-99 **LICITAMAIS COMERCIO E SERVIÇOS EIRELLI** inscrita no CNPJ nº13.201.732/0001-91 **MARCOS S. BIUDES - ME** inscrita no CNPJ 08.257.279/0001-03 **ROCHA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELLI**inscrita no CNPJ nº 31.460.879/0001-88 **DATA MANAGER-PREST SERV. DE INFORMATICA LTDA - ME** inscrita no CNPJ nº 19.707.627/0001-05 **JVM COPIADORAS E INFORMATICA LTDA – EPP** inscrita no CNPJ nº 06.128.710/0001-88 que tem como objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMATICA E TONNERS PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT.**

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos administrativos retroativo a partir de 17/02/2020.

Art. 3° Revogam-se disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 17 de fevereiro de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA DE LICITACAO Nº 044 DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 001/2018

PORTARIA DE LICITAÇÃO Nº 044 do 2º Termo Aditivo do Contrato nº 001/2018

Texto:

PORTARIA DE LICITAÇÃO N°044-2020

Texto:

"Dispõe sobre a nomeação do fiscal do 2º Termo Aditivo do Contrato nº 001/2018

O Prefeito Municipal de ROSÁRIO OESTE – MT, SR. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, usando de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art.1º Fica nomeado para cargo de Fiscal do 2º Termo Aditivo do Contrato nº 001/2018 a seguinte pessoa a Sra. ELINALVA COUTO firmado em 19/12/2019, com a empresa VANORDEN SILVA inscrita no CPF nº 468.993.321-91 **tem como objeto:** LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL RESIDENCIAL, LOCALIZADO NA RUA A, CASA 80 – COHAB VELHA, EM ROSÁRIO OESTE – MT PARA ATENDER A CASA TRANSITÓRIA PEDRO HENRIQUE COELHO DE BELÉM

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos administrativos retroativo a partir de 17/02/2020.

Art. 3° Revogam-se disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 17 de fevereiro de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA DE LICITACAO Nº 043 DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 16/2018

PORTARIA DE LICITAÇÃO Nº 043 do 2º Termo Aditivo do Contrato nº 16/2018

Texto:

PORTARIA DE LICITAÇÃO N°043-2020

Texto:

"Dispõe sobre a nomeação do fiscal do 2º Termo Aditivo do Contrato nº 16/2018

O Prefeito Municipal de ROSÁRIO OESTE – MT, SR. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, usando de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art.1º Fica nomeado para cargo de Fiscal do 2º Termo Aditivo do Contrato nº 16/2018 a seguinte pessoa o Sr. SIDNEI BENEDITO MALHEIROS firmado em 20/12/2019, com a empresa NEMARI BERTAGLIA BRAUM HERRERA-ME ,inscrita no CNPJ de nº 11.012.407/0001-55 tem como objeto: DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ÔNIBUS COM MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos administrativos retroativo a partir de 17/02/2020.

Art. 3° Revogam-se disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 17 de fevereiro de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA DE LICITACAO Nº 038 DA ATA DE REGISTRO Nº 32/2019 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2019".

PORTARIA DE LICITAÇÃO Nº 038 da **Ata de Registro nº 32/2019 do Pregão Presencial nº 40/2019".**

Texto:

PORTARIA DE LICITAÇÃO N°038-2020

Texto:

"Dispõe sobre a nomeação do fiscal da Ata de Registro nº 32/2019 do Pregão Presencial nº 40/2019".

O Prefeito Municipal de ROSÁRIO OESTE – MT, SR. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, usando de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art.1º Fica nomeado para cargo de Fiscal da Ata de Registro de Preço de nº 32/2019 do Pregão Presencial nº 40/2019 a seguinte pessoa o Sr**. MANOEL DA SILVA NETO** firmando em 18/11/2019, com a empresa **JB EVENTOS COMUNICAÇÕES E PRODUÇÕES ARTISTICA LTDA** inscrita no CNPJ de nº**.** 06.085.304/0001-85 e empresa **JOZIMAR SANTOS BATISTA MENSAGENS E SONORIZAÇÃO – ME inscrita no** CNPJ n. 11.168.213/0001-43 que tem como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT**

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos administrativos retroativo a partir de 17/02/2020.

Art. 3° Revogam-se disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 17 de fevereiro de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA DE LICITACAO Nº 042 DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 18/2018

PORTARIA DE LICITAÇÃO Nº 042 do 2º Termo Aditivo do Contrato nº 18/2018

Texto:

PORTARIA DE LICITAÇÃO N°042-2020

Texto:

"Dispõe sobre a nomeação do fiscal do 2º Termo Aditivo do Contrato nº 18/2018

O Prefeito Municipal de ROSÁRIO OESTE – MT, SR. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, usando de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art.1º Fica nomeado para cargo de Fiscal do 2º Termo Aditivo do Contrato nº 18/2018 a seguinte pessoa o Sr. SIDNEI BENEDITO MALHEIROS fir-

mado em 20/12/2019, com a empresa LUIZ ANTONIO DOS SANTOS - TRANSPORTE - ME inscrita no CNPJ de nº 04.994.271/0001-60 tem como objeto: DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ÔNIBUS COM MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos administrativos retroativo a partir de 17/02/2020.

Art. 3° Revogam-se disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 17 de fevereiro de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DA TOMADA DE PREÇO 01/2020

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2020

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Execução de Reforma de Unidade de Atenção Especializada em Saúde (Centro de Especialidades Médicas), conforme Convênio – Proposta n. 911421/17- 003 firmado entre o Município de Rosário Oeste/MT e o Ministério da Saúde/CAIXA**.**

O Presidente da Comissão de Licitação comunica aos interessados a retificação dos itens abaixo, mantendo inalteradas as demais cláusulas:

a) Onde se lê: Item 12.13.5 - Junto com o balanço patrimonial poderá ser apresentado o demonstrativo de cálculo dos índices acima, assinado pelo profissional contábil responsável pela empresa.

Leia-se: Item 2.13.5 Junto com o balanço patrimonial deverá ser apresentado o demonstrativo de cálculo dos índices acima, assinado pelo profissional contábil responsável pela empresa".

b) Onde se lê: 13.9. A COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS deverá ser elaborada para todos os itens constantes na PLANILHA DE PREÇOS, podendo-se utilizar o Modelo do Edital e deverá ser apresentada apenas na forma digital.

Leia-se: Item 13.9. A COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS deverá ser elaborada para todos os itens constantes na PLANILHA DE PREÇOS, podendo-se utilizar o Modelo do Edital e deverá ser apresentada na forma impressa e digital.

Assim sendo, fica agendada a mesma data para abertura do processo licitatório, ou seja, dia 25 de março de 2020, às 09:00 horas, no setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT.

Rosário Oeste/MT, 16 de março de 2020.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

PRESIDENTE DE COMISSÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA COMPLEMENTAR DA TOMADA DE PREÇO N°02/2020 - CRAS

TOMADA DE PREÇO n. 02/2020.

MENOR PREÇO GLOBAL

No dia 10 de março de 2020, ocorreu a Tomada de Preço n. 02-2020 para a Contratação de Empresa Especializada para Execução de Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social e Básica – Construção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, conforme Convênio – Proposta n. 027452/2018 firmado entre o Município de Rosário Oeste/MT e o Ministério da Cidadania/CAIXA, no qual as empresas participantes apresentaram os seguintes questionamentos na fase de Habilitação:

1 - A Empresa **ALTO MONTE EIRELLI – EPP** apresentou a certidão municipal sem abrangência dos débitos inscritos em dívida ativa, contrariando o item 12.5.5 do Edital, e deixou de apresentar a certidão de recuperação judicial apresentando somente a certidão de falência 12.13.1 do Edital.

Após a realização de diligência junto a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, onde foi emitido o Oficio n. 017/2020, datado de 12.03.2020, que a Certidão Municipal da Empresa **ALTO MONTE EIRELLI – EPP** contempla todos os débitos municipais, incluindo a Divida Ativa, sendo assim, considera-se que a Certidão Municipal atendeu o instrumento convocatório.

Em relação a apresentação somente da Certidão de Falência e Concordata, não prevendo na mesma Recuperação Judicial, o Presidente da Comissão de Licitação realizou diligência e entrou em contato com o Fórum de Cuiabá/MT, e foi informado que a Certidão apresentada realmente não contempla Recuperação Judicial, a qual deve ser solicitada em outro campo diverso, sendo assim, a empresa acima mencionada não atendeu o item 12.13.1 do Edital, a qual diz que:

12.2.1. Certidão Negativa de Falência **e Recuperação Judicial**, emitida pelo Distribuidor da sede da licitante, com validade máxima de 90 (noventa) dias; Caso a certidão mencionada seja emitida na forma POSITIVA, deverá o licitante comprovar por meio de certidão emitida pela instância judicial competente, que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial na forma do art. 58 da Lei Federal nº 11.101/2005, e que está cumprido regulamente o plano de recuperação, estando apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993.'

Sendo assim, em atendimento ao item 12.20 do Edital e ao princípio de vinculação do instrumento convocatório, DECIDE que empresa **ALTO MONTE EIRELLI – EPP** não apresentou todos os documentos exigidos no instrumento convocatório, e, portanto, declarada **INABILITADA**.

2- A empresa **ALTO MONTE EIRELLI – EPP** apresentou o seguinte apontamento em relação a empresa **BRUNO BORGES DE SOUZA – ME,** conforme a seguir:

a) Que a empresa mencionada não apresentou o índice contábil do Balanço Patrimonial;

Após análise do Instrumento convocatório, o Presidente da Comissão de Licitação verificou que a apresentação dos índices contábeis não era obrigatória, mas sim facultativo, senão vejamos:

12.2.2. Junto com o balanço patrimonial **poderá** ser apresentado o demonstrativo de cálculo dos índices acima, assinado pelo profissional contábil responsável pela empresa.

Assim, em atendimento ao item 12.2.2 do Edital, DECIDE que empresa BRUNO BORGES DE SOUZA – ME apresentou todos os documentos exigidos no instrumento convocatório, e, portanto, declarada **HABILITADA**.

Acrescentamos que após analise dos documentos de Habilitação da Empresa **LACERDA E COSTA CONSTRUTORA LTDA,** o Presidente e sua Comissão verificou que a mesma apresentou todos os documentos exigidos no instrumento convocatório, portanto, declarada **HABILITADA**.

Desta Forma, e considerando tudo que foi exposto, o Presidente e os membros da Comissão de Licitação, **DECIDEM:**

Pela Habilitação das Empresas **BRUNO BORGES DE SOUZA – ME** e **LACERDA E COSTA CONSTRUTORA LTDA; e**

Pela Inabilitação da Empresa **ALTO MONTE EIRELLI – EPP.**

O presidente determinou que lavrasse a presente ata para que fosse assinada e posteriormente encaminhada à autoridade competente para a sua devida apreciação, observando-se o prazo para interposição de recursos, nos termos do Artigo 109, inciso I, alínea "b" e § 6°, da Lei nº 8.666/93.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

PRESIDENTE DA CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº. 02/2020

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Execução de Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social e Básica – Construção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, conforme Convênio – Proposta n. 027452/2018 firmado entre o Município de Rosário Oeste/MT e o Ministério da Cidadania/CAIXA.

O Presidente e a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, torna público aos interessados que após análise dos Documentos de Habilitação decidem que:

1 - A Empresa **ALTO MONTE EIRELLI – EPP** não apresentou o item 12. 2.1 do Edital de forma incompleta, ou seja, apresentou a Certidão Negativa de Falência, sem a indicação de **Recuperação Judicial**, sendo assim, com fundamento no item 12.20 decidem pela Inabilitação da mesma pelo descumprimento das cláusulas estabelecidas no Edital.

2- A empresa **BRUNO BORGES DE SOUZA – ME** apresentou todos os documentos exigidos no instrumento convocatório, e, portanto, declarada **HABILITADA**.

3 – A Empresa **LACERDA E COSTA CONSTRUTORA LTDA** apresentou todos os documentos exigidos no instrumento convocatório, portanto, declarada **HABILITADA**

Assim, abre-se prazo recursal de 05 (dias) úteis e apresentação das contrarrazões nos mesmos moldes, referente a fase de habilitação, e após será publicado a convocação das empresas habilitadas para a fase de abertura de preço.

Rosário Oeste/MT, 16 de março de 2020.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

PRESIDENTE DA CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA DE LICITACAO Nº 041 DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 19/2018

PORTARIA DE LICITAÇÃO Nº 041 do 2º Termo Aditivo do Contrato nº 19/2018

Texto:

PORTARIA DE LICITAÇÃO N°041-2020

Texto:

"Dispõe sobre a nomeação do fiscal do 2º Termo Aditivo do Contrato nº 19/2018

O Prefeito Municipal de ROSÁRIO OESTE – MT, SR. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, usando de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art.1º Fica nomeado para cargo de Fiscal do 2º **Termo Aditivo do Contrato nº 19**/2018 a seguinte pessoa o Sr. SIDNEI BENEDITO MALHEIROS firmado em 20/12/2019, com a empresa A.L.S TRANSPORTES EIRELI-ME inscrita no CNPJ de nº27.560.658/0001-04 tem como objeto: DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ÔNIBUS COM MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos administrativos retroativo a partir de 17/02/2020.

Art. 3° Revogam-se disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 17 de fevereiro de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

PORTARIA Nº 0127/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

SÚMULA: INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA A COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor Wagner Soares de Oliveira, a fim de que seja averiguado os atos irregulares imputados, concedendo a ampla defesa no devido processo legal, bem como a aplicação da pena cabível se for o caso, conforme documentos acostados no PAD em questão.

Art. 2º - Nomear os servidores públicos municipais abaixo relacionados para conduzir o processo, cabendo a presidência ao primeiro nominado:

NOME	SECRETARIA	Nº CPF
SHEILA QUEROBINA DOS SANTOS	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICO	055.670.901-29
ROGÉRIO APARECIDO DE ARAUJO	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICO	034.167.211-44
JANE FERNANDES FONTOURA	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE	000.166.741-62

Art. 3º - O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar não excederá 90 (noventa) dias, contados da data da publicação do ato que constituir a Comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 16 DE MARÇO DE 2020.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MARMITEX E REFEIÇÃO (ALMOÇO, JANTA), COM OBJETIVO DE ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES E SECRETARIAS SOLICITANTES.

Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão Presencial nº 009/2020, tipo menor preço por item, cuja abertura se deu em 16/03/2020, sagrou-se vencedora as empresas, conforme segue:

6882	**32.617.778/0001-30**	**FLORENTINO PEREIRA DOS SANTOS 02022606159**					
Itens							
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und. Medida**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**	
232833	REFEICAO INDIVIDUAL TIPO MARMITEX (PESO APROXIMADO DE 850 G). DEVERA CONTER ARROZ, FEIJAO, FAROFA, MOLHO DE CARNE BRANCA E/OU VERMELHA, MASSA E SALADA. EMBALAGEM DE ISOPOR, COM TALHERES EM PLASTICO DESCARTAVEIS		UNIDADE	3.500	12,8500	44.975,00	
				Total Fornecedor:		**44.975,00**	

7063	**32.418.804/0001-00**	**JOSEVAGNO DA SILVA**					
Itens							
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und. Medida**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**	
232832	REFEICAO INDIVIDUAL TIPO MARMITEX (PESO APROXIMADO DE 1 KG). DEVERA CONTER ARROZ, FEIJAO, FAROFA, MOLHO DE CARNE BRANCA E/OU VERMELHA, MASSA E SALADA. EMBALAGEM DE ISOPOR, COM TALHERES EM PLASTICO DESCARTAVEIS		UNIDADE	5.000	14,73	73.650,00	
232834	REFEICOEES COMERCIAIS (ALMOCO E JANTA). DEVERA CONTER ARROZ, FEIJAO, SALADA, CARNE (ASSADA, FRITA OU COZIDA) PELO MENOS 2 (DUAS) GUARNICOES (ABOBORA, QUIABO, BATATA, MACARRAO, POLENTA, ETC.) DISPONIBILIZADO DE SEGUNDA A DOMINGO E FERIADOS.		UNIDADE	990	21,95	21.730,50	
				Total Fornecedor:		**95.380,50**	
				Total Geral:		**140.355,50**	

Publique-se e afixe-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 16 de MARÇO de 2020.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

COMPRAS E LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2020 AVISO DE RESULTADO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2020

AVISO DE RESULTADO

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, Sr. EGON HOEPERS, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas nos autos, bem como em consideração ao parecer jurídico emitido no Processo de Dispensa de Licitação, com finalidade de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO A SER REALIZADO NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**, junto à empresa **MUTUM DEDETIZADORA EIRELI,** inscrita no CNPJ sob nº CNPJ: 35.555.722/0001-97,no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), a serem pagos conforme disposições em contrato a ser celebrado, em conformidade com art. 24, inc. II, da Lei 8.666/93, **PUBLICA** a justificativa apresentada e autoriza a Contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26, da Lei nº 8.666/93.

Santa Rita do Trivelato - MT, 17 de Março de 2020.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA Nº 018/2020

Objeto: **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO A SER REALIZADO NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATADO: **MUTUM DEDETIZADORA EIRELI**

CNPJ sob nº CNPJ: 35.555.722/0001-97

VALOR GLOBAL: R$ 8.000,00 (oito mil reais)

VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias.

HOMOLOGO.

Santa Rita do Trivelato – MT, 17 de Março de 2020.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

COMPRAS E LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2020 PUBLICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2020

PUBLICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, Sr. **Egon Hoepers,** torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas nos autos, bem como em consideração ao parecer jurídico emitido no Processo de Dispensa de Licitação, com finalidade de **AQUISIÇÃO DE 50 KG DE SEMENTES DE GRAMA BATATAIS A SER COLOCADA NA PISTA DE MOTOCROSS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, A FIM DE SEGURAR O ATERRO DA PISTA E O TÉRMINO DE PAISAGISMO**, junto à empresa **TREVISOL & CIA LTDA – CNPJ: 33.711.409/0001-75,** no valor de R$ 4.450,00 (quatro mil quatrocentos e cinquenta reais), a serem pagos conforme disposições em contrato a ser celebrado, em conformidade com art. 24, inc. II, da Lei 8.666/93, **PUBLICA** a justificativa apresentada e autoriza a Contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26, da Lei nº 8.666/93.

Santa Rita do Trivelato - MT, 16 de Março de 2020.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2020

OBJETO: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE 50 KG DE SEMENTES DE GRAMA BATATAIS A SER COLOCADA NA PISTA DE MOTOCROSS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, A FIM DE SEGURAR O ATERRO DA PISTA E O TÉRMINO DE PAISAGISMO.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATADO: Trevisol & Cia LTDA

CNPJ Nº: 33.711.409/0001-75

VALOR GLOBAL: R$ 4.450,00 (quatro mil quatrocentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: **30 (TRINTA) dias.**

HOMOLOGO.

Santa Rita do Trivelato – MT, 16 de Março de 2020.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

COMPRAS E LICITAÇÃO
VISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA PARA O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO REFERENTE AO CONVENIO SUDECO Nº. 897183 EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO. A sessão publica será no dia ***27 DE MARÇO DE 2020 AS 09H00MIN*;** O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161. Santa Rita do Trivelato/MT, 17 de MARÇO de 2020.

MARIA CILENE PEREIRA

PREGOEIRA OFICIAL

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO AO CONTRATO Nº 031/2020 PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2020;

EXTRATO AO CONTRATO Nº 031/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **CONTRATADO:** TREVISOL & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 33.711.409/0001-75; **VIGÊNCIA: 17/03/2020 ATÉ 17/04/2020** ; **VALOR R$ 4.450,00 OBJETO.: AQUISIÇÃO DE 50 KG DE SEMENTES DE GRAMA BATATAIS A SER COLOCADA NA PISTA DE MOTOCROSS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, A FIM DE SEGURAR O ATERRO DA PISTA E O TÉRMINO DE PAISAGISMO,**conforme Processo de Dispensa de Licitação nº 016/2020;

COMPRAS E LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2020 PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2020

PUBLICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, Sr. **EGON HOEPERS,** torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas nos autos, bem como em consideração ao parecer jurídico emitido no Processo de Dispensa de Licitação, com finalidade de **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTALAÇÃO DIVISÃO DE AMBIENTE, INCLUINDO ENTREGA, INSTALAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS MATERIAIS PARA O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO MT**, junto à empresa **MARCIO LUIZ SCHEAFER - EIRELI,** inscrita no CNPJ nº **29.085.921/0001-86,**no valor de **R$ 5.380,00. (cinco mil trezentos e oitenta reais),** a serem pagos conforme disposições em contrato a ser celebrado, em conformidade com art. 24, inc. II, da Lei 8.666/93, **PUBLICA** a justificativa apresentada e autoriza a Contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26, da Lei nº 8.666/93.

Santa Rita do Trivelato - MT, 16 de março de 2020.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2020

OBJETO: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTALAÇÃO DIVISÃO DE AMBIENTE, INCLUINDO ENTREGA, INSTALAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS MATERIAIS PARA O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO MT

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATADO: MARCIO LUIZ SCHEAFER – EIRELI.

CNPJ nº 29.085.921/0001-86

VALOR GLOBAL: R$ 5.380,00. (cinco mil trezentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: **60 (sessenta) dias.**

HOMOLOGO.

Santa Rita do Trivelato – MT, 16 de março de 2020.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 039/2020

EMENTA: DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MATÉRIA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea "b" e inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública,

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora **Sra. BEATRIZ SANCHES MEREJOLI PICHIRILLI,** PSICOLOGA, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº 011/2020, tendo como objeto: **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR DAS AULAS DE JUDÔ, REALIZANDO ATENDIMENTOS AOS ALUNOS DO PROGRAMA SCFV-SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS OFERTADOS NO CRAS-CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO E COMUNIDADE GLEBA UNIÃO, MUNICIPIO DE SANTO AFONSO-MT."**

Art. 2º - A servidora ora designada por esta portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 3° - Ficará a fiscal obrigada a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas observadas.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 16 DE MARÇO DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF: 567.930.141-53 – RG: 865415 SSP/MT.

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 041/2020

EMENTA: DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MATÉRIA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea "b" e inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública,

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora **Sra. BEATRIZ SANCHES MEREJOLI PICHIRILLI,** PSICOLOGA, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº 013/2020, tendo como objeto: **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORA DAS AULAS DE OFICINA DE ARTESANATO COM ÊNFASE EM ARTES EM TECIDO E ENFEITES, REALIZANDO ATENDIMENTOS AOS GRUPOS DE ALUNOS E PROJETOS DO SCFV-SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS NO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO-MT."**

Art. 2º - A servidora ora designada por esta portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 3° - Ficará a fiscal obrigada a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas observadas.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 16 DE MARÇO DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF: 567.930.141-53 – RG: 865415 SSP/MT.

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 040/2020

EMENTA: DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MATÉRIA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea "b" e inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública,

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora **Sra. BEATRIZ SANCHES MEREJOLI PICHIRILLI,** PSICOLOGA, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº 012/2020, tendo como objeto: **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR DO PROJETO DE MUSICAL SOCIAL SOM+ EU COM ÊNFASE EM AULA DE BATERIA, REALIZANDO ATENDIMENTOS AOS ALUNOS DO PROGRAMA SCFV-SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS OFERTADOS NO CRAS-CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO-MT."**

Art. 2º - A servidora ora designada por esta portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 3° - Ficará a fiscal obrigada a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas observadas.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 16 DE MARÇO DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF: 567.930.141-53 – RG: 865415 SSP/MT.

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

AVISO DE RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO N.º 002/2019

AVISO DE RESULTADO E JULGAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO 046/2019 TOMADA DE PREÇO N.º 002/2019 O Município de Santo Antônio do Leverger - MT, com sede na Avenida Santo Antônio, 245, Centro, CEP 78.180-000, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 03. 507.555/0001-12, através da sua CPL – Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 034/GP/2019 o **resultado e julgamento do TOMADA DE PREÇO Nº 002/2019 objeto:contratação de empresa especializada para a conclusão da construção da obra (25651) PAC 2-CRECHE/PRE ESCOLA 001, conforme Projeto Executivo -padrão do FNDE, Planilha orçamentária** e demais Anexo deste Edital, que dele fazem parte integrante, independente de sua transcrição da Tomada de Preços 001/2020. Na sessão pública realizadas no dia 09 de março de 2020 as 09:00 horas , compareceu a empresa FABIO ALBUQUERQUE DA SILVA -ME inscrito sobre o CNPJ: 18.894.302/0001-16, a Presidente da CPL juntamente com os membros após analise *nas documentações de habilitação apresentada pelo o licitante*, foI declarada ***HABILITADA.*** Nesta fase o representante da empresa licitante abdicou do interesse de manifestar recurso administrativo. Em seqüência foi aberto o envelope numero 02 (dois) Proposta de Preço após vista pelo os licitantes e comissão da CPL e Sr Renan engenheiro da prefeitura. A empresa licitante FABIO ALBUQUERQUE DA SILVA -ME apresentou a proposta de preço com o valor global de R$ R$ 487.870,16 (quatrocentos e oitenta e sete mil e oitocentos e setenta reais e dezesseis centavos). A CPL suspende a sessão para que o engenheiro da Prefeitura pudesse analisar as proposta de preço, ficando todos convocados para reabertura dia 13/03/2020 as 09:00 hr. Na data do dia 13/03/2020 as 09:00 reabrimos a sessão o engenheiro encaminhou o parecer técnico com a seguinte nota; Pelos critérios de julgamento conforme o edital constatou-se:A empresa licitante FABIO ALBUQUERQUE DA SILVA - ME, atendeu a todos os critérios de julgamento descritos nos itens do edital.A Presidente da comissão de licitação e membros subsidiariamente com o parecer técnico ***classifica*** a proposta de preço apresentada pela a empresa licitante FABIO ALBUQUERQUE DA SILVA - ME, atendeu a todos os critérios de julgamento descritos nos itens do edital. Questionados a cerca da manifestação da interposição de recurso referente a essa fase o representante da empresa FABIO ALBUQUERQUE DA SILVA - ME, representante da empresa licitante abdicou do interesse de manifestar recurso administrativo. Santo Antônio do Leverger – MT, 13 de março de 2020. Lidiane Batista de Rezende Presidente da CPL Port. 034/GP/2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 028/GP/2020

ATO Nº 028/GP/2020

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 43, inciso VIII da Lei nº 432/90, e Processo nº 0286/2020.

RESOLVE:

Exonerar a pedido, a Servidora efetiva Sra. **MARIA DA SILVA CARVALHO**, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, nomeada pelo Ato º 048/GP/99, matricula nº 000131, com readaptação funcional para o cargo de Recepcionista por meio da Portaria nº 006/GP/2017, a partir de 04 de fevereiro de 2020.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 04 de fevereiro de 2020.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 175/2020

DE: 16 DE MARÇO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) **MARIA SALETE CORDEIRO DA SILVA** DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a (o) servidor (a) **MARIA SALETE CORDEIRO DA SILVA,** em 02/03/2020 a 31/03/2020, com período aquisitivo de 01/10/2017 a 30/09/2018, com retorno as suas atividades em 01 de abril de 2020.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir da data 02/03/2020**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 16 DE MARÇO DE 2020

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2020

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT**, no uso de suas atribuições legais, através da Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento deste Processo Seletivo Simplificado, através da Portaria nº 166/2020 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases, *para todos os efeitos, a saber:*

I. Divulgar o Resultado Parcial da prova prática e comprovação do tempo de experiência:

INSCRIÇÃO	NOME	PROVA PRÁTICA	EXPERIÊNCIA	NOTA FINAL
001	ANTONIO ALVES DE ANDRADE	-	-	Ausente
002	FABIO GARCIA DE SOUZA REIS	3,9	4,0	7,9
003	ELBIO JORGE WALTER	4,3	0,0	4,3
004	ANTONIO DA SILVA SANTOS	3,4	1,5	4,9
005	FRANCISCO FABRICIO VIANA	1,0	2,5	3,5
006	MARCIO BERNARDES SILVANO	4,2	1,5	5,7

II. Definir o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação de recursos na forma prevista do Item 9 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020, devendo ser por escrito e endereçada à Comissão Permanente Organizadora do Processo Seletivo na Coordenadoria de Recursos Humanos na Prefeitura Municipal.

III. O presente Edital com a as alterações estão disponíveis no endereço eletrônico: https://www.santoantoniodoleste.mt.gov.br, afixada no Mural da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Santo Antônio do Leste/MT, 16 de Março de 2020.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

Prefeito Municipal Em Exercício

ITA ROBERTA SOARES

Presidente da Comissão

SONIA NIVIA BRUNETTA MUHLBEIER

Secretária da Comissão

CILSA APARECIDA DE SOUSA CRECENCIO

Membro da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2020 ADESÃO Nº 003/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2020

ADESÃO Nº 003/2020

OBJETO: **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de estruturas para realização de eventos com montagem e desmontagem, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo de São Félix do Araguaia-MT para realização da temporada de praia 2020**. VALOR R$: **299.830,00 (duzentos e noventa e nove mil, oitocentos e trinta reais. Vigência 10/03/2020 à 10/03/2021. FAVORECIDA: P. KAREN EVENTOS E BUFFET EIRELI** inscrita no CNPJ (MF) sob o no 28.185.412/0001-62. **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis 10 620/2002 e 8.666/1993 e do Decreto n o 3.555/2000.

São Félix do Araguaia, 10 março de 2020.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020

Acha-se aberta a Licitação abaixo descrita:

TOMADA DE PREÇOS N° 001/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2020

A Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com base na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores torna público para conhecimento dos interessados, o aviso de licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS** do tipo Menor Preço, a critério de julgamento Menor Preço Global, tendo como objeto: **TOMADO DE PREÇOS, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA:** Construção de uma Quadra Coberta com Arquibancada e Vestiário no Distrito de Espigão do Leste, no Município de São Félix do Araguaia - MT, Conforme Projeto Básico de Engenharia, Memorial Descritivo, Cronograma de Desembolso, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitário, Edital e Minuta de Contrato em Anexo". **CONVÊNIO SINCOV Nº 875354/2018/ME/CAIXA** E PROPOSTA **045705/2018** E CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO, Recebimento dos envelopes: **09:h00min (horário de Brasília), dia 03/04/2020**, local prédio da Prefeitura Municipal, situado na Av. Araguaia, 248, centro. Os envelopes referentes aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS serão recebidos pelo Presidente da Comissão de Licitação marcado para o dia, hora e endereço mencionado. O Edital e seus anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal, no endereço supracitado junto a Divisão de Licitação ou pelo **site saofelixdoaraguaia.mt.gov.br** ou ainda pelo **email:pregaosfa@outlook.com;** Ou pelo fone (66) 3522-1606; ramal 35.

São Félix do Araguaia - MT em 16 de março de 2020.

Wilami Ribeiro Dias

Presidente da CPL

Port. 532/2019

Visto... Janailza Taveira Leite

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
AVISO PREGAO PRESENCIAL 004/2020 PROCESSO 010

Acha-se aberta Licitação abaixo descrita:

Pregão Presencial nº. 004/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2020

A Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia, Estado de Mato Grosso torna público para conhecimento dos interessados que encontra - se aberta à licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020, sob o regime de Execução Indireta, do tipo MENOR PREÇO a critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, Tendo por Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA, AQUISIÇÃO DE DOIS (02) VEICULO UTILITARIO, ZERO KM, TIPO PICK – UP, IGUAL, MELHOR OU SIMILAR E EQUIPAMENTO DE INFORMATICA SENDO: DOIS (02) NOTEBOOK E UMA (01) IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL, ORIUNDO DO CONVENIO MAPA Nº 887619/2019, CONFORME PROPOSTA DE Nº 003905/2019, POR INTERMEDIO DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO E CONTRAPARTIDA DO MUNICIPIO DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA-MT, de acordo com as especificações e quantidades descritas no Plano de Trabalho e Plano de Aplicação Financeira Detalhada do referido Convenio e especificações e quantidades descritas no Edital e Termo de Referência - Anexo I.O Credenciamento será realizado das 09h00mim até as 09h30min do dia 30 de março de 2020 (segunda- feira). Na Avenida Araguaia 248 Centro no Paço Municipal. "A Sessão terá início às 09h30min, (horá-

rio de expediente da Prefeitura/horário de Brasília) na mesma data e local". A cópia do Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados através do e-mail: pregaosfa@outlook.comou através do site http://www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br/ou retirar na própria sede da prefeitura das 13h00min as 17h00min. Para maiores informações entrar em contato pelo tel.: (66)3522-1606 ramal 35, Falar no Departamento de Licitações com Lídia.

São Felix do Araguaia – MT, 16 de março de 2020.

Lidia Barbosa de Brito

Pregoeira Oficial

Port.718/2019

Visto: JANAILZA TAVEIRA LEITE Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
AVISO PREGAO 005/2020 PROC 011

Acha-se aberta Licitação abaixo descrita:

Pregão Presencial nº. 005/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2020

A Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia, Estado de Mato Grosso torna público para conhecimento dos interessados que encontra - se aberta à licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020, sob o regime de Execução Indireta, do tipo MENOR PREÇO a critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, Tendo por Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA**, AQUISIÇÃO DE UMA (01) MAQUINA PESADA E UM (01) VEICULO UTILITARIO, ZERO KM, TIPO PICK (IGUAL, MELHOR OU SIMILAR) POR INTERMEDIO DE RECURSO ORIUNDO DA SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO OESTE – SUDECO E CONTRAPARTIDA DO MUNICIPIO DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA-MT, "CONVÊNIO SUDECO Nº 897235/2019 - PROCESSO 59800.003354/2019-51 E PROPOSTA 055628/2019. De acordo com as especificações e quantidades descritas no Plano de Trabalho e Plano de Aplicação Financeira Detalhada do referido Convenio e especificações e quantidades descritas no Edital e Termo de Referência - Anexo I.O Credenciamento será realizado das 09h00-mim até as 09h30min do dia 31 DE MARÇO DE 2020(terça- feira). Na Avenida Araguaia 248 Centro no Paço Municipal. "A Sessão terá início às 09h300min, (horário de expediente da Prefeitura/horário de Brasília) na mesma data e local". A cópia do Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados através do e-mail: pregaosfa@outlook.comou através do site http://www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br/ou retirar na própria sede da prefeitura das 13h00min as 17h00min. Para maiores informações entrar em contato pelo tel.: (66)3522-1606 ramal 35, Falar no Departamento de Licitações com Lídia.**

São Felix do Araguaia – MT, 16 de março de 2020.

Lidia Barbosa de Brito

Pregoeira Oficial

Port.718/2019

Visto: JANAILZA TAVEIRA LEITE Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
CONTRATO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 049/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: PHABLO HENRIQUE NUNES DA SILVA, Brasileiro, Solteiro, Serviços Gerais, residente e domiciliado na Av José Fragélli, nº 512 - CEP 78.670-000 - Centro, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 054.868.361-12 e Identidade nº 2.902.799-3 - SESP-MT, inscrito no PIS/PASEP sob nº 1.615.563.852-8, nascido no dia 21/08/2000

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 049/2020

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 16 de março de 2020

VIGÊNCIA: De 16/03/2020 a 16/06/2020

PRAZO DE VIGÊNCIA: 3 meses

CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.481,30 (mil quatrocentos e oitenta e um reais e trinta centavos)

FUNÇÃO: AGENTE DE MANUTENÇÃO (AJUDANTE DE PEDREIRO), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GABINETE
RECIBO DE ENTREGA RREO 6º BIMESTRE REF.2019

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
	Ministério da Fazenda - MF
	Recibo de Declaração Homologada

A instituição **Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (MT)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (MT)
Declaração:	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Periodicidade:	Bimestral
Período:	6º bimestre
Exercício:	2019
Assinatura(s):	• Nome: ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA *Titular do Poder Executivo* CPF: 353.365.011-15 Data: 16/03/2020 09:47:42

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **16/03/2020, às 09:48:04** , é:

03.8H.DZ-0

Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio `https://siconfi.tesouro.gov.br`, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

Documento gerado em 16/03/2020 09:48:04 Página 1 de 1

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.890.004,84	15.890.004,84	3.797.723,85	23,90	16.256.010,95	102,30	-366.006,11
RECEITAS CORRENTES	15.076.635,18	15.076.635,18	3.797.723,85	25,19	16.104.855,79	106,82	-1.028.220,61
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	591.525,22	591.525,22	86.947,87	14,70	464.990,88	78,61	126.534,34
Impostos	546.318,45	546.318,45	68.610,97	12,56	380.389,10	69,63	165.929,35
Taxas	45.206,77	45.206,77	18.336,90	40,56	84.601,78	187,14	-39.395,01
Contribuição de Melhoria							0,00
CONTRIBUIÇÕES	490.109,18	490.109,18	78.710,71	16,06	459.368,05	93,73	30.741,13
Contribuições Sociais	426.000,00	426.000,00	58.375,55	13,70	363.411,49	85,31	62.588,51
Contribuições Econômicas							0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	64.109,18	64.109,18	20.335,16	31,72	95.956,56	149,68	-31.847,38
RECEITA PATRIMONIAL	823.610,24	824.873,71	5.943,76	0,72	846.710,67	102,65	-21.836,96
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							0,00
Valores Mobiliários	823.610,24	824.873,71	5.943,76	0,72	846.710,67	102,65	-21.836,96
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							0,00
Exploração de Recursos Naturais							0,00
Exploração do Patrimônio Intangível							0,00
Cessão de Direitos							0,00
Demais Receitas Patrimoniais							0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA							0,00
RECEITA INDUSTRIAL							0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	190.640,68	190.640,68	47.393,68	24,86	278.876,95	146,28	-88.236,27
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	190.640,68	190.640,68	47.393,68	24,86	278.876,95	146,28	-88.236,27
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							0,00
Serviços e Atividades Financeiras							0,00
Outros Serviços							0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.874.348,98	12.873.085,51	3.561.595,13	27,67	13.838.636,85	107,50	-965.551,34
Transferências da União e de suas Entidades	8.320.677,93	8.320.677,93	2.510.434,91	30,17	8.538.727,32	102,62	-218.049,39
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	3.745.378,72	3.745.378,72	839.162,38	22,41	4.261.920,54	113,79	-516.541,82
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	808.292,33	807.028,86	211.997,84	26,27	1.037.988,99	128,62	-230.960,13
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	106.400,88	106.400,88	17.132,70	16,10	216.272,39	203,26	-109.871,51
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	200,00	200,00		0,00		0,00	200,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	46.000,88	46.000,88	12.381,66	26,92	193.511,49	420,67	-147.510,61
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							0,00
Demais Receitas Correntes	60.200,00	60.200,00	4.751,04	7,89	22.760,90	37,81	37.439,10

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	813.369,66	813.369,66	0,00	0,00	151.155,16	18,58	662.214,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Alienação de Bens Móveis	20.000,00	20.000,00		0,00		0,00	20.000,00
Alienação de Bens Imóveis							0,00
Alienação de Bens Intangíveis							0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	793.369,66	793.369,66	0,00	0,00	151.155,16	19,05	642.214,50
Transferências da União e de suas Entidades	351.356,26	351.356,26		0,00	140.660,00	40,03	210.696,26
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	442.013,40	442.013,40		0,00	10.495,16	2,37	431.518,24
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							0,00
Resgate de Títulos do Tesouro							0,00
Demais Receitas de Capital							0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	813.300,00	813.300,00	138.221,79	17,00	863.734,88	106,20	-50.434,88
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.703.304,84	16.703.304,84	3.935.945,64	23,56	17.119.745,83	102,49	-416.440,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	16.703.304,84	16.703.304,84	3.935.945,64	23,56	17.119.745,83	102,49	-416.440,99
DÉFICIT (VI)					144.707,96		
TOTAL (VII) = (V + VI)	16.703.304,84	16.703.304,84	3.935.945,64	23,56	17.264.453,79	103,36	-561.148,95
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.688.304,74	17.579.985,34	1.890.556,26	16.077.131,97	1.502.853,37	3.328.120,94	16.030.930,45	1.549.054,89	16.003.219,45	46.201,52
DESPESAS CORRENTES	15.615.003,61	16.615.617,71	1.867.078,95	15.358.145,68	1.257.472,03	3.230.561,06	15.311.944,16	1.303.673,55	15.284.233,16	46.201,52
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.284.452,09	8.948.273,56	1.701.628,31	8.726.958,22	221.315,34	1.731.425,64	8.726.958,22	221.315,34	8.725.960,12	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.321,25	37.821,25	4.383,80	37.629,20	192,05	4.383,80	37.629,20	192,05	37.629,20	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.280.230,27	7.629.522,90	161.066,84	6.593.558,26	1.035.964,64	1.494.751,62	6.547.356,74	1.082.166,16	6.520.643,84	46.201,52
DESPESAS DE CAPITAL	747.305,79	964.367,63	23.477,31	718.986,29	245.381,34	97.559,88	718.986,29	245.381,34	718.986,29	0,00
INVESTIMENTOS	682.894,59	950.956,43	19.119,56	705.922,54	245.033,89	93.202,13	705.922,54	245.033,89	705.922,54	
INVERSÕES FINANCEIRAS					0,00			0,00		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	64.411,20	13.411,20	4.357,75	13.063,75	347,45	4.357,75	13.063,75	347,45	13.063,75	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	325.995,34				0,00			0,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)					0,00			0,00		
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	16.688.304,74	17.579.985,34	1.890.556,26	16.077.131,97	1.502.853,37	3.328.120,94	16.030.930,45	1.549.054,89	16.003.219,45	46.201,52
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		
Outras Dívidas					0,00			0,00		
Amortização da Dívida Externa	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		
Outras Dívidas	350.000,00	350.000,00			350.000,00			350.000,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.038.304,74	17.929.985,34	1.890.556,26	16.077.131,97	1.852.853,37	3.328.120,94	16.030.930,45	1.899.054,89	16.003.219,45	46.201,52
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.038.304,74	17.929.985,34	1.890.556,26	16.077.131,97		3.328.120,94	16.030.930,45		16.003.219,45	46.201,52
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	813.300,00	813.300,00	138.221,79	17,00	863.734,88	106,20	-50.434,88
RECEITAS CORRENTES	813.300,00	813.300,00	138.221,79	17,00	863.734,88	106,20	-50.434,88
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							0,00
Taxas							0,00
Contribuição de Melhoria							0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuições Sociais							0,00
Contribuições Econômicas							0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							0,00
RECEITA PATRIMONIAL	813.300,00	813.300,00	138.221,79	17,00	863.734,88	106,20	-50.434,88
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							0,00
Valores Mobiliários	813.300,00	813.300,00	138.221,79	17,00	863.734,88	106,20	-50.434,88
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais							0,00
Exploração do Patrimônio Intangível							0,00
Cessão de Direitos							0,00
Demais Receitas Patrimoniais							0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA							0,00
RECEITA INDUSTRIAL							0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							0,00
Serviços e Atividades Financeiras							0,00
Outros Serviços							0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (I) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.038.304,74	17.929.985,34	1.890.556,26	16.077.131,97	100,00	1.852.853,37	3.328.120,94	16.030.930,45	100,00	1.899.054,89	46.201,52
Legislativa	732.926,57	777.470,79	135.483,70	777.462,90	4,84	7,89	149.380,30	777.462,90	4,85	7,89	0,00
Ação Legislativa	288.823,69	320.543,69	58.490,50	317.396,90	1,97	3.146,79	58.490,50	317.396,90	1,98	3.146,79	
Controle Externo	444.102,88	456.927,10	76.993,20	460.066,00	2,86	-3.138,90	90.889,80	460.066,00	2,87	-3.138,90	
FU01 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU02 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Essencial à Justiça	8.946,00	1.543,97	0,00	0,00	0,00	1.543,97	0,00	0,00	0,00	1.543,97	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Representação Judicial e Extrajudicial	8.946,00	1.543,97			0,00	1.543,97			0,00	1.543,97	
FU03 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração	4.016.060,62	4.454.457,06	408.302,95	4.229.190,50	26,31	225.266,56	860.158,09	4.223.537,36	26,35	230.919,70	5.653,14
Planejamento e Orçamento					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU04 - Administração Geral	3.017.394,91	3.391.227,03	344.411,53	3.270.199,40	20,34	121.027,63	683.240,75	3.264.546,26	20,36	126.680,77	5.653,14
Administração Financeira	8.946,00	207.465,15		207.465,15	1,29	0,00		207.465,15	1,29	0,00	
Controle Interno	282.892,32	184.876,03	-10.774,60	85.819,12	0,53	99.056,91	12.952,18	85.819,12	0,54	99.056,91	
Normatização e Fiscalização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Tecnologia da Informação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ordenamento Territorial	1.118,25	26.675,96		26.675,96	0,17	0,00		26.675,96	0,17	0,00	
Formação de Recursos Humanos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração de Receitas	705.709,14	644.212,89	74.666,02	639.030,87	3,97	5.182,02	163.965,16	639.030,87	3,99	5.182,02	
Administração de Concessões					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicação Social					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU04 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Naval					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Terrestre					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU05 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU05 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Civil					0,00	0,00			0,00	0,00	
Informação e Inteligência					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU06 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU06 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Cooperação Internacional					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU07 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU07 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência Social	1.108.323,63	661.503,52	51.582,13	631.132,30	3,93	30.371,22	124.631,84	630.834,44	3,94	30.669,08	297,86
Assistência ao Idoso	19.865,62	725,39			0,00	725,39			0,00	725,39	
Assistência ao Portador de Deficiência					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	409.271,45	223.399,31	-8.406,09	203.150,55	1,26	20.248,76	52.703,30	202.852,69	1,27	20.546,62	297,86
Assistência Comunitária					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU08 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)

CNPJ:

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Demais Subfunções	679.186,56	437.378,82	59.988,22	427.981,75	2,66	9.397,07	71.928,54	427.981,75	2,67	9.397,07	
Previdência Social	1.900.000,00	1.900.000,00	311.774,48	1.420.781,94	8,84	479.218,06	333.116,67	1.420.781,94	8,86	479.218,06	0,00
Previdência Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário	1.754.500,00	1.754.500,00	316.417,49	1.300.301,78	8,09	454.198,22	316.417,49	1.300.301,78	8,11	454.198,22	
Previdência Complementar					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral	145.500,00	145.500,00	-4.643,01	120.480,16	0,75	25.019,84	16.699,18	120.480,16	0,75	25.019,84	
FU09 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saúde	3.040.979,19	4.425.490,68	431.854,67	3.720.589,78	23,14	704.900,90	732.187,23	3.702.689,95	23,10	722.800,73	17.899,83
Atenção Básica	824.115,76	1.604.963,80	96.183,56	1.273.745,82	7,92	331.217,98	262.796,41	1.259.741,65	7,86	345.222,15	14.004,17
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.673.400,12	1.612.477,74	45.725,16	1.260.320,83	7,84	352.156,91	174.741,60	1.259.071,99	7,85	353.405,75	1.248,84
Suporte Profilático e Terapêutico	42.813,79	10.879,69			0,00	10.879,69			0,00	10.879,69	
Vigilância Sanitária	12.542,76	9.542,76		6.477,26	0,04	3.065,50		3.830,44	0,02	5.712,32	2.646,82
Vigilância Epidemiológica	68.074,17	145.972,78	206,50	142.696,58	0,89	3.276,20	2.728,30	142.696,58	0,89	3.276,20	
Alimentação e Nutrição					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU10 - Administração Geral	420.032,59	1.041.653,91	289.739,45	1.037.349,29	6,45	4.304,62	291.920,92	1.037.349,29	6,47	4.304,62	
FU10 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Trabalho	235.725,00	164.974,94	18.016,97	164.974,91	1,03	0,03	30.121,05	164.974,91	1,03	0,03	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	235.725,00	164.974,94	18.016,97	164.974,91	1,03	0,03	30.121,05	164.974,91	1,03	0,03	
Relações de Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
Empregabilidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU11 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação	3.016.159,91	3.647.059,48	479.260,32	3.508.079,38	21,82	138.980,10	689.466,35	3.503.758,67	21,86	143.300,81	4.320,71
Ensino Fundamental	2.692.128,68	3.016.382,01	437.283,90	2.962.597,88	18,43	53.784,13	614.269,71	2.958.277,17	18,45	58.104,84	4.320,71
Ensino Médio					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ensino Profissional					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ensino Superior					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação Infantil	178.807,23	541.752,97	33.685,17	456.559,75	2,84	85.193,22	66.905,39	456.559,75	2,85	85.193,22	
Educação de Jovens e Adultos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU12 - Demais Subfunções	145.224,00	88.924,50	8.291,25	88.921,75	0,55	2,75	8.291,25	88.921,75	0,55	2,75	
Cultura	416.591,26	160.113,48	-9.319,94	159.544,31	0,99	569,17	23.438,31	146.704,31	0,92	13.409,17	12.840,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão Cultural	416.591,26	160.113,48	-9.319,94	159.544,31	0,99	569,17	23.438,31	146.704,31	0,92	13.409,17	12.840,00
FU13 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência aos Povos Indígenas					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU14 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Urbanismo	230.601,50	168.245,11	0,00	167.126,86	1,04	1.118,25	28.000,00	167.126,86	1,04	1.118,25	0,00
Infra-Estrutura Urbana	1.118,25				0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviços Urbanos	229.483,25	168.245,11		167.126,86	1,04	1.118,25	28.000,00	167.126,86	1,04	1.118,25	
Transportes Coletivos Urbanos					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU15 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU15 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Habitação	2.236,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	
Habitação Urbana	2.236,50				0,00	0,00			0,00	0,00	

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU16 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU16 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento	118.534,51	25.629,01	-104.376,50	23.392,50	0,15	2.236,51	2.740,00	23.392,50	0,15	2.236,51	0,00
Saneamento Básico Rural	2.236,51	2.236,51			0,00	2.236,51			0,00	2.236,51	
Saneamento Básico Urbano	116.298,00	23.392,50	-104.376,50	23.392,50	0,15	0,00	2.740,00	23.392,50	0,15	0,00	
FU17 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU17 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental					0,00	0,00			0,00	0,00	
Controle Ambiental					0,00	0,00			0,00	0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Recursos Hídricos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Meteorologia					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU18 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU18 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU19 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU19 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Agricultura	271.118,35	504.396,46	117.498,89	492.387,88	3,06	12.008,58	156.831,88	487.197,90	3,04	17.198,56	5.189,98
Abastecimento	559,13	559,13			0,00	559,13			0,00	559,13	
Extensão Rural	249.490,97	499.979,08	119.353,89	490.762,88	3,05	9.216,20	156.831,88	485.572,90	3,03	14.406,18	5.189,98
Irrigação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU20 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU20 - Demais Subfunções	21.068,25	3.858,25	-1.855,00	1.625,00	0,01	2.233,25		1.625,00	0,01	2.233,25	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Colonização					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU21 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Produção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Mineração					0,00	0,00			0,00	0,00	
Propriedade Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Normalização e Qualidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU22 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU22 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio e Serviços	51.118,25	12.085,96	0,00	12.085,96	0,08	0,00	0,00	12.085,96	0,08	0,00	0,00
Promoção Comercial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comercialização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio Exterior					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviços Financeiros					0,00	0,00			0,00	0,00	
Turismo	51.118,25	12.085,96		12.085,96	0,08	0,00		12.085,96	0,08	0,00	
FU23 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU23 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Telecomunicações					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU24 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU24 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	

diariomunicipal.org/mt/amm • www.amm.org.br

324

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Energia	67.095,00	5.295,09	0,00	5.295,09	0,03	0,00	0,00	5.295,09	0,03	0,00	0,00
Conservação de Energia	67.095,00	5.295,09		5.295,09	0,03	0,00		5.295,09	0,03	0,00	
Energia Elétrica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Combustíveis Minerais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Biocombustíveis					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU25 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU25 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte	899.098,41	595.241,88	14.239,55	593.865,55	3,69	1.376,33	158.521,40	593.865,55	3,70	1.376,33	0,00
Transporte Aéreo					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte Rodoviário	899.098,41	595.241,88	14.239,55	593.865,55	3,69	1.376,33	158.521,40	593.865,55	3,70	1.376,33	
Transporte Ferroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte Hidroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transportes Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU26 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desporto e Lazer	130.944,00	122.752,77	27.497,49	120.529,16	0,75	2.223,61	30.786,27	120.529,16	0,75	2.223,61	0,00
Desporto de Rendimento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desporto Comunitário	130.944,00	122.752,77	27.497,49	120.529,16	0,75	2.223,61	30.786,27	120.529,16	0,75	2.223,61	
Lazer					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU27 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU27 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Encargos Especiais	465.850,70	401.232,45	8.741,55	50.692,95	0,32	350.539,50	8.741,55	50.692,95	0,32	350.539,50	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00	0,00			0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna	115.850,70	51.232,45	8.741,55	50.692,95	0,32	539,50	8.741,55	50.692,95	0,32	539,50	
Serviço da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transferências					0,00	0,00			0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transferências para a Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU28 - Demais Subfunções	350.000,00	350.000,00			0,00	350.000,00			0,00	350.000,00	
Reserva de Contingência	325.995,34	-97.507,31				-97.507,31				-97.507,31	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)					0,00	0,00			0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	17.038.304,74	17.929.985,34	1.890.556,26	16.077.131,97	100,00	1.852.853,37	3.328.120,94	16.030.930,45	100,00	1.899.054,89	46.201,52

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											
FU10 - Demais Subfunções											

diariomunicipal.org/mt/amm • www.amm.org.br

326

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)

CNPJ:

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desporto de Rendimento											

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)

CNPJ:

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

diariomunicipal.org/mt/amm • www.amm.org.br

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPTU														
ISS														
ITBI														
IRRF														
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria														
Contribuições														
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicação Financeira														
Outras Receitas Patrimoniais														
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços														
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM														
Cota-Parte do ICMS														
Cota-Parte do IPVA														
Cota-Parte do ITR														
Transferências da LC nº 87/1996														
Transferências da LC nº 61/1989														
Transferências do FUNDEB														
Outras Transferências Correntes														
Outras Receitas Correntes														
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência														
Compensações Financ. entre Regimes Previdência														
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2019	Até o Bimestre / 2018
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	1.202.300,00	1.202.300,00	1.182.890,04	1.106.569,38
Receita de Contribuições dos Segurados	426.000,00	426.000,00	363.411,49	355.524,60
Civil	426.000,00	426.000,00	363.411,49	355.524,60
Ativo	426.000,00	426.000,00	363.411,49	355.524,60
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	776.000,00	776.000,00	813.007,08	751.044,78
Civil	776.000,00	776.000,00	813.007,08	751.044,78
Ativo	776.000,00	776.000,00	813.007,08	751.044,78
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	300,00	300,00	6.471,47	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)				
Demais Receitas Correntes	300,00	300,00	6.471,47	
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II)	1.202.300,00	1.202.300,00	1.182.890,04	1.106.569,38

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)

CNPJ:

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2019	Em 2018
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (V)	150.000,00	171.800,00	120.480,16	202.519,91	120.480,16	202.519,91	0,00	0,00
Despesas Correntes	146.000,00	167.550,00	120.317,62	202.519,91	120.317,62	202.519,91		
Despesas de Capital	4.000,00	4.250,00	162,54		162,54			
PREVIDÊNCIA (VI)	1.400.000,00	1.415.000,00	1.300.301,78	1.098.522,17	1.300.301,78	1.098.522,17	0,00	0,00
Benefícios - Civil	1.400.000,00	1.415.000,00	1.300.301,78	1.098.522,17	1.300.301,78	1.098.522,17	0,00	0,00
Aposentadorias	1.280.000,00	1.295.000,00	1.257.105,27	1.098.522,17	1.257.105,27	1.098.522,17		
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários	120.000,00	120.000,00	43.196,51		43.196,51			
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	1.550.000,00	1.586.800,00	1.420.781,94	1.301.042,08	1.420.781,94	1.301.042,08	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)	-347.700,00	-384.500,00	-237.891,90	-194.472,70	-237.891,90	-194.472,70		

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	350.000,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Bens e Direitos do RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	94.628,87	102.313,70
Investimentos e Aplicações	7.631.787,20	6.967.352,52
Outros Bens e Direitos		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2019	Até o Bimestre / 2018
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XI) = (IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2019	Em 2018
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)

CNPJ:

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2019	Em 2018
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)								

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2019
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
IPTU		
ISS		
ITBI		
IRRF		
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Contribuições		
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Aplicações Financeiras (II)		
Outras Receitas Patrimoniais		
Transferências Correntes	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM		
Cota-Parte do ICMS		
Cota-Parte do IPVA		
Cota-Parte do ITR		
Transferências da LC 87/1996		
Transferências da LC nº 61/1989		
Transferências do FUNDEB		
Outras Transferências Correntes		
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes		
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00
Operações de Crédito (VI)		
Amortização de Empréstimos (VII)		
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		
Outras Alienações de Bens		
Transferências de Capital	0,00	0,00
Convênios		
Outras Transferências de Capital		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais							
Juros e Encargos da Dívida (XIV)							
Outras Despesas Correntes							
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos							
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)							
Aquisição de Título de Crédito (XIX)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XX)							
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2019
	VALOR INCORRIDO
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc))	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o Bimestre 2019
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2019
	VALOR INCORRIDO
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	Saldo	
	Em 31/12/2018 (a)	Até o Bimestre 2019 (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa		
Disponibilidade de Caixa Bruta		
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		
Demais Haveres Financeiros		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2019
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre 2019
	VALOR INCORRIDO
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2019
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	21.184,99	33.790,84	0,00	387.464,63	-332.488,80	1.008.868,89	74.012,78	0,00	0,00	0,00	1.082.881,67	750.392,87
PODER EXECUTIVO	21.184,99	33.790,84		387.464,63	-332.488,80	1.008.868,89	74.012,78				1.082.881,67	750.392,87
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	883,07			64.639,49	-63.756,42	8.596,72					8.596,72	-55.159,70
TOTAL (III) = (I + II)	22.068,06	33.790,84	0,00	452.104,12	-396.245,22	1.017.465,61	74.012,78	0,00	0,00	0,00	1.091.478,39	695.233,17

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	883,07	0,00	0,00	64.639,49	-63.756,42	8.596,72	0,00	0,00	0,00	0,00	8.596,72	-55.159,70
PODER EXECUTIVO	883,07			64.639,49	-63.756,42	8.596,72					8.596,72	-55.159,70
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Receitas	Receitas de Operações de Crédito		
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
Receitas	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)			

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Despesas	Despesas de Capital		
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
Despesas	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte			
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras			
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Resultado para Apuração da Regra de Ouro	Resultado para Apuração da Regra de Ouro		
	(d - a)	(e - b)	(f - c)
Resultado para Apuração da Regra de Ouro	-	-	-
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)			

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário			
	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2018				
2019				
2020				
2021				
2022				
2023				
2024				
2025				
2026				
2027				
2028				
2029				
2030				
2031				
2032				
2033				
2034				
2035				
2036				
2037				
2038				
2039				
2040				
2041				
2042				
2043				
2044				
2045				
2046				
2047				
2048				
2049				
2050				
2051				
2052				
2053				
2054				
2055				
2056				
2057				
2058				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário			
	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2059				
2060				
2061				
2062				
2063				
2064				
2065				
2066				
2067				
2068				
2069				
2070				
2071				
2072				
2073				
2074				
2075				
2076				
2077				
2078				
2079				
2080				
2081				
2082				
2083				
2084				
2085				
2086				
2087				
2088				
2089				
2090				
2091				
2092				

RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro			
	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2018				

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro			
	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2019				
2020				
2021				
2022				
2023				
2024				
2025				
2026				
2027				
2028				
2029				
2030				
2031				
2032				
2033				
2034				
2035				
2036				
2037				
2038				
2039				
2040				
2041				
2042				
2043				
2044				
2045				
2046				
2047				
2048				
2049				
2050				
2051				
2052				
2053				
2054				
2055				
2056				
2057				
2058				
2059				
2060				
2061				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)

CNPJ:

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro			
	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2062				
2063				
2064				
2065				
2066				
2067				
2068				
2069				
2070				
2071				
2072				
2073				
2074				
2075				
2076				
2077				
2078				
2079				
2080				
2081				
2082				
2083				
2084				
2085				
2086				
2087				
2088				
2089				
2090				
2091				
2092				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Receitas	Execução da Receita		
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
Receitas	-	-	-
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Móveis			
Receita de Alienação de Bens Imóveis			
Receita de Alienação de Bens Intangíveis			
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Despesas	Execução da Despesa						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)
Despesas	-	-	-	-	-	-	-
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social							
Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos							

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Saldo Financeiro a Aplicar	Saldo Financeiro a Aplicar		
	2018 (I)	2019 (J) = (Ib - (IIf + IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIII + IIIJ)
Saldo Financeiro a Aplicar	-	-	-
VALOR (III)			

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	REGISTROS EFETUADOS EM 2019	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais			
Riscos não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS											
PPP A CONTRATAR (II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V) = (IV) / (III)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	16.703.304,84
Previsão Atualizada	16.703.304,84
Receitas Realizadas	17.119.745,83
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	17.038.304,74
Créditos Adicionais	
Dotação Atualizada	17.929.985,34
Despesas Empenhadas	16.077.131,97
Despesas Liquidadas	16.030.930,45
Despesas Pagas	16.003.219,45
Superávit Orçamentário	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	16.077.131,97
Despesas Liquidadas	16.030.930,45

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	1.182.890,04
Despesas Previdenciárias Liquidadas	1.420.781,94
Resultado Previdenciário	-237.891,90
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Resultado Previdenciário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
Resultado Primário - Acima da Linha			
Resultado Nominal - Acima da Linha			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	55.858,90	452.104,12	0,00	-396.245,22
Poder Executivo	55.858,90	452.104,12		-396.245,22
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.091.478,39	0,00	0,00	1.091.478,39
Poder Executivo	1.091.478,39			1.091.478,39
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	1.147.337,29	452.104,12	0,00	695.233,17

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental			
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas/RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 6º bimestre

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA:35336501115 Date: 2020.03.16 09:46:43 AMT Perfil: Titular do Poder Executivo Instituição: Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 055/2020, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020, Nº 007/2020 E Nº 008/2020.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores ADILA GENY INACIO DOS SANTOS SOUZA e MARLI MARIA BOTH, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução das Atas de Registro de Preços nº 006/2020, nº 007/2020 e nº 008/2020, referentes ao Pregão Presencial nº 002/2020, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A MERENDA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 21 de fevereiro de 2020.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

Obs.: Fica revogada a publicação da matéria "PORTARIA Nº 055/2020 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020", realizada em 9/3/2020 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (diariomunicipal.org/mt/amm), página 391, Edição 3.433, por conter erro material.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020 - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006

DIVULGA GABARITO PRELIMINAR DE prova escrita DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 001/2020.

A Senhora **Leida Jacob Mariano**, **Presidente da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado**, nomeada pela **Portaria nº 031/2020, de 03 de fevereiro de 2020**, em cumprimento ao disposto no item 18.6 do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020, torna público o que segue:

1. FICA DIVULGADO O GABARITO PRELIMINAR DE PROVA ESCRITA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 001/2020, APLICADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2020, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL COMPLEMENTAR.

Fica aberto o prazo de recurso relativo à **DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DE PROVA ESCRITA**, a partir das 00h00 do dia **17/03/2020** até às 23h59 do dia **18/03/2020**, nos termos do Edital.

A íntegra deste Edital poderá ser consultada nos murais da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro; no site oficial da Prefeitura - www.saojosedorioclaro.mt.gov.br; e no site da empresa organizadora - ATAME - www.grupoatame.com.br/concurso

São José do Rio Claro/MT, 16 de março de 2020.

Leida Jacob Mariano

Presidente da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado

ANEXO I

GABARITO PRELIMINAR

PROVA ESCRITA REALIZADA DIA 15/03/2020

Nº.	Função	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35
01	Professor - 30h	A	A	D	C	C	D	A	B	C	B	B	D	A	C	B	A	D	D	B	C	C	B	B	D	C	D	A	B	A	C	C	A	D	C	A

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO Nº 010/2020

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78. 435-000 fone (65) 3386-1482 informa a todos os interessados que realizará Pregão Presencial para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços topográficos, para execuções de drenagem e pavimentações em vias urbanas do Município de São José do Rio Claro – MT. Data de Abertura: às 08h00min, do dia 30 de março de 2020, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10. 520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/ 93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhadas e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, 07h00min às 13h00min, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo e-mail: licitacaosjrc@gmail.com ou ainda no site do município: www.saojosedorioclaro.mt.gov.br. São José do Rio Claro – MT, 16 de março de 2020. Angela Rodrigues de Matos – Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2020
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 014/2020

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020

Processo Licitatório nº 015/2020 – Processo Administrativo nº 871/2020

A Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, através do seu pregoeiro oficial, nomeado pelo Decreto. Nº. 191/2020 torna público, para conhecimento dos interessados, que, na Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DO XINGU/MT, com sede na Av. São José, nº 05 –Centro, mediante a designação do Pregoeiro e sua equipe de apoio, encontra-se aberta a licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal nº 092/2009 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE GEOREFERRENCIAMENTO E SERVIÇO DE SONDAGEM PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO A ESTA SOLICITAÇÃO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

REALIZAÇÃO: 30/03/2020. ABERTURA DA SESSÃO: 09:00 horas (Horário de Brasília – DF). O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de São José do Xingu - MT. Demais informações pelo telefone (66) 35681109 e EMAIL licitação@saojosedoxingu.mt.gov.br e retirada do edital no site www.saojosedoxingu.mt.gov.br/transparência.

São José do Xingu – MT, 17 de março de 2020.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro.

Dec. nº 191/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

A Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos, CNPJ nº 15.024. 029/0001-80**,** torna público que requereu junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), a Renovação da Licença Prévia (LP) e da Licença de Instalação (LI), referente ao Projeto **de Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Águas Pluviais, a serem realizadas em diversas vias localizadas na zona urbana** do município de São José dos Quatro Marcos/ MT.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 113 DE 12 DE MARÇO DE 2020

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR para exercer o cargo em comissão de MONITOR DE CONTROLE SOCIAL, a Senhora MARILENE GOMES SOLEDAD DE SOUZA, portadora do RG nº 2648760-8-SSP/MT e do CPF nº 057.291. 711-29, fazendo jus ao vencimento do cargo.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA	PUBLICADA	CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 12 DE MARÇO DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 112 DE 11 DE MARÇO DE 2020

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR para exercer o cargo em comissão de ORIENTADOR SOCIAL, a Senhora LUCÉLIA CRISTÓVÃO DA CONCEIÇÃO, portadora do RG nº 1194753-5-SSP/MT e do CPF nº 895.978.691-87, fazendo jus ao vencimento do cargo.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 11 DE MARÇO DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO nº 003/2020

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 003/2020

Objeto: prorrogação da vigência de Prestação de Serviços

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa

Contratada: **J.N. PRADO LTDA**

Prazo: 30 (trinta) dias

Data Aditivo: 12 de Março de 2020.

Amparo Legal: art. 65, inciso I, da Lei nº 8.666/93

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 002/2020.

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 002/2020.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Serra nova Dourada - MT torna público aos interessados o resultado da Licitação realizada na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 002/2020, cujo objeto e o **"PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BOMBA SUBMERSA, CABO ELETRICO E SERVIÇO DE TROCA DA BOMBA E MANUTENÇÃO DO QUADRO DE COMANDO, EM AETNDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA – MT".** Aberto no dia 03 de março de 2020, às 14h00min (horário oficial de Brasília - DF), tendo como vencedor a empresa abaixo:

ADJUDICADO/HOMOLOGADO:

CLEYTON PEREIRA DE MELO - ELETRIFICAÇÃO.

CNPJ: 10.414.728/0001-13.

AVENIDA DOM PEDRO CASALDALIGA, S/N, VILA SÃO JOSÉ.

CIDADE: SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MATO GROSSO - CEP: 78.670-000.

FONE: (66) 98434-1841.

E-MAIL: cleytoneletricista@hotmail.com

Valores Registrados.

Item	Código TCE-MT.	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total.
02	415721-4	CABO ELETRICO PP 3x16MM² TENSÃO DE ISOLAMENTO 450/750, CAPA PLASTICA ANTI-CHAMA, EM COBRE. (Código do sistema 66-01-0006).	280	Metros	**R$ 44,00**	**R$ 12. 320,00**
03	00030279	SERVIÇO DE ELETRICISTA PARA TROCA DE BOMBA SUBMERSA E MANUTENÇÃO DE QUADRO DE COMANDO. (Código do sistema 18-02-0058).	01	Unid.	**R$ 4. 000,00**	**R$ 4. 000,00**

Registro de Preços válido por um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Serra Nova Dourada - MT, em 16 de março de 2020.

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Pregoeiro.

Portaria n.º 021/2020.

P.M.S.N.D.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2020.

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 003/2020.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2020.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CASA DE APOIO NO MUNICIPIO DE AGUA BOA - MT, PARA HOSPEDAGEM DE PACIENTES E ACOMPANHANTES FORA DO DOMICILIO, INCLUINDO TRES REFEIÇÕES DIARIAS E DESLOCAMENTOS, EM ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA – MT.

DETENTORA DA ATA:

JOSEFA ROSILANE SANTOS TAVARES - MEI.

CNPJ: 17.708.232/0001-00.

7A RUA rua 07, nº 955, Centro II.

CIDADE: AGUA BOA - MATO GROSSO - CEP: 78.635-000.

FONE: (66) 98142-4596.

E-MAIL: casaapoioab@gmail.com.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) Meses;

DATA DE ASSINATURA: 16/03/2020.

VALORES REGISTRADOS:

Item	Código do Item (TCE-MT).	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
01	0002066	**Serviço de casa de apoio no município de Agua Boa – MT, para hospedagem de pacientes e acompanhantes fora do domicilio, incluindo refeições diárias e deslocamentos.** Especificação do TCE-MT: **SERVICO DE HOSPEDAGEM - EM CASA DE APOIO, PARA PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DE DOMICILIO, INCLUINDO TRES REFEICOES DIARIAS.**	850	Diaria.	***R$ 50,00***	***R$ 42. 500,00***

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2000 e Lei nº 8.666/93 e alterações, Decreto 7.892/13.

Serra Nova Dourada - MT, em 16 de março de 2020.

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Pregoeiro.

Portaria n.º 021/2020.

P.M.S.N.D.

TERMO DE REVOGAÇÃO DO ITEM 01 DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 002/2020.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2020.

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 002/2020.

TERMO DE REVOGAÇÃO DO ITEM 01

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERRA NOVA DOURADA-MT, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela Legislação Municipal, ainda, com base nas disposições contidas na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal tem o seguinte enunciado:

“A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Decide:

REVOGAR O ITEM 01 - BOMBA SUBMERSA TRIFASICA 220/380V, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2020 – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 002/2020, cujo o objeto e PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BOMBA SUBMERSA, CABO ELETRICO E SERVIÇO DE TROCA DA BOMBA E MANUTENÇÃO DO QUADRO DE COMANDO, EM AETNDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA – MT,pela seguinte motivação:

1º - **CONSIDERANDO** que o ato administrativo revogatório é resultante do poder discricionário no qual permite a Administração rever suas atividades para que se destinem ao seu fim específico;

2º - **CONSIDERANDO** ocorrência de erro material na descrição do objeto do item 01 do Pregão Presencial SRP nº 002/2020, sendo que o objeto licitado difere da necessidade real da administração, impossibilitando assim a aquisição do item licitado.

3º - **CONSIDERANDO** que o interesse público nada mais é do que o interesse da coletividade e que cada ato da Administração Pública deve ter por escopo a satisfação e o interesse de todos os cidadãos;

REVOGA-SE O ITEM 01 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2020 – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 002/2020.

Serra Nova Dourada - MT, 16 de Março de 2020.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR.

PREFEITO MUNICIPAL.

MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA – MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

LICITACAO
2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 009/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO Dispensa de Licitação n.º 02/2018

Caixa de texto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 009/2018, ORIUNDO DA LICITAÇÃO – Dispensa de Licitação n° 02/2018, PARA A LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DE ALVENARIA COM NO MÍNIMO 120M² CONTENDO 03 QUARTOS, 03 BANHEIROS, 02 SALAS, 01 COZINHA, ÁREA DE SERVIÇO, ALMOXARIFADO E GARAGEM DESTINADO PARA A INSTALAÇÃO DA CASA DE ABRIGO AO MENOR DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE TABAPORÃ/MT E O SR. SILVANO ALBERTO SCARIOT.

PREÂMBULO DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES DA FINALIDADE E FUNDAMENTO LEGAL

O município de **TABAPORÃ – MT**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 37.464.997/0001-40, situada na Avenida Comendador José Pedro Dias, n° 979, representada pelo seu Prefeito Municipal o senhor **SIRINEU MOLETA**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº MG-12.223.800 SSP/MG e CPF nº 505.657.109-15, residente na Rua José Carlos Moreira, s/nº, Centro no município de Tabaporã – MT, de ora em diante denominada ***LOCATÁRIA*.**

SILVANO ALBERTO SCARIOT, portadora do RG n°. 2998360-6 SSP/MT e CPF n°. 246.246.160-49, residente e domiciliada na Rua Vilas Boas, s/n - Centro, CEP 78.563-000 – Tabaporã/MT, de ora em diante denominada **LOCADOR**.

DA FINALIDADE

O presente termo aditivo tem como finalidade Prorrogar a vigência do CONTRATO 009/2018, por mais **12 (Doze) Meses**, com inicio em 08/03/2020 e término em até **08 de Março de 2021** conforme este termo aditivo e os termos do Art. 57 da Lei 8666/93.

DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo Aditivo tem por fundamento legal os dispostos nos artigos 57, inciso II e 65, inciso 2º, inciso II, da lei nº 8.666/93 bem como o artigo 18 da Lei do Inquilinato (Lei n. 8.245/91).e o que dispõe as Clausulas terceira e quarta do Contrato 009/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui o objeto deste termo aditivo, a alteração da CLAUSULA QUARTA – prorrogando a vigência do contrato por mais **12 (Doze) Meses** conforme artigo 57, inciso II da Lei n. ° 8.666/93.

CLAÚSULA SEGUNDA

DO OBJETO E FINALIDADE, passa a ter a seguinte redação:

Constitui o objeto deste termo aditivo, a **LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COM METRAGEM MINIMA DE 15X25 m³, COM BANHEIRO, COZINHA, SALA INDIVIDUAL E RECEPÇÃO, LOCALIZADO NA AVENIDA COMENDADOR JOSÉ PEDRO DIAS – S/N°, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT, DESTINADO PARA A INSTALAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ/MT**, bem como na Cláusula primeira do Contrato n° 009/2018.

2.1.1. Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina, e em estrita observância das especificações de sua proposta;

2.1.2. Fornecer declaração atestando que não pesa sobre o imóvel qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a locação, ou, caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação por parte da Administração;

2.1.3. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;

2.1.4. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

2.1.5. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

2.1.6. Fornecer à **LOCATÁRIA** descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua vistoria para entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes;

2.1.7. Fornecer à **LOCATÁRIA** recibo discriminado das importâncias pagas, vedada à quitação genérica;

2.1.8. Pagar as taxas de administração imobiliária se houver, e de intermediações, nestas compreendidas as despesas necessárias à aferição da idoneidade do pretendente ou de seu fiador;

2.1.9. Pagar as despesas extraordinárias de condomínio, entendidas como aquelas que não se refiram aos gastos rotineiros de manutenção do edifício, como, por exemplo:

a. Obras de reformas ou acréscimos que interessem à estrutura integral do imóvel;

b. Pintura das fachadas, empenas, poços de aeração e iluminação, bem como das esquadrias externas;

c. Obras destinadas a repor as condições de habitabilidade do edifício;

d. Indenizações trabalhistas e previdenciárias pela dispensa de empregados, ocorridas em data anterior ao início da locação;

e. Instalação de equipamento de segurança e de incêndio, de telefonia, de intercomunicação, de esporte e de lazer;

f. Despesas de decoração e paisagismo nas partes de uso comum;

g. Constituição de fundo de reserva, e reposição deste, quando utilizado para cobertura de despesas extraordinárias;

2.1.10. Pagar os impostos (especialmente Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU) e taxas, inclusive a contribuição para o custeio de serviços de iluminação pública, incidentes sobre o imóvel;

2.1.11. Entregar, em perfeito estado de funcionamento, os sistemas de arcondicionado, combate a incêndio e rede de lógica, bem como o sistema hidráulico e a rede elétrica;

2.1.12. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de dispensa de licitação;

2.1.13. Exibir à LOCATÁRIA, quando solicitado, os comprovantes relativos às parcelas que estejam sendo exigidas;

2.1.14. Pagar o prêmio de seguro complementar contra fogo;

2.1.15. Providenciar a atualização do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e o pagamento do prêmio de seguro complementar contra fogo, caso ocorra um sinistro dessa natureza;

2.1.16. Informar à LOCATÁRIA quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente.

2.1.17. Fornecer meios de comunicação como: Internet, Telefone e outros.

2.2. A LOCATÁRIA obriga-se a:

2.2.1. Pagar o aluguel e os encargos da locação exigíveis, no prazo estipulado neste contrato;

2.2.2. Servir-se do imóvel para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse;

2.2.3. Restituir o imóvel, finda a locação, nas condições em que o recebeu, conforme documento de descrição minuciosa elaborada quando da vistoria para entrega, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal;

2.2.4. Comunicar ao **LOCADOR** qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

2.2.5. Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo do LOCADOR, assegurando-se o direito ao abatimento proporcional do aluguel, caso os reparos durem mais de dez dias, nos termos do artigo 26 da Lei n° 8.245, de 1991;

2.2.6. Realizar o imediato reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados;

2.2.7. Não modificar a forma externa ou interna do imóvel, sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR;

2.2.8. Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, cujo pagamento não seja de seu encargo, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionada à LOCATÁRIA;

2.2.9. Pagar as despesas ordinárias de condomínio, entendidas como aquelas necessárias à sua administração, como, por exemplo:

a. Salários, encargos trabalhistas, contribuições previdenciárias e sociais dos empregados do condomínio;

b. Consumo de água e esgoto, gás, luz e força das áreas de uso comum;

c. Limpeza, conservação e pintura das instalações e dependências de uso comum;

d. Manutenção e conservação das instalações e equipamentos hidráulicos, elétricos, mecânicos e de segurança, de uso comum;

e. Manutenção e conservação das instalações e equipamentos de uso comuns destinados à prática de esportes e lazer;

f. Manutenção e conservação de elevadores, porteiro eletrônico e antenas coletivas;

g. Pequenos reparos nas dependências e instalações elétricas e hidráulicas de uso comum;

h. Rateios de saldo devedor, salvo se referentes a período anterior ao início da locação;

i. Reposição do fundo de reserva, total ou parcialmente utilizado no custeio ou complementação de despesas ordinárias, salvo se referentes a período anterior ao início da locação.

2.2.10. A LOCATÁRIA somente ficará obrigada ao pagamento das despesas ordinárias de condomínio caso sejam comprovadas a previsão orçamentária e o rateio mensal, podendo exigir a qualquer tempo tal comprovação.

2.2.11. Pagar as despesas de telefone e de consumo de energia elétrica, gás (se houver) e água e esgoto;

2.2.12. Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seus mandatários, mediante prévia combinação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no artigo 27 da Lei nº 8.245, de 1991;

2.2.13. Cumprir integralmente a convenção de condomínio e os regulamentos internos.

CLAUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes deste contrato serão empenhadas oportunamente em dotação própria, a qual foi autorizada através da Lei Municipal do ano de 2020 – LOA 2020, conforme segue:

09.001.08.243.0003.2052.3390.36.0000

O valor do aluguel mensal é de **R$ 1.400,47 (hum mil e quatrocentos reais e quarenta e sete centavos)**, perfazendo o valor global anual de **R$: 16.805,66 (Dezesseis mil oitocentos e cinco reais e sessenta e seis centavos).**

CLAUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Todas as demais Clausulas e Artigos do Contrato em Referência, não alteradas por esse instrumento, permanecem inalteradas e são, pelo presente Termo Aditivo, Ratificadas.

CLAUSULA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Tabaporã/MT, para dirimir questões oriundas deste Termo Aditivo não resolvidos na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. É parte integrante deste Termo Aditivo independente de transcrição: o Edital do **Dispensa de Licitação n.º 02/2018,** e a proposta da CONTRATADA.

6.2. A CONTRATADA fica obrigada a manter as condições de habilitação, especialmente, no que diz respeito à seguridade social, durante toda a vigência do Contrato.

6.3. E assim, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, impressas em um só lado, juntamente com 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas para que produza todos os seus efeitos legais.

Tabaporã - MT, 08 de Março de 2020.

Município de Tabaporã/MT SIRINEU MOLETA Prefeito Municipal CONTRATANTE LOCADOR	**SILVANO ALBERTO SCARIOT** RG n°. 2998360-6 SSP/MT CPF n°. 246.246.160-49 LOCATARIO
Edileusa Maria Lolato CPF Sob n° 034.079.511-59 **Testemunha**	**Marilucia Aparecida Dos Santos Fernandes** CPF Sob n° 535.802.491-34 **Testemunha**

LICITACAO
AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

O Município de Tabaporã/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 979, Centro, CEP – 78.563-000, fone (66) 3557-1505, por meio de seu Pregoeiro nomeado, pela portaria 002/2020 de 10/01/2020, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados, que está **CANCELADA** a licitação na modalidade Pregão Presencial SRP n° 018/2019, processo licitatório n° 020/2019, cujo objeto é o **Registro de Preços** para Futura e Eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEICULOS, TIPO, CARROS UTILITARIOS, CAMINHONETE, AMBULÂNCIA, CAMINHÕES E MAQUINARIOS EM GERAL DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ**, conforme Termo de Referencia no Anexo I. **O motivo:** Em atendimento ao oficio N° 48/GP/2020, solicitando o cancelamento do Pregão, devido ao fechamento e falência da empresa vencedora **ALEXANDRO ALVES DOS REIS - MEI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Sob n° **27.187.098/0001-94**.

Tabaporã – MT, 16 de Março de 2020.

Helielson Teodoro Alves

Pregoeiro Nomeado

Portaria n° 002/2020

LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2020

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** do tipo menor preço por item visando **A FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO FRACIONADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DEMAIS ITENS DO GENERO ATENDENDO A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

Repartições interessadas:.....Controladoria Geral .....Procuradoria Geral .....Secretaria Municipal de Administração e Planejamento; .....Secretaria Municipal de Saúde; .....Secretaria Municipal de Ação Assistencia Social e Cidadania; .....Secretaria Municipal de Educação E Cultura; .....Secretaria Municipal de Obras E Urbanismo; .....Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico;

Modalidade de licitação..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Finalidade---------- REGISTRO DE PREÇO

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993, COM SUAS ALTERAÇÕES, LEI

FEDERAL N°. 10.520/02, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006, LEI COMPLEMENTAR 147/2014 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV c. c. art. 4° - inciso XX da mesma Lei, o município de Tabaporã/MT, através de seu Prefeito, senhor Sirineu Moleta, **HOMOLOGA** o objeto desta Licitação, às Empresas vencedoras abaixo especificadas:

Empresa vencedora:

VAREJAO CATARINENSE

A.RICHARTZ-ME

CNPJ: 05.516.432/0001-73

Valor Global de **R$ 157.254,73** (Cento e cinquenta e sete mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e setenta e três centavos).

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Tabaporã/MT 16 de Março de 2020.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 013/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2020

O **MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 979, – MT, CEP – 78.563-000, fone (66) 3557-1248, por meio de seu Presidente da CML, instituído pela portaria 001/2020 de 10/01/2020, no uso de suas atribuições, torna público a abertura de licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo **Menor Preço Global,** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DE ALVENARIA DA SEDE DA PREFEITURA "PAÇO" MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT**, **tudo em conformidade com o projeto básico e seus anexos, integrantes deste edital.**

Modalidade de licitação:---------- TOMADA DE PREÇOS

Tipo de licitação:---------- MENOR PREÇO GLOBAL

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 E LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06 E LC 147/14.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DO CADASTRO PARA PARTICIPAÇÃO

Data:---------- 17/03/2020

Horário:---------- Das 07h00minh ÀS 17h00minh (Horário Local)

Local:---------- Prédio da Prefeitura Municipal (Endereço acima citado).

Data Final: ----------31/03/2020 as 17h00minh (Horário Local)

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO

Data:---------- 02/04/2020

Horário:---------- Das 07h00minh ÀS 08h00minh (Horário Local)

Local:---------- Prédio da Prefeitura Municipal (Endereço acima citado).

DO JULGAMENTO

Data:---------- 02/04/2020

Horário:---------- 08h00min HORAS (horário local)

Local:---------- Prédio da Prefeitura Municipal (Endereço acima citado).

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, no endereço eletrônico www.tabapora.mt.gov.br e (ou) via e-mail licitacao@tabapora.mt.gov.br acima citado, ou pelo telefone 66 3557 1248,* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 11h00min horas e das 13:00min as 17:00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Tabaporã/MT, 16 de Março de 2020.

HELIELSON TEODORO ALVES

Presidente da CPL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 148/2020

CONVOCAR O CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL 01/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sirineu Moleta Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Convocar o candidato abaixo relacionado, classificado no Concurso Público Municipal 01/2018, realizado no período de 05/01/2018 à 14/03/2018, para comparecerem no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta, na sede da Coordenadoria de Recursos Humanos, anexo a Prefeitura de Tabaporã, sito a Avenida Comendador José Pedro Dias, 979-N, Centro, no horário das 07:00 ás 11:00 e das 13:00 as 17:00 hs., para comprovação dos requisitos exigidos no Edital de abertura do Concurso Público 01/2018 apresentando o rol de documentos abaixo listados e tomar posse de seu respectivo cargo.

1ª. Fase - Exames Médicos

I. - O candidato Convocado neste ato deverá providenciar, às suas expensas *(por meios financeiros próprios)*, os exames a seguir especificados, emitidos em até 90 dias anteriores à sua apresentação:

Exames de Apresentação obrigatória para todas as funções públicas.
1. Hemograma completo em jejum; 2. Glicemia em jejum; 3. Reação sorológica para Lues (V.D.R.L); 4. Gama GT (Gama Glutamil Transferase); 5. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Colesterol Total, Triglicérides); 6. Eletrocardiograma (E.C.G) com avaliação do médico cardiologista 7. Raio-X do tórax P.A e perfil e os laudos correspondentes OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultrasonografia (ecografia) recente a data da avaliação médica pericial; 8. Raios-X total da coluna vertebral com laudo radiológico (exceto para gestantes, que devem apresentar laudo de ultrassonografia gestacional recente); 9. Atestado de acuidade visual, fundo de olho e tonometria, em ambos os olhos, emitido por médico oftalmologista; 10. Exame de urina tipo I (E.A.S); 11. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica); 12. Exame sanguíneo de **Antígeno Carcinoembrionário –** CEA - Para mulheres com idade igual ou acima de 40 anos; 13. Exame sanguíneo de Antígeno Prostático Especifico - P.S.A - Para homens com idade igual ou acima de 40 anos.

Parágrafo Único: Após obterem todos os exames com respectivos **laudos**, os convocados deverão se dirigir à Coordenadoria de Recursos Hu-

manos, sito a Av. Comendador Jose Pedro Dias, nº 979 N, Centro de Tabaporã, para agendamento de avaliação medica pericial, junto a Junta Médica Oficial do Município.

2ª. Fase – da DOCUMENTação,

II – Somente os candidatos convocados que apresentaram todos os exames solicitados na 1ª Fase e que obtiveram o Certificado de Sanidade e Capacidade Física, na condição de APTO, expedido pela Perícia Médica Oficial do Município, deverão apresentar o ***Original e 02 (duas) Copias***, dos Seguintes documentos:

a) Atestado de Sanidade Mental e Capacidade Física na condição de APTO expedido pela Perícia Médica;

b) Carteira de Identidade;

c) Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos, e Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral, que pode ser obtida pela internet no site do TSE (http://www.tse.jus.br);

d) CPF;

e) Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

f) Certidão de nascimento ou Certidão de Casamento, ou Sentença Declaratória de União Estável, ou Escritura Pública de União Estável;;

g) Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP;

h) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

i) Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;

j) Documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo / categoria profissional / especialidade, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no conselho de classe;

k) Diploma/ ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital na área de atuação, reconhecido pelo MEC - Ministério da Educação;

l) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;

m) Certidão Criminal da Justiça Federal dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instâncias de 1º e 2º graus;

n) Certidão Criminal da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instâncias de 1º e 2º graus;

o) Comprovante de habilitação (documento comprobatório) de Registro no Conselho Regional da Categoria, quando pré-requisito do cargo;

p) RG e CPF do Cônjuge (esposo ou esposa);

q) Certidão de Nascimento dos filhos dependentes;

r) Carteira de Vacina dos filhos menores de 06 (seis) anos;

s) Declaração de matricula escolar dos filhos até 14 anos.

t) Comprovante de residência;

u) Declaração de não-acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;

v) Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes (02 (duas) vias original);

w) Declaração de não ter sofrido penalidade incompatível com a nova investidura em cargo público;

x) Termo de Compromisso (Código de Ética);

y) Apresentar número de Conta Corrente ou Conta Salário – "Cadastrada Junto ao Banco do Brasil" (para fins de pagamento em conta).

z) Certidão de Vínculo Funcional Municipal ou Estadual do domicílio do candidato (caso segurado em outro RPPS);

aa) Certidão Específica da Junta Comercial do Estado de domicílio do candidato de não participação de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio e, nessa qualidade, não estar transacionando com o Município;

bb) Cópia do pedido de exoneração devidamente protocolado, caso o candidato seja servidor público em outro ente ou órgão do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, e demais entidades, de todas as esferas, na hipótese de cargo acumulável;

Parágrafo Único: Os itens **"u"** a **"x"** possuem modelos de arquivos para impressão, junto ao Anexo III, da Instrução Normativa SRH 001/2018 – 3ª. Versão, que dispõe sobre "Admissão de Pessoal em Cargo Efetivo", aprovada pelo Decreto Municipal nº 3.616/2018, disponível no *site* da Prefeitura Municipal de Tabaporã, no endereço eletrônico http://www.tabaporatransparente.com.br/Legislacao/Instrucoes-normativas/, os quais deverão ser preenchidos de próprio punho pelo candidato nomeado, devendo os mesmos serem entregues no ato de sua posse com todas as demais documentações contidas neste Edital.

III - CONVOCADOS:

INSCRIÇÃO	**CARGO**: **Contador**
643	ALESSANDRA FERREIRA DA SILVA

Artigo 2º. - O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do convocado, podendo a Prefeitura de Tabaporã, convocar o imediatamente posterior, obedecendo à ordem de classificação.

Artigo 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 16 de Março de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.004/2020.

No dia 16 de março **do ano de 2020**, compareceram, de um lado a(o) **PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ/MT**, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, 979 N, Centro, município e Comarca de Tabaporã – Estado de Mato Grosso, devidamente inscrito no CNPJ sob o número 37.464.997/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **Sirineu Moleta**, portador do RG nº. MG 13.223.800 e CPF n.º 505.567.109-15, residente e domiciliado na Rua José Carlos Moreira n 420, Centro, Município de Tabaporã/MT, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO**, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº. 05/2020, Processo Licitatório nº. 06/2020** que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o **Registro de Preços** para**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT,** em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA	**02, 03, 05, 07, 08, 09, 10, 13** e **15**

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02 subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, Decreto Municipal n.º 1.492, de 13 de abril de 2007, bem como pela Lei Municipal Nº 1.117/2018 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ/CPF	Nome do representante	CPF
COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA	26.579.029/0001-63	**MARISTELA SANTOS BRITO MENDONÇA**	**329.454.851-68**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Registro de Preços para**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT**, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de **Menor Preço Por Item**, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Sob n° 26.579.029/0001-63, com sede na Avenida Fernando Correa da Costa, nº.4646 – Jardim Alencastro, CEP 78.085-000, Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, representada por sua procuradora a senhora Maristela Santos Brito Mendonça, brasileira, maior, casada, empresária, portadora do RG nº. 04301455 SSP/MT e CPF nº. 329. 454.851-68, residente e domiciliada na Rua Buenos Aires, 280 apto. 1504 – Condomínio Cora Coralina – Jardim das Américas, Município de Cuiabá/ MT.

LOTE 01 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO PUBLICA						
Item	**Qtde.**	**Un.**	**Descrição**	**R$ Unit.**	**R$ Total**	**Marca**
2	**350**	**Un.**	**CONECTOR PERFURANTE DE PLASTICO, DE 10MM A 95MM.**	7,30	2.555,00	**MCI**
3	**300**	**Un.**	**LAMPADA VAPOR METALICO - POTENCIA DE 100 W, BULBO TUBULAR, BASE E-40, FLUXO LUMINOSO MINIMO 9.000 LM, EFICIENCIA LUMINOSA MENIMA 90 LM/W, VIDA UTIL MINIMA 12.000 HORAS, TEMPERATURA DE COR MINIMA DE 4200 K**	32,00	9.600,00	**Demape**
5	**300**	**Un.**	**BRACO PARA SUPORTE DE LUMINARIA - PARA USO EM POSTE DE ILUMINACAO PUBLICA, DE FERRO GALVANIZADO, COM COMPRIMENTO DE 1,5M, COM ANGULO DE PROJECAO DE RETO, COM DIAMETRO DE 3/4 DE POLEGADA**	33,20	9.960,00	**Luz & Cia**
7	**300**	**Un.**	**REATOR PARA LAMPADA VAPOR SODIO - TIPO ELETROMAGNETICO, COM PARTIDA RAPIDA, DE 220V, COM FATOR DE POTENCIA ALTO, EM 400W**	106,00	31.800,00	**Demape**
8	**800**	**Un.**	**RELE ELETRICO - EM PLASTICO, TIPO FOTOELETRICO NA, DE 220V DE ALIMENTACAO AC, COM 1000W**	22,00	17.600,00	**MAPRETRON**
9	**800**	**Un.**	**RELE TERMICO - DE 7 A 12 AMPERES**	98,00	78.400,00	**Soprano**
10	**200**	**Un.**	**SOQUETE - DE PORCELANA, TAMANHO E40, ROSCA REDONDO, MATERIAL INTERNO METAL CONDUTOR, 220 V., NORMA DE ESPECIFICACAO CONFORME NBR 8346**	10,00	2.000,00	**Decorlux**
13	**350**	**Un.**	**CONTATOR - EM CHAVES CONTACTORAS TRIPOLAR/, DE 30,50,60 CV.FREQUENCIA 60HZ/220V IE. 80 A, EM 1000V.**	214,00	74.900,00	**Decorlux**
15	**500**	**Un.**	**PARAFUSO - PARAFUSO ROSCA DUPLA, CABEÇA QUADRADA, COM PORCA, CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO, 16 X 300 MM**	10,25	5.125,00	**Santa Fé**

Valor Total:	**R$: 231.940,00**
(Duzentos e trinta e um mil, novencentos e quarenta reais)	

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. 2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar

a negociação. 2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. 2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá: a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses** a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos. 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade

usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis; 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações. 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 01 (um) dia útil da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

11 00200 15 752 0015 2096 33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO
11 00200 15 512 0015 2096 33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento: a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas falta leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.2. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.3. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.4. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.5. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tabaporã – MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Tabaporã, 16 de Março de 2020.

Município de Tabaporã/MT **SIRINEU MOLETA** **Prefeito Municipal**	**COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA** CNPJ Sob nº. 26.579.029/0001-63 Maristela Santos Brito Mendonça Procuradora
Marilucia Aparecida Martins dos Santos CPF Sob n° 535.802.491-34 **Testemunha**	**Edileusa Maria Lolato** **CPF Sob n° 034.079.511-59** **Testemunha**

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.003/2020.

No dia 16 de março **do ano de 2020**, compareceram, de um lado a(o) **PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ/MT**, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, 979 N, Centro, município e Comarca de Tabaporã – Estado de Mato Grosso, devidamente inscrito no CNPJ sob o número 37.464.997/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **Sirineu Moleta**, portador do RG nº. MG 13.223.800 e CPF n.º 505.567.109-15, residente e domiciliado na Rua José Carlos Moreira n 420, Centro, Município de Tabaporã/MT, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO**, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº. 05/2020, Processo Licitatório nº. 06/2020** que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o **Registro de Preços** para**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT,** em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA LTDA – ME	01, 04, 06, 11, 12, 14, 16 e 17

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02 subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, Decreto Municipal n.º 1.492, de 13 de abril de 2007, bem como pela Lei Municipal Nº 1.117/2018 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ/CPF	Nome do representante	CPF
IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA LTDA – ME	12.955.729/0001-24	IVAN GUIA LEMOS DA SILVA	304.300.541-49

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Registro de Preços para**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT**, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de **Menor Preço Por Item**, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Sob n° 12.995.729/0001-24, com sede na Rua Siqueira Campos, Quadra 54, nº.13 – Ikaray, CEP 78.130-426, Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, representada pelo seu sócio/proprietário o senhor Ivan Guia Lemos da Silva, brasileiro, maior, casado, empresário, portador do RG nº. 04100069 SSP/MT e CPF nº. 304.300.541-49, residente e domiciliada na Avenida “A”, nº 06, Quadra 31, Bairro: Monte Castelo, CEP 78.150-000, Município de Várzea Grande/MT.

LOTE 01 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO PUBLICA						
Item	Qtde.	Un.	Descrição	R$ Unit.	R$ Total	Marca
1	800	Un.	BASE PARA RELE FOTOELETRICO - EM BAQUELITE, DE 1000 W - 220 VOLTS	7,30	5.840,00	EXATRON
4	250	Un.	LAMPADA VAPOR METALICO - NO FORMATO TUBULAR, COM POTENCIA NOMINAL DE 400 WATTS, ENCAIXE DA LAMPADA BIPINO, FABRICACAO CONFORME NBRIEC 6167,RES.001541/88,POL.ADUANA	45,00	11.250,00	Avant
6	550	Un.	REATOR PARA LAMPADA VAPOR SODIO - REATOR VAPOR SODIO AFP EXTERNO 100W 220V COM IGNITOR, COM SELO PROCEL ENCE - INMETRO PINTADO AO CORPO DO REATOR, GARANTIA DE 2 ANOS, - ALTO FATOR DE POTENCIA - USO EXTERNO -TENSSO: 220V - POTENCIA: 100W	58,00	31.900,00	Demape
11	600	Un.	PARAFUSO - CABECA QUADRADA, 16 X 250 MM, PARA FIXACAO DE ELETROCALHA	9,30	5.580,00	Olivo
12	350	Un.	CONTATOR - EM BAQUELITE, TRIPOLAR, 1NA - NF, DE 65 AMPERES, EM 220V, 60HZ	310,00	108.500,00	Decorlux
14	300	Un.	LUMINÁRIA - LUMINÁRIA PÚBLICA ABERTA, SOQUETE E-40, CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO, SEM ALOJAMENTO PARA REATOR, LÂMPADA MISTA DE ATÉ 250W OU LÂMPADA A VAPOR DE SÓDIO/MERCÚRIO DE ATÉ 500W.	63,35	19.005,00	Olivo
16	320	Un.	REATOR PARA LAMPADA VAPOR METALICO - TIPO ELETROMAGNETICO, EXTERNO, COM PARTIDA RAPIDA, DE 220V, COM FATOR DE POTENCIA ALTO, DE 100W, NACIONAL, GARANTIA MINIMA DE 02 ANOS, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E COM SELO PROCEL/INMETRO.	60,50	19.360,00	Demape
17	180	Un.	CONECTOR - CONECTOR COM DERIVACAO PERFURANTE - PRINCIPAL: 16 - 70 MM², DERIVACAO: 1,5 - 6 MM², PROJETADO PARA PERFURACAO DO ISOLANTE EM REDES E RAMAIS AEREOS - BAIXA TENSAO ATE 1KV.	6,30	1.134,00	Intelli

Valor Total:	R$: 202.569,00
(Duzentos e dois mil, quinhentos e sessenta e nove reias)	

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. 2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conve-

niente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. 2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá: a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses** a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos. 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as

obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis; 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações. 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 01 (um) dia útil da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação

financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

11 00200 15 752 0015 2096 33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO
11 00200 15 512 0015 2096 33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento: a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas falta leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.2. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.3. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.4. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.5. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tabaporã – MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Tabaporã, 16 de Março de 2020.

Município de Tabaporã/MT **SIRINEU MOLETA** **Prefeito Municipal**	**IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA LTDS – ME** CNPJ Sob nº. 12.995.729/0001-24 Ivan Guia Lemos da Silva Proprietário
Marilucia Aparecida Martins dos Santos CPF Sob n° 535.802.491-34 **Testemunha**	**Edileusa Maria Lolato** **CPF Sob n° 034.079.511-59** **Testemunha**

LICITACAO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2020

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** do tipo menor preço por item visando **A FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO FRACIONADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DEMAIS ITENS DO GENERO ATENDENDO A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

Repartições interessadas:.....**Controladoria Geral .....Procuradoria Geral .....Secretaria Municipal de Administração e Planejamento; .....Secretaria Municipal de Saúde; .....Secretaria Municipal de Ação Assistencia Social e Cidadania; .....Secretaria Municipal de Educação E Cultura; .....Secretaria Municipal de Obras E Urbanismo; .....Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico;**

Modalidade de licitação..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Finalidade---------- REGISTRO DE PREÇO

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993, COM SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL N°. 10.520/02, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006, LEI COMPLEMENTAR 147/2014 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV c.c. art. 4° - inciso XX da mesma Lei, o município de Tabaporã/MT, através de seu Prefeito, senhor Sirineu Moleta, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, às Empresas vencedoras abaixo especificadas:

Empresas vencedoras:

VAREJAO CATARINENSE

A.RICHARTZ-ME

CNPJ: 05.516.432/0001-73

Valor Global de **R$ 157.254,73** (Cento e cinquenta e sete mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e setenta e três centavos).

Adjudico o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Tabaporã/MT 16 de Março de 2020.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020

AVISO DE ABERTURA - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, através do Presidente da CPL,nomeado pela Portaria nº 753/2019 de 26.07.2019, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia: **06 DE ABRIL DE 2020 às 08:00 Horas**, nas dependências da Prefeitura, localizado à Avenida Brasil, nº 2.351-N, Jardim Europa, na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS**: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR OBRAS DE REFORMA DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE (POSTO CENTRAL)** nesta municipalidade**,** para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Projeto Básico, Cronograma Físico-Financeiro, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária em anexo, consoante às disposições da Lei n.º 8.666/93. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **18 de Março de 2020**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 16/03/2020.Márcio de Oliveira Lopes. Presidente da CPL

SAMAE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 05/2020/SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 05/2020/SAMAE

TIPO	SEGUNDO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO N.05/2019/SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.**
CONTRATADA	**VINÍCIUS CAETANOS DE A PORTELA TOCANTINS ME**, inscrita no CNPJ n. 27.937.642/0001-78, estabelecida na Rua 10, n. 10, Qd. 14, Morada do Ouro II, Cuiabá – MT, CEP 78.053-726, neste ato representado pelo Sr. **VINÍCIUS CAETANO DE A PORTELA TOCANTINS.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente Termo Aditivo tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE GEÓLOGO PARA SOLICITAÇÃO DE OUTORGA DE TAMPONAMENTO DE POÇOS.**, com supedâneo no artigo 57, da Lei 8.666/93. R$ 11.750,00 (Onze mil, setecentos e cinquenta reais)
PRAZO	**Tangará da Serra-MT, 13 março de 2020 com prazo até 13 de setembro de 2020.**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 018/2020 PROCESSO SELETIVO 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR 018/2020

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2019

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Professor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos aprovados e/ou classificados mediante** o resultado final Homologado através do Edital Complementar nº. 011/2019, referente ao Processo Seletivo nº 001/2019, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Saúde.

Para que compareçam na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** no Departamento de Gestão de Pessoas e Processos (DGPP), situada a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados para **atribuição de local de trabalho de acordo com a ordem de classificação.**

– **Para Atribuição de aula e/ou local de trabalho: Dia 17/03/2020 às 08h para atribuição de aula e/ou de local de trabalho, para o cargo relacionado abaixo:**

PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS EF INDÍGENA						
Nº	**INSC.**	**NOME**	**DATA. NASC.**	**ACERTOS**	**PONTOS**	**SITUAÇÃO**
1	836	GILMAR KOLOIZOMAE	16/02/1986	33	82,5	CLASSIFICADO
2	9	CECILIA ROSA CALIXTO	15/03/1980	32	80	CLASSIFICADO

3	264	DOLESTINA PEREIRA KOREM AZOKERO	08/12/1998	28	70	CLASSIFICADO
4	270	ODIVALDO ALUIZOMAE	20/08/1971	22	55	CLASSIFICADO
5	122	CLAUDINICE AZONAZOKERO	25/01/1990	21	52,5	CLASSIFICADO

Para entrega de documentos: Dia 17 e 18/03/2020 das 08h às 11h e 13h às 16h.

2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com **ORIGINAIS E CÓPIAS** dos documentos abaixo relacionados:

2.2 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA). Agendado e Feito após a entrega dos documentos aqui mesmo na Prefeitura Municipal de Tangara da Serra – MT.

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:

h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) Certificado de Curso para condução de veículos de emergência;

h.4) não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses.

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação do Candidato e dos filhos menores de 05 anos;

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

s) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2019/Ano - Calendário 2018 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

x) Cartão SUS;

y) Foto 3x4

3. O prazo de apresentação segue o Item 1 e 2 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

4. Será desclassificado o candidato que:

a) não comparecer na data estipulada;

b) não apresentar a documentação exigida no Item 2 do presente Edital;

c) for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

5. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 16 de março de 2020.

Prof. Fabio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Prof. Me. Gilmar Utzig

Secretário Municipal de Educação

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 015/2020 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020

EDITAL COMPLEMENTAR 015/2020

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2020

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Professor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos classificados mediante** o resultado final Homologado através do Edital Complementar nº. 008/2020, referente ao Processo Seletivo nº 001/2020, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação.

Para que compareçam na **Secretaria Municipal de Educação** no Departamento de Gestão de Pessoas e Processos (DGPP), situada a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados para **atribuição de local de trabalho de acordo com a ordem de classificação.**

– **Para Atribuição de aula: Dia 17/03/2020 às 08h para atribuição de aula de trabalho, para o cargo relacionado abaixo:**

Cod.: 1168 - PROFESSOR SERIES INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDIGENA – EMI FORMOSO							
Nº	**INSC**	**NOME**	**DATA NASCIMENTO**	**PROVA OBJETIVA**	**PROVA DE TÍTULOS**	**PONTUAÇÃO GERAL**	**SITUAÇÃO**
3	218	JURANDIR ZEZOKIWARE	10/03/1977	40	50	**90**	**CLASSIFICADO**
4	151	JUSCILENE DELFINO LIMA	29/06/1987	40	50	**90**	**CLASSIFICADA**
5	323	LINO ZOKENAZOKAE	03/04/1988	40	50	**90**	**CLASSIFICADO**
6	146	VALMIR EMIDIO DA SILVA	13/04/1985	35	50	**85**	**CLASSIFICADO**
7	427	LEANDRA DE AMORIM DA SILVA	19/03/1994	35	50	**85**	**CLASSIFICADA**
8	366	MOACIR FRANCO ZOMAIZOKIE	07/07/1973	40	20	**60**	**CLASSIFICADO**

Cod.: 1169 - PROFESSOR SERIES INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI ZOZOITERÔ							
Nº	**INSC**	**NOME**	**DATA NASCIMENTO**	**ACERTOS**	**PONTOS**	**PONTUAÇÃO GERAL**	**SITUAÇÃO**
10	641	MESSIAS ZOZOMAIZOKAE	07/12/1983	50	10	**60**	**CLASSIFICADO**

Cod.: 1209-PROFESSOR SERIES INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI CABECEIRA DO SACRE							
Nº	**INSC**	**NOME**	**DATA NASCIMENTO**	**ACERTOS**	**PONTOS**	**PONTUAÇÃO GERAL**	**SITUAÇÃO**
5	325	GELSON ZEZOKIWE	16/09/1984	50	20	**70**	**CLASSIFICADO**
6	618	LEANDRO NENEZOKAE	22/03/1994	50	20	**70**	**CLASSIFICADO**
7	74	JOSIEL EZONAZOKAEI	21/10/1999	40	20	**60**	**CLASSIFICADO**

Cod.: 786 - PROFESSOR SERIES INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA							
Nº	**INSC**	**NOME**	**DATA NASCIMENTO**	**PROVA OBJETIVA**	**PROVA DE TÍTULOS**	**PONTUAÇÃO GERAL**	**SITUAÇÃO**
1	260	FERNANDA SEIDEL DA SILVA	18/10/1988	30	20	**50**	**CLASSIFICADA**
2	24	IRACEMA APARECIDA CAIEIRO	10/09/1964	35	50/	**85**	**CLASSIFICADA**
3	326	ROSINEIDE NEZOKENAZOKERO	24/04/1992	35	20	**55**	**CLASSIFICADA**

2. Para entrega de documentos: Dia 17 e 18/03/2020 das 08h às 11h e 13h às 16h.

2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com ORIGINAIS E CÓPIAS dos documentos abaixo relacionados:

2.2 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo órgão competente;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo órgão competente;

a.3) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição de ensino superior, devidamente credenciada pelo MEC;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Ser considerado APTO na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência (PCD), o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 8.11 do Edital de Abertura do Processo Seletivo;

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão Negativa Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de vacinação atualizada do candidato;

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso;

j) Extrato do PIS/PASEP e a cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

k) Comprovante de residência;

l) Certidão de nascimento dos filhos memores de 21 anos (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

o) CPF dos filhos;

p) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

q) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

r) Certidão Negativa fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

s) Declarações conforme modelo disponibilizado no site **www.tangaradaserra.mt.gov.br** :

s1) Declaração de não acumulo de cargo público;

s2) Declarações de bens;

s3) Declarações de parentesco;

s4) Declaração de ficha limpa,

t) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2019/Ano - Calendário 2018 ou mais recente), no caso de isento apresentar Comprovante de Regularização de Situação Cadastral no site **https://www.receita.fazenda.gov.br/**;

u) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado;

v) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento legível que especifique número da conta na referida Instituição Financeira;

w) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar.

y) Foto 3X4;

z) Cartão do SUS do candidato;

3. O prazo de apresentação segue o item 1 e 2 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

4. Será desclassificado o candidato que:

a) não comparecer na data estipulada;

b) não apresentar a documentação exigida no item 2 do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

5. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 16 de março de 2020.

Prof. Fabio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Prof. Me. Gilmar Utzig

Secretário Municipal de Educação

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 017/2020 PROCESSO SELETIVO 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR 017/2020

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2019

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Professor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos aprovados e/ou classificados mediante** o resultado final Homologado através do Edital Complementar nº. 011/2019, referente ao Processo Seletivo nº 001/2019, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Saúde.

Para que compareçam no Departamento de Pessoal vinculado da Secretaria Municipal de Administração, 1º Piso do Paço Administrativo, situado a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados:

MÉDICO CLÍNICO GERAL - LEI 4334/2014						
Nº	**INSC.**	**NOME**	**DATA. NASC.**	**ACERTOS**	**PONTOS**	**SITUAÇÃO**
25	247	ANDYARA LIMA DOS SANTOS VERCIANO	07/10/1990	21	52,5	CLASSIFICADO

2. Para entrega de documentos: Dia 17 e 18/03/2020 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00

2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com ORIGINAIS E CÓPIAS dos documentos abaixo relacionados:

2.2 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA). Agendado e Feito após a entrega dos documentos aqui mesmo na Prefeitura Municipal de Tangara da Serra – MT.

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:

h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) Certificado de Curso para condução de veículos de emergência;

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pelo Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação do Candidato e dos filhos menores de 05 anos;

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site www.tangarada-serra.mt.gov.br;

s) Declaração de Imposto de Renda Detalhada (Exercício 2019/Ano - Calendário 2018 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

x) Cartão SUS;

y) Foto 3x4

Art. 3. O prazo de apresentação segue o art. 1 e 02 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

Art. 4. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada;

b) – não apresentar a documentação exigida no art. 2. do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Art. 5. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 16 de Março de 2020.

Prof. Fabio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Dienefer Jaqueline Magalhães Feix

Secretária Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2020

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 29/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 18/2020.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE / MT

DATA/HORA: 27 DE MARÇO DE 2020 – 07:30 HRS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE DIÁRIAS DE PEDREIRO E SERVENTE DE PEDREIRO.

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO AVENIDA CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7H00MIN ÀS 13H:00MIN). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES:

66.3534.2503.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 16 DE MARÇO DE 2020.

CONTRATOS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.° 03/2020

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação

RATIFICO O ATO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO, QUE DECLAROU DISPENSADO O PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO ACIMA MENCIONADO, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE KIT PARA CONFECÇÃO DE DOCUMENTOS – DO TIPO BIOMÉTRICO, DESTINADO A CONFECÇÃO DE CARTEIRAS DE IDENTIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO (SEP), NESTE MUNICÍPIO, COM FUNDAMENTO NO INCISO I, DO ARTIGO 25, DA LEI N.º 8. 666/93 E NO PARECER JURÍDICO EXARADO PELO ASSESSOR JURÍDICO, EM FAVOR DO PROCESSO.

Determino ainda, ao Diretor de Licitações desta Municipalidade para que providencie na publicação do Extrato do Processo de Inexigibilidade de Licitação no Diário Oficial dos Municipios, em cumprimento ao art. 25, da Lei n.º 8.666/93.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Terra Nova do Norte - MT, 13 de Março de 2020.

Valter KUHN

Prefeito Municipal

CONTRATOS
PORTARIA Nº. 68/2020

PORTARIA Nº. 68/2020

Súmula: "Designa Pregoeiro e Equipe de Apoio para Atuarem em Licitações na modalidade pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte – MT".

O Sr. **VALTER KUHN**, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Resolve:

Art. 1º - Designar para atuar como pregoeiro em licitações na modalidade pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte – MT, a servidora:

- **Elizangela Azevedo Spuldaro**, portadora do RG nº. 1160892-7 SSP/MT, e inscrita no CPF sob o nº. 834.987.291-87.

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como membros da **Equipe de Apoio** em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte – MT, os servidores:

ü **Raquel Aparecida Zdepski,** portadora do RG nº. 18338763 SSP/MT, e inscrita no CPF sob o nº. 020.610.331.05 ü **Marcos Fernado Lazarini,** portador do RG nº. 1769185-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 034.729.791-94.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 51/2020 ficando convalidados todos os atos praticados até a presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte – MT aos nove dias do mês de março do ano de dois mil vinte.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

EXTRATO DE II-TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 50-2019

Extrato de Termo Aditivo

II-Termo Aditivo ao Contrato N.º **50/2019**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tesouro

Contratado: KC CARDOSO CONSTRUÇÃO CIVIL

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo

Vigência: de **14/03/2020 a 14/07/2020**

Data de Assinatura: 03/03/2020

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 03/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 03/2020

O Município de Tesouro-MT, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 03.543.303/0001-49, com sede à Av. Humberto Marcilio, nº 158, Centro, nesta cidade de Tesouro – MT, através da PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO, nomeado pela portaria nº 36/2018 de 02 de abril de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que às 09:00 Horas, do dia 30/03/2020, realizará LICITAÇÃO na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL RP, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, em observância ao Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições das Leis Federais nº 8.666/93 e lei complementar 123/06, com a abertura dos envelopes nº. 01 e 02, contendo a Proposta Comercial e Documentação de Habilitação respectivamente para o seguinte Objeto: **Aquisição de Materiais de Construções em Geral**, conforme Termo de Referência, Anexo I, parte integrante deste edital, os interessados poderão solicitar a informação do Edital através do e-mail:licitacoes.tesouro@gmail.com, Departamento de Licitação.

Tesouro - MT 16 de março de 2020.

_____

QUEREN HAPUQUE SILVA COSTA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2020.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2020

OBJETO: Respaldado no inciso II, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93, e no Parecer da Assessoria Jurídica do Município, objeto do Processo Administrativo 0023/2019, **AUTORIZO** a Contratação direta, através de dispensa de licitação, visando à contratação para prestação de serviços de programa de capacitação pelo SEBRAE nos setores chaves para o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite do Município de Torixoréu-MT, **SEBRAE/MT – SERVIÇOS DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita como pessoa jurídica sob **n° 03.534.450/0001-52**, no valor de **R$ 25.000,00(vinte cinco mil reais)**, para atender a demanda encaminhada pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 **DETERMINO** a publicação da presente ratificação no Diário Oficial dos Municípios AMM, para que produza os efeitos legais.

Publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita do Município de Torixoréu – MT, 12 de março de 2020.

INES MORAES MESQUITA COELHO

Prefeita do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 36/2020

CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS – MT, **CONTRATADO A M SANTANA - ME, Inscrita no CNPJ sob n.º 09.664.946/0001-27. OBJETO PRESTAÇAO DE SERVIÇO NA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL, NAS COMUNIDADE ADRIANOPOLIS, MAQUINA QUEIMADA E NA SEDE DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT., VALOR CONTRATO:** R$ 138.338,39 **DATA EMISSÃO:** 16/03/2020, **DATA VENCIMENTO:** 31/12/2020, **TIPO LICITAÇÃO :** CONVITE Nº 03/2020.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO CONVITE 03/2020

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Geraldo Martins da Silva, torna público aos interessados que homologou as seguintes licitação na modalidade **Convite nº 03/2020**, **objeto: PRESTAÇAO DE SERVIÇO NA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL, NAS COMUNIDADE ADRIANOPOLIS, MAQUINA QUEIMADA E NA SEDE DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT..,** e sagrou vencedor a empresa A M SANTANA-ME inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 09.664.946/0001-27. Vale de São Domingos-MT, 16 de Março de 2020. Geraldo Martins da Silva – prefeito municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS – VALEPREVI

CONTRATADO: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES – CONSPREV.

OBJETO: “O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios Mato-Grossenses – CONSPREV entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei n. º 11.107/05. ”

VIGÊNCIA: a vigência é de 12 (doze) meses, contando de 01/01/2020 até 31/12/2020, podendo ser prorrogado excecionalmente na forma da lei de Licitação.

VALOR ANUAL de R$ 1.044,00 (um mil e quarenta e quatro reais)

DATA: 06/01/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

Eu, **Maryane Beijamina da Silva**, portadora da Cédula de Identidade RG nº2016100 SSP/MT, CPF nº 039.043.811-13, matrícula nº121449, domiciliado na Rua Gonçalo Domingos de Campos, n° 975 Bairro: Figueirinha, Várzea Grande/MT. **DECLARO** para os devidos fins que estou ciente da designação de fiscal, para esta secretaria, ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função, para o processo licitatório cujo objeto é: **Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa capacitada para o fornecimento de água mineral de 20 litros, para atender a Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT .**

Nada mais para o momento, é o que tenho a declarar.

Várzea Grande, 16 de Março de 2020.

MARYANE BEIJAMINA DA SILVA

RG nº 20161000 SSP/MT

CPF nº 039.043.811-13

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS N. 27/2019

Processo n° 643008/2019. Objeto: Contratação de empresa capacitada em serviços na área de Engenharia/Arquitetura, com base nos projetos elaborados, para execução da obra de construção da CRECHE DO IDOSO, localizada na Av. Pres. Arthur Bernardes, s/n, Bairro Ipase, na cidade de Várzea Grande - Mato Grosso, incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, em atendimento à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificações contidas neste Edital e seus Anexos. A Sessão Pública de Abertura dos Envelopes n. 02 contendo as Propostas de Preços das empresas Habilitadasse dará no dia **23 de março de 2020, às 14h30min(hora local)**, na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, situado na Av. Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT. **A Comissão de Licitação informa que foram decorridos os prazos recursais, e os julgados encontram-se disponibilizado no** site: www.varzeagrande.mt.gov.br.Várzea Grande - MT, 16 de março de 2020. **Flavia Luiza Coelho de Lannes Omar -** Secretária Municipal de Assistência Social.

ATO Nº. 209/2020

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no **Processo nº 656.356/2020**;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Tiago Henrique Ramos de Oliveira, matrícula 130.326,do cargo em Concurso de Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar - TSAE, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeitos a partir de 28 de fevereiro de 2020.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 16 de Março de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 208/2020

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no **Processo nº 656.860/2020**;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Patrícia Rodrigues Marques, matrícula 130.776,do cargo em Concurso de Técnico de Desenvolvimento Educacional Infantil -TDI, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeitos a partir de 28 de fevereiro de 2020.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 16 de Março de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 207/2020

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no **Processo nº 657.909/2020**;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Michelle Veiga de Almeida, matrícula 137.589,do cargo em Concurso de Profissional de Nível Superior do SUS - Enfermeiro, da Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos a partir de 04 de março de 2020.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 16 de Março de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 206/2020

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no **Processo nº 657.490/2020**;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Marina dos Santos Viana, matrícula 87268,do cargo em Concurso de Técnico de Desenvolvimento Educacional Infantil - TDI, da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte com efeitos a partir de 02 de março de 2020.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 16 de Março de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 205/2020

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no **Processo nº 656.310/2020**;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Gabriel Noleto Rocha do Nascimento, matrícula 135.370,do cargo em Concurso de Profissional de Nível Superior do SUS - Enfermeiro, da Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos a partir de 26 de fevereiro de 2020.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 16 de Março de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

AVISO DE RESULTADO DE ANALISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃOCONCORRÊNCIA N. 15/2019

Processo n° 637130/2019. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para a Execução das Obras de pavimentação e Drenagem, conforme a seguir: LOTE ÚNICO - Rodovia MT 050 (AV LEÔNCIO LOPES); Trecho – Entrº AV. Alzira Santana – Entrº MT 407 (Rod dos Imigrantes); Extensão de 4,508 Km, em Várzea Grande. Conforme projeto e planilha anexa a este Projeto Básico. Destarte as análises sobrescritas e atendendo ao item 9.16 do Instrumento Convocatório, a CPL **ACATA** o parecer da Equipe técnica Secretaria Municipal de Viação e Obras, tendo em vista que são os responsáveis pelo Projeto Básico e detentores do conhecimento técnico da área, e **DECLARA:HABILITADAS** as licitantes: **CONSORCIO ALPHA - BRASIL CENTRO OESTE - LÍDER: CONSTRUTORA BRASIL CENTRO OESTE**inscrita no CNPJ sob nº 03.013.425/0001-23, **CONSTRUTORA AGRIENGE LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 03.118.726/0001-11, **CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 03.076.083/0001-90, **GEOSOLO ENGENHARIA PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 01.898.295/0001-28, **IBIZA CONSTRUTORA LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 05.000.710/0001-35, **LOTUFO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 01.318.705/0001-14, **MTSUL CONTRUÇOES LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 06.232.484/0001-80, **TERRAPLANAGEM CENTRO OESTE LTDA**inscrita no CNPJ sob nº**01.294.313/0001-62, AGRIMAT ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS EIRELI** inscrita no CNPJ sob nº 07.095.509/0001-04 e **GUAXE CONSTRUTORA LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 02.837.996/0001-10.**INABILITADAS** as empresas: **A I FERNANDES SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI - EPP** inscrita no CNPJ sob nº 24.683.120/0001-97, **LEAO MARCONDES CONSTRUÇOES LOCAÇAO E MANUTENÇAO DE MAQUINAS PESADAS LTDA**inscrita no CNPJ sob nº **19.324.875/0001-77 e WELLOX CONSTRUTORA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI** inscrita no CNPJ sob nº 30.515.116/0001-24 por desatendimentos ao Instrumento Convocatório e a legislação vigente.A CPL abre prazo para interposição de recurso, contra a decisão proferida, em conformidade com o Item 11 do Edital e Art. 109 da Lei 8.666/93. O presente documento encontra-se disponível no site www.varzeagraande.mt.gov.br, Várzea Grande - MT, 16 de março de 2020. **Aline Arantes Correa -** Presidente da CPL.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 19/2020 – MAIOR DESCONTO LINEAR NO VALOR GLOBAL

Processo n° 656958/2020. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de gasolina comum, etanol comum, óleo diesel comum, e óleo diesel s-10 e agente redutor líquido – arla 32, de forma fracionada, por meio de cartão magnético ou micro processados, através de sua rede de postos credenciados, com implantação e operação de sistema integrado de gestão de consumo de combustíveis, sem taxa de administração, visando atender as necessidades da prefeitura municipal de Várzea Grande /MT. A realização prevista para **dia 31 de março de 2020, às 15h30min – horário de Brasília**. O Edital Retificado completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 08h00min às 18h00min, sito à avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, a ser disponibilizado através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou gratuitamente no seguinte site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande – MT, 16 de março de 2020. **Pablo Gustavo Moraes Pereira - Secretário Municipal de Administração**

ATO Nº. 204/2020

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no **Processo nº 657.821/2020**;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Dione Dias de Assis, matrícula 130.368,do cargo em Concurso de Técnico Suporte Administrativo Educacional - TSAE, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeitos a partir de 04 de março de 2020.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 16 de Março de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 203/2020

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no **Processo nº 658.180/2020**;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Cintia Araújo Sacramento, matrícula 130.318,do cargo em Concurso de Técnico Suporte Administrativo Educacional - TSAE, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeitos a partir de 06 de março de 2020.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 16 de Março de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 18/2020 - MENOR PREÇO POR ITEM

Processo n° 656252/2020. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo: água mineral em copo, coador para café de pano, copo descartável 200 ml, copo descartável 50 ml, filtro para café descartável, fósforo, garrafão vazio, suporte em plástico para filtro de café e garrafa térmica, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. **A** realização está prevista para o **dia 02 de abril de 2020**, às **10h00min** (horário Brasília - DF). O Edital completo está à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Várzea Grande, – Superintendência de Licitações, nos dias úteis, das 08h às 12h e das 14 às 18h, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Água Limpa - Várzea Grande/MT, gratuitamente a ser disponibilizado através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou em download nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande – MT, 16 de março de 2020. **Pablo Gustavo Moraes Pereira - Secretário Municipal de Administração**

ATO Nº. 201/2020

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 660351/20;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Raiza Campos Antoniacomi, do cargo em Comissão de Assessor Técnico DNS - 6, da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, a partir de 13 de março de 2020.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 13 de Março de 2020**.**

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Lucinéia dos Santos Ribeiro

Secretária Interina Municipal de Gestão Fazendária

DAE/VG
ATO DE NOMEAÇÃO Nº 005/2020

Ricardo Azevedo Araújo, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1.998 e alterada pela Lei nº 1.866/1.998, resolve **NOMEAR**, com efeito, a partir de 11 de Março 2020, no cargo em comissão DGA, o servidor abaixo relacionado lotado no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

HOMERO DE BARROS ALBUQUERQUE ESTEVES	COORDENADOR DE COMPRAS	DGA – 4

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 16 de Março de 2020.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

PORTARIA Nº 319/SAD/2020

Dispõe sobre a designação de Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da Ata de Registro de Preço nº61/2019 firmado pelo Município de Várzea Grande, com a empresa:

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015, expedida pela Controladoria Geral do Município.

RESOLVE:

1º. Fica designado a Senhora Maryane Beijamina da Silva, Brasileira, Solteira, Servidora Público, portador da Cédula de Identidade RG nº 20161000 e inscrito no CPF nº 039.043.811-13, Matrícula nº121449, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da Ata de Registro de Preço nº61/2019, firmado com a empresa Finíssima Distribuidora de Água LTDA - EPP inscrita sob o CNPJ nº13.332.212/0001-18, cujo objeto: Registro de Preço para eventual contratação de empresa capacitada para o fornecimento de água mineral de 20 litros, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT, com prazo de vigência de 12 (doze) meses, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

2º. Caberá ao Fiscal da Ata de Registro de Preço, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo duvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos.

Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande – MT, 16 de Março de 2020.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA GAB/PREF/PMVG 03/2020

Dispõe sobre a Comissão de Alienação em Leilão Público e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando a necessidade de alienar através de Leilão Público, os bens móveis diversos, veículos, ônibus maquina sucateados e sucatas, de propriedade do município e que se encontra em diferentes estado de conservação, antieconômicos, inservíveis e irrecuperáveis, medida esta de relevante interesse público.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão de Alienação em Leilão Público, com os seus membros abaixo nomeados, com a responsabilidade administrar e realizar todos os atos e procedimentos necessários ao certame, visando obter o melhor resultado e aperfeiçoamento do leilão de bens de propriedade do município;

I-Diretoria

1. Presidente :José Maria Pulquerio - Secretaria Municipal de Administração;

2. Secretária :Pauline Fonseca Maximino - Secretaria Municipal de Administração;

II- Membros:

1. Heverton Santos de Oliveira – Secretaria Municipal de Administração;

2. Anderson Silva Blanco – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

3. Lucilene da Costa – Secretaria Municipal de Assistência Social;

4. Arthur Assis de Oliveira – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º O leilão será realizado na forma da Lei Federal nº 8.666/1.993 das Licitações e Contratos, suas alterações e pelo Edital completo, e será realizado de forma hídrica, presencial e on-line pela rede mundial de computadores, sendo conduzido por Leiloeiro Público Oficial do Estado, devidamente contratado para o objetivo fim da alienação.

Art. 3º A presente Portaria tem validade até 31 de dezembro de 2.020, a contar desta data, devendo a Comissão prestar contas do leilão e encerrar suas atividades.

Art.4º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação retroagindo os seus efeitos à data de 12 de março de 2.020.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 12 de Março de 2.020.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA N. 03/2020 - MELHOR OFERTA

Processo n° 655958/2020. ObjetoConcessão de direito real de uso do imóvel, com cláusula de reversão, destinados à instalação de empresas de natureza industriais ou comerciais, visando estimular a geração do emprego e renda no âmbito municipal, nos termos das Lei Federal n. 8.666/1993, Lei Federal n. 8078/1990, Lei Complementar n. 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, Lei Complementar n. 155/2016, Decreto Federal n. 8.538/2015, Lei Municipal n. 3.515/2010, Decreto Municipal 09/2010 alterada pelo Decreto Municipal 61/2014, Decreto Municipal n. 86/2018, e suas alterações e demais legislações complementares: 05-ÁREAS DIVIDIDAS EM LOTES lote 01. 02, 04, 05 e 06 medindo: LOTE 01-AREA 12 - 10.642,99 m², LOTE 02- AREA 11 - 10.332,81 m², LOTE 04 – AR EA 10– 10.585,12 m, LOTE 05- AREA 15 – 24.309,55 m² e LOTE 06-AREA 05 – 9.975,97 m², Matricula: 44.718 livro nº 02 Ficha 01 a 05, do 1º Serviço Notarial e de Registro de Várzea Grande-MT, conforme especificações constantes deste Projeto Básico e seus anexos, obedecendo as Leis 8.987/95 e 8.666/93.A realização está prevista para o **dia 22 de abril de 2020, às 14h30min** (horário local). O Edital completo está à disposição dos interessados na Superintendência de Licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande sito a Avenida Castelo Branco n. 2.500, Água Limpa, CEP 78.125-700, em dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, a ser disponibilizado através de mídia digital ou outro dispositivo que permita a gravação de arquivos ou gratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 16 de março de 2020. **Jose Roberto A. de Castro Pinto -** Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo

TERMO DE POSSE

No terceiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, o Sr. **LUCIANO ROZARIO DA COSTA, RG n 20026846/SSP/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Agente de Saúde Municipal do SUSPERFIL Agente Administrativo - 40 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

LUCIANO ROZARIO DA COSTA

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

SecretárioMunicipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 312/2020

A Prefeita Municipal de Várzea Grande e a Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo n° 644787/2019,

RESOLVE:

Declarar vago o cargo de **Técnico de Desenvolvimento Educacional – Perfil Técnico de Desenvolvimento Infantil - TDI**, ocupado pela servidora **Vanusa Brito da Silva,** Matrícula 82231, em razão da sua posse em outro cargo inacumulável, conforme Art. 41 da Lei nº 1.164/91 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande, a partir de **29.01.2020 a 29.01.2023.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande - MT, 16 de março de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

DAE/VG
PORTARIA Nº 051/2020

Ricardo Azevedo Araújo – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e;

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2012 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

EMERGENCIAL - DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 002/2020 – *SANAXIX SENEAMENTO EIRELI*

PROCESSO: 002/2020

CONTRATO: 001/2020

Objeto: Contratação em caráter emergencial de empresa especializada em prestação de serviços de Recuperação/Reforma de Estação de Tratamento de Esgoto – ETE (Vila São João), para atender a demanda de Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande – MT.

Fiscal: Eder Damasceno Gomes

RG N.º 447119 SSP/SP CPF N.º 924.110451-15

END.º: Rua Goias n.º 18 Bairro: Jardim Paula II Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 2.274

Suplente de Fiscal: Yasmin Hevelin Lara de Araujo Guanaes

RG N.º 21145521 SEJUSP/MT CPF N.º 036.255.961-99

END.º: Anibal Molina Ribeiro – s/n Bairro: Ponte Nova

Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 2.291

Art. 2°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições anteriores.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 16 de Março de 2020.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

TERMO DE POSSE

No terceiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, a Srª. **CLAZIELEN CORREA NERY, RG n 1016589-4/SSP/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Agente Técnico do SUSPERFIL Técnico em Radiologia - 24 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

CLAZIELEN CORREA NERY

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

SecretárioMunicipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

No terceiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, o Sr. **JUCIELE DE OLIVEIRA TIBALDI DE SOUZA, RG n 14103028/SESP/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Agente Técnico do SUSPERFIL Técnico em Radiologia - 24 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

JUCIELE DE OLIVEIRA TIBALDI DE SOUZA

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

SecretárioMunicipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

ATO N° 186/2020

A Prefeita Municipal de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a realização do Concurso Público Municipal para o preenchimento de cargos de provimento efetivo, conforme Edital de Abertura do Concurso Público nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS e do Edital de Homologação do resultado final do Concurso Público, de 02 de abril de 2018, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – MT,

RESOLVE:

Art. 1° - NOMEAR os candidatos abaixo relacionados, no cargo de provimento efetivo para o qual foramaprovados:

CARGO: AGENTE DE APOIO DOS SERVIÇOS DO SUS

PERFIL: AGENTE DE SEGURANÇA E MANUTENÇÃO

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
45	42702	PAULO RITIELLY MARQUETO RODRIGUES	23674636 - SSP/MT	APROVADO
46	61423	WANDERCLEY DA SILVA FERREIRA	18546277 - SSP/MT	APROVADO
47	57581	ICARO ANTONINE OLIVEIRA	16986113 - SSP-MT/MT	APROVADO
48	10304	JOSAN GOMES DE CAMPOS MIRANDA	20122934 - SSP/MT	APROVADO
49	51744	EDEVALDO DO NASCIMENTO PRIETO	12357227 - SSP/MT	APROVADO
50	50276	ROGERIO COSTA DA SILVA	11351330 - SJ/MT/MT	APROVADO
51	20784	PEDRO HENRIQUE DE ALMEIDA DONIS	16217128 - SSP/MT	APROVADO
52	4728	CLAUDINEI RODRIGUES MIRANDA	1310486-1 - SSP/MT	APROVADO
53	20055	THIAGO JORTE DE OLIVEIRA	2174634-6 - SSP-MT/MT	APROVADO
54	12068	MAYCON ROCHA INÁCIO	21570078 - SESP/MT	APROVADO
55	56608	ROMUALDO PROTTI	1183525-7 - SSP/MT	APROVADO
56	40082	LUCAS GABRIEL SENA CARNEIRO	2445342-0 - SEJUSP/MT	APROVADO
57	33314	WALMIR DIAS BARBOSA	15219208 - SSP/MT	APROVADO
58	36691	ANIELDO BONFIM DA SILVA	7303359 - SDS/PE	APROVADO
59	38147	ADRIANO RODRIGO BERTOLDO	17430992 - SESP/MT	APROVADO
60	9895	PAULO CESAR DA SILVA	10937072 - SSP/MT	APROVADO
61	26946	VINICIUS AFONSO DA SILVA ARAUJO	25841610 - SSP/MT	APROVADO
62	50742	ADELINO BENEDITO DA PAIXÃO	06670865 - SSP/MT	APROVADO
63	60090	VIRGILIO CARLOS DO PRADO	723477 - SSP/MT	APROVADO
64	33809	MARCIO MARCOS MARQUES PEREIRA	4.274.522 - SSP/BA	CLASSIFICADO
65	36785	KELVEN BATISTA MARTINS	001736225 - SSP/MS	CLASSIFICADO
66	45069	ADAO JOSE DA SILVA	12729809 - SSP/MT	CLASSIFICADO
67	60058	GUSTAVO LOPES FERRO	17384494 - SSP/MT	CLASSIFICADO
68	4939	ALLISSON SANTIAGO DE ARRUDA LEITE	22026533 - SSP/MT	CLASSIFICADO
69	55716	ODIRLEY BATISTA DA SILVA	963778 - SSP/MT	CLASSIFICADO
70	38627	WALDERSON NERIS DA SILVA	26984997 - SSP/MT	CLASSIFICADO
71	57468	JORGE LUIZ MARTINS JUNIOR	18729304 - SSP/MT	CLASSIFICADO
72	4033	MARCIO NETO DE ARRUDA	533674499 - SSP/SP	CLASSIFICADO
73	22153	RONALDO OLIVEIRA DA ALMEIDA	05655862 - SSP/MT	CLASSIFICADO
74	19350	EDIRÇO GOMES RONDON	04972708 - SSP/MT	CLASSIFICADO
75	3222	LUCIANO SOUZA LEÃO	13286102 - SSP/MT	CLASSIFICADO
76	15217	ANTONIO MARQUES DO ESPIRITO SANTO	0948946-0 - SSP/MT/MT	CLASSIFICADO
77	57946	ALEXANDRE RODRIGUES DE OLIVEIRA	20829086 - SSP/MT	CLASSIFICADO
78	55702	JANEO MANOEL DE FRANCA	16325222 - SJSP/MT	CLASSIFICADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: CLÍNICO GERAL

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
141	30031	CLAUDIO JUNIOR GRETTER	13605631 - SSP/MT	CLASSIFICADO
142	3040	PEDRO HENRIQUE AIRES CORREA	13438417 - SSP/MT	CLASSIFICADO
143	47476	LUIZ GUSTAVO RABONI PALMA	001040357 - SESDC /RO	CLASSIFICADO
144	13665	RONALD BENEDITO DOS ANJOS	11991097 - SSP/MT	CLASSIFICADO
145	23688	MARCUS VINÍCIUS RAMOS DE OLIVEIRA	8692480 - SSP/MG	CLASSIFICADO
146	37304	JANAINA VIEIRA HADDAD	12083399 - SJ/MT	CLASSIFICADO
147	21322	RAFAEL CORREA DA COSTA	13189433 - SSPMT/MT	CLASSIFICADO
148	29384	ANGÉLICA CARVALHO MOYA	12582063 - SSP /MG	CLASSIFICADO
149	10743	THAIS AUXILIADORA DE ARRUDA KOZAN	15951448 - SSP/MT	CLASSIFICADO
150	58923	DIEGO REYNALDO PADILLA GRAGEDA	V111013L - DPF/MT	CLASSIFICADO
151	30436	LETYCIA SANTANA CAMARGO DA SILVA	411371472 - SSP/SP	CLASSIFICADO
152	40153	ANGELICA FERNANDES LEDEMA	18402186 - SSP/MT	CLASSIFICADO
153	53286	TALISSA BANDEIRA SANTOS	29488460 - SESP/MT	CLASSIFICADO
154	8000	LETICIA ROSA DE ANDRADE	15756092 - SSP/MT	CLASSIFICADO
155	52999	FERNANDO BIGUELINI DUARTE	8085136094 - SJS/RS	CLASSIFICADO
156	61263	FELIPE ROQUE DE ASSIS	20289588 - SSP/MT	CLASSIFICADO
157	936	JOCYELY LARA OLIVEIRA	14082063 - SSP/MT	CLASSIFICADO
158	35798	JORIS OLIVEIRA ROSA	16430301 - SSP/MT	CLASSIFICADO
159	51546	GERALDO MENEZES MENDES	10561234 - SJ/MT	CLASSIFICADO
160	35516	MAIKON ADRIANO TICIANEL	14863278 - SSP/MT	CLASSIFICADO
161	37811	MICHELLE G JAKOBI	59393332 - SSP/PR	CLASSIFICADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: CIRURGIÃO GERAL

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
17	7400	LUIZ GUSTAVO BARCELOS	12563420 - SSP/MT	CLASSIFICADO
18	10812	TARSIS MIYABARA	14166844 - SSP/MT	CLASSIFICADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: OFTALMOLOGISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
2	46644	ITALLO GUILHERME OLIVEIRA E PAULA	11802126 - PC/MG	CLASSIFICADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO DO SUS

PERFIL: ENFERMEIRO

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
159	55511	ALINE MARIA PEREIRA DA SILVA	19326165 - SSP/MT	CLASSIFICADO
160	856	WHIVINNY DA SILVA NASCIMENTO	22111964 - SSP/MT	CLASSIFICADO
161	47885	TATIANE MACIEL MENDES	1193722 - SSP/RO	CLASSIFICADO
162	51911	VALERIA SILVA MARIANO	11537205 - SSP/AC	CLASSIFICADO
163	6519	ANIÉLLY CRISTINA GUIMARÃES CURADO	22156704 - SSP/MT/MT	CLASSIFICADO
164	3417	BRENDA RENATA TABORELLI DA SILVA	30738035-X - SSP/SP	CLASSIFICADO
165	14653	THALISSON MAGNO DE OLIVEIRA	358395 - COREN/MT	CLASSIFICADO
166	18610	ELAINE CRISTINA OENNING LUZ	21899118 - SSP/MT	CLASSIFICADO
167	33833	THAIS HELENA DA MATA CAMPOS	23749881 - SSP/MT	CLASSIFICADO
168	1151	UALACE ALBERTO VIEIRA	1071430 - SESDEC/RO	CLASSIFICADO
169	51682	MONIQUE ELLIS DOS SANTOS RODRIGUES	1147877 - SSP/RO	CLASSIFICADO
170	16951	TAYANI DE CAMPOS RODRIGUES MARINHO	19546300 - SSP/MT	CLASSIFICADO
171	9365	RAIANY KATCHUSSA IGNATZ DE ANDRADE	18343345 - SSP/MT	CLASSIFICADO
172	16248	ANA CLÁUDIA MARTINS FREIRE BERETTA	8027727 - PC/PA	CLASSIFICADO
173	35282	AGNES MANUELA MACHADO FERNANDES	11412402 - SSP/MT	CLASSIFICADO
174	43991	MEIRI EVELINE CARVALHO WERNER	4549236 - DGPC/GO	CLASSIFICADO
175	50669	MARIA JANIÊ DA SILVA	12431931 - SSP/MT	CLASSIFICADO
176	45297	MONIZE EMANUELI FASSINA DA SILVA	17602556 - SSP/MT	CLASSIFICADO
177	10032	MARIA EUNICE FERNANDES	1099311-8 - SJ/MT	CLASSIFICADO
178	30915	JOIELE DA SILVA AMORIM	14086387 - SSP/MT	CLASSIFICADO
179	51231	JOYCE SANTANA OLIVEIRA BESSA	15072894 - SSP/MT	CLASSIFICADO
180	21198	HANDERSON GOMES ROCHA	20582170 - SSP/MT	CLASSIFICADO
181	14955	LUDIMILA TUANI FERREIRA LEMES	16755324 - SSP/MT	CLASSIFICADO
182	27906	BETHANIA TAMYRES TAQUES	25197843 - SSP/MT	CLASSIFICADO
183	10955	MICHELY MAGALHÃES CANTINHO CUNTO	95025010669 - SSP/CE	CLASSIFICADO
184	14829	KARINA RISERIO MARTINS	17911435 - SSP/MT	CLASSIFICADO
185	41189	TATIANE BATISTA PEREIRA	22299874 - SSP/MT	CLASSIFICADO
186	31507	ADRIANA CAETANO DE PONTES	001066245 - SSP/MS	CLASSIFICADO
187	23570	JULIANE RODRIGUES DE ALMEIDA	16445236 - SSP/MT	CLASSIFICADO
188	38553	MARUANA SILVA ARAUJO	11990112 - SSP/MT	CLASSIFICADO
189	21338	JARDES ARQUIMEDES DE FIGUEIREDO JUNIOR	19995300 - SSP/MT	CLASSIFICADO
190	59269	LEANDRO MARQUES DE CAMPOS	1156499 - SESDC/RO	CLASSIFICADO
191	33691	ALESSANDRA DA SILVA PRADO VENTURA	13094327 - SSP/MT	CLASSIFICADO
192	4223	ACÁCIO RODRIGUES MARTELLO	11723343 - SSP/MT	CLASSIFICADO
193	59933	JOELMA SILVA DUARTE	10727698 - SJ/MT	CLASSIFICADO
194	60454	THAÍSA DA SILVA VARGAS RODRIGUES	17749107 - SSP/MT	CLASSIFICADO
195	43848	SAMANTA REGINA DE SOUZA	18899552 - SSP/MT	CLASSIFICADO
196	51745	ADAN VAZ RIBEIRO	1697587-1 - SSP/MT	CLASSIFICADO
197	36458	JOVANIA OTA DA ROSA	194700661 - SSP/MT	CLASSIFICADO
198	35770	SUZILEI DE OLIVEIRA SILVA SIQUEIRA	1507383 - SEJUSP/MS	CLASSIFICADO
199	37543	BRUNA RAYELI GROTH	16284020 - SSP/MT	CLASSIFICADO
200	4663	THAIS FONSECA FRANCO ANTUNES	20608560 - SSP/MT	CLASSIFICADO
201	55634	EDERSON RODRIGO ALVES DA SILVA	18437095 - SSP/MT	CLASSIFICADO
202	51076	JOILSON BENEDITO DA GUIA	1452756-1 - SSP/MT	CLASSIFICADO
203	30816	MARCELO APARECIDO VIEIRA	100074309 - SSP/MT	CLASSIFICADO
204	10888	THUANY CAMILLA DA SILVA	20520247 - SEJUSP/MT	CLASSIFICADO
205	46891	ELIZANGELA GONÇALVES DE LIMA	000901466 - SSP/MS	CLASSIFICADO
206	44844	GERSON DE AGUIAR	278912 - SSP/RO	CLASSIFICADO

CARGO: AGENTE DE SAÚDE MUNICIPAL

PERFIL: AGENTE ADMINISTRATIVO

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

81	22713	WANESSA OLIVEIRA FERNANDES	26913461 - SSP/MT	APROVADO
82	52425	DEBORA REGINA NERIS REGIS	1867939-0 - SSP/MT	APROVADO
83	19896	FAGNER GOMES DA SILVA	15963624 - SSP /MT	APROVADO
84	23575	LINDENILSON ALVES LIRA	21899550 - SSP/MT	APROVADO
85	33452	LUCIANO ROZARIO DA COSTA	20026846 - SSP/MT	APROVADO
86	57738	AMANDA ROJAS DE QUEIROZ	24061190 - SSPMT/MT	APROVADO
87	43626	ALEXSSON TIERRE ALMEIDA MARTIM	25142879 - SSPMT/MT	APROVADO
88	37636	CARLOS EDUARDO DOS SANTOS BARROS	18360432 - SEJUSP/MT	APROVADO
89	60702	WENDELL BRITO DE MELO	1828658-5 - SSP/MT	APROVADO
90	7960	MATEUS BIANCKIM	19752296 - SSP/MT	APROVADO
91	11501	MARCELO OLIVEIRA DA COSTA	13382829 - SSP/MT	APROVADO
92	30590	LUCAS BORGES LEITE	20001673 - SSP/MT	APROVADO
93	13037	DELFIO ALEXANDRE CHOI	425235002 - SSP/SP	APROVADO
94	26664	JULIANA GARCIA RIGOLIN	369496413 - SSP/SP	APROVADO
95	29968	FABIO DOS SANTOS MARIANO	16994981 - SSP/MT	APROVADO
96	40188	HELDER ALLAN DE MAGALHÃES CAMPOS	22074503 - SSP/MT	APROVADO
97	51854	CESAR AUGUSTO DE OLIVEIRA GONZAGA	472948416 - SSP/SP	APROVADO
98	46585	CARLOS VINICIUS GALDINO	2709574-6 - SSP/MT	APROVADO
99	15638	MARCIO RODRIGO DA SILVA	13463764 - SSP /MT	APROVADO
100	33908	ZAQUEU GONÇALVES E SILVA	22758585 - SSP/MT	APROVADO
101	5117	TAIRONE LUCAS DA SILVA OLIVEIRA	26987465 - SSP/MT	APROVADO
102	22974	LOHAN SIQUEIRA BRITO	2611897-1 - SEJUSP/MT	APROVADO
103	60237	PAULO VICTOR RUBIM FERREIRA	20954034 - SSP/MT	APROVADO
104	59505	HOMERO DE BARROS ALBUQUERQUE ESTEVES	1808595 - SSP/DF	APROVADO

CARGO: AGENTE TÉCNICO DO SUS

PERFIL: TÉCNICO EM RADIOLOGIA

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
14	24305	ADRIANA RODRIGUES VELOZO	16142535 - SSP/MT	CLASSIFICADO
15	50736	ELIMAR DA SILVA BARBOSA	18619770 - SSP/MT	CLASSIFICADO
16	27983	CLAZIELEN CORREA NERY	1016589-4 - SSP/MT	CLASSIFICADO
17	43046	JUCIELE DE OLIVEIRA TIBALDI DE SOUZA	14103028 - SESP/MT	CLASSIFICADO

CARGO: AGENTE TÉCNICO DO SUS

PERFIL: TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
2	27313	ELIANE DA CRUZ DE SOUSA	16760590 - SSP/MT	CLASSIFICADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: ANESTESISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
14	10877	PEDRO VICTO CATALA COUTINHO	11086564 - SSP/MT	CLASSIFICADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: NEONATOLOGISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
4	30976	MÔNICA REGINA MARCONI ZAGO RIBEIRO NOCHI	13451871 - SSP/MT	CLASSIFICADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: VETERINÁRIO

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
4	42047	TATIANE MENDES DE OLIVEIRA	19427166 - SSP/MT	CLASSIFICADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO DO SUS

PERFIL: FISOTERAPEUTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
15	24489	PRICILA COSTA FARIAA	20165188 - SSPMT/MT	CLASSIFICADO
16	29430	ANNA CLARA AMORIM DE BRITO TENUTES	1872600-3 - SSP/MT	CLASSIFICADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO DO SUS

PERFIL: NUTRICIONISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
12	32633	NIVEA CAROLINA CUPINI ASSUMPÇÃO	19418450 - SSP/MT	CLASSIFICADO
13	36327	MARIA DE LOURDES CARNEIRO VIEIRA	16130812 - SSP/MT	CLASSIFICADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO DO SUS

PERFIL: PSICÓLOGO

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
15	1376	MAYANE DE SOUSA BASTO	22724400 - SSP/MT	CLASSIFICADO
16	269	LETÍCIA DIAS BRANQUINHO	2352420-0 - SSP/MT	CLASSIFICADO
17	11927	ALAELCON GOMES BARBOSA	0708955-4 - SSP/MT	CLASSIFICADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO DO SUS

PERFIL: BIÓLOGO

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: RESERVADA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	28302	CARLOS HENRIQUE DE LIMA DOMINGUES	14401002 - SSP/MT	CLASSIFICADO

Várzea Grande-MT, 02 de março de 2020.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 308/2020

A Prefeita Municipal de Várzea Grande e a Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo n° 644826/2019,

RESOLVE:

Declarar vago o cargo de **Técnico de Desenvolvimento Educacional – Perfil Técnico de Desenvolvimento Infantil - TDI**, ocupado pela servidora **Solizes Luiza Vicunã Souza,** Matrícula 43978, em razão da sua posse em outro cargo inacumulável, conforme Art. 41 da Lei nº 1.164/91 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande, a partir de **30.01.2020 a 30.01.2023.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande - MT, 16 de março de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 316/2020

A Prefeita Municipal de Várzea Grande-MT, **LUCIMAR SACRE DE CAMPOS**, no uso de suas atribuições legais e conforme o Processo nº 659696/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Ceder ao **Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - VG**, por **01** (um) ano a partir de **11/03/2020 a 11/03/2021** o servidor **HOMERO DE BARROS ALBUQUERQUE ESTEVES**, exercendo o cargo de Agente de Saúde Municipal – Perfil Agente Administrativo, para exercício

de cargo comissionado, nos termos do artigo 105, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 1.164/91.

Art. 2º - O ônus da remuneração do servidor será suportado pela entidade cessionária **(Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - VG)**, nos termos do parágrafo único do artigo 105 do mesmo diploma legal.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura, com efeitos financeiros a partir de **11/03/2020.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande-MT, 12 de março de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

Aosvinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Assistência Social, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e da Srª. Flávia Luiza Coelho de Lannes Omar, Secretária Municipal de Assistência Social, o (a) Sr.(a) **LEONARDO MELQUIADES DIAS DE OLIVEIRA ,** RG n°2507106-8SSP/MT, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **AGENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL 40H– PERFIL AGENTE DE SEGURANÇA E MANUTENÇÃO**, conforme ATO de nomeação publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

Várzea Grande – MT, 28 de fevereiro 2020.

LEONARDO MELQUIADES DIAS DE OLIVEIRA

Compromissado (a)

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES OMAR

Secretária Municipal de Assistência Social

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

Aosvinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Assistência Social, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e da Srª. Flávia Luiza Coelho de Lannes Omar, Secretária Municipal de Assistência Social, o (a) Sr.(a) **RONNIVALDO WHOMERSON DE CAMPOS LEMES ,** RG n°066937- 6 SSP/MT, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **AGENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL 40H– PERFIL AGENTE DE SEGURANÇA E MANUTENÇÃO**, conforme ATO de nomeação publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

Várzea Grande – MT, 28 de fevereiro 2020.

RONNIVALDO WHOMERSON DE CAMPOS LEMES

Compromissado (a)

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES OMAR

Secretária Municipal de Assistência Social

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

Aosvinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Assistência Social, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e da Srª. Flávia Luiza Coelho de Lannes Omar, Secretária Municipal de Assistência Social, o (a) Sr.(a) **CAIO BONATO DANTAS BACELLAR ,** RG n°43463204-1SSP/SP, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **AGENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL 40H– PERFIL AGENTE ADMINISTRATIVO**, conforme ATO de nomeação publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

Várzea Grande – MT, 28 de fevereiro 2020.

CAIO BONATO DANTAS BACELLAR

Compromissado (a)

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES OMAR

Secretária Municipal de Assistência Social

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 315/2020

A Prefeita Municipal de Várzea Grande e a Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo n° 645267/2020,

RESOLVE:

Declarar vago o cargo de **Técnico de Suporte Administrativo Educacional – Perfil Técnico em Nutrição Escolar,** ocupado pela servidora **Marinalva Aparecida Pereira,** Matrícula 82183, em razão da sua posse em outro cargo inacumulável, conforme Art. 41 da Lei nº 1.164/91 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande, a partir de **28.01.2020 a 28.01.2023.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande - MT, 16 de março de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 314/2020

A Prefeita Municipal de Várzea Grande e a Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo n° 643927/2019,

RESOLVE:

Declarar vago o cargo de **Técnico de Suporte Administrativo Educacional – Perfil Técnico de Manutenção e Segurança da Infraestrutura Escolar,** ocupado pelo servidor **Lindoclecio Besarria da Silva,** Matrícula 82135, em razão da sua posse em outro cargo inacumulável, conforme Art. 41 da Lei nº 1.164/91 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande, a partir de **30.01.2020 a 30.01.2023.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande - MT, 16 de março de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 310/2020

A Prefeita Municipal de Várzea Grande e a Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo n° 648082/2020,

RESOLVE:

Declarar vago o cargo de **Agente de Desenvolvimento Econômico e Social – Perfil Agente Administrativo**, ocupado pelo servidor **Jonas Ulisses Ribeiro Macedo,** Matrícula 23157, em razão da sua posse em outro cargo inacumulável, conforme Art. 41 da Lei nº 1.164/91 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande, a partir de **27.02.2020 a 27.02.2023.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande - MT, 16 de março de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 269/CPSPAD/SAD/2020

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.164/1991 e pelo Decreto Municipal 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº 479/2019, de 10 de maio de 2019, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 14 de maio de 2019, página 231/232 com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD nº 057/2019 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do Ofício nº 1338/2019/GAB/SMECEL/VG/MT, protocolizado sob nº 622514/19, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 05 de março de 2020.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 271/CPSPAD/SAD/2020

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 479/2019, de 10 de maio de 2018, do Secretário Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios em14de maio de 2019,pag. 231/232, objeto doProcesso Administrativo Disciplinar nº. 008/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 06 de março de 2020.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

ATO Nº. 198/2020

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Adriano Ruthecoski Lopes, no cargo em Comissão de Gerente de Obras - DNS 6, na Secretaria Municipal de Viação e Obras, a partir de 12 de março de 2020**.**

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 13 de Março de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Luiz Celso Morais de Oliveira

Secretário Municipal de Viação e Obras

ATO N° 199/2020

A Prefeita Municipal de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a realização do Concurso Público Municipal para o preenchimento de cargos de provimento efetivo, conforme Edital de Abertura do Concurso Público nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS e do Edital de Homologação do resultado final do Concurso Público, de 02 de abril de 2018, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – MT,

RESOLVE:

Art. 1° - NOMEAR os candidatos abaixo relacionados, no cargo de provimento efetivo para o qual foram aprovados:

CARGO: AGENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

PERFIL: AGENTE ADMINISTRATIVO

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
23	24966	CAIO BONATO DANTAS BACELLAR	434632041 - SSP/SP	APROVADO

CARGO: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

PERFIL: ASSISTENTE SOCIAL

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
22	3114	APARECIDA MARIA FERREIRA	18709397 - SSP/MT	CLASSIFICADO
23	12184	JESSIKA CAETANO DA SILVA E MELO	23215267 - SSP/MT	CLASSIFICADO
24	56662	VIVIANE DIAS CÂMARA	989129 - SSP/TO	CLASSIFICADO

CARGO: AGENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

PERFIL: SEGURANÇA E MANUTENÇÃO

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
7	45152	LEONARDO MELQUIADES DIAS DE OLIVEIRA	25071068 - SSP/MT	APROVADO
8	42668	RONNIVALDO WHOMERSON DE CAMPOS LEMES	06696376 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: AGENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

PERFIL: MOTORISTA

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
18	28527	DEMILSON EDUARDO FERREIRA	13631136 - SSP/MT	APROVADO

Várzea Grande-MT, 28 de fevereiro de 2020.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Pablo Gustavo Moraes Pereira

SecretárioMunicipal de Administração

PORTARIA Nº 311/2020

A Prefeita Municipal de Várzea Grande e a Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo n° 651539/2020,

RESOLVE:

Declarar vago o cargo de **Técnico de Desenvolvimento Educacional – Perfil Técnico de Desenvolvimento Infantil - TDI**, ocupado pela servidora **Cacilnéa Leite da Silva,** Matrícula 84082, em razão da sua posse em outro cargo inacumulável, conforme Art. 41 da Lei nº 1.164/91 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande, a partir de **07.02.2020 a 07.02.2023.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande - MT, 16 de março de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 307/2020

A Prefeita Municipal de Várzea Grande e a Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo n° 644608/2019,

RESOLVE:

Declarar vago o cargo de **Professor de Nível Superior – Docência na Educação Infantil e Ensino Fundamental**, ocupado pela servidora **Eliane dos Santos Rocha Rezende,** Matrícula 81990, em razão da sua posse em outro cargo inacumulável, conforme Art. 41 da Lei nº 1.164/91 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande, a partir de **29. 01.2020 a 29.01.2023.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande - MT, 16 de março de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

ATO Nº. 197/2020

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Adriano Ruthecoski Lopes, do cargo em Comissão de Assistente Técnico DNS - 7, da Secretaria Municipal de Viação e Obras, com efeito, a partir de 10 de março de 2020.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 13 de Março de 2020**.**

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Luiz Celso Morais de Oliveira

Secretário Municipal de Viação e Obras

LISTA DE PRESENÇA PARA A REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - COMDEMA

CONSELHEIROS	FUNÇÃO NO COMDEMA	INSTITUIÇÃOS	ASSINATURA
HELEN FARIAS FERREIRA	TITULAR - PRESIDENTE	SEMMADRS	
CELSO DE SOUZA BRANDÃO	SUPLENTE	SEMMADRS	
ICARO GIBRAN REVELES DE ANDRADE	TITULAR	CÂMARA MUNICIPAL	
IVAN DOS SANTOS OLIVEIRA	SUPLENTE	CÂMARA MUNICIPAL	
BERNADETE DA SILVA SIQUEIRA	TITULAR	SMVO	
ELVISTON EULÁLIO DA ANUNCIAÇÃO	SUPLENTE	SMVO	
JADERSON DIEGO FIGUEIREDO	TITULAR	SMS	
ANDRÉ LUIZ PEREIRA BARROS	SUPLENTE	SMS	
KASSIA RABELO SILVA	TITULAR	PROCURADORIA GERAL	
VALKYRIA LOPES CARMELO	SUPLENTE	PROCURADORIA GERAL	
YASMIM HEVELIN LARA DE ARAÚJO GANAES	TITULAR	DAE	
CARLOS CÉSAR BARROS PEREIRA	SUPLENTE	DAE	
FERNANDO DA SILVA SÉ	TITULAR	SMDUET	
MICHELE KOVACS	SUPLENTE	SMDUET	
CLAIDO CELESTINO BATISTA	TITULAR	UNIVAB	
OSMAR MILAN CAPILÉ	SUPLENTE	UNIVAB	
KELLY DAYANA BENEDET MAAS	TITULAR	UNIVAG	
WILLIAN DE OLIVEIRA ROCHA	SUPLENTE	UNIVAG	
VANOR OLIVEIRA ARANTES	TITULAR	CREA-VG	
JOÃO NOBRES NETO	SUPLENTE	CREA-VG	
GISELE GAUDENCIO ALVES DA SILVA	TITULAR	OAB-VG	
SAMUEL RICHARD DECKER NETO	SUPLENTE	OAB-VG	
ADAUTON CESAR DE ALMEIDA	TITULAR	ACIVAG	
DAVID WILLIAN CORREA	SUPLENTE	ACIVAG	
VALQUÍRIA PEREIRA DE BARROS	TITULAR	ASSCAVAG	

JOANA FÁTIMA DE PAULA	SUPLENTE	ASSCAVAG	
CARLOS ALBERTO ZILIANI	TITULAR	FENAPC	
DENNER DIEGO SILVA DE FIGUEIREDO	SUPLENTE	FENAPC	

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE – MT.

Aos 16 dias do mês de março de 2020, com início as 08:30 horas, com tolerância de 20 minutos, na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, com sede na avenida da FEB, 2138, Várzea Grande – MT, ocorreu a primeira reunião Ordinária do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA do Município de Várzea Grande – MT, conforme lista de presença assinada e anexa a esta ata. A Secretária Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento rural Sustentável, Hélen Farias Ferreira, agradeceu a presença de todos os presentes e deu inicio a reunião com a pauta:

1. Cronograma do ano de 2020

Restou decidido que as reuniões do Conselhor serão realizadas todas as últimas terças feiras de cada mês:

TERÇA - FEIRA	31/03/2020
TERÇA - FEIRA	28/04/2020
TERÇA - FEIRA	26/05/2020
TERÇA - FEIRA	30/06/2020
TERÇA - FEIRA	28/07/2020
TERÇA - FEIRA	25/08/2020
TERÇA - FEIRA	29/09/2020
TERÇA - FEIRA	27/10/2020
TERÇA - FEIRA	24/11/2020
TERÇA - FEIRA	29/12/2020

2. Regimento Interno

Dra. Gisely encaminhar as mudanças necessárias aos membros;

3. Código do Meio Ambiente

Será encaminhado aos membros o que já foi inserido no novo Código, até o momento;

Câmara Técnica para criação do novo Código:

Secretaria Municipal de Viação e Obras;

Departamento de Água e Esgoto;

CREA;

FENAPC;

OAB;

SEMMADRS;

4. Limpeza dos córregos

Câmara Técnica para elaboração de Normativa para a limpeza dos córregos:

Secretaria Municipal de Viação e Obras;

Departamento de Água e Esgoto;

CREA;

FENAPC;

OAB;

Marcelly, técnica SEMMADRS;

5. Lei de Uso e Ocupação do Solo

Câmara Técnica para indicação na Lei de Uso e Ocupação do Solo para regulamentar as contruções em Loteamento já aprovado pelo Município:

Secretaria Municipal de Viação e Obras;

Departamento de Água e Esgoto;

CREA;

FENAPC;

OAB;

Roseli e Cintia, técnicas SEMMADRS;

Encerrada as 09:25 horas.

ERRATA

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS,**Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal:**

CONSIDERANDO a existência de mero erro material,na Portaria nº 414/2015publicada no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de mato Grosso, Edição nº 2.356 - pagina nº 190, do dia19 de novembro de 2015, queconcedeu Enquadramento ao servidorJOSÉ GONÇALO DE FIGUEIREDO FILHO – FISCAL MUNICIPAL.

Art. 1º. DETERMINAa retificação da carga horaria:

ONDE SE LÊ: 30H

LEIA SE: 40H

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande-MT, 12 de março de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 306/2020

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente aos meses de **março/abril/2020,** de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
11053	DOLORES DA PAZ CORREA	Efetivo	**2018/2019**	02.03.20 a 31.03.20 (30 dias)
16889	FRANCISCO CASSIO DOS SANTOS	Efetivo	**2016/2017**	02.03.20 a 31.03.20 (30 dias)
18238	GLORIA JUREMA DA CRUZ GARCIA	Efetivo	**2016/2017**	02.03.20 a 31.03.20 (30 dias)
100946	JACIRA APARECIDA DO NASCIMENTO	Efetivo	**2018/2019**	01.03.20 a 30.03.20 (30 dias)
24730	JOVELINA M° MARINHO DA COSTA	Efetivo	**2018/2019**	02.03.20 a 31.03.20 (30 dias)
132954	LUCIANE MARTINS SOARES	Efetivo	**2019/2020**	02.03.20 a 31.03.20 (30 dias)
134379	LUIZ FERNANDO ARRUDA MALLET	Efetivo	**2019/2020**	02.03.20 a 31.03.20 (30 dias)
130158	LUIZ FELIPE SOUSA OLIVEIRA	Efetivo	**2018/2019**	02.03.20 a 31.03.20 (30 dias)
22244	JOAO CARLOS MACEDO	Efetivo	**2016/2017**	04.03.20 a 02.04.20 (30 dias)
100782	KATIA REGINA DE ALMEIDA	Efetivo	**2018/2019**	02.03.20 a 31.03.20 (30 dias)

132361	LETICIA NAYARA DA SILVA CAMPOS	Efetivo	**2018/2019**	02.03.20 a 31.03.20 (30 dias)
109358	MARIA AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA	Efetivo	**2016/2017**	02.03.20 a 16.03.20 (15 dias)
109358	MARIA AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA	Efetivo	**2017/2018**	17.03.20 a 31.03.20 (15 dias)
34761	MARLENE MARIA MOREIRA	Efetivo	**2017/2018**	02.03.20 a 31.03.20 (30 dias)
33601	MARIA TEREZINHA SILVA	Efetivo	**2018/2019**	01.03.20 a 30.03.20 (30 dias)
34398	MARIO DE SOUZA FILHO	Efetivo	**2018/2019**	02.03.20 a 31.03.20 (30 dias)
36324	NATANIEL DE OLIVEIRA	Efetivo	**2018/2019**	02.03.20 a 31.03.20 (30 dias)
46781	VICTOR RODRIGUES	Efetivo	**2017/2018**	02.03.20 a 31.03.20 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 16 de março de 2020.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

TERMO DE POSSE

No terceiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, aSrª. **JOCYELY LARA OLIVEIRA, RG n 14082063/SSP/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **MédicoPERFIL Clinico Geral - 20 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

JOCYELY LARA OLIVEIRA

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

SecretárioMunicipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

No terceiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, aSrª. **TATIANE MACIEL MENDES, RG n 1193722/SSP/RO**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Profissional de Nível Superior Completo do SUSPERFIL Enfermeiro - 40 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

TATIANE MACIEL MENDES

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

SecretárioMunicipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

No terceiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, o Sr. **MARCIO MARCOS MARQUES PEREIRA, RG n° 4.274.522/SSP/BA**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Agente de Apoio dos Serviços do SUSPERFIL Agente de Segurança e Manutenção - 40 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

MARCIO MARCOS MARQUES PEREIRA

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

SecretárioMunicipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

No terceiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, o Sr. **WHIVINNY DA SILVA NASCIMENTO, RG n 22111964/SSP/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Profissional de Nível Superior Completo do SUSPERFIL Enfermeiro - 40 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

WHIVINNY DA SILVA NASCIMENTO

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

SecretárioMunicipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

No terceiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, aSrª. **MAYANE DE SOUSA BASTO, RG n 22724400/SSP/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Profissional de Nível Superior Completo do SUSPERFIL Psicólogo - 40 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

MAYANE DE SOUSA BASTO

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

SecretárioMunicipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

No terceiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, a Srª. **JANAINA VIEIRA HADDAD, RG n 12083399/SJ/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **MédicoPERFIL Clinico Geral - 20 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

JANAINA VIEIRA HADDAD

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

SecretárioMunicipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

No terceiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, o Sr. **ANIELDO BONFIM DA SILVA, RG n° 7303359/SDS/PE**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Agente de Apoio dos Serviços do SUSPERFIL Agente de Segurança e Manutenção - 40 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

ANIELDO BONFIM DA SILVA

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

SecretárioMunicipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 322/2020

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder **03 (três) dias** de férias regulamentares referente ao período aquisitivo **2018/2019**, a vigorar a partir de **26.02.2020 a 28.02.2020,** a servidora **JULIANA HERNANDES**, matrícula n° 124778, exercendo o cargo comissionado de Procuradora Administrativa - DNS 2, lotada na Procuradoria Geral do Município.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 16 de março de 2020.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

ATO Nº. 196/2020

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Josan Gomes de Campos Miranda, do cargo em Comissão de Gerente de Obras DNS - 6, da Secretaria Municipal de Viação e Obras, com efeito, a partir de 10 de março de 2020.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 13 de Março de 2020**.**

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Luiz Celso Morais de Oliveira

Secretário Municipal de Viação e Obras

TERMO DE POSSE

No terceiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, o Sr. **RAFAEL CORREA DA COSTA, RG n 13189433/SSP/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **MédicoPERFIL Clinico Geral - 20 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

RAFAEL CORREA DA COSTA

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

SecretárioMunicipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

No terceiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, a Srª. **ALESSANDRA DA SILVA PRADO VENTURA, RG n 13094327/SSP/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Profissional de Nível Superior Completo do SUSPERFIL Enfermeiro - 40 h**, conforme ATO de nomeação publica-

da no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

ALESSANDRA DA SILVA PRADO VENTURA

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

SecretárioMunicipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 318/2020

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**IRASINA AMORIM DE LIMA**
MATRICULA	20008
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	479332/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**10.09.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	02.03.2020 à 30.05.2020

SERVIDOR	**JOSÉ LUIZ DA SILVA**
MATRÍCULA	23915
CARGO	Agente de Segurança e Manutenção
PROCESSO N°	482200/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	02.03.2020 à 30.05.2020

SERVIDOR	**JULIANA TROVISCO MESQUITA**
MATRICULA	25423
CARGO	Agente Administrativo
PROCESSO N°	144754/2012
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.08.2002/2007**
PERÍODO DE GOZO	02.03.2020 à 30.05.2020

SERVIDOR	**LAENIZIA HOLANDA ALENCASTRO**
MATRICULA	36386
CARGO	Técnico Desenvolvimento Infantil
PROCESSO N°	503721/2018
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.08.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	02.03.2020 à 30.05.2020

SERVIDOR	**LIOBA ANA MARQUES**
MATRICULA	27955
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	621566/2019
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**21.09.2013/2018**
PERÍODO DE GOZO	02.03.2020 à 30.05.2020

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 16 de Março de 2020.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 317/2020

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**BENEDITO ELIAS AVANÇO**
MATRICULA	5776
CARGO	Farmacêutico – Bioquímico
PROCESSO N°	611100/2019
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**30.06.2014/2019**
PERÍODO DE GOZO	02.03.2020 à 30.05.2020

SERVIDOR	**DILMA RIZALDE**
MATRÍCULA	10721
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	633306/2019
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**22.04.2014/2019**
PERÍODO DE GOZO	02.03.2020 à 30.05.2020

SERVIDOR	**ELBANICE FERNANDES LEDENA**
MATRICULA	12887
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	135797/2012
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.08.2007/2012**
PERÍODO DE GOZO	02.03.2020 à 30.05.2020

SERVIDOR	**EURENICE DOS REIS GONÇALVES**
MATRICULA	15395
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	327929/2015
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**29.05.2010/2015**
PERÍODO DE GOZO	02.03.2020 à 30.05.2020

SERVIDOR	**EVANIA CRISTINA SILVA DUARTE**
MATRICULA	15666
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	491078/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**01.03.2011/2016**
PERÍODO DE GOZO	02.03.2020 à 30.05.2020

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 16 de Março de 2020.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA N°. 039/2020/GAB/SMECEL/VG

"Dispõe sobre a nomeação de fiscal da obra e do Contrato n°. 60/2018"

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o artigo 67 da Lei Federal n°. 8.666/93, prevê a designação de representante da Administração para acompanhar e fiscalizar o contrato;

Considerando o artigo 58, III, da Lei Federal n°. 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1° - Art. 1° - DESIGNARa servidora**JHONATAN AUGUSTO LAZARIN SANTANA**como fiscal da obra e do contrato nº. 60/2018em conformidade com a cláusula décima sexta - da fiscalização.

Art. 2° - A designação do fiscal terá efeito a partir desta data.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se

Várzea Grande, 16de março de 2020.

Profº Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

TERMO DE POSSE

No terceiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, a Srª. **SUZILEI DE OLIVEIRA SILVA SIQUEIRA, RG n 1507383/SEJUSP/MS**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Profissional de Nível Superior Completo do SUSPERFIL Enfermeiro - 40 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

SUZILEI DE OLIVEIRA SILVA SIQUEIRA

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

SecretárioMunicipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 309/2020

A Prefeita Municipal de Várzea Grande e a Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo n° 647218/2020,

RESOLVE:

Declarar vago o cargo de **Professor de Nível Superior – Docência na Educação Infantil e Ensino Fundamental**, ocupado pela servidora **Francielle Stefane Ferreira do Amarante,** Matrícula 84052, em razão da sua posse em outro cargo inacumulável, conforme Art. 41 da Lei nº 1.164/91 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande, a partir de **29.01.2020 a 29.01.2023.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande - MT, 16 de março de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

PAUTA DE JULGAMENTO DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE RECURSOS FISCAIS – 20/03/2020

O Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais, com base no art. 37, § 2º, da Lei Complementar Municipal n. 4.354/2018, faz saber a retirada de pauta da18ª Sessão Ordinária, a qual será realizada dia 20/03/2020, às 15h00min na Secretaria de Gestão Fazendária – Gabinete da Secretaria, dos seguintes processos, conforme despacho exarado pelo Sr. Conselheiro Relator declarando-se impedido de exercer a função judicante:

1) Processo CRF/VG n. 37 (Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A x Fisco Municipal – IPTU – Recurso Voluntário – Conselheiro Relator Sr. CLÁUDIO SANTOS ALVES DA SILVA);

2) Processo CRF/VG n. 47 (Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A x Fisco Municipal – IPTU – Recurso Voluntário – Conselheiro Relator Sr. CLÁUDIO SANTOS ALVES DA SILVA);

Várzea Grande; 12 de Marçode 2020.

DANIEL DA SILVA MARTINS NETO

Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais

PORTARIA Nº 02/CMRF/2020

Revoga aPORTARIA Nº 01/CMRF/2020.

O Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais do Município de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o despacho exarado pelo Sr. Conselheiro Relatordeclarando-se impedido de exercer a função judicante RESOLVE:

Art. 1ºFica revogada a PORTARIA Nº 01/CMRF/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande – MT, 12 de Março de 2020.

DANIEL DA SILVA MARTINS NETO

Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais

TERMO DE POSSE

No terceiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, a Srª. **JOVANIA OTA DA ROSA, RG n 194700661/SSP/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Profissional de Nível Superior Completo do SUSPERFIL Enfermeiro - 40 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

JOVANIA OTA DA ROSA

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

SecretárioMunicipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 313/2020

A Prefeita Municipal de Várzea Grande e a Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo n° 644224/2019,

RESOLVE:

Declarar vago o cargo de **Técnico de Suporte Administrativo Educacional – Perfil Técnico em Nutrição Escolar**, ocupado pela servidora **Wal-**

dize Xavier de Lima, Matrícula 98262, em razão da sua posse em outro cargo inacumulável, conforme Art. 41 da Lei nº 1.164/91 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande, a partir de **30.01.2020 a 30.01.2023.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande - MT, 16 de março de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 008/2020.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial N. 008/2020**, tendo por registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de transporte escolar para atender aos alunos da Escola Municipal Guaporé na zona rural de Vila Bela da Ss. Trindade/MT**,** a(s) empresa(s): **LAURIANO DE JESUS 02992591106,** inscrita do **CNPJ.: 21.120.390/0001-03**, com proposta no valor global de **R$ 109.652,00** (cento e nove mil seiscentos e cinquenta e dois reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 16 de fevereiro de 2020

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 008/2020

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial N. 008/2020**, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de transporte escolar para atender aos alunos da Escola Municipal Guaporé na zona rural de Vila Bela da Ss. Trindade/MT **,**a(s) empresa(s): **LAURIANO DE JESUS 02992591106, inscrita do CNPJ.: 21.120.390/0001-03**, com proposta no valor global de **R$ 109.652,00** (cento e nove mil seiscentos e cinquenta e dois reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 16 de fevereiro de 2020

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0132019

MUNICÍPIO: VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – MT

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 18909/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL N. 016/2019, REALIZADO PELA **PREFEITURA DE NOVA LACERDA – MT**

Empresa: JULYANA NATALY TORQUATO EIRELI, CNPJ: **21.193.034/0001-10**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS NA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS/EQUIPAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO "268º ANIVERSÁRIO DE VILA BELA DA SS. TRINDADE/MT.

VALOR TOTAL ADERIDO DE R$ 52.900,00 (CINQUENTA E DOIS MIL E NOVECENTOS REAIS)

VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE -MT, 16 de março de 2020.

Alessandro Santana de Souza

Pregoeiro Oficial

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 007/2020

PREGÃO PRESENCIAL N. 008/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL GUAPORÉ NA ZONA RURAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE/MT**,** CONFORME ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL**.**

PRAZO: 12 Meses, a partir da emissão da ARP.

CONTRATADO:

EMPRESA:	CNPJ	VALOR TOTAL
LAURIANO DE JESUS 02992591106	21.120.390/0001-03	109.652,00

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 16 de março de 2020.

PORTARIA N.088/2020.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - Designaro servidor **RODOLPHO GONÇALVES DE PAULA**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Enio Fernandes Leite s/n, Centro – Vila Bela da Ss. Trindade - MT, CEP 78.245-000, portador do RG. ; 1569553-0 SSP/MT CPF: **019.082.651-75,**para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade de **N. 012/2020.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PORTARIA N.87/2020.

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **CRISTIANE SCATOLIN,** brasileira, residente e domiciliado a Rua Conde de Azambuja, s/nº, Centro, município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, Auxiliar Administrativo na Secretaria de Educação portadora da Cédula de Identidade **RG: n. 14273683 SSP/MT** e **CPF n. 950.582.571-49,** para acompanhar e fiscalizar a execução do contra-

to da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade de **N. 011/2020.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

No aviso do processo de licitação n° 27/2020 publicado no Diário oficial do Estado no dia 16/03/2020 página nº 171, publicado no Diário oficial do Municípios AMM, no dia 16/03/2020 página nº 411.

ONDE SE LÊ: EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N°001/2020

LEIA – SE: EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N°002/2020

Os demais descritos na publicação permanecem inalterados.

Vila Rica–MT, 16 de Março de 2020.

SERGIANE P. NASCIMENTO

Presidente da C.P.L

Portaria 002/2020

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO DA CARTA CONVITE 002/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2020

A Prefeitura Municipal de Vila Rica, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela portaria nº 002/2020, leva ao conhecimento dos interessados resultado do Processo Licitatório nº 010/2020 na modalidade Carta Convite nº 002/2020**, onde foi declarada vencedora a empresa: JUNQUEIRA ZOCCOLI SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA(32. 681.502/0001-11)com o** Valor: R$ 120.000,00(Cento e vinte mil reais) ao ano.

Vila Rica – MT, 16 de Março de 2020.

SERGIANE PEREIRA NASCIMENTO

Presidente da C.P.L

Portaria nº 002/2020

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 019/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 010/2020

CARTA CONVITE Nº 002/2020

DO OBJETO: Prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica a serem prestados na sede da Prefeitura Municipal de Vila Rica/MT.

DO VALOR E DO PAGAMENTO: O presente contrato é firmado pelo valor certo e ajustado no total de R$ 120.000 (cento e vinte mil reais), que serão pagos mensalmente no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), conforme emissão da nota fiscal e aprovação dos serviços pelo fiscal do contrato.

.

DATA: Vila Rica/MT, 16 de Março de 2020.

ASSINANTES:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA – Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante.

JUNQUEIRA ZOCCOLI SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (32. 681.502/0001-11) – Contratada.

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE N° 002/2020

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE N° 002/2020

RECONHEÇO a INEXIGIBILIDADE fundamentada no art. 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da empresa, **D P DE MATOS EVENTOS ME,** inscrita sob CNPJ n° 21.783.029/0001-67 , para a contratação da Companhia de rodeio “Didayr Parreira” para animação do 34° aniversário de emancipação politica e administrativa da urbe. **RATIFICO,** conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho da Srª SERGIANE PEREIRA NASCIMENTO, Presidente da C.P.L, e Parecer Jurídico do Procurador do Município Sr. Pierre Fabrício Gouveia de Oliveira, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Vila Rica / MT, de 16 Março de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

GESTÃO 2017-2020

C.P.F.: 328.086.071-72

R.G.: 1614784 SSP/GO

Contratante

PORTARIA Nº 103/2020 16 DE MARÇO DE 2020.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito do Município de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, inciso 1, alínea "b" e inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei 8.666193 e os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor ISRAEL MONTEIRO SILVA, Matrícula 3343, inscrito no CPF sob o n 041.353.121-01, para atuar como fiscal de contratos celebrados pelo Município de Vila Rica-MT, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta execução de objetos referentes a contratação de serviços de assessoria e consultoria jurídica a serem prestado para o Município de Vila Rica, conforme contrato nº 019/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 102/2020 DE 16 DE MARÇO DE 2020

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de verificação e autenticação dos documentos dos servidores públicos para fins de aposentadoria,

R E S O L V E:

Art. 1º- **NOMEIA** os servidores abaixo descritos**,** como integrantes da Comissão de Verificação de Documentos para a comprovação de tempo de serviço a fim de aposentadoria:

Sandra Elisabeth Stein Freitas

Hely Clodoaldo Afonso Fernandes

Silvana Avelar Mineli

Art. 2º - Cabe à Comissão aferir os documentos comprobatórios, conforme critérios estabelecidos, para fins de aposentadoria certificando o tempo de serviço prestado pelo servidor ao Município de Vila Rica/MT.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA,

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 100/2020 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar a Portaria de nº 180/2017 a qual nomeia o Sr. **CLEBIS LOURENÇO PEREIRA**, portador do CI/RG sob o n.º 116747-5-SSP/MT e do CPF sob o nº 895.273.991-49, para o cargo de para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Água e Esgoto.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 101/2020

DE 16 DE MARÇO DE 2020.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º- **Nomear** o Sr. NOMEAR o Sr.' ITAMAR PEREIRA portador do CI/RG sob n° 3180881 *SSPIGO* e do CPF n° 596.726.501-59, para exercer o cargo de **Diretor do Departamento de Água e Esgoto,** previsto no Plano de Cargos Carreira e Vencimento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrario em especial a Portaria de nº 017/2017.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
COMUNICADO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 026/2020

ADESÃO Nº 005/2020

O Município de Vila Rica- MT, através da Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 torna publico à Adesão 005/2019, à ata de registro de preço nº 11/2019 realizado pela EMATER-PI, com a finalidade de **aquisição de Equipamento de Informática, diversos modelos, para atender as necessidades das Secretarias de Administração, Educação, Saúde, Agricultura e Assistência Social..** Empresa contratada EDMILSON ALVES BARBOSA E CIA LTDA inscrita no CNPJ sob o numero 10.742.806/0001-09.

Vila Rica / MT, 13 de Março de 2020.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 015/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 024/2020

INEXIGIBILIDADE Nº 001/2020

DO OBJETO: Contratação da Dupla “Henrique e Diego” para apresentar–se no 34º aniversario de emancipação Politica e administrativa de Vila Rica que acontecerá entre os dias 7 a 10 de Maio do corrente ano. A dupla se apresentará no dia 09 de maio do corrente ano no parque de exposição. DO VALOR E DO PAGAMENTO: O presente contrato é firmado pelo valor total 120.000,00 (cento e vinte mil reais), que será pago 50% na assinatura do contrato e o restante no 1º dia útil após a realização do evento. DATA: Vila Rica/MT, 09 de Março de 2020.ASSINANTES:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA – Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante.HED PRODUÇÕES ARTÍSTICA LTDA (15.338.266/0001-16) – Contratada.

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 018/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 026/2020

ADESÃO Nº 005/2020

DO OBJETO: Aquisição de Equipamento de Informática, diversos modelos, para atender as necessidades das Secretarias de Administração, Educação, Saúde, Agricultura e Assistência Social.

DO VALOR E DO PAGAMENTO: O presente contrato é firmado pelo valor certo e ajustado no total de R$ 225.418,00 (Duzentos e vinte e cinco mil quatrocentos e dezoito reais), que serão pagos em até 30 (trinta) dias após o recebimento das notas fiscais, devidamente atestada pelos fiscais do contrato.

DATA: Vila Rica/MT, 13 de Março de 2020.

ASSINANTES:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA – Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante.

EDMILSON ALVES BARBOSA E CIA LTDA (10.742.806/0001-09) – Contratada.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE

Aos 16 dias do mês de Março de dois mil e vinte, nesta cidade de VILA RICA, do Estado de Mato Grosso, no edifício do paço municipal, onde funciona o Poder Executivo, na sala destinada ao Departamento de Recursos Humanos, as 14:00 horas, onde presente se achava o Sr. **ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**, Prefeito Municipal, o Diretor do Departamento de Recursos Humanos, compareceu o(a) cidado(ã) **KETLINY EVILIN ALVES DAMASCENO, port**adora do CPF sob n. 065.638.321-64 e do RG/CIC nº 2828299-00 SSP/MT e residente e domiciliada no RUA 18 Nº 81 SETOR NORTE a quem o Sr.(º), perante o chefe do executivo, deferiu o compromisso de desempenhar as atribuições do cargo **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE. Programa Saúde da Família II na área 18**, Classe **A** Grau **01**, com a carga horária de 40 horas semanais previsto no Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos, para o qual foi nomeado pela portaria n.º 098 de 16 de Março de 2020.

Aceito por ela o compromisso, a mesma declara estar ciente dos deveres e obrigações como também promete cumprir o Estatuto dos Servidores Públicos e o plano de carreira a pertencente sob as penas da Lei.

Para constar eu, Hely – Clodoaldo A Fernandes, diretor do Departamento de Recursos Humanos, lavrei o presente termo, que vai devidamente assinado pelo Sr. Prefeito Municipal, pela compromissada e por mim.

Prefeitura Municipal de Vila Rica MT, 16 Março de 2020.

KETLINY EVILIN ALVES DAMASCENO ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Agente Comunitário de SaúdePrefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE POR TEMPO INDETERMINADO

A Prefeitura Municipal de Vila Rica, Estada de Mato Grosso, com sede na Av. Mato Grosso 148 centro, Vila Rica MT., Inscrita no CGC sob n.º 03. 238.862/0001-45, ora representada pelo Prefeito Municipal, Srº. **ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**, portador do CPF n.º 328.086.071-72 e da RG n. º 1614784 SSP/GO, aqui denominado CONTRATANTE, e do outro lado a Srª **KETLINY EVILIN ALVES DAMASCENO,** portadora do CPF sob n. 065.638.321-64 e do RG/CIC nº 2828299-00 SSP/MT e residente e domiciliada no RUA 18 Nº 81 SETOR NORTE neste município, denominado(a) a simplesmente **CONTRATADO** e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato e que regera conforme as clausulas e condições que se anunciam a seguir:

Clausula Primeira - Do Objeto

O presente contrato tem por objeto a prestação pessoal de serviços na área de Secretaria Municipal de Saúde, que será por prazo indeterminado da emenda Constitucional nº 51; da Lei Federal nº 11350/06; da Lei Municipal nº 704/07 e da emenda da Lei Municipal nº 704/07.

Parágrafo Único

O(A) contratado(a) foi selecionada por meio do Teste Seletivo Público nº 001 de 2019 e convocada pelo Decreto nº 007 de 31 de Janeiro de 2020 e portanto está enquadrado(a) nas condições referidas nos artigos das Leis acima citadas, e encontrando-se apto(a) para o exercício do cargo.

O(A) contratado(a) neste ato a entrega dos seguintes documentos, além de 02 (foto) foto 3x4 recente.

a) Cédula de Identidade;

b) Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)

c) Certidão de Casamento ou Nascimento;

d) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

e) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

f) Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

g) Cartão do PIS/PASEP;

h) Cópia da Carteira de Trabalho; (pag. Da foto e da qualificação civil);

i) Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecedem a posse;

j) Título de Eleitor;

k) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado) conforme Art. 7 § 1º parágrafo VII da Lei Municipal747/2008.

l) Atestado de Saúde Ocupacional - ASO emitido por Médico credenciado pela Prefeitura Municipal de Vila Rica, traduzido em APTO;

m) 02 (duas) foto 3x4, colorida;

n) Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade;

o) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

p) Comprovante de Escolaridade conforme exigência do cargo;

q) Conta corrente no Banco do Brasil S/A;

r) Declaração contendo endereço residencial;

s) Declaração de bens;

t) Declaração negativa de acumulo de cargo público;

u) Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária integral estabelecida pelo órgão a qual exercerá a sua função;

v) Declaração que não infringiu as leis que fundamentaram este edital;

w) Número de CPF de pai e mãe.

Clausula Segunda - Das Obrigações do Contratado

O(a) contratado(a) obriga-se a exercer as funções correspondentes ao cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, no **Programa Saúde da Família II na área 18**, obedecendo à jornada de trabalho, conforme a repartição onde estiver lotado, observado os deveres, obrigações e as proibições previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vila Rica -MT.

Clausula Terceira - Das Obrigações do Contratante

O Contratante obriga-se a remunerar o contratado com a importância mensalbrutade **R$: 1.399,11 (hum mil trezentos e noventa e nove reais e onze centavos), p**or 40 (quarenta) horas semanais, correspondente a classe “A” nível 01 do Plano de Carreira dos Servidores do Sistema Único de Saúde de Vila Rica -SUS- VR.

Clausula Quarta - Das Vantagens e Restrições

O(a) Contratado(a) usufruirá das vantagens no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vila Rica -MT, ressalvadas as que forem exclusivas dos efetivos. Para todos os efeitos legais o contratado declara não ocupar nenhum cargo, em regime de acumulação, bem como não participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, quotista ou comanditário.

Clausula Quinta - Do Prazo e da Rescisão

O presente contrato e firmado por prazo indeterminado, com inicio em 16 de Março de 2020,podendo ser rescindido unilateralmente nos termo do artigo 10º da lei Federal nº 11.350 e nos termos do artigo 182 do estatuto dos servidores públicos municipais.

Clausula Sexta - Do Regime Jurídico, Previdenciário.

O presente contrato vincula-se ao INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL- IMPREV, para o qual contribuirá obrigatoriamente, e será regido pelo REGIME ESTATUTÁRIO.

Clausula Oitava - Recursos Orçamentários

Os recursos financeiros necessários suficientes à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos, nos seguintes elementos de despesa:

06 – Secretaria Municipal de Saúde.

06.01 – Atenção básica

2.037 - Manutenção e Encargos do Pascar e ACS

Clausula Final

As partes elegem o foro da Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, para dirimir as duvidas que por ventura surgirem na execução deste contrato e, assim ajustadas, o assinam na presença de duas testemunhas.

Vila Rica - MT., 16 de Março de 2020.

_____ _____

KETLINY EVILIN ALVES DAMASCENO ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Contratado(a)Prefeito Municipal

Testemunhas: 1ª_____ 2ª _____

PORTARIA N.º 101/2020 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º- **Nomear** o Sr. NOMEAR o Sr.' ITAMAR PEREIRA portador do CI/ RG sob n° 3180881 *SSPIGO* e do CPF n° 596.726.501-59, para exercer o cargo de **Diretor do Departamento de Água e Esgoto,** previsto no Plano de Cargos Carreira e Vencimento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrario em especial a Portaria de nº 017/2017.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 013/2020

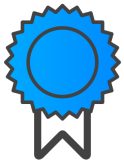
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 025/2020

DISPENSA Nº 006/2020

DO OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de material de consumo para atender o Hospital Municipal e Pronto Atendimento.DO VALOR E DO PAGAMENTO: O presente contrato é firmado pelo no total R$17. 060,03 (dezessete mil e sessenta reais e três centavos), que será pago após a entrega, conferencia e atesto na nota Fiscal.DATA: Vila Rica/MT, 06 de Março de 2020.

ASSINANTES: ABMAEL BORGES DA SILVEIRA – Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante. CCAF COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR EIRELI (16.917.181/0001-55) – Contratada.

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Mar 17 05:43:15 UTC 2020
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)